

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS**

Hamilton Ernesto Matsimbe

**Atuação Sociopolítica das ONG's Internacionais no Processo de Reabilitação e
Reconstrução de Moçambique, 1983-2010.**

VITÓRIA

2023

Hamilton Ernesto Matsimbe

**Atuação Sociopolítica das ONG's Internacionais no Processo de Reabilitação e
Reconstrução de Moçambique, 1983-2010.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas. Orientador: Prof. Doutor Belchior Monteiro de Lima Neto

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado
de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M434a MATSIMBE, Hamilton Ernesto, 1985-
Atuação sociopolítica das ONG's Internacionais no
processo de reabilitação e reconstrução de Moçambique,
1983-2010. / Hamilton Ernesto MATSIMBE. - 2023.
406 f. : il.

Orientador: Belchior Monteiro Lima Neto.
Coorientador: Ueber José Oliveira.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Mapa de Moçambique. 2. Mapa hidrográfico de
Moçambique. 3. Histórico de cheias em Moçambique. 4.
Incidência das calamidades naturais por regiões. 5. Mapa do
distrito de Chókwe. 6. Centros comunitários de
desenvolvimento juvenil. I. Lima Neto, Belchior Monteiro. II.
Oliveira, Ueber José. III. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

Hamilton Ernesto Matsimbe

**Atuação Sociopolítica das ONG's Internacionais no Processo de Reabilitação e
Reconstrução de Moçambique, 1983-2010.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas

Aprovada em: 04/04/2023

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Doutor Belchior Monteiro de Lima Neto
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Doutor Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Coorientador

Prof. Doutor Roberto Guedes Ferreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Examinador Externo

Prof. Doutor Leonardo Bis dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)
Examinador Externo

Profa. Doutora Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna

Prof. Doutor Josemar Machado de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Interno

A memória do meu avô Gabriel Tembe, a minha mãe Regina, aos meus filhos Áuria, Karete, Haerman, Ítan e Andréa, fontes de inspiração; pela compreensão e apoio incondicional, dedico minha gratidão e meu reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos são endereçados, em primeiro lugar, á família Matsimbe que, incondicionalmente, aceitou o desafio de, por quatro anos, assumir parte das minhas responsabilidades e, se necessário fosse, se sujeitar á privações múltiplas. A COVID-19 é apenas auge de situações que determinaram privação na família. A esta coragem de, mesmo assim, me deixar seguir com os estudos, estou profundamente grato. Queria agradecer, especialmente, á minha esposa Helena Chambule, pela paciência e compreensão, desde o primeiro dia que deixei a família para trás e abracei este desafio de formação no exterior. Á Elia Alexandre Siteo, minha companheira, também quero deixar os meus profundos agradecimentos pelo carinho e atenção que me foi dispensando por todos os dias de minha estadia no Brasil.

Aos meus irmãos, sobretudo o meu mais velho, Mário Matsimbe que, não poupou os esforços para me fazer a vez, em tudo que fosse necessário para a tranquilidade dos meus filhos. Por tudo isso sou muito grato! Á minha mãe, Regina Gabriel Tembe, à minha avó Flora Mahlaule, padrinhos, primos e amigos, vão os meus profundos agradecimentos pelos conselhos que deram para tornar possível este sonho, em terras longíquas.

Seria imprudência minha, deixar de agradecer a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) que viabilizaram o projeto de pesquisa âncora da minha formação, no Brasil. Ao professor Doutor Cláudio Mungói, vão os meus agradecimentos. Ele tomou como dele, minhas frustrações em torno da burocracia que se tornou a instrução de um plano de formação, na UEM. Mas, também, foi decisivo para dissuasão de algumas forças contrárias e tornou a tramitação do meu processo mais célere.

Ao programa de pós graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sou grato por ter aceite e acolhido o meu projeto de pesquisa. À professora Doutora Maria Beatriz Nader, professor Doutor Gilvan Ventura da Silva, Professora Doutora Érica Cristhyane Morais da Silva, agradeço a disponibilidade para os debates teóricos e metodológicos. Ao professor Doutor Belchior Monteiro Lima Neto, agradeço o acolhimento recebido e a disponibilidade para a discussão e o acompanhamento do projeto, que imagino ter sido tudo, menos fácil, não somente pela distância cultural mas, pelo objeto de pesquisa. Algumas vezes, foi obrigado a fazer das minhas, suas preocupações. As suas chamadas de atenção, recomendações foram muito importantes para o alcance dos objetivos. A sua simplicidade e total disponibilidade, foi a mais clara demonstração da sua entrega abnegada. Igualmente, devo agradecer ao professor Doutor Ueber José Oliveira pela coorientação do trabalho.

Mas, também sou grato ao financiamento da Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem o qual o trabalho não seria possível. Aos estudantes africanos em Vitória, Gabriel António, Ynamilé Biague, Evrad Ngalamou, Alfred, António Sambú, Abdul Salam, Andreas Aiyambo Amutenya, Nameuaand da Silva, Lawrence, Nhancai da Silva e outros que, hoje, a memória não alcança, vai o meu muito obrigado! Aos meus entrevistados, sobretudo aos senhores Anselmo Mapulasse, Maximiano Matimbe e Moisés Mabunda (ambos em memória), Vitorino Muchanga, Amílcar Chavo, Domingos Ubisse, Bonifácio Mahanjane, Geraldo António Norte, Celina Chambal, Sousa Cossa, Arlindo Malate, Angelina Mahumane, Lígia Mahlaba, Lourino Nhancale e Romualdo Chilopo pela consideração, disponibilidade e tempo doados em conversas, às vezes, pouco simpáticas e estranhas. Muito obrigado!

RESUMO

O trabalho circunscreve-se no estudo do processo de transição de Moçambique, a partir da análise do papel das ONG's Internacionais (ONGI's), com especial foco para o distrito de Chókwe, na região sul do país, entre 1983 e 2010. Com base em artigos do Jornal Notícias, entrevistas abertas realizadas nos povoados e aldeias de Lionde, Massavasse, Conhane, Nwachicoloane, Hókwe e cidade de Chókwe, a presente tese analisa o contributo de ONGI's no processo de reconstrução e reabilitação de Moçambique, face aos efeitos conjugados da crise econômica, da guerra e calamidades naturais, com especial enfoque para a seca, cheias e inundações. Como argumento, a tese avança que, não obstante a crise resultante das opções políticas e econômicas assumidas pelo governo da FRELIMO, após a independência, a atuação hegemônica das ONGI's, nos programas de emergência e na assistência humanitária em Moçambique resulta do contexto geopolítico internacional, dos finais dos anos 1970. A queda da URSS e o avanço do capitalismo, justificaram a proeminência das ONGI's, em Moçambique, e, não o discurso de sua eficácia, veiculado no contexto da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e da crescente neoliberalização. Todavia, o processo coincide com uma crise econômica, agudizada pela guerra movida pela RENAMO e secas prolongadas, intercaladas por períodos de cheias e inundações.

Palavras-chave: Moçambique. Organizações não-governamentais. Calamidades naturais. Reconstrução. Reabilitação.

ABSTRACT

The work is limited to the study of the transition process in Mozambique, based on the analysis of the role of International NGO's (INGO's), with special focus on the district of Chókwe, in the southern region of the country, between 1983 and 2010. Based on articles from *Jornal Notícias*, open interviews carried out in the towns and villages of Lionde, Massavasse, Conhane, Nwachicoloane, Hókwe and the city of Chókwe, this thesis analyzes the contribution of INGO's in the process of reconstruction and rehabilitation of Mozambique, in view of the combined effects of the economic crisis, war and natural disasters, with special focus on drought, floods and floods. As an argument, the thesis advances that, despite the crisis resulting from the political and economic options assumed by the FRELIMO government, after independence, the hegemonic role of INGO's in emergency programs and humanitarian assistance in Mozambique results from the geopolitical context the end of the 1970s. The fall of the USSR and the advance of capitalism justified the prominence of INGO's in Mozambique, and not the discourse of their effectiveness, conveyed in the context of the New International Economic Order (NOEI) and of growing neoliberalization. However, the process coincides with an economic crisis, exacerbated by the war triggered by RENAMO and prolonged droughts, interspersed with periods of floods.

Keywords: Mozambique. Non-governmental organizations. Natural disasters. Reconstruction. Rehabilitation.

RESUMEN

El trabajo se circunscribe al estudio del proceso de transición en Mozambique, a partir del análisis del papel de las ONG internacionales (ONG internacionales), con especial atención al distrito de Chókwe, en la región sur del país, entre 1983 y 2010. Basada en artículos del Jornal Notícias, entrevistas abiertas realizadas en los pueblos y aldeas de Lionde, Massavasse, Conhane, Nwachicoloane, Hókwe y la ciudad de Chókwe, esta tesis analiza la contribución de las ONGI en el proceso de reconstrucción y rehabilitación de Mozambique, en vista de los efectos combinados de la crisis económica, la guerra y los desastres naturales, con especial énfasis en sequías, inundaciones e inundaciones. Como argumento, la tesis avanza que, a pesar de la crisis derivada de las opciones políticas y económicas asumidas por el gobierno del FRELIMO, tras la independencia, el papel hegemónico de las ONGI en los programas de emergencia y asistencia humanitaria en Mozambique resulta del contexto geopolítico del fin de la Década de 1970. La caída de la URSS y el avance del capitalismo justificaron el protagonismo de las ONGI en Mozambique, y no el discurso de su eficacia, transmitido en el contexto del Nuevo Orden Económico Internacional (NOEI) y de creciente neoliberalización. Sin embargo, el proceso coincide con una crisis económica, agudizada por la guerra desencadenada por la RENAMO y prolongadas sequías, intercaladas con períodos de inundaciones.

Palabras clave: Mozambique. Organizaciones no gubernamentales. Desastres naturales. Reconstrucción. Rehabilitación.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Mapa de Moçambique

Figura 2 - Mapa hidrográfico de Moçambique

Tabela 1 - Histórico de cheias em Moçambique

Tabela 2 - Incidência das calamidades naturais por regiões

Figura 3 - Mapa do distrito de Chókwe

Figura 4 - Centros Comunitários de Desenvolvimento Juvenil

Figura 5 - Edifício da EP1 e EP2 de Lionde D

Figura 6 - Salas da EPC de Massavasse

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ADPP Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo

ADRA - The Adventist Development and Relief Agency

AGP – Acordo Geral de Paz

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento

AMASP - Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade com os Povos

AMDA – Associação de Médicos para Ásia

AMODEG - Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CAA - Community Aid Abroad

CAFOD - Fundo Católico para o Desenvolvimento

CAIL - Complexo Agro-industrial do Limpopo

CCDJ - Centro Comunitário de Desenvolvimento Juvenil

CEA – Centro de Estudos Africanos

CEAR – Comissão Espanhola de Ajuda

CEE- Comunidade Económica Europeia

CEEI – Centro de Estudos Estratégicos Internacionais

CEMIRDE- Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Deslocados

CENE - Comissão Executiva Nacional de Emergências

CFPP - Centro de Formação de Professores Primários

CICV – Comité Internacional da Cruz Vermelha

CIDA – Agência canadiana de desenvolvimento Internacional

CIDA – Agência Canadiana de Desenvolvimento Internacional

CIM - Conselho Islâmico de Moçambique

COCAMO - Coordenação Canada Moçambique

COMECON – Comunidade de Ajuda Mútua Económica

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

COREMO - Comité Revolucionário de Moçambique

CPM - Corpo de Polícia de Moçambique
CUF - Companhia União Fabril
CVM - Cruz Vermelha de Moçambique
DANIDA - Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional
DDR - Desmilitarização, Desmobilização e Reintegração
DDS - Direção Distrital de Saúde
DDS - Direcção Distrital de Saúde
DHS – Desenvolvimento Humano Sustentável
DIMERL – Desenvolvimento Integrado da Margem Esquerda do Rio Limpopo
DP – Distritos Priritários
DPCCN – Direcção Provincial de Combate a Calamidades Naturais
DSF – Dor Sem Fronteira
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECHO – Organização Humanitária da Comunidade Europeia
ECOSOC – Conselho Economico e Social
ELAT - Estratégia de Luta contra a Tuberculose
EMOPESCA - Empresa Moçambicana de Pesca
EN – Estrada Nacional
EP1 - Escola Primária do 1º Grau
EP2 - Escola Primária do 2º Grau
EPC - Escola Primária Completa
EU - União Europeia
EUA – Estados Unidos da América
FACIM – Feira Internacional de Maputo
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FDC - Fundo de Desenvolvimento da Comunidade
FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FIDA Fundi Internacional Desenvolvimento Agrário
FMI - Fundo Monetário Internacional
FPLM - Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FUNIPAMO - Frente Anti- imperialista de Moçambique
FUNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População
GAA - Ação Agrária Alemã
GMD - Grupo Moçambicano da Dívida
GTZ - Cooperação Técnica Alemã
HCM - Hospital Central de Maputo
HGJM - Hospital Geral José Macamo
HIV - Vírus de Imunodeficiência Humana
HRC - Hospital Rural de Chókwe
IOF - Inquérito ao Orçamento Familiar
IAF - Inquérito aos Agregados familiares
ICS - Instituto de Comunicação Social
IEPALA - Instituto de Estudos Políticos para América Latina e África
IFS's - Instituições Financeiras Internacionais
INGC - Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
ISRI - Instituto Superior de Relações Internacionais
LOMACO - Companhia Agro - Industrial Lonrho Moçambique
LWF – Federação Mundial Luterana
MAE - Ministério de Administração Estatal
MANU - Mozambique African National Union
MEDIMOC - Medicamento de Moçambique
MICOA - Ministério de Coordenação da Ação Ambiental
MINEC - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MSF - Médicos Sem Fronteira
NATO - Organização do Tratado Atlântico Norte
NESAM - Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
NOEI - Nova Ordem Económica Internacional
NORAD - Agência Norueguesa de Cooperação para Desenvolvimento
NPO - Organizações Sem Fins Lucrativos
OBC - Organizações de Base Comunitária
ODA/APD - Assistência Pública ao Desenvolvimento
OECD - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OGE - Orçamento Geral do Estado
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OIM - Organização Internacional da Migração
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG`s - Organizações Não-governamentais
ONGD - Organizações Não-governamentais de Desenvolvimento
ONGGO - Organizações Não-governamentais do Governo
ONGI´s - Organizações Não-governamentais Internacionais
ONU - Organização das Nações Unidas
ONUMOZ - Missão das Nações Unidas em Moçambique
ORLI - Orizícola do Limpopo
OSC´s - Organizações da Sociedade Civil
OXFAM - Comitê de Oxford para o Alívio da Fome
PA - Posto Administrativo
PAV - Programa Alargado de Vacinação
PDP - Programa de Distritos Prioritários
PEC - Plano Central Estatal
PES - Plano Económico e Social
PIB - Produto Interno Bruto
PMA - Programa Mundial de Alimentação
PNAC - Plano Nacional de Acção sobre a Criança
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PQG - Plano Quinquenal do Governo
PRA - Programa Redimensionamento Agrícola
PRE - Programa de Reabilitação Económica
PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social
PRN - Programa de Reconstrução Nacional
PSI - Serviço Internacional da População
PSP - Polícia de Segurança Publica
RCA - República Centro Africana
RDA - República Democrática Alemã
RDC - República Democrática do Congo

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana
RFA - República Federal Alemã
SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADF - Forças de Defesa Sul-africanas
SCF - Save The Children Fund
SEMOC - Sementes de Moçambique
SIREMO - Sistema de Regadio de Moçambique
SMI - Saúde Materno Infantil
SNA – Sistema Nacional de Abastecimento
SNS – Sistema Nacional de Saúde
TANU – Tanganyika African National Union
TARV - Tratamento Antirretroviral
TMI - Taxa de Mortalidade Infantil
TPU - Transporte Público Urbano
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UEM - Universidade Eduardo Mondlane
UGC - União Geral das Cooperativas
UNAMI - União Nacional de Moçambique Independente
UNCED – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNDRO - United Nations Disaster Relief Organization
UNICEF – Programa das Nações Unidas para Infância
UNILOG - Logística das Nações Unidas
UNOHAC - Departamento de Coordenação da Assistência Humanitária das Nações Unidas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – Ajuda Americana
WTO – Organização Mundial do Trabalho
WWF – World Wildlife Fund

Índice

INTRODUÇÃO.....	20
Metodologia e natureza das fontes.....	29
Balanço historiográfico.....	31
Referencial teórico.....	37
CAPÍTULO I.....	45
ONG´S NA POLÍTICA GLOBAL: NOTAS SOBRE O CONTEXTO, PERCURSOS E NOÇÕES DESDE 1945.....	45
O contexto pós 2ª Guerra Mundial.....	47
As ONG´s no contexto da política global.....	55
As ONG´s e sua dinâmica em busca de soluções globais.....	65
ONG´s: caminho para a conceptualização.....	76
Considerações finais.....	83
CAPITULO II.....	87
ONGI´S: APONTAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA CHEGADA À ÁFRICA SUBSAHARIANA, 1960-1990.....	87
O caminho das independências.....	89
A situação da França.....	92
O caso da Grã-Bretanha.....	99
Bélgica.....	103
Colônias espanholas e Portuguesas.....	106
Conflitos e guerras pós-coloniais e mobilização internacional em África.....	110
A crise econômica e a proliferação de ONGI´s na África subsahariana.....	115
A neoliberalização e o lugar das ONGI´s.....	137
Considerações finais.....	142
CAPITULO III.....	145
A EMERGÊNCIA DAS ONG´S INTERNACIONAIS NO CENÁRIO DE AJUDA EM MOÇAMBIQUE, A PARTIR DE 1983.....	145

Moçambique: do colonialismo português à ascensão da FRELIMO.....	147
“UNIDADE, TRABALHO E VIGILÂNCIA!”: construindo uma nação.....	165
A centralização política e a coletivização da produção.....	168
Calamidades naturais como fatores de proliferação de ONGI´s.....	173
O Impacto da Guerra e a crescente participação das ONGI´s.....	185
Sobre os fluxos de ajuda externa.....	203
Impacto da ajuda financeira externa.....	205
Considerações finais.....	212
CAPÍTULO IV.....	214
ONGI´S EM OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM MOÇAMBIQUE.....	214
ONGI´S EM OPERAÇÕES DE AJUDA:.....	216
A fome de 1983 e os programas de emergência em Moçambique.....	216
PROGRAMA DE EMERGÊNCIA: da solidariedade a presença duradoura das ONGI ´s.....	225
A dinâmica dos programas de emergência.....	233
Emergência alimentar em Moçambique.....	234
ONGI´s atuando na emergência de saúde.....	257
Assistência emergencial no setor agrícola.....	264
ONGI's no apoio logístico e transporte de víveres.....	269
Abastecimento de água.....	276
Considerações finais.....	279
CAPÍTULO V.....	282
ONGI´S NA RECONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO EM CHÓKWE, 1992-2010.....	282
Caraterização da área de estudo.....	284
População e perfil sócio econômico.....	286
Contexto de reconstrução e reabilitação do país.....	289
Emergência humanitária em Gaza.....	303
A reconstrução e reabilitação de Chókwe, 1992-2010.....	312

O papel das ONGI's.....	315
A reabilitação de escolas, serviços de saúde e agropecuária.....	329
Na área da educação.....	329
ONGI's no setor de saúde.....	337
Agro-pecuária.....	342
Considerações finais.....	347
CONCLUSÃO.....	350
REFERÊNCIAS.....	356

INTRODUÇÃO

Com a independência de Moçambique, em 1975, o Governo da FRELIMO herdou do Governo Colonial um Estado com uma série de constrangimentos econômicos e sociais. Mais de 90% da população era analfabeta e a economia dependente da prestação de serviços aos países do *interland*, exportação de matérias-primas e mão de obra, quase entrou em colapso (HERMELE, 1990 apud OPPENHEIMER, 2006, p.27; DE ARMINHO, 1997, p. 37)¹. Ainda que exagerada, esta colocação elucida-nos o contexto e o desafio pós-colonial. Os esforços do governo da FRELIMO foram no sentido de reverter a situação econômica, social e política herdada, isto é, apagar as marcas e/ou os vestígios do passado colonial.

Neste âmbito, os anos 1970 foram marcados por um projeto de sociedade baseado: (i) na centralização da acumulação a favor do Estado, (ii) na transformação da FRELIMO num partido único e com orientação marxista-leninista (CENTRAL COMMITTEE REPORT OF THE THIRD CONGRESS OF FRELIMO, 1977), (iii) na concentração da população em aldeias comunais, (iv) no cooperativismo, entre outras². Isto é, o país adota a planificação centralizada. Foi desenhado, também, um programa de desenvolvimento econômico, que, para a indústria transformadora, visava repor os níveis de produção de 1973, desenvolver a indústria básica de modo a alterar a estrutura industrial subdesenvolvida do país (CASTEL-BRANCO, 1997, p.97).

Como resultado destas políticas e, não obstante alguns avanços nas áreas de saúde e educação, os anos 1980 foram caracterizados por uma crise econômica. As exportações haviam caído em 50%, as importações haviam baixado em um terço e o deficit comercial aumentou rapidamente, com o valor

1 Para uma melhor discussão ver: CASTEL-BRANCO, N. Moçambique perspectivas de desenvolvimento. Maputo: FEE-UEM, 1994; ADAM, Y. Trick or Treat: The Relationship Between Destabilization, Aid and Government Policies in Mozambique, 1975-1990. Ph.D Thesis, Roskilde University, 1996. ALDEN, C. Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building. New York: Palgrave, 2001; PITCHER, M.A. Transforming Mozambique: The Politic of Privatization, 1975-2000. New York: University Press, 2002.

2 Assim o decidiu o 3º Congresso da Frelimo, realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977.

das importações a ser igual a cinco vezes o valor das exportações; as reservas da moeda externa haviam sido esgotadas (CASTEL-BRANCO, 1997, p.97). Em 1974, o país tinha saído de uma guerra de libertação que durou cerca de 10 anos deixando a produção estacionária.

Em 24 de julho de 1975, o governo da FRELIMO nacionalizou as infraestruturas e os serviços sociais privados. Este processo teve como consequência o abandono dos proprietários de vários empreendimentos e meios de produção, a favor dos Grupos Dinamizadores.³ Isto levou também a baixa de produção, anteriormente referida (CHRISTIE,1996; PITCHER, 2002). Este cenário foi agudizado pela guerra civil⁴ e calamidades naturais.⁵ Tendo eclodido em 1977, a guerra entre a FRELIMO e a RENAMO durou até 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma.

A eclosão da guerra é atribuída a fatores internos e externos. A nível interno, identifica-se a insatisfação de um grupo cada vez crescente de moçambicanos em relação às políticas comunistas adotadas após a independência. O sonho de algumas classes sociais, que haviam conseguido reunir alguma riqueza no período colonial, ruiu com a centralização estatal e a coletivização dos meios de produção (GEFFRAY, 1991; VINES, 1991). As causas externas têm a ver com as incursões de desestabilização do sistema de apartheid sul-africano e dos conflitos ideológicos entre a URSS e os Estados Unidos da América. Neste sentido, a RENAMO é um movimento rebelde, criado pelo

3 Grupos compostos por cerca de oito a dez membros formados no contexto do Governo de transição, entre setembro de 1974 a junho de 1975, para substituírem a figura dos antigos régulos tradicionais. Escolhidos em reuniões públicas, os grupos dinamizadores foram se constituindo como o principal veículo de transmissão de decisões da FRELIMO e sua implementação na base.

4 O conceito não é consensual entre os acadêmicos e/ou estudiosos da área. Isto resulta da divergência na origem da RENAMO, que aponta para as causas externas e internas. Contudo, não obstante estes fatores de divergência, aliados ao apoio sul-africano e Rodesiano, não há dúvidas que esta guerra envolveu moçambicanos, isto é, Governo de Moçambique e a RENAMO. Ver: VINES, A. Renamo: Terrorism in Mozambique. James Currey: London, 1991; ROESCH, O. 'Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique: A View from Gaza Province', Canadian Journal of African Studies, 26, 3, 1992, pp.463-484; MINTER, W. Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique. Witwatersrand University Press: Johannesburg, 1994; WILSON, K. B. 'Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique', Journal of Southern African Studies, 18, 3, 1992, pp. 527-582.

5 Moçambique foi assolado por grandes cheias entre 1976, 1977 e 2000, secas entre 1981 e 1983 e 1991 e 1992.

regime de apartheid e pelo ocidente para desestabilizar a região, à semelhança da UNITA na Angola, que tinha fortes ligações com os EUA (MINTER, 1994).

A guerra em Moçambique não só contribuiu para a destruição de Infraestruturas sociais e econômicas, empobrecimento sistemático e prolongado das populações, como também adiou e inviabilizou programas de desenvolvimento, permitindo que diversas organizações humanitárias operassem no país em socorro e alívio das vítimas, deslocados e refugiados. A guerra causou prejuízos estimados em mais de 20 milhões de dólares (HANLON, 1997, p.13). Só entre 1981 e 1983, os ataques militares da RENAMO resultaram na destruição de 140 aldeias, 840 escolas, 200 postos de saúde, 900 cantinas rurais, e causaram milhares de mortos e centenas de milhões de dólares de prejuízo à economia moçambicana (ROESCH, 1992, p.7). A população rural foi obrigada a abandonar as suas terras para refugiar-se nas cidades, mudar-se para países vizinhos e para zonas relativamente seguras do país (ABRAHAMSSOM; NILSSON, 1994, p.109).

O recrudescimento dos efeitos devastadores da guerra civil, conjugados à seca e à fome generalizadas, nos anos de 1981 e 1983, podem ser tidos como internamente determinantes no colapso da economia. A partir de 1981, devidos a estes a produção material diminuiu significativamente em todos os setores (ADAM,1996, p.147). Em 1984, muitas pessoas, sobretudo crianças e idosos, morreram por causa da fome no país, e milhares foram para Centros de Reabilitação Nutricional (FAUVET,1989). Por causa da fome provocada pela seca, muitas famílias abandonaram suas zonas de origem e se refugiaram em áreas com melhores condições de alimentação. Em 1977, as cheias comprometeram a subsistência de mais de 80% da população do país, dependente da agricultura, porquanto afetou as principais bacias hidrográficas do país. Entre 1975 e 1994, Moçambique sofreu trinta e cinco cheias (KORE, 1994 apud MUBAI, 2001, p.5) que inviabilizaram, também, a produção, ora em baixa. Estes fatores, conjugados, deterioraram as condições econômicas do país.

As políticas adotadas após a independência não foram eficazes para reverter a tendência de queda econômica. A guerra inviabilizou vários projetos na produção agrícola e industrial e instalou um clima desfavorável ao investimento. As calamidades naturais agudizaram a situação per se deplorável no contexto da guerra. As cheias e secas destruíram infraestruturas e paralisaram a produção. Milhares de camponeses nas zonas rurais mergulharam na pobreza e dependência, sobrecarregando o Estado. O Estado, não tendo outra saída para mitigar os efeitos catastróficos da crise, mesmo a partir dos países socialistas, seus aliados, pediu apoio ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, fazendo vários apelos de ajuda à Comunidade Internacional. Entretanto, sendo Moçambique um país de orientação marxista e de partido único desde 1977, sem abertura do sistema político não podia atrair ajuda ocidental. Em 1984, após o 4º Congresso da FRELIMO, o país dispunha-se a cumprir com os condicionalismos. A sua admissão ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, no mesmo ano de 1984, é disso uma prova. Em junho de 1985, Moçambique recebeu do Banco Mundial 45 milhões de dólares, de um crédito de 205 milhões a ser recebido em três prestações, até 1989. Este crédito visava à estabilização macroeconômica e à recuperação pós-guerra (LANDAU, 1998, p.5). Assim, o país começou a transição da economia centralizada para a de mercado, requisito indispensável para atrair ajuda ocidental (DE ARMINO, 1997, p.38).

Neste contexto, verifica-se no país uma proliferação de ONG's como novos atores da sociedade, ONG's essas que, antes de 1983, estavam particularmente ausentes do cenário de ajuda. De 1983 a 1989, o número de organizações cresceu de 40 para 110. A ajuda não era distribuída via agências existentes do Estado, mas por intermédio de ONG's estrangeiras que lidam diretamente com os grupos alvo. As ONG's foram as instituições privilegiadas para canalizar a ajuda, em detrimento dos canais oficiais do Estado, desde 1987 (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994; ADAM, 1996; PFEIFFER, 2003; HANLON; SMART, 2008).

Este cenário permitiu que durante a década de 1990 muitos planos de governo fossem executados pela cooperação, que, não raras vezes, contratou ONGI's para sua implementação. Por volta de 1997, já se tinham tornado hegemônicas e todos os processos de reconstrução do país dependiam dos projetos das ONGI's. A "projetização" dos planos de desenvolvimento levou à hegemonia das ONGI's, de tal modo que todo o país conheceu a intervenção destas organizações. O país foi "recolonizado" por ONGI's, operando, sobretudo em programas de emergência. Entretanto, o fluxo de ONGI's, depois de 2000 com o início de ações de desenvolvimento, reduziu drasticamente, permanecendo no país aquelas organizações que eram estratégicas e, portanto, parceiras do governo.

Perante esta situação dramática do país, uma série de questões podem ser levantadas no sentido de compreender a eficácia das ações do Estado e dinâmica da atuação das ONGI's, em Moçambique: (1) que fatores justificaram a presença e proliferação de ONGI's no país? (2) Como é que as ONGI's marcaram presença em Moçambique? (3) Que ações foram levadas por estas ONGI's para aliviar a situação do país? (4) Que ações concretas o Governo de Moçambique tomou para tirar o país da crise em que se encontrava? (5) Quais as relações entre os programas das ONGI's e os planos do governo? (6) Quais foram os benefícios para os grupos alvo? (7) Ou melhor, até que ponto as atividades humanitárias e de desenvolvimento implementadas por ONGI's contribuíram para a reconstrução e reabilitação de Moçambique?

A resposta a estas questões exigiria certamente um exercício enorme e, portanto, difícil. Mas para melhor orientação e clareza no objeto a iluminar, perguntamo-nos: Qual foi o papel das ONG's no processo de reconstrução e reabilitação socioeconômica de Moçambique? Em Moçambique as atividades destas organizações e o seu impacto nas comunidades ainda não foram suficientemente estudadas e documentadas, mesmo com certo mérito nos processos de desenvolvimento. Os estudos existentes apresentam limitações cronológicas e as ONGI's aparecem como meros episódios da história de Moçambique. Por exemplo, Hans Abrahamsson e Anderson Nilsson (1994), Yussuf

Adam (1996), James Pfeiffer (2003); Joseph Hanlon e Teresa Smart (2008), não são sistemáticos nem abordam as ONG's em diferentes momentos do processo de transição do país. Ademais, são interpretadas como instrumentos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e de doadores (bilaterais e multilaterais) se não da Comunidade Internacional, ignorando o seu papel no contexto Moçambicano.

Esta tese, a partir de artigos do *Notícias* e dados de campo recolhidos no AHM e no distrito de Chókwè, em Gaza, analisa o papel das ONGI's na região sul de Moçambique, entre 1983 a 2010. A baliza cronológica inicial representa um marco da proliferação de ONGI's, em Moçambique e, a final, é um recorte opcional, mas que permite captar o complexo processo de reabilitações pós-cheias de 2000. Chókwè está situado a sul da província de Gaza, no curso médio do rio Limpopo; faz fronteira com os distritos de Massingir, Mabalane e Guijá, a norte; Bilene e Magude, a sul e Chibuto e Bilene, a este e Massingir e Magude, a oeste. É o distrito mais populoso de Gaza, com cerca de 240 mil habitantes distribuídos numa superfície de 2,466 Km². Do ponto de vista económico, Chókwè é essencialmente agrário, concentrando cerca de 40% dos regadios de Moçambique e, 90% da área operacional de Gaza. Estas condições permitem que os agregados familiares se ocupem da agricultura e criação de gado e produzam muitos dos produtos para o consumo, entre os quais, milho, arroz, batata-doce e feijão e carnes. O trabalho assalariado migrante ou local, produção de carvão, corte de lenha, pesca, venda de produtos, construção e fabrico de bebidas são outras atividades desenvolvidas pela população para sua subsistência. Não obstante este potencial calcula-se que cerca de 60% dos agregados familiares no Chókwè, estejam abaixo da linha da pobreza e, portanto, vulneráveis (WATERHOUSE et al, 2004, p.12; MAE, 2005, p.11; INE, 2017), o que justificou, durante anos, maior intervenção de ONGI's. Dado o nível de infraestruturação e o seu papel como centro comercial de referência, Chókwè concentra também escritórios de várias organizações que atuam na zona norte de Gaza, o que o torna ideal para a pesquisa.

Esta tese busca analisar o papel das ONGI's em Moçambique, entre 1983 a 2010. Desde os princípios dos anos 1980, o país tem assistido uma confluência de diversas ONGI's, no contexto de ajuda e assistência internacional. Porque esta confluência é justificada por múltiplos fatores, o trabalho centrou-se no contributo das ONGI's para o processo de reconstrução e reabilitação, face aos efeitos conjugados da guerra e catástrofes naturais (seca, ciclones e cheias) que assolaram o país, durante este período⁶. A partir do contexto geopolítico (internacional, regional e nacional), em associação com as alterações sociopolíticas e econômicas verificadas, internamente, o texto busca encontrar possíveis motivações para a “proliferação” de ONGI's no país. Com base nos dados colhidos no campo, fez-se uma análise visando caracterizar a dinâmica da resposta “global” das ONGI's, face aos desafios do processo de reconstrução e reabilitação de Moçambique pós-guerra. Neste sentido procurou-se analisar as atividades desenvolvidas por ONGI's no distrito de Chókwè e o impacto na reestruturação e revitalização da vida social, sobretudo na reposição de infraestruturas danificadas ou destruídas (estradas, pontes, fontes de abastecimento de água, escolas e postos de saúde). Nas entrelinhas do exercício, também, o trabalho procura avaliar o papel do Estado, face aos efeitos da crise, com objetivo último de verificar a legitimidade da atuação das ONGI's. É neste contexto que se procurou explorar as relações entre estas organizações e as estruturas administrativas do distrito de Chókwè.

A constatação de que o debate sobre as ONGI's, em Moçambique é ainda pouco explorado e controverso, ancora esta tese. Em função das expectativas, experiências e resultados no campo onde

6 De entre várias questões a pesquisa da qual resulta esta dissertação partiu da seguinte problemática. Moçambique é um país jovem, independente desde 1975 do regime Colonial Português. Desde a independência, o Governo de Moçambique tem vindo a desenhar programas e estratégias de desenvolvimento, no sentido de “apagar” os rastros coloniais. A planificação centralizada, as nacionalizações e a coletivização bem como o sistema de partido único foram algumas das estratégias adotadas. Foi desenhado também, um programa de desenvolvimento económico que, para a indústria transformadora visava: repor os níveis de produção de 1973, desenvolver a indústria básica de modo a alterar a então estrutura industrial do país. Não obstante as medidas económicas tomadas nos anos de 1970, os anos 1980 foram marcados por crise económica. A seca e a fome generalizadas nos anos 1981-1983 e o recrudescimento dos efeitos devastadores da guerra civil podem ser tidos como internamente determinantes, em consequência, a partir de 1981, a produção material diminuiu significativamente em todos os sectores. (Ver: CENTRAL COMMITTEE REPORT OF THE THIRD CONGRESS OF FRELIMO. 1977; CASTEL-BRANCO, 1997, p.97).

operam, as ONGI's têm inspirado e alimentado discussões "acesas" sobre a sua eficácia e eficiência, sobretudo quando comparadas com o Estado. Se, para Costy (2000); Lutabingwa (1997), as ONGI's são sinônimos de democracia, para Mercer (1999) e Pfeiffer (2003), podem estar a acentuar ou reproduzir as desigualdades sociais e minar a legitimidade dos governos. Contribuir neste debate a partir da experiência das ONGI's, em Chókwè, fundamenta esta escolha. Ademais, Moçambique é dos casos em que as ONGI's assumiram funções e serviços próprios do Estado, como se procura desenvolver adiante, com o exemplo de Chókwè (EGAN, 1991; DE ARMIÑO, 1997; COSTY, 2000).

A partir da dimensão da intervenção de ONGI's na esfera socioeconômica do país, desde o início da década 1980, no contexto da debilidade financeira do Estado, constituem hipóteses do trabalho: (i) as dimensões que a crise da economia de Moçambique foi tomando depois de 1975, significaram em parte, a abertura do governo não só ao neoliberalismo, como aceitar que centenas de ONGI's operassem no país; (ii) a intervenção das ONGI's, muitas vezes, substituiu os canais oficiais do Governo, isto é, a Comissão Executiva de Emergência (CENE) e as Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais (DPCCN), na coordenação, assistência humanitária das vítimas e na reintegração aos deslocados e refugiados de guerra em Moçambique; (iii) A dependência financeira das ONGI's e a sua preferência pelos doadores permitiu que o Estado ficasse fragilizado diante da sua capacidade de mobilização e intervenção na reconstrução e reabilitação do país afetado e devastado pela crise política e calamidades naturais.

Na tese argumenta-se que a proliferação de ONGI's em Moçambique, não obstante a crise econômica decorrente da ineficácia das opções políticas econômicas pós-independência, está associada aos condicionalismos impostos pelas instituições *da Bretton Woods* como requisitos para atrair ajuda ocidental. A expansão e o controle de mercado na região Austral de África ditaram o Ajustamento Estrutural das economias africanas, no geral, e de Moçambique, em particular. Assim,

as ONGI's em Moçambique se constituem como “aliadas” da neoliberalização e do avanço do capitalismo ocidental e, não como instituições mais eficazes que o Estado.

As ONGI's, de acordo com o levantamento realizado a partir do distrito de Chókwè, tiveram dificuldades de transitar das emergências para uma estratégia de desenvolvimento integrado, não obstante a pressão do Estado, a partir de 1997, para integrar a cooperação nos Planos Estratégicos do governo. A relutância, “resistência” nas ações de emergências e “projetização” da ajuda das ONGI's foram sempre justificadas com discursos de aumento de índices de corrupção nos princípios de 1990. Entretanto, depois de 1997 os dados mostram que pode estar associada à natureza, estrutura e objetivo do financiamento dos doadores.

Os resultados desta pesquisa são indicativos quanto a possibilidades de cooperação com às ONGI's, porém não conclusivos. Moçambique enquanto país em transição política e socioeconômica, desde 1975, precisa encontrar e adotar políticas eficazes e eficientes para os desafios de desenvolvimento que se lhe impõem. Ademais, é importante que a relação entre o país e as instituições de cooperação internacional seja fundamentada por evidências que resultem de pesquisa científica. Apesar da crescente importância das ONGI's como parceiras de desenvolvimento, os dados indicam que ainda persistem desafios técnico metodológicos e teórico-conceituais, sobre o setor das ONGI's. É um campo ainda repleto de crenças e generalizações questionáveis pelo que urge distinguir a natureza e funções, redes e racionalidades e as interações complexas das ONGI's e outros atores que operam no campo do desenvolvimento. Em Moçambique, o campo de pesquisa em História Social das Relações Políticas é ainda incipiente, não obstante a existência de alguns trabalhos dispersos e de alguma forma isolados. Os resultados desta pesquisa estimulam o debate e abrem novas possibilidades de pesquisa e interação entre acadêmicos, gestores de políticas públicas, oficiais das ONGI's e o sector de cooperação no país.

Metodologia e natureza das fontes

Nas conclusões do artigo “Questões para a história do presente”, Serge Barnstein e Pierre Milza (1999, p.127-128) escreveram:

A história do presente é, primeiramente e antes de tudo, história. Sem negar as especificidades que a marcam (...), que por seus objetivos, seus métodos, suas fontes, não difere em nada da história do séc. XIX, está preocupado com o peso esmagador do passado (...), é obrigado a cercar uma multiplicidade de fontes, ao rigor na análise, ao conhecimento do contexto indispensável (...), a existência de testemunhas ainda vivas é, sem dúvida, um fator determinante.

O presente trabalho enquadra-se na história do tempo presente, e dispõe necessariamente de uma multiplicidade de fontes. Olhando para o corte temporal, dois tipos de fontes se afiguram importantes na realização deste trabalho, nomeadamente os recortes impressos do Jornal Notícias e as entrevistas colhidas em depoimentos orais. Subsidiariamente foram utilizados os arquivos oficiais, relatórios de ONGI's para compreender o contexto sociopolítico. O Jornal Notícias é o diário mais antigo e de maior circulação em Moçambique e foi fundado em 1926. Este órgão possui delegações em todas as províncias do país tornando-se, geograficamente, o mais abrangente. O jornal é dos poucos meios de comunicação e informação com registos do processo de transição do país, anterior à constituição de 1990, período em que as ONGI's analisadas fazem parte. A imprensa privada é posterior ao período, deixando o Notícias incontornável sobre período em análise.

A pesquisa obedeceu três (3) etapas. A primeira consistiu na revisão de literatura e no levantamento das principais publicações sobre as ONGI's em Moçambique nos arquivos do Centro de Estudos Africanos (CEA). É no CEA onde foi possível encontrar um acervo de documentos sobre o processo de transição em Moçambique. Existem, também disponíveis documentos oficiais: Planos Quinquenais do Governo (PQG), Planos Económicos e Sociais (PES), Relatórios Oficiais do

Governo, de Agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e do partido da FRELIMO. A documentação serviu de base para o fortalecimento da percepção de que a proliferação e interferência das ONGI's no setor público do país estiveram relacionadas com a fragilização do Estado e a depreciação das condições de vida na sociedade moçambicana.

Além do CEA, trabalhamos no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), onde estão depositados diferentes periódicos da época, entre os quais, o *Jornal Notícias*, a fonte principal de pesquisa. Aqui, a principal tarefa foi identificar e recortar dados relevantes sobre a presença de ONGI's em Moçambique, no período de 1983 a 2010. Com base nas informações recolhidas dos recortes, foram mapeadas as ONGI's e concebidos as entrevistas realizadas. As entrevistas foram realizadas em Chókwè, a diferentes intervenientes: representantes e colaboradores de ONGI's, beneficiários e associações, autoridades políticas e administrativas locais e líderes comunitários. Os dados recolhidos das entrevistas permitiram equilibrar as visões oficial e comunitária, sobre a intervenção de ONGI's, na segunda fase da pesquisa. O levantamento de campo permitiu também captar, não só a dimensão local da questão, mas também as percepções comunitárias sobre o papel das ONGI's enquanto organizações que representam o interesse de pessoas desfavorecidas. A perspectiva comunitária de análise das atividades das ONGI's em Moçambique configura uma possibilidade de leitura da micro-história, restituindo a “voz das massas” anônimas.

A terceira etapa consistiu na leitura da documentação primária impressa no *Notícias*, com base na análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2002). Seguiu-se a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados obtidos, inferência, interpretação e, finalmente, a síntese, como etapas fundamentais para a formulação de hipóteses de trabalho, definição de objetivos, mas também de codificação e classificação do material (BARDIN, 2002). As fontes orais seguiram o “estilo de análise completo” de Jorge Lozano. O material oral recolhido das entrevistas foi ordenado segundo categorias qualitativas, sistematizado e, posteriormente, analisado, interpretado, situando

historicamente os depoimentos e as evidências orais. Concluída esta fase, seguiu-se a inferência e a interpretação do conteúdo e, finalmente, a síntese em forma de tese (LOZANO, 2006, p.23).

Balanço historiográfico

Existe uma vasta literatura sobre a problemática das ONG's na Africa Subsahariana (EDWARDS & HULME, 1992; RIDDELL & ROBINSON, 1995; PIETERSE, 1997; SHIVDJI, 2007; WELKER & AHMED, 2008).⁷ A literatura, regra geral, coloca em discussão a possibilidade que as ONG's têm, enquanto instituições que se situam entre o poder político e o mercado, para realizar ou satisfazer o papel a elas impingido, no quadro das relações entre o Estado e a sociedade civil. Nos anos 1960, pensou-se que as ONG's seriam uma solução viável perante a ineficácia e ineficiência do Estado na satisfação em resolver os problemas dos cidadãos. Hoje, os estudos realizados, concluem que os problemas levantados a nível local e nacional demonstram que a relação Estado e Sociedade Civil é caracterizada por padrões desiguais de participação. Isto sugere que as ONG's contribuem para a reprodução das desigualdades (MERCER, 1997). Mas, esta leitura sobre as ONG's pode simplificar uma questão que logo à partida se revela complexa.

Em Moçambique ainda são escassos os estudos consistentes sobre as ONGI's, destacando-se uma série de avaliações aos programas de diversas ONGI's que, regra geral, aponta para resultados similares: participação ativa dos beneficiários desde 1985 (ADAM, 1985). A situação torna-se difícil quando se trata de analisar o seu contributo na reabilitação e reconstrução pós-guerra. Dado o contexto, muitas vezes as ONGI's operaram fora do alcance e articulação com os canais oficiais do

7 Ver: Pieterse, E. South African NGOs and the Trials of Transition. *Development in practice*. 7. 2 (1997) 157- 166; Edwards, M. & Hulme, D. *Making a Difference. NGOs and Development in a Changing World*. London: Earthschan Publications, 1992. Shivdji, I.G. *Silences in NGO Discourse: The Role and the Future of NGO in Africa*. Nairobi and Oxford: Fahamu, 2007; Riddell, R.C.; Robinson, M. at all. *Non-Governmental Organizations and Rural Poverty Alleviation*. Oxford: Clarendon Press, 1995; Welker, E.; Ahmed, F. *What Do Non- Government Organization Do?* *Journal of Economic Perspective*. 22, 2 (2008) 73-92 .

governo. Abrahamsson e Nilsson (1994), na análise que fazem sobre Moçambique e os processos de transição, exploram os efeitos da “Guerra- fria” e as manobras geoestratégicas do regime do *apartheid* e as implicações sociopolíticas em Moçambique. A proliferação de ONGI’s enquadra-se num contexto de crise que abalou o país após a independência e está associada aos condicionalismos das Instituições da *Bretton Woods* para canalizar a ajuda necessária a partir de 1987. A crise que o país atravessou, para estes autores, se por um lado foi devido aos fracassos da chamada economia dirigida de inspiração Marxista-leninista, por outro resultou do esforço ocidental de implantação de economias capitalistas na África Austral, no contexto da bipolarização pós Segunda Guerra Mundial. A ideia de desestabilização é muito acentuada nesta análise. Argumenta-se, porém, que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional exigiam ao governo que a distribuição fosse feita por estruturas paralelas, separadas do Estado e que as ONG’s teriam autorização para formá-las. O estudo, contudo, faz uma análise superficial sobre o papel das ONG’s (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994).

Monteiro e José (1995) abordam, entre outras questões, as ONG’s em Moçambique no contexto da construção de uma identidade civil no país. Esta é uma coletânea de textos com reflexões sobre as ONG’s, identidade e natureza e alcance das atividades que realizam no âmbito de sua intervenção social. Aqui, exploram-se as relações entre as organizações nacionais e internacionais, as origens remotas das ONG’s e as razões de sua proliferação no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Por conseguinte, Victória Ginja tenta situar as ONG’s em novas tendências de democratização que caracterizaram os anos 1980 na América Latina, na África e em alguns países do Leste Europeu, um debate que se afigura fulcral no trabalho. O discurso da “ilegitimidade” dos governos face aos insucessos dos regimes “autoritários”, o fracasso das estratégias econômicas e de desenvolvimento é recuperado neste trabalho para justificar as pressões sociais, rumo à democratização dos regimes, que caracterizou os anos 1960 a 1980, período de transição na região (GINJA, 1995, p.67-71). No

contexto da abertura dada pela Constituição de 1990, este foi um dos primeiros esforços públicos conhecido visando, em mesa redonda, debater o futuro das ONG's nacionais já implantadas rumo á uma sociedade civil genuinamente moçambicana. A necessidade de uma maior coordenação de esforços já se denunciava neste debate, não obstante a batalha pela captação de financiamentos para suas atividades.

Adam (1996), na discussão em relação ao processo de transição, discute a ascensão do gráfico de subvenções canalizadas por via de ONGI's e sua relevância no contexto de ajuda para Moçambique (ADAM, 1996).⁸ Dados avançados no estudo são um prenúncio sobre potencialidades de intervenção das ONGI's no processo de transição de Moçambique. Contudo, no estudo é recorrente a ideia de que o fluxo de ajuda que o país recebeu nos anos 1980 resultou do quadro das “sanções internas e externas” aplicadas no contexto das estratégias e políticas de desenvolvimento escolhidas pelo governo da FRELIMO após a independência, em 1975.⁹

Hanlon (1997) recupera o debate da presença de ONGI's em Moçambique como resultando do pacote de concessões que o país teve que fazer para receber ajuda ocidental: (1) assinatura do Acordo de Nkomati, em 1984; (2) adesão ao Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, aceitar a política do Ajustamento Estrutural e abandonar o socialismo para abraçar o capitalismo; (3) aceitar que as ONG's estrangeiras assumissem a distribuição da ajuda, sobretudo a CARE INTERNATIONAL e Visão Mundial, para o caso dos Estados Unidos (HANLON, 1997).

Nesta reflexão, Hanlon explica a proliferação de ONGI's como imposições e condicionalismos das instituições de *Bretton Woods* e subestima a racionalidade das escolhas que o governo fez no

8 Yussuf Adam defende no seu argumento central que não foi somente um fator que permitiu o redesenhar das opções políticas e econômicas de Moçambique. A dependência do Estado na ajuda e doações com a queda da produção, exportações e crises naturais cíclicas e aumento das importações abriu portas para as alterações verificadas. A mudança na Constituição é o corolário de contradições e mudanças nas políticas e práticas de desenvolvimento ocorridas no período pós-independência.

9 Yussuf Adam considera sanções internas a guerra que foi movida pela RENAMO de 1977 a 1992. Contudo, o modelo marxista-leninista escolhido após a independência não só esteve dependente das forças externas como também retraiu a simpatia ocidental e transformou o país num campo de batalhas da guerra fria, agressões Rodesianas e Sul-africanas.

processo de neoliberalização e aponta o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional como exclusivas bloqueadoras do desenvolvimento em Moçambique. Contudo, para Adam (1996), a desestabilização, a natureza do Estado, as pressões ocidentais e condicionamentos dos doadores no contexto da crise sociopolítica e econômica, conjugados, contribuíram para a mudança das opções políticas. É neste contexto que se afirma que as condições impostas derivam, grosso modo, de políticas e estratégias de desenvolvimento manifestadas pelo governo para aliviar o país da situação de crise.

De Armiño (1997), estudando a intervenção das ONG's espanholas em Moçambique, analisou a dimensão do seu trabalho no processo de reabilitação. Não obstante os dados elucidarem uma evolução nos conteúdos de ajuda e natureza das intervenções realizadas, são evidentes as distorções na sua atuação. E a solução passa, segundo o estudo, por uma maior coordenação nas atividades desenvolvidas entre as ONG's espanholas com outras ONGI's e entidades governamentais a vários níveis. Para além de ser um documento que oferece elementos de comparação indispensáveis, o estudo é um exemplo da necessidade de mudança de paradigma de intervenção das ONGI's no contexto da pacificação e implementação de programas de desenvolvimento depois de 1994, com o fim das ajudas de emergências em Moçambique.

A racionalização das subvenções e a qualidade dos programas implementados pelas organizações entraram em questão já no contexto de "paz formal"¹⁰. Um estudo apresentado por Sam Barnes (1998) descreve o papel das ONGI's no processo de manutenção da paz em Moçambique. Discute o seu papel no apoio humanitário, desmobilização, reassentamento, apoio às eleições e desminagem. Entretanto, sublinha, no contexto da mudança de paradigma, os desafios desta expansão, tanto para as agências envolvidas como para o governo, no período de 1992-1995 (BARNES, 1998, p.309-

10 Conceito usado por Chris Alden para distinguir a fase da assinatura do Acordo Geral de Paz e os processos contínuos de busca efetiva e consolidação da paz em Moçambique. Alden olha a pacificação do país como um processo em construção que integra todo um conjunto de processos visando a edificação de um novo estado africano. Ver: Alden, C. Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building. New York, Palgrave, 2001.

322). Considerando as dificuldades práticas atravessadas pelas ONG's num ambiente pós-guerra, Sam Barnes, corroborando com De Armiño (1997), concluiu que há necessidade de uma definição de papéis apropriados e padrões operacionais mínimos, se as ONG's estão para implementar programas. Esta postura não iria, primeiro, comprometer a integridade das ONG's e, depois, não perigaria o processo de reconstrução do país a longo termo. À semelhança dos autores já referidos, Costy (2000), baseando-se na formulação de “construção hegemônica”, apresenta uma reflexão que ajuda a perceber a intervenção das ONGI's em Moçambique, entre 1992 e 1997. Alexander Costy discute o papel destas organizações na integração institucional, política e de empoderamento, promoção da reconciliação, reestruturação social, dinamização do setor civil local e criação de ONG's nacionais. Apesar de fazer uma abordagem interessante sobre as principais linhas de atuação de ONG's no país, adotou um período de 5 anos e, portanto, com limitações cronológicas. Costy não capta as possíveis continuidades e descontinuidades na hegemonia das ONG's. De 1992 a 1997, visto que o contexto foi de emergências e apoio ao regresso e integração de refugiados e deslocados de guerra, as ONGI's apresentaram-se relativamente eficientes quando comparadas com o Estado. Esta situação altera-se à medida que o centro das atenções passa para a promoção do desenvolvimento, onde as ONGI's não tinham experiência e os fluxos financeiros que lhes eram alocados passaram para o apoio programático ou para o OGE.

Um estudo de Chris Alden (2001) sobre os esforços da comunidade internacional para construção de um Estado pós-colonial viável em Moçambique foi publicado em 2001. O referido estudo descreve o processo da transição do conflito para a paz e suas consequências nas dimensões política, econômica e internacional. Argumenta que durante os anos 1980, as ONGI's foram associadas ao triunfalismo ocidental em relação à eficácia da economia de mercado, da democracia, mas, sobretudo, com a crença em métodos múltiplos para a paz, segurança e desenvolvimento. Não surpreende, pois que durante o período da Guerra Fria mais do que ideológicas, as ONG's capacitam-se tecnicamente e emergem para jogar um papel, estimulando no novo contexto,

intervenções bilaterais e multilaterais, em ruptura com a base “*state-centric*” (centralizada no Estado), tradicionalmente conhecida. Neste sentido e de acordo com Alden, a intervenção de ONGI’s em Moçambique deve ser entendida no âmbito do esforço da comunidade internacional para a pacificação, neoliberalização, democratização como instrumentos para um desenvolvimento, paz e segurança efetivas. Assim, as ONGI’s tenderam a olhar as organizações locais como parceiras naturais ou constituintes, mesmo alinhadas com a política pós Guerra fria de resolução de conflitos. À semelhança de Abrahamsson e Nilsson, Yussuf Adam e Joseph Hanlon, Chris Alden (2001), também não explora o desempenho específico destas organizações nos processos que se seguiram no pós- guerra. As ONG’s não são dissociadas da comunidade internacional. De igual modo, Anne Pitcher (2002) no estudo que faz sobre os processos de privatização, aponta algumas razões do colapso da economia dirigida em Moçambique. Diferentemente de Joseph Hanlon, Anne Pitcher defende que a relação que emergiu entre o Estado e o mercado foi negociada e gerida, conscientemente, num clima contestado e instável. Assim, com base na teoria da preservação transformativa, Pitcher argumenta que as mudanças políticas e econômicas devem ser vistas como um processo de interação constante entre os primeiros agentes, os emergentes e as forças organizacionais (HANLON, 1997; PITCHER, 2002; HANLON & SMART, 2008). À semelhança de Castel-Branco (1994) e Adam (1996), a autora também aponta como fatores que contribuíram para a erosão do Estado, entre 1983 e 1990, a queda na produção agrícola e industrial, que resultaram na queda das importações, sem subestimar as incursões da RENAMO (CASTELBRANCO, 1994; ADAM, 1996; PITCHER, 2002). O discurso de condicionalismos da *Bretton Woods* aparece neste processo e a preferência dos doadores pelas ONG’s deve ser discutida também no contexto das garantias e compromisso de um setor estatal em erosão para com o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Ainda no contexto doméstico, James Pfeiffer reconhece que à mercê dos processos de privatização e neoliberalização, a ajuda internacional nos países em desenvolvimento, tem sido canalizada

crescentemente através de ONGI's (PFEIFFER, 2003). Contudo, corroborando com De Armiño (1997) e Barnes (1998) no debate da eficácia e eficiência e mudança de paradigma, Pfeiffer argumenta que as ONGI's e seus colaboradores durante uma década fragmentaram o sistema de saúde local, minaram o controlo local dos programas de saúde e contribuíram para o crescimento das desigualdades sociais em Moçambique. Fundamenta que com a queda de salários no sistema de saúde, os funcionários se tornaram vulneráveis a favores financeiros oferecidos por ONGI's preocupadas em promover seus projetos (PFEIFFER, 2003, p.725-738). Na sua dissertação para o restabelecimento de relações profissionais equilibradas sugere uma colaboração entre estes e agentes locais de saúde. As distorções já levantadas por De Armiño (1997) encontram mais uma vez eco, indiciando, grosso modo, uma desarticulação entre as diferentes ONG's. Como podemos vislumbrar se, por um lado, existem variadas reflexões sobre ONGI's em Moçambique, por outro lado, são poucos os estudos que as inserem num quadro sistemático de análise. Aqueles que procuram fazê-lo apresentam limitações cronológicas que não permitem, por exemplo, uma leitura diacrônica da sua contribuição no processo de transição de Moçambique. É preciso que se aprofundem vários aspectos sobre o papel das ONGI's, desde a sua relação com os doadores, a sua preferência na canalização de ajuda e, sobretudo, a compreensão da sua participação na reconstrução e reabilitação pós-guerra. A presente proposta de pesquisa pode preencher as lacunas existentes no estudo das ONGI's em Moçambique porquanto procura compreender a sua participação no processo de reconstrução e reabilitação pós-guerra e catástrofes naturais.

Referencial teórico

O Banco Mundial define ONG's como "organizações privadas que buscam atividades para aliviar o sofrimento, promover os interesses dos pobres, proteger o meio ambiente, prover serviços sociais

básicos ou empreender o desenvolvimento comunitário". Em termos mais amplos, o termo ONG pode ser aplicado a qualquer organização sem fins lucrativos que é independente do governo (MALENA, 1995, p.13-14). O termo é usado para designar uma diversidade de organizações humanitárias, independentes e/ou voluntárias que, no contexto de guerra e calamidades naturais, tem orientado suas atividades para o alívio de problemas que causam desfavorecimento e na melhoria das condições de vida de grupos carentes.

No debate sobre o papel das ONG's na África, duas perspectivas teóricas são concorrentes: a teoria do "contrato falhado" e a teoria de "parceria ou interdependência". A primeira considera que, em face das transformações socioeconômicas do período pós 2ª Guerra Mundial, as ONG's têm sido identificadas como proeminentes formas de organização, que podem implementar o compromisso global do desenvolvimento "top down", característica no século XX (KAMAT, 2004; SAMA, 2013). Nessa ordem, a entrada massiva de ONG's na África Austral, durante os anos 1980, traduz, em boa parte, o "discurso" da ineficiência, ineficácia e letargia do Estado na provisão de condições às populações. A letargia resulta também da deficiente gestão da economia pelos governos, que não permitiu crescimento desde 1960 (SACHIKONYE, 1992; NDLELA, 2003; HANLON, MANJENGWA; SMART, 2013).

Diante da situação, as ONG's beneficiam do beneplácito da experiência localmente acumulada e do vazio criado entre o mercado e Estado no contexto da nova ordem econômica inaugurada nos finais da década de 1970. Desse modo, esta teoria conecta-se à neoliberalização. Esta, na sua definição, estimula a propriedade privada e o empreendedorismo, livre mercado e comércio como mecanismos de promoção efetiva do bem-estar. O Estado recua para uma posição estritamente política, de mero regulador e de criação de um ambiente que assegure essas práticas. Se o Estado tiver que intervir, que seja no mínimo para corrigir falhas (HARVEY, 2008, p.12)¹¹. As ONG's apresentam-se

11 Iniciado na China em 1978, as reformas neoliberais vão atingir os Estados Unidos e Reino Unido em 1979, com a ascensão ao poder de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente. HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p.12.

alternativamente viáveis na implementação de projetos ao nível micro da sociedade. E, por essa via, também se legitimam como representantes dos “sem voz” em questões políticas.

A segunda teoria postula que a capitalização desta experiência a nível macro revela-se importante para o desenvolvimento da democracia. Aqui, justifica-se a parceria entre as ONG’s e o Estado. A perspectiva do “*scaling up*” fundamenta a interdependência dos poderes micro e macro, esta última detida pelo Estado (SAMA, 2013). Um exemplo de parceria foi a implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural em vários países africanos (SAP’s na versão inglesa), que contou com a intervenção de ONG’s (LUTANBINGWA, GRAY; SKINNER, 1997; BARNES, 1998; PFEIFFER, 2003).

Assim, atualmente, com a expansão da economia de mercado e os Estados em declínio, é inevitável que as ONG’s intervenham para responder às necessidades e demandas das camadas pobres e marginalizadas da sociedade (ROBINSON, 1997). Entretanto, as intervenções de ONG’s também apontam para campos de conflitualidade com o Estado, sobretudo porque visam por via do “*scaling up*”, a representação do interesse público e democrático. Não obstante o fato, pesquisas sugerem uma relação de parceria equilibrada na defesa dos interesses da sociedade (KAMAT, 2004; SAMA, 2013). Isto se fundamenta na ideia de que as ONG’s são possuidoras de vantagens distintivas (sobre outras instituições da sociedade) e podem desempenhar um papel positivo no processo de desenvolvimento africano (KORTEN, 1990).

Todavia, as vantagens acima referidas não podem ser traduzidas em competências das ONG’s para que o processo de influência de políticas públicas seja efetivo (BEBBINGTON, 1993). Existe o risco de que os processos em que estão envolvidas possam ser minados, especialmente se as ONG’s ignorarem as implicações políticas do trabalho que realizam em relação ao governo e suas funções macro políticas (ANELLO, 1991, p.5). Ademais, a reputação das ONG’s na África pode ter

aumentado com a ineficiência das intervenções estatais, e não por realizações concretas (BRATTON, 1989).

A discussão atual sobre as ONG's não só deve incluir questões de fortalecimento da responsabilidade, autonomia e eficácia organizacional das ONG's (FOWLER, 1997; 2000), mas também os mecanismos de interação e parceria com os macro poderes, sendo que as suas atividades têm implicações macro políticas. Ao se apresentarem como alternativa para preencher o “fosso” criado entre o mercado e o Estado na provisão de condições aos cidadãos, as ONG's remetem-nos a uma possível ruptura do “contrato social” pelo Estado.

A perspectiva contratualista foi sucessivamente defendida por Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau no século XVIII. No seu Livro I, J-J. Rousseau define-o com sendo fundamentado num pacto convencional. O homem abdica da sua liberdade natural, dos seus direitos e deposita confiança no poder de uma autoridade: o Estado. Em nome do bem comum e da garantia de proteção, o indivíduo submete-se às leis da sociedade e do Estado. O contrato social legitima o poder e funda a sociedade civil (ROUSSEAU, Livro I, p.9-35). Como diria Foucault (1999, p.143-148), os corpos são docilizados, exercitados e submissos à autoridade instituída.

Na África, as ONGI's surgem como novos atores sociopolíticos e representantes dos “sem voz” em consequência da NOEI, que emerge nos finais dos anos 1970. Com um quadro socioeconômico turbulento e sombrio durante o processo de transição política, os governos dos países subsaarianos – contexto da pesquisa – vão se ressentir profundamente da neoliberalização. Vista como uma das faces mais visíveis do capitalismo financeiro, a doutrina neoliberal visava, entre outros aspectos, a desregulação, a privatização e a retirada do Estado nos serviços sociais (HARVEY, 2008, p.3-4).

Para os países africanos, a doutrina, mais do que opção política, era uma questão de sobrevivência. Em finais dos anos 1980, com a queda da URSS, o comunismo entrava em colapso, dando espaço à expansão do capitalismo através dos ajustamentos estruturais das economias do continente. No caso

de Moçambique, o ajustamento visava, entre outros aspectos, inverter o declínio na produção e restaurar um nível de consumo para toda a população; reduzir os desequilíbrios financeiros internos; estabelecer as condições para o regresso ao crescimento econômico; reintegrar os mercados oficiais e paralelos; restaurar a disciplina financeira nas relações com parceiros comerciais (BROCHMANN; OFSTAD 1990 apud OPPENHEIMER, 2006, p.28).

A “expansão global do capitalismo foi imperialista em todas as etapas de sua história e assim permanece por todo o futuro vislumbrável”, escreve Samir Amin (AMIN, 2005, p.82). O imperialismo é um sistema em que as potências globais controlam a expansão dos mercados, pilham os recursos naturais do planeta e exploram as reservas de mão de obra da periferia, que, regra geral, não domina os mecanismos de acumulação. Este sistema divide o mundo em centro, semiperiferia e periferia (AMIN, 2005, p.82).¹² Sintetizado nos meados do século XX, pela filósofa alemã Hannah Arendt, o imperialismo resultou da emancipação política da burguesia, nos finais do século XIX e princípios do XX. O processo de unificação étnica na Europa, a derrota do exército de Napoleão, as recessões econômicas, entre 1860-1880 e, sobretudo a aliança do capital com a ralé deram efervescência aos movimentos nacionalistas na Europa. O imperialismo, inspirado por ideologias marxistas e racistas, não apenas resultou na corrida das potências coloniais para a exploração de recursos e expansão dos mercados em lugares distantes, mas também definiu a Europa como o centro deste sistema a Europa (ARENDR, 1973, pp.147-337).

No contexto africano, as potências econômicas enfraquecem os aparelhos de Estado e permitem que certas entidades, no caso as ONGI's, se posicionem e atuem como intermediárias especializadas entre o centro e a periferia, como nos parece o caso de Moçambique. É neste quadro de

12 O imperialismo não é apenas o estágio permanente do capitalismo “mundializado” realmente existente, mas é desde a origem, imanente à sua expansão. Depois da fase mercantilista e da revolução industrial, com a derrocada do sistema soviético e dos regimes do nacionalismo populista do terceiro mundo estamos em fase de uma nova onda de expansão imperialista ainda devastadora. AMIN, S. “*O Imperialismo, Passado e Presente*”. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, 2005, pp. 77-123. p.82.

neoliberalização, de expansão do capitalismo e do colapso do equilíbrio político-econômico, que o estudo dos processos de reconstrução e reabilitação em Moçambique se insere.

Antes, porém é importante clarificar que os conceitos “reconstrução e reabilitação” são aplicados segundo o entendimento de Gilles Carbonnier (1998). No contexto de desastres a reconstrução faz ponte entre ações de emergência e de normalização da vida dos afetados, compreende reparações e reposições de infraestruturas destruídas ou danificadas e o restabelecimento das atividades quotidianas, do retorno ao trabalho e recuperação de casas e edifícios públicos. A reabilitação encerra um conjunto de ações que visam, no geral, a normalização da vida dos afetados, faz referência a uma recuperação mais abrangente, por exemplo, a restauração da produção, das redes comerciais e do mercado (CARBONNIER, 1998, p.14). É no quadro do período considerado de reabilitação que nos interrogamos a cerca da atuação sociopolítica de ONGI’s em Moçambique.

O capítulo I, além de introdutório, basicamente, discute alguns aspectos teóricos sobre a noção de ONGI’s e como foram assumindo, no nível do sistema global (Nações Unidas), o estatuto de parceiras no desenvolvimento, sobretudo no contexto da neoliberalização. É neste capítulo que se procura enquadrar as atividades das ONGI’s no contexto histórico global. Argumenta-se que as ONGI’s como associações e organizações filantrópicas têm origens remotas. Entretanto, a estrutura que atualmente apresentam resulta dos processos subsequentes á Segunda Guerra Mundial no âmbito dos esforços das Nações Unidas de pacificação do mundo progressivamente desigual. A participação destas organizações das reuniões do ECOSOC permitiu seu envolvimento em matérias globais, a destacar os direitos humanos e meio ambiente.

O capítulo II disserta sobre a relação entre a crise econômica e social dos anos 1970 e 1980, neoliberalização, democracia e direitos humanos como fatores que justificam a corrida de ONGI’s para África, no geral e Moçambique, em particular. Argumenta-se que em África o não governamental não foi ocasional, mas resultante de conflitos étnicos, políticos e militares que

minaram os planos de desenvolvimento e mergulharam os governos africanos na miséria e posterior neoliberalização.

O capítulo III tem como objetivo identificar os principais fatores que explicam a proliferação de ONGI's em Moçambique. Argumenta que no contexto nacional, as calamidades naturais, a guerra e o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) foram fatores determinantes para a proliferação de ONGI's, em Moçambique. Os problemas criados pela guerra, calamidades naturais e os resultantes da implementação do PRES, permitiram que no contexto das emergências, centenas de ONGI's conduzissem uma série de programas e, mais tarde, de desenvolvimento nas áreas de saneamento, infraestruturas, saúde e educação. Estes fatores, conjugados a conjuntura internacional, permitiram que a partir de 1984, um número considerável de ONGI's operasse, em Moçambique.

No capítulo IV faz-se uma descrição sobre o envolvimento das ONGI's nos programas de emergência humanitária que, em face da guerra e de calamidades naturais, em cooperação com a comunidade internacional, o país precisou conduzir para salvar milhares de afetados. Com base nos artigos do Notícias, argumenta-se que a “proliferação” de ONGI's, a partir de 1983, tem que ver, não apenas com questões de solidariedade internacional e/ou da atividade filantrópica e humanitária, mas, também com os condicionalismos das IFI's, como requisitos para atrair ajuda ocidental. No âmbito da NOEI, os países doadores também exigiam às autoridades que, no âmbito dos Apelos Internacionais lançados pelo governo de Moçambique, suas subvenções deviam ser canalizadas por entidades e/ou organismos independentes do estado. As agências da ONU e dos países ocidentais imbuídas de agendas desenvolvimentistas, também se lançaram na busca de soluções para os desafios de Moçambique e, de “mão dadas” com as ONGI's realizaram intervenções de emergência de “lês a lês”.

O capítulo V é reservado ao estudo de caso, entre 1992 e 2010. A partir da descrição de experiências das ONGI's em Chókwè, este capítulo analisa e discute o papel destas organizações

nos processos de reconstrução e reabilitação pós-guerra. Argumenta-se que as ONGI's, no distrito de Chókwè, participaram do processo de reconstrução e reabilitação apoiando as populações a regressarem e reerguerem-se das destruições da guerra e do impacto das cheias e secas registadas na zona, em apoio ao Plano de Reconstrução Nacional e aos planos de emergência. Porém, as suas atividades não se traduziram, necessariamente em crescimento econômico e desenvolvimento mas, no alívio, inserção e transformação da sociedade através de mecanismos plurais de gestão e participação sociopolítica e econômica. Isto justifica, em parte, o esforço na criação de associações e centros de desenvolvimento comunitários e abre possibilidades para discutir as transformações ocorridas nos programas das ONGI's, com o desanuviar do clima de guerra e o fim da emergência, em Moçambique.

A conclusão é um corolário das principais ideias desenvolvidas no texto. Além de fazer uma síntese sobre o papel das ONGI's, são abertas novas perspectivas para pesquisas no campo de ONG's estrangeiras e nacionais, em Moçambique. Os dados apresentados são bastantes para compreender que as ONGI's, não obstante, iniciativas desenvolvidas, no contexto do programas de emergência, a sua proliferação não pode ser dissociada do esforço de países capitalistas, em liderar a transformação e integração econômica do país, no mercado capitalista neoliberalizado. Entretanto, ao longo do processo de transformações socioeconômicas foram verificadas vicissitudes que, não só tornaram complexa a atuação de ONGI's, como também exigiram de toda a comunidade internacional redefinições, readaptações e novos compromissos para o alcance dos objetivos. Os objetivos deste estudo, jamais podiam conseguir fazer a conciliação destes aspetos. Com base nas limitações e dificuldades encontradas no decurso do trabalho, são propostas novas questões e linhas de abordagem que ultrapassam, obviamente, o âmbito do estudo.

CAPÍTULO I

ONG'S NA POLÍTICA GLOBAL: NOTAS SOBRE O CONTEXTO, PERCURSOS E NOÇÕES DESDE 1945.

Depois do século XIX, um período de franco progresso material, intelectual e moral quase ininterrupto e de consolidação do capitalismo liberal, o século XX entra para os anais da história como de grande decepção e desilusão. Catástrofes, crises econômicas, recessões e confrontos ideológicos abalaram as bases de progresso da civilização ocidental. Conflitos entre potências europeias durante a corrida em busca do controle de mercados mergulharam o mundo em duas grandes guerras.¹³

Após duas guerras mundiais, a Europa jamais foi a mesma. As crises sociais em contexto de recessões e crise econômica dos anos de 1920 se traduziram em rebeliões e revoluções. Com a Revolução Socialista Russa de 1917, a Europa assiste o avanço do autoritarismo e de ideologias socialistas (HAYEK, 2010). Os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade em vigor desde a Revolução Francesa (1789-1799) ficaram tremidos com o autoritarismo. As doutrinas nazifascistas floresceram, entre 1919 e 1945, chegando a se propôr como alternativas “historicamente predestinadas” ao capitalismo liberal. Neste período, as instituições da democracia liberal quase desapareceram na Europa (HOBSBAWM, 1995, HAYEK, 2010).

A 1ª Guerra Mundial assinalou o colapso da civilização ocidental do século XIX. A burguesia capitalista liberal e constitucional, progressivamente convencida da centralidade política, científica e tecnológica, vê-se confrontada com a realidade emergente, o autoritarismo nazifascista. A Europa

¹³ O filósofo inglês, Isaiah Berlin, lembrou o século XX apenas como o mais terrível da história. O antropólogo espanhol, Júlio Caro Baroja tem nos acontecimentos do século XX como os mais terríveis porque passou a humanidade. Rene Dumont, agrônomo e ecologista francês resumiu-no apenas como sendo de massacres e guerras. Ver: HOBSBAWM (1995).

devia provar que o conhecimento e a educação eram a chave do progresso material e moral. O avanço da doutrina socialista na Alemanha vai constituir o ponto mais alto das ameaças ao sistema vigente. A crise social e moral se instalam na Europa. Em corolário, entre 1920-1930, as teorias racionalista e humanitária foram abandonadas (HOBSBAWM, 1995; HAYEK, 2010).

As grandes depressões econômicas, também, contribuíram para a crise. A depressão de 1930 levou muitas pessoas para o desemprego e, conseqüentemente, à indignação. A 2ª Guerra Mundial apenas os agudiza com holocaustos e bombardeamentos que romperam com o tecido sociocultural e ideológico europeu. Hobsbawn (1995), no preambulo da obra *Era dos extremos*, indica o período 1914-1945, como “Era da catástrofe”. Afinal, foi durante este período que prolongadas fomes e genocídios se registaram. Seguiu-se, porém a “era do ouro”. Um crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural a acompanhou. Contudo, nas décadas de 1980-1990, o mundo volta à recessão econômica ressentindo-se, novamente, do desemprego e depressões severas. Curiosamente, o fosso entre pobres e ricos aumentou (HOBSBAWM, 1995; DUMENIL; LEVY, 2007; CERQUEIRA, 2008). À tese não cabe desenvolver o assunto, mas como estes eventos se interligam à emergência das ONG's como novos atores da sociedade civil global.

Este capítulo tem como objectivo fazer um enquadramento histórico e teórico conceptual das ONG's e sua atuação no contexto pós 2ª Guerra Mundial, sobretudo, a partir do sistema das Nações Unidas, de modo a identificar os fatores da sua multiplicação no sistema global. Neste sentido, argumenta-se que os acontecimentos da 2ª Guerra Mundial, se, por um lado contribuíram para a instauração de nova ordem política bipolar; por outro, inspiraram e/ou influenciaram para a necessidade de uma participação ativa de organizações da sociedade civil na política global, sendo as ONG's parte integrante. Ao longo deste período as ONG's se fizeram definir pelo que não são alimentando ambigüidades ao pretender ser, simultaneamente, voluntárias, autônomas, sem fins lucrativos, privadas e populares.

O contexto pós 2ª Guerra Mundial

Entre 1939 e 1945 o mundo esteve mergulhado em mais uma guerra. A 2ª Guerra Mundial é um acontecimento que, sem dúvida, teve impactos profundos na remodelação das relações globais. Com o final da guerra, em 1945, o “clima hostil e belicista” nazi fascista, também chegava ao fim. A união “estranha” de forças entre capitalismo e socialismo tivera resultados, mormente a derrota da Alemanha pelo exército soviético e a frustração da agenda autoritária (HOBSBAWM, 1995; KISSINGER, 2012). A consequência imediata foi que União Soviética e os Estados Unidos emergem como potências mundiais.

A partir daí, as relações entre os Estados também sofreram alterações. A Conferência de Yalta (1945), reunindo líderes dos estados vencedores, nomeadamente, Franklin Roosevelt (EUA), Winston Churchill (Inglaterra) e Joseph Stalin (União Soviética), tomou decisões com impacto na política global. Afinal, evitar que Alemanha se tornasse uma nova ameaça geopolítica na Europa implicava adotar, também medidas com impacto nas relações internacionais futuras (VIZENTINI, 1997; VASCONCELLOS; DE SOUZA MANSANI, 2013). A divisão tornada fato em agosto de 1945, na Conferência de Potsdam, como a seguir mencionaremos, constituiu uma das medidas. Entretanto, o fim de relações coloniais e o investimento na diplomacia entre estados estavam nos desafios a enfrentar, sobretudo pela França e Inglaterra com vastos territórios ultramarinos.

A guerra tinha para além de milhões de mortos, causado cerca de trinta milhões de feridos e três milhões de desaparecidos.¹⁴ Não foi sem bases que o escritor britânico e prêmio Nobel da literatura (1983), William Golding, descreveu o século XX como o mais violento da história humana. A

14 Os dados estatísticos referentes à 2ª Guerra Mundial são discrepantes. Contudo, estima-se que na Europa mais de 70 milhões de pessoas morreram dos quais mais de 40 milhões são civis e mais de 5 milhões são judeus. Os militares são estimados em cerca de 25 milhões. Alemanha perdeu cerca de 8% da sua população que, em 1939, foi contabilizada em pouco mais de 69 milhões de habitantes. <https://segundaguerra.org/estatisticas-da-segunda-guerra-vitimas/> Acesso em 06 de julho de 2020.

Europa ficara com o tecido social e econômico destruído. A reconstrução do continente e estabilidade global era urgente (HOBSBAWN, 1995; VIZENTINI, 1997; WERNER; COMBAT, 2007; SIMON, 2011). A embrionária “sociedade civil global” tinha um papel a desempenhar. As ONG’s já ensaiavam estratégias de participação ativa e se organizavam para ocupar a categoria de interlocutoras na política internacional (LEMOS, 2001; CARESIA, 2007).

Na Europa, existia alguma tradição com organizações filantrópicas desde a Revolução Industrial, promovendo a proteção social dos desempregados e indigentes. Todavia, o século XIX foi decisivo na definição e modernização da estrutura e visibilidade de grupos filantrópicos. Em 1864, o trabalho da Cruz Vermelha (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) conduziu à Primeira Convenção de Genebra, na qual foi discutida a proteção aos feridos de guerra. A partir dessa época, o número de ONG’s foi crescendo. Até a 1ª Guerra Mundial, contabilizavam-se mais de cinquenta organizações atuando nos direitos humanos. Mas a preocupação com a paz, com a reconciliação dos Estados e com o delicado quadro diplomático posterior à 1ª Guerra Mundial impulsionou ainda mais a formação de ONG’s na Europa de maneira que, em 1939, já atuavam na assistência aos feridos mais de 700 organizações (LEMOS, 2001, p.64).

Não obstante a sua atuação doméstica, com o fim da 2ª Guerra Mundial, as ONG’s tinham a oportunidade de oferecer seu contributo no novo contexto internacional saído de Yalta. O fim da 2ª Guerra Mundial exigia que se enfrentasse, energicamente, a questão da pacificação entre os beligerantes, refugiados e deslocados pela guerra. Contudo, o mundo mergulhou numa bipolarização (HOBSBAWM, 1995; VIZENTINI, 1997; WERNER; COMBAT, 2007), o que significou outro tipo de desdobramento para a sociedade civil, no geral, e as ONG’s, especificamente. Com o mundo dividido em zonas de influência ideológica, o exercício de pacificação multilateral se confrontava com a espionagem característica entre os EUA e a URSS.

Em 1943, Stalin, Roosevelt e Churchill tinham se encontrado em Teerã para definir estratégias para detenção e neutralização do já débil exército nazi e, perspectivar o mundo numa eventual vitória dos aliados. Sobre o tal período, Vizontini (1997, p.7-8) afirma:

[...] nela, foi pormenorizado o controle aliado sobre a Alemanha, o julgamento dos criminosos de guerra nazistas, bem como as reparações de guerra; foi ratificada a linha Oder-Neisse como fronteira germano polonesa e o pedido da entrada da URSS na guerra contra o Japão. Além disso, Truman informou Stalin sobre a existência da Bomba Atômica, sem explicar-lhe o potencial da mesma.

A eficácia da estratégia dos aliados era quase certa para a neutralização da Alemanha e do Japão, já que a Itália estava sob controle, desde 1943. Contudo, a preocupação premente dos ingleses e soviéticos era assegurarem-se de que a Alemanha não voltasse a ameaçar o equilíbrio geopolítico europeu (VASCONCELLOS; DE SOUZA MANSANI, 2013, p. 47). Assim, em fevereiro de 1945, os três líderes voltaram a reunir-se em Yalta (território soviético) para referendar a fixação da fronteira soviético polonesa na Linha Curzon e a entrega dos territórios alemães ao leste dos rios Oder-Neisse à Polônia, como indenização pela destruição e pelo genocídio, desencadeados pelos nazistas (VIZENTINI, 1997, p.6).

Em junho de 1945, a captura do exército nazi obrigou a rendição da Alemanha e a conseqüente realização, entre finais de julho e início de agosto, da Conferência de Potsdam, que concretizou a bipolarização. Inglaterra e França (mas também Itália e Alemanha) estavam militarmente enfraquecidos. Os Estados Unidos e a União Soviética, relativamente reforçados no final da guerra, lideraram a divisão da Alemanha em duas áreas de influência, capitalista e socialista respectivamente (VASCONCELLOS; DE SOUZA MANSANI, 2013, p.48). Esta divisão, na Conferência de Potsdam tornou-se fundamento para a posterior “cortina de ferro”, como o então

Primeiro-Ministro inglês, Winston Churchill, chamou a linha de separação entre países capitalistas e comunistas. Havia razões bastantes. Todos os territórios do leste europeu ficaram sob a influência soviética em cumprimento dos acordos de paz, mas também da realidade objetiva decorrente da guerra. O exército vermelho já tinha as suas tropas estacionadas nestes países (VIZENTINI, 2001, p.7).

A posição de Henry Truman já desde Postdam era bastante rígida com a URSS (VIZENTINI, 2001, p.7). A doutrina Truman, uma estratégia para as relações exteriores (contrária a de Roosevelt)¹⁵, defendia a necessidade de contenção enérgica do avanço do comunismo na Europa ocidental para garantir a liberdade e a democracia nas nações ocidentais, consideradas “elos frágeis” do sistema capitalista. Ademais, tratou-se de consolidar sua hegemonia, vigiando a política interna dos países europeus (LEMOS, 2011, p.36). Isto obrigava a que os EUA atuassem com pragmatismo em relação aos seus interesses econômicos. Assim, os EUA (agora sob o comando de Henry Truman) deviam ajudar a Europa ocidental a reerguer-se para garantir influência política e expansão comercial na Europa ocidental.

Os mecanismos adotados na Bretton Woods (em julho de 1944) para incentivar as trocas comerciais, nomeadamente o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) não ajudariam, em curto prazo, na reconstrução e revitalização da Europa, o maior mercado consumidor até a eclosão da 2ª Guerra Mundial e, portanto, objeto do expansionismo comercial norte-americano. O mercado europeu registava escassez de dólar (moeda para transações internacionais desde 1944) e, portanto, sem condições para adquirir produtos norte-americanos já excedentes nos anos 1946 e 1947 (LEMOS, 2011, p.29, 33).

15 Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos por três mandatos (1933-1945), no contexto da Segunda Guerra Mundial, adotou o que foi designado de “Europa Primeiro”, no quadro da Política de “Boa Vizinhança” e da “aliança anti-hitleriana”, uma estratégia de aproximação com a União Soviética enquanto parte das forças Aliadas contra ameaça nazi fascista e do Japão no oriente. VIZENTINI (1997, p.10).

A escassez do dólar constituía uma ameaça à política externa, mas fundamentalmente porque representava um risco de retração econômica para os EUA. Para alterar este quadro, eis que se lançou, no quadro da doutrina Truman, o plano Marshall. O plano, ponderado desde 1944, ganhou maior consistência após a morte de Roosevelt (1945) e dos telegramas de George Kennan (1946), então embaixador norte-americano em Moscow e defensor da política de contenção ao comunismo como a melhor estratégia para suplantar a concorrência soviética. Em 1947, o Reino Unido tinha declarado incapacidade para conter os partidos socialistas na Grécia e Turquia, elevando a ameaça comunista (VASCONCELLOS; DE SOUZA MANSANI, 2013, p.49). A respeito da doutrina Truman, Silvana Simon (2011, p. 34) escreveu:

A Doutrina Truman consistia em uma formulação geopolítica de grande amplitude, que sedimentou o confronto bipolar. Utilizava-se um discurso de defesa norte-americana aos povos “livres”, o qual repousava sobre a necessidade de se combater o comunismo e de haver esforço, por parte dos EUA, para garantir a liberdade e a democracia nas nações ocidentais. Tais preceitos reafirmavam os interesses norte-americanos de vigiar a política interna dos demais Estados europeus e assegurar que a participação deles no novo Sistema Internacional não prejudicasse os objetivos políticos estadunidenses.

Do trecho percebe-se que, mais do que reconstruir a economia da Europa ocidental, o plano devia resolver os anseios norte-americanos em face de uma possível recessão pós-guerra, como ilustra o trecho:

[...] para evitar um quadro de depressão após a Segunda Guerra, os Estados Unidos deveriam dobrar suas exportações com urgência, atingindo a cifra dos US\$ 10 bilhões ao ano. Para atingir esse objetivo, a acentuada escassez de dólares na Europa deveria ser revertida. A solução, a curto prazo, seria o financiamento direto das economias europeias pelo governo norte-americano, com o propósito imediato de criar mercado para as exportações dos Estados Unidos (WERNER; COMBAT, 2007, p.183).

A manutenção dos níveis de produção alcançados até ao fim da 2ª Guerra Mundial dependia da revitalização e fortalecimento da economia da Europa ocidental e do investimento estrangeiro. Entretanto, a eficácia destas medidas dependia, em parte, da proteção e/ou defesa do princípio da liberdade. Os investimentos a fazer dependiam da abertura democrática dos regimes ocidentais, como veio a confirmar-se com as exigências do Plano Marchal. Contudo, os fundos do BIRD e do FMI seguiam também cláusulas similares. A nova política externa norte-americana devia ser mais interventiva para evitar uma recessão econômica à semelhança de 1929. Após a 2ª Guerra Mundial, entrar em depressão econômica era impensável para os EUA com a experiência de uma crise de superprodução. Após o *New Deal* seguiram-se anos de expansão interna de produção durante a 2ª Guerra Mundial e novos mercados se tornavam necessários para colocar a produção norte-americana.

Os EUA no fim da guerra eram a principal potência capitalista, com uma capacidade econômica interventiva. O financiamento direto às economias europeias era o caminho para preservar a hegemonia, mas também para conter os soviéticos. Por meio do Plano Marshall, anunciado aos países ocidentais, em 1947, os Estados Unidos predispunham-se em apoiar o Programa de Recuperação Europeia (HOBBSBAWN, 1995; KISSINGER, 2012; WERNER; COMBAT, 2007, p.184).¹⁶ Todos os países podiam recorrer ao plano. Eis as palavras do Secretário de Estado Norte-americano, George Marshall, pronunciadas com entusiasmo na Universidade de Harvard, em busca de simpatias europeias:

[...] “A política dos Estados Unidos não é dirigida contra um país ou uma ideologia”, esclareceu Marshall, “mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos.” E acrescentou: “Quem tentar bloquear a reconstrução de outros países não pode esperar ajuda.”¹⁷

16 O texto sobre a Declaração de Potsdam (1945) pode ser visto na íntegra no Correio da Manhã de 3 de agosto de 1945.

17 <http://www.dw.de/1947-%C3%A9-anunciado-o-plano-marshall/a-568633>.

O plano foi oficializado a 3 de abril de 1948 e teve apenas rejeição soviética. Entretanto, logicamente, os países sob sua influência não tinham como aceitar a ajuda. Em 1949, a União Soviética organizou, por meio do Plano Molotov ou COMECON¹⁸, uma plataforma de ajuda para os países do leste Europeu sob sua influência. A União Soviética, prontamente recusou as condições do plano Marshall. A cláusula do fundo coletivo de recursos, o chamado *pooling*, na interpretação soviética, configurava interferência nos assuntos nacionais e, portanto, contrariando a sua política interna (WERNER; COMBAT, 2007; LEMOS, 2013, p.37).

Estava claro, portanto, para os países da Europa ocidental, que, naquele contexto, recebendo ajuda faziam uma escolha entre os EUA, líder do bloco capitalista e a URSS que comandava os países com orientação socialista. Eis as vantagens do plano para o ocidente:

[...] diminuição da ameaça de formação de regimes socialistas, através, por exemplo, do estímulo de investimentos privados e do enfraquecimento dos partidos socialistas europeus; o aumento da demanda pelos produtos exportáveis norte-americanos; o fomento de indústrias europeias que poderiam produzir mercadorias estratégicas para a economia norte-americana; a preservação da influência exercida pelos Estados Unidos e pela Europa sobre os países produtores de petróleo do Oriente Médio; e o estímulo às sociedades europeias em sentido amplo, de modo que elas pudessem apoiar os Estados Unidos politicamente e economicamente (WERNER; COMBAT, 2007, p.185).

Os EUA trabalhavam com afincio para conter o comunismo ao mesmo tempo em que expandiam a sua influência. Os norte-americanos tinham consciência que, para atingir e manter a almejada hegemonia era necessário estimular os países europeus para atuarem em bloco na preservação da sua influência no Oriente, onde já investiam inclusivamente em bases militares no Irão e Japão. Os pactos de Manilha (Organização do Tratado do Sudoeste da Asia - OTASE) e de Bagdad

18 Conselho de Assistência Econômica Mútua.

(Organização do Tratado do Centro - OCTEN) fazem parte da estratégia de contenção, que tinha no multilateralismo (organizações internacionais), o pilar fundamental.

As condições do Plano Marshall foram aceitos por dezessete países europeus.¹⁹ No leste europeu, a Iugoslávia foi o único país que, em momento de cisão com os soviéticos aceitou receber a ajuda (SIMON, 2011, p.37). Reino Unido, França e Alemanha Ocidental receberam a maior parte dos 12,6 bilhões de dólares disponibilizados na vigência do plano. A justificativa para que tal sucedesse era crença norte-americana de que a rápida recuperação destes países relançaria a economia dos demais na região, considerando-se o potencial ora adormecido (WERNER; COMBAT, 2007). E mais, a rápida recuperação da economia destes países seria simultaneamente uma garantia e prova da “superioridade” e da eficácia de regimes capitalistas e democráticos sobre os comunistas. Esta estratégia de enfraquecimento de ideologias socialistas na região foi amplamente aplicada na Alemanha Ocidental, mas também na Grécia e na Turquia.

O momento era crucial e o contexto decisivo. Todas as nações tinham que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida saída de Yalta: o capitalismo que primava por uma economia regulada pelas forças do mercado e, o socialismo que apoiava uma economia planificada centralmente (WERNER; COMBAT, 2007; SIMON, 2011, p.35). A Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO), de 1949, e o Pacto de Varsóvia, em 1955, de alguma maneira, traduziram estas escolhas. Todavia, aderindo uma ou a outra se tornava inevitável que o mundo avançasse para a bipolarização ‘arquitectada’ em Yalta e chancelada em Potsdam, um contexto em que as ONG’s se internacionalizaram.

19 Receberam a ajuda financeira do Plano Marshall os seguintes países europeus: Reino Unido, França, Itália, Trieste, Alemanha Ocidental, Holanda, Grécia, Áustria, Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Turquia, Irlanda, Suécia, Suíça, Portugal e Islândia (SIMON, 2011, p.37).

As ONG's no contexto da política global

O figurino que as ONG's hoje apresentam remonta ao período moderno, aos problemas sociais, mas também econômicos provocados pela Revolução Industrial em todas as suas fases, e que os governos sempre mostraram certa letargia para resolvê-los. É importante ressaltar que uma das características da época moderna é o aumento da intervenção do Estado em assuntos sociais. Os serviços de educação e saúde passaram para sua responsabilidade, cabendo-lhe assegurar os padrões de vida necessários aos cidadãos. A alimentação escolar, as pensões, o seguro de saúde e desemprego, também passam a ser cobertos pelo Estado. Entretanto, a incapacidade de provisão dos serviços e de eliminação de ameaças à existência e sobrevivência humanas pelo estado abriu espaço para emergência e/ou manutenção de agentes alternativos, as instituições de caridade. Isto justifica que as instituições de caridade sempre jogassem um papel indispensável na assistência social (HUDSON, 1995).

Entre os finais do século XIX e o século XX estas instituições transitaram e foram se assumindo protagonistas em questões socioeconômicas e políticas. Em contexto de guerras e problemas sociais e econômicos do século XX, o Estado continuou ineficiente na provisão universal de serviços sociais nos padrões necessários. As ordens religiosas, mosteiros e fundações, alternativamente, continuaram oferecendo estes serviços aos desfavorecidos e à medida das possibilidades (HUDSON, 1995; HOBBSAWM, 1995).

Na vigência do keynesianismo, o *welfare state* permitiu que, entre 1945 e 1970, houvesse crescimento econômico e transformação social, assegurando ao estado alargar a provisão de serviços de assistência social (HAYEK, 2010) .²⁰ Entretanto, a atuação das ONG's não cessou, pelo

²⁰ Conjunto de teorias e medidas político-econômicas defendidas pelo economista britânico, John Maynard Keynes (1883-1946) e seus seguidores visando uma intervenção robusta do estado para controlar a inflação e o desemprego em economias capitalistas, contrariando a postura liberal clássica.

contrário, obrigou que instituições de caridade reajustassem e redirecionassem sua atuação para influenciar a política global conectando-as com os problemas nacionais causados pela guerra. Isto conduziu à emergência de organizações não governamentais transfronteiriças – ONG’s, operando além-fronteiras e em diferentes sistemas políticos, infiltradas em burocracias governamentais e intergovernamentais e criando um fluxo de conhecimentos, o que veio a ser conhecido de “sociedade civil global” (BURGERMAN, 1998).²¹

Não foi por acaso que a italiana Rita Levi Montalcini, prêmio Nobel de medicina (1986), enfatizava que, apesar de tudo, no século XX houve revoluções para melhor. A afirmação tinha como suporte, o surgimento do quarto poder por via da massificação dos mídia e a emergência da mulher, após séculos de repressão (HOBSBAWM, 1995). A atuação das ONG’s no contexto global inicia logo após o fim da 2ª Guerra Mundial. Em 1945, com o fim da guerra assiste-se o reforço da diplomacia para regular as relações internacionais (KISSINGER, 2012). O modelo de paz de Westfália (1648) tinha-se mostrado obsoleto para a estabilidade pretendida no pós-guerra, pois a lógica da “razão de estado” se mostrava ineficaz para regular o novo contexto político multilateral (CARNEIRO, 2006). Mais do que os estados, as novas relações internacionais deviam vincular, também os cidadãos respectivos. Isto exigia a remodelação do quadro jurídico-legal e político vigente, que não passava de relações bilaterais entre Estados para incluir um conjunto variado de atores, entre os quais as ONG’s.

Havia, depois da guerra, razões bastantes para esta viragem. A guerra tinha provocado impactos trágicos nas pessoas. O tribunal militar em Nuremberg, que julgava os nazistas, oferecia mais detalhes sobre o holocausto. Com pouco mais de 5 milhões de judeus mortos, a imagem era de completa “banalização” da vida e da falta de dignidade da pessoa humana. O Japão acabava de ser bombardeado pelos americanos e cujos impactos seriam trans geracionais. O mundo, diante destas

21 Por definição, a sociedade civil global é composta de indivíduos e grupos associados voluntariamente sem apego com a cidadania de nenhum país e fora do domínio público e político da comunidade das nações. Ver: CHRISTENSON (1997).

atrocidades, devia se mobilizar para restaurar os valores e a dignidade dos indivíduos anteriores às duas guerras através de instituições multilaterais. É neste contexto que foram criadas a Organização das Nações Unidas (no lugar da Sociedade das Nações), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial da Saúde, que se juntam à Organização Internacional do Trabalho (OIT) criada desde 1919 no contexto dos tratados de Versalhes.

Atenhamo-nos, por hora, à Organização das Nações Unidas. Em 1945, a Conferência de São Francisco realizada nos EUA, ao criar a ONU, refletiu acerca da possibilidade de uma nova ordem mundial. A almejada “nova ordem” basear-se-ia nos ideais de paz e segurança internacionais, cooperação entre os povos e na solução dos problemas econômicos, sociais e culturais com recursos a mecanismos diplomáticos e pacíficos. Assim, não obstante diferenças ideológicas entre os EUA e a URSS, havia amplo consenso sobre a necessidade de não permitir que a guerra continuasse a ser o mecanismo de resolução de conflitos entre os estados. Isto viria a constituir o âmbito de atuação da ONU, organização com participação ativa das ONG’s, sobretudo na elaboração do esboço do que seria a Declaração Universal dos Direitos Humanos e cuja implementação dependia de sua participação efetiva.

A participação das ONG’s resultou, em parte, da consciência da ONU de que o sucesso da missão de pacificação e de prevenção de conflitos dependeria de uma logística complexa que, as ONGI’s ajudariam a criar (GORDENKER; WEISS, 1999). Igualmente, era necessário incluir, entre os objetivos básicos da ONU, não apenas a defesa dos direitos humanos, mas a promoção do desenvolvimento econômico e social e da manutenção da paz e segurança internacionais. O trabalho demandava não apenas criatividade política, mas também conhecimentos específicos sobre várias regiões do mundo e que no momento as ONG’s ajudariam a reunir. Foi dentro deste espírito que as diferentes ONGI’s participaram e contribuíram ativamente no encontro de criação da ONU, não obstante, a primeira versão, de Outubro, não as tenha contemplado (LANDIM, 1993, CARESIA,

2007). Entretanto, de acordo com Cleide Lemos (2013, p.64), 42 ONG's assessoram a delegação norte-americana em São Francisco.

Em 1948, a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos permitiu que a opinião pública adquirisse a capacidade para intervir e pressionar as relações internacionais. Igualmente, ajudou a consolidar a ideia de direitos do homem, fortalecendo o ativismo sobre matérias que visavam à melhoria da humanidade e combater as desigualdades. Portanto, neste sentido, a atuação das ONG's na política global esteve adstrita à Organização das Nações Unidas. Na plataforma das Nações Unidas, as ONG's foram o principal mecanismo de internacionalização e especialização sobre matérias específicas de direitos humanos e desenvolvimento de grupos desfavorecidos, principais pautas destas organizações. Nesse sentido, no século XX, as ONG's foram se constituindo como verdadeiras instituições de política externa.

Entretanto, bem antes de sua fundação, em 1945, uma multiplicidade de organizações humanitárias tinha se constituído na Europa, inclusive atuando sob os horrores das grandes guerras, a exemplo da Cruz Vermelha (1859), Save The Children (1917), Oxford Committee for Famine Relieve/Comité de Oxford para Alívio da Fome - OXFAM (1942), e, mais tarde, Care International (1945), etc. Na segunda metade do século XX, tais organizações vão apenas assumir agendas diversificadas, nomeadamente, desastres naturais, gestão de conflitos, condições de vida no "Terceiro Mundo", Direitos Humanos, meio ambiente, questões de gênero, etc.

As ONGI's nascem e se desenvolvem imbuídas por um sentimento de solidariedade, e evoluem no contexto da política global com a criação da ONU (LANDIM, 1993; CARESIA, 2007). Após um período de aparente 'negligência', a Conferência de São Francisco abriu portas para a participação das ONGI's em decisões globais, ao admiti-las como órgãos de consulta do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU. As conferências de Haia (1899 e 1907) não contaram com a participação das ONG's, e mesmo na Sociedade das Nações (1919) a relação foi estritamente

informal (LEMOS, 2013, p.64). Todavia, a participação na ONU foi condicionada à criação da Comissão dos Direitos Humanos (CDH)²². Cleide Lemos (2013, p. 65) atesta a este respeito que:

As ONG's conseguiram persuadir o governo dos Estados Unidos a defender a causa e para ela atrair a simpatia das demais grandes potências (União Soviética, Inglaterra, França e China). A proteção dos direitos humanos podia assegurar os direitos dos grupos étnicos, religiosos e minoritários e evitar conflitos futuros.

O estabelecimento da Comissão dos Direitos Humanos foi o caminho rumo à participação das ONG's na política global. Se antes o trabalho assistencialista e humanitário realizado por estas organizações era simplesmente filantrópico e sem base jurídico-legal consistente, a partir de 1948 ganhou novo ímpeto, passando a ser fundamentado não apenas na moral, mas nos direitos humanos. É nesta base que, de acordo com Caresia (2007, p. 1103), não tendo sido esclarecido pela Carta a modalidade de sua participação na ONU, seguiu-se um período de lobbies de várias organizações que culminou com a introdução de emendas, incluindo o artigo 71, por meio do qual as ONG's passam a aceder ao ECOSOC, cujo teor passou a ser o que abaixo se transcreve:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimentos convenientes para a consulta com organizações não-governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso (CARESIA, 2007, p.1103).

Ainda assim, a participação das ONG's estava condicionada à existência de prévio requerimento ao ECOSOC, sem aprovação do qual as organizações estavam vedadas de aceder ao fórum. Ademais, em 1947, uma resolução clarificou que a ONU não tinha poderes para agir sobre reclamações que envolvessem os direitos humanos (LEMOS, 2013, p.65), o que era contraditório em relação aos

²² A Comissão dos Direitos Humanos da ONU foi estabelecida em 1946 e 53 estados-membros faziam parte da primeira composição do órgão (ver: LEMOS, 2013, p.65).

objetivos e ao âmbito de atuação. Apesar da contradição, o dispositivo do ECOSOC não só permitiu o reconhecimento e a participação das ONG's na concepção de estratégias e políticas de cooperação e intervenção econômica e social global, como legitimou o conhecimento e o impacto de suas atividades para os grupos mais vulneráveis e desfavorecidos. Sublinhe-se que, não obstante estes entraves, as ONG's intensificaram sua assessoria especializada à CDH, que se dedicava à elaboração do documento que, em 1948, viria a ser a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir daí, a evolução das atividades das ONG's no contexto global é descrita por Gislaine Caresia (2007, p. 1102), nestes termos:

Ao longo dos anos, as ONGs foram ganhando papel consultivo em várias agências e fundos das Nações Unidas, e hoje além de colaborar no trabalho de campo, monitoram reuniões da ONU fornecendo assistência humanitária, pessoal especializado, informação local, voz para os povos sem representação, como os índios, além de fiscalizar o cumprimento, por parte dos governos, de tratados internacionais.

As ONG's foram legitimadas como órgãos de consulta e de concertação sobre assuntos de natureza social e econômica de especialidade na ONU. Nesta condição, as ONG's participaram da reconstrução e da reabilitação da Europa a partir de fundos do Plano Marshall, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. As ONG's, também participaram de programas de combate à pobreza, formando a chamada "aliança para o progresso". Carlos Steil e Isabel de Carvalho (2007, p. 172), lembram que ambos os programas prometiam, em nome da paz, estender o modelo democrático e o desenvolvimento capitalista para os países destruídos pela 2ª Guerra Mundial e para as nações aliadas do terceiro Mundo que se encontravam num estágio anterior de progresso. Para projetos de interesse social recebiam fundos públicos e privados.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a situação de carência agudizada pela Segunda Guerra Mundial melhorava na Europa, os anos 1960 testemunhavam, com as independências, a emergência

de novos países na África. Com os estados recém-criados, novos problemas surgiram e novos desafios se colocavam. Durante o processo da descolonização na África, as ONG's deslocaram e reorientaram a sua intervenção realizando trabalhos de lobby, advocacia e assistência humanitária. Ao lado da UNICEF²³, PNUD²⁴, PMA²⁵, UNFPA²⁶, ACNUR²⁷ e do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, as ONG's participaram em programas de ajustamento estrutural das economias dos países africanos que, no contexto da crise dos anos 1970, experimentaram dificuldades. As recorrentes guerras e conflitos, também justificaram a presença de ONG's. O caso de Moçambique será aprofundado adiante. Mas o exercício desta filantropia desenvolvimentista, além do entrosamento com a proteção de direitos humanos de setores mais carentes da sociedade, na África desafiava a manutenção da identidade que, as ONG's, vinham construindo ao lado das Nações Unidas.

Em termos globais, as ONG's contribuíram para a construção de instrumentos de especialidade, necessários para viabilizar a Carta das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos. Em 1966, por exemplo, com ajuda das ONG's, foram ratificados o Pacto Internacional dos Direitos Civis (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), instrumentos que entraram em vigor em 1976 e 1985, respectivamente. Estes instrumentos completavam a carta (LEMOS, 2013, p.65). Tendo em conta que o contexto era de bipolarização, de extrema desconfiança e espionagem entre os EUA e a URSS, um trabalho minucioso era necessário para que as ONG's influenciassem os contendores a ratificar estes instrumentos.

As ONG's continuaram a promover campanhas internacionais visando influenciar políticas globais, mas, também nacionais com recurso a várias estratégias. A aprovação destes instrumentos não era possível sem que as ONG's subsidiassem a ONU com pesquisas, levantamentos de casos, e

23 Fundo das Nações Unidas para a Infância

24 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

25 Programa Mundial de Alimentação/ Programa Alimentar Mundial (PAM)

26 Fundo das Nações Unidas para a População

27 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

pressionassem os estados-membros, ajudando a redigir os documentos para acelerar os acordos. Afinal, as ONG's se projetaram preenchendo, também as "lacunas" diplomáticas de/entre diferentes atores do sistema internacional. Um exemplo prático é que as minutas dos pactos referidos foram elaboradas por ONG's (LEMOS, 2013, p.66). A Fundação Ford e a Fundação Interamericana mantidas pelo Congresso Americano e pela própria ONU, por via de suas agências, financiavam tais atividades (STAIL; CARVALHO, 2007, p.173). Como fruto desta experiência, a Cruz Vermelha Internacional realiza encontros quinzenais com o Secretário-Geral da ONU. O Departamento de Assuntos Humanitários realiza reuniões regulares com um comitê de ONG's para discutir casos complexos de emergência (CAREZIA, 2007, p. 1102).

A aprovação subsequente dos instrumentos de defesa dos direitos humanos significou, também para as ONG's, o reforço no seu papel de apelo à tomada de consciência sobre a necessidade de intervenção junto às populações desfavorecidas, sobretudo do "Terceiro Mundo". Entretanto, a implementação dos pactos num contexto de Guerra Fria dependeu, mais uma vez, da entrega abnegada da sociedade civil da qual fazem parte as ONG's. Existiam divergências. Enquanto o bloco capitalista advogava pela implementação imediata do Pacto Internacional dos Direitos Civis e pela progressiva implementação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os estados de ideologia socialista defendiam o contrário. Quer dizer, para a União Soviética os direitos econômicos, sociais e culturais dos povos eram centrais e, portanto, prioritários que os direitos civis (LEMOS, 2013, p.66). Ora, nestes casos, foi preciso campanhas, *lobbies* e negociações lideradas por ONG's como a Anistia Internacional, *Human Right Watch* (HRW) e a Comissão Internacional de Juristas (ICJ).

A complexidade da intervenção das ONG's permitiu que as organizações acumulassem experiências e se apropriassem do processo de defesa de direitos humanos, que resumem toda a causa da sua existência. Ao longo do tempo, muitas organizações foram sendo criadas com agendas aparentemente diversas. Porém, todas concorrem para a defesa dos direitos humanos sintetizados na

carta e nos pactos supramencionados, enquanto mecanismos de viabilização da carta dos direitos humanos. A Cruz Vermelha (Red Cross), World Relief (Auxílio Mundial), Federação Mundial Luterana (LWF-ACT), Cáritas, Médicos Sem Fronteira (MSF), usando apenas alguns exemplos, sob diferentes prismas, atuam na defesa dos direitos humanos. O que as torna diferentes é a natureza e âmbito dos direitos em causa, porque, como vimos, estes podem ser civis, sociopolíticos, culturais e econômicos e, por isso, exigindo diferentes abordagens.

Como corolário destes processos, o número de ONG's tem estado a crescer quantitativa e qualitativamente. Enquanto, em 1948, logo a seguir às démarches na ONU, mais de 40 organizações não governamentais integravam o ECOSOC, em 1968 este número de ONG's consultivas ascendeu a 180 (LOPES, 2009). Em 1992, o número de organizações consultivas cresceu para mais de 700 organizações. Em 2005, esta cifra transcendia a 3000 organizações filiadas, e hoje são contabilizadas mais de 4000 na base de dados da ONU (LANDIM, 1993; CARESIA, 2007; MAURI, 2013). Contudo, em 2015, estimava-se que no mundo existiam cerca de 10 milhões de ONG's.²⁸ O crescimento de ONG's registadas no ECOSOC deveu-se aos ajustamentos nas regras e simplificação de mecanismos para a participação. Por intermédio da Resolução 1996/31 as ONG's passam a ser acreditadas nas conferências da ONU. A solicitação do estatuto de consultivas foi desburocratizada e passou a abranger, também, as organizações nacionais, modernizando-se a Resolução 1296 (XLIV) de 23 de Maio de 1968.

O ECOSOC hierarquiza as ONG's em três categorias, nomeadamente: (1) O estatuto de consultivas, reservado às organizações internacionais com maior abrangência nos assuntos do órgão; (2) as ONG's com especial competência em certos campos do trabalho do ECOSOC, com o estatuto consultivo especial e; (3) as do status roster que apenas figuravam da lista e eram credenciadas para dar contribuições ocasionais ao trabalho da ONU (CARESIA, 2007, p.1105). Além do ECOSOC, as

²⁸<https://www.terra.com.br/noticias/dino/25-fatos-e-estatisticas-sobre-ongs-ao-redor-do-mundo,92e1d57491aa347c6f7d701f913a7ed75sklds7x.html>, Acessado em 06 de julho de 2020.

ONG's têm por direito fazer parte do Departamento de Informação Pública (DIP) e do Serviço do Enlace, este último estabelecido em 1975 (CARESIA, 2007, p. 1103). Os dois primeiros grupos de ONG's na hierarquia são os principais e mantêm vínculos com a ONU. Contudo, como fruto do reconhecimento da contribuição das ONG's, a resolução 1996/297 recomendou à Assembleia Geral, na sua 51ª Sessão, a questão da participação das ONG's em todas as áreas de trabalho da ONU (CARESIA, 2007, p.1104).

Estes desenvolvimentos fazem da ONU, uma organização diferente de outras organizações regionais e/ou internacionais em relação ao papel das ONG's. Na Europa, não obstante a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1957 e a Instituição do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), foi somente em 1986 que as ONG's tiveram reconhecimento jurídico com assinatura da Convenção Europeia, gradualmente ratificada pelos países membros, mesmo sem clareza sobre que organizações efetivamente o termo representava. Portugal ratificou em 1991.²⁹

Eis o conteúdo do preâmbulo da Convenção:

Os Estados membros do Conselho da Europa, signatários da presente Convenção; Considerando que o objetivo do Conselho da Europa é o de alcançar uma união mais estreita entre os seus membros, a fim de, nomeadamente, salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu património comum; Reconhecendo que as organizações internacionais não governamentais exercem uma atividade útil à comunidade internacional, nomeadamente nos domínios científico, cultural, caritativo, filantrópico, educacional e de saúde, e que contribuem para a realização dos objetivos e dos princípios consignados na Carta das Nações Unidas e no Estatuto do Conselho da Europa (RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 28/1991).

As ONG's tinham certa tradição na Europa, como antes fizemos referência. Entretanto, o gradualismo na ratificação atrasou a existência de uma relação formal entre as ONG's e a União

²⁹ Convenção Europeia sobre o Reconhecimento da Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais Não-governamentais), <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar28-1991.pdf>. Acesso em 19 de março de 2020.

Europeia, órgão que foi se constituindo à medida que se reerguia sua economia do flagelo da guerra. Todavia, a criação, em 1992, de um órgão humanitário no seio da Comunidade Europeia tornou esta relação com as ONG's mais profficua e efetiva. Vejamos a seguir algumas das reuniões globais dinamizadas pelas ONG's.

As ONG's e sua dinâmica em busca de soluções globais

A participação das ONG's no quadro de políticas globais está intimamente ligada aos processos de luta em defesa dos direitos humanos. As ONG's, desde a aprovação da Carta sobre os Direitos Humanos, sempre participaram ativamente, realizando pesquisas, fazendo levantamento de casos, elaborando pautas dos encontros e pressionando as delegações diplomáticas de modo a acelerar os acordos (LEMOS, 2013). Entretanto, para além deste lobby e advocacia, intervêm na assistência humanitária em prol dos desfavorecidos e mais carenciados.

Assim, depois que, em 1947, a ONU decidiu não se pronunciar sobre questões ligadas aos direitos humanos, as ONG's, como já referimos acima, se desdobraram pressionando junto dos estados-membros o estabelecimento de um fórum específico sobre a temática (CARESIA, 2007). A resposta viria nos anos 1970, altura em que iniciam as conferências sociais da ONU, inaugurando, de acordo com Carlos Steil e Isabel Carvalho (2007, p.173), a segunda geração de ONG's e cujas características são abaixo descritas:

Assim, se uma primeira geração de ONGs esteve associada ao contexto desenvolvimentista dos anos de 1950, como um momento de expressiva atuação de entidades não-governamentais sem fins lucrativos no desenvolvimento local de comunidades, a segunda geração tem como principal referência as políticas europeias para o desenvolvimento da década de 1970. Estas políticas envolviam tanto

fundos governamentais de Assistência Oficial, quanto a rede de organizações de cooperação internacional, formada por fundos de cooperação não-governamental para o desenvolvimento social.

Nos anos 1970, as ONG's reorientam seu intervencionismo para questões sociais. A primeira Conferência de Direitos Humanos da ONU, convocada em Teerã, em 1968, resulta deste desdobramento. As denúncias de apartheid na África do sul constituíam a preocupação global, todavia, em contexto de guerras de libertação, chegavam de todos os quadrantes casos de violações dos direitos humanos com maior incidência sobre mulheres e crianças. O encontro avaliou os progressos alcançados no campo dos direitos humanos e reforçou a tese de sua universalidade e indivisibilidade. Neste encontro a presença das ONGs foi significativa, superando o número daquelas que participaram na condição de consultivas e, portanto, devidamente acreditadas (LANDIM, 1993; LEMOS, 2013, p.66).

A partir daí, vários foram os encontros da ONU que contaram com a participação das ONG's. Depois da Conferência de Teerã, a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia, contou com a participação de pelo menos 250 ONG's. Estas organizações contribuíram na busca de soluções para os problemas de ordem ambiental que na altura afligiam o planeta. Ainda, produziu-se, com a contribuição de ONG's, uma Declaração sobre o Meio Ambiente Humano e um Plano de Ação, que convocava a cooperação de todos os países na busca de soluções para uma série de problemas ambientais.

A necessidade de encontrar um critério e princípios comuns na preservação e melhoramento do meio ambiente humano levou a que, no final a conferência, proclamasse o papel central do homem no processo. O engajamento humano devia partir, não apenas do seu poder tecnológico e transformativo, mas da consciência de que o aspecto natural e o artificial do meio ambiente humano são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais,

inclusive o direito à vida. A conferência ressaltou, também que o meio ambiente é um aspecto fundamental do bem-estar dos povos e, portanto, responsabilidade de todos, sobretudo dos governos. Neste sentido e em reconhecimento do impacto das atividades do homem sobre o meio ambiente, no terceiro ponto da declaração proclamou-se:

Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972, p.1).

Portanto, em decorrência dos danos criados pelo poder transformativo do homem, a sociedade civil global ganhava cada vez mais consciência sobre a necessidade de manter o equilíbrio ecológico, sem o qual, corria se risco a propensão de vida na terra. Ações que promovessem a sustentabilidade do meio ambiente deviam ser tomadas por todos os povos o que justificou o respectivo Plano de Ação. Igualmente, foi dada maior responsabilidade aos países desenvolvidos e industrializados para dirigirem ações que reduzam a destruição e o esgotamento de recursos não renováveis e promovam bem-estar nos países pobres. Para tal foram definidos, no documento, 26 princípios que se resumem no direito fundamental do homem à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas e bem-estar (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972, p.3).

Em 1975, realizou-se, no México, sob a tutela de ONU, a I Conferência Mundial sobre Mulheres. O evento conhecido como “Ano Internacional da Mulher” representou o primeiro passo global para o alcance da igualdade entre homens e mulheres, e propondo fim da separação entre sexos em

questões de educação, oportunidades e prioridades econômicas. A eliminação da discriminação da mulher e seu avanço social foi o tema central. A conferência, realizada num contexto em que as questões de gênero ganhavam visibilidade crescente, serviu de instrumento de mobilização para mulheres de várias partes, fortalecendo o relacionamento entre a ONU e a sociedade civil, representadas por ativistas de diferentes organizações, incluindo ONG's. Com mais de 110 delegações lideradas por mulheres de um total de 133 e sob o lema "igualdade, desenvolvimento e paz", o encontro mobilizou mais de 6.000 representantes de ONG's reunidos na *International Womens's Year Tribune*, um evento paralelo com mais de 4000 ativistas (BOUTROS-GHALI, 1996, p.34; GUARNIERI, 2010, p.8).

Deste encontro resultou o Plano de Ação para implementação dos objetivos do Ano Internacional das Mulheres, e os anos de 1976 a 1985 foram declarados como Década das Nações Unidas para as Mulheres (GUARNIERI, 2010, p.9). Nesta década, devia se trabalhar no sentido de garantir igualdade plena de gênero, a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial.

Os progressos alcançados na sua implementação foram objeto de avaliação na II Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1980, na cidade de Copenhague.³⁰ O relatório de progressos sinalizou que, em muitos países, a integração das mulheres no desenvolvimento tinha sido aceite formalmente. Uma série de atividades, medidas e mecanismos institucionais e administrativos haviam sido estabelecidas consistindo na integração das mulheres no desenvolvimento. Os planejadores e decisores haviam sido amplamente sensibilizados sobre as necessidades e problemas das mulheres, que passaram a constar dos instrumentos e planos de governação, incluindo a realização de pesquisas e a construção de uma base de dados sobre as mulheres. Todas estas ações implicaram a emenda e a promoção de uma legislação que salvaguarda os direitos das

30 A Conferência de Copenhague teve lugar entre 14 e 30 de julho de 1980.

mulheres em diferentes áreas de desenvolvimento, com destaque para saúde, educação e mercado de trabalho (UNITED NATIONS, 1980, p.8-9).

Não obstante avanços na revisão legislativa e na promoção da igualdade entre homens e mulheres nos aspectos social, econômico e políticos da vida nacional vários problemas e entraves continuaram persistindo. Excetuando países com serviços sociais avançados, os problemas de alocação inadequada de recursos financeiros e a falta de pessoal qualificado minaram os progressos nos países pobres. Também, práticas tradicionais e costumeiras minaram o avanço das mulheres no desenvolvimento. Em muitos países (sobretudo subdesenvolvidos), as oportunidades econômicas entre homens e mulheres continuaram notavelmente desiguais. As mulheres continuaram no subemprego, atuando nos setores terciário e informal da economia, o que tinha implicações nos salários (UNITED NATIONS, 1980, p.13). Estas e outras questões concorreram para a atualização do Plano de Ação de 1975 (Ano Internacional da Mulher), adotando medidas enérgicas para assegurar os direitos das mulheres em relação à posse, propriedade e direitos de herança e custódia sobre os filhos.

Entretanto, a persistência de obstáculos e dificuldades na implementação dos compromissos e a constatação de que as realizações da Década das Mulheres estavam longe das expectativas, em 1985, foi convocada, em Nairóbi, a III Conferência Mundial sobre a Mulher. Na agenda, estava a elaboração e a adoção de novos instrumentos que serviriam de guia para os próximos 15 anos. No evento, cerca de 15.000 representantes de ONG's estiveram presentes (GUARNIER, 2010, p.9).

A preocupação com questões de igualdade de gênero continuavam e, desta vez tomando proporções globais e, por isso, o encontro voltou a recomendar o desenvolvimento de centros de pesquisa, programas voltados ao empoderamento de mulheres, influenciando as ações da própria ONU. Os países deveriam assegurar a participação política e social, a inserção das mulheres nos processos decisórios, bem como garantir o gozo pleno dos direitos legais e civis, condições indispensáveis

para almejada igualdade e empoderamento de gênero. O encontro, também recomendou aos países a adoção da perspectiva de gênero em todos os níveis institucionais, tendo em perspectiva o ano 2000 (UNITED NATIONS, 1986).

O Relatório de Progresso, ao indicar para as ações do futuro, abre espaço para uma atuação ampla das ONG's, ao assumi-las como parceiras na implementação eficaz do Plano de Ação para a Segunda Metade da Década. O documento orienta, como mecanismo de envolvimento, que os governos reconheçam as atividades das ONG's que trabalham em prol do bem-estar das mulheres e apoiem o esforço dessas organizações financeiramente (UNITED NATIONS, 1980, p.25-26). Contudo, a ausência de “relações dialógicas”, dada sua incipiência como terceiro setor, as ONG's não tinham poder suficiente para influenciar as delegações governamentais (SAFFIOTI, 1995, p.198).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro, credenciou cerca de 1.400 ONG's. Verificar o grau de cumprimento das decisões de Estocolmo e o estabelecimento de um sistema de cooperação internacional para prever ameaças internacionais e prestar socorro em caso de emergência constituíram pontos de discussão. Neste encontro, com ajuda das ONG's, foram produzidos, por exemplo, a Convenção da Biodiversidade e a Convenção sobre a Mudança do Clima, documentos diretores sobre questões ambientais na atualidade. As ONG's, sublinhe-se, se reuniram em fórum paralelo no aterro do Flamengo (LANDIM, 1993; GUARNIERI, 2010, p.16).

Dado o número de organizações convocadas e/ou credenciadas, o termo “ONG's” se popularizou, alimentando ambiguidades (LANDIM, 1993). As ambiguidades foram transportadas para a II Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em Viena (Áustria), realizada em 1993, na qual as ONG's participaram ativamente na concepção de políticas que dão corpo a Declaração de Viena e ao respectivo Plano de Ação. Antes que o evento iniciasse, um grupo de cerca de 2000 mil ONG's

estiveram reunidas no fórum Mundial, sob o lema “todos os direitos humanos para todos”, fazendo a ponte com a Conferência (GUARNIERI, 2010, 16).

O contexto era do fim da Guerra Fria. O encontro permitiu a adoção de mais quatro instrumentos de proteção de direitos humanos, a saber:

1. Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, CERD de 1966;
2. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, o CEDAW de 1981;
3. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984;
4. Convenção Sobre os Direitos das Crianças de 1989 (LEMOS, 2013, p.67).

Estes instrumentos, à semelhança da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981) e da Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura, em 1987, tiveram forte participação das ONG's, criando organismos para pesquisa de desaparecimentos, grupos de trabalhos sobre detenções arbitrárias e relatórios especializados. A criação do cargo de Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) é obra das ONG's (CASSESSE, 1990; TUIJL, 1999). Afinal, as ONG's não só participaram da criação como, também jogaram papel importante na sua transformação. A criação de novas agências e fundos nas Nações Unidas, sobretudo do ACNUDH (1993) e do ONU-MULHER (2010), em parte, resulta da pressão das ONG's sobre a necessidade de ampliação de resultados.³¹

Num contexto neoliberal, em que os Estados nacionais (sobretudo na África, Ásia e América Latina) estavam a dar sinais de enfraquecimento, desenhava-se uma espécie de “cidadania

31 O trabalho do Comité Internacional da Cruz Vermelha foi decisivo para a criação, em dezembro de 1950, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com a sede em Genebra na Suíça.

planetária”, buscando soluções globais para problemas globais, entre eles o desrespeito aos direitos humanos, o aumento do fosso entre ricos e pobres e a deterioração do ambiente. As ONG’s, diante das circunstâncias, também adquirem papel de monitoramento (COLTEN, 1990). Entretanto, como veremos adiante, no contexto africano dos anos 1970 e 1980 marcados pelos processos de liberalização e de “democratização” das economias e dos governos, as ONG’s aliadas ao capital vão ser tão intervencionistas cooptando e/ou suprimindo o estado de suas tarefas.

A ONU, com o fim da “cortina de ferro”, vai abordar estes temas com maior abertura realizando parcerias com as ONG’s que, a partir do ECOSOC, tinham os mecanismos de participação simplificados. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, sob a alçada da ONU, tinha como objetivo abordar questões demográficas, mas, também dos direitos reprodutivos no âmbito dos direitos humanos. O trabalho das ONG’s ajudava a reunir mais dados e sugerir políticas, ainda que sem muito poder dialógico. Sobre os direitos humanos, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (1995), reafirmou a sua convicção de que a “igualdade, desenvolvimento e paz” só seriam efetivos com a participação ativa da mulher. Os compromissos com os direitos da mulher foram, 20 anos depois do Ano Internacional da Mulher, reafirmados para dar continuidade à agenda global para o progresso e o fortalecimento da condição feminina no mundo (GUARNIERI, 2010, p.16). A sociedade civil, as organizações internacionais e as ONG’s deram, mais uma vez, seu contributo.

A atuação das ONG’s no sistema global deve ser entendida dentro do exercício de influência e de governação de setores nos quais as autoridades governamentais estão ausentes. A participação de fóruns e de conferências internacionais e as parcerias com a ONU fazem parte desta estratégia. As ONG’s atuam para influenciar agendas de governos e organizações transnacionais, garantindo a eficácia de programas da ONU, conduzidos através das suas diferentes agências.³² Em termos

32 As Nações Unidas tem vários órgãos atuando como braços operativos na prossecução de seus objetivos. Eis parte deles: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP/PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Programa das

intergovernamentais, as ONG's exercem pressão política sob a forma de propostas, pesquisas, alianças e negociações e sensibilizam a opinião pública sobre determinados problemas (GORDENKER; WEISS, 1999). No caso da Conferência de Beijing, a reafirmação dos direitos da mulher como direitos humanos e o estabelecimento da plataforma de ação constitui um avanço inequívoco, neste exercício de concertação internacional e multilateral.

Em 1995, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhague, discutiu acerca das reflexões na luta contra a pobreza e desemprego. Mais uma vez, sublinhou-se o papel decisivo da mulher nos processos de desenvolvimento e pacificação do mundo. Na verdade, a conferência, também visava promover a CEDAW³³ e estimular a sua adoção pelos países membros da ONU (TOMAZON; GOMES, 2015, p.51-52; KIRILLOS, 2016). Com um “terceiro setor” cada vez mais participativo, por intermédio das ONG's, a Cúpula Mundial, também procurou definir estas organizações em relação à escala de atuação, função e níveis de envolvimento, uma vez consensual a necessidade de sua cooperação a vários níveis para o alcance dos objetivos de desenvolvimento equitativo e paz global.

Ainda nos anos 1990, outras conferências sociais da ONU foram realizadas com o envolvimento ativo de ativistas e representantes de ONG's e da sociedade civil, no geral. Em 1996, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Assentamento Humano – Habitat II'96, em Istambul. Questões sobre as condições de segurança, de saúde e de estabilidade de mulheres, crianças e jovens foram discutidas enquanto necessidades específicas que deviam ser enfrentadas com a equidade e participação plena de mulheres e jovens na vida política, econômica e social.

Contudo, o ponto mais alto foi a Declaração do Milênio e a adoção dos objetivos a partir de 2000.³⁴As Nações Unidas viram-se mais reforçadas no seu papel de promoção da paz, segurança,

Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HABITAT), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Programa Mundial de Alimentação (PMA).

33 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

34 Disponíveis em: www.un.org/millenniumgoals, acessado em: 30 abril de 2020.

erradicação da pobreza e proteção dos vulneráveis. Assim, foram definidos oito objetivos do milênio, nomeadamente: (1) erradicar a pobreza extrema e a fome, (2) educação primária universal, (3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, (4) redução da mortalidade infantil, (5) melhoria da saúde materna, (6) combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças, (7) sustentabilidade ambiental, (8) estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento. Estes objetivos foram alvo de avaliação, escrutínio e reforço, em 2015, com a transição e a introdução dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS REPORT, 2015; UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS, 2015).

Longe de uma abordagem sistemática e do impacto na política global, as conferências sociais da ONU constituem espaços em que as ONG's, lado a lado, com agências e fundos das Nações Unidas e de instituições internacionais, se fizeram organizações parceiras e de cooperação, visando a paz, segurança e desenvolvimento, buscando eliminar as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Em todas as conferências sociais da ONU houve sempre um esforço deliberado de ultrapassar as ambiguidades, todavia, somente em 1996, o ECOSOC introduz o termo “ONG nacional”, provavelmente para distingui-las das internacionais ou transnacionais (LANDIM, 1993; CARESIA, 2007). A questão é que o termo “ONG” na resolução n. 288 (X), de 1950, do ECOSOC refere-se a organizações supranacionais e/ou internacionais, excluindo um conjunto de organizações de âmbito local que se dedicam a causas humanitárias e de desenvolvimento em prol dos desfavorecidos (CARESIA, 2007, p.1102; LEMOS, 2013, p.63). Nas conferências sociais da ONU, as ONG's foram consideradas parceiras de várias iniciativas de desenvolvimento a vários níveis, todavia continuavam sem diferenciação no seu tratamento, o que dificultava a cooperação e intervenção.

As reformas do ECOSOC trouxeram uma nova dinâmica de parceria com as ONG's. Todavia, à medida que o setor das ONG's foi crescendo e ganhando mais autonomia no sistema das Nações Unidas, a partir dos anos 1960, muitas organizações decidiram reorientar suas atividades para África. Neste período, o assistencialismo social estava alinhado com o keynesianismo, doutrina

econômica que, em face da crise dos anos 1930, defendia uma forte intervenção econômica do Estado para conter a inflação e o desemprego. Em pleno período de avanço de movimentos nacionalistas e a subsequente instalação de regimes tendencialmente socialistas, considerados repressivos e antidemocráticos em quase todos os países independentes, as ONGI's sem muito que fazer na Europa foram assumindo, em nome da democracia, agendas imperialistas com face neoliberal.

Em plena Guerra Fria, tanto para os países capitalistas ocidentais como para os socialistas, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, respetivamente, a propaganda de uma revolução sociocultural e, portanto, uma imagem de prosperidade em cada sistema político era essencial, ainda que com recurso à força, como vimos em Angola. Num período regido por zonas de influência, o sistema que podia oferecer o “melhor” tinha mais possibilidades de alinhar mais admiradores. Os primeiros governos africanos, não obstante, o não alinhamento adotado, em 1955, na Conferência de Bandung, optaram pelo socialismo (HOBSBAWM, 1995; VIZENTINI, 1997; STEIL; CARVALHO, 2007; DUMENIL; LEVY, 2007). Todavia, ao longo dos anos 1970, a URSS já demonstrava certo desgaste. Sem condições para oferecer assistência econômica aos aliados africanos, a sua estrutura começava a desmoronar e, portanto, cedendo ao mercado capitalista (HOBSBAWM, 1995).

Assim, a emergência do neoliberalismo vai romper com as barreiras ideológicas, abrindo espaço para assistência ocidental às economias africanas, por meio de ajustamentos estruturais. Em nome da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e civis vários países africanos foram empurrados, ainda em fase embrionária, para o neoliberalismo. A partir daí, as ONG's ocidentais, tomando parte da situação, vão receber dos respetivos governos, agências e instituições de desenvolvimento internacional, as garantias para uma intervenção mais robusta em contexto da economia de mercado. As ONG's tornam-se, assim, instrumentos de política externa dos países de origem. Às ONG's, portanto, cabia preencher o vazio criado entre o mercado e o espaço público nos

países africanos o que desvirtua toda concepção sobre sua identidade (MERCER, 1997; GRZYBOWSKI, 2000; HEARN, 2001).

Incompreensivelmente, as ONG's, defensoras dos direitos humanos não conseguiram perceber que estados recém-criados e acabados de sair da tutela colonial não podiam, em curto prazo, garantir aos cidadãos e, na mesma proporção que os ocidentais, a provisão de serviços sociais necessários, comprimindo o papel do Estado e suprimindo-o dos investimentos econômicos e sociais. Os países africanos eram ainda rurais. A economia estava dependente da exportação de matéria-prima e da importação dos insumos agrícolas e industriais, a exemplo de Moçambique. Assim, não podiam criar condições de vida necessárias, nem assegurar empregos para seus cidadãos ao ritmo desejável (KI-ZERBO, 2009, COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Os países que encontraram na guerra, a possibilidade de autodeterminação, estavam mais devastados ainda. Com um sistema de educação colonial discriminatório, à data da independência, maior parte da população era analfabeta (KI-ZERBO, 1972, MAZRUI, 2010). Este cenário dependia da intervenção do Estado e não das forças do mercado. Acreditando na narrativa de sua eficácia e eficiência, as ONG's receberam fundos públicos dos países ocidentais para conduzir projetos sem impacto sociais consideráveis para a maioria da população dos países de África em claro prejuízo do Estado (STEIL; CARVALHO, 2007). Isto desvirtuou não apenas a noção que se tinha delas, mas também o seu papel, criando múltiplas identidades (GRZYBOWSKI, 2000; HEARN, 2001). É neste contexto que se insere a discussão e problematização do conceito de ONG's, que a seguir se apresenta.

ONG's: caminho para a conceptualização

O conceito de ONG é vago e insatisfatório. As ONG's fizeram-se definir pelo que não são. A negação "não governamental", por exemplo, confunde-as com igrejas, sindicatos, clubes ou outro tipo de sociedades e associações. Entretanto, as ONG's são mais complexas do que sociedades e associações. As ONG's, ao pretenderem ser autônomas, voluntárias, privadas, não lucrativas e, simultaneamente, organizações baseadas na comunidade, tornam-se ambíguas e de difícil conceptualização.

Do inglês *non-governmental organization*, a primeira vez que surge nos documentos das Nações Unidas, nos finais dos anos 1940, referia-se a um conjunto pouco definido de instituições de assistência social (LANDIM, 1993, p.11; COUTINHO, 2004, p.58). Em 1945, o Banco Mundial se apropriou do termo para designar uma simples instituição com a qual mantinha relações. Mais tarde, a ONU passou a designar com tal denominação aquelas instituições independentes do governo e com as quais se relacionava com objetivos humanitários e de cooperação nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para a ONU (Artigo 71 da Carta das Nações Unidas que cria o ECOSOC) o recurso ao termo era um mecanismo de distinção em relação a procedimentos de participação para agências especializadas intergovernamentais e organizações privadas.

A partir de 1950, com a emergência de cada vez mais instituições filantrópicas e humanitárias, a expressão generalizou-se. O termo "ONG's" não só designa instituições de cooperação internacional, mas todas as organizações não estatais e/ou não governamentais (COUTINHO, 2004, p.58). As escolas e hospitais caíam nesta categoria, à semelhança de filantropias empresariais como as Fundações Ford, Rockfeller, Kellogg, Mac Arthur, etc (COUTINHO, 2004, p.59). Entretanto, no quadro da ONU, a resolução 1296 (XLIV), de 23 de maio de 1968, designa de ONG's a um conjunto de organizações internacionais que não foram criadas por acordos intergovernamentais. Aquelas organizações que não dependem econômica e institucionalmente do Estado, mas que se dedicam sem fins lucrativos à promoção social e à melhoria da qualidade de vida de setores oprimidos (GROSSI, 1989; BALL; DUNN, 1995).

Na década 1980, o Banco Mundial, procurou restringir o termo “ONG” àquelas organizações privadas, primariamente humanitárias e de cooperação, que procuram aliviar o sofrimento, promover o interesse dos pobres e proteger o meio ambiente (WORLD BANK, 1995). Todavia, existe uma miríade de organizações que se dedica à prestação de serviços básicos para o desenvolvimento comunitário nos países em desenvolvimento sem relações com o Banco Mundial. Este pode ser o caso de ONG’s que trabalham no campo dos direitos humanos, que articulam suas agendas e missões em termos de assegurar suas normas internacionais, protegendo e implementando os direitos civis e políticos conhecidos (NELSON, 2003, p.2015).

As ONG’s que operam na órbita do Banco Mundial são um subconjunto do mais amplo sector sem fins lucrativos, que se envolve especificamente em questões atinentes ao desenvolvimento de condições socioeconômicas (WELKER; AHMED, 2008, p.76). Pelo que, esta “exclusivização” do termo pelo Banco Mundial mostrou ser ineficaz porquanto muitas organizações locais e baseadas nas comunidades que surgiram, nos anos 1990, não privilegiaram a área de cooperação.

As ambiguidades não param por aqui. Langa e Monteiro (1995) definiram as ONG’s como organizações voluntárias que trabalham com, e, muitas vezes no interesse de outras pessoas. Na definição, os autores sublinharam que o impacto das suas atividades deve estar para além dos membros. Na mesma direção estavam Ball e Dunn (1995) definindo as ONG’s como aquelas organizações na sociedade civil formadas num interesse comum, para agir em assuntos que causam desfavorecimento ou degradam o bem-estar das pessoas e da sociedade no geral. Entretanto, estas definições, nos termos em que se apresentam, continuam problemáticas. As organizações que, não sendo voluntárias, realizam suas atividades por contratação ou subcontratação de entidades públicas ou privadas, ficam excluídas. Estes são os casos das ONG’s do sul, extremamente dependentes do financiamento do norte. Igualmente, ficam excluídas organizações que desenvolvem projetos de rendimento para assegurar o funcionamento na ausência de financiadores, à semelhança das Caritas Diocesanas e da Cruz Vermelha de Moçambique (CVM), para não indicar várias Organizações

Comunitárias que, sazonalmente recebem seus financiamentos. Estas são questões a considerar na definição de ONG's.

Nos países ocidentais, as organizações sem fins lucrativos estão também envolvidas em atividades que geram lucro, como se evidencia abaixo:

No entanto, pode-se afirmar que mesmo as qualificadas 'sem fins lucrativos' podem ser enganosas, porque algumas das organizações sem fins lucrativos (*Non Profit Organization* - NPO) são altamente envolvidas em atividades de geração de renda por meio das quais fazem lucro. Algumas das atividades geradoras de renda podem incluir a produção e venda de vários tipos de produtos. Por exemplo, não são as chamadas "lojas do terceiro mundo", que envolvem a venda de produtos de terceiro mundo como artesanato, nos países ocidentais. Além disso, muitas organizações emergentes sem fins lucrativos (NPO) em países do terceiro mundo estão profundamente envolvidas no negócio e algumas até mesmo competem com entidades empresariais privadas para maximizar o lucro (SAMA, s/d, p.7).

A definição de ONG's, olhando apenas para o aspecto de fins não lucrativos, pode ser importante, mas não determinante. A necessidade de financiamento cria estas ambiguidades, pois os mecanismos administrativos internos dessas organizações não permitem perceber o limite entre o lucro e a captação de fundos para atividades que realizam.

Outro aspecto relevante é a denominação "não governamental", que torna a definição destas organizações mais complexas. O "não governamental" é uma expressão insatisfatória na medida em que pode ser usado para definir qualquer grupo organizado fora do poder público (BRETT, 1995). A negação inclui, por exemplo, sindicatos, igrejas, corporações, sociedades, clubes, para além da conotação "antigovernamental", que não parece legítima (BALL; DUNN, 1995, p.20). Talvez seja por isso que a expressão "não-governamental" foi considerada inapropriada para ser utilizada no lugar da sociedade civil, pois muitas vezes as ONG's representam a opinião de um grupo organizado específico e não necessariamente da sociedade (CAROTHERS, 1999). As ONG's são ambíguas, ao pretender ser autônomas quando, simultaneamente, são dependentes de outros polos

institucionais como igrejas, partidos, universidades, sindicatos, órgãos governamentais e outros movimentos sociais (LANDIM, 1993, p.9).

Nos anos 1990, houve um movimento para contornar a confusão conceptual. Mas o termo já constava das classificações, regulamentos e registos oficiais dos governos no contexto das parcerias com o Estado e agências financiadoras. À semelhança desta complexidade conceptual, as relações entre ONG's e o Estado, nas últimas duas décadas foram mais dinâmicas e complexas (KAMAT, 2004; SAMA, s/d).

Na necessidade de adotar abordagens que acompanhem esta dinâmica, o “não governamental” deu lugar a expressões como “Sem Fins Lucrativos”, “Privadas Voluntárias”, “Sociedade Civil”, “Baseadas na Comunidade”, “Populares”, “Terceiro Sector” que, também traduzem esta confusão conceitual. Organizações “privadas” são diferentes de “não lucrativas” e/ou “voluntárias”. Igualmente, restringir o conceito de “Sociedade Civil” a um conjunto de ONG's, como atualmente se verifica, é problemático. O termo representa, por natureza, um espaço de lutas políticas e sociais para mudar o *status quo* e neste sentido toda organização, dependendo de como manipula o espaço, pode integrá-lo (HEARN, 2001; NEGRÃO, 2003, p.22; SHIVJI, 2007).

No quadro desta confusão conceitual, expressões como “Organizações não-Governamentais”, “Sem Fins Lucrativos”, “Voluntárias” foram sendo usadas, não raras vezes, como sinônimas, quando na verdade existem particularidades que traduzem práticas diferentes ou diferenciadas. A definição pela qualidade de “voluntárias” é também questionável. Nos últimos tempos, as ONG's se profissionalizaram para interceptar a tendência de “terceirização” dos serviços públicos. Muitas ONG's que atuam no desenvolvimento estão nas folhas de pagamento dos seus governos, ou seja, recebem fundos públicos. Portanto, constituem uma fonte de emprego para a classe média (COUTINHO, 2004, p.63) contrariando o espírito de voluntariado.

A partir deste ponto de vista, é importante notar que as ONG's podem se apresentar de diferentes formas e para numerosas funções, como nos sugere Kamat, (2004, p.172), no trecho seguinte:

O termo ONG descreve uma ampla gama de organizações, incluindo organizações de base comunitária (OBC), ONGs internacionais (ONGI's), ONGs geridas pelo governo (GONGO), ONGs organizadas por doadores (DONGOs), ONGs de Advocacia (ANGOS), ONGs Nacionais (NNGOs), organizações do movimento social (SMOS), e mais amplamente, as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

A diferença entre este grupo de organizações reside na escala, tamanho, finalidade, pessoal, financiamento e operações. Igualmente importante, as ONG's diferem na medida em que são consideradas como legítimas representantes das comunidades pobres do sul. Por exemplo, ONGI's e doadores de advocacia são vistas mais como os financiadores de atividades de organizações de base comunitária (OBC) sendo aquelas que têm uma base popular (KAMAT, 2004, p.172). Entretanto, o contexto atual da neoliberalização, da democracia, da expansão das liberdades, do respeito pelos direitos humanos e das questões sobre a degradação do meio ambiente faz com que uma organização realize múltiplas atividades e a diversos níveis. O resultado é que diferentes conceitos são aplicados para falar do mesmo fenômeno teórico (BALL; DUNN, 1995; SAMA, s/d).

A definição de ONG's encerra duas abordagens, nomeadamente sociológica e jurídica. A primeira está preocupada com o impacto das ONG's e seus arranjos internacionais, e a segunda dá ênfase ao seu estatuto legal relativamente à legislação nacional e ao direito internacional. Na dimensão sociológica, as ONG's devem ser autogovernadas, privadas e sem fins lucrativos, buscando a melhoria da qualidade de vida de desfavorecidos (MATERN, 2003). Para este objetivo, se torna importante a independência em relação aos órgãos públicos e dos governos, pois, assim permitem contatos entre famílias e o estado, oferecendo possibilidades de uma ação concertada e de auto-organização social (TUIJL,1999).

As atividades das ONG's obedecem desde a assistência humanitária e o bem-estar, o desenvolvimento comunitário, a promoção de sistemas de desenvolvimento sustentável e os movimentos populares. Daqui, resultam as organizações voluntárias, de serviço público, organizações populares que representam interesses de seus membros e do Governo (KORTEN, 1990; ALVES, 1997). Como se pode depreender, uma definição abrangente de ONG's, em primeiro plano, deve respeitar a questão de alívio e da melhoria da situação social e econômica da população desfavorecida, sendo fundamental nas atividades que realizam a preservação da independência, do carácter voluntário e não lucrativo. Isto, possivelmente permite a satisfação das exigências da sociedade como um todo (BALL; DUNN, 1995; MONTEIRO, 1995). A definição, também deve olhar para o papel ou funções que uma organização desempenha no processo de desenvolvimento. Todavia, com a profissionalização, novas designações surgem, tais como organizações de assistência técnica, de advocacia, ambientais, etc., em função da sua gestão, função e atuação, e estas organizações podem ser privadas ou participativas, parceiras ou independentes, locais, nacionais e/ou internacionais. A dinâmica que caracteriza as ONG's, também se traduz na complexidade da sua definição.

O que, também difere as ONG's, são funções e mandatos, enquanto algumas são específicas, outras são mais abrangentes, de atuação nacional e internacional. As de atuação internacional se baseiam no direito internacional. Enquanto as ONG's de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos se dedicam aos problemas econômicos e humanitários, as organizações do primeiro mundo são mais individualistas, trabalhando em questões de melhoria de direitos políticos e civis (STEINER; ALSTON, 1996; WOUTERS; ROSSI, 2001).

Entretanto, existem seis (6) princípios para que uma ONG seja reconhecida pela ONU: (1) trabalhar ao encontro dos objetivos da ONU, (2) garantir representação de seus membros, ter sede e funcionários, (3) sem fins lucrativos, (4) distanciar-se de atos violentos, (5) não interferir nos assuntos internos do estado, (6) não ser estabelecidas por acordos intergovernamentais

(WILLETTS, 1996). Ademais, a sua estrutura deve possibilitar uma ação eficaz e eficiente por serem pequenas em tamanho, menos burocráticas e especializadas, apolíticas e independentes, são características que as tornam flexíveis na sua administração (ÇAKMAK, 2008). Estas características, acabam definindo as ONGI's que atuaram nos programas de emergência humanitária e posterior processo de reabilitação e reconstrução que o trabalho procura descrever em Moçambique. Portanto, o termo ONG's, no contexto de Moçambique, define todo o conjunto de organizações que, separadas do estado, contribuíram para assistência emergencial para milhares de pessoas afetadas pela guerra e calamidades naturais no país. As igrejas, associações filantrópicas internacionais, grupos organizados de cidadãos e/ou de amigos, agências de desenvolvimento de países e das Nações Unidas, que se envolveram na ação humanitária, caíram nesta categoria em Moçambique. Sobre este aspecto, o IV capítulo é mais detalhado e ilustrativo.

Considerações finais

As ONG's remontam há séculos. É difícil localizá-las objetivamente no tempo e espaço, porém sabe-se que elas emergem da solidariedade humana. Este capítulo procurou elucidar que o período que se seguiu à 2ª Guerra Mundial testemunhou não só alterações profundas na política e na economia globais como também abriu espaço para participação ativa de ONG's na concepção, modificação e na implementação dessas estratégias e políticas, sobretudo por via das plataformas da ONU.

A aprovação da Carta das Nações Unidas, em 1945, permitiu que as ONG's participassem das reuniões do ECOSOC, como órgãos de consulta plena ou especial e de concertação sobre matérias sociais e econômicas que interferem no pleno gozo dos direitos humanos. Esta abertura permitiu

também que uma série de reuniões internacionais envolvendo governos de estados, instituições internacionais e ONG's se realizassem no quadro das suas relações com a ONU.

A preocupação com várias questões que minam a paz e segurança global e degradam as condições de existência e/ou gozo pleno dos direitos humanos estiveram no fundamento destas iniciativas. Os encontros sobre o Meio Ambiente de Estocolmo e o Fórum Global do Rio de Janeiro (UNCED e/ou ECO RIO-92), as Conferências sobre os Direitos Humanos de Teerã e Viena e a Cimeira Social de Copenhague são apenas exemplos de discussões conduzidas com a participação de ONG's, visando à busca de soluções para problemas globais. Os instrumentos adotados nestes encontros sempre valorizaram a participação de ONG's em todas as fases de sua implementação.

O fim da Guerra Fria, o desmoronamento dos impérios coloniais e o avanço do capitalismo como face neoliberal impuseram uma nova dinâmica nas relações internacionais e, inevitavelmente, às ONG's como integrantes formais do sistema, desde 1945. A garantia de um planeta cada vez mais justo e pacífico, no qual os direitos dos seres humanos sejam plenamente universais e indivisíveis, foi sempre o ponto de chegada, ainda que os caminhos parecessem díspares entre os diferentes atores. Isto resultou no crescimento do setor das ONG's. Como fatores, pesaram o desenvolvimento de consensos internacionais em favor da ação humanitária, a diminuição da ajuda nos países do "Terceiro Mundo" (como fator de influência) e o crescimento do papel político das ONG's na ONU e nas capitais ocidentais (ÇAKMAK, 2008).

Os pactos social e civil (1966) não podem ser vistos como instrumentos diferentes, mas partes integrantes do mesmo pacote de direitos humanos e, portanto complementares. É nesta direção que se enfatiza que o engajamento das ONG's ao longo da segunda metade do século XX não está dissociado dos direitos humanos na sua amplitude. Os direitos políticos e liberdades civis (Art.1 a 20 da Carta dos Direitos Humanos) apenas ganham sua eficácia e eficiência quando integradas aos direitos econômicos, sociais e culturais (Art. 22 a 27 da Carta dos Direitos Humanos). Assim, em

certa medida, as ONG's são o garante da eficácia dos programas internacionais da ONU. Porém, na África, a experiência das ONG's no trabalho humanitário junto dos fundos e das agências das Nações Unidas, foi usada em benefício de agentes capitalistas representadas pelo Banco Mundial, FMI e pelas instituições de desenvolvimento internacional de países ocidentais.

Não obstante os avanços referidos após a 2ª Guerra Mundial prevaleceu no seio das ONG's uma confusão conceptual. A natureza mutável e a necessidade de adaptação ao contexto operativo fizeram com que as ONG's se definissem objetivamente como organizações da sociedade civil que orientam suas atividades para o alívio de problemas que causam desfavorecimento e na melhoria das condições de vida de grupos ou populações carenciadas (MAURI, 2013, p.53). No exercício das suas atividades a independência, o voluntariado e a não busca do lucro são princípios fundamentais e não fatores de distinção. A natureza e âmbito das atividades que realizam é que determinam as dimensões: humanitária e/ou de desenvolvimento, bem como área ou local de atuação, nacional ou internacional, etc. Neste sentido, mais do que a visão e a missão oficialmente assumidas, as ONGI's atuando na África deviam ser definidas em função dos resultados de atuação.

A atuação das ONG's muitas vezes está conectada ao fato de que os estados têm obrigações transnacionais impostas pelo direito internacional. Portanto, as ONG's, como integrantes da política global, pressionam os estados enquanto atores internacionais para garantir o cumprimento de suas obrigações, na mudança de comportamento mesmo em situações sensíveis aos interesses nacionais. Daqui, resulta que a participação das ONG's das negociações internacionais torna a política global mais transparente, pois conduzem a adoção de políticas mais éticas (CHANDLER, 2001). Contudo, é fato que as ONGI's, também são agentes de política externa dos estados e, nesta qualidade, na sua atuação procuram manter o interesse destes. Este estudo ocupa-se de Organizações Não governamentais Internacionais (ONGI's) e o seu papel na articulação de política doméstica dos estados. No próximo capítulo, depois de breves apontamentos sobre os percursos no século XX e

das tentativas de conceptualização, far-se-á uma abordagem sobre como é que no quadro da política global liderada pela ONU, as ONGI's fizeram a transição para o contexto de África.

CAPITULO II

ONGÍ's: APONTAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA CHEGADA À ÁFRICA SUBSAHARIANA, 1960-1990.

O ano de 1945 é um marco importante nas relações políticas e econômicas globais. Se, até ao final da Segunda Guerra Mundial, o continente africano constituía um território colonial, sob o domínio das potências ocidentais, os anos subsequentes vão testemunhar uma alteração gradual destas relações político-econômicas. O princípio de liberdade e de autodeterminação dos povos, difundido pela Carta do Atlântico, pela Declaração das Nações Unidas e, depois, pela Carta da ONU, criaram condições para que diferentes movimentos nacionalistas africanos emergissem com força, simpatia e apoio internacionais (MBOKOLO, 2010, p.231). Nos então “territórios de tutela”, por volta dos finais dos anos 1950, os ventos de mudança sopravam rumo à descolonização na África.

Já na década de 1950, o movimento anticolonial conduziu à independência alguns países magrebinos, a exemplo de Líbia e do Marrocos, mas também a um conjunto de reformas políticas em todas as colônias. Outrossim, em 1957, resultante do avanço do nacionalismo, Gana torna-se o primeiro país independente na África subsahariana. A realização, em 1945, do Congresso Pan-africano de Manchester e, em 1955, da Conferência de Bandung, na Indonésia, constituíram, também, momentos decisivos. Em Manchester, os líderes vincaram a determinação e irreversibilidade de luta pelas independências africanas não importando os meios e recursos. A conferência, reunindo líderes de movimentos e/ou de países africanos e asiáticos já independentes, entre outras pautas, discutiu e deliberou sobre estratégias de apoio aos movimentos de luta pela independência africana. Os países independentes, a exemplo do Egípto e da Líbia, e, mais tarde, da Argélia, do Marrocos e do Gana, deviam dar apoio necessário aos diferentes movimentos nacionalistas no continente. Em resultado, até 1960, muitos países africanos tornaram-se

independentes. Este ano entrou na história como o “ano de África”. A fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), a 25 de maio de 1963, deu mais sentido e dinâmica ao movimento nacionalista.

A partir deste período, os países africanos, à semelhança de países independentes da Ásia, gradualmente, passaram a integrar, também, o novo sistema internacional liderado pelas Nações Unidas, que, à data da sua fundação, congregava 53 estados (VIZENTINI, 1997). O novo sistema internacional fora constituído na base do princípio de paz, segurança internacional e de solidariedade entre os povos. Entretanto, nos termos do mandato das Nações Unidas, assegurar estes princípios aos países africanos, à luz dos direitos humanos e do desenvolvimento internacional, impunha diferentes desafios para todos intervenientes. À medida que a questão das independências políticas se ultrapassava, também emergiam vários problemas sócioeconômicos resultantes do subdesenvolvimento.

A busca de respostas globais para problemas locais, sobretudo em contexto político e socioeconômico adverso dos países recém-independentes, mobilizou, não apenas as diferentes agências da ONU, instituições internacionais e multilaterais, mas também as ONGI’s, suas parceiras, segundo observamos no capítulo anterior. Após a Segunda Guerra Mundial, as ONG’s passaram a integrar, como órgãos de consulta da ONU, o ECOSOC. Como parceiras da ONU no delineamento e na execução das políticas de desenvolvimento global, as ONGI’s, em face dos desafios do desenvolvimento, experimentaram um rápido crescimento e expansão pelo mundo, particularmente, na África.

Neste capítulo, o objetivo central é identificar os principais fatores que justificam a proliferação de ONGI’s em África, no período que vai de 1960 a 1980. Argumenta-se que em África o “não-Governamental” é decorrente de vários fatores. As dificuldades políticas, socioeconômicas, os conflitos e as calamidades naturais durante os primeiros anos de independência de países africanos,

associados a alterações no sistema internacional, contribuíram para a proliferação de ONGI's. Os conflitos e os desastres naturais que assolam a África, ininterruptamente, contribuíram para o exacerbamento das desigualdades e, por via disso, a prevalência da pobreza, a degradação do meio ambiente e a violação sistemática dos direitos humanos. Estes fatores, conjuntamente, estimularam a intervenção de ONGI's como parte da sociedade civil global. Na África Subsaariana, em função das diferentes trajetórias históricas e políticas, econômicas e sócio-culturais de cada país, a proliferação das ONGI's obedece a especificidades.

O caminho das independências

A luta pela soberania política africana desdobrou-se em quatro diferentes etapas (MAZRUI, 2010, p.126). Antes da Segunda Guerra Mundial, verifica-se, em quase toda extensão do território africano, uma agitação das elites em favor da autonomia. Em continuidade de movimentos anticoloniais que nunca cessaram mesmo com a pacificação e ocupação efetiva, neste período, associações culturais, grupos de interesse e/ou operários organizam várias manifestações, greves e motins, exigindo dos regimes coloniais algumas reformas sócioeconômicas em face da crise dos anos 1930. Todavia, sem muito sucesso dada a brutalidade da repressão colonial.

A diáspora africana em países do ocidente, também se mobilizava para denunciar e conscientizar o mundo sobre a situação colonial no continente, segundo indica abaixo, Ali Mazrui (2010, p. 127):

Outras organizações culturais ou de interesse da elite instruída se formaram no estrangeiro entre africanos e afro-descendentes. O pan-africanismo entrava em uma nova fase. Na França, Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire fundavam L'Étudiant noir. Por sua parte, Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta e W. E. B. Du Bois se afirmaram na qualidade de ativos pan-africanistas, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

A segunda fase dá-se com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Os africanos de todos os quadrantes coloniais tiveram uma participação considerável. Os africanos, coerciva ou voluntariamente, se viram mobilizados a lutar contra o nazi-fascismo (MBOKOLO, 2010, p. 231). Em 1936, Hitler ordenou que a Alemanha retomasse suas antigas colônias africanas perdidas no contexto da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, as experiências dos africanos com relação ao colonialismo alemão não tinham sido, de todo, as melhores. Assim, para tentar impedir a restauração do império alemão, os habitantes do Tanganyica, por exemplo, se organizaram e participaram da guerra com causa própria. Em 1938, fundaram, por exemplo, a Liga da Tanganyica, sediada em Nairobi, com este objetivo. Como resultado desta mobilização antinazista, 87.000 soldados africanos do Tanganyica combateram ao lado dos Aliados, à semelhança do que acontecia nas colônias francesas, como escreveu Ali Mazrui (2010, p. 132):

Desde 1938, a França retirara 20.000 soldados da África Ocidental francesa (AOF), dentre os quais 7.000 haviam sido enviados à metrópole; este contingente somava-se aos 18.000 atiradores estacionados na AOF e aos 29.000 combatentes anteriormente em ação na França e na África do Norte. No total, 130.000 homens foram mobilizados na AOF.

A África tinha um posicionamento anti-imperialista e anticolonial. As diferenças, porém, emergiam das divisões existentes sobre as estratégias de sua abordagem num contexto de guerra. Entre os africanos havia um entendimento sobre a necessidade de travar o avanço da brutalidade do regime nazi na África e, posteriormente, engajar-se pela independência de seus países. Mais do que preferência aos outros regimes coloniais e/ou colaboração com imperialismo, tratou-se de uma luta contra uma forma hegemônica mais perigosa. Uma possível vitória da Alemanha tinha graves implicações, não apenas para a liberdade africana, mas também na luta pela dignidade humana (MAZRUI, 2010, p. 133).

A respeito disto Jean Suret-Canale e Albert Adu Boahen (2010, p.191) escrevem:

O fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados não podiam senão levantar imensas esperanças junto aos povos da África submetidos à dominação colonial. A derrota do fascismo representava o insucesso de uma doutrina fundada sobre o racismo, a exaltação da força bruta e a negação dos direitos aos povos em dispor, por eles próprios, do seu futuro; tratava-se, implicitamente, da condenação do colonialismo, cujos princípios, quiçá a prática, repousavam em bases simétricas.

A participação dos africanos na Segunda Guerra Mundial, de fato, aflorou um conjunto de fragilidades e de oportunidades, que, a posterior, foi explorada pelas colônias contra as potências imperialistas. Durante a guerra, a derrota imposta aos franceses pelos alemães foi suficiente para quebrar o mito de invencibilidade imperial, conhecido nas colônias pelas traumáticas campanhas de pacificação dos finais do século XIX. Após a derrota de 1940, a autoridade francesa foi seriamente abalada nas colônias, que, mesmo com recurso à forte repressão, foi impossível restabelecê-la após 1945 (MAZRUI, 2010, p.133).

Após a Segunda Guerra Mundial, os africanos, com recurso a métodos não violentos, vão exigir uma independência total de seus países. Para lograrem seus intentos, vários mecanismos de pressão foram adotados por diferentes grupos nacionalistas em diferentes países. Em agosto de 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill e Franklin Roosevelt assinaram a Carta do Atlântico. Com o instrumento, o primeiro-ministro britânico tinha como objectivo denunciar injustiças na Europa, porém, após a guerra, foi aplicado pelos nacionalistas, por extensão, também, para tornar ilegítimo o colonialismo na África, como ilustra o extrato:

[...] a Carta do Atlântico inscrevera entre os seus objetivos de guerra dos Aliados o notório “direito próprio a cada povo em escolher a forma de governo sobre a qual ele deseja viver”. No espírito dos signatários, aquilo não se deveria aplicar unicamente à Europa; mas, os povos africanos obrigar-se-iam a dele se apoderar e a reivindicá-lo para si mesmos (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 191).

Os objetivos da Carta do Atlântico, em 1945, se tornaram, também, princípios da Carta da ONU e, portanto, de interesse africano. Em nome da liberdade e do princípio de autodeterminação dos povos, os movimentos nacionalistas africanos se desdobravam em busca de reconhecimento e autonomia dos seus territórios (MBOKOLO, 2010; SURET-CANALE; BOAHEN, 2010). Nas colônias francesas, britânicas e belgas, relativamente mais desenvolvidas do que as portuguesas, o nacionalismo estava mais enraizado e, por isso, mais consistente e com maior capacidade de articulação internacional. Estas colônias tinham investimentos sócioeconômico diferenciados, o que, de alguma forma, possibilitava certa mobilidade social aos africanos e abertura para atividades políticas, incluindo a formação de partidos políticos. O colonialismo português, de essência subimperialista, quase não realizara investimentos econômicos sem a participação de capitais estrangeiros (Britânico, Francês e/ou Alemão) e, mesmo na área de educação, regra geral, dependia do trabalho das missões católicas. Olhemos os casos com especificidades.

A situação da França

Na década 1950, a luta pela restituição do poder político emergia por todos os quadrantes das colônias francesas. Afinal, foi em nome da liberdade que os povos africanos participaram da Segunda Guerra Mundial, pelo que fazia sentido questionar a prevalência do regime colonial, que teimava em reforçar-se, não obstante o princípio de emancipação política progressiva das colônias

monitorado pela ONU. As colônias se tornaram uma garantia de recuperação da França, a seguir à catástrofe, daí o reforço do colonialismo assistido nas suas colônias, após 1945. A criação da “União Francesa”, em 1946, que transformou as colônias em territórios Além-mar e, agrupadas numa espécie de federações, representou parte deste esforço. No quadro destas transformações sobre a África Equatorial Francesa (AEF), Mbokolo (2010, p. 244) descreve:

A AEF beneficiou-se de “grandes leis de emancipação”, adotadas pela nascente IVª República: a abolição do trabalho forçado; o reconhecimento dos sindicatos profissionais e a instauração de uma inspetoria do trabalho; supressão do indigenato e concessão da cidadania francesa aos africanos sem, todavia, atingir o seu estatuto pessoal; instituição de assembleias locais no Gabão, no Médio-Congo, em Oubangui-Chari e de um Grande Conselho em Brazzaville, [...] a AEF se fazia representar por vários parlamentares junto à Assembleia Nacional francesa e no Conselho da União francesa. [...] pese a exclusão da maioria dos africanos do corpo eleitoral e a divisão deste último em dois colégios até o ano de 1956, uma efetiva vida política foi implantada: partidos políticos ganharam a luz; as eleições legislativas de 1946 e 1951, bem como as eleições territoriais de 1947 e 1952, constituíram um momento de fervorosos e democráticos debates entre as diferentes frações da opinião pública.

Não obstante o quadro emancipatório, os seus efeitos práticos foram diferenciados e não permitiram um efercente movimento de rotura colonial. Na África do norte, as reivindicações marroquinas do sultão Muhammed Ibn Yusuf pela autonomia política e econômica e pela ampliação de direitos constitucionais e políticos constituíram uma clara demonstração de rotura política. A França se recusava em concedê-la, ignorando, desta maneira, o artigo 76 da Carta das Nações Unidas. De acordo com o artigo, com as colônias, transformadas em “territórios sob tutela”, as potências tutelares deveriam “favorecer a sua progressiva evolução em direção à capacidade de se administrarem por si mesmos, rumo à independência” (HRBEK, 2010, p. 152; MBOKOLO, 2010, p. 247).

Neste quadro, os seis estados árabes independentes exigiam a revisão das relações franco-marroquinas. A França, relutantemente, respondia com violência, aos manifestantes. O sultão chegou a solicitar, sem sucesso, ao abrigo do dispositivo, a inscrição da “questão marroquina” na 6ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, organizada em 1951. A partir de 1953, a violência generalizou-se no Marrocos em contestação à destituição e deportação do sultão e o aumento da repressão colonial (HRBEK, 2010, p. 153, MBOKOLO, 2010, p. 247).

Entretanto, o rumo dos acontecimentos internacionais jamais foi favorável ao domínio colonial francês. Em maio de 1954, a atitude rígida francesa conduziu à derrota em Diên-Bien Phu (atual Vietnã), que precipitou a renúncia das suas colônias no sudoeste asiático (MAZRUI, 2010, p. 133; HRBEK, 2010, p. 151).³⁵ Em novembro de 1954, a Argélia decidiu iniciar a guerra pela independência. Isto fez com que, em 1955, Mendés France, presidente saído da crise política imediatamente instalada com a derrota, encontrasse na negociação a solução do Marrocos e da Tunísia. Em 1956, estes países se tornaram independentes (HRBEK, 2010, p.156), juntando-se à Líbia, livre desde 1951.

Entretanto, a Argélia teve sorte diferente. A Argélia, com investimentos e população francesa consideráveis, desde 1947 foi considerada extensão da França, com estatuto de província autônoma, o que a diferenciava das outras colônias da África Ocidental e Equatorial, excetuando-se o Senegal. A ameaça crescente dos argelinos e o receio de Paris em ceder às pressões acabaram dividindo a metrópole e os colonos franceses. Estes últimos, tudo fizeram para permanecer na Argélia, inclusive rebelaram-se duas vezes contra Paris, recusando-se a fazer concessões aos argelinos. As contradições não foram a tempo de evitar a guerra.

Neste contexto, valendo-se da autonomia, responderam com crueldade às manifestações argelinas, prendendo as lideranças da guerrilha local. Em 1958, a guerra precipitou o último governo da IV

³⁵ A derrota da França, na Indochina, mergulhou o país na crise política, que culminou com a ascensão do governo de Mendés France, em 1954. Após rodadas de conferências em Genebra, os franceses renunciaram o seu império do sudoeste asiático.

República na crise política, permitindo o regresso ao poder do general Charles de Gaulle.³⁶ Seguiu-se um período de cedências e de ampliação dos direitos para os argelinos. Em 1961, iniciaram as negociações com a Frente de Libertação Nacional (FNL), que culminaram com o *referendum*, no qual 99,7% da população defendeu a independência, proclamada em 1962 (HRBEK, 2010, p. 163).

A África Ocidental Francesa (AOF) também terá sucumbido às tentativas de plebiscito constitucional de Charles de Gaulle com o objetivo de manter os territórios do Além-Mar. A alteração da situação internacional também tornava cada vez mais difícil manter as colônias da AOF. Estas colônias, até o final da segunda guerra Mundial, constituíam uma unidade administrativa centralizada sob a autoridade de um governador-geral, mas, a partir de 1946, ficaram sob a direção de um Alto-comissário da República. Como escreve Jean Suret-Canale e Albert Adu Boahen (2010, p. 211-12):

A degradação da situação internacional e da situação colonial francesa (derrota de Diên Biên Phu na Indochina, independência da Tunísia e do Marrocos, início da guerra de libertação na Argélia) obrigou o governo francês a fazer concessões e a antecipar-se aos pleitos por independência completa.

A França estava ciente da situação das suas oito colônias na África Ocidental. Menos populosa e inferiormente equipada, a AOF encontrava-se atrasada em todos os domínios, comparativamente à África Ocidental britânica. Os habitantes da AOF estavam excluídos da vida política. Apenas os nativos das comunas de Dakar, Rufisque e Saint-Louis eram considerados franceses e, por isso, podiam votar (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p.206).

³⁶ Da Revolução Francesa aos dias atuais, a França conheceu cinco regimes republicanos, a saber: (1) 1792-1804; (2) 1848-1852; (3)1870-1940; (4) 1947-1958; (5) 1958 em diante. Os regimes republicanos foram sucessivamente interrompidos por períodos imperiais e Monarquias Constitucionais.

Uma série de concessões se mostravam necessárias. A constituição de 1946 aboliu o trabalho forçado e o estatuto do “indigenato” e ampliou a cidadania francesa para todos os nativos do Alémar. Entretanto, o texto constitucional suprimiu toda a possibilidade de evolução rumo à independência e deixou a porta aberta com vistas à manutenção do “duplo colégio” e à representação privilegiada dos colonos (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p.208, MBOKOLO, 2010, p.244).

As reivindicações pela independência política continuaram na centralidade dos movimentos nacionalistas do Alémar. Não obstante a representação de africanos na Assembleia Nacional Francesa, a situação política das colônias não conhecia grandes progressos. As assembleias territoriais, de 1952, não permitiram grandes mudanças, até que, em 1956, o ministro do Alémar, Gaston Defferre, elaborasse a Lei de Enquadramento, cujo alcance se resume no seguinte:

[...] posta em vigor em 1957, concedeu aos territórios de além-mar uma “semiautonomia”, com um “conselho de governo” presidido pelo governador e por um vice-presidente africano eleito pela maioria na Assembleia (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 212).

É verdade que, de acordo com Mbokolo (2010, p. 249), em 1956, quando da votação da lei de enquadramento, as elites africanas acolheram a autonomia política, mas sem nenhuma hostilidade em relação à França e não expressando vontade alguma de romper as relações estruturais com a metrópole colonial. Todavia, a Lei de enquadramento não conseguiu se impôr às aspirações por independência e, diferentes grupos políticos do Alémar continuaram buscando por outras estratégias de pressão (incluindo a fusão), exigindo independência imediata:

A aspiração por unidade – após o fracasso de uma fusão com o RDA – conduzia às formações políticas originárias dos Independentes de Além-Mar e do Partido Socialista à fusão no seio do Partido do Reagrupamento Africano (PRA), cujo congresso, organizado em Cotonou, no mês de julho de 1958, votou uma moção exigindo a imediata independência (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 212).

Na AOF, a Costa do Marfim foi o rosto mais visível desta inconformação. O Agrupamento Democrático Africano (RDA), uma federação de partidos africanos locais e liderado por Félix Houphouët-Boigny esteve na dianteira desta pressão política. Com representantes e simpatia de diversas assembleias (incluindo na Assembleia Nacional), localmente, a RDA contava não apenas com apoio do Partido Democrático da Costa de Marfim (PDCI), mas também do Partido Democrático da Guiné, de Sekou Touré, da União Sudanesa de Mamadou Kanté e Modibo Keita e do Partido Africano da Independência (PAI), fundado por estudantes regressados da França. A este grupo juntavam-se, também, o Grupo de Estudos Comunistas (GEC), União Geral de Estudantes da África Ocidental (UGEAO), Federação de Estudantes da África Negra na França (FEANF) (BOAHEN, 2010).

A pressão pela independência política, nas colônias francesas, acompanhou a crise política que se abatia sobre a IV República. Porém, em 1957, a partir do Gana chegavam notícias encorajadoras. De fato, eram necessárias mudanças constitucionais substanciais que iam além das garantias da Lei de enquadramento. O regresso do general Charles de Gaulle, em maio de 1958, criou condições para mais aberturas constitucionais. De Gaulle encarregou-se da elaboração de uma nova Constituição, sancionada em 28 de setembro de 1958, por referendo na França e nos territórios Além-mar, como referido no caso da Argélia. Do seu alcance prático pode se extrair o seguinte:

[...] dava um passo suplementar ao conceder a autonomia aos territórios transformados em repúblicas, com um presidente eleito em

substituição ao governador. A “União Francesa” era substituída pela “Comunidade Francesa”; mas, o governo francês conservava toda uma série de atribuições essenciais e a independência era explicitamente apresentada como incompatível com o pertencimento à Comunidade Francesa (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 212).

Em termos práticos, a França não queria abdicar do Além-mar, fazendo tudo para que, constitucionalmente, a administração colonial prevalecesse. Contra todas as expectativas e, não obstante alguma simpatia no Níger, o prospeto de uma “Comunidade Francesa” foi derrubado com 80% de votos contrários, na Guiné Francesa (atual Conacri), tornando-se independente em outubro de 1958. A Federação do Mali não foi para além de 1959. As saídas de Alto Volta (hoje Burkina Faso) e de Benin inviabilizaram a “sonhada” federação, que, em setembro de 1959, solicitou a independência. Após revisão constitucional, a independência foi proclamada em 20 de junho de 1960, constituindo-se Senegal e Mali. Assim, juntavam-se ao Togo, que proclamou, em abril, a independência. No dia 26 de junho de 1960 foi a vez de Madagascar, na África Oriental.

A independência da Guiné condenava a “comunidade”, não apenas na África Ocidental Francesa, mas em toda África. Na África Equatorial Francesa (AEF), o Gabão também se recusaria, não obstante a simpatia do Congo, que, segundo escreve Mbokolo (2010, p. 250):

Em agosto de 1958, algumas semanas antes do referendo gaullista que instituiu a “Comunidade”, no qual estas elites defenderam o voto afirmativo, elas encaminharam ao general de Gaulle uma longa petição: em seu conteúdo, exaltavam a “obra civilizadora” da França na AEF e o princípio, com relação às antigas colônias, da “independência na interdependência livremente consentida”.

O contexto não permitia outra saída a De Gaulle se não conceder as independências. Afinal, o ambiente internacional e a situação interna da França estavam deteriorados. Em agosto de 1960, o

Benin, Níger, Burkina Faso, Costa de Marfim, também proclamaram suas independências. A independência da Mauritânia foi proclamada em 28 de novembro (SURET-CUNATE; BAOHEN, 2010, p. 213). Portanto, com exceção ao Djibuti, todas as colônias francesas do continente africano se tornaram independentes até 1960, dando fim ao império Francês. Entretanto, as independências não incerram o quadro imperialista, daí o neocolonialismo que a seguir se assistiu.

O caso da Grã-Bretanha

Não muito diferente do que aconteceu com a França, a Grã-Bretanha saiu da Segunda Guerra Mundial relativamente empobrecida e sem capacidade para conservar o domínio num império, demansiadamente, vasto. Em 1945, as forças de esquerda na Grã-Bretanha, à semelhança do que aconteceu na França, em face da guerra, ficaram mais revigoradas, permitindo a ascensão dos trabalhistas no poder. Os socialistas e comunistas conquistaram, também, a maioria na Assembleia Constituinte Francesa de 1945 (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 192).

Em contrapartida, os Estados Unidos e a União Soviética saíram fortalecidos. Em 1945, assumindo a liderança do novo sistema internacional (definido em Yalta e confirmado em Potsdam), tinham maior capacidade de pressionar, junto do Conselho Tutelar da ONU, os países europeus a desmantelar seus impérios (MAZRUI, 2010, p. 133). As duas potências emergentes, ainda que por razões díspares, defendiam o anticolonialismo, ao mesmo tempo em que promoviam as duas formas de vida antagônicas, a saber, o capitalismo e o socialismo (HOSBOWN, 2005).

À luz da Carta da ONU, as colônias se tornavam, transitoriamente, “territórios tutelados”. A Grã-bretanha tinha que criar condições e garantir a transição para as independências de suas possessões. Sobre isto e, no contexto da África Oriental, Michael Twaddle *et all* (2010, p. 269) escreve:

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o governo trabalhista no poder na Grã-Bretanha, estava disposto a consumir reformas radicais no país e a acelerar a evolução das colônias. À imagem dos seus homólogos socialistas e comunistas franceses da época, o Partido Trabalhista Britânico não via nenhuma contradição entre estes dois objetivos.

Entretanto, os trabalhistas tinham de enfrentar os problemas econômicos causados pela guerra. As colônias representavam a esperança de cobertura do déficit em dólares e de reativação da economia da metrópole. Diante deste cenário, no período pós-guerra, os britânicos não somente reforçaram a presença como foram lentos em realizar e/ou conceder reformas necessárias para a emancipação política das colônias. Isto não só contrariou a expectativa em relação à Carta do Atlântico, como também os objetivos dos trabalhistas e reforçou o movimento nacionalista e o sentimento independentista nas colônias britânicas (TWADDLE *et all*, 2010, p. 269-270).

Os africanos tinham participado da guerra e, portanto, entrado em contato com diferentes movimentos nacionalistas. Terminada a guerra, nada mais justo que exigir, à medida do possível, mais reformas e/ou representatividade política, mas, sobretudo, a restituição do poder soberano. À semelhança do que acontecia noutros pontos, os povos da África ocidental vão, vigorosamente, colocar em questão o regime colonial britânico (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 192), criando movimentos e organizações políticas.

Um conjunto de fatores acentuou o sentimento anticolonial. As transformações sócio-econômicas do período pós-guerra e a contínua exclusão dos africanos em vários setores da vida sócio-política e econômica representam este quadro. Entretanto, o fato de os soldados africanos que lutaram ao lado dos britânicos não puderem receber, no fim da guerra, as devidas recompensas, indenizações e/ou os prêmios de desmobilização e a falta de emprego foi decepcionante e exacebou o sentimento nacionalista. Os africanos que cumpriram o serviço militar na Birmânia ou na Índia e, portanto, entrando em contato com os movimentos independentistas destas regiões, se juntaram aos

nacionalistas, inclusive dirindo movimentos de massas (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 192).

A acensão do nacionalismo africano é correlata à decepção gerada pela atitude do governo britânico diante da Carta do Atlântico e das determinações da Carta das Nações Unidas. Entretanto, a natureza, os objetivos e as atividades dos partidos políticos e dos movimentos nacionalistas que haviam sido criados na África foram preponderantes. Suret-Canale e Albert Adu Boahen (2010, p. 198), fazendo referência à região do golfo da Guiné, discriminam as principais forças políticas da época:

Entre estes, a *United Gold Coast Convention* (UGCC), o *Covention People's Party* (CPP), e o *Northern People's Party* (NPP) fundados no Gana, respectivamente em 1947, 1949 e 1954; o *National Council for Nigerian Citizens* (NCNC), o *Action Group* (AG) e o *Northern People's Congress* (NPC) criados na Nigéria, respectivamente em 1944, 1950 e 1951; o *National Council of Sierra Leone* (NCSL) e o *Sierra Leone People's Party* (SLPP) organizados em Serra Leoa, respectivamente em 1950 e 1951; finalmente, o *United Party* e o *People's Progress Party* (PPP) nascidos na Gâmbia.

Estes partidos foram, também, estimulados pelo V Congresso Pan-Africano, organizado em Manchester, no ano de 1945, e cuja preparação e participação africana, sobretudo das colônias inglesas, foi um distintivo. Kwame Nkrumah da Costa do Ouro (atual Gana), Obafemi Awolowo, H. O. Davies e Jaja Wachuku, da Nigéria, J. E. Taylor, Ako Adjei e o Dr. R. G. Armattoe, da Costa do Ouro, Jomo Kenyatta, do Quênia, e Hastings Banda, do Malawi, são algumas figuras a destacar. No Congresso, de forma mais aberta, reclamou-se “uma completa e absoluta independência” e uma África unificada, e apelou-se à criação de organizações eficazes, a partir da união de operários, agricultores e intelectuais para combater a exploração imperialista e conquistar a independência (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 197).

Não supreende, pois, que a África ocidental tenha conduzido a luta pela independência com relativa eficácia. Com partidos a tempo-inteiro, não elitistas e dispostos a empregar meios pacíficos ou violentos, constitucionais ou inconstitucionais, eram sustentados, em variados graus, por antigos militares, pelos sindicatos, pelos estudantes, pelas organizações feministas, pelos agricultores, pelos negociantes, pelos chefes consuetudinários, etc, (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 198).

No Gana, Kwame Nkrumah conseguiu fazer com que a *United Gold Coast Convetion*, em 10 anos, se transformasse num partido de massas e com dimensão nacional. Esta, tirando as qualidades pessoais de Nkrumah, foi a diferença entre o que aconteceu na Nigéria, Quênia e no Malawi, com O. Awolowo, J. Kenyatta e K. Banda, que tiveram de enfrentar, também, divisões étnicas. Isto, explorado pelos britânicos, bastante experientes em lidar com movimentos nacionalistas, retardou o processo de luta pela independência, em diferentes territórios. Porém, não podendo silenciá-los, em definitivo.

Em razão de uma experiência em conflitos e em tratar reivindicações nacionalistas que, remontando ao século XVIII, já se manifestara nas relações com os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e atingira o seu ponto culminante com os acontecimentos dos anos 1940, na Ásia em geral e na Índia em especial, bem como em função da crescente intensidade da onda nacionalista africana, os britânicos haviam aceitado o princípio da autonomia como inevitável destino de todas as colônias (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p.203).

Aos britânicos, em função da experiência colonial e da conjuntura pós Segunda Guerra Mundial, oferecer resistência aos movimentos nacionalistas estava completamente afastado como estratégia central, não obstante algumas acções visando atrasar e/ou conformar os actos nacionalistas às normas constitucionais e pacíficas (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 199). Portanto, neste sentido, os processos eleitorais foram utilizados para conferir legitimidade aos novos poderes nas colônias britânicas. O Gana, sob a liderança de Nkrumah, foi o primeiro na África subsahariana a chegar à independência (5 de março de 1957), vencendo as eleições de 1956.

A partir daí, sucessivamente, após escrutínios eleitorais e a conquista da maioria dos assentos pelos partidos nacionalistas locais, outros países proclamaram suas independências, de maneira que, até 1968, das colônias britânicas, apenas os regimes constitucionalmente transformados em minorias racistas, permaneciam relutantes. Assim, na África ocidental, a Nigéria torna-se independente em 1960, seguida por Serra Leoa e da região tutelar dos Camarões em 1961. O protetorado da Gâmbia apenas tornou-se independente em 1965. Na região oriental e austral de África, temos, sucessivamente, Uganda (1962), Tanzania, Zanzibar e Quênia (1963), Malawi e Zâmbia (1964), Botsuana e Lesotho (1966), Suazilândia e Maurícias (1968) (MAZRUI, 2010, p. 128-131)

A independência do Malawi e da Zâmbia seguiu-se à desagregação do regime de federação, que, de 1953 a 1963, reunia Rodésia do sul, Rodésia do Norte e Niassalândia. Em 1965, a Rodésia (atual Zimbábwè), sob o governo de Ian Smith, por via da Declaração Unilateral de Independência (DUI) da Grã-Bretanha, instituiu um governo de minoria branca, à semelhança da África do Sul, que, independente desde 1910, com a vitória de Partido Nacional, do primeiro-ministro D. F. Malan, em 1948, formalizou o *apartheid* (TWADDLE et all, 2010; CHANAIWA, 2010). Estes dois regimes constituíram, durante anos, forças de instabilidade na região austral.

Bélgica

O cenário de descolonização das colônias belgas, analisado sob o prisma geral, não foi diferente das britânicas e francesas. As pressões internacionais e locais também constituíam a regra nos seus territórios coloniais. Entretanto, o processo apresenta especificidades peculiares às colônias. A Bélgica tinha Zaíre (atual República Democrática do Congo) como a sua colônia, antiga propriedade do rei Leopoldo II. No contexto da Carta das Nações Unidas, a Bélgica ficou na tutela de Ruanda-Urundi, antigas possessões da Alemanha.

No contexto do Congo belga, os motins nas principais cidades, desde 1944, sobretudo Katanga e Lobumbash, levaram o governador-geral Pierre Ryckmans (1934-1946) a admitir, em 1946, que “Os dias do colonialismo estão acabados” (MBOKOLO, 2010, p. 242). O Congo, depois da Segunda Guerra Mundial, experimentou um período de crescimento econômico e industrial, antes interrompido pela crise de 1930. O desenvolvimento econômico permitiu um rápido crescimento urbano, estimulando o aumento da população branca e um êxodo rural considerável, fatores que exacerbaram as tensões entre grupos. De acordo com Elikia Mbokolo (2010, p. 233):

[...] um “complô de clérigos” que visava obter, no espírito da Carta do Atlântico, a “liberdade de expressão e de imprensa”, a “liberdade individual, suprimindo a corrente e o chicote que nos colocam em estado de animais de tráfico”, a liberdade de circulação, “a concessão do direito ao ensino, necessário ao progresso intelectual do indígena” e, por fim, o direito à representação política.

Os partidos políticos estavam banidos desde a eclosão de ondas de manifestações violentas, que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial. As pressões que se seguiram a estas exigências de reformas eram conduzidos por antigas associações religiosas, a exemplo da Associação dos Antigos Alunos dos Padres de Scheut (ADAPES), Associação dos Veteranos Alunos dos Frades das Escolas Cristãs (ASSANEF), Círculo São Benedito de Elisabethville, Lulua Frères. No Congo belga as autoridades coloniais tinham ligações antigas com o Vaticano desde os tempos de Leopold II. Entretanto, de acordo com Elikia Mbokolo (2010, p. 254), em 1955, o ministro das colônias, Ahguste Buisseret, em rejeição às críticas lançadas pela igreja à obra colonial, quebrou a aliança entre o Estado e a Igreja, em clara exposição às divisões entre os colonizadores.

Nos anos 1950, em face do aumento dos distúrbios nas principais cidades, foram realizadas concessões. Eis algumas no terço:

[...] reconhecimento dos sindicatos; criação de organismos de comunicação entre os empregadores e os seus trabalhadores negros [...], constituição de um Fundo do Bem-Estar; e, sobretudo, a outorga de cartas de “honra ao mérito civil” e a implantação do regime de inscrição, os quais permitiam aos seus detentores [...] após humilhantes provas, beneficiarem-se de certos privilégios reservados aos europeus (MBKOLO, 2010, p. 246).

Entretanto, o Plano de Trinta Anos para Emancipação do Congo Belga constituiu o ponto de divergência entre os movimentos pacíficos (religiosos) e radicais (tradicionais). Acolhido pela Consciência Africana, a Associação Bakongo (ABAKO), fundada em 1950, sob a liderança de Joseph Kasavubu, defendeu uma emancipação imediata no lugar de retardá-la por trinta anos. A partir de 1955, o movimento emancipatório cresceu, obrigando a realização de eleições municipais, em 1957, cujo efeito prático fora a polarização étnica. Em 1958, Patrice Lumumba criou o Movimento Nacional Congolês (MNC), que negociou, em Bruxela, os termos da emancipação e fixação da independência para junho de 1960. Entretanto, não foi possível resolver as divergências e a polarização existente entre os grupos, mergulhando o país numa crise política.

Após os acontecimentos do Congo, em 1959, houve repercussões no Ruanda-Urundi. Nestes territórios sob tutela, a sua experiência colonial durante a luta pela emancipação também tinha conduzido a divergências e à polarização étnica entre os dois principais grupos, nomeadamente, os Hutus e os Tutsis. Em 1955, a retirada dos missionários católicos do Ruanda permitiu que as elites escolarizadas hutu atacassem violentamente os tutsis, que na administração belga ocuparam cargos públicos e compunham a aristocracia política (MBOKOLO, 2010, p. 251).

Em 1959, em face dos confrontos resultantes da resposta tutsis, ameaçados dos seus privilégios, de acordo com Mbokolo (2010, p. 252), foram registados cerca de 200 a 270 mortos, mais de 1.200 prisões e aproximadamente 7.000 pessoas feridas. O governo belga precisou definir as etapas que deveriam conduzir os dois territórios sob tutela à emancipação e cujo anúncio das eleições serviu

para exacerbar as tensões e enfrentamentos, entre novembro de 1959 e julho de 1961. Muitas pessoas, por conta destas contradições e confrontações étnicas, ficaram exiladas, o que teve reflexos no pós-independência.

Os partidos hutu, APROSOMA³⁷ e o PARMEHUTU³⁸, apoiados pelos belgas, conquistaram nas eleições municipais de 1960 a maioria dos assentos. O Agrupamento Democrático Ruandês (RADER) e União Nacional Ruandesa (UNAR), partidos tutsis, foram derrotados. Com base nestes resultados, fundamentou-se, em janeiro de 1961, o golpe que depôs mwami Kigeri V e, posteriormente, a instauração da República, eleição de um governo e de um chefe de Estado e, por fim, a promulgação de uma Constituição. O escrutínio geral realizado em setembro de 1961 apenas legitimou o golpe dos hutu (MBOKOLO, 2010, p. 253). Estes acontecimentos exacerbaram a polarização étnica no Ruanda, forçando a perseguições políticas e exílio dos tutsis.

O Burundi, separado do Ruanda, a seguir à independência, também foi submetido a eleições municipais e legislativas. As primeiras, tidas como fraudulentas, o Partido da Unidade e do Progresso Nacional (UPRONA) não conseguiram, senão, 19% dos assentos. Contudo, nas legislativas organizadas sob o controle da ONU, em setembro de 1961, o partido obteve 56, de um total de 62 assentos. Na sequência destes resultados, de acordo com Mbokolo (2010, p. 253), em dezembro de 1961, os belgas acordaram a autonomia interna e uma comissão da ONU preparou a independência para 1962, sem, contudo, preservar a união entre o Ruanda e o Burundi, desejada pela comunidade internacional, mas rejeitada localmente pelos interessados. A partir daí estavam criadas as bases para as contradições étnico-políticas das décadas seguintes.

Colônias espanholas e Portuguesas

37 Associação para a Promoção Social das Massas

38 Partido do Movimento de Emancipação Hutu

A Espanha, depois que desmoronou o protetorado Marroquino, apenas passou a exercer controle político da Guiné Equatorial, no golfo da Guiné. Na Guiné Equatorial, apesar de as reivindicações nacionalistas existirem desde 1950, com a formação da Cruzada Nacional de Libertação: dirigida por Acácio Mañe, um agricultor da região de Bata, o movimento apenas ganha consistência nos finais da década e, em princípios dos anos 1960, apoiado pelos países vizinhos independentes (MBOKOLO, 2010, p. 250). A postura invariavelmente repressiva, do governo colonial espanhol, culminou com o assassinato de Acácio Mañe (1958) e Enrique Nvó (1959) e centenas de exilados no Gabão e em Camarões. Os quadros do Movimento Nacional de Libertação da Guiné Equatorial (MONALIGE) e do partido Ideia Popular de Guiné Equatorial (IPGE), partidos fundados, em 1959, receberam formação no estrangeiro. As suas bases de apoio eram mais ativas no Camarões (MBOKOLO, 2010, p. 251).

A pressão destes grupos, dos movimentos sociais e das ameaças anexionistas dos Camarões levaram com que a Espanha, progressivamente, cedesse. Em 1963, os partidos políticos foram reconhecidos e formalizados na Guiné Equatorial e, em 1964, foi concedida a autonomia. A recém-criada Organização da Unidade Africana (OUA), também, já estava em operações, reconhecendo os movimentos e exercendo pressões diplomáticas junto do Conselho Tutelar da ONU. A conferência constitucional realizada, entre 1967 e 1968, decidiu pela independência, proclamada em 12 de outubro de 1968.

Com a independência de Guiné Equatorial que, coincide com a dos últimos protetorados britânicos (Maurícias e Suazilândia), a sobrevivência de regimes coloniais tornava-se cada vez mais difícil no continente. A ilha de São Tomé e Príncipe, adjacente à Guiné Equatorial, teve uma influência direta. Ainda assim, Portugal relutava em manter, de qualquer jeito, Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e a Ilha de São Tomé e Príncipe, não obstante, o avanço dos movimentos nacionalistas e das pressões internacionais, desta vez, reforçadas pela OUA. Em 1951, estes territórios foram transformados em províncias ultramarinas para confundir a opinião internacional

sobre o Império Colonial Português. Na década de 1950, os territórios receberam algum investimento, contudo, não suficiente para travar o movimento independentista que já era uma realidade nos países vizinhos. Mas Portugal não queria ceder, inaugurando o que Aly Mazrui (2010, p.126) considera última fase de luta pela soberania, representada pelas guerrilhas contra governos de minoria branca partir dos anos 1960.

Em Angola, surgiram a UPNA (União das Populações do Norte de Angola), fundada em 1954. Esta evoluiu para UPA (União das Populações Angolanas), e, mais tarde, convertida na FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola); o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), criado em 1956, por militantes oriundos do Partido Comunista Angolano e do Partido da Luta dos Africanos de Angola. A UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) foi fundada em 1966, por dissidentes da FNLA (MBOKOLO, 2010, p. 259). Estes movimentos iniciaram sua insurreição armada pela independência, em 1961.

Em 19 de outubro de 1956, o agrônomo de origem cabo-verdiana (embora nascido na Guiné) Amílcar Cabral, com cinco companheiros, criava em Bissau o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O PAIGC lançou a sua luta armada em 1963 (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 220). Em Moçambique, também, existiam, nos finais de 1950, a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (Mozambique African National Union), UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), alicerces da criação da FRELIMO (Frente de Libertação Nacional), em 1962. Não se vislumbrando, em curto prazo, uma negociação pacífica, a FRELIMO, sob a liderança de Eduardo Mondlane, inicia a luta armada, em 1964. No caso de São Tomé e Príncipe, segundo Elikia Mbokolo (2010, p. 251), em 1964, a OUA reconheceu o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, o qual se transformou, oito anos mais tarde, em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

Diante da situação, mesmo com apoio da NATO (Organização do Tratado Atlântico Norte), o governo português não teve condições para resistir às incursões das guerrilhas nestes países, que, em alguns anos, controlavam territórios, as zonas libertadas. Ademais, a guerra nestes países transformou-se numa questão internacional e, para além da ONU e da OUA, mobilizou apoios de Cuba de Fidel Castro, URSS de Mikhail Golbatchev e China de Mao Tse Tung. A guerra, nestes países, minaria a economia e a sociedade portuguesas e, por outro lado, provocaria um mal-estar político. A guerra era insustentável, de tal maneira que, Jean Suret-Cannale e Albert Edu Boahen (2010, p. 221), explicam que:

[...] a humilhação e a desmoralização a que foram submetidos os soldados portugueses na Guiné Bissau, bem como em Angola e em Moçambique, desde então incorporados ao ideário de libertação que se propagava na África, todos estes fatores incitaram os soldados portugueses a derrubarem o regime opressor de Salazar, no interior do próprio Portugal, em abril de 1974.

A guerrilha impunha várias derrotas às tropas portuguesas no terreno com avanços significativos na ocupação territorial. Entretanto, com a “Revolução dos Cravos” de 25 de abril de 1974, Portugal iniciou, firmemente, as negociações com os principais movimentos de libertação para definir um calendário de emancipação e a independência. A FRELIMO fê-lo para Moçambique, MPLA em Angola, PAIGC para Guiné-Bissau e Cabo Verde e o MLSTP em São Tomé e Príncipe, todos independentes em 1975.

Contudo, se nos restantes países havia consenso sobre a liderança das negociações, em Angola o MPLA teve que se impôr à FNLA e UNITA, partidos que reclamavam protagonismo e liderança nas regiões rurais. Em julho de 1975, banidos pelo MPLA, em Luanda, também, proclamaram independência em regiões de influência (Huambo e Bié), relançando a disputa política e, conseqüentemente, a guerra em Angola. A morte de Amílcar Cabral, também abriu espaço para que

a Guiné Bissau e Cabo Verde, após a independência, enveredassem por rumos diferentes, sobretudo com a criação do PAICV, por Aristides Maria Pereira, antigo secretário-geral da PAIGC que governou o país entre 1975 a 1991. Esta é a leitura que, no geral, podemos fazer sobre as colônias portuguesas, entretanto o caso de Moçambique porque é central merecerá uma abordagem detalhada, no próximo capítulo.

Conflitos e guerras pós-coloniais e mobilização internacional em África

A luta travada pela soberania política, na década de 1960, conduziu à independência de maior parte dos países, com exceção das colônias portuguesas e regimes de minoria branca (sul africano e rodesiano), que o fizeram tardiamente. A eficácia e eficiência com que foram dirigidos muitos dos movimentos nacionalistas, mas também a correta definição dos objetivos e das estratégias de luta a aplicar, foi decisiva. Contudo, em vários países existiam problemas político-econômicos e divergências étnicas e raciais que, durante o período de luta contra o inimigo comum – o colonialismo – não foram abordados, adequadamente, constituindo fontes de novos conflitos.

Após as independências, estes problemas emergiram e, em estados onde não houve consensos, se tornaram fontes de novos conflitos, deflagrando em guerras. As antigas colônias portuguesas podem ser ilustrativas. Em Angola, o impasse político entre Jonas Savimbi da UNITA e Agostinho Neto (mais tarde com José Eduardo dos Santos) do MPLA, após os acordos de Alvor, conduziu o país a uma guerra prolongada que acabou apenas em 2002.³⁹ Em Moçambique, a guerra que deflagrou em 1976, opondo a FRELIMO e RENAMO, apenas terminou com os Acordos Gerais de Paz (AGP) em 1992 (MINTER, 1998). Contudo, até hoje prevalecem focos de instabilidade político-militar.

³⁹ O MPLA, que não via com agrado a partilha do poder, depois que teve pleno controle sobre Luanda, sob a direção de Agostinho Neto (e de José Eduardo dos Santos, em 1979), expurgou após desentendimentos políticos a FNLA e UNITA, lançando o país para uma guerra civil destrutiva ao longo dos 27 anos de duração (MINTER, 1998).

Igualmente, a instabilidade política da Guiné Bissau, além dos golpes de 1980, 1998, 2003 e 2012, não permite a governabilidade do país. Estes conflitos políticos, misturados com fortes questões étnicas, têm impactos nas respectivas economias e, conseqüentemente, no tecido social.

Ademais, as potências europeias, acabadas de declarar a sua retirada da cena política e neutralidade na gestão da soberania dos países emergentes, nunca perderam a oportunidade de interferir e de tirar partido nestes conflitos. Afinal, desde a década de 1930, a África representou estrategicamente um espaço de recuperação das economias ocidentais.⁴⁰ Contudo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial relançou a importância estratégica de África, não apenas como produtora de matérias-primas, mas também para investimentos, sobretudo na área industrial, de construção civil e na produção agrícola. “A ênfase, no alémmar, foi colocada na necessidade de reformas econômicas – fundadas em investimentos produtivos, centralizados nos domínios energético e mineral” (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 340). Apenas para ilucidar as transformações ocorridas, a França, tendo agrupado suas colônias na União Aduaneira (1938), através do Fundo de Investimento para Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES), ampliou, em 1946, os seus investimentos na África. Em 1940, a Inglaterra revogou, por ampliação, a Lei de desenvolvimento colonial de 1929 pela Lei de desenvolvimento e bem-estar social das colônias, de 1940, e a Bélgica enveredou pelo “paternalismo”, sobretudo na indústria mineira de Katanga.⁴¹ A situação de Portugal se desenvolvia como Coquery-Vidrovitch (2010, p. 338) descreve:

Quanto ao Portugal de Salazar, em 1933, ele se engajara na via de um corporativismo colonial, estreitamente controlado pelo Estado, e estendera às colônias, em 1937, a organização social e econômica metropolitana, baseada em um planejamento autoritário.

40 As exportações da Grã-Bretanha caíram em 30% entre 1913 e 1937 (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p.338).

41 Colonial Development Act (1929), Colonial Development and Welfare Act (1940).

Estes investimentos também permitiram a realização de grandes obras com recurso a empréstimos metropolitanos, transformando a África em mercado alternativo aos produtos europeus. No caso de Moçambique, estes investimentos ocorreram na década de 1950 sob pretexto de modernização da situação colonial e em resposta à pressão internacional para descolonização. Mais tarde, assegurar estes investimentos, muitas vezes, significou atos de sabotagem e/ou de subversão colonial, que, sempre que possível, continuaram aplicando a famosa estratégia de “dividir para reinar”. Nos casos acima expostos, mais do que questões internas, os conflitos foram caracterizados por cruzamento de interesses, nomeadamente coloniais, socialistas (cubanos e soviéticos) e capitalistas (americanos) e do *apartheid* na África do sul. A ameaça regional ao desejo sul-africano de manutenção do *apartheid* e da administração da Namíbia, justificou os atos de desestabilização em Moçambique e Angola (MINTER, 1998; CHANAIWA, 2010; COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Não caberia aqui apresentar e discutir todos os casos do continente, pois, além da complexidade, extravasam os objectivos do trabalho. Não obstante as ONGI’s existirem e atuarem desde o tempo colonial, sua a proliferação na África susahariana foi sempre justificada pela necessidade de ações de assistência humanitária em face dos conflitos violentos e de guerras em vários países. Na África Austral, estes fatores são acrescidos à queda da produção e da produtividade resultantes de estiagens e de secas prolongadas, num contexto de choques econômicos internacionais, que, de entre outras consequências, afetaram sobremaneira o preço das commodities (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).⁴²

Um dos conflitos que tem mobilizado a Comunidade Internacional em África e, por essa via, as ONGI’s, pela duração e magnitude dos impactos sócio-econômicos causados nas regiões central,

42 O início dos anos de 1980 marcou um agravamento preocupante da situação, acelerado pela grande estiagem que, entre 1983 e 1985, afligiu 20 países e cerca de 35 milhões de pessoas. Nas últimas décadas do século XX, a baixa nos rendimentos per capita e a instabilidade nos deficit internos foram de tal ordem que as reservas, as quais ainda correspondiam a 15% do Produto Nacional Bruto (PNB), havia dez anos, caíram, rebaixando-se a taxas extremamente insuficientes, equivalentes a 6% do total. Ora, simultaneamente, os fluxos líquidos de capitais externos reduziram-se perigosamente (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 360).

oriental e austral de África é da República Democrática do Congo (RDC). Este conflito, iniciado desde os tempos da revolução congoleza, tornou-se o mais complexo porquanto, suas causas e efeitos vinculam à região. No contexto da região austral, o conflito da RDC, não sendo o único, se reveste de relativa importância, também na medida em que se conecta aos conflitos étnicos que, não suficientemente abordados durante o período de tutela belga em Ruanda e Burundi e da supervisão da ONU, não apenas contribuíram para propagar o ódio pela região, como também, em 1994, deflagraram no genocídio de Ruanda. Este genocídio, com cerca de 500 mil mortos, em 10 dias, representou uma das maiores catástrofes humanitárias na África oriental. A Comunidade Internacional, através da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), ajudou o país na pacificação e na transição (MATSIMBE, 2019, p. 14). Contudo, os processos de desmobilização e reintegração enquanto etapas da pacificação implicam ações de restabelecimento da confiança entre os contendores e adequada resposta humanitária, muitas vezes, confiadas às ONGI's e às agências das Nações Unidas especializadas. A resolução 925/1994 do Conselho de Segurança da ONU, que estende a UNAMIR para 9 de junho de 1995, considerando o trabalho humanitário e de assistência destas organizações no Ruanda manifestou nos termos seguintes:

Louva os esforços dos Estados, agências das Nações Unidas e organizações não-governamentais que prestaram assistência humanitária e outras e incentiva-os a continuar e aumentar essa assistência, particularmente em Ruanda (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 1994).

Estes não foram os únicos conflitos africanos. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) mostra que o mundo pós 2ª Guerra Mundial esteve envolvido em diferentes conflitos, na maioria, localizados reincidentemente na África (FILDEN, 2008, p. 20). O continente africano, nos últimos 50 anos, viveu situações de guerras de libertação, de regimes de

discriminação racial (na África do sul e Zimbábwe), com graves sequelas na atual estrutura sócio-política e econômica dos países. O ACNUR, em 2008, tinha realizado intervenções em trinta conflitos étnicos e religiosos, ocorridos na Argélia, Nigéria, Ruanda, Somália, Mali, Senegal e de natureza político-econômica, nomeadamente no Congo, RDC, Chade, Angola e Uganda (MATSIMBE, 2019, p. 14). A estes se acrescem as guerras na Costa de Marfim, Libéria, Moçambique, Serra Leoa, Etiópia e Eritreia e Sudão. Além do conflito congolês, o continente africano enfrenta conflitos de baixa e média intensidade no “Corno de África”, nas regiões central e ocidental, muitos dos quais ainda ativos e sem clara perspectiva para o fim.

Indubitavelmente, estes conflitos mobilizaram a sociedade civil global, representada pelas agências das Nações Unidas e pelas Instituições Financeiras, Organizações não governamentais. A atuação da ACNUR, nestes conflitos, resulta das articulações realizadas pelas Nações Unidas no quadro das suas atribuições. Uma das consequências destes conflitos é o número de deslocados e de refugiados com reflexos negativos nas atividades produtivas e econômicas que minam a sobrevivência humana e paz global. A resolução de conflitos armados e guerras na África, se nas fases mais ativas contou com as diferentes missões das Nações Unidas, o restabelecimento da confiança e a promoção da reconciliação entre os contendores, sempre envolveu esforços múltiplos da sociedade civil global, não raras vezes, representada pelas próprias agências da ONU e instituições multilaterais que usam as ONGI's como seus braços operacionais em matérias específicas e de sua competência. Estes processos tiveram lugar no Congo (MONUSCO), Moçambique (ONUMOZ), na Somália e no Chad, só para citar alguns exemplos. Portanto, os conflitos, conjugados a outros fatores que conduziram o continente à crise, justificaram a proliferação de ONGI's, primeiro, como agentes humanitários e depois como parceiros de desenvolvimento.

A crise econômica e a proliferação de ONGI's na África subsahariana

As ONG's operam na África desde o período colonial. As primeiras organizações trabalharam em processos de emancipação dos africanos, que, sob alegações de inferioridade racial e civilizacional, se viram privados dos direitos à posse da terra e acesso aos serviços sociais básicos e direitos políticos e econômicos. Assim, não é de admirar que as primeiras organizações sejam, essencialmente, filantrópicas, ligadas às confissões religiosas e dedicadas à proteção dos direitos sociais. O fim colonialismo significou um conjunto de alterações no sistema internacional e nas relações globais, no figurino e na natureza de atuação das instituições internacionais, incluindo as ONGI's.

O mundo, a partir dos anos 1960, verifica certo incremento quantitativo na atividade das ONGI's. As ONGI's, mais interventivas em atividades de natureza filantrópica até cerca de 1960, por volta dos anos 1970, serão reorientadas para questões de desenvolvimento conectadas aos processos de globalização e seus efeitos sobre a liberdade comercial, os direitos humanos e o meio ambiente. Entretanto, enquanto parte destas organizações lutou contra os “males” da globalização, a partir dos anos 1990 um grupo foi se dedicando ao papel das agências financeiras internacionais e nos códigos de conduta das multinacionais em vários países (COUTINHO, 2004, p. 61).

Após as independências, a África tem sido palco de complexos processos de mudança política, econômica e social que, de uma ou de outra maneira, justificam o protagonismo assistido na atuação das ONGI's, sobretudo na defesa e assistência aos “desfavorecidos e vulneráveis”, resultados das catástrofes humanitárias e do assim cognominado “realinhamento estratégico” (ALVES, 1996). As mudanças verificadas no sistema internacional estimularam a expansão de ONGI's. Nos finais do século XX, apenas na carteira de projetos do PNUD, estavam registadas cerca de 50 mil organizações em operações no Mundo.

Em África, a expansão da ONGI's, para além de sua complexidade, obedece especificidades, exigindo a compressão da trajetória histórica e políticoeconômica dos países. As ONGI's enquanto entidades filantrópicas trabalham em África desde os períodos da colonização, provendo serviços negados aos nativos pelo sistema, sobretudo na defesa dos direitos sobre a terra e promovendo educação dos africanos e, mais tarde, também nos processos de luta pela emancipação política (XABA, 2015, p. 313). Este cenário vai ser alterado após as independências.

Nas vésperas das independências africanas, a Inglaterra, a França e a Bélgica, temendo uma futura ruptura, desenharam programas supostamente de apoio ao desenvolvimento das colônias. Assim, em 1949, a Inglaterra agrupou as suas colônias na Commonwealth, uma organização que, de entre outras questões, visava a protecção do mercado imperial através da zona sterling que, na altura, concentrava um terço das transações globais (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 345; MATSIMBE, 2019, p. 13). Hoje, a organização não agregando apenas antigas colônias britânicas, constitui-se numa das principais plataformas de cooperação da Inglaterra e a África.

Igualmente, a Inglaterra e os Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra Mundial, com objetivos expansionistas e protecionistas além-mar, se engajaram na fundação do atual Banco Mundial e o FMI, instituições internacionais que regulam a economia global. A primeira atua na concessão de empréstimos para grandes investimentos em infraestruturas e, a última, trabalha na estabilização das taxas de câmbio e financiamento de déficit de curta duração em países com problemas na balança de pagamentos, uma característica de vários países africanos. Mas sempre na condição de realizar ajustes na política interna, favoráveis à abertura comercial e financeira internacionais, privatização de recursos naturais e empresas estatais, desregulamentação de atividades econômicas e reforma políticas e institucionais (ASABU, 2017, p. 204).

Em 1953, durante o processo de criação da União Europeia, a França e a Bélgica também colocaram o assunto das colônias no debate. Afinal, na década anterior, a França tinha se esforçado

em realizar avultados investimentos nas colônias para conter a inflação e evitar a recessão, recorrendo a empréstimos metropolitanos e fundos do plano Marshall. Ademais, apesar das dificuldades, a França tinha avançado na criação da União Aduaneira, desde 1928, mas, foi somente, em 1958, que as colônias francesas foram agrupadas na zona franco-CFA, formando a “Comunidade Francesa” de que atualmente se declina a deixar. A Bélgica, também tinha investido em relações “paternalistas” no Congo, difíceis de perder com a independência. Situação idêntica tinha acontecido com Portugal, que não tendo conseguido se manter para além de 1975, procurou proteger os investimentos que realizara com ajuda dos Estados Unidos, da Inglaterra e outros parceiros nas colônias, o que explica o esforço diplomático posterior para manutenção de privilégios no lugar da descolonização. Estas constituíram as principais plataformas para uma futura cooperação com a África (KI-ZERBO, 1991; COQUERY-VIDROVITCH, 2010; MATSIMBE, 2019, p. 13).

Portanto, à medida que o sistema capitalista se expandia e, sobretudo no contexto do triunfalismo ocidental sobre a doutrina socialista, estes países dominavam a economia política do mundo e novos países ocidentais, após o plano Marshall, integraram o sistema, formando o atual Grupo 7 (G7), países capitalistas mais ricos (ver: CAFFENTZIS, 2002; XABA, 2015). A influência global destes países não podendo acontecer com recurso a acordos bilaterais devia ser realizada por intermédio de instituições e/ou organizações multilaterais de que dispõem poder de controlo. Contudo, sempre que justificável, recorrem as ONGI’s como seus agentes e/ou instrumentos de sua política externa.

As potências europeias, ao insistirem em novas relações económicas com os países africanos, não apenas visavam garantir a estabilização das economias devastadas pela guerra e que, na altura, beneficiavam-se do plano Marshal, como também a recuperação de parte dos fundos investidos no mercado africano no contexto da recessão provocada pela Segunda Guerra Mundial. Para isso, toda a estratégia era válida. Afinal, era crucial que a Europa continuasse a receber, de África, as matérias-primas necessárias para indústria, bem como ter acesso aos mercados, num contexto de

crescimento e de expansão do comércio global, ainda que para tal se recorresse às ONGI's. Em troca, os países africanos esperavam manter o fluxo de capitais e de investimentos sócioeconômicos que sempre oscilaram.

A importância de África para o mercado europeu pode se extrair dos comentários de Jacqueline Coquery-Vidrovitch (2010, p. 358), ao tratado de Roma:

O preâmbulo estabelece e reafirma a importância “da solidariedade que une, entre si, a Europa e os países de além-mar” e a vontade categórica dos Estados membros em “assegurarem a sua prosperidade, consoantes com os princípios da Carta das Nações Unidas”. Dessa forma, estabelecem-se os parâmetros de um mercado comum africano, fundado sobre um tríptico: primeiramente, a progressiva abertura dos mercados dos países africanos “associados” às exportações de todos os Estados-membros da CEE, sem discriminação; em segundo lugar, a abertura dos mercados da CEE aos produtos dos países associados, sob a égide de um regime especial preferencial; e, finalmente, mas não menos importante, o estabelecimento de um programa de investimentos econômicos e sociais nos países de além-mar, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento para o Além-Mar (FED).

Entretanto, enquanto a África abriu-se ao mercado europeu, multilateralmente, o acesso dos países africanos aos mercados europeus dependia da negociação das metrópoles e, portanto, mais lento do que o esperado, mesmo com as metrópoles com quem detinham laços históricos. As relações, não somente eram desiguais e injustas, como também não permitiram que os países africanos se beneficiassem da CEE, os investimentos necessários para a transformação das suas economias, levantando, mais tarde, rondas de debates e negociações para reverter a situação em Younde e, depois, em Lomé.⁴³ O objetivo destes encontros podem ser sintetizados em:

43 As principais discussões foram Yaoundé I e II em 1963 e 1969 e Lomé I, II e III nos anos de 1975, 1980 e 1986.

[...] em negociar, ao menos, vantagens semelhantes às aquelas garantidas pelo Tratado de Roma; [...] de obter ajuda da CEE para transformar as suas economias, especialmente no setor industrial. [...] negociar com base na paridade e na igualdade representativas, bem como implementar um programa de estabilização nos preços relativos aos produtos de exportação. Mas, a Europa, desde então reconstruída e convencida de ter alcançado a sua autossuficiência, não pretendia, em hipótese alguma, conceder novas vantagens. Ela não aceitava senão tarifas preferenciais para os produtos tropicais, sem, contudo, bloquear os mercados asiático e americano (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p.358-359).

As relações de cooperação entre África e os países membros da CEE já nasceram condenadas ao fracasso, porquanto não respeitaram o princípio de solidariedade e de vontade categórica dos estados membros de assegurar a prosperidade segundo a Carta das Nações Unidas. Nas décadas seguintes, contrariamente ao esperado, os países africanos experimentaram um desinvestimento e problemas econômicos. Segundo o Banco Mundial, África foi o “continente que menor volume de investimentos estrangeiros atraiu, correspondentes a somente 3% do total mundial, se considerarmos o período compreendido entre os anos 1965 e 1983” (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 360). O Produto Interno Bruto (PIB) regional per capita da África Subsaariana, que em 1975 situava-se em 17,6% da média mundial, havia caído, em 1999, para apenas 10,5%, enquanto que a saúde sub-saariana, mortalidade e os níveis de alfabetização de adultos se deterioraram a taxas comparáveis (ARRIGHI, 2002, p. 5). Com a região representando 10% da população mundial, mas apenas 1,1% do produto interno bruto mundial (PIB) e 0,6% do investimento estrangeiro direto mundial (VAN DE WALLE, 2001 apud FERGUSON, 2006, p. 9). O antropólogo americano, James Ferguson (2006, p. 9), descreve a situação econômica da África nos seguintes termos:

[...] a África Subsaariana nos últimos anos sofreu marginalização crescente, taxas baixas ou negativas de crescimento e uma falha impressionante em atrair investimentos estrangeiros. Em um recente ranking mundial de "pobreza humana" (usando um índice composto por medidas econômicas e de "qualidade de vida"), os vinte países

com classificação mais baixa estavam todos na África [...]. A participação da região, o produto nacional bruto (PIB), o comércio mundial e o investimento direto estrangeiro caíram acentuadamente nos últimos trinta anos.

A África subahariana, não tendo atraído o investimento necessário, durante os anos 1970, vai mergulhar em profundas dificuldades econômicas. Existem vários fatores que explicam a crise das economias africanas. Com as prolongadas secas e estiagens, conjugadas à fraca integração na economia global, com a queda dos preços das commodities e a escalada do preço de petróleo nos finais dos anos 1970 e princípios dos anos 1980, a África subsahariana viu as suas economias sufocadas. Entre 1983 e 1985, a estiagem afligiu 20 países e cerca de 35 milhões de pessoas (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 360). Na década de 1970, havia entre os 45 países da região subsahariana aspectos comuns, nomeadamente a queda da produção dos alimentos, o crescimento da população e o incremento das importações (trigo, arroz e milho). Na região, cerca de 70 a 90% da população dependia da agricultura, mesmo entre os países produtores e exportadores de petróleo e outros minerais. De acordo os dados do Banco Mundial, apenas entre 1970 e 1980, o resultado deste cenário foi o crescimento do déficit dos modestos 1.5 para 8 bilhões de dólares americanos. A dívida externa cresceu de 6 para 32 bilhões de dólares americanos. O serviço da dívida se tornou insustentável, crescendo de 6 para 12% e, durante a década de 1980, vários países solicitaram, se não apenas o reescalonamento dos prazos, uma nova ordem econômica internacional como garantia de reestruturação interna (WORLD BANK, 1981, p. 3).⁴⁴

O economista Italiano, Giovanni Arrighi, que, em 1963, dedicou-se aos modelos de desenvolvimento econômico do continente em *The African Crisis* (2002), apelidou a situação de crise econômica de “tragédia africana”. Afinal, “o colapso econômico da África teve conseqüências

⁴⁴ De acordo com Coquery-Vidrovitch (2010, p. 360), 14 países foram obrigados a recorrer ao reescalonamento da dívida, em 1984-1985, a proporção das receitas advindas das exportações e consagradas ao reembolso da dívida passou, em média, de 18%, em 1980, para 26% dois anos mais tarde, alcançando 38% neste mesmo período para os países mais pobres.

desastrosas não apenas para o bem-estar de seu povo, mas também para seu status no mundo” (ARRIGHI, 2002, p. 17). Para Giovanni Arrighi (2002, p. 12), as restrições e a modelagem dos esforços e dos resultados do desenvolvimento nacionais estão conectadas ao capitalismo mundial. Segundo este economista, nos anos 1970, o capitalismo mundial atravessou uma dupla crise, a saber, de rentabilidade e de legitimidade. A rentabilidade foi afetada, principalmente pela intensificação mundial da competitividade das empresas resultantes da expansão comercial e da produção mundial nas décadas de 1950 e 1960. A crise de legitimidade esta diretamente ligada à crise de lucratividade e dos custos sociais e econômicos da coerção dos Estados Unidos para conter o comunismo no Terceiro Mundo. A expansão intensificou, não apenas a competição entre empresas, com também por recursos humanos e naturais, tornando o keynesianismo, social e economicamente, contraproducente (ARRIGHI, 2002, p. 17-18).

Não obstante alguma melhoria na posição econômica das regiões do Terceiro Mundo, o equilíbrio político global que se seguiu ao desastre dos EUA no Vietnã, derrota dos portugueses na África, dificuldades israelenses na guerra de 1973 e a entrada da República Popular da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas pareciam desfavoráveis à recuperação dos países africanos, que, com recurso a dívidas, tinham comprado o “projeto de desenvolvimento” americano. Mas cada vez mais impacientes com o projeto, procuraram renegociar os termos de sua incorporação na economia política global através do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Os dois choques de petróleo foram, em parte, efeito e causa dessa mudança percebida no equilíbrio global de poder acelerada, nomeadamente com a Revolução Iraniana, a invasão soviética do Afeganistão e a crise de confiança no dólar (ARRIGHI, 2002, p. 20).

Entre 1960 e 1970, de entre os quarenta e cinco (45) países da região, apenas nove (9) cresciam numa taxa per capita de 2,5%, ao ano. Entre 1960 e 1979, a renda per capita, em dezanove (19) países, cresceu menos de 1% por ano, sendo que, na década anterior, quinze (15) países registaram crescimento de zero e/ou negativo da renda per capita (WORLD BANK, 1981, p. 2). Não há

dúvidas que, com estas mudanças no sistema global, os países africanos tornaram-se mais vulneráveis e a região cada vez mais pobre e marginalizada do planeta. Em 1979, a renda per capita, na região, era de 329 dólares americanos (excluindo a Nigéria), abaixo dos 370, média do Banco Mundial. O resultado foi que, dos 30 países classificados pela UNCTAD como os mais pobres do mundo⁴⁵, 20 deles se localizavam na África; e dos 36 países listados pelo Banco Mundial como os de baixa renda, quase dois terços eram africanos na década 1970. A crise econômica atingiu a renda per capita e os indicadores sociais, sobretudo a queda no acesso aos serviços básicos. As taxas de mortalidade eram das mais altas do mundo e a expectativa de vida situada em 47 anos; 15 a 20% das crianças morriam no primeiro ano de vida e apenas 25% da população tinha acesso à água potável (WORLD BANK, 1981, p. 3). O lento crescimento econômico e o mau desempenho agrícola, conjugados a altas taxas de crescimento da população, a crise fiscal e da balança de pagamentos tornavam a situação social mais drástica.

Dois documentos chamavam a atenção à comunidade internacional sobre a situação econômica da região subsaariana, nomeadamente: Lago Plan of Action, da OUA, e Berg Report, que inspirou as ações do Banco Mundial a posteriori. A reação da comunidade internacional, segundo Coquery-Vidrovitch (2010, p. 366), assim se manifestaria:

[...] as organizações internacionais não se furtaram, contudo, a um trabalho real. Produziu-se, primeiramente, a enorme massa de dossiês e relatórios técnicos ou científicos, por elas acumulados, sem contar as ações in loco, por exemplo, contra o analfabetismo (UNESCO), contra as epidemias (OMS) e contra as grandes estiagens e fomes (FAO). Estas organizações eram apoiadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Banco Mundial e pelo FMI, cujas prioridades se determinavam pelo “sacro-santo” critério da rentabilidade, critério este geralmente mal aceito pelos beneficiários da sua intervenção, particularmente no âmbito da competência da UNESCO (educação, ciência e, sobretudo, cultura). Eis o porquê da tentativa da ONU em suscitar um novo organismo, o Fundo

45 United Nation Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento).

Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), intuindo “aumentar a produção alimentar e elevar o nível nutricional das populações empobrecidas”.

Diante do colapso econômico de África, os países do ocidente, através de mecanismos bilaterais e multilaterais e de organizações internacionais se mobilizaram a diferentes níveis em busca de ajuda para África. Aliás, para o Banco Mundial, no relatório Accelerated Development in sub-Saharan Africa: An Agenda For Action, a solução para os problemas da região passava pela duplicação da ajuda de 4.9 para 9.1 bilhões de dólares americanos para permitir que, naquela década, o crescimento econômico regional atingisse os 2.5% após a reorientação apropriada de políticas internas (WORLD BANK, 1981, p. 7). Porém, a ajuda canalizada aos países africanos nunca conferiu a “desejada” recuperação e autosuficiência, mas a dependência e a manutenção do status quo, porquanto não fora direcionada às questões fundamentais – a transformação da estrutura produtiva e econômica da região – para reverter a estagnação e o declínio da renda per capita. Usando a metáfora de “fracassos apocalípticos”, George Caffentzis (2002, p. 92-93), a partir dos dados da African Agenda (2000) e da UNCTAD (2002), ilustra que:

Em vez de diminuir o peso da dívida, a era dos SAPs levou a um aumento de 400% na dívida (para US\$ 230 bilhões) desde 1980, de modo que em 1996 a África Subsaariana tinha uma dívida de mais alta porcentagem do PIB do que qualquer outra grande região do Terceiro Mundo com [...] 73%, enquanto o Oriente Médio e Norte da África são 36%, o Leste Asiático e Pacífico 36%, América Latina 34% e Caribe e do Sul da Ásia de 30% [...]. Embora tenha havido um aumento nominal nas exportações de cerca (35%), a participação das exportações dos países africanos caiu drasticamente de 2,35% em 1990 para 1,78% em 2000. [...] Embora tenha havido um aumento de \$ 4 per capita de Investimento Direto Estrangeiro, que fluiu para a África em 1990 para \$ 11 per capita, em 2000, isso deve ser colocado em um contexto histórico. O Investimento Direto Estrangeiro literalmente explodiu nesta década [...] enquanto os países desenvolvidos e o influxo mundial de Investimento Direto Estrangeiro per capita aumentaram cinco vezes, o Investimento Direto Estrangeiro

interno africano aumentou menos de três vezes e o valor absoluto permaneceu o mais baixo para todas as regiões do planeta.

A liberalização do comércio, de investimentos e de finanças, liderada pelas IFI's, implicitamente abriu um mercado livre em todo mundo, criando um ambiente propício para que as empresas ocidentais maximizem seus interesses, explorando os recursos dos países em desenvolvimento com destaque para África (ASABU, 2017, p. 204). Isto talvez explique, em parte, que, depois que as tentativas de cooperação bilateral com países africanos, vertidas nas declarações e/ou convenções de Youndé e de Lomé, foram recusadas, com a criação da CEE, em 1975, os países europeus encontraram nas ONGI's um mecanismo alternativo de ajuda e de cooperação com África. Ademais, a instituição do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), nos primeiros anos, dinamizou esta relação, alocando fundos para a ajuda técnica e financeira aos países ainda colonizados (ROMÃO, 1985 apud MAURI, 2013, p. 48). Contudo, sem alterar a estrutura das forças produtivas e a dependência externa ocidental. O fato é que após as independências e, sobretudo da autosuficiência europeia, este fundo passou a beneficiar também países das Caraíbas e do Pacífico, formando o grupo ACP, deluindo o espírito de 1957, em Roma (COQUERY-VIDROVITCH, 2010) e, portanto, confirmando a falta de compromisso sobre a solução de reais problemas africanos.

Patrick Bond reagindo contra a postura retórica do capitalismo ocidental, no *Looting Africa: The Economics of Exploitation* (2006), observou que desde a Comissão da África de Tony Blair, o alívio da dívida dos ministros das finanças do G7, os concertos Live 8, a campanha Make Poverty History e as promessas do G8 Gleneagles, até a cúpula das Nações Unidas de 2005 e a reunião da Organização Mundial do Comércio de Hong Kong, os ganhos da África se limitaram principalmente a relações públicas. Os problemas centrais continuam a ser a dívida exploradora e as relações financeiras com o Norte, a ajuda fantasma, o comércio injusto, o investimento distorcido e a fuga de cérebros do continente. Entretanto, como Graham Harisson (2019, p. 275) adverte em

Authoritarian neoliberalism and capitalist transformation in Africa, o neoliberalismo é um projeto social global para realizar uma ideologia de “livre mercado” no maior número possível de aspectos da economia política. É baseado no princípio neoclássico básico de que o livre mercado é socialmente ideal, eficiente e tende ao equilíbrio e coloca aos estados uma forte predisposição para a aplicação de relações sociais privatizadas e comercializadas como propriedade estrutural de sua economia política. As suas características se resumem no extrato abaixo:

O neoliberalismo como projeto social é realizado através de classes, quadros e comunidades epistêmicas dedicadas à realização universal de um mundo neoliberal mais ou menos coerente. Isso é um projeto tão utópico ou milenar como qualquer outro na ideologia política moderna. O projeto social do neoliberalismo é expansivo; trata-se da criação de regulamentos, hábitos, disciplinas e incentivos e normas em nome do livre mercado (HARISSON, 2019, p. 275).

Assim, o neoliberalismo é bastante utópico e a aplicação efetiva de seus princípios é autoritária e expansiva. O projeto neoliberal é historicamente dependente da existência de uma burguesia consolidada. Em África, as relações não são baseadas na propriedade privada; as relações sociais do trabalho são significativamente variadas e não baseadas em uma proletarização; a classe capitalista permanece fortemente dependente do poder estatal ou limitada em seu domínio social; e processos de acumulação são fracos e estáticos (HARISSON, 2019, p. 276). A aplicação do neoliberalismo não podia ter resultados diferentes do aprofundamento da crise instalada, não conseguindo gerar evidências de desenvolvimento capitalista, porém, provocando crises e distúrbios sociais e implantando “democracias sem escolha” atualmente alvo de novas formas de luta.

No lugar de realização de investimentos para a reversão da estagnação econômica e o resgate dos indicadores macroeconômicos deteriorados e estimular a reinserção da região africana no mercado global, os países doadores e a comunidade internacional concentraram-se na expansão do mercado

capitalista, nos investimentos distorcido e injusto e na reparação dos efeitos sociais do projeto neoliberal, uma vez desastrosos os seus resultados nos meados dos anos 1990. Em 1992, confirmando a tendência, a cooperação africana com a União Europeia foi reorientada para as ONGI's com a criação da Organização Humanitária da Comunidade Europeia (ECHO), num claro alinhamento com as IFI's e agências de desenvolvimento internacional.

As ONGI's, já reconhecidas pela ONU e realizando intervenções variadas com as diferentes agências pelo mundo, com o novo organismo, se tornaram parceiras incontestáveis da União Europeia, porém, não em questões cruciais de economia africana, como a industrialização e a modernização da estrutura produtiva, mas na reparação e na mitigação de danos sociais correlatos a neoliberalização. Assim, ECHO passou a atuar, dentre outras, nas áreas de cooperação para o desenvolvimento, segurança, Direitos humanos e de Justiça. Estas áreas de atuação materializaram a política externa desta organização, engajando como braços de operação, nas missões africanas, várias ONGI europeias (MATSIMBE, 2019, p. 14). Mas, como podemos ler em Melkamu Dires Asabu (2017, p. 205):

“Não existe dúvida que o FMI e o Banco Mundial violam os direitos humanos, destroem ambiente físico e social, e estendem a miséria e pobreza nos países pobres” [...] “para a economia africana os anos 80 e 2000 representam a “Idade das Trevas””. [...] “Então com conteúdo ideológico neoliberal, ou seja, economia de mercado livre, os africanos foram explorados pelos ocidentais”.

A atuação do Banco Mundial e do FMI pouco contribuiu para a estabilização das economias e melhoria da vida dos cidadãos, mas para torná-las acessíveis ao capital internacional e assegurar a exploração dos recursos da região subsahariana através das multinacionais e outras organizações corporativas vinculadas aos países do ocidente (BOND, 2006; ASABU, 2017; HARISSON, 2019). Afinal, por razões histórico-ideológicas, boa parte da região subsahariana, até a década 1970, esteve

“pouco aberta” para este modelo de atuação do capital e de organizações internacionais, não obstante a presença de grupos filantrópicos religiosos. Enquanto os regimes instalados após as independências foram, regra geral, centralizados, nacionalistas e repressivos, nos primeiros anos, as ONGI’s tiveram dificuldades em atuar na África.

Na Tanzânia, Zimbábwè e Moçambique, por exemplo, nos primeiros anos de independência, o Estado trouxe todas as organizações produtivas independentes, para seu controlo. As companhias comerciais, as cooperativas e outras organizações sociais foram cooptadas pelo Estado. As únicas instituições que permaneceram com certa independência eram religiosas, por via das quais organizações filantrópicas podiam atuar. Todavia, em algumas áreas estavam alinhadas com o Estado, entre 1960 e 1980. Portanto, se algumas ONGI’s atuaram em atividades sociais dos movimentos nacionalistas, este processo tinha dificultado a penetração de ONGI como agentes de cooperação e de desenvolvimento (ADAM, 1997; MERCER, 1997; MATSIMBE, 2019, p. 15).

Entretanto, nos finais da década de 1970, as ONGI’s encontraram, em África, um contexto decisivo e condições favoráveis para penetração e actuação. A África susahariana estava em crise econômica que a planificação e a centralização política e econômica não conseguiram evitar. As fragilidades da estrutura econômica e do quadro político-administrativo dos países africanos (mesmo nos estados menos centralizados) ficaram evidentes com a flutuação do mercado internacional. Com poucos investimentos realizados no ramo produtivo, a agricultura permaneceu de baixa renda e produtividade e, mais direccionada para exportação de produtos primários. A indústria e a manufactura ficaram, também, dependentes da importação de consumíveis (CASTEL-BRANCO, 1994; BOND; DOR, 2003; MATSIMBE, 2019, p. 16). A situação era de estagnação econômica generalizada. A seca nos finais dos anos 1970 e princípios de 1980 e a conseqüente queda na produção, conjugados à fraca integração no mercado mundial, provocaram um déficit de alimentos, eclosão de doenças endêmicas e problemas sociais na África austral. Nos anos 1980 e 1990, os

países subsaharianos precisaram de programas de ajustamento estrutural (SAP's) do Banco Mundial e do FMI, para o resgate das suas economias (WORLD BANK, 1981; MATSIMBE, 2019, p. 16).

As últimas três décadas do século passado testemunharam, não obstante as moderadas taxas de crescimento iniciais, um fracasso dos modelos de desenvolvimento seguidos em transformar a vida de muita gente na África (LUTAMBIGWA et al, 1997, p. 36). O investimento e a poupança variaram entre 15 a 20% do Produto Interno Bruto. O crescimento da produção agrícola em Camarões, Costa de Marfim, Kenya, Malawi, Ruanda e Suazilândia esteve baseado no cultivo extensivo, em vez de um aumento da produtividade, e esteve fortemente dependente das exportações de produtos primários negociados num mercado internacional hostil e adverso (WORLD BANK, 1981, p. 1). Com a crise de petróleo de 1973, os países africanos contraíram de bancos internacionais empréstimos barratos que, com os choques econômicos dos finais da década, se converteram em dívidas pesadas. As taxas de crescimento se tornaram negativas e o pagamento da dívida tornou-se insustentável, os desequilíbrios fiscais e de inflação estavam fora de controlo (SHIVJI, 2007, p. 14-15). A crise de petróleo verificada com guerra de Yom Kippur, em Outubro de 1973, diante dos fatos encontrou desprevenidos os países africanos (SOUSA, 2006, p. 28-29).⁴⁶ Mas, países como Angola, Congo, Gana, Mauritânia, Moçambique, Togo e Uganda já estavam em declínio bem no início da década (WORLD BANK, 1981).

Portanto, maioritariamente dependentes de exportações de matérias-primas, em 1979, os países da região, com pesadas dívidas externas, sucumbiram na sua amortização, devido à queda de preços desses produtos no mercado internacional (BOND; DOR, 2003, HARISSON, 2019).⁴⁷ O índice de preços das principais mercadorias caiu drasticamente, enquanto os preços de exportação dos países desenvolvidos aumentaram (COQUERY-VIDROVITCH, 2010; MATSIMBE, 2019, p. 17).⁴⁸ A

⁴⁶ De US\$ 2.99, o preço do petróleo subiu para US\$11.65 em apenas três meses, atingindo, em 1979, US\$13.54 o barril (SOUSA, 2006, p.28-29).

⁴⁷ Os impactos estimam-se em 75%, para os países que dependiam do mesmo produto e, em 25%, para os com mais opções nos produtos de exportação (BOND; DOR, 2003, p.3).

⁴⁸ As principais mercadorias dos países africanos eram exportadas para os países ocidentais, não raras vezes para a metrópole. Incluía a copra, café, sisal, algodão, cobre, copra, madeira, borracha, etc (MATSIMBE, 2019, p.17).

constante oscilação de preços resultava no aumento da dívida externa e na subida de taxas cambiais permitindo a escassez de divisas nos mercados internos. A participação dos países africanos no mercado global também continuou a decrescer (ARRIGHI, 2002, p. 17; SOUSA, 2006). Ademais, a liberalização do preço do ouro e o aumento da população foram fatores extremamente fatais para os países de economia tradicional, especialmente para os africanos (HEARN, 2001).⁴⁹ Diante da situação, mesmo os mais radicais nacionalistas, como Samora Machel, recorreram a Bretton Woods e aos Clubes de Paris e Londres, em busca de alternativas de investimento e financiamento (PAVIA, s/d, p. 12).⁵⁰

Contudo, para os países imperialistas ocidentais, os acontecimentos africanos constituíam uma “janela” para o realinhamento estratégico, há anos obstruído pela URSS, que, nos princípios dos anos 1980, também emitia sinais de declínio. O welfare state estava em crise e uma Nova Ordem Econômica Internacional dava-se como um imperativo, não apenas para o crescimento econômico dos países africanos, mas também para salvar as economias ocidentais em inflação e recessão econômica (ARRIGHI, 2002; FERGUSON, 2006). A neoliberalização da estratégia de desenvolvimento implicava a adoção de um conjunto de políticas, nomeadamente a independência do banco central, a remoção do controle de taxas de câmbio, a introdução de tecnologias para promover a disciplina fiscal e a redução de déficits orçamentários, a abolição de cotas e redução de tarifas no comércio internacional, a abertura das economias ao investimento estrangeiro direto, a eliminação de controles de preços, a remoção de agências comerciais estatais e a privatização de empresas estatais (XABA, 2015, p. 312; HARISSON, 2019, p. 278).

49 Senegal foi o primeiro país a receber os fundos do Banco Mundial em 1979, mas, imediatamente, Gana (1983) tornou-se o modelo africano da neoliberalização. (Ver: HEARN, 2001).

50 Por exemplo, a tentativa da FRELIMO de encontrar apoio no bloco socialista saiu gorada, já que a URSS recusou por duas vezes, em 1980 e 1981, a entrada de Moçambique no COMECON. Esta atitude de Moscovo pode compreender-se à luz de uma política que considerava que os países do terceiro mundo deveriam encontrar outras formas de solucionarem os seus problemas econômicos para não sobrecarregarem as finanças de Moscovo. Este Bloco, também não considerava Moçambique como socialista. (PAVIA, s/d, p.12).

Contudo, a eficácia destas medidas de autoridade, também dependia do engajamento de agentes de mudanças a diferentes níveis. Assim, tendo em conta o impacto sóciopolítico das medidas, o carácter expansivo e antidemocrático das reformas políticas (de cima para baixo) e a resistência interna dos governantes para sua plena realização deixaram evidente a contradição que o projeto neoliberal encerra. Não havendo dúvida sobre a ineficácia do modelo de desenvolvimento dos estados nacionais, a solução estava nas “parcerias” público-privadas. As ONGI’s constituíam uma das alternativas, paralelamente, ao resgate das economias conduzidas pelo Banco Mundial e pelo FMI. A ajuda financeira internacional foi redirecionada para as ONGI’s, agora consideradas eficazes na abordagem dos desafios do desenvolvimento social. As ONGI’s buscaram encontrar oportunidades de se envolver em África, de alguma forma, de qualquer maneira (XABA, 2015, p.312). E, com estes programas, os estados intervencionados foram “forçados” a abandonar algumas políticas sociais (caso de Moçambique) e de redistribuição de terras (caso de Zimbabwe e África do Sul) (RAFTOPOULOS, 2001; HANLON, 1997).

Segundo Harisson (2019, p. 278), neoliberalismo é crise. A doutrina é sinónimo de desvalorização da moeda, de recessões, governação turbulenta e instabilidade política, sendo por isso que na região subsahariana o neoliberalismo significou pobreza extrema e convulsões sociais (ver: CAFFENTZIS, 2002; HARISSON, 2019). Na condição de agentes de mudança para o desenvolvimento, as ONGI’s também embarcaram na agenda imperialista dissimulada de valores democráticos e de liberdade, estimulando a participação nos países intervencionados pelas IFI’s. As ONG’s, cooptadas, ao confiarem nos princípios do mercado, ajudaram os países ocidentais, não apenas a penetrar a África, mas também a controlar as comunidades e seus governos através de mecanismos de financiamento. Afinal, as ONGI’s identificavam as deficiências e desenhavam as soluções tecnocráticas, o que levantou severas críticas sobre a sua natureza apolítica, benevolência, legitimidade e seus impactos no desenvolvimento (XABA, p. 312).

O neoliberalismo é autoritário; vale-se da burocracia e da coerção “na tentativa de construir, impor e disciplinar sociedades em formas comercializadas na fé de que, ao fazê-lo, a concorrência e o empreendedorismo gerarão transformação capitalista” (HARISSON, 2019, p. 277). Na teoria liberal, a ideia central é a transformação de toda atividade humana em mercadoria e, portanto, organizando-as por meio do mercado. Mas, com base nos resultados africanos, as ONGI’s, nem como “missionários da nova era” conseguiram se impôr e intermediar essa transformação em África, sendo “dismascaradas” como instrumentos da recolonização e pretendendo recuar os ganhos da descolonização e do nacionalismo africano (HANLON, 1997; MERZ, 2012; XABA, 2015).

Afinal, depois do “consenso de Whashington”, cuja praxis fora a controversa neoliberalização, as ONGI’s foram consideradas parceiras da missão na África. Enquanto a solução dos problemas econômicos africanos esteve em torno da “crença” na expansão das liberdades individuais, as ONGI’s estiveram no centro das atenções como proeminentes formas de organização, capazes de promover formas democráticas de organização sócioeconômica. Após a constatação de fracassos nas reformas do Banco Mundial e do FMI, em meados dos anos 1990 e 2000, as ONGI’s foram chamadas a promover também os discursos de participação, de sociedade civil, de boa governação e de redução da pobreza (MERZ, 2012, p. 52), portanto, transformando-se em “novos messias” diante de “novos Lázaros” produzidos e/ou agravados pelo “fracasso apocalíptico” das reformas neoliberais, segundo George Caffentzis (2002).

Os modelos de desenvolvimento dos países africanos, na maioria centralizados, foram denunciados como nefastos e, gradualmente substituídos pela neoliberalização econômica. Doravante, os estados intervencionados se deixariam regular pelas forças de mercado (CAFFENTZIS, 2002; MERTZ, 2012; XABA, 2015), todavia, sem produzir nenhuma evidência de desenvolvimento capitalista, dada a sua incipiência, a desestruturação e má integração com o resto do mundo, reafirmando-se a “eficácia dos estados como atores efetivos do desenvolvimento quando desamarrado da doutrina neoliberal” (HARISSON, 2019, p. 280). As classes capitalistas africanas continuam fortemente

entrelaçadas com a dinâmica das fações que contestam o acesso ao poder estatal (HARISSON, 2019, p. 276).

As políticas de neoliberalização e de ajustamento nos países da SADC resultaram, regra geral, na vulnerabilidade dos sectores sociais. As condições de saúde dos países da região, por exemplo, deterioraram, atingindo níveis piores em meados de 1990, segundo apontou um estudo da Southern African Political Economic Series, realizado em 1998 e, citado por Patrick Bond e George Dor (2003, p. 8):

[...] a mortalidade de menores de cinco (140 por 1.000 crianças) do mundo; mortalidade materna (888 por 100.000 nascidos vivos); a expectativa de vida (52); desnutrição (20% das crianças menores de cinco anos abaixo do peso, e 36% sofrimento de nanismo); imunização contra o sarampo (apenas 68% das crianças de 1 ano); uso de anticoncepcionais (apenas 28% das mulheres 15-45 anos); e a incidência da mortalidade por malária (5.550 por 100.000 pessoas), tuberculose (149 por 100.000 pessoas) e HIV-AIDS (30 casos de SIDA por 100.000 pessoas e uma prevalência de 12% para adultos com menos de 49 anos em 1995, piorando dramaticamente por décadas a propagação da pandemia através da África do Sul).

A degradação dos serviços de saúde é um indicador inquestionável sobre a qualidade de vida nos países da região. Enquanto as infeções pelo HIV-SIDA aumentaram na região, decorriam as reformas políticas do Banco Mundial e do FMI que recomendavam a retirada do estado nos serviços de saúde. Como resultado, durante a década de 1990, a degradação da vida se acentuou na proporção quase inversa às medidas de ajustamento económico. No final do milénio, os índices de prevalência do HIV, entre adultos de 15 a 49 anos de idade, de acordo com Philip (2000), citado por Caffentzis (2002, p. 92), eram os seguintes:

[...] Botswana 36%; Swazilândia 25%, Zimbábwe 25%; Lesotho 24%;
Zâmbia 20%; África do sul 20%; Namíbia 20%; Malawi 16%; Kenya
14%; Moçambique 13%; Burundi 11%; Rwanda 11%; Etiópia 11%;
Uganda 8%; Tanzânia 8%.

Entre 1995 e 1998, a expectativa de vida diminuiu em pelo menos 31 países. No Zimbábwe e Uganda, o impacto das mortes atribuídas à AIDS reduziu a expectativa média de vida, em 1998, a níveis abaixo do que era em 1960 (CAFFENTZIS, 2002, p. 92). A neoliberalização, ao defender um estado minimalista nas suas intervenções sociais e sem papel ativo no mercado senão, apenas, como órgão regulador, no contexto da África subsaariana, contribuiu mais para aumento dos níveis de pobreza do que para a melhoria dos indicadores sociais, sendo o sistema de saúde um dos mais atingidos (BOND, 2003; ASABU, 2017; HARISSON, 2019).

As reformas do Banco Mundial dependiam da conjugação de fatores para serem bem sucedidas. Contudo, diante da situação africana de extrema dependência externa, da falta de investimentos e das flutuações do mercado internacional de produtos africanos (na maioria matérias-primas), conjugados à queda da produção agrícola interna, devido aos problemas pluviométricos e do fraco poder de compra das populações, a situação econômica dos países permaneceu uma utopia na região, porquanto seus recursos ficaram nas mãos de pequenas elites nacionais e/ou controladas por empresas multinacionais (BOND, 2006; FERGUSON, 2006; COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Os resultados das reformas apontavam para ostensivas falhas e fracassos na região (CAFFENTZIS, 2002, FERGUSON, 2006; ASABU, 2017). Ainda assim, para as IFI's este era o caminho a ser seguido pelos estados da região, que, com sua ajuda, procuravam, sem sucesso, corrigir os problemas nas respectivas balanças de pagamento. Afinal, o neoliberalismo se tornara “doutrina religiosa secular” para os oficiais do Banco Mundial, do FMI e do G7. Com o Banco Mundial e o FMI, transformados em “Vaticano” da igreja neoliberal, cabia aos países africanos “convertidos” o culto incondicional, como ficara evidente no TINA (There Is No Alternative), um slogan da

Primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, para reivindicar a economia de mercado como único sistema que funciona para criação de riqueza, distribuição de serviços e crescimento econômico da sociedade (CAFFENTZIS, 2002, p. 93).

Contudo, as medidas de neliberalização na África provocaram e/ou acentuaram as desigualdades sociais. Enquanto o estado embarcou nas medidas de ajustamento econômico, o acesso aos serviços de saúde e de educação ficou restrito a determinados grupos sociais que ainda os podiam custear. Os vulneráveis tiveram que confiar na filantropia, que, graças ao incentivo dos países doadores e das agências de cooperação e de desenvolvimento internacional, viram as ONGI's proliferarem durante as décadas de 1980 e 1990. Afinal, diante da crescente degradação da qualidade de vida para os cidadãos da África subsahariana, as ONG's humanitárias e de cooperação para o desenvolvimento foram "chamadas" a intervir nas áreas sociais com recurso a fundos antes canalizados aos estados (XABA, 2015, p. 312; MATSIMBE, 2019, p. 19).

Após uma década de fracassos, em finais dos anos 1990 e princípios de 2000, verifica-se uma tendência de mudança nas políticas das IFI's relativamente às reformas econômicas. A crescente insatisfação social, a instabilidade política e constantes conflitos com as massas fizeram com que os estados fossem reconhecidos como agentes de desenvolvimento que deviam promover a criação e expansão do setor privado, viabilizando a coexistência com as forças do mercado. Portanto, os discursos podiam mudar desde que, não alterassem o essencial do neoliberalismo – a liberdade do mercado, onde assentam a expansividade e o autoritarismo (ver: HARISSON, 2006). Assim, os fracassos das IFI's imediatamente se tornaram dos estados. O "discurso" das desigualdades, apesar de não ser genuinamente neoliberal, enquanto foi usado contra os estados, paralelamente mobilizou uma série de ONGI's para África Subsahariana, atuando em pautas de acesso aos serviços básicos, direitos humanos e sustentabilidade do meio ambiente. As ONGI's, cada vez mais influentes junto aos doadores ocidentais, das instituições financeiras e de cooperação internacional, no contexto deste realinhamento estratégico, e, sobretudo numa altura em que se levantam vozes contra a

corrupção, passaram a constituir-se como canais privilegiados para a intermediação da ajuda na África.

Na década de 1980, com as medidas de redução do papel do estado e o processo de democratização já em curso, os doadores passaram a incrementar as subvenções estatais para as ONGI's, o que permitiu sua explosão numérica em diferentes países. Hoje, o setor das ONGI's cresceu consideravelmente na região, atuando em áreas que deviam ser da responsabilidade do estado. Em Moçambique, este processo foi mais interessante ao permitir que as ONGI's "recolonizassem" o país, com a chamada projectização da ajuda (MATSIMBE, 2019, p. 19). Assim, o investimento público estrangeiro para os sectores sociais foi canalizado por via das ONGI's, que viram seus escritórios se multiplicarem pelas províncias e pelos distritos. A explicação para esta tendência é que a ortodoxia neoliberal conscientizou-se dos problemas sociais e económicos resultantes do reajustamento e, portanto, visando contrariar a "narrativa do fracasso" das IFI's e dos doadores ocidentais na região, usa as ONGI's para a "contrainteligência".

Assim, a necessidade de implementação de projetos sociais visando à mitigação e correção dos fracassos abriu espaço para participação ativa das ONGI's no desenho e na implementação de planos e programas nacionais de desenvolvimento, com maior enfoque para a sustentabilidade (RIBEIRO; CUNHA, 2001; MATSIMBE, 2019, p. 19). A convicção dos doadores e a "crença" de que as ONGI's são proeminentes formas de organização, capazes de implementar o "comprometimento" global do desenvolvimento, que seja consentâneo com as diretrizes da nova ordem económica internacional, a partir da base, está no fundamento destes desdobramentos e das intervenções no quadro sócioeconómico doméstico dos países. É reflexo do novo consenso político de que as ONGI's são agentes da democracia (KAMAT, 2004, p. 156; MATSIMBE, 2019, p. 20).

Os atores da cooperação internacional para o desenvolvimento, ao alocar parte considerável dos fundos às ONGI's, acreditam que, diferentemente dos estados, estas organizações promovem

práticas locais de participação política e socioeconômica de que a África precisa para o crescimento e, portanto, parceiras preferenciais das agências e órgãos da ONU, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e dos organismos bilaterais de cooperação para o desenvolvimento internacional dos países doadores. Assim, atualmente, a ajuda americana (USAID), do Departamento Inglês para o Desenvolvimento Internacional (DFID), da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (SIDA/ASDI), da Agência Finlandesa para o Desenvolvimento Internacional (FINIDA), da Agência Francesa para Desenvolvimento (AFD), da DANIDA, da Dinamarca, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), e de outras agências governamentais, são o mecanismo diplomático de intervenção sócioeconômica e política desenhado para supostamente “resgatar” a África do isolamento econômico imposto há décadas pelo ocidente.⁵¹

A globalização nas suas diferentes dimensões, também é apontada como tendo contribuído para o aumento na intervenção de ONGI’s em África, sobretudo porque, à medida que foi avançando, criou condições para a redução da legitimidade do Estado (GINJA, 1995; SANTOS, 2001; ARRIGHI, 2002).⁵² Contudo, a globalização é consequência lógica do desenvolvimento capitalista, a face do imperialismo, sendo compreensível constatar que, quanto mais globalização acontecer, tanto mais os governos perdem controle sobre assuntos nacionais. No contexto de expansão capitalista, há cada vez mais organizações supranacionais e multinacionais entrando para a disputa e controle de espaços geográficos fora do domínio do estado, que, no contexto neoliberal, se reduziu às cidades e vilas (FEGURSON, 2006). Assim, nas últimas décadas do século XX, a ausência do controle do estado em grande parte dos territórios nacionais também abriu enormes oportunidades

51 Para mais agências de fomento vide:

http://www.forumpermanente.org/painel/pol_culturais/agencias.

52 Entendida como intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem muitas vezes a milhas de distância e vice-versa, um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas e sociais, políticas, culturais, religiosas interligadas de modo complexo. (Ver: SANTOS, 2001).

para avanço e actuação de ONGI's em África (BALL; DUNN, 1995, p. 8). Neste contexto, o crescimento global do sector das ONGI's, em África, é inerentemente associado ao “falso consenso” encabeçado pelas agências intergovernamentais que atuam no desenvolvimento, instituições financeiras internacionais e pelas demais organizações da sociedade civil, sobre a necessidade de instauração de democracia política e boa governação nos países, por um lado, e a crença na neoliberalização e no encorajamento do setor privado como motores de desenvolvimento, por outro lado, como parece ser o caso de África (MERCER, 1997, p. 247; MATSIMBE, 2019, p. 20).

A neoliberalização e o lugar das ONGI's

Existem várias teorias sobre a emergência e proliferação global de ONG's. Em Africa três teorias procuram explicar a proliferação das ONGI's verificada nas últimas três décadas que se seguiram às independências: (i) a teoria do bem público ou teoria do fracasso, (ii) a teoria do contracto falhado e (iii) a teoria de parceria e interdependência (BALL; DUNN, 1997; SAMA, 2013). Segundo a teoria do fracasso, quando o estado não consegue satisfazer a demanda pelo bem público na sociedade podem surgir outros actores visando prover bens públicos para todos. Na ausência de uma resposta interna aos problemas das populações, o Banco Mundial e FMI ganharam terreno na África subsahariana, inclusive, liderando a mobilização de ajuda externa necessária. Assim, as ONGI's em África emergem como respostas inovadoras para diferentes problemas e dificuldades atravessadas pelos governos desde os anos 1970. Na teoria do contracto falhado, quando as pessoas enfrentam dificuldades em perseguir e se satisfazer com o contracto, viram-para outro agente leal. Numa situação em que os governos dos países da Africa Subsahariana e o mercado se tornaram vulneráveis, as ONGI's emergiram como intermediárias e alternativas dos desprivilegiados. Na

teoria de parceria e interdependência, o governo e as ONGI's partilham experiências, recursos e competências, numa relação de complementaridade. Nesta parceria, prevalece a ideia de que as ONG's são relativamente imunes a manobras políticas.

No contexto africano o estado como principal agente de mudança e de desenvolvimento da sociedade não conseguiu manter o contrato, enquanto os cidadãos continuaram carentes de serviços sociais básicos. As dificuldades econômicas, dos anos 1970, inviabilizaram a provisão, pelos governos, do bem-estar das populações. Mas, como explicado acima, em relação ao desempenho econômico da região subsaariana: a renda per capita entre 1981-89 caiu 21% e 42% vivia com menos de 1 dólar por dia. A queda da renda exacerbou, em parte, as desigualdades (MANJI, 2002). A erosão dos serviços sociais e a fraca provisão de serviços públicos justificaram a emergência de outros actores sociais em África, entre eles, as ONG's. Giovani Arrighi (2002, p. 5), oferecendo um quadro ilustrativo da situação socioeconômica africana, escreveu:

A saúde subsaariana, mortalidade e alfabetização de adultos [...] deterioraram-se a taxas comparáveis. Expectativa de vida no nascimento agora tem 49 anos e 34% da população da região são classificados como desnutridos. As taxas de mortalidade infantil na África foram de 107 por 1.000 nascidos vivos em 1999, em comparação com 69 no sul da Ásia e 32 no América latina. Aproximadamente 9% das crianças subsaarianas de 15 a 49 anos estão vivendo com HIV / AIDS – um número que se eleva acima dos de outras regiões. Os casos de tuberculose são de 121 por 100.000 pessoas; figuras respectivas para o sul da Ásia e a América Latina são 98 e 45.

A proliferação de ONGI's em África sugere múltiplas interpretações, porém os discursos “da pobreza extrema e da necessidade de desenvolvimento inclusivo e participativo” contribuíram para a situação, apesar da atual clareza sobre a ineficácia das reformas neoliberais. Em 1981, os dados do Berg Report mobilizaram as IFI's, que convenceram os governos africanos da necessidade de uma

abordagem “padrão” para a situação de crise econômica em que estavam mergulhados – a neoliberalização. Segundo estas instituições, os problemas africanos tinham causas internas. As políticas dos governos africanos, no diagnóstico do Banco Mundial, tinham prejudicado o processo de desenvolvimento, destruindo os incentivos dos produtores agrícolas para aumentar a produção e as exportações. Os governos foram “acusados” da supervalorização das moedas, de negligenciar a produção agrícola camponesa, de proteger fortemente as indústrias manufatureiras e de uma intervenção estatal “excessiva”, políticas consideradas nefastas e, portanto, responsáveis pela crise africana (ARRIGHI, 2002, p. 7).

A Organização da Unidade Africana (atual União Africana), antes do Berg Report, tinha emitido uma posição contrária. Em um documento publicado em 1981, mas assinado em 1980, na reunião de Lagos, na Nigéria, os membros da organização atribuíram à crise, causas externas, nomeadamente uma série de choques que incluíam a deterioração dos termos de troca de produtos primários, o crescente protecionismo dos países ricos, as altas taxas de juros e compromissos crescentes de serviço da dívida. Por isso, a resposta foi um conjunto de ações para reduzir a dependência, através da criação de um mercado continental comum – o Plano de Ação de Lagos (OAU, 1981; ARRIGHI, 2002, p. 8). Mas o Plano de Lagos, não tendo sido materializado, mais tarde foi contrariado pelo APPER (Africa’s Priority Programme for Economic Recovery), um plano de 1986 a 1990, que reconheceu abertamente as responsabilidades dos governos africanos pela crise.

O APPER reconhecia a limitação nas ações empreendidas pelos estados e concordava com as reformas políticas sugeridas no Berg report, desde que a comunidade internacional se comprometesse em ações de alívio da dívida de África e de estabilização e/ou aumento dos preços pagos por suas exportações. O resultado foi um 'compacto' entre os estados africanos e a comunidade 'internacional' para uma ação conjunta em direção à resolução da crise, estabelecida no

UNPAAERD⁵³ de 1986-1990 (ARRIGHI, 2002, p. 9). Em resposta, foi elaborada Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action, um documento que, de entre outros objetivos, apelava à necessidade de duplicar a ajuda para Africa Subsahariana, na década 1980, permitindo, em parte, o crescimento de fundos canalizados ao terceiro mundo (incluindo a África) pelos países ocidentais e através de um conjunto de instituições e organizações, entre elas, as ONGI's, como se descreve abaixo:

Os recursos captados por ONG's do público para o alívio e desenvolvimento do Terceiro Mundo passaram de US \$ 1,3 bilhão em 1975 para US \$ 4,2 bilhões em 1988 (a taxa de crescimento do aumento das doações públicas foi quase duas vezes maior em outros países da OCDE como nos EUA). Os fundos de APD canalizada para as ONG's para o desenvolvimento aumentaram para US \$ 2,3 bilhões em 1988, um aumento de 310% desde 1975. Isso equivale a 4,6% do total da APD. Hoje em dia, 34% do total dos recursos utilizados por ONG's do Norte provêm de fontes oficiais. O crescimento da renda de ONG's de fontes oficiais tem sido muito maior do que a do público. O valor do total dos recursos de ONG's para as contas do terceiro mundo por 15% do total da ajuda ao desenvolvimento no exterior. Em 1984, 59% das ONG's canadenses obtiveram mais de metade dos seus fundos do governo canadense, em comparação com 48% das ONG's em 1980. Em comparação, em 1982, apenas 14% das ONG's holandesas obteve mais de metade dos seus recursos de fontes governamentais. Muitas agências multilaterais, como o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), desenvolveram fundos especiais para as relações com as ONG's. Na verdade todas as agências oficiais agora parecem ter uma política de "portas abertas" em relação às ONG's. O montante do financiamento directo de doadores oficiais para ONG's do Sul é (conservadora). Estima-se que subiram de US \$ 10,5 milhões em 1980 para US \$ 37 milhões em 1983, e ter crescido ainda mais fortemente desde então (FOWLER, 1991, p. 6-7).

53 Programa de Ação das Nações Unidas para a Recuperação Econômica Africana e Desenvolvimento.

Assim, desde os finais do século XX e princípios do XXI, a canalização de fundos públicos, por via das ONGI's, cresceu de forma acentuada. Os dados acima evidenciam uma extrema dependência de ONGI's em relação aos fundos da Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA/APD). Dados do Banco Mundial revelam ainda que a partilha de projectos envolvendo as ONGI's, entre 1980-2006, aumentou de 6% para 70% (WORLD BANK, 1995).⁵⁴ Em 1964, 6% da ajuda externa americana foram canalizadas por ONGI's. Entretanto, em 1980 aumentou para 13.5%, com vista para o aumento da efectividade do ODA (WERKER; AHMED, 2007, p. 4).⁵⁵ Não surpreende, pois, que, desde 1980, o sector das ONGI's na África Subsaariana tenha conhecido explosão em número e quantidade dos recursos financeiros que passou a controlar (FOWLER, 1991, p. 6).⁵⁶ Isto denota a importância atribuída pelos doadores africanos no sistema de transferência de capitais e de redistribuição (MATSIMBE, 2019, p. 24).

A política de ajustamento também legitimou a expansão e a intervenção de ONGI's. Enquanto os estados, o Banco Mundial e FMI trabalhavam no resgate e na estabilização dos instrumentos

54 Em 1970, os fundos canalizados por via de ONG's não ultrapassavam 0.9 milhões de dólares, mas em 1993 atingiram 6.3 bilhões de dólares. De 1970 a 1996, os países industrializados aumentaram de 2% para 17%, o apoio ao desenvolvimento por via de ONG's. Na África subiu para 12% dos fundos de ODA em 1994. As transferências dos países desenvolvidos atingiram mais de 2 bilhões de dólares, em 2006, o que representa aumento em 123%, em relação a 2002. (WORLD BANK, 1995).

55 Os dados da USAID mostram, por exemplo, que, em 2004, o governo americano canalizou a sua ajuda oficial por via das ONGD. Se não vejamos: o World Vision, de um total de 814 milhões de dólares aplicados em programas de desenvolvimento 30% do valor saíu do governo; a Food the Children 7%, Food for the Poor 16%, a Catholic Relief Service recebeu 69% dos 573 milhões aplicados em 2004 enquanto que a CARE recebeu do governo 52% do valor total. Os fundos foram na sua maior parte canalizados aos países da África, Ásia e das Américas. As ONGI's ligadas ao ambiente e direitos humanos no mesmo ano receberam fundos provenientes de contribuições privadas. A Amnistia Internacional recebeu 88% dos fundos, seguida do World Wildlife Fund (WWF) e Nature Conservancy com 58% e 50 % respectivamente. Com 4125, as ONGI's engajadas em questões de apoio ao desenvolvimento e assistência em 2003 constituíam mais de 60% (21% em programas de desenvolvimento e assistência genérica, 29% na assistência internacional, 18 desenvolvimento na saúde e 12% na educação). Em 1981, 1.700 organizações (excluindo denominações religiosas), estavam envolvidas no desenvolvimento do terceiro mundo, indicando crescimento de 50% em nove anos. (Ver: WELKER; AHMED, 2007, p. 4).

56 Dados de Tanzânia revelam que estas organizações eram contabilizadas em 811 das quais cerca de três quartos se estabeleceram nos anos 1980. Em Moçambique, se foram registadas cerca de 40 organizações no Diretório do governo, em 1983, passaram para cerca de 200 após o Acordo Geral de Paz, em 1992 (Adam, 1996). Entre 1978 e 1987 o número de ONGI's cresceu de 37 a 134, em Botswana. No Kenya entre 1977 a 1988 as ONGI's cresceram 260%, contra os 156% das locais. (Ver: FOWLER, 1991, p. 6).

macroeconômico, as organizações da sociedade civil implementavam a dimensão social do ajustamento, em resposta aos problemas colaterais resultantes da reabilitação econômica (ASABU, 2017; MATSIMBE, 2019; HARRISON, 2019).⁵⁷ Contudo, a ONU, também incentivou a proliferação de ONGÍ's ao reconhecê-las como formas básicas de representação popular, por volta de 1980.⁵⁸ A ONU passou a contar com assistência do setor das ONGÍ's, para concretizar serviços humanitários e de desenvolvimento. Hoje, estas organizações estão envolvidas nas operações além-mar desde a gestão de conflitos, reassentamento de refugiados, reconstrução pós-conflito, calamidades naturais até ao controlo do HIV-SIDA (KAMAT, 2004, p. 162-3). Assim, não obstante a escassez de dados específicos, os problemas econômicos, conjugados a conflitos, a doenças e os desastres naturais que assolam a África, ininterruptamente, contribuíram para exacerbar as desigualdades e a reprodução de desfavorecimento, sobretudo nas camadas mais pobres e vulneráveis, nomeadamente mulheres, crianças e idosos. O avanço da globalização e os efeitos da neoliberalização, mormente a degradação do meio ambiental e a violação sistemática dos direitos humanos estimulam e propiciam a intervenção de ONGÍ's como parte da sociedade civil global, atuando, muitas vezes, de maneira dúbia e subversiva contra os estados. Na África Subsahariana, a proliferação das ONGÍ's obedece a especificidades, tendo em conta a trajectória histórico-política e sociocultural de cada país e, Moçambique não é excepção (MATSIMBE, 2019, p. 24).

Considerações finais

57 Em Moçambique, este processo permitiu que o Programa de Reabilitação Económica (PRE) introduzido em 1987, a partir de 1990, incorporasse a dimensão social, Programa de Reabilitação Económica e Social.

58 O Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros Ghali, nos anos 1980, era altamente responsivo aos pedidos para sua participação em fóruns internacionais sobre população, direitos humanos, estatuto das mulheres e meio ambiente.

Em África o “não-Governamental” não veio por acaso, mas decorrente de vários factores. Os processos de transição política dos países da África subsahariana nem sempre foram pacíficos e estáveis. Os conflitos étnicos, políticos e militares, também marcaram os processos de transição na região. Após um período de crescimento e de expansão global do sistema capitalista que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, na década de 1970, o mundo entra para uma conjuntura de inflação e de recessão. Consequentemente, os governos capitalistas ocidentais, sobretudo os Estados Unidos e a Inglaterra, mergulharam numa crise de legitimidade cujas tentativas de resposta para a conjuntura, também se traduziram em marginalização económica da África. Em contrapartida, as economias asiáticas, mais equilibradas em termos de disponibilidade de mão-de-obra e de recursos naturais, emergiram no cenário global com uma relativa competitividade, acelerando a deterioração da situação económica africana. Com as alterações na conjuntura geopolítica e económica internacional, caracterizada pela perda de legitimidade dos Estados Unidos enquanto potência global, as dificuldades de Israel na guerra de Yom Kippur, a emergência de China, a revolução Iraniana e os consequentes choques com a subida dos preços de petróleo e a deterioração dos termos de troca nos mercados internacionais, as economias dos países africanos, já vulneráveis devido às calamidades naturais e altas taxas do serviço da dívida, não conseguiram resistir à conjuntura económica. A estagnação e/ou queda na produção agrícola e industrial devidas ao desinvestimento conjugadas ao histórico problema de disponibilidade de mão-de-obra face aos recursos naturais existentes, também concorreu para a valorização do mercado asiático, cujo indicativo foi abertura comercial, cada vez maior, da União Europeia ao grupo dos países da Ásia Caribe e Pacífico (ACP).

A neoliberalização e os programas de reabilitação económica implementados na maioria dos países da região, durante o último quarto do século XX e, sob égide das IFI's ávidas em converter, integrar as economias da região no hegemónico sistema capitalista ocidental criaram condições favoráveis para a intervenção e a legitimação crescente de ONGI's na esfera socioeconómica em África. Os governos africanos “desacreditados” pelas más políticas pós-coloniais, na década de 1980,

receberam ajuda financeira condicionada às reformas políticas do Banco Mundial e do FMI para reestruturar suas economias. Contudo, a neoliberalização mais do que estabilização do crescimento econômico, significou uma prolongada deterioração acentuada das condições de vidas das populações da região e as consequentes crises políticas (ver: HARRISON, 2019; BOND, 2019). A neoliberalização fracassou na criação de modelos capitalistas de desenvolvimento e de uma sociedade de mercado, porém conferiu maior abertura das economias africanas, reafirmando o potencial dos estados como agentes de desenvolvimento.

Portanto, dentro deste quadro, as ONGI's se constituem como a crítica moderna aos fracassos e descaminhos dos Estados, mas, sobretudo, em relação à ineficácia de partidos, dos sindicatos, de empresas, das universidades que se acomodam às dinâmicas do mundo oficial, entrando na órbita do capital e do Estado. Entretanto, o fracasso das reformas políticas e econômicas do Banco Mundial em erradicar a pobreza, na década de 1990, vai constuir uma importante oportunidade de (auto) crítica, não apenas para o diagnóstico e da solução do problema econômico africano, mas também em relação à “crença” na eficácia das ONGI's. No capítulo seguinte, apresenta-se o quadro específico em que as ONGI's, progressivamente, foram se afirmando, num contexto de crise econômica e social, agravado pela guerra e calamidades naturais em Moçambique. Vejamos, pois, como é que as ONGI's assumiram “apadrinhadas” pela comunidade internacional, responsabilidades próprias do Estado, substituindo, em certos casos, instituições públicas.

CAPITULO III

A EMERGÊNCIA DAS ONG'S INTERNACIONAIS NO CENÁRIO DE AJUDA EM MOÇAMBIQUE, A PARTIR DE 1983.

Em Moçambique, o fim da luta armada de libertação nacional e os Acordos de Lusaka⁵⁹ em 1974, marcaram o início do processo de transição. A transição política e econômica pode ser inserida em três principais períodos:

- (i) O período de transição e a experiência socialista;
- (ii) O período de liberalização e o ajustamento estrutural;
- (iii) O período do multipartidarismo.

Entre 1974 e 1983/4, Moçambique experimenta o socialismo como a principal linha política que orienta o Estado. Essencialmente, o período é caracterizado pela centralização política e econômica e a FRELIMO como partido de vanguarda. É neste período que foram implementadas as políticas de socialização do campo e a coletivização da produção, sendo as Aldeias Comunais a estratégia encontrada para concentrar as populações nas zonas rurais.

O período de liberalização econômica inicia com as decisões do IV Congresso da FRELIMO, realizado em 1984. O governo da FRELIMO, a partir de então, iniciou um processo de abertura econômica interna e negociações com as Instituições Financeiras Internacionais. Como resultado dos acordos assinados, a partir de 1987, com o início do Programa de Reabilitação Econômica, a

59 Os Acordos de Lusaka (capital da Zâmbia) foram assinados a 7 de setembro de 1974 entre o Governo português e a Frente de Libertação de Moçambique representada por Samora Machel. Uma vez reconhecido o direito do povo moçambicano a independência e a FRELIMO como único representante, estes acordos discutiram não apenas o cessar-fogo, mas também os princípios sobre a transferência progressiva de poderes, fixando a tomada de posse do Governo de transição para 25 de setembro de 1974. A proclamação da independência foi definida para 25 de Junho de 1975 (ver: ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 1974).

economia nacional é dominada pelo FMI e pelo Banco Mundial. Entretanto, as ONGI's tiveram privilégio nas ações de emergência e na implementação da dimensão social da reabilitação econômica.

A liberalização faz ponte com o período do multipartidarismo que se seguiu com a assinatura do Acordo Geral Paz e o período de supervisão da Missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), entre 1992 e 1994, ano em que tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias. Neste período, a economia é dominada não somente pelas IFI's, mas também pelos doadores bilaterais e ONGI's.

Em termos de ajuda internacional à Moçambique, durante este processo de transição, as subvenções recebidas até 1983 provinham principalmente dos países Baixos, da Itália, de Cuba, Escandinávia e da União Soviética, bem como de algumas organizações filantrópicas e religiosas, como a Fundação Ford e a Ação Global das Igrejas, que apoiaram a revolução. A partir de 1984 os parceiros se diversificam. Com a adesão de Moçambique à Convenção de Lomé,⁶⁰ o FMI e o Banco Mundial abriram as portas para que a ajuda ocidental se engajasse no apoio à reestruturação da economia do país. Portanto, o capital ocidental ganha maior expressão. A abertura para a economia de mercado, desde 1984, permitiu que anualmente os fluxos de ajuda aumentassem significativamente. É neste contexto que as ONGI's emergiram: primeiro como atores na canalização e distribuição interna de donativos; segundo na implementação de programas de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Este capítulo tem como objectivo identificar os principais fatores que explicam a proliferação de ONGI's em Moçambique. Argumenta que as calamidades naturais, a guerra e o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) foram fatores determinantes para a proliferação de ONGI's em Moçambique. Os problemas criados pela guerra, calamidades naturais e os resultantes da

⁶⁰ A convenção de Lomé foi assinada em 1975, entre a comunidade Europeia e 70 países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). O objetivo era o de apoiar as colónias do Reino Unido, Holanda e Bélgica, assegurando o livre acesso aos mercados europeus na agricultura e mercadorias industriais. Considerada modelo de cooperação norte-sul, esta parceria garantiu aos países do ACP biliões de dólares de ajuda europeia, válida por períodos renováveis de cinco anos (ver: PEREIRA, 2005).

implementação do PRES permitiram que, no contexto das emergências, centenas de ONGI's conduzissem uma série de programas de desenvolvimento nas áreas de saneamento, infraestruturas, saúde e educação. Estes fatores, conjugados à conjuntura internacional, permitiram que, a partir de 1984 um número considerável de ONGI's operasse em Moçambique. Vejamos, antes da análise de cada fator, o percurso para a independência de Moçambique e as opções políticas do governo da FRELIMO.

Moçambique: do colonialismo português à ascensão da FRELIMO

Em Moçambique, antes da chegada dos portugueses, decorriam complexos processos de desenvolvimento, com destaque para os contatos comerciais e culturais entre árabes e comunidades locais, que datam desde o primeiro milênio e mais tarde resultaram na islamização e “swahilização” das populações da região (SERRA, 1983, p. 17; DUARTE, 1993). Existiam, na região, unidades sócio-políticas e militares complexas, nomeadamente os Estados Islâmicos da Costa, o Império dos Marave (dos clãs phiri e banda), o Império do Nwenemutapa, os Estados Yao, que se dedicavam ao comércio de ouro, marfim, peles e pedras preciosas, e, mais tarde, ao tráfico de pessoas para escravatura na região centro-norte entre os séculos XII e XIX (SERRA, 1983, p. 19).

Estas sociedades, com uma tradição militar, tinham estruturas administrativas próprias e uma organização social que permitiu o desenvolvimento de capacidades internas de resistência e, na região centro-norte, dominavam a arte militar com enormes grupos de homens integrando os exércitos (SERRA, 1983, p.23). Portanto, é com o legado destas sociedades que os portugueses vão se confrontar, primeiro no processo de sua penetração mercantil e, segundo, nas campanhas de pacificação e ocupação efetiva. O primeiro desafio se prendia com o controle de rotas de comércio

de ouro e marfim dominado pelos árabes já instalados na costa e, gradualmente reclamar a soberania sobre o território ocupado.

A partir do século XV, por conta das disputas com os árabes, a penetração mercantil portuguesa vai incidir também no estabelecimento de entrepostos comerciais e, mais tarde, no controle das áreas de produção. Assim, por volta de 1600, a região do Zambeze gradualmente ficou sob a influência do sistema de colonos indo-portugueses – os chamados prazos ou prazeiros da coroa.⁶¹ Porém, uma vez com poderes econômicos e militares, também os prazos se tornavam avessos à coroa portuguesa e se tornavam ameaças à autoridade e à “soberania” imperial (ISAACMAN, 1976; SERRA, 1983; NEWITT, 1997).

Os portugueses encontraram muitas dificuldades para penetrar e ocupar efetivamente o interior de Moçambique. Até por volta de 1870, Portugal tinha a sua autoridade apenas em Quelimane, onde conseguia cobrar o imposto – mussoco – através dos prazeiros. No final da década, Portugal apresentava uma fraca presença e ocupação territorial em Moçambique, dada a incapacidade econômica e a complexidade dos processos de pacificação e ocupação militar (PELLISSIER, 1987). Esta situação justifica que Portugal tenha confiado para administração de vastas extensões do território as companhias concessionárias e majestáticas (WUYTS, 1980; HEDGES, 1999).

61 O sistema de prazos, instituído a partir do século XVII no vale do Zambeze, constituiu uma forma de controlo e exercício de soberania sobre as terras ocupadas por indo-portugueses em Moçambique pela Coroa portuguesa. O império Português, tomando como suas as terras ocupadas por colonos seus enviados – os chamados muzungos, a partir de 1600, decidiu arrendá-las a prazos definidos por três gerações e transmitidos por via feminina, a exemplo de Macanga, Kanyemba, Macololo, Massangir, Matakanya, Carazimaba e Massangano (ISAACMAN, 1976; NEWITT, 1997).

Figura 1: Mapa de Moçambique



As campanhas de pacificação, ocupação e administração do território das atuais províncias centrais de Manica e Sofala, a partir de 1890, ficaram confiadas à Companhia de Moçambique, sendo que o norte do país (Niassa e Cabo Delgado) passou para administração da Companhia do Niassa (WUYTS, 1980; MEDEIROS, 1997). As províncias de Tete e Zambézia estiveram sob a administração conjunta do governo português e das companhias arrendatárias dos antigos prazos. Assim, a intervenção portuguesa foi mais “ativa” apenas em Nampula, Gaza e Lourenço Marques. Ainda assim, grande parte território ao sul do rio Save, constituía a reserva de mão de obra para as plantações e minas sul-africanas (WUYTS, 1980; HEDGES, 1999, p.11). Em termos geopolíticos, os territórios centro e norte se mostravam diferentes da região sul de Moçambique, como afirma Serra (1983, p. 25):

[...] um Norte na sua maioria plasmado nas pequenas comunidades linhageiras, cujos vínculos eram mais parentais do que territoriais, temporariamente unificadas por grandes caudilhos, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII; um Centro onde a derrocada do Império do Mwenemutapa levou à proliferação de inúmeras linhagens, chefaturas e Estados independentes.

A região sul estava sob o controle de um poderoso e militarizado império formado a partir da unificação, por volta de 1820, de diferentes linhagens e chefaturas – Estado de Gaza. Moçambique, por conseguinte, de norte a sul, apresentava realidades geopolíticas distintas com as quais o poder colonial tinha que lidar – um centro e norte mais simples e fragmentado; um sul complexo e centralizado (SERRA, 1983, p. 25).

Todavia, por conta da centralização política do Estado de Gaza, foi o sul que menos resistência ofereceu às campanhas de ocupação colonial. A submissão é uma tradição entre as populações da região desde as invasões Nguni, na primeira metade do século XIX. Nesta parcela do país, a resistência perdeu força, em 1895, com a prisão do imperador Ngungunhane. Entretanto, no centro e

norte de Moçambique, onde a tradição de guerra estava mais descentralizada e enraizada, os focos de resistência foram até pouco mais de 1918, dificultando não apenas as campanhas de ocupação efetiva, mas a operação das Companhias Majestáticas (SERRA, 1983; PELISSIER, 1987; MEDEIROS, 1997; HEDGES, 1999).

As dificuldades eram também do governo colonial português. Com fragilidades econômicas em face do capitalismo “incipiente” e das dificuldades para realização de investimentos nos territórios ultramarinos (incluindo Moçambique), Portugal esteve sempre na dependência em relação à economia das colônias britânicas vizinhas. Como reflexo desta situação, no sul de Moçambique a autoridade colonial, até 1885, esteve circunscrita a Lourenço Marques. Entretanto, com o início da exploração das minas do Transval e o aumento do tráfego portuário, em 1886 os portugueses decidiram organizar o controle da população da região para tirar vantagens. Em 1898, a capital é transferida da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, onde passou a residir o Governador-geral da colônia; assim foram instituídos os regulados, para garantir o recrutamento controlado de trabalhadores e a cobrança de impostos de palhota (BRITO, 1980; ISAACMAN, 1983, p. 31; HEDGES, 1999).

A economia colonial em Moçambique, desde cedo, esteve ligada à exploração de mão de obra e à prestação dos serviços para as economias regionais, sobretudo da Rodésia, da África do sul e da Niassalândia. Assim, na região sul a população foi transformada em mão de obra para as plantações e minas sul-africanas e em mercado para os produtos exportados de Portugal, com destaque para os vinhos (WUYTS, 1980; HEDGES, 1999). Não sendo possível travar a migração de trabalhadores, o governo colonial estabeleceu vários acordos, destacando-se os de 1891, 1914 e 1928. O primeiro estabeleceu taxas por cada trabalhador recrutado e, o último, a retenção de metade do salário dos mineiros, pago à colônia em ouro e somente entregue aos mineiros no regresso ao país, em moeda local – pagamento diferido (BRITO, 1980; HEDGES, 1999; COVANE, 2001).

Olhando para a economia colonial em Moçambique é possível distinguir três períodos distintos. O período da “preponderância” do capital estrangeiro, que vai de 1885 a 1926; o período pós 1926 a 1962, conhecido como de “reforço do colonialismo” ou “nacionalismo econômico” de António de Oliveira Salazar; e, finalmente, de 1962 a 1973, período de crise e reestruturação do capital e de queda do governo colonial fascista.

No primeiro de 1885 a 1926, a produção estava sob a égide das Companhias majestáticas e/ou arrendatárias, que dinamizaram o sistema de plantações de cana-de-açúcar, de sisal e de copra (WUYTS, 1980, p. 10-11; BRITO, 1980). Em Lourenço Marques existiam também empreendimentos agropecuários de colonos individuais, produzindo citrinos para o mercado sul-africano e criando gado para o mercado interno, sobretudo, Lourenço Marques. Esta produção estimulou gradualmente a instalação de indústrias transformadoras, nomeadamente extração de óleos, destilação de álcool, produção de cigarros, sabões, refrigerantes e cimento de construção. Não obstante estes avanços, a economia colonial continuou fortemente dependente do capital estrangeiro, sobretudo da prestação dos serviços nos portos e caminhos de ferro e na exportação de trabalhadores (HEDGES, 1999, p.15).

O período do Nacionalismo econômico representa uma viragem na relação entre Portugal e suas colônias. Mais centralizado e totalitário, o controle e uso de mão de obra barata e/ou forçada – *xibalo* – nas plantações, nos portos e caminhos de ferro foi institucionalizado. A exportação de trabalhadores para África do sul, Rodésia, Niassalândia foi também reforçada. Com a ascensão de António de Oliveira Salazar, as medidas de reforço do colonialismo português em Moçambique foram mais endurecidas, criando condições para o desenvolvimento da consciência nacionalista. Afinal, o sistema legal português excluía grande parte da população africana. Apenas parte ínfima podia ascender a colaboradores e/ou funcionários, porém quando considerados assimilados do regime (BRITO, 1980; WUYTS, 1980; ISAACMAN, 1983, p. 31).

As colônias foram consideradas, a partir de 1928, a solução dos problemas da metrópole e, sobretudo, dos anseios da burguesia industrial emergente. Com o objetivo de explorar efetivamente os recursos coloniais em benefício da metrópole e especialmente de resolver os problemas da classe capitalista, o regime de Salazar adotou a centralização e o autoritarismo. Assim, iniciou uma fase de reorganização administrativa, visando reduzir a dependência em relação ao capital estrangeiro, no geral, e, especificamente em relação ao Reino Unido e África do sul, viabilizando a colônia para o povoamento, produção agrícola e o desenvolvimento da indústria têxtil. A materialização destes objetivos levou à publicação do Ato Colonial e da Carta Orgânica do Império Colonial em 1930 e a aprovação da nova Constituição em 1933 (SILVA, 2017, p. 58; HEDGES, 1999).

Os princípios da nova relação colonial estavam consagrados nestes documentos. A viabilização da “pilhagem” dos recursos implicava um conjunto de providências tomadas pelo regime de Salazar: (1) a perda da autonomia local e a imediata sujeição às decisões de Lisboa; (2) a transformação das colônias em províncias ultramarinas; (3) a adoção de uma política neo mercantilista, permitindo uma intervenção totalitária do estado na economia; (4) a aprovação de um código de trabalho que tornava “racional” o trabalho forçado; (5) o reforço da aliança com a Igreja Católica através do Ato Missionário de 1940, um aliado do Estado privilegiado na missão “civilizadora”, trazendo o cristianismo e a cultura portuguesa para os africanos “primitivos” (WUYTS, 1980; ISAACMAN, 1983, p. 39; HEDGES, 1985).

Como se pode concluir, as medidas de Salazar eram incompatíveis com a continuidade das Companhias majestáticas. Em 1928, à Companhia do Niassa, foi recusada a renovação do contrato e, em 1930, o sistema de prazos foi abolido. A Companhia de Moçambique teve a possibilidade de continuar suas operações até 1942. O Estado Colonial português reassumiu a hegemonia sobre a população, principal ativo para atingir os seus objetivos capitalistas. A Igreja Católica foi oficialmente chamada a viabilizar este objetivo, oferecendo educação missionária no ultramar.

Assim, o envolvimento das missões católicas na educação tornou realidade o “regime do indigenato”, que visava assegurar a subordinação racial, de classe e da posição cultural, prescrita na Constituição de 1933. Os negros eram constitucionalmente agrupados em “assimilados” e “indígenas”. Os primeiros eram negros ou descendentes, que tinham “abandonado” seus usos e costumes e, portanto, equiparados a “brancos”, outra categoria constitucional. Os indígenas frequentavam apenas o ensino rudimentar e/ou de adaptação oferecido nas escolas missionárias, que não garantia uma mobilidade social no quadro legal do regime, sendo assim pouco atrativo. Os brancos e assimilados frequentavam as escolas do governo (SILVA, 2017, p. 60; ISAACMAN, 1983; HEDGES, 1985).

O estatuto de assimilado permitia que os “indígenas civilizados” fossem tratados como “cidadãos” portugueses. Entretanto, nas condições para a emissão da respetiva certidão constava: o atestado de residência, de fluência em língua portuguesa, de aprovação no exame de instrução primária, certidão de casamento civil ou de compromisso em adotar a monogamia (SILVA, 2017, p. 59). Estes procedimentos, além de constrangedores, geravam, entre os africanos, contradições e um clima de desconfiança.

Uma vez assimilados, os africanos não eram sujeitos ao trabalho forçado e, regra geral, estes tinham a instrução primária completa e podiam prosseguir com o ensino secundário nas escolas do governo. Os assimilados facilmente integravam o quadro de funcionários da administração colonial ou equiparado e com rendimentos para aquisição de vestuário e sustentar a família. Apesar de ser legal, para o indígena ascender a esta categoria social havia grandes barreiras, ficando quase impossível a mobilidade social durante o regime. Em 1961, apenas pouco menos de 1% da população africana era legalmente assimilada (ISAACMAN, 1983, p. 40; HEDGES, 1985).

Em termos práticos, o Estado Novo inaugurado em 1930 significou cada vez maior exploração das populações africanas e de seus recursos, com incremento da exclusão, da perda de direitos políticos

e econômicos, da subjugação e da repressão policial de agentes secretos, de militares e do sistema judiciário. A tradução da centralização e do autoritarismo no cotidiano dos africanos se transformou em “fardo” enorme. Estes eram obrigados a trabalhar, de uma ou de outra maneira, sob o comando dos administradores distritais, dos régulos e supervisão brutal da polícia local – os sipaios, em benefício da burguesia industrial emergente na metrópole (PENVENNE, 1981).

Não obstante o Código de 1928 se tenha fundado no princípio de liberdade contratual, o trabalho praticamente se tornou obrigatório para populações das colônias. Em Moçambique, a obrigatoriedade do pagamento de impostos obrigava a população a ter, pelo menos, um contrato prévio de trabalho por seis meses. Com a introdução das culturas obrigatórias de algodão (1938) e do arroz (1942), a situação se agravou, porque, não podendo provar ter um contrato de trabalho nos países vizinhos ou em firmas locais (plantações, indústrias, portos e caminhos de ferro), a não dedicação a estas culturas significava cruzar o caminho da brutalidade dos sipaios e, portanto ao trabalho forçado (PENVENNE, 1981; HEAD; MANGHEZI, 1981).

O desenvolvimento do capitalismo português em Moçambique sempre enfrentou a resistência das populações. Práticas como a evasão no pagamento de impostos, letargia no trabalho, deserções e sabotagens, protestos de camponeses e trabalhadores rurais, paralisações e greves nas cidades a cada dia se tornaram comuns em face das degradantes condições de trabalho (ISAACMAN, 1983, p. 61-62). A greve da Associação dos comerciantes (1917), dos trabalhadores dos caminhos de ferro (1918), da Quinhenta (1933) e dos Estivadores (1947) são apenas alguns exemplos do que acontecia nas cidades. Em Lourenço Marques, jornais como O Africano, de 1908, mais tarde O Brado Africano, foram os principais veículos de denúncia às atrocidades do regime e de apelo a uma consciência e postura coletiva contra o colonialismo (ISAACMAN, 1983, p. 75; HEDGES; ROCHA, 1999). Em 1936, com a ilegalização, estes jornais foram silenciados pelo regime de Salazar.

Na década de 1940, outra geração de artistas, escritores e poetas apareceu influenciada pelo antinazismo, antirracismo, negritude, pan-africanismo, marxismo e nacionalismo em voga nos países africanos e no mundo, em geral. A denúncia dos caprichos e abusos coloniais, a partilha das frustrações e esperanças para Moçambique inspiraram figuras como Malangatana Valente Gwenha, José Craveirinha, Noémia de Sousa, Marcelino dos Santos, Gwante Valente, Rui Nogar, Bertina Lopes, Luís Bernardo Honwana, entre outros (ISAACMAN, 1983, p. 75; HEDGES; ROCHA, 1999; CRUZ E SILVA, 2001, p. 119).

Contudo, a repressão do regime colonial não permitia uma organização interna eficaz e vários grupos políticos, temendo as ações da PIDE⁶², atuavam na clandestinidade. As organizações e manifestações político-partidárias estavam ilegalizadas pelo regime (ISAACMAN, 1983, p. 75). A censura, a perseguição e a prisão constituíam a regra, fazendo com que muitos dos integrantes sobrevivessem no exílio. O Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), fundado em 1949, foi decisivo para a década subsequente. As suas ações viriam a ser determinantes também na consolidação do movimento nacionalista que inspirou a formação da FRELIMO. O ambiente político internacional também estava cada vez mais favorável, com o apelo, cada vez mais vigoroso, da ONU e da OUA para o fim do colonialismo e da autodeterminação dos povos. Em meio à tendência crescente de descolonização, Portugal estava relutante na manutenção do colonialismo na África. A estratégia de mais tempo para a “modernização” das suas províncias ultramarinas, nos anos 1960, contou com apoios da Alemanha, França e Estados Unidos, seus aliados da NATO, que, fazendo descaso das denúncias contra a prática de trabalho forçado, ajudaram na mobilização de investimentos a exemplo da construção da barragem da Cahora Bassa.

O NESAM, constituído por figuras como Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, Mariano Matsinha, Armando Guebuza, Pascoal Mocumbi, Augusto Hunguana, Luís B. Honwana, Josina Muthemba, Jorge Tembe, Filipe S. Magaia, entre outros, permitiu “encubar” as primeiras ideias de

62 Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

independência nacional, difundidas através da revista *Alvor*. As igrejas independentes, Presbiteriana, Wesleyana, Metodista no sul de Moçambique foram também importantes à medida que proporcionavam, além de condições materiais, educação aos moçambicanos, a exemplo de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO (ISAACMAN, 1983; CRUZ E SILVA, 2001; SILVA, 2017).

As primeiras organizações nacionalistas emergiram no estrangeiro. A brutalidade da PIDE incentivou que grupos de moçambicanos no exílio, avidamente engajados na ideia de independência, se organizassem e atuassem a partir dos países vizinhos. Assim, a partir de Bulawayo, na Rodésia do sul, um grupo de moçambicanos do centro-sul, sob a liderança de Adelino Gwambe, fundou nos finais de 1960, a UDENAMO. Em Blantyre, no Malawi, um grupo de jovens, na maioria, originários de Tete, fundou sob a liderança de José Baltazar da Costa Changonga, em fevereiro de 1961, a UNAMI. No mesmo ano, um grupo de trabalhadores macuas e macondes no Kenya e Tanzania, fundou a MANU, em Mombaça (MONDLANE, 1995; HEDGES, 1999; CRUZ E SILVA, 2001).

As ações destes grupos, por razões óbvias, situados longe das fronteiras da colônia, não poderiam ser a priori eficazes. Estes grupos, normalmente pequenos em número, estavam desligados de suas bases internas de apoio, demonstrando falta de uma estratégia coerente para alcançar a independência. Estas organizações acreditavam na eficácia de petições, cartas de protesto e demonstrações pacíficas. Em 1962, Julius Nyerere convidou os movimentos a fixar suas sedes em Dar es Salaam e desafiou-as a trabalhar no sentido de criar um movimento unificado. Com ajuda de Kwame Nkrumah e da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), não obstante crispções e alguma relutância, estes movimentos constituíram a base para a criação da FRELIMO, colocando-se sob a liderança de Eduardo Mondlane, um antigo funcionário das Nações Unidas e figura próxima a Julius Nyerere (MONDLANE, 1995; ISAACMAN, 1983, p. 81; CRUZ E SILVA, 2001).

A narrativa sobre a fundação da FRELIMO, não obstante sua apresentação simplista, por Eduardo Mondlane, é um evento deveras complexo. Dos três movimentos existentes, a UDENAMO, de Adelino Gwambe, tinha mais visibilidade internacional. Com simpatias de Nyerere, Kwame Nkrumah e da CONCP era natural que Gwambe fosse otimista em relação à centralidade de sua figura no novo movimento. Entretanto, no momento da fundação da nova frente, foi descartado, o que não apenas gerou descontentamentos, mas também conturbações.

E mais, a liderança de Gwambe era considerada autoritária e inexperiente por Julius Nyerere, líder da TANU e da Tanzânia. Eduardo Mondlane era preferência de Nyerere e do Ministro das Relações Exteriores, Óscar Kambona, contudo sem filiação em nenhum dos movimentos existentes. Assim, a sua filiação à UDENAMO, em 1961, mais do que estratégica é interpretada como tentativa de oposição a Gwambe e às possíveis pretensões do Reverendo Uria Simango. Em junho de 1960, Mondlane chega à liderança coadjuvado por Simango, o segundo mais votado (ISAACMAN, 1983; TEMBE; LEISEGANG, 2005).

O presidente e o secretário-geral da UDENAMO (Calvino Mahlayeye), reconhecendo as qualidades de Mondlane e as dificuldades que enfrentaria para se eleger, pautou pela ausência nos encontros que discutiam a criação da FRELIMO. Contudo, o seu Comité Central se manteve, incorporando, apenas, Marcelino dos Santos e Fanuel Mahluza. David Mabunda foi eleito Secretário-geral e Mateus Mole, da MANU, se tornou tesoureiro da recém-criada organização. As bases dos três movimentos passaram a dar suporte à nova frente, sobretudo a MANU, que tinha na Tanzânia sua “retaguarda”, porém não o suficiente para “afastar” definitivamente as contradições e a luta pelo protagonismo na nova frente (TEMBE; LEISEGANG, 2005; SILVA, 2017, p. 45).

A expulsão, no I Congresso da FRELIMO, realizado em setembro de 1962, de A. Gwambe, C. Mahlayeye, M. Mole e Baltazar Changonga é sintomático da continuidade dos dissensos em volta da figura de Mondlane e cristações no seio do novo projeto político. Aos expurgos, seguiu-se, pois,

um movimento de dissidência na FRELIMO e tentativas de ressuscitar a UDENAMO. Assim, no mesmo ano, foi constituída a Frente Anti-imperialista de Moçambique (FUNIPAMO), mais tarde a UDENAMO-MONOMOTAPA. Em 1963, no Cairo, é reconstituída a UDENAMO. A UNAMI também tentou se reconstituir, após 1964, fundando a *Mozambican Revolutionary Council*, mais tarde Comité Revolucionário de Moçambique – COREMO (MONDLANE, 1995, p. 107; SILVA, 2017, p. 45).

As contradições não afetaram apenas o processo de formação da FRELIMO, mas também a organização e a estratégia a adotar. Não havia, até a realização do I Congresso, consenso sobre a via da luta armada e das táticas a usar entre os que apoiavam a guerra para chegar à independência. Em 1964, frustradas as “démarches” diplomáticas de Mondlane, foi definida a insurreição armada como a estratégia para libertação nacional, desencadeada a partir de 25 de setembro. Com o avanço da insurreição, a partir de 1965, as regiões maconde, no extremo norte do país, tinham sido conquistadas pela FRELIMO. Assim, surgiram as primeiras Zonas Libertadas em Niassa e Cabo Delgado e, com elas, novas estruturas políticas e administrativas da FRELIMO. Com uma forte mobilização e adesão da população, em 1968, a FRELIMO reclamava o controle de 20 a 25% do território nacional (ISAACMAN, 1983, p. 86; SILVA, 2017, p. 46).

Em 1968, a abertura da frente de Tete colocava desafios enormes à guerrilha. Um grande contingente de militares, a partir de 1965, foi mobilizado para garantir proteção às recém-iniciadas obras de construção da barragem de Cohora Bassa. Havia que repelir também os insurretos e proteger os investimentos. Como parte da estratégia de contra insurgência colonial, os portugueses adotaram os aldeamentos e concentrações das populações em pequenos assentamentos através de transferências compulsivas alegadamente para melhoria nas condições na saúde e agricultura. A estratégia, porém, visava manter afastadas e dificultar o contato da população transfronteiriça com os guerrilheiros da FRELIMO.⁶³

63 Em 1968, 60% da população africana em Tete (cerca de 250 mil) viviam nesses pequenos assentamentos e aldeamentos (ISAACMAN, 1983, p. 100).

As ações de contra insurgência implicaram a promoção do “povoamento colono” em Moçambique. No vale do rio Zambeze, para aliviar a pressão da guerrilha, o governo colonial oferecia passagens gratuitas, casas, equipamento agrícola e terras para portugueses que tivessem interesse em viver na colônia. O plano, diferente dos planos de fomento, consistia na criação de “colonatos” e uma rede de contato entre europeus nas zonas de atividades da guerrilha. Todavia, o plano fracassou, pois poucos portugueses optaram em se tornar pioneiros. Segundo Allan Isaacman (1983, p. 101), “aqueles que o fizeram falharam em trazer as habilidades técnicas e o profundo compromisso patriótico necessário”.

Estas estratégias de contenção da guerrilha incluíam, também a politização de distinções tribais. Com recurso à propaganda, as autoridades coloniais espalhavam mensagens difamatórias de macondes contra os macuas, yaos e nyanjas, grupos étnicos do norte de Moçambique. Os nyanjas, predominantemente protestantes, eram “rotulados” parceiros de “pagãos” macondes. Igualmente, foi explorada a preponderância dos tsongas sobre os macondes no comando da FRELIMO. Um conjunto de panfletos também conotava a FRELIMO como organização terrorista.

O governo colonial, para conseguir granjear simpatias e assistência diplomática, financeira e militar junto dos seus aliados da NATO, explorou a “narrativa” de que a FRELIMO era uma organização controlada pela União Soviética, tanto quanto os outros movimentos nacionalistas nas províncias ultramarinas. Assim, em caso da derrota portuguesa, a União Soviética podia “colher” benefícios desfavoráveis à NATO, discurso facilmente “comprado” pela Alemanha ocidental, França, Inglaterra e os Estados Unidos. O que o mundo via como colônias, eram províncias, um “paraíso multirracial” ultramarino de que Portugal se orgulhava de criar e, portanto, com necessidades de assistência e tempo para reformá-las.⁶⁴

64 Apesar da retórica a apoiar o princípio da autodeterminação, os aliados de Portugal na NATO, liderados pelos Estados Unidos, aumentaram o seu apoio à política africana de Lisboa. Mesmo antes do início do conflito, os países ocidentais começaram a renovar e modernizar as antiquadas forças armadas de Portugal. Os Estados Unidos forneceram caças e bombardeiros, helicópteros, transportes a jato, B-52s e desfolhantes químicos, e treinaram mais de 2.000 militares em atividades de contrainsurgência. A Alemanha Ocidental, cuja assistência militar foi provavelmente a maior, vendeu mais de 200 aviões a jato e napalm, e a França ofereceu

Afinal, nos finais da década de 1960, o orçamento do regime de Salazar estava pressionado com as guerras em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Os contingentes e as necessidades militares, naturalmente aumentaram e o regime colonial fascista estava em crise.⁶⁵ Não sendo possível alimentar a guerra a partir de contingentes da metrópole, a saída de Lisboa foi a “africanização” do exército português. Na década 1970, atuavam no norte de Moçambique entre 10.000 a 20.000 soldados nativos ao lado dos portugueses (ISAACMAN, 1983, p. 102; JOSSIAS, 2007; PITROSSE; VIANNA, 2020). A necessidade de mobilidade de tropas resultou também na realização de investimentos na abertura de estradas para ligação de cidades e vilas.

À medida que a guerrilha avançava, os conflitos no seio da FRELIMO também iam assombrando o curso. Em outubro de 1966, por razões ainda pouco conhecidas, o primeiro comandante da guerrilha, Filipe Samuel Magaia é assassinado. As acusações de favorecimentos étnico tribais e o regionalismo eram frequentes, contudo insuficientes para esclarecer a morte do comandante. O que se sabe é que “os macondes tinham mais interesse no controlo do partido e não da revolução social”, pelo que a progressão para o centro e sul tinham pouca relevância (NEWITT, 1997, p. 452).

Em 1968, as contradições entre Eduardo Mondlane, sua esposa Janet e o padre Matheus Gwendjere, culminaram em distúrbios envolvendo estudantes, precipitando o encerramento do Instituto Moçambicano e a suspensão da ajuda sueca. A FRELIMO rompeu com Gwendjere com consequências imediatas nas relações com os religiosos, entre eles, o Reverendo Uria Simango. Com o assassinato de Mondlane, em 1969, o comando da FRELIMO passou para Samora Machel, presidente do triunvirato integrando Marcelino dos Santos e Uria Simango. Esta composição espelha, em parte, a desconfiança de envolvimento do Vice-presidente da FRELIMO, Uria Simango. Em 1970, após apontar os conflitos e criticar a radicalização da revolução no seu

carros blindados, helicópteros, navios de guerra e munições, com empréstimos garantidos pelo governo (ISAACMAN, 1983, p. 104)

⁶⁵ Em 1961, as tropas portuguesas estacionadas nas capitais de Moçambique não ultrapassavam os 4000 homens. Em 1966, os contingentes eram dez vezes maiores e nos anos 1970 chegavam a 70.000 soldados (ISAACMAN, 1983, p. 102).

“Situação sombria na FRELIMO”, Simango foi, finalmente expulso da FRELIMO. As razões elencadas para justificar o afastamento incluíam acusações de oportunismo, corrupção e irresponsabilidade, apontando este comportamento como uma ameaça à legitimidade e à continuidade da luta (PEIXOTO; MENESES, 2013, p. 91). Contudo, também pesou a anterior acusação de assassinato de Eduardo Mondlane, em conluio com a PIDE e CIA.⁶⁶

As campanhas militares da guerrilha, não obstante a resposta colonial, tinham resultados inquestionáveis. Apesar da mega operação militar – Nó Górdio, a transposição do rio Zambeze e o avanço em direção sul foi possível a partir de 1970, permitindo que a guerrilha atingisse a margem sul do vale, ameaçando os empreendimentos do corredor da Beira e as capitais das províncias centrais de Manica e Sofala. Em resposta às ações da guerrilha nestas províncias, em 1971, o governo reagrupou as populações, desta vez, incluindo em Lourenço Marques. A repressão política também aumentou, não sendo tolerados quaisquer manifestações públicas, greves e protestos. Os opositores do regime e dissidentes (negros e brancos) se arriscavam aos campos penais da prisão da Machava, em Lourenço Marques, Ilha do Ibo, em Cabo Delgado e São Tomé, de onde muitos não puderam regressar (TORTURA NA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE, 1977; BARBOSA, 2017). Entre 1967 e 1973, 10.000 opositores do regime foram presos (ISAACMAN, 1983, p. 103).

Contudo, Samora Machel emergiu da ala militar revolucionária em substituição de Magaia, assumindo o comando da organização, conduziu a luta armada que culminou com a rendição das tropas portuguesas e a vitória da FRELIMO, em 1974. Nos Acordos de Lusaka, de 7 de setembro, a FRELIMO foi reconhecida como a única organização legítima para representar o povo moçambicano na transferência dos poderes, conforme o transcrito do primeiro ponto:

O Estado Português, tendo reconhecido o direito do Povo de Moçambique à Independência, aceita por acordo com a Frente de

66 Central Intelligence Agency/ Agência Americana de inteligência

Libertação de Moçambique a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados (ACORDO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE).⁶⁷

Samora Machel, num discurso que proferiu no dia seguinte ao acordo, em 8 de setembro de 1974, confirmou o fato nos seguintes termos:

[...] ao fim de 500 anos de opressão colonial, ao fim de 10 anos de luta armada dirigida pela Frelimo, o povo moçambicano conseguiu impor seus direitos [...] Portugal reconheceu o princípio de transferência de poderes à Frelimo, representante do povo moçambicano, e, em consequência, conosco assinou o acordo que efetiva estes princípios (MACHEL, 1974a, p. 14).

Assim, caiu por terra a pretensão de Jorge Jardim (1973), influente empresário português radicado em Moçambique, que buscava convencer Marcello Caetano, com ajuda de Hasting Banda do Malawi e de Kenneth Kaunda da Zâmbia, a instalação de um governo multipartidário no país (DOSSIÊ DA CASA COMUM). Mas também do general António da Silva Spínola, defensor da “soberania multicontinental”. Afinal, no primeiro encontro entre a delegação portuguesa liderada por Mário Soares e a FRELIMO em Lusaka, o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) se fez presente, porém sem a devida atenção (BRAGANÇA, 1986, p. 18). Contudo, segundo se afirmou acima, a transição política também foi precipitada pela Revolução dos Cravos em Portugal e o fim da ditadura colonial fascista. As preocupações se resumem no trecho abaixo:

[...] a oposição à guerra em Portugal intensificava-se. Líderes do pequeno, mas crescente setor industrial português, que tinha fortes ligações com o capital internacional, expressaram preocupação com o

67 Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Acordo%20de%20Lusaka-doc.pdf>. Acessado em: 25 mar 2021.

aumento da dívida nacional e com a fuga de mão de obra portuguesa vital para evitar a seca. Ansiosos por integrar o país à Comunidade Econômica Europeia, eles começaram a questionar a eficácia de travar uma guerra que não poderia ser vencida. Oficiais mais jovens do exército, muitos dos quais se radicalizaram tanto pelas guerras coloniais quanto pela opressão interna, organizaram secretamente o Movimento das Forças Armadas. Em 24 de abril de 1974, derrubam o regime autoritário de Marcello Caetano, o sucessor escolhido a dedo por Salazar (ISAACMAN, 1983, p. 106).

A transferência de poderes resolvia a questão de instabilidade política e a difusão do poder em Lisboa, que opunha a Junta de Salvação Nacional e o Movimento das Forças Armadas, que defendia o fim da guerra e a descolonização. O cessar-fogo e a transferência de poder atendia às exigências da OUA e o princípio de autodeterminação dos povos (MACHEL, 1974a, p. 14; BRAGANÇA, 1986).

Nos termos do acordo, ficou definida a independência para 25 de junho de 1975, dia do aniversário da Frente de Libertação de Moçambique, como condições para um cessar-fogo definitivo. Contudo, para materialização do acordo – transferência de poderes – um conjunto de estruturas governativas foi criado, a saber: (1) Alto Comissário, representante do governo Português e dinamizador da descolonização; (2) Governo de Transição, com funções executivas e legislativas; (3) Comissão Militar Mista, constituída por paridade para controlar a execução do acordo de cessar-fogo (ACORDO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 1974, p. 1). O Governo de Transição tinha a seguinte constituição:

a) Um Primeiro Ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coordenar a ação do governo e representá-lo.

b) Nove Ministros, repartidos pelas pastas seguintes: Administração Interna; Justiça; Coordenação Econômica; Informação; Educação e Cultura; Comunicações e Transportes; Saúde e Assuntos Sociais; Trabalho; Obras Públicas e Habitação (ACORDO ENTRE O

O Governo de Transição, ainda nos termos do mesmo acordo (sexto ponto), sempre que justificável e articulado com a contraparte portuguesa, sob a proposta do Primeiro-Ministro, podia nomear secretários e subsecretários e definir a repartição da respetiva competência desde que ratificada pelo Alto Comissário. Examinando o acordo, é possível concluir que, não obstante o reconhecimento do direito do povo de Moçambique, do governo português havia uma preocupação em proteger os direitos e salvaguardar os interesses dos cerca de 200 mil portugueses e descendentes trabalhando e vivendo em Moçambique, e, portanto, garantindo a continuidade futura das relações político-diplomáticas (BRAGANÇA, 1986).

“UNIDADE, TRABALHO E VIGILÂNCIA!”: construindo uma nação.

Não obstante manobras de Spínola para manter as colônias, a luta armada de libertação nacional, após 10 anos chegou ao fim. O cessar-fogo para dar lugar ao processo de transferência de poderes estava contido nas cláusulas do Acordo de Lusaka, assinado entre a liderança da Frelimo, representado por Samora Machel, e o Governo português, representado por Ernesto Augusto Melo Antunes, Ministro sem pasta, a 7 de setembro de 1974. A independência, nos termos do acordo, ficou para 25 de junho de 1975, 9 meses após a entrada em funções do Governo de transição.

A 20 de setembro de 1974, o governo de transição sob a liderança de Joaquim Chissano, Primeiro-Ministro, tomou posse. A parte portuguesa foi representada pelo então conselheiro de Estado, Vítor Manuel T. Crespo. Em teoria, as expectativas das partes estavam “acauteladas” e a FRELIMO mais otimista. Mas os distúrbios com os partidários de uma independência branca, que ocuparam a Rádio Clube de Moçambique, continuaram agitando o país nos meses seguintes. Entretanto, frustradas

estas tentativas, seguiu-se um período de abandono do país por significativos grupos de população branca.

No discurso de posse Samora Machel parecia não duvidar do caminho a ser seguido: “criar as condições para a extensão do poder popular democrático para as zonas até agora sob a dominação colonial” (MACHEL, 1974b, p. 202). A convicção de que ações reacionárias dificilmente seriam combatidas e a necessidade de contrariar práticas negativas implicavam medidas mais robustas. Assim, para Machel, a solução política era “a linha da FRELIMO forjada na luta intransigente pela defesa dos interesses das massas, que devem guiar as ações do governo”. Diante da nova realidade é a FRELIMO que deve guiar e orientar a ação do governo, daí o slogan “Unidade, Trabalho e vigilância”.

Ao nível de cada fábrica, de cada repartição, de cada serviço, de cada estabelecimento comercial, ao nível de cada empresa agrícola devem constituir-se Comitês do Partido que ponham em aplicação as palavras de ordem da Frelimo e do governo de transição, libertando a iniciativa e pondo em movimento a capacidade criadora das massas (MACHEL, 1974b, p. 205).

Em termos práticos, o discurso de Machel apelava ao trabalho coletivo, discussão e análise conjunta dos problemas, uma prática das zonas libertadas que nos discursos subsequentes fora aprofundada. A corrupção, o suborno, a busca do conforto e o nepotismo foram na ocasião reprovadas. Contrariamente, Machel incentivou o trabalho e o sacrifício dos dirigentes da FRELIMO. Em nível do Estado, a prioridade era “descolonizar e edificar estruturas adequadas ao poder popular democrático” (MACHEL, 1974b, p. 209). A “austeridade” e o “trabalho” eram as palavras de ordem no setor da economia e finanças para evitar esbanjamento e aumentar a produção.

Na celebração dos 10 anos das FPLM, 25 de setembro de 1975, a produção e a reconstrução nacional foram classificadas como novas “batalhas” a travar (MACHEL, 1974c, p. 1). Afinal, o país estava independente desde 25 de junho de 1975 e se tornava necessária a adoção de várias medidas político-administrativas. Na Circular da Sede Nacional da FRELIMO, distribuída a todos os grupos dinamizadores e contendo instruções sobre as tarefas a serem executadas a nível interno, o presidente Samora enfatizava as nacionalizações da terra, dos serviços de educação, da justiça e de saúde e abolição dos hospitais, consultórias e escolas privadas (FRELIMO, 1976, p. 2). A educação devia “ser colocada ao serviço das massas oprimidas e humilhadas” para combater o analfabetismo e a ignorância e, “as escolas, frentes de eliminação de mentalidade colonial capitalista e dos aspectos negativos da mentalidade tradicional” (MACHEL, 1974b, p. 211-113).

No discurso de posse do Governo de transição, Samora Machel foi bastante sinalizador em relação à futura linha governativa da FRELIMO – socialismo para o “desafio da organização e a criação da nação” (MACHEL, 1974b). Mas à semelhança de outros países independentes, Moçambique também enfrentava problemas de analfabetismo, pobreza, da não familiarização com processos democráticos, clivagens raciais e étnicas e ameaça de burocracias autônomas. Estes problemas colocavam ao partido desafios, entre os quais a manutenção de níveis de mobilização política para alargar a base de apoio popular; instar efetivamente a autoconfiança, a consciência política dos camponeses e trabalhadores há muitos oprimidos pela política do estado colonial, apelando-os à continuação dos sacrifícios (ISAACMAN, 1983, p. 112).

As soluções para estes desafios colocavam a FRELIMO em dilemas teóricos e práticos. Como alargar a base de apoio na região sul do país e nas cidades onde a FRELIMO não tinha inserção à data da independência? Em condições de escassez econômica e da necessidade de acumulação de capital para a nova classe de burocratas do Estado e oficiais do partido, como conciliar os interesses das lideranças e a participação democrática da população? Como assegurar a realização da transição

do capitalismo para o socialismo com uma classe de trabalhadores incipiente e não organizada, com poucos quadros treinados em nível do Estado e do partido?

A implantação do socialismo em Moçambique, mais do que copiar meramente experiências do estrangeiro, demandavam níveis de criatividade e adaptação às condições internas. Assim, a partir do Governo de transição doravante a FRELIMO esteve engajada na criação de uma estrutura político-administrativa favorável ao novo projeto de nação, onde o poder pertencesse às massas organizadas.

A centralização política e a coletivização da produção

O socialismo ensaiado, primeiro nas zonas libertadas, ganhou, cada vez mais, forma nos primeiros anos da revolução. A mobilização das massas para a socialização dos meios de produção, a definição do princípio de “democracia popular” e a organização da classe trabalhadora para “assumir” o poder são medidas que foram tomadas à partida. A FRELIMO, que vinha atuando na ambiguidade, a partir de 1977, se posicionou como partido Estado, um guia e orientador da aliança entre operários e camponeses.⁶⁸

A realização do III Congresso da FRELIMO, em fevereiro de 1977, representou um grande marco na transição rumo ao socialismo em Moçambique. Entretanto, a partir de 1974, iniciou um trabalho de implantação das estruturas e de divulgação da agenda do partido. Estas foram seguidas de campanhas de mobilização das massas e da classe trabalhadora contra todas as formas de discriminação, apelando à unidade nacional. O Congresso veio representar a fase decisiva rumo à socialização da vida e dos meios de produção. Assim, para o sucesso do encontro, realizou-se uma

⁶⁸ Para uma discussão profunda sobre o controle totalitário de todos os aspetos do cotidiano em Moçambique, veja: Adam (2006).

ampla divulgação, análise e discussão das sete teses, entre as estruturas do partido, das massas e dos trabalhadores para a sua socialização, contribuições e/ou enriquecimento (FRELIMO, 1976).⁶⁹

Segundo o Comitê Político Militar da FRELIMO, o congresso definiu como objetivo a perspectiva do futuro: (1) definição de estratégias para edificar a democracia popular; (2) e o desenvolvimento econômico e social do país. No encontro deviam ser estudadas e fixadas tarefas do partido, do Estado e dos indivíduos na edificação da democracia popular; rever os programas e estatutos da FRELIMO e eleger a direção (FRELIMO, 1976, p. 4).⁷⁰ Assim, para Allan Isaacman (1983, p. 121), “o III Congresso abordou três questões políticas básicas: no interesse de quem Moçambique deve ser governado? Qual função deve jogar a FRELIMO? Qual deve ser a relação entre o Partido e o Estado?”. E, neste sentido, escreve:

O relatório final do Congresso identificou especificamente a aliança dos trabalhadores e os camponeses como constituindo a “base política do Poder Democrático do Povo”. [...] Da própria FRELIMO, em vez do status ambíguo de pós-independência foi ainda mais esclarecido. “A missão histórica do partido é liderar, organizar, orientar e educar as massas, assim transformando o movimento de massa popular em um poderoso instrumento para a destruição do capitalismo e a construção do socialismo” (ISAACMAN, 1983, p. 121).

Um conjunto de decisões foi tomado. A FRELIMO se torna um partido revolucionário e internacionalista, o marxismo-leninismo como a sua base ideológica e teórica e o centralismo democrático um princípio fundamental para organização (FRELIMO, 1978, p.43-47). Assim, ao partido competia a realização de campanhas de educação ideológica, intensificação e divulgação da informação e a organização democrática das massas. Estes objetivos demandavam a organização

69 FRELIMO. “Preparemos coletivamente o III congresso da Frelimo: a Frelimo e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular”. Palavras de ordem, 4, Maputo: Departamento de informação e propaganda da Frelimo, 1976.

70 FRELIMO. Tarefas concretas e imediatas a realizar: ofensiva em várias frentes. Circular da Sede Nacional da Frelimo para todos grupos dinamizadores do país. Maputo, julho de 1976.

das massas em aldeias comunais. Na concepção dos dirigentes do partido, as aldeias comunais eram a “principal estratégia para libertar o povo das zonas rurais” (FRELIMO, 1978, p. 53; 57).⁷¹

Os aldeamentos remontam das zonas libertadas. Entretanto, após a independência as aldeias comunais foram consideradas uma estratégia de organização dos camponeses. Mas também um campo para colocar em prática as ações de transformação do país. Assim, a resolução sobre as Aldeias Comunais considerou como fundamentos para sua criação a miséria atroz, a dispersão e a desorganização nas zonas rurais; a necessidade de socialização da agricultura para a melhoria das condições de vida e a instauração no campo do poder operário camponês como os fundamentos (RESOLUÇÃO SOBRE ALDEIAS COMUNAIS, 1977, p. 53).⁷²

Estas aldeias estavam projetadas para mil famílias e deviam ser implantadas em terrenos férteis, com água nas proximidades ou possibilidades de captação subterrânea; em áreas de expansão, ou seja, em terrenos vastos e não imediatamente utilizáveis; e próximas de estradas principais para permitir o escoamento de produtos e a ligação com os mercados regionais. Como se pode concluir, a organização das populações concorria com a necessidade de melhoria das condições sociais, de concentração dos serviços essenciais e, portanto, de planificação dirigida. As aldeias deviam se transformar em mecanismos eficazes de combate à fome, ao analfabetismo e ao problema de abastecimento, contemplando, para além de Lojas do Povo, Cooperativas Agrícolas, escolas e unidades sanitárias (ALDEIAS COMUNAIS, 1977).⁷³

As aldeias eram, na concepção dos dirigentes, “sementes” para as cidades do futuro e a base para o combate ao desemprego. As unidades comunais que foram surgindo tinham duas origens possíveis:

(1) a mobilização política e (2) calamidades naturais. Apesar de em Gaza as aldeias resultarem das cheias de 1977, a mobilização permitiu a criação de aldeias com diferentes perfis: (i) de regressados

71 CONGRESS OF FRELIMO, 3, 1977, Maputo. Anais... [Central Committee Report]. Maputo: CEDIMO, 1978.

72 A resolução sobre as aldeias comunais foi aprovada em Maputo, na Primeira Sessão da Assembleia Nacional realizada de 31 de Agosto a de 1 de Setembro de 1977. Ver: “RESOLUÇÃO sobre as aldeias comunais”. In: *Tempo*, 363, Maputo, 1 de setembro de 1977, p.52-53.

73 ALDEIAS comunais: o presente e o futuro. In: *Tempo*, 359, Maputo, agosto de 1977, p.42-47.

de guerra de libertação refugiados em Niassa, Cabo Delgado e Tete; (ii) aldeias resultantes da transformação de antigos aldeamentos; (iii) aldeias das zonas libertadas; e (iv) as aldeias “genuínas” em regiões não afetadas pela guerra e calamidades naturais (KAPURI, 1979, p. 16).

Contudo, também foram criticadas aldeias como campos de concentração destinados ao controle da população, não diferentes dos aldeamentos coloniais. Um relato da Aldeia Comunal de Cubo, em Massingir (Gaza), parece corroborar com a tese de controlo e da reedição da política colonial.

Será depois da conversa com o professor Munguambe que a chegada de um visitante será dada a conhecer à estrutura governativa da aldeia, ou seja, à Comissão Dinamizadora. Ao contrario do que acontece nas cidades e vilas, qualquer visitante ou turista que chegue a uma aldeia comunal deve se apresentar imediatamente às autoridades sob pena de ser considerado como agente Smith. É assim que depois de uma conversa de apresentação com a comissão dinamizadora da aldeia de Cubo, o visitante chegou oficialmente. Na primeira reunião popular, o secretário desta comissão aproveitará para explicar à população quem é este estrangeiro e o que veio cá fazer, assegurando que não se trata de nenhum agente do inimigo (APRENDER DO POVO A TRABALHAR PARA O POVO, 1977, p. 35).

É verdade que o contexto é das primeiras ações de desestabilização do governo de Ian Smith na vizinha Rodésia. A preocupação com segurança da população contra as investidas rodesianas pode ser considerada legítima (APRENDER DO POVO A TRABALHAR PARA O POVO, 1977, p. 34). Contudo, além desta questão do conflito com Smith, o controle do comportamento e da mobilidade da população era uma característica das aldeias comunais. O banditismo social, alcoolismo e outros males eram punidos pela estrutura governativa das aldeias, sobretudo os grupos dinamizadores.

Existiam vários desafios nas aldeias em criação que contrastavam com a propaganda realizada e naturalmente concorriam para a desmobilização. As condições continuaram precárias e algumas aldeias foram criadas sem a observância do decreto e/ou dos requisitos básicos, inviabilizando, muitas vezes, o objetivo de produção coletiva. No caso das aldeias criadas em Gaza, em

consequência de calamidades naturais, o grande problema era a falta de planificação prévia. Assim, normalmente estavam superpovoadas e naturalmente enfermando de problemas de insuficiência de terras para cultivo, esgotamento de reservas de lenhas nas matas próximas e a falta de higiene. A fome, a miséria, o analfabetismo e o obscurantismo continuaram os principais problemas das aldeias (MAGAIA, 1977, p. 32; KAPURI, 1979, p. 16).⁷⁴

Entre 1976 e 1980, apenas na província de Gaza, cerca de 260 aldeias foram criadas e as cheias de 1977 foram um grande dinamizador. Contudo, algumas são anteriores, à semelhança da Aldeia Comunal Heróis Moçambicanos, criada em 1976 para reassentar a população desalojada das baixas atingidas pelas cheias do Limpopo e Incomáti no Xai-xai. Como resultado das cheias de 1977, mais de uma dezena de aldeias foi criado até maio de 1977. Em Chibuto foram contabilizadas 13 aldeias, entre elas, 25 de Junho, III Congresso, Hoyo Hoyo, Mucontene, Eduardo Mondlane, etc.⁷⁵ Estes resultados também das campanhas de mobilização de grupos dinamizadores e das brigadas do partido. Em 1978, iniciou, a nível nacional, uma campanha de criação de células do partido, visando expandir a base política e reforçar a conexão com a classe trabalhadora (ISAACMAN, 1983, p. 122).

Na década de 1980, apesar das falhas da planificação dirigida, das cíclicas calamidades naturais, avanços foram assinalados relativamente à produção coletiva, organização do abastecimento e na expansão dos serviços de saúde e de educação. Em consequência, houve redução do analfabetismo e o aumento dos cuidados primários de saúde.⁷⁶ Todavia, a guerra civil, cujas primeiras ações foram registadas em 1977, não permitiu que investimentos, ainda embrionários, continuassem, sendo todo o esforço económico-financeiro redirecionado para a defesa e combate e prevenção às calamidades.

74 Ver: MAGAIA, A. Aldeia de comunal 1 de Maio: uma experiência. *Tempo*, 372, Maputo, 20 de novembro de 1977, pp.29-32.

75 GAZA: imagens de uma vida que nasce. In: *Tempo*, 364, de 25 de maio de 1977, p. 22-27.

76 Para uma discussão sobre a evolução da educação em Moçambique, veja: MAZULA (1995).

Os efeitos das cheias, secas e ciclones tropicais, combinados ao recrudescimento das incursões armadas da RENAMO, a partir de 1983, tiveram como saldo não apenas a destruição de infraestruturas (escolas, postos de saúde), mas, sobretudo, a desestruturação do tecido socioeconômico e a paralisação cíclica do processo produtivo, instalando, portanto, a crise econômica de que as ONGI's participaram da mitigação.

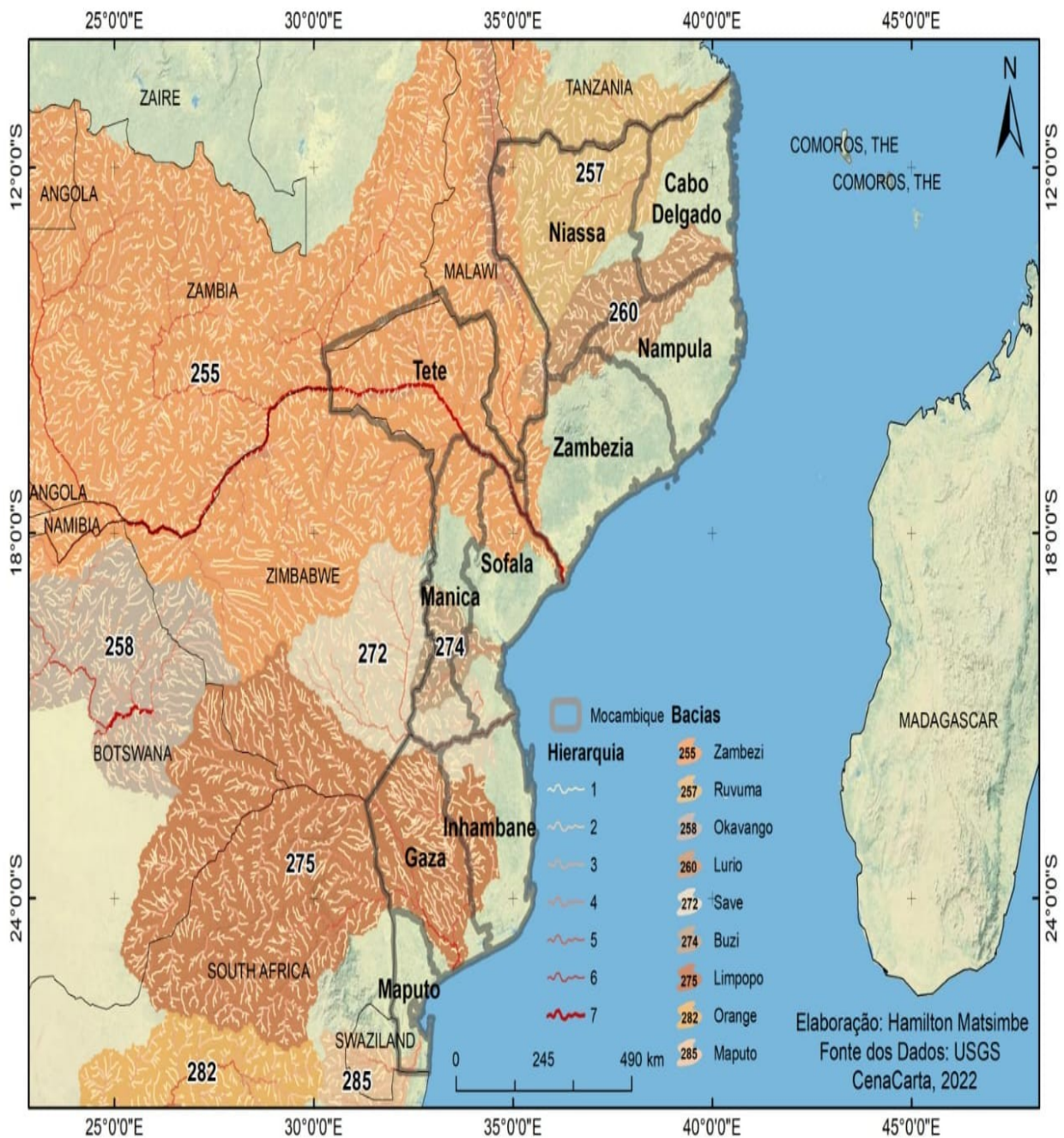
Calamidades naturais como fatores de proliferação de ONGI's

Moçambique é um país propenso a eventos climáticos extremos pelas suas características geofísicas. Na parte ocidental o país é banhado por uma vasta costa, normalmente, uma zona ativa em ciclones e tempestades. Com potenciais riscos de ser devastado, anualmente por ciclones tropicais, é também atravessado por nove (9) bacias hidrográficas internacionais. A localização à jusante das bacias hidrográficas e numa vasta área de planícies, conjugadas com as mudanças climáticas, também o tornam propenso às cheias e secas, com impactos negativos, como se pode observar a figura abaixo. Estes eventos climáticos extremos – calamidades naturais – têm produzido efeitos contrários à estabilidade socioeconômica, pois afetam diretamente a produção, destruindo culturas agrícolas e infraestruturas. Ao longo do processo de transição e transformação socioeconômica de Moçambique, as calamidades naturais constituíram obstáculos que, combinados com outros fatores de ordem humana, contribuíram para a crise econômica instalada na década de 1980.

As calamidades naturais contribuíram para a proliferação de ONGI's no país. Moçambique, desde a sua independência, em 1975, tem sido palco de calamidades naturais, com destaque para cheias e/ou inundações, secas, tempestades e ciclones tropicais. Estes eventos têm afetado sobremaneira os planos de desenvolvimento do país. Em 1976, a bacia do rio Incomáti, como antes se fez referência, registou cheias na sequência do ciclone Claudette que afetou as províncias de Maputo e Gaza. Em

1977, igualmente as cheias voltaram a fustigar o país afetando as bacias dos rios Limpopo e Incomáti no sul do país. As consequências, além de mortes e rastros de destruição de infraestrutura, se traduziram em milhares de camponeses desalojados e, posteriormente, reassentados em novas aldeias comuniais na maioria em Gaza.

Figura 2: Mapa hidrográfico de Moçambique



Em 1979, as bacias dos rios Búzi, Púngue e Zambeze, também registaram cheias. No mesmo ano, o ciclone tropical Angelle atingiu a província de Nampula. Enquanto no norte de Moçambique as populações sofriam do excesso de precipitação, a região sul se debatia com problemas das secas. Uma prolongada seca, por quase quatro anos, afetou as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. Entre 1981 e 1983, a produção agrícola no país foi severamente afetada e, no sul, praticamente

paralisada. Esta situação agravou as condições socioeconômicas do país, já deterioradas com a redução das fontes e possibilidades para o aumento da renda nacional. A interação destes fatores provocou, em 1983, a queda das exportações em 50% e as importações haviam baixado em 1/3. O déficit comercial cresceu rapidamente com o valor das importações a ser igual a cinco vezes o valor das exportações. A produção retrocedeu entre 1973-1985 (OPPENHEIMER, 2006, p. 27; CASTELBRANCO, 1997, p. 107).⁷⁷

Em 1983, em decorrência de calamidades naturais, o país lançou um apelo de ajuda alimentar. Porém, “contra todas as expectativas, a ajuda foi reduzida”. Moçambique, um país da linha frente, era dos principais “interlocutores” na luta contra o imperialismo norte-americano na região (HANLON, 1997, p. 15). Sem poder obter a ajuda da COMECON e cada vez mais dependente economicamente, tinha duas saídas para receber ajuda ocidental: submeter às regras da União Europeia, aderindo, em 1982, à Convenção de Lomé, e firmar acordos com instituições da Bretton Woods. Em 1984, após o acordo com o Banco Mundial, o país recebeu imediatamente 45 milhões de dólares (OPPENHEIMER, 2006, p. 26).⁷⁸ O acordo não só ajudou a aliviar o país, como marcou o início de um ciclo de dependência e endividamento insustentável. O IV Congresso da FRELIMO tinha sido o momento catalisador desta viragem, ao defender interação econômica “bilateral e multilateral com todos os países do mundo, independentemente do seu regime econômico e social” (DECRETO, n. 6/84 de 19 de Setembro).

Em 1984, as chuvas caíram, porém a falta de comida continuava:

77 Por exemplo, a produção de castanha de caju, uma das maiores em 1975 até 1986 representava 20%, algodão 7% e o milho cerca de 18%. Isto se traduziu na queda das exportações para 35 % e subida de importações em 157% e das despesas em serviços no ano de 1986 (HERMELE, K. 1990 apud OPPENHEIMER, 2006, p.27).

78 Segundo Jochen Oppenheimer, a dívida externa, por exemplo, tinha atingido, ainda em 1984, cerca de 2.4 milhões de dólares, o equivalente a 120% do PIB. Consequentemente, em 1985, o consumo interno superava o PIB em 3% e a taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens e serviços não chegava a um terço e as importações atingiram 52.9% (OPPENHEIMER, 2006, p. 26).

Chuvas torrenciais caíram nas três províncias do sul de Moçambique fortemente assoladas pela seca. Em novembro e dezembro chuvas fortes encheram os riachos secos da região. Apesar das chuvas das chuvas de novembro e dezembro foi tarde demais para salvar as culturas semeadas no princípio do ano e deixou o norte tão seco quanto antes. A falta de alimentos continua a flagelar uma dezena de distritos (MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER, 1984, p. 1).⁷⁹

Segundo Aranda da Silva, então Vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate a Calamidades Naturais, não obstante a queda da chuva, o país precisaria de mais de 250 toneladas de cereais para os próximos cinco meses. E mais, os efeitos da seca seriam sentidos também nos anos seguintes (MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER, 1984, p. 1). Em resposta ao apelo do Coordenador das Nações Unidas de Ajuda a Desastres, um navio com 1600 toneladas de cereais, leite condensado, vegetais e óleo, em outubro de 1984, chegaria à Inhambane uma das províncias mais afetadas. Afinal, relatórios locais da época indicavam que, mais do que a crise alimentar nas áreas onde os camponeses, tradicionalmente dependem das colheitas para sobreviver, 15 pessoas morriam diariamente de fome em algumas áreas da província. O Jornal Notícias, na sua edição de 18 de Setembro de 1984, descrevendo o impacto da seca para as populações de Inhambane, escreveu que:

Mais de 30 localidades da província de Inhambane continuam a precisar de maior auxílio alimentar, medicamentos e outros gêneros, para atenuar os graves efeitos da prolongada seca que afeta a região há mais de quatro anos. Elevado número de pessoas tem estado a abandonar as suas regiões de origem para se refugiar em locais com melhores condições de alimentação, ao mesmo tempo que estão em curso programas de reabilitação nutricional (NOTÍCIAS, 18 de setembro de 1985).

⁷⁹ É um periódico Americano contendo pequenos artigos, cronologias, documentos e tópicos de jornais publicados pelo Centro de Recursos de Moçambique nos Estados Unidos nos princípios da década 1980 e cujos editores eram Lisa Brock, Allen Isaacman, Melba Kgositsile, Deborah Shanks and Roberta Washington. Minha tradução.

Entre doadores constavam os países e organizações ocidentais: Canadá, Noruega, Suíça, Reino Unido e o *Church World Service* (CWS) dos Estados Unidos. O embaixador americano em Maputo, Peter John De Vos, anunciou 98.500 dólares em apoio a PMA no transporte de comida para a província de Inhambane. Enquanto a UNICEF mobilizou cerca de 20 toneladas de medicamentos para as áreas afetadas, da OXFAM veio uma doação de 50.000 libras. A República Socialista do Vietnã prometeu cerca de 2000 toneladas de cereais (MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER, 1984, p. 3). As calamidades naturais cíclicas foram se transformando em “fardo” para as autoridades com uma balança de pagamentos cada vez mais deteriorada.⁸⁰ Em Maputo, após anos de seca severa que continuava a fustigar Gaza e Inhambane, as bacias dos rios Umbelúzi e Maputo, em finais de janeiro de 1984, registaram cheias, na época consideradas as piores da história. Como resultado da passagem do furacão tropical Demoína, que também afetou as vizinhas Suazilândia (atual Eswatini) e África do sul, os caudais dos rios aumentaram com consequências enormes em Maputo:

As primeiras inundações ocorreram após 22 horas de chuvas contínuas acompanhadas de granizo em 28 de janeiro. A causa da tempestade foi o furacão tropical "Demoína", cujos ventos sopraram a velocidades de até 50 milhas por hora. A tempestade foi devastadora: as ondas no porto atingiram 22 pés, e o rio Salamanga subiu mais de 50 pés acima de seu nível normal. Nas horas que se seguiram ao furacão, mais de 600 pessoas foram resgatadas por barcos e helicópteros. Cinco mil pessoas foram forçadas a evacuar suas casas. "Demoína" atingiu também regiões da Suazilândia e África do Sul, o que agravou a situação em Moçambique porque a vazão das águas destas regiões deve passar por Moçambique (MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER, 1984, p. 1). [Minha tradução]

A Comissão Nacional de Desastres estimou os prejuízos no custo total de 75 milhões de dólares. As cheias e o ciclone devastaram colheitas inteiras de castanha de caju, a principal cultura de

⁸⁰ Por exemplo, a produção de castanha de caju, uma das maiores em 1975 até 1986, representava 20%, algodão 7% e o milho 18%. Isto se traduziu na queda das exportações para 35% e subida de importações em 157% e das despesas em serviços no ano de 1986. (HERMELE, K. 1990 apud OPPENHEIMER, 2006, p. 27).

exportação que se esperava ampliar naquele ano. 10 mil toneladas de açúcar, 55 mil toneladas de milho, 15 mil de feijão, 20 mil de vegetais e toda a cultura de banana foram dadas como perdidas. Nas culturas de citrinos as perdas foram estimadas em 6.5 milhões de dólares. O maior dilema esteve nas famílias, que após um longo período de secas se organizavam para fazer a primeira colheita de cereais, feijão e batata-doce, etc. Entretanto, o desastre, além de pouco mais de uma centena de mortos e dezenas de desaparecidos, desalojou mais de 49 mil pessoas e 350 mil perderam extensas áreas de cultivo familiar (MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER, 1984, p. 1-4).

Enquanto o extremo sul de Maputo se debatia com o problema das cheias, a seca flagelava, em seis províncias (incluindo o norte de Maputo), mais de 1 milhão de pessoas e mais de 100 mil perderam a vida em Moçambique. Entretanto, com as decisões do IV Congresso, mais favoráveis ao capital estrangeiro ocidental, em finais de 1985, 15 países em resposta aos apelos do governo prometeram ajuda emergencial ao país.⁸¹ As estiagens voltaram a privar milhares de camponeses em 1987. No

81 Em novembro, a Casa Branca anunciou um pacote de ajuda alimentar para Moçambique no valor de \$ 12.7 milhões como parte de um programa de ajuda alimentar de emergência destinado aos países africanos mais duramente atingidos pela seca. Durante a viagem oficial do presidente Machel à China em julho, a China prometeu mais de \$ 13 milhões em créditos a serem reembolsados em 10 anos sem juros. Um subsídio de \$ 2.2 milhões para a compra de bens de consumo e uma doação de 2.000 toneladas de milho também foram anunciados. Autoridades italianas que visitaram Moçambique em julho anunciaram o crédito de \$ 18.5 milhões para a recuperação da linha férrea Beira-Moatize. As autoridades italianas também assinaram um acordo com Moçambique para fornecer exploração de carvão na província de Tete avaliada em \$ 100 milhões. O Primeiro-Ministro búlgaro em visita a Moçambique em julho assinou um acordo bilateral prometendo \$ 3.5 milhões em bens de consumo. Na sequência de uma visita do Ministro do Desenvolvimento e Cooperação da Holanda a Moçambique, foram assinados acordos continuando o programa holandês de reabilitação do porto da Beira. Foi anunciado que \$ 14.7 milhões adicionais seriam disponibilizados para problemas relacionados com a seca, incluindo ajuda à balança de pagamentos de Moçambique, troca por bens de consumo e programas para estimular a agricultura. Em julho, foi anunciado que a França iria emprestar a Moçambique \$ 11 milhões de dólares para a compra de bens de consumo, suprimentos e equipamento para apoiar as próximas campanhas de marketing agrícola. O empréstimo, que é reembolsável em 15 anos será usado para importar matérias-primas para fábricas de bens necessários para a agricultura e para o compra de mercadorias, sacos, balanças e meios de transporte para o algodão e campanhas de marketing de caju na província de Nampula. A Noruega assinou acordos em Maputo prometendo \$ 200.000 para serem usados para a aquisição de materiais para OMM para usar em seus centros de formação em todo o país. Em julho, um acordo também foi assinado com a Noruega, o que resultará na provisão de cerca de \$ 4.75 milhões para pesquisa pesqueira em águas moçambicanas ao largo da costa da província de Sofala. Moçambique e Dinamarca assinaram acordos para maior cooperação na área da educação. Uma doação de US \$ 1.8 milhão foi dada para a melhoria das escolas técnicas. Uma oferta de \$ 1 milhão foi anunciado da Suécia para a compra de farinha (MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER, 1984, p. 6-7).

ano seguinte, o furacão tropical Filão paralisou a produção agrícola na Zambézia. A UNICEF, PMA e ONGI's lançaram-se em programas de assistência. Um conjunto de Centros de Assistência e de Reabilitação Nutricional foi instalado ao longo do país para o atendimento aos afetados. Em Inhambane, o Centro contava com cerca de 13.500 pessoas, 10 mil eram apenas crianças. Isto explica a gravidade da vulnerabilidade infantil, sendo que 50% delas hospitalizadas por malnutrição e sofrendo de baixo peso nas províncias de Gaza, Tete e Inhambane (MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER, 1984, p. 6).

A seca em Moçambique se foi constituindo como um fator de privação para milhares de camponeses. Muitas pessoas, sobretudo crianças e idosos, morreram por causa da fome no país e milhares foram para Centros de Reabilitação Nutricional. Por causa da fome provocada pela seca, muitas famílias abandonaram suas zonas de origem e se refugiaram em zonas com melhores condições de alimentação. A necessidade de maior auxílio alimentar permitiu que diversas organizações humanitárias internacionais e as ONGI's interviessem em socorro das vítimas.

Em 1991 e 1992, as secas voltaram a fustigar o país (TEMPO, 1992).⁸² Cerca de 3.2 milhões de habitantes foram dados como afetados, incluindo os 500.000 das zonas controladas pela RENAMO (BARNES, 1998, p. 310). Segundo a Afro News (2004), estima-se que 54,5% do país foi afetado pelas piores secas jamais registadas em 50 anos entre 1991 e 1992 (RAIMUNDO, 2020, p. 8). A província de Sofala foi das mais afetadas. Contudo, estes números são indicativos porque a real situação tinha que incluir os regressados voluntariamente, depois do AGP. O fato é que, em Novembro de 1991, o país foi considerado o mais faminto do planeta (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1991).⁸³ Situações de irregularidades das chuvas, durante a década de 1990, eram frequentes, provocando bolsões de fome e malnutrição em zonas áridas, onde as populações dependem

82 O impacto se mede nas palavras do então Vice-Ministro da Cooperação e Chefe da Comissão de Emergência, Valdemiro Baloi: «os rios Save e Limpopo estão secos, que se importa água do Zimbábwe» Entrevista a Oldemiro Baloi. *Tempo*, Maputo, Abril de 1992.

83 AID considera Moçambique o país mais faminto do planeta. *Diário de Notícias*. Lisboa 10 de Novembro de 1991.

exclusivamente das chuvas. Anselmo Tembe, em Março de 1992, em consequência de falta de chuvas na região sul de Moçambique, entre finais de 1991 e princípios de 1992, reportou que:

A província de Gaza poderá enfrentar futuramente uma fome sem precedentes em consequência de uma grave seca que assola aquela região do Sul do país. Alguns agricultores locais consideram esta calamidade como a mais grave dos últimos tempos, daí que o Governo de Gaza decidiu declarar situação de emergência na província (TEMBE, 1992).⁸⁴

A situação de emergência neste ponto do país abriu espaço para que organizações humanitárias, na sua maioria ONGI's, mobilizassem meios de socorro e subsistência para milhares de camponeses afetados por uma das maiores secas nos distritos de Xai-Xai, Bilene, Chókwe e Guijá. Entre 1994 e 1999, não obstante a ocorrência do ciclone tropical Nádia, em Nampula, a situação pluviométrica do país estabilizou, permitindo uma relativa segurança alimentar no país. A intervenção de emergência realizada pelas ONGI's conheceu significativa redução, orientando suas atividades para ações e programas de desenvolvimento comunitário (COSTY, 2000).

A população estava animada com o clima de pacificação. Contudo, em 1996, ainda que de pequena dimensão, a bacia do Limpopo registou cheias e a pouca atividade agrícola em curso regrediu. Em 1997, situação similar ocorreu nas bacias do Búzi, Púngue, Zambéze, as mais importantes da região centro, em decorrência do ciclone tropical Bonita, afetando com mais intensidade a província da Zambézia. Em Inhambane, em 1999, o ciclone 3S, além da destruição de infraestrutura,

84 TEMBE, A. Devido à seca prolongada, Gaza poderá enfrentar grave crise alimentar: governo local declara situação de emergência. *Notícias*. Maputo, 4 de Março 1992.

condicionou a época agrícola nos distritos de Inharrime e Govuro (MANDAMULE, 2020; MICOA, 2007, p. 23).

No ano 2000, as cheias e inundações voltaram a perturbar a época agrícola do país. Apesar de as cheias atingirem também as bacias de Save e Búzi, no centro do país, a região sul foi fortemente fustigada. Enquanto o Umbelúzi, em Maputo, registava 1.410 metros cúbicos/segundo, o Incomáti e Limpopo escoavam cerca de 11.000 e 10.581, respetivamente. Os rios Búzi e Save escoaram menos que 10.000 m³/s (MICOA, 2007, p. 17). Na ocasião, três ciclones tropicais haviam devastado o país: o ciclone Eline e Glória, sobre as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Manica; o ciclone Hudah, na Zambézia e Nampula (MANDAMULE, 2020; RAIMUNDO, 2020, p. 7; NAPA, 2007, p. 23).

Em face do impacto das cheias (ver tabela seguinte), em Maputo e Gaza, milhares de pessoas perderam “tudo” e voltaram à dependência. O governo, sem capacidade de fazer face à magnitude da situação, lançou um apelo internacional solicitando ajuda emergencial e de reabilitação pós-calamidade. Em todo país, estima-se que cerca de 800 mil pessoas foram afetadas (USAID, 2002).⁸⁵ Em 1999, o BIP havia atingido 7,5% de crescimento e a Inflação 2,9%. A destruição causada pelas cheias resultou na subida da inflação para 12,7% e o BIP cresceu somente 1,2% em 2000 (OGE, 2002). Este cenário, obviamente, resultou do colapso do sistema de transporte, com a destruição de estradas, pontes e linhas férreas, destruição de culturas e paralisação da produção agropecuária e industrial. No apelo do governo de Moçambique para ajuda de emergência e reabilitação inicial, de 10 de Fevereiro de 2000, várias ONGI's, das quais algumas já operavam no país, responderam positivamente. Apenas para constar como exemplo, Action Aid, Cruz Vermelha Internacional,

⁸⁵ Estas cheias afetaram as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Manica. Cerca de 500.000 pessoas foram dadas como deslocadas e os prejuízos eram calculados em cerca de 600 milhões de dólares. Deste valor 273 milhões foram perdas em bens, 247 milhões com redução da produção, 48 milhões referem-se a prejuízos acumulados com a queda de exportações e 31 milhões com os encargos do aumento das importações (WORLD BANK, 2001 apud USAID. *Moçambique, cheias de 1999-2000. Avaliação de impacto: atividades de doação para reassentamento da população. Projeto de Desenvolvimento da Política Agrícola*, Julho, 2002).

CONCERN, Caritas, Visão Mundial, MSF, SCF, REDD Barna, etc, ofereceram apoio nas áreas de alimentação, saúde, água e saneamento, agricultura e educação (INTERNATIONAL APPEAL, 2000).⁸⁶

Tabela 1: Histórico de cheias em Moçambique

Bacias	Nº	Histórico de cheias			Cheias 2000 Q (m³/s)
		Períodos	Ano	Q (m³/s)	
Umbelúzi	4	1966-	1984	6.150	1.410
Incomáti	12	1984 1937-	1976	5.260	11.000
Limpopo	13	1998 1915-	1977	8.740	10.581
Buzi	12	1996 1957-	1973	8.246	×10.000
Save	5	1995 1960-	1974	6.300	×10.000
		1981			

Fonte: MICOA, 2007, p.17

Em 2001, os rios Púngue, Zambeze, Chire e Licungo, no centro e norte, respectivamente, também registaram cheias. Segundo Inês Raimundo (2020, p.8), os danos, quando adicionados aos do ano 2000, ascenderam a 22 milhões de meticais. Enquanto as autoridades e as populações se reerguiam das destruições, em 2002, em plena época produtiva, os ciclones Atang e Delfina afetaram as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia com impactos destruidores nos assentamentos

86 International Appeal of the Government of Mozambique for Emergency Relief and Initial Rehabilitation. Maputo, 23 de Fevereiro, 2000. <http://reliefweb.int/report/mozambique/international-appeal-government-mozambique-emergency-relief-and-initial>.

das principais bacias. Em 2003, o ciclone Japhet atingiu Inhambane e Manica no centro e sul do país. Nos anos 2007 e 2008 foram registados os ciclones Fávio e Jokwe, também com impactos destruidores em Inhambane e Manica (MANDAMULA, 2020).

A ocorrência de calamidades naturais é cada vez mais frequente, em Moçambique, entretanto com maior incidência nas regiões sul e centro, segundo ilustra a tabela abaixo. Segundo dados da Organização Meteorológica Mundial, das 77 ocorrências de desastres registadas, entre 1970 e 2009, 41 foram entre 2000 e 2009 (JACOBS; ALMEIDA, 2020, p. 7-8). Contudo, o INGC aponta a década de 1990 como de maior incidência de ciclones, com um registo de 11 dos 15 ocorridos entre 1980 e 2007 (INGC, 2009, p. 7). As cheias, ciclones e secas registadas nas últimas décadas, combinadas com um conjunto de variáveis socioeconômicas e políticas, têm condicionado, desde a independência, a agenda de desenvolvimento do país. Consequentemente, a pobreza aumenta e reduz a capacidade de resiliência das famílias.

Tabela 2: Incidência das calamidades naturais por regiões

Orde	Período Calamida	N ^o	1956-2008 Incidência por regiões				Total de	Total de
			Sul	Centr	Norte	Total de		
m	de			o		mortos	afetados	
1	Cheias	20	45%	40%	15%	1.921	9.039.251	
2	Secas	10	50%	44%	6%	100.200	16.444.000	
3	Ciclones	13	35%	40%	25%	697	2.997.300	

Fonte: Adaptação dos dados do INGC, 2009, p.3

A frequência de eventos climáticos extremos interrompe, ciclicamente, o ritmo dos processos de desenvolvimento em curso desde 1992, mantendo constantes as intervenções humanitárias e de

assistência de ONGI's. "As cheias são responsáveis por quase um terço de todos os prejuízos econômicos e são mais difíceis de avaliar em termos de impacto" (RAIMUNDO, 2020, p. 7). Contudo, pelo cenário aqui demonstrado, percebe-se que os diferentes desastres se alternam. Assim, quando o norte é atingido por cheias e ciclones, o sul do país sofre o impacto de secas que tendem a ser mais severas em alguns distritos. Para todos os efeitos, a seca tem impactos mais devastadores. Entre 1956 e 2008, calcula-se que tenha afetado pouco mais de 16 milhões de pessoas e causado mais de 100 mil mortos (QUEFASSE, 2009 apud INGC, 2009, p. 3).

Portanto, as calamidades naturais contribuíram sobremaneira para a proliferação e manutenção de diferentes ONGI's em Moçambique, como instituições de socorro e de alívio para as populações ciclicamente afetadas. As cheias e secas ao longo das últimas três décadas comprometeram a subsistência de mais de 80% da população do país, regra geral, dependente da agricultura. Contudo, abriram também espaço para que várias ONGI's participassem, não apenas da reconstrução e reabilitação, mas também de programas de desenvolvimento em áreas afetadas.

O Impacto da Guerra e a crescente participação das ONGI's

Em Moçambique, a seca, os ciclones e as cheias concorreram para a mobilização de ONGI's em conjugação com outros fatores internacionais e geoestratégicos. Todavia, um fator importante para a proliferação de ONGI's em Moçambique é a guerra que opôs, de 1977 a 1992, o governo da FRELIMO e a RENAMO. Dependendo da perspectiva que se adota em relação à gênese e às dinâmicas da RENAMO, as causas da guerra podem ser internas e externas. Isto tem implicações diretas na designação que diferentes atores e autores atribuem ao conflito: "guerra civil" e/ou "guerra de desestabilização". Hoje existem vários estudos sobre este conflito, explorando as múltiplas dimensões.

Em relação aos elementos internos sobre o conflito, existem vários estudos apontando para os maus resultados das políticas adotadas no pós-independência e as sanções internas, também delas derivadas (DARCH, 1989; HALL, 1990; GEFFRAY; PADERSON, 1986; HANLON, 1984). As causas externas também estão ligadas ao cenário político que se seguiu à independência, porém intrinsecamente associadas aos contextos regional e internacional de apartheid sul-africano, da neoliberalização e, sobretudo, dos interesses capitalistas liderados pelos EUA em conter a expansão ideológica soviética na África Austral – a Guerra Fria (TAJU, 1988; CHRISTIE, 1988; MINTER, 1998). Contudo, outros estudos contemporâneos mostraram que, não obstante o apoio externo recebido, a RENAMO também teve um forte suporte doméstico (YOUNG, 1990; GEFFRAY, 1991).

Em relação às dinâmicas internas, é necessário perceber que durante o último período de vigência colonial em Moçambique (1960-1970), por conta de um conjunto de investimentos realizados, foi possível a emergência de uma classe empresarial com interesses capitalistas (PITCHER, 2001, p. 28-29). Os investidores estrangeiros como Reino Unido, África do Sul, Suíça e Noruega controlavam a agricultura privada nas companhias de Borrer, Madal, Sena Sugar State. Dos investimentos portugueses, os Grupos Champalimaud, Espírito Santo, Grupo Português Atlântico, Companhia União Fabril (CUF), Entrepoto, João Ferreira dos Santos controlavam a indústria, o comércio e o turismo, as finanças e transporte (ISAACMAN, 1983; PITCHER, 2001).

Igualmente, como mostra Yussuf Adam, no estudo “Mueda, 1917-1990: resistência, colonialismo e desenvolvimento”, alguns africanos também tinham conseguido acumular alguma riqueza, tanto nas zonas rurais e quanto nas urbanas (ADAM, 1993). Entretanto, com o processo de transição, as aspirações destas classes nem sempre encontraram “eco” nas políticas do governo da FRELIMO, a partir de 1975. A proclamação da independência, por si só, não era o fim, mas o início de um projeto político em Moçambique. Novos desafios se propunham para a edificação de um Estado mais inclusivo, onde a maioria da população poderia se rever, como forma de vincar os

fundamentos da luta contra o colonialismo que na altura terminava. Ao menos este era o espírito dos Acordos de Lusaka.

Assim, a erradicação do analfabetismo, a expansão dos cuidados de saúde e aumento da produção e da produtividade agrícola, a industrialização do país eram agendas cruciais para a nova sociedade. Contudo, mais fundamental ainda era como agregar e conciliar a participação das diferentes classes econômicas e políticas emergentes nestes processos. A produção dependia da relação que o Estado iria estabelecer com as principais forças produtivas estabelecidas no período anterior. A contracorrente, as nacionalizações, centralização da acumulação a favor do Estado com a transformação da FRELIMO num partido estado de orientação socialista marxista, a concentração da população em aldeias comunais e a organização da produção em cooperativas constituíram-se no pacote político e legislativo pós-independência (CENTRAL COMMITTEE REPORT, 1978).

Os resultados destas políticas foram obviamente diferenciados. Por um lado, permitiram a expansão dos serviços sociais básicos e, por outro, contribuíram para o descontentamento nas zonas rurais, por exemplo, ao privar a população de terras para cultivo, alimentando deste modo o desejo da guerra. Kennet Hermele, a partir de estudos sociais realizados no distrito de Chókwè, sobre o alcance das políticas da FRELIMO, demonstrou que o campesinato não estava preparado para trabalhar em Empresas Estatais, no caso o Complexo Agro Industrial do Limpopo (CAIL), que, além de ocuparem suas terras, tinham sido expropriadas a contragosto pelo regime colonial e agora pela FRELIMO, que, em nome do “igualitarismo” de Marx, não permitia a emergência de uma classe burguesa rural. É verdade que, entre 18.000 a 20.000 hectares de terra fértil e irrigável ficaram a favor dos colonos. Porém, os camponeses que, durante o período colonial, beneficiaram de terras férteis do regadio, esperavam com a independência alargar seus campos e atividades. Contudo, com a política da FRELIMO, suas expectativas socioeconômicas foram traídas. Igualmente, de acordo com Christian Geffray, no norte da província de Nampula, a exclusão das

lideranças tradicionais locais do poder político após a independência criou possibilidades de não alienação de significantes setores da população (GEFFRAY, 1991; HERMELE, 1988).

Naturalmente que, em processos revolucionários, a transformação social e econômica é sempre uma consequência que acarreta alienações, mas também resistências. A revolução pode gerar expectativas e também momentos de incerteza. Estes fatores justificaram a saída em massa de colonos a partir de 1974. Outros, porém, para tomar a decisão, aguardaram a proclamação da independência em junho de 1975. Em dezembro de 1975, mais de 1200 brancos foram evacuados para Lisboa, e segundo a mídia sul-africana escreveu, “muitos são homens das forças policiais portuguesas (PSP) deixados para trás com a criação do Corpo da Polícia de Moçambique (CPM) após a independência” (TO THE POINT, 1975, p. 48).

Os dias que se seguiram à independência foram de agitação. A documentação sobre a matéria fala de atos de reacionários, sabotagem e subversão para contrariar o governo da FRELIMO. Aqueles brancos que não se identificaram mais com Lisboa encontraram acolhimento nos regimes de minoria branca da África do sul e da Rodésia, deixando para trás seus empreendimentos. Em 20 de dezembro de 1975, um alerta do presidente Samora Machel apelava aos moçambicanos para serem vigilantes contra reacionários e elementos subversivos tentando criar agitação, incluindo membros das FPLM - Forças Populares de Libertação de Moçambique. Havia militares e policiais detidos por vários crimes como forma de manter a disciplina (STAR, 1975).

Este alarme do presidente, de entre outras razões, tinha sido justificado por três acontecimentos. Em abril de 1975, a imprensa falava da captura de cinco reacionários estrangeiros que se haviam evadido da penitenciária de Lourenço Marques e, segundo a Polícia Judiciária, os quatro sul-africanos eram acusados de atentado à economia de Moçambique, e outro de nacionalidade alemã, como mercenário especializado em terrorismo urbano (TEMPO, 1975, p.7).⁸⁷ A 15 de setembro, foi

87 CAPTURADOS reacionários evadidos. *Tempo* (Maputo), n.238, de 20 de abril de 1975, p.9. Os capturados são: Hans Dieter Blamentrieff, David Hong Adams, Bernard Sidney Allison, Nichols Heinz e Albertus stephans Botes.

notícia em Moçambique a explosão de uma “bomba lapiseira” e o ferimento grave de duas pessoas em Lourenço Marques (SUMMARY OF WORLD BROADCASTS, 1975).⁸⁸ A 17 de dezembro, uma quadrilha armada e uniformizada de elementos reacionários desencadeou “provocações” contra as FPLM, polícia e militares. Porém, segundo fontes, a quadrilha acabou neutralizada (SUMMARY OF WORLD BROADCASTS, 1975).⁸⁹

Entre estes episódios e vários acontecimentos de agitação não se pode descartar uma mescla de sentimentos de incertezas em relação aos interesses de uma classe de capitalistas emergente, cujas perspectivas se encontravam minadas e potencialmente frustradas com o Governo da FRELIMO. Dos empresários obrigados a partir pelas circunstâncias, encontramos nomes como de Jorge Jardim, Domingos Arouca, Pires de Carvalho, representantes de gigantescos interesses:

O engenheiro Jardim encontrava-se ligado a dezenas de empresas. Apos ter deixado de servir os interesses do grupo Bulhosa ele apareceu ligado ao grupo Champalimaud, ao grupo Abecassis e ao grupo Sá Alves. [...] ao primeiro daqueles grupos pertenciam o Banco Pinto Sotto Mayor, Companhia de Cimentos de Moçambique, Cifel, Companhia de Seguros Mundial e Confiança, Consul. Mobeira, Organização Técnica de Investimentos Moçambicanos, Parceria Marítima de Xai-xai, Química Geral, Sociedade de Estudos e Investimentos, Somoques, etc. Ao grupo Abecassis pertenciam a Ermoque e a Lusalite de Moçambique e ao grupo Sá Alves, a Auto-Viação do Sul do Save, Centro Turístico de Moçambique, Silva e Monteiro Lda, Tempográfica, União Comercial de Moçambique, Empreendimentos Comerciais e Industriais de Moçambique, sobrauto, etc. Mas o engenheiro Jardim esteve ligado a açucareira de Moçambique, Notícias da Beira e Companhia Editora de Moçambique (TEMPO, 1976, p.54-55).

O jurista Domingos António Mascarenhas Arouca é descrito como uma figura que lutou contra o antifascismo e defensor da FRELIMO. Afinal, depois que deixou o Banco Nacional Ultramarino

88 PENCIL bombs in Lourenço Marques. Summary Of World Broadcasts (London),15 September 1975.

89 CLASH with reactionary elements in Mozambique. Summary Of World Broadcasts (London), 18 September 1975.

(BNU), em Março de 1965, foi eleito presidente do Centro Associativo dos Negros de Moçambique, e nessa qualidade trabalhou clandestinamente para instalação da IV Região Político-militar da FRELIMO nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, o que levou a prisão donde viria a sair apenas em 1973:

Depois do golpe de 25 de abril de 1974 Arouca passou a declarar publicamente sua fidelidade à Frelimo em entrevistas e discursos, reunidos no livro Discursos políticos. Acrescidos das peças fundamentais do Processo de Providência Extraordinária “Habeas Corpus”, publicado ainda em 1974. Porém, essa calorosa tentativa de reaproximação encontraria uma fria recepção por parte das principais lideranças do movimento (PEIXOTO; MENESES, 2013, p.100).

Domingos Arouca, apesar de ser simpatizante da FRELIMO, defendia a liberdade e era “cultor” da democracia. Em 1974, por discordância da linha política da FRELIMO, se recusou a integrar o governo de transição. Em setembro de 1976, anunciou a fundação da Frente Unida Democrática de Moçambique (FUMO), apresentando duras críticas à FRELIMO, denunciando o “cortejo de fuzilamentos, prisões em massa e abolição de todos os direitos humanos; tudo [feito] em nome da revolução socialista” (PEIXOTO; MENESES, 2013, p. 103). É verdade também que não podia mais continuar a explorar a plantação de coqueiros e, em Novembro de 1974, deixou o país (TEMPO, 1976, p. 56).

A situação sociopolítica estava conturbada e caracterizada por alianças e traições. Os ex-presos políticos tinham que “provar” conhecer e aceitar a linha ideológica da FRELIMO forjada durante a luta de libertação e/ou se sujeitar a reeducação. Nesse processo, houve muitos acusados de traição e, por isso, candidatos certos para fuzilamento, mas também dissidentes. Portanto, o que, em finais de 1975, eram ameaças de guerra e de agressões, a partir de 1976 vai ganhar mais consistência. As

tropas rodesianas supostamente em perseguição à guerrilha de nacionalistas negros invadiram várias vezes o país, bombardeando e destruindo vilas e aldeias transfronteiriças.

Estes atos acompanhados de infiltração dos chamados “agentes de Smith” obrigaram resposta por parte do governo de Moçambique. Em março de 1976, após uma reunião realizada em fevereiro, em Maputo, com os presidentes de Tanzânia, Botswana, Zâmbia e Moçambique, decidiu-se fechar as fronteiras, bloqueando todas as comunicações com a Rodésia. O objetivo era avançar com a implementação de sanções contra o regime ilegal, pôr fim aos ataques ao território de Moçambique e banir todas as comunicações com o país, incluindo as duas linhas férreas (Beira e Maputo). Entretanto, sendo estas linhas importantes na captação de divisas, a COMMONWEALTH prometeu até 13 milhões de libras à administração Machel para minimizar as perdas (PEEL, 1976).⁹⁰

Em 1976, o governo de Moçambique foi confrontado com aquilo que a FRELIMO chamou de “propaganda antigovernamental”. Na Rodésia foi instalada a Voz Da África Livre, uma emissora que transmitia para Moçambique mensagens em português e “línguas vernaculares”. Eis um dos slogans numa das transmissões em julho de 1976:

Esta é a Voz de África Livre, transmitindo para Moçambique [...] você está escutando a voz da africa livre em 300 metros da onda média [...] todas as noites entre as 20h00 e as 21h00 horas viemos aqui para levar a vocês nossa mensagem de liberdade [...] ouvintes em Moçambique uma boa noite! (SUMMARY OF WORLD BROADCASTS, 1976).⁹¹

Em dezembro de 1976, o governo, por meio de um comunicado do Ministério da Informação, fez denúncias contra a desinformação de que o país estava sofrendo por parte da imprensa internacional e as respetivas “manobras” imperialistas para impôr a guerra à Moçambique em nome das

90 PEEL, Q. “Mozambique closes border with Rhodesia”. *Financial Times* [London] 4 March 1976.

91 Anti-government broadcasts beamed to Mozambique. *Summary of World Broadcasts*, date unknown, early July 1976.

rivalidades entre os Estados Unidos e União Soviética. O governo desmentiu os rumores de uma possível revolta em Nampula e Cabo Delgado sob o comando de Lázaro Khavandame, detido nos campos de reeducação por traição. Na mesma sequência, foram desqualificadas as acusações segundo as quais Moçambique preparava um ataque à África do sul, e que dissidentes da FRELIMO realizavam ataques criminosos aos mercenários e forças racistas do regime ilegal em Salisbúria (MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO, 1976).⁹²

Não obstante estas desqualificações, por trás das emissões da Voz da África Livre, um conjunto de descontentes exilados e dissidentes da FRELIMO, sobretudo baseados na Rodésia e apoiados pelo regime, se organizavam para a insurreição armada em Moçambique. Em dezembro de 1976, uma mensagem sugestiva dizia: [*Dawn has broken; the birds are flying to the mountain*], ou seja, “já amanheceu, os pássaros estão voando para a montanha” (SUMMARY OF WORLD BROADCASTS, 1976).⁹³

Em 1977, as ações dos autoproclamados “combatentes da resistência” começavam a ter efeitos no território nacional. Em janeiro, a Voz da África Livre anunciou o início do conflito armado nos seguintes termos: [*The birds have arrived to the mountain; the fire is coming soon*], quer dizer, “as aves chegaram à montanha; em breve segue o fogo”.⁹⁴ A região montanhosa de Gorongosa mais tarde se tornou santuário da RENAMO. Os ataques da guerrilha da resistência se tornaram frequentes e, no princípio, as ações consistiam em assaltos a cidades e vilas, campos de concentração e na libertação de presos, explosão de instalações vitais e na entrega de “curtas mensagens” aos motoristas barrados nas estradas, com seguinte teor: “informem as pessoas em Lourenço Marques que estamos aqui” (RAMALHO, 1977, p. 57).⁹⁵

92 MINISTRY Of Information. Communiqué, 17 December 1976.

93 VOICE of Free Africa Announcement. *Summary Of World Broadcasts*. ME/5387, 11 December 1976, p.B/5.

94 VOICE of Free Africa Broadcast. Reported in *Summary of World Broadcasts*, 24 January 1977.

95 RAMALHO, J. “Mozambique: resistance fights for freedom from Frelimo”. *To the Point* [Johannesburg] 19 August 1977, p.57.

As ações da RENAMO obedeciam a um comando hierárquico. Segundo José Ramalho, em entrevista com diretor de operações da resistência (cujo nome não foi revelado), o líder era André Matadi, ex-comandante da FRELIMO durante a luta de libertação. Na hierarquia do movimento estavam outras figuras desertoras como Orlando Macamo, ex-Inspector da PIC, Afonso Marriceta Jacamo (Afonso Dhlakama), ex-oficial da FRELIMO no Niassa, Zeca António, ex-comandante de Batalhão das FPLM, e Lapson Manuel, ex-Vice-comandante, em Namaacha (RAMALHO, 1977, p. 57).⁹⁶

Em agosto de 1977, entre as principais ações, a resistência afundou uma embarcação na albufeira de Cahora Bassa, assaltou o campo de concentração de Sakudzi, perto de Gorongosa, libertando (1.200?) prisioneiros, realizou ataques na Vila Gouveia (atual Catandica), Guro, Chioca e Inhaminga; destruiu a estrada Mocuba a Quelimane e várias sabotagens no Centro de Telecomunicações de Chicualacuala e na Estação Ferroviária de Vila Pery (atual Chimoio), incluindo Maputo. Em outubro de 1978, a resistência reclamava presença em Changara, Zobué e Mutarara, na província de Tete; Sussundenga, Vandúzi, Dombe, Catandica, em Manica e; distrito de Massangena, em Gaza (RAMALHO, 1978, p.51).

Em 1979, a intensificação dos ataques foi confirmada pela FRELIMO. Em 24 de janeiro, o Comitê Político Permanente, na declaração que fizera em Maputo, confirmou o que se considerava “agressões e provocações” do imperialismo, recorrendo ao regime racista ilegal de Smith contra objetivos situados nas províncias de Tete, Manica, Sofala e Gaza:

O inimigo tem atacado com aviação, desembarcando tropas helitransportados, lançando paraquedistas, infiltrando grupos de mercenários e bandidos. Tem sido alvos das suas ações os meios de comunicação – vias férreas, estradas, pontes, linhas telefônicas, meios de transporte – comboios, autocarros de passageiros, camiões de

96 RAMALHO, J. “Mozambique: anti-Machel movement has some success”. *To the Point*, vol.7, n.43, 27 October 1978, p.51.

transporte, meios de produção – tratores, equipamentos agrícolas, instalações das FPLM – quartéis, armazéns tem sido bombardeadas por aviões a jato inimigos, bens e dinheiro das populações têm sido objetos de roubo, saques e destruição (FRELIMO, 1979, p. 32).⁹⁷

Na declaração, a FRELIMO também reconheceu que os ataques se estavam alastrando para as principais cidades e capitais provinciais. Assim, a declaração terminou apelando o reforço da vigilância contra os infiltrados e mobilizando a todos, não apenas para travar as ações do inimigo, mas para a reposição dos danos e/ou se reerguer das sabotagens efetuadas (FRELIMO, 1979, p. 33). Em finais de 1979, o rumo dos acontecimentos no campo diplomático e no teatro de operações parecia dar alento às FPLM e ao governo de Moçambique. Em outubro, o comandante militar da resistência, André Matade Matsangaissa, é morto em combate. Em abril de 1980, o Zimbábwe torna-se independente e, imediatamente, com o Primeiro-ministro Robert Mugabe, cessa o apoio logístico à RENAMO. Em 15 de fevereiro, a Voz da África Livre também deixou de emitir a partir de Salisbúria.

Com estes acontecimentos, a guerra também baixou de intensidade, dando lugar a uma espécie de interregno militar. Esta situação parecia apontar para o fim da RENAMO. Entretanto, com o fim do regime de Smith e a independência do Zimbábwe, a logística da RENAMO apenas foi transferida para África do sul. José Ramalho, no artigo de jornal “*Mozambique: anti-Machel resistance movement is far from dead*”, confirmou o fato.⁹⁸ Em maio de 1980, tornou-se público o relatório da morte de Matsangaissa e a substituição no comando por Afonso Dhlakama (STAR, 1980).⁹⁹

A 20 de maio de 1980, intensos confrontos entre a guerrilha da RENAMO e a FPLM provocaram uma onda de refugiados para a província zimbabweana de Manica Land e outros forçados a buscar

97 FRELIMO, Comité Político Permanente. Punir o inimigo: declaração do Comité Político Permanente. *Tempo* [Maputo]432, 14 Janeiro de 1979, p.32-33.

98 RAMALHO, J. Mozambique: anti-Machel resistance movement is far from dead. *To the Point* [Johannesburg], vol.9 n.18, 2 May 1980, p.19.

99 MBANGA, W. Mozambique insurgent commander killed. *Star* [Johannesburg], 22 May 1980.

refúgio em aldeias próximas de Espungabera (MBANGA, 1980).¹⁰⁰ Pela gravidade do assunto, a 24 de maio, Robert Mugabe e Samora Machel tiveram um encontro na cidade da Beira. Entretanto, sem muitos resultados, pois o número de refugiados em razão dos combates intensificou. A RENAMO estava também no processo de estabelecimento de bases em Moçambique e subsequente controle territorial.

A guerra causou prejuízos estimados em mais de 20 milhões de dólares (HANLON, 1997, p. 13). Só entre 1981 e 1983, os ataques militares da RENAMO saldaram-se na destruição de 140 aldeias, 840 escolas, 200 postos de saúde, 900 cantinas rurais e causaram milhares de mortos e centenas de milhões de dólares de prejuízo à economia moçambicana (ROESCH, 1992, p. 7). Várias seções do pipeline Beira-Umtali foram sendo destruídas (RAMALHO, 1981). Em janeiro de 1981, a linha de transporte de corrente elétrica para a África do Sul foi interrompida no Chimoio. Com uma participação de 15% na Hidroelétrica de Cahora Bassa, o governo teve um prejuízo de R149 mil randes dos pagamentos da ESCOM (PEEL; SMITH, 1981).¹⁰¹

No plano estabelecido numa reunião secreta em Lisboa, a RENAMO, segundo José Ramalho, pretendia “marchar em direção a Maputo”. Assim, com a intensificação dos ataques, viajar da Beira a Maputo era quase “uma sentença de morte” (RAMALHO, 1981).¹⁰² O condicionamento dos ataques da RENAMO e a instabilidade tinham impacto, não apenas na economia do país como também dificultava toda a organização sócio produtiva da população, tornando precários os sistemas de abastecimentos e de comercialização agrícola nas zonas rurais. A população rural foi obrigada a abandonar as suas terras, para refugiar-se nas cidades, mudar-se para países vizinhos e para zonas relativamente seguras do país (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 109; BARNES, 1998, p. 310; ALEXANDRE, 1999, p. 49).¹⁰³

¹⁰⁰ FRELIMO, MRM in heavy fighting. *Star* [Johannesburg], 20 May 1980.

¹⁰¹ PEEL, Q.; SMITH, D. Sabotage cuts power to lines in S[outh] Africa. *Financial Times* [London], 9 January 1981.

¹⁰² RAMALHO, J. “Rebel plan to march on Maputo”. *Star* [Johannesburg], 17 January 1981, p.12.

¹⁰³ Cerca de 1.6 milhões de habitantes foram obrigadas a refugiar-se em países vizinhos e 5 milhões deslocadas internamente (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p.109; BARNES, 1998,

À medida que os ataques da RENAMO se intensificavam, ficava cada vez mais claro o envolvimento e o apoio da África do sul nas operações de sabotagem. Os relatos e as evidências do envolvimento do regime apartheid chegavam de todos os lados (LIMA, 1981; FAUVET, 1981).¹⁰⁴ Em baixas infligidas à guerrilha da RENAMO era comum encontrar também “boers” sul-africanos. Em 1980, os capturados de guerra, a exemplo dos neutralizados na “Operação Leopardo”¹⁰⁵, em interrogatórios, deixaram evidências de envolvimento de brancos. Ademais, a documentação secreta recolhida no assalto das FPLM à base de Guarágua foi conclusiva sobre a agressão externa.

Em 1983, a guerra generalizou-se em Moçambique. A RENAMO mobilizou aproximadamente 5.000 a 6.000 homens e estabeleceu uma rede de várias centenas de campos em todo o país, desde as fronteiras ocidentais do Zimbábue e Malawi, as fronteiras da África do Sul e Suazilândia no extremo sul, passando por um terço do país para Nampula. A partir de abril de 1983, as incursões armadas da RENAMO atingiram Zambézia e Nampula. Quer dizer, segundo Paul Fauvet (1981), apesar do apoio logístico sul-africano a RENAMO conta com apoio interno, sobretudo de régulos e de líderes tradicionais, por exemplo, nas zonas de Mussorize e Sussundega e outras regiões onde a FRELIMO não tinha presença. Assim, a narrativa de “inocentes”, construída e utilizada pelos capturados devia merecer uma melhor análise (FAUVET, 1981).¹⁰⁶

Em 1984, o presidente Samora Machel, ao assinar os Acordos de Nkomati, pretendia evitar a continuidade das agressões e do apoio logístico da África do sul à guerrilha da RENAMO. Porém, a administração de Peter Botha também queria que Moçambique não continuasse a acolher os membros do ANC. Afinal, a perseguição aos membros do ANC, que, a partir de Maputo, planeavam ataques à África do sul, fora a razão para os bombardeamentos de outubro de 1983.

p.310; ALEXANDRE, 1999, p.49).

104 LIMA, F. Crônica: o MNR ou mais uma face da agressão. *Notícias* [Maputo], 2 Outubro de 1981.

105 A “Operação Leopardo” consistiu no assalto e desmantelamento, em princípios de 1980, de uma das maiores bases da RENAMO nas montanhas de Mussorize (Manica) pelas FPLM após os Acordos de Lancaster House que definiram o fim do regime de Smith e a independência do vizinho Zimbábue na tentativa de acabar com as ações de insurgência do grupo que acreditava estar fragilizado e sem apoio logístico (TEMPO, 1981, p.12).

106 FAUVET, P. Mozambique: the RNM's lingering war. *Africa Now* [London], October 1981.

Portanto, o alcance do acordo era impedir que qualquer dos países pudesse ser usado como uma base para o lançamento de ações militares contra o outro. Nesse sentido, o acordo foi um fracasso, pois os apoios da África do sul à RENAMO continuaram vigorosamente durante as conversações. Isto justifica também a intensidade dos ataques na época (MOZAMBICAN NOTES, 1984, p. 3).¹⁰⁷

As violações ao acordo se tornaram sistemáticas desde março de 1984. As forças de Defesa sul-africanas (SADF) continuaram a prover treinamento, equipamentos, armamento e mantimentos para a guerrilha da RENAMO. A interceptação de navios, barcos e aviões das SADF se tornou frequente em Moçambique (MOZAMBICAN NOTES, 1984, p. 3, 5).¹⁰⁸ Portanto, em 1985, a guerra tinha se tornado o pior pesadelo para a sobrevivência das populações em contexto de fome. Em todas as províncias a mídia nacional e estrangeira tinha como notícia o terror e as atrocidades da RENAMO.

Uma das características fundamentais do conflito nos seus últimos anos foram os saques e massacres (SANTOS, 1987, p. 24; DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE, 1987).¹⁰⁹ A RENAMO, no final de ano de 1987, causou os maiores massacres da guerra, particularmente nas províncias de Inhambane e Gaza. O massacre de Homoíne ainda permanece na memória de muitos (DE ARMIÑO, 1997, p. 37). Cerca de 380 pessoas (muitas mulheres e crianças pacientes no Hospital) foram assassinadas e outras raptadas pela guerrilha da RENAMO, lojas saqueadas e destruídas. As autoridades, tendo dados sobre a continuidade do reabastecimento militar sul-africano à guerrilha, responsabilizou o regime de Pretória. O então primeiro-ministro, Mário Machungo na visita que realizara ao falar do massacre lamentou dizendo: “boers não tem coração” (DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE, 1987).¹¹⁰

107 MNR Activity Continues During Talks. *Mozambican Notes*, 3, April-June 1984.

108 NKOMATI Accord: The violations. *Mozambican Notes*, 5, September 1985.

109 SANTOS, C. P. “Homoíne: o maior massacre da RENAMO”. *Cadernos do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, 101, Setembro 1987, p. 24; Bandidos armados cometem massacre em Homoíne; 380 pessoas no sábado assassinadas; doentes internados no hospital entre as vítimas. *Diário de Moçambique* [Beira], 22 July 1987.

110 BOERS não têm coração: Primeiro-Ministro Machungo ao falar do massacre de Homoíne. *Diário de Moçambique* [Beira], 25 July 1987.

A insustentabilidade do conflito nos finais dos anos 1980, no contexto da seca e fome (MUBAI, 2001), e a necessidade da RENAMO forçar psicologicamente o governo a negociar, em parte justificam esta tendência. Porém, os efeitos imediatos dos horrores para a vida diária da população foram a suspensão das redes de produção, de transporte e de comércio. Durante a década de 80, o despovoamento e abandono de zonas produtivas por excelência para as cidade e áreas consideradas mais seguras do país e no estrangeiro devido à guerra, associado a calamidades naturais, romperam com a estrutura produtiva existente, com o isolamento dos distritos e o esgotamento de reservas.

Um exemplo concreto, em 1986, por causa das dificuldades resultantes da guerra e calamidades naturais, a FRELIMO, em Maputo, recomendava que se redobrasse o esforço de mobilização e enquadramento das populações em aldeias comunais e em associações de produção. Mais ainda, em 1987, em Manica, mais de 284 mil pessoas sofriam os efeitos da guerra e, por conseguinte, duramente afetadas pela fome (NOTÍCIAS, 1986).¹¹¹ Joaquim Chissano, o então presidente da república, no seu discurso de abertura da 2ª Conferência Nacional do Partido FRELIMO, em 1988, reafirmou que:

As destruições físicas de infraestruturas económicas e sociais ao longo destes anos todos quase paralisaram a economia, colocando o País e o seu povo numa situação de dependência da ajuda internacional. O instrumento principal da agressão exterior é o banditismo. Considerou que, em consequência dessas destruições, o nosso País viu-se numa situação extremamente difícil, que obrigou à tomada de medidas de profundo alcance com o objectivo de criar condições para vencer a guerra e recuperar a economia (NOTÍCIAS, 1988).¹¹²

Neste sentido, a guerra teve efeitos adversos para a vida das populações. Contudo, a improdutividade devido a calamidades naturais e à frequente mobilidade e dispersão da população para zonas relativamente seguras provocou não somente concentrações, mas graves problemas de

111 PROVÍNCIA do Maputo: redobrar esforços para vencer a fome, recomenda Departamento de Economia do Partido. *Notícias*, Maputo, 22 Fevereiro 1986.

112 AGRESSÃO externa agrava flagelo da fome. *Notícias* [Maputo], 20 July 1988.

fome e desnutrição crônica. As situações de fome atrás reportadas e a queda do valor de aquisição das populações, sobretudo nas cidades, privaram milhares de pessoas de alimentos, precipitando o país para a crise. A gravidade da situação da fome levou com que a OXFAM-UK, uma organização humanitária admitisse, em Setembro de 1992, a hipótese de Moçambique atingir os níveis da Somália (SUNDAY TIMES, 1992, p. 11).¹¹³ As principais cidades (Maputo, Beira e Nampula), por causa da guerra e do estrangulamento das redes comerciais, desde 1981, apenas dependiam do abastecimento.

Diante da situação, o governo de Moçambique foi obrigado, de 1988 a 1991, a lançar apelos internacionais solicitando ajuda alimentar. Os doadores internacionais condicionaram a canalização e distribuição da ajuda aos afetados por organismos independentes do Estado e que as ONGI's teriam autorização para formar. A robustez financeira das ONGI's, concedida pelos doadores em detrimento da CENE e DPCCN, já enfraquecidas com a guerra, conferiu-lhes a força suficiente para assumirem, até durante a vigência da ONUMOZ, cerca de 80% das distribuições.

Portanto, a guerra, por causa dos seus efeitos devastadores em Moçambique, não só contribuiu para a destruição de infraestruturas sociais e econômicas, empobrecimento sistemático e prolongado das populações, como também permitiu que diversas instituições e organizações humanitárias estrangeiras operassem no país em socorro e alívio das vítimas, deslocados e refugiados. A atuação hegemônica das ONGI's em Moçambique está diretamente ligada à inoperância dos canais oficiais do Estado, já dilacerados pela guerra, e à necessidade de desburocratização dos mecanismos para atender a população afetada. Mais adiante, as atividades destas organizações serão descritas.

Programa de Reabilitação Econômica e Social

113 Sunday Times, [Johannesburg] 20 September 1992, p.11

À semelhança da guerra, o PRES contribuiu para a proliferação de ONGI's em Moçambique, sobretudo a partir de 1987. Nos princípios dos anos 1980, o país enfrentava dificuldades econômicas sérias. As calamidades naturais, os choques petrolíferos, reduziram drasticamente as receitas do país e, conseqüentemente, distorceu a balança de pagamentos. A Câmara das minas Sul-Africanas, revogando o Acordo de 1928, reduziu em cerca de 30% o recrutamento de mão de obra, uma fonte de receitas importante para o país (PLANK, 1993; CHRISTIE, 1996). A receita em divisas, obviamente decresceu, e milhares de mineiros moçambicanos caíram no desemprego.

No mesmo período, a ex-União Soviética, um dos principais doadores de corrente de vários fatores, reduziu o financiamento para o país na proporção de 10% anuais, durante a década 1980. No final da década 1970, o Governo de Moçambique opôs-se ao projeto Soviético de constituição de uma base militar na região Austral, sob o pretexto de conservação do oceano Índico como zona de paz e sem armas nucleares (PAIVA, 2010). Em resposta, a ex-União soviética recusou, entre 1980 e 1981, a entrada de Moçambique no COMECON, porém já estava em crise. Internamente, com o recrudescimento da guerra, os corredores da Beira, Maputo e Limpopo ficaram total ou parcialmente paralisados. Uma tendência de queda contínua na produção e produtividade e de subida das importações e da dívida externa eram os cenários verificados. “A dívida externa acumulada continuou a subir anualmente de 1.35 (1983) e atingiu 4.74 milhões de dólares, em 1990” (OPPENHEIMER, 2006, p. 35).

Esta situação de queda nos indicadores econômicos do país conduziu a vários debates no seio da FRELIMO. Era necessário readequar os quadros políticos e institucionais à economia de mercado e às vicissitudes da conjuntura internacional (KULIPOSSA, 1993 apud MAURI, 2013, p. 74). Porém, a ideia segundo a qual o modelo econômico vigente não era promissor sobressaiu durante o IV Congresso da FRELIMO, em 1984. Uma série de medidas foi tomada para inverter a tendência de queda de produção e de aumento de exportações. A redução e reorganização do setor estatal, a

distribuição da terra para o campesinato e para os privados, o apoio às cooperativas, às famílias e ao sector privado foram recomendações do Congresso ao Executivo.

Em 1985, como resultado das recomendações do congresso, o governo lançou as políticas de priorização regional; descentralização administrativa; liberalização da atividade comercial e alocação dos recursos com base no pragmatismo econômico e não na ideologia. Assim, em 1984, reativa-se a FACIM, visando incentivar o investimento privado na perspectiva de que se aumentem as exportações e/ou se substituam as importações do país. Este foi o prenúncio de abertura ao investimento externo, mas também de encorajamento para crescimento do setor privado. Paralelamente ao Programa de Distritos Prioritários (PDP), o governo também lançou o Programa de Redimensionamento Agrícola (PRA), visando parcelar cerca de 19.100 hectares para as famílias sem terra como forma de encorajar a produção no setor familiar (BOWEN, 1992, p. 262; PITCHER, 2002). A ofensiva política e organizacional dos anos 1980 e 1981, também voltou a ser relançada no ano de 1985 (PITCHER, 2002).

O governo de Moçambique precisava encontrar soluções para os problemas estruturais da economia. Assim, na frente externa, o país se lançou em negociações com o capital ocidental, solicitando ajuda financeira. Em 1984, as negociações com o Banco Mundial e, mais tarde, com o FMI, culminaram com o acordo sobre “a transição de uma economia centralizada para uma economia regulada pelo mercado” (DE ARMINO, 1997, p. 38; OPPENHEIMER, 2006). Entretanto, o país estava mergulhado numa guerra e a população dilacerada pela fome e pobreza. Isto significa que a eficácia da ajuda solicitada dependia de uma abordagem correta quer nos indicadores macroeconômicos quer no tecido social – as emergências e a dimensão social do ajustamento.

Em janeiro de 1987, iniciou em Moçambique o Programa de Ajustamento Estrutural, domesticamente conhecido como Programa de Reabilitação Econômica (PRE).¹¹⁴ O PRE não dependia somente da aprovação do Banco Mundial, mas também do FMI, e mediante determinadas restrições econômicas – a política de austeridade. Com a austeridade e as restrições apregoadas e impostas pelo FMI ao governo de Moçambique, esperava-se que as forças do mercado se expandissem rapidamente, dada a possibilidade que o setor privado tinha de aceder aos fluxos financeiros externos, sobretudo do Banco Mundial.

Em Moçambique, o ajustamento visava, entre outros aspectos, inverter o declínio na produção e restaurar um nível de consumo para toda a população; reduzir os desequilíbrios financeiros internos; estabelecer as condições para o regresso ao crescimento econômico; reintegrar os mercados oficiais e paralelos; restaurar a disciplina financeira nas relações com parceiros comerciais (BROCHMANN; OFSTAD 1990 apud OPPENHEIMER, 2006, p. 28). Estas instituições solicitavam que o Governo de Moçambique deixasse de intervir diretamente na economia, se não apenas para regulação. Ademais, devia permitir também que os preços dos produtos fossem determinados pelas forças do mercado.

Contudo, por conta da guerra e da degradação do cenário político não havia condições para que o reajustamento ocorresse sem sobressaltos. A degradação acentuada das condições de existência e o aumento da tensão social obrigaram que o Governo de Moçambique declarasse o Estado de emergência, em fevereiro de 1987. Na verdade, o estado de emergência foi o mecanismo encontrado para a mobilização de apoios junto da comunidade internacional para milhares de vítimas da fome num país vasto e amplamente destruído e dilacerado pela guerra (DE ARMIÑO, 1997, p. 38).

114 De acordo com Anne Pitcher (2002), em 1989, existiam três facções: (1) a que defendia a necessidade das reformas e o princípio do mercado; (2) a que preferia modificações, mas mantendo o socialismo; (3) a que estimulava o casamento entre políticos e comerciantes no contexto de mercado e investimento.

Em fevereiro, enquanto decorria o Estado de emergência, o executivo de Maputo lançou o primeiro apelo internacional, solicitando ajuda em Genebra. Entretanto, se justificando com discursos da ineficiência e ineficácia do Estado e de corrupção nas instituições do país (EGAN, 1991, p. 175), alguns países doadores, como os Estados Unidos e Reino Unido, exigiam que as emergências fossem canalizadas e/ou distribuídas pelas ONGI's de seus próprios países, a exemplo da CARE INTERNATIONAL, Save The Children Fund-UK e OXFAM-UK. Esta política permitiu que as ONGI's emergissem na implementação de diversos programas de ajuda e alívio à população afetada pelas catástrofes e pela guerra civil. Portanto, esta política contribuiu não só para que ONGI's de países ocidentais operassem no país, mas que os fluxos e os volumes de ajuda humanitária também aumentassem significativamente em Moçambique.

Sobre os fluxos de ajuda externa

Em Moçambique, a implementação do PRE criou condições para o aumento de fluxos financeiros do Ocidente. A ajuda externa aumentou de \$360 milhões de dólares, em 1985, para cerca de \$700 milhões, em 1987. Desde 1990, esta última aumentou em cerca de um (1) bilhão por ano (HANLON, 1997). Entre 1987-1991, a assistência à Moçambique pelos fundos do Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) da OECD superou o restante dos países da região juntos. De um total de \$651 milhões de dólares disponibilizados para região, em 1987, 43.7% foram canalizados para Moçambique. Em 1988, esta percentagem aumentou para 81.2%, de \$893 milhões de dólares disponíveis (PLANK, 1993, p. 408). Moçambique tornou-se maior beneficiário da ajuda externa da África Subsaariana até pelo menos 2004 (HANLON, 1997, p. 16; DE RENZIO; HANLON, 2009).

Existem disparidades entre os dados da OECD, PNUD, Banco Mundial e UNCTAD sobre os fluxos de ajuda para Moçambique, porém todos indicam para um significativo aumento desde 1985 (HANLON, 1997). Um dado interessante é que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que esteve aos \$70 milhões, em 1976, atingiu, em 1991, os \$1.079 milhões, correspondendo a \$6.556 milhões de dólares em 16 anos. Nos dez anos da experiência socialista, a média anual foi de \$140 milhões de dólares. Os principais doadores nos primeiros dez anos da independência eram os Países Baixos e a Escandinávia (Noruega, Suécia, Finlândia). Entretanto, com mudanças políticas internamente efetuadas, a partir de 1984, a média anual da ajuda externa duplicou em \$320 milhões de dólares. Os doadores também diversificaram, passando a figurar da lista os Estados Unidos, a Itália e a então Comissão Econômica Europeia. Este valor, no período do PRE, ascendeu para \$894 milhões de dólares anuais.

Durante o período de 1988-1991, o FMI injetou um montante de \$24 milhões de dólares anuais e o Banco Mundial cerca de \$53 milhões de dólares. A assistência líquida do COMECON também continuou até 1989, altura em que a comunidade entrou em colapso (HANLON, 1997, p. 396; OPPENHEIMER, 2006, p. 32). Durante o período entre a assinatura do AGP e a realização das eleições de 1994, os fluxos de ajuda internacional chegaram a cobrir cerca de 80% do Produto Interno Bruto. Estes dados são reveladores da extrema dependência externa do país, entre 1984 a 1995. Em 1990, cerca 90% população vivia abaixo da linha da pobreza, dos quais cerca de 60% em pobreza absoluta. A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) era a segunda mais alta no mundo. Adicionalmente, por conta da guerra e das calamidades naturais, cerca de 90% dos cereais (755.000 toneladas) eram provenientes da ajuda (MOZAMBIQUE INTERNATIONAL APPEAL, 1991).¹¹⁵

Em 1991, este cenário obrigou o governo a redirecionar os esforços da ajuda externa para a assistência emergencial e humanitária, de modo a aliviar os cerca 1.5 milhões de afetados (EGAN, 1991, p. 175). Neste contexto, em Moçambique, mais de 200 ONGI's estavam em operações até

115 Mozambique International Appeal, 1990/1991.

1992. Este número ascendeu para mais de 300 durante a vigência da ONUMOZ. Neste período de pacificação, os doadores externos privilegiaram e deram mais suporte para atuação das ONGI's envolvidas nas operações de ajuda humanitária. A abertura política a partir de 1990 foi crucial ao permitir que organizações e associações legalmente participassem da vida política nacional.

De fato, os fluxos de ajuda recebidos no país durante a segunda metade da década 80 e princípios dos anos 90 foram essencialmente em doações humanitárias e para o financiamento de pequenos projetos, cujas ONGI's tinham liberdade para aplicar. O apoio direto ao Orçamento do Estado foi pela via programática previamente concertada com os doadores, o que teve pouco impacto para no desenvolvimento de Moçambique.

Impacto da ajuda financeira externa

A ajuda financeira externa e as medidas restritivas da reabilitação econômica, por causa da guerra e dos condicionamentos resultantes das calamidades naturais, tiveram pouco impacto para os setores produtivos. As políticas socialistas aprimoradas no III CONGRESSO da FRELIMO, em 1977, tinham permitido a distorção da cadeia produtiva nacional e do mercado interno de produtos. Com a decisão política de redistribuir os investimentos agrícolas nas Empresas Estatais, o campesinato, as cooperativas agrícolas e o setor familiar foram praticamente excluídos do processo, ao não se beneficiar de incentivos do Estado.

Nos primeiros anos da vigência do PRE, alguns objetivos macroeconômicos foram alcançados. Em 1990, os preços e a moeda estavam desvalorizados, o mercado unificado e revertida a tendência de declínio da produção (BOWEN, 1992, p. 263). Entretanto, como efeitos da guerra, as populações continuavam deslocadas e, também, destruídas as vias de acesso para as zonas de produção. As

zonas produtivas, com o recrudescimento da guerra em finais da década 80, estavam literalmente isoladas, se tornando difícil a disponibilização atempada dos inputs produtivos. Isto exacerbou as desigualdades sociais e regionais, na medida em que distorceu a cadeia de produção. Igualmente, as empresas privadas continuaram a produzir para mercado externo, enquanto o setor industrial estava pressionado pelas cidades e separado do interior pela guerra.

No contexto do Sistema Nacional de Abastecimento (SNA), a ajuda em produtos teve também implicações na produção e no mercado interno (OPPENHEIMER, 2006, p. 45). Em relação ao mercado, foram verificadas distorções, pois os bens e os produtos doados também entravam no circuito do mercado paralelo e da especulação – a *candongagem*. Como resultado destas distorções, em 1990, o Produto Interno Bruto cresceu somente 1% contra os 5% dos anteriores três anos. A balança de pagamentos se deteriorou em 15% e o valor das exportações planejado de 7% não foi atingido, se situando apenas nos 4%. Em 1990, também a inflação subiu para 40% contra os 30% de 1989 (BOWEN, 1992, p.263).

A liberalização dos mercados e dos preços, devido às restrições impostas pela guerra, abriu portas para mercados paralelos, competição e corrupção. A redução dos subsídios fez emergir a “*candongagem*”. Em 1988, o SNA fornecia cabaz de bens provenientes da ajuda externa a preços subvencionados. Porém, porque as Cooperativas de consumo já não conseguiam escoar os produtos, estes passavam a ser canalizados para os mercados da “*candongagem*”, com lucros avultados devido a preços especulativos. Enquanto a CENE e a DPCCN se constituíram em órgãos de Estado para gestão e distribuição de produtos alimentares, desde 1987 estima-se que 75% dos produtos alimentares foram distribuídos para o mercado “negro” (OPPENHEIMER, 2006, p. 46).¹¹⁶

Durante os primeiros três anos da reabilitação econômica e social, muitas empresas fecharam devido à inundação do mercado com os bens e produtos de doação externa e muitos trabalhadores

¹¹⁶ O sistema compreendia funcionários ferro portuários, militares e milícias nos portos (10%); pelos governantes nos armazéns paraestatais (50%) e finalmente por retalhistas e NSA (15%) (OPPENHEIMER, 2006, p. 46).

foram para desemprego nas principais cidades. A vida nas cidades se tornou cada vez mais difícil. Em 1993, os preços de produtos alimentares subiram entre 200 a 600%. Com a liberalização, parte dos esforços da SADC de reduzir a dependência em relação à África do sul estava comprometida. Em Moçambique, em 1990, o capital sul-africano estava em quarta posição, apenas atrás do Reino Unido, dos Estados Unidos e da Holanda. A África do Sul estava com projetos avaliados em cerca de \$7.9 milhões de dólares, na reabilitação do setor de transporte ferro portuário. Estes capitais ascenderam com o processo de venda e privatização de empresas estatais, em 1991 (BOWEN, 1992; OPPENHEIMER, 2006).

Portanto, não obstante os fluxos de ajuda externa recebidos no contexto do PRES em Moçambique, os níveis de produção e reprodução da pobreza prevaleceram. A vulnerabilidade rural e urbana continuou a caracterizar as famílias, sobretudo com os cortes impostos aos serviços sociais com o recuo no investimento do Estado. As ONGI's foram também orientando suas atividades em áreas não humanitárias e/ou tradicionalmente da competência do Estado através do governo que o representa. Por exemplo, em 1990, com a abertura constitucional, a degradação generalizada das condições de vida deu lugar à militância sindical dos trabalhadores. A partir desta altura, as algumas ONGI's apoiaram na organização de trabalhadores em sindicatos aos desmobilizados de guerra e desempregados, num esforço de edificação da atual sociedade civil moçambicana (BOWEN, 1991; PITCHER, 2002, p. 53).

Estes cenários, a partir de 1991, causaram a substituição desordenada do Estado pelo capital privado internacional, doadores e pelas ONGI's. Contudo, entre 1992 e 1997, as despesas do Estado foram transferidas para a cooperação que trabalhava, lado a lado, com as Agências de Desenvolvimento Internacional dos países doadores do ocidente. Ao fazer adjudicações diretas, os doadores não evitaram que as ONGI's substituíssem as instituições do Estado. As ONG's implementaram projetos de reabilitação de escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água, reabertura e reparação de estradas e pontes em vários distritos.

A substituição das DPCCN pelas ONGI's começou em 1991/92, altura em que o aumento do volume da ajuda ultrapassou a capacidade de distribuição dilacerada pela guerra das DPCCN, passando de 150.000 para 310.000 toneladas. A França, a Inglaterra e os Estados Unidos exigiam que as suas subvenções chegassem diretamente ao grupo-alvo. A distribuição devia ser feita por estruturas paralelas e separadas do Estado e as ONG's tinham autorização para formá-las (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 111). Em 1991, considerando-se as implicações dos desvios, atrasos e da ineficiência das DPCCN na alocação das emergências, um estudo chegou a recomendar a privatização ou o recurso a ONGI's para a distribuição de ajuda alimentar a todos os níveis (GEBAUER, 1991, p. 25).

Em 1993, como forma de reduzir as perdas no transporte e armazenamento e a exclusão das populações nas zonas sob o controle da RENAMO, o processo de distribuição da ajuda de emergência tinha a seguinte estrutura: 30% canalizada pela UNILOG/PMA, 30% por ONG's e 40% pelas DPCCN. Entretanto, esta capacidade do DPCCN em consequência dos constantes desvios e da corrupção, também foi alterada, em 1994, altura em que 80% da ajuda externa recebida passou a ser canalizada pelas ONGI's. Assim, durante o período da vigência da ONUMOZ, as ONGI's canalizaram 64% dos fundos para a saúde, 57% para água, 67% para o setor da educação, 46% para agricultura e 79% dos fundos para projetos multissetoriais (BARNES, 1998).

As ONGI's beneficiando-se do contexto e dos privilégios na relação com os doadores ocuparam gradualmente o “vazio” entre mercado e o Estado, abrindo um período de reconstrução e reabilitação hegemônica em Moçambique (COSTY, 2000). É verdade que, até por volta de 1990, segundo Abrahamsson e Nilsson (1994), a Cruz Vermelha Internacional, Visão Mundial, Caritas, OXFAM e a Medicus Sans Frontier (MSF) eram as mais influentes. Entretanto, com a nova constituição e a subsequente aprovação da Lei 8/91 de 18 de julho, que estabelecia os princípios da liberdade de associação, constituição e funcionamento de grupos associativos, outras organizações apareceram em Moçambique.

A pacificação, reabilitação e reconstrução nacional e a democratização do país implicaram o envolvimento de múltiplas organizações como a Care International, ACTION AID, Help Adge, World Relief, HANDICAP, WATER AID, Save The Children-UK e Save The Children-US, SOS, Comunidade de Santo Egídio, Helvetas, LWF, SNV, VSO, Trocaire, CONCERN, ACORD, IBIS Denmark, German Agrariam Action, África-Sweden Group, Diakonia, CUSO, entre outras (ADALIMA, 2006, p. 29).

Por conta da rápida multiplicação do setor das ONG's em Moçambique, a partir de 1991, em 1993 o Ministério da Cooperação solicitou a criação da LINK, uma rede destas organizações para melhor articulação na perseguição dos objetivos de desenvolvimento socioeconômica do país. Afinal, em 1992, a guerra dos 16 anos chegou ao fim com a assinatura do AGP, e o país se preparava para a inauguração do multipartidarismo, que pressupunha a pacificação e a realização de eleições, condições prementes para a satisfação dos condicionalismos das instituições da Bretton Woods – a liberalização econômica e a democratização do sistema político (HANLON, 1997; ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Entretanto, antes das eleições, existiam outras áreas de preparação. Na área de pacificação, desmobilização, desmilitarização e reintegração (DDR), as ONGI's trabalharam com a ONUMOZ, uma missão complexa na logística e financeiramente robusta, chegando a gastar diariamente cerca de \$1 milhão de dólares. Em 1994, as ONGI's receberam financiamentos para participar nas primeiras eleições multipartidárias, mobilizando e sensibilizando as populações sobre a importância do escrutínio. Nos anos seguintes, as dotações financeiras para a assistência democrática cresceram, integrando áreas de direitos humanos, corrupção, descentralização, mídia e redução de pobreza (ADALIMA, 2006, p. 31).

Em Moçambique, as ONGI's, no cenário socioeconômico doméstico, são conhecidas como provedoras de serviços, principalmente para as zonas rurais remotas, onde as instituições do Estado

não chegam e/ou têm pouco alcance. Todavia, uma das áreas em que ONGI's mais se envolveram foi o financiamento da atividade de ONG'S locais (estabelecimento e funcionamento), na crença de contribuir para o fortalecimento da sociedade civil dada a capacidade para mobilização e engajamento múltiplos. Isto é, adotaram a advocacia, cujo objetivo é reconfigurar as relações de poder local, assegurando que grupos marginalizados tenham oportunidades de exigir a prestação de contas dos lideranças (ARNALL et all, 2013, p. 307).

Esta lógica dos doadores e, particularmente das ONGI's, criou vários problemas no país. A preferência dos doadores em canalizar os fundos diretamente para as ONGI's e seus projetos enfraqueceu a capacidade do Estado. O Estado que não dispunha de fundos para o Orçamento Geral, beneficiando apenas de apoios programáticos dos parceiros, dificilmente conseguiu desenhar e realizar os seus planos de desenvolvimento. Contrariamente, as ONGI's, usando da sua capacidade financeira e da posição hegemônica em relação a um Estado deveras debilitado com a guerra, exacerbaram o tradicional paternalismo (ADALIMA, 2020). As ONGI's, usando da reputação infringida no contexto neoliberal, se transformaram em “fiéis depositárias” e em organizações conhecedoras da realidade das populações, e, portanto, mais “esclarecidas” sobre os problemas e respectivas soluções (KAMAT, 2004; KUDVA, 2005). Entretanto, a partir de 1997, a crença de que as ONG's constituíam a solução “moderna” e eficaz para os problemas das comunidades caiu por terra. Ao se constatar que a pobreza aumentou em Moçambique, após anos de intervenção externa, a cooperação se obrigava não apenas a partilhar com o executivo os fracassos do PRES, mas também se engajando em busca de soluções práticas.

Em 1998, o decreto 55/98, de 13 de outubro, veio a conformar a atuação das ONGI's com as prioridades e planos de desenvolvimento nacional, nomeadamente nos domínios de educação, saúde, abastecimento de água e transferência de conhecimentos e tecnologias em áreas rurais e periurbanas (ver: artigo 2). Ou seja, a autorização para atuação em Moçambique estava dependente não apenas do visto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, mas também do órgão

central de tutela (ver: artigo 5). Portanto, às ONGI's estava vedada a realização e promoção de atividades de natureza política e sua atuação devia se primar pela sustentabilidade, o que as obrigava a firmar parcerias com ONG's nacionais. Contudo, se estas medidas promoveram a reorganização e re planificação na atuação e mudança de postura, muitas distorções associadas à presença das ONGI's prevaleceram.

Houve, em grande medida, a fuga de quadros da administração pública para as agências internacionais, ONGI's e empresas do setor privado, regra geral, com capacidades para proporcionar melhores salários e remunerações. Entretanto, porque estes quadros constituíam o produto de um investimento a médio e longo prazos, uma vez cooptados pelas ONGI's, muitos setores ficavam desestruturados e o desempenho na administração pública de baixo performance. Isto tinha graves implicações no sucesso das reformas administrativas necessárias para modernizar o Estado e os setores de saúde e educação foram os mais afetados. Estes problemas concorreram para a erosão da qualidade dos serviços oferecidos nos setores públicos a todos os níveis e as ONGI's se transformaram em principais centros de recursos para diferentes problemas que afetavam o Estado (DE ARMIÑO, 1997; PFEIFFER, 2003).

A cultura da dependência, não apenas no período que se seguiu à pacificação do país, mas também por conta das calamidades naturais cíclicas, constituiu um entrave ao desenvolvimento socioeconômico. As ONGI's chegam a atuar por mais de 30 anos nas comunidades. A presença cíclica e prolongada das ONGI's, à semelhança do que foi demonstrado nos distritos de Chókwè (Gaza) e Morrumbala (Zambézia), promovem o desengajamento e desmobilização das populações nas atividades produtivas e outras iniciativas de trabalho (MCKAY, 2012; RAIMUNDO, 2020). Ademais, segundo demonstraram Alex Arnall, David Thomas, Chasca Twyman and Diana Liverman (2013), nas localidades de Chicomo na Manhiça e Jofani no Chókwe, a atuação das ONGI's pode permitir que o desenvolvimento comunitário, apenas beneficie os líderes em

detrimento da maioria da população, portanto exacerbando as desigualdades sociais, as diferenças e a exclusão política dos concorrentes.

Considerações finais

A proliferação de ONGI's em Moçambique resultou da interação de vários factores combinados às políticas do período que se seguiu à independência. A centralização das decisões políticas e econômicas e a definição da FRELIMO como partido de vanguarda não permitiram assegurar um crescimento econômico. A centralização, ao promover a socialização do campo, a coletivização da produção, bem como nacionalizações de empreendimentos particulares, desestimulou a produção e desengajou uma parte considerável da sociedade, atuando no setor privado em franco crescimento na época.

O resultado foi que os níveis de produção global reduziram drasticamente. Em 1983, as políticas se mostravam avessas à dinamização da economia do país. Ou seja, não obstante avanço na expansão do setor educativo e de cuidados de saúde primária, não foi possível reverter a tendência de produção e de exportação para os níveis anteriores a 1974. Igualmente, as políticas geraram não apenas o êxodo de empreendedores, mas também dissidência e oposição ao regime, que supostamente justificam a guerra civil que, de entre vários prejuízos, trouxe a inviabilização da agenda de desenvolvimento nacional.

A ineficácia das políticas internas, combinadas às calamidades naturais, à guerra e ao PRES foram fatores determinantes para a proliferação de ONGI's em Moçambique. Os problemas criados pela guerra ao longo dos 16 anos, a ocorrência cíclica de calamidades naturais, juntos com a implementação do PRES, a partir de 1987, permitiram que, no contexto das emergências, centenas

de ONGI's conduzissem uma série de programas de emergência, reconstrução e de reabilitação para populações afetadas. E, a partir de 1998, as ONGI's participaram do desenvolvimento, realizando projetos nas áreas de saúde e educação, água e saneamento, transferência de conhecimentos e tecnologias.

Portanto, a partir de 1984, a crise política e econômica interna e a necessidade de reversão combinados à conjuntura internacional conduziram à liberalização econômica do país, principal móbil da presença de ONGI's em Moçambique. Um fluxo de recursos financeiros de países ocidentais foi drenado ao país através de instituições bilaterais e multilaterais e de organizações não governamentais, estas últimas preferenciais para canalização de ajuda dos doadores aos afetados pela fome. No capítulo que se segue, a atuação das ONGI's no cenário de emergências, na reconstrução e reabilitação pós-guerra, é descrita com mais minúcia, verticalizando nossa análise a casos particulares de atuação das organizações internacionais.

CAPÍTULO IV

ONGI'S EM OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

No capítulo anterior foram abordados os fatores para a emergência de ONGI's no cenário de ajuda em Moçambique. Na sequência, a guerra que opôs o Governo da FRELIMO e a RENAMO e as calamidades naturais cíclicas, combinadas à fraca capacidade de resposta da economia nacional aos choques externos, no princípio da década de 1980, também foram questões correlatas à crise vivida em Moçambique. As necessidades do país, durante este período, jamais foram supridos ao nível da COMECON, principal plataforma de cooperação da URSS. Contrariamente, a organização reduziu, consideravelmente os fluxos de ajuda a Moçambique (HANLON, 1997, p. 15). A ajuda bilateral com países do leste europeu prevaleceu. Entretanto, sem cobrir as necessidades do país (com produção paralisada e/ou estacionária e com exportações reduzidas), cada vez maiores e dependentes de ajuda humanitária. Aqui, a ajuda ocidental foi determinante.

Em 1983, após o IV Congresso da FRELIMO, “defender a pátria, eliminar o subdesenvolvimento e construir o socialismo” além de ser tornado uma “tarefa de todos moçambicanos”, o governo devia trabalhar na reorientação da sua política externa do país. Além de reforçar as relações com os países socialistas, “aliados naturais”, se tornava necessário também “reforçar as relações de amizade e cooperação com todos os países do mundo” (FRELIMO, 1983, p.32). A pacificação, como estratégia de desenvolvimento do país, implicava o desanuviamento das tensões na África Austral, mas, sobretudo da coexistência e cooperação entre todos os estados (FRELIMO, 1983, p.33). Estes foram os fundamentos para mais aproximação com os países ocidentais, a partir deste período.

Em 1982, com adesão às Convenções de Lomé, o país tinha ligações econômicas com o bloco Europeu (CEE). Os acordos com o Banco Mundial e FMI, em 1984 e 1985, respetivamente,

alargaram o âmbito e deram mais substância às relações com o ocidente. Em 1987, teve início o pacote de ajustamento estrutural (PRE), significando que Moçambique se abria para uma economia de mercado. Por outras palavras, o país se tornava elegível para ajuda e investimentos de países e instituições ocidentais, à luz do plasmado no DECRETO 6/84 de 19 de setembro, mormente a interação econômica com organizações multilaterais.¹¹⁷ Portanto, Moçambique, gradualmente, se torna um destino de ajuda bilateral e multilateral ocidental. Todavia, a dimensão humanitária da ajuda ocidental para com os milhares de afetados pela guerra e calamidades naturais, por conta das políticas dos doadores, dificuldades inerentes à cadeia de distribuição e especificidades do país, foi sendo confiada a ONGI's, exclusivamente ocidentais, como veremos adiante.

Este capítulo descreve as atividades das ONGI's em Moçambique no contexto da crise econômica provocada, sobretudo pela guerra e calamidades naturais. Com base em artigos do jornal *Notícias*, é analisada a contribuição das ONGI's no âmbito programas de emergência visando socorrer milhares de moçambicanos, ciclicamente afetados pela fome em Moçambique. Argumenta-se que a “proliferação” de ONGI's, a partir de 1983, tem que ver, não apenas com questões de solidariedade internacional e/ou da atividade filantrópica e humanitária, mas, também com os condicionalismos das IFI's como requisitos para atrair ajuda ocidental. Os países doadores, também exigiam às autoridades que, no âmbito dos Apelos Internacionais lançados pelo governo de Moçambique, suas subvenções deviam ser canalizadas por entidades e/ou organismos independentes do estado (HANLON, 1997). A partir daqui, é inquestionável a hegemonia das ONGI's e outras organizações ocidentais como ‘novos atores’ na provisão dos serviços básicos que, *a priori*, fazem parte das responsabilidades do Estado. Mas o período coincide com o avanço global da política neoliberal. Em Moçambique, à semelhança de outros países intervencionados pelas IFI's, o “mercado”

117 MOÇAMBIQUE. *Decreto 6/84 de 19 de setembro*. Autoriza a República Popular de Moçambique a subscrever os Acordos relativos ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, à Sociedade Financeira Internacional e à Associação Internacional de Desenvolvimento, e confere poderes ao Ministro das Finanças para praticar os atos que sejam requeridos para admissão naquelas Organizações. Maputo: Imprensa Nacional, 1984, I série, n.38.

ofereceria as respostas necessárias para todos os aspetos da vida. Os Estados deveriam ser reduzidos ao mero papel de reguladores. Daqui, resulta porém que, em finais dos anos 1970 e princípios de 1980, expandir e controlar mercados se torne imperativo da Nova Ordem Económica Internacional. Os países capitalistas ocidentais viam no reajustamento das economias da região (e de Moçambique), não apenas como medidas de resgate económico, mas uma oportunidade para o avanço do capitalismo numa área tradicionalmente de influência da URSS. Assim, da análise feita, as ONGI's em Moçambique, também se constituem como “aliadas” do processo de neoliberalização e do avanço do capitalismo ocidental na região e, não como instituições mais eficazes que o Estado. Segundo mostram os dados, as suas atividades muitas vezes traduziram a política externa dos países de origem e/ou vontade dos doadores, daí a atuação que lhes foi característica, em Moçambique, como concorrentes e/ou se apresentando como alternativas do estado na provisão de serviços básicos a população.

ONGI'S EM OPERAÇÕES DE AJUDA:

A fome de 1983 e os programas de emergência em Moçambique

A crescente participação das ONGI's em intervenções de emergências em Moçambique, a partir de 1983, é resultante do apelo internacional do governo. Em janeiro de 1983, a generalização da fome em Moçambique, em face de prolongadas secas e queda na produção de cereais, fez o governo solicitar junto da Comunidade Internacional ajuda de emergência. Afinal, devido aos efeitos da seca, a África Austral produziu, em 1982, menos cereais, registando uma queda em dezessete por cento. Todavia, fontes das Nações Unidas indicavam um aumento de dois por cento na produção global de cereais (NOTÍCIAS, 2/02/1983).

A resposta da Comunidade Internacional e, obviamente, das ONGI's também, não tardou. Em fevereiro de 1983, a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), despachou John O'Rourke e Ricard Appodaca para se inteirar da situação em Moçambique. Em Maputo, na companhia dos Encarregados de Negócios das embaixadas dos EUA, RFA e do 1º Secretário da Embaixada da França, visitaram as províncias de Maputo (Moamba) e Gaza, no sul do país e Nampula, na região norte. Um projeto de ajuda alimentar dos EUA estava em estudo. Em Maputo, os enviados da AID reuniram com Marcelo de Andrade, diretor de Planificação e a Direção de Economia do Ministério do Comércio Interno para aferir a situação provocada pela seca prolongada no sul do país, mas, também aferir a utilização dos produtos já oferecidos pelos EUA. Em 1982, o governo americano tinha se comprometido a entregar vinte mil toneladas de cereais, nomeadamente de arroz e trigo. De fato, em dezembro, foram recebidas dez toneladas, em Maputo. Em Julho de 1983, o governo de Moçambique recebeu mais quatro mil toneladas e as restantes quantidades chegaram nos meses seguintes (NOTÍCIAS, 2/07/1983).

Os EUA, desde os princípios da década de 1980, se mostravam mais proativos e se configuravam no maior doador de cereais do país. Porém, outros países e organizações também atuaram solidariamente no país, inclusivamente apoiando o partido-Estado. Em apoio às vítimas da seca, Orlando Pandrini, do Instituto de Estudos Políticos para América Latina e África (IEPALA) entregou a Aranda da Silva, ministro do Comércio Interno, trinta mil dólares. Em apoio ao IV Congresso, a Liga das Cooperativas Italianas e IEPALA entregaram, também a Jorge Rebelo, Secretário do Comité Central para o Trabalho Ideológico da FRELIMO, uma contribuição monetária no valor de 11.790 e 1.100 dólares, respetivamente (NOTÍCIAS, 9/02/1983).

A ajuda alimentar para as vítimas da seca era posta à disposição dos afetados pelas calamidades através DPCCN, entidade oficial do Estado, criada para o efeito. Assim, em fevereiro de 1983, através da DPCCN foram distribuídos às vítimas da seca nos distritos de Momba, Nacala e Eráti, em Nampula, 11 mil toneladas de milho oferecidas pelo PMA. Os Centros de Reabilitação de Vítimas

de Neuropatia, em Memba, também beneficiaram de camas (50), mantas e vestuário. A distribuição destes donativos precisou o reforço da CVM que, para o efeito, ofereceu catorze tratores ao DPCCN (NOTÍCIAS, 18/02/1983).

A Dinamarca, Áustria, Holanda, RFA e Inglaterra, países do Conselho Económico Europeu (CEE), também se juntaram para dar resposta ao apelo do Governo de Moçambique para ajuda alimentar de emergência. Organizações como Caritas da RFA, PMA e FAO, também o fizeram. Em abril de 1983, as primeiras ofertas de milho começavam a ser distribuídas (NOTÍCIAS, 12/04/1983). Antes porém, ao abrigo de um acordo de junho de 1982, o governo da Itália entregou em Maputo, a 17 de fevereiro, sete mil toneladas de Arroz (NOTÍCIAS, 18/02/1983)¹¹⁸. Mas, o fato de a ONU ter decretado emergência alimentar para o “terceiro Mundo”, em março de 1983, conferiu mais ímpeto, impulsionando o engajamento dos doadores. Na sequência, a FAO e o PMA, também decidiram enviar uma ajuda alimentar de emergência a vários países africanos e Moçambique foi um dos contemplados (NOTÍCIAS, 12/03/1983). Em julho de 1983, num encontro em Maputo, onde participaram a UNICEF e a OMS, a FAO anunciou aumento da ajuda alimentar destinada para Moçambique, em cinco mil toneladas de milho, concedida através do PMA, para as vítimas da seca em Moçambique (NOTÍCIAS, 8/07/1983). O anúncio foi feito na presença de representantes da CICV, LWF, CARITAS, CCM, Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e Conselho Islâmico de Moçambique, na época, também organizações parceiras das Nações Unidas.

Em finais de Março de 1983, a Comunidade Internacional tinha já colocado, à disposição do governo de Moçambique, mais de 14 mil toneladas de milho. Segundo a DPCCN, quarenta e seis (46) toneladas do referido produto já tinham chegado ao país. A remessa continha duzentas toneladas de leite em pó e dez de óleo e manteiga destinadas às vítimas da seca no país (NOTÍCIAS, 22/03/1983). Os EUA, através de um acordo assinado em Maputo, em 5 de abril de 1983, voltaram a assegurar para o país, pouco mais de vinte e três mil (23.250) toneladas de milho,

¹¹⁸ A oferta contemplava também 40 toneladas de feijão nhemba, peixe seco, grandes quantidades de farinha e óleo alimentar.

arroz e leite em pó, destinados a apoiar, também as vítimas da seca nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane (NOTÍCIAS, 6/04/1983).

Em Maputo, tinha já arrancado o processo de distribuição de quinze mil toneladas de milho oferecido pelo PMA, nos distritos de Moamba e Magude, através DPCCN e o Ministério de Comércio Interno. Nestes distritos, a seca chegou a matar 50 cabeças de gado, diariamente. O embaixador da Espanha, Álvaro Castillo, constatou o drama na visita realizada às localidades de Regue e Sabié, fato reconhecido durante a sua recepção pelo então governador de Maputo, Major-general José Moiane (NOTÍCIAS, 14/04/1983). As províncias de Gaza e Inhambane, de acordo com fontes do DPCCN, citadas pelo *Notícias*, aguardavam, além de cereais e leite americano (NOTÍCIAS, 7/10/1983)¹¹⁹, outras quantidades de cereais doadas pela LWF, do Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e pela Liga das Sociedades da Cruz Vermelha Internacional (NOTÍCIAS, 7/04/1983).

Ainda no mês de abril, o PMA estabeleceu com o governo de Moçambique um programa de extensão do projeto de apoio alimentar, no valor de 16 milhões de dólares, para assistência aos centros internato primários no país, por um período de três anos. Ao abrigo do projeto, o PMA assegurava o fornecimento de alimentos para cento e quarenta centros primários, em todo país, com o objetivo de expandir e melhorar a educação nas escolas primárias rurais e complementar a alimentação fornecida pelo governo aos alunos que frequentam os referidos centros (NOTÍCIAS, 13/04/1983). Em outubro do mesmo ano, o PMA também disponibilizou ao país outras quase nove mil toneladas de milho, equivalentes a um milhão e duzentos mil dólares, para serem distribuídas a cento e quarenta mil pessoas afetadas pela seca, durante sete meses (NOTÍCIAS, 17/10/1983).

119 Mas, Gaza também receberia mais apoio de emergência dos EUA, segundo assegurou o encarregado de negócio da embaixada em Maputo, Jeffrey V.F. Millington após a visita as zonas mais afetadas com o diretor de DPCCN, Estevão Mahanjane. A doação se destinava a socorrer as crianças em perigo. (NOTÍCIAS, 7, 10/1983).

No mês de maio, nas vésperas das celebrações do dia Mundial da Cruz Vermelha, o CICV para fazer face às necessidades das populações afetadas pela guerra, atribuiu a sua congênera de Moçambique, dois milhões de dólares. Segundo Isaiás Funzamo, presidente da CVM, o valor seria aplicado, prioritariamente na aquisição de medicamentos, reconstrução de postos de saúde destruídos e fornecimento de víveres. Em janeiro de 1984, uma delegação da visitaria o país para o levantamento das necessidades e minimizar os efeitos das calamidades naturais (NOTÍCIAS, 9/05/1983). Entretanto, para melhor aplicação, em maio de 1983, o CICV através da CVM, também teve que “estudar” a utilização do valor, reservado aos afetados pela guerra e seca, nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala e Manica (NOTÍCIAS, 12/05/1983).¹²⁰ Em 1983, as atividades da CICV estavam em expansão em Moçambique. Em abril, a CVM confirmou presença em todos os distritos de Gaza. Na prioridade de suas ações estavam: (i) a formação de socorristas para as Empresas Estatais consideradas estratégicas, (ii) primeiros socorros, (iii) auxílio e proteção de pessoas atingidas por calamidades naturais (NOTÍCIAS, 15/04/1983).

A ajuda de emergência, sobretudo alimentar, não parava de chegar ao país. Em princípios de junho de 1983, quarenta e duas toneladas de leite em pó, foram entregues pela Caritas Moçambique, ao DPCCN (NOTÍCIAS, 16/06/1983). Em julho, esta organização voltou a entregar ao DPCCN diversas quantidades de feijão, amendoim, arroz, peixe, farinhas e carne seca (NOTÍCIAS, 4/07/1983).¹²¹ Em agosto, igualmente, cento e cinquenta sacos de sementes de amendoim e igual quantidade de milho foram entregues para a distribuição, nos distritos de Moamba e Magude (NOTÍCIAS, 3/08/1983). Os donativos se destinavam a apoiar as vítimas da seca naqueles pontos do país.

120 A CV trabalha em Moçambique desde 1977. Até 1980 a missão era assistência aos refugiados da luta de libertação do Zimbábue. Em 1981 assinou um acordo para o estabelecimento de um Centro Ortopédico no HCM para a reabilitação de amputados pelos efeitos da guerra e para a formação de técnicos protésicos moçambicanos. Até abril, 180 amputados receberam próteses nos estabelecimentos sanitários do CICV e HCM. (NOTÍCIAS, 12/1983, p.3).

121 Eis as quantidades: 27 toneladas de feijão e de amendoim, 1.5 de arroz, 1 tonelada de peixe, 5 de farinhas e 700 kg de carne seca. (NOTÍCIAS, 4/07 1983, p.2).

Em finais de junho de 1983, o CEE aprovou, com caráter de urgência, uma ajuda alimentar para Moçambique de mais de duas mil toneladas de cereais e óleo vegetal (NOTÍCIAS, 29/07/1983). Em princípios de julho, as primeiras remessas dos produtos referidos foram recebidas em Maputo. Aranda da Silva, Ministro do Comércio Interno, classificou de “bastante positivo” o apoio da Comunidade Internacional a Moçambique, em resposta ao apelo de janeiro último, para fazer frente aos efeitos da seca no país. Entretanto, Aranda da Silva, não obstante realçar o desempenho da CEE, apontou problemas:

- a) O desconhecimento da dimensão do problema da seca no plano internacional;
- b) A demora no encaminhamento dos produtos de ajuda, tanto a “normal” como de emergência.

Portanto, para aquele dirigente, havia necessidade de acelerar a entrega dos produtos (DA SILVA, apud NOTÍCIAS, 1/07/1983). Aranda da Silva, também entendia ser importante acelerar o processo de entrega dos produtos já anunciados como donativos para reduzir o tempo de espera na disponibilização e distribuição às vítimas da seca. Ainda assim, os produtos não cobriam todas as necessidades. O problema de fornecimento de sementes para o reforço da capacidade do setor familiar no combate à seca prevalecia. A disponibilização de sementes e fatores de produção, também se mostrava necessária como parte da estratégia de mitigação da fome no país. Assim, a Itália, além da oferta de dez mil toneladas de arroz, também anunciou a chegada para outubro, de um contentor com equipamentos agrícolas. No mesmo período, o Reino Unido também garantiu a chegada de três mil toneladas de arroz e outros produtos para vítimas da seca.

A Igreja Menonita dos EUA, representada pela CCM ofereceu oito mil e quinhentas toneladas de trigo para distribuição imediata entre as vítimas da seca. Estes produtos foram entregues em Maputo, a 1 de julho de 1983, ao Secretário de Estado para Abastecimento, Francisco Masquil, na presença do representante da igreja, no atual Eswathini, para as vítimas da seca (NOTÍCIAS, 2/07/1983). Em finais de julho, a CVM efetuou a distribuição de milho e feijão, a cerca de catorze

mil famílias afetadas nas localidades de Maluane, Macanje, Aldeia 25 de Setembro, Sambo, Nhambe e a sede e círculos de Calanga, Massingue, 3 de Fevereiro, Mirone, Nwamatibjana e Macandzene, no distrito da Manhiça (NOTÍCIAS, 26/07/1983). Algumas famílias também beneficiaram de fardos de roupas (NOTÍCIAS, 2/08/1983). Estes donativos eram assegurados através de parcerias com o CICV e a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha Internacional. Mas havia outros parceiros. Através da CVM, o Canadá financiou projetos sanitários em Moçambique (NOTÍCIAS, 16/09/1983). Igualmente, em outubro, Cooperantes Canadianos em Moçambique (COCAMO) entregaram a CVM cem mil meticais para apoiar as vítimas da seca no país (notícias, 10/10/1983).

Em setembro de 1983, segundo uma fonte do Ministério do Comércio Interno citada pelo *Notícias*, vinte e seis mil toneladas de milho e arroz enviados dos EUA e Reino Unido estavam já em distribuição desde agosto, no país (NOTÍCIAS, 26/09/1983, p.1). Paralelamente, o governo britânico pôs à disposição de Moçambique, 150 mil dólares para aquisição de alimentos (NOTÍCIAS, 24/09/1983). No mês de outubro, os luteranos também se juntaram na resposta ao pedido do governo de Moçambique. Através da LWF, colocaram à disposição, 20 toneladas de leite e queijo, como medida de emergência, para socorrer as crianças, em precárias condições de saúde, em Gaza e Inhambane devido a seca que na época assolava o sul do país (NOTÍCIAS, 22/10/1983).

A LWF também ofereceu equipamento agrícola (tratores e charruas, semeadoras e adubadoras) ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), destinado aos Centros Educacionais de Messano e Chicumbane, em Gaza, às cooperativas e Aldeias Comunais para impulsionar a agricultura no setor familiar. João Ferreira, Ministro da Agricultura recebeu a oferta do representante da organização, Geoffrey Sawaya, em Maputo (NOTÍCIAS, 25/10/1983). Em novembro, a LWF colocou à disposição da DPCCN, trezentos e trinta fardos de roupa diversa (dois milhões de meticais) para ser distribuída para populações mais flageladas do sul do país (NOTÍCIAS, 31/10/1983). Uma viatura também foi oferecida pela organização, ao MEC, para ser alocada nos Serviços de Apoio dos

Centros de produção escolar, ao nível da cidade de Maputo, Gaza e Inhambane (NOTÍCIAS, 19/11/1983).

A solidariedade internacional crescia em Moçambique. Ademais, em novembro, a CEE parecia mais sensibilizada da necessidade de mais apoio contra a seca e a guerra. Os diplomatas da CEE efetuaram visitas nas províncias de Gaza e Inhambane (NOTÍCIAS, 30/11/1983). Após a visita efetuada em Gaza, Aroldo Preite, Chanceler da embaixada de Itália, sublinhou a urgência de uma intervenção humanitária (NOTÍCIAS, 19/11/1983). Em resposta, a Holanda, através do encarregado de negócios na embaixada, Vanden Wiel, ofereceu quinze mil toneladas de cereais e disponibilizou apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de projetos de irrigação de pequena escala nas províncias da Zambézia, Gaza e Maputo (NOTÍCIAS, 24/11/1983). Em Dezembro, as 10 mil toneladas de arroz, já oferecidas pela Itália, foram entregues em Maputo (NOTÍCIAS, 14/12/1983).

Em finais de 1983, a quantidade de subvenções postas à disposição do governo de Moçambique para apoiar as vítimas da seca, ultrapassaram a capacidade logística do DPCCN e do Ministério do Comércio Interno. Na sequência, a Suécia, através da SIDA, disponibilizou dois milhões de dólares para aquisição de vinte e um camiões de marca SCANIA para dinamizar os escoamentos de produtos nas províncias de Gaza e Inhambane, as mais afetadas pela seca, neste ano. Os camiões foram recebidos em Maputo, no mês de dezembro (NOTÍCIAS, 29/11/1983).

Enquanto isso, na Inglaterra, um filme de Piter Sharp, Rogers Harris e Jonatham Partidges sobre a situação da seca em Gaza, provocou uma onda de solidariedade, em finais de novembro. A OXFAM não ficou “alheia” e se mobilizou. É verdade que a organização havia colocado à disposição do país, duas semanas antes da exibição do filme, cinquenta mil libras. O valor foi utilizado para compra de alimentação, medicamentos e roupa para crianças, após consultas ao Ministério da Saúde, através do representante regional em Harare, Michel Behr (NOTÍCIAS,

30/11/1983). A OXFAM, doravante, foi desenvolvendo diferentes projetos nas áreas médica e nutricional em Moçambique.

A 5 de dezembro, para proativamente responder a cada vez mais precária situação alimentar em Inhambane (80% afetados pela fome), o embaixador dos EUA, Peter John de Vos, assinou com o representante das Nações Unidas em Moçambique, Oto Denes, um acordo de ajuda com o PMA (NOTÍCIAS, 6/12/1983). As Nações Unidas iniciavam assim, um período de complexa colaboração naquela província. Através da UNICEF, dias depois, foram entregues, ao Ministério da Saúde, para as vítimas da seca, duas toneladas de medicamentos (NOTÍCIAS, 7/12/1983). Ainda para Inhambane, diversos produtos alimentares, medicamentos e duas viaturas e pessoal médico, angariados pela Cruz Vermelha da RFA, foram entregues, em Maputo, pela representação da CEE (NOTÍCIAS, 21/12/1983). Assiste-se uma intervenção cada vez mais coordenada em Moçambique.

Portanto, o ano de 1983 foi de uma presença ocidental (mas não só) estratégica e expressiva em Moçambique. Afinal, os japoneses, em setembro, também doaram 664 milhões de yenes (mais de 100 milhões de meticais) para compra de arroz e fertilizantes, entre setembro e Março de 1984 (NOTÍCIAS, 21/10/1983). Apesar de o IV Congresso da FRELIMO ter reafirmado o socialismo, como estratégia de luta contra a fome, pouco se viu do apoio soviético. De acordo com os registos de 1983, a ajuda soviética ao país estava claramente em redução. Em contrapartida, os EUA e a CEE não só aumentaram a ajuda, como se tornaram nos maiores doadores de cereais e, portanto dominando progressivamente o cenário de ajuda e emergências no país. Em dezembro de 1983, a URSS fez uma remessa de apenas sete mil toneladas de arroz, através do porto de Maputo para apoiar as vítimas da seca em Moçambique, o que nem chega a ser metade da doação americana que, naquele ano, se situou acima das vinte mil toneladas de cereais (NOTÍCIAS, 26/12/1983). Isto mostra, não apenas a retração da presença soviética em Moçambique mas, o avanço para uma “presença duradoira” e a determinação dos EUA e outros países ocidentais, em assumir

protagonismo na resolução da crise em Moçambique e da região, através da neoliberalização das economias.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA: da solidariedade a presença duradoura das ONGI's

A solução ocidental para os problemas econômicos de Moçambique parecia mais “realista” se não mesmo a mais promissora”. A visita do presidente Samora Machel à Inglaterra, em outubro de 1983, se, por um lado, confirmou o fato, por outro ajudou a dissipar possíveis dúvidas sobre a “nova política externa” e a determinação de Moçambique na busca de soluções para os problemas da seca e da fome, seja onde fosse. O encontro de Londres aproximou cada vez mais as partes, apesar de, aparentemente, ser contrário aos princípios socialistas da época. Em 1984, com a política de “fazer mais amigos” houve mudanças nas relações entre Moçambique e países capitalistas e os resultados não tardaram.

Em 4 janeiro de 1984, na sequência da visita, o governo britânico decidiu oferecer onze mil toneladas de milho a serem adquiridas na Tailândia, através do PMA (NOTÍCIAS, 7/01/1984). A oferta foi confirmada pela 1ª Secretária da embaixada britânica em Maputo, Ann Geant, em sede de anúncio de concessão de 250 mil libras para aquisição de sementes, produtos alimentares e respectivos meios de transporte (NOTÍCIAS, 6/01/1984). Através do PNUD, as Nações Unidas, também colocaram à disposição do país, 25 mil dólares para serem utilizados em favor das vítimas da seca, no país. Contudo, a resposta mais robusta e talvez mais consistente veio dos EUA e da CEE. Os EUA aprovaram um programa de auxílio alimentar de emergência a Moçambique, no valor de pouco mais de três milhões de dólares (NOTÍCIAS, 21/01/1984). Igualmente, a Comissão Europeia, também decidiu atribuir, ao país, uma ajuda de emergência no valor de 43 milhões de euros.

Entretanto, parte dos recursos disponibilizados foi canalizada por via das ONGI's. Por exemplo, parte dos 272 mil contos da CEE oferecidos para operações de socorro, em Gaza e Inhambane, foram canalizados através da Cruz Vermelha da RFA, no valor de mil e trezentos dólares (mais de 52 mil contos) para manter a sua equipa de médicos e enfermeiros durante cinco meses, naqueles pontos do país. Ainda deste montante, 320 mil dólares (mais de 12.800 mil contos), foram destinados a apoiar ações de grupos enviados por organizações francesas que, naquele ano, ajudavam Moçambique, nomeadamente CRIAA, MSF e o grupo holandês da CEBIMO/Caritas. Através do PMA, a CEE concedeu uma ajuda alimentar excepcional de feijão e mais de 20 mil toneladas de cereais não especificados (NOTÍCIAS, 17/05/1984).

A partir da França, o coletivo “Urgência Moçambique”, uma iniciativa agrupando dezessete organizações, sob o patrocínio da esposa do presidente francês, Danielle Mitterrand, conseguiu, em Janeiro, fruto de campanhas de recolha de apoios, enviar três toneladas de sementes para Moçambique (NOTÍCIAS, 18/01/1984). Em fevereiro, a iniciativa se expandiu para Bélgica, através da delegação da FRÈRES DES HOMMES INTERNACIONALES, uma ONGI francesa (NOTÍCIAS, 7/02/1984). Dias depois, a iniciativa voltou a oferecer, mais de 40 toneladas de sementes de feijão nhemba para as vítimas das cheias, no sul do país (NOTÍCIAS, 15/02/1984). Em finais de janeiro, além das vítimas da seca, o sul do país se debatia com destruições provocadas pela depressão Demoína que afetou as bacias do rio Maputo, Umbelúzi e Incomáti. Milhares de camponeses foram afetados. Mais uma vez, em resposta ao fenómeno, o governo viu-se obrigado a solicitar apoio adicional à Comunidade Internacional. No dia 10 de fevereiro, o governo reuniu com o corpo diplomático e organizações internacionais acreditadas em Maputo para a discussão do programa de ajuda face a tragédia (TIMANE, 1984). Ainda no mês de fevereiro, a URSS, Mongólia, Portugal, Itália, Holanda, Inglaterra, Espanha e Dinamarca, responderam ao apelo do governo de Moçambique, enviando apoios multiformes, em socorro das vítimas. Mas, o destaque

vai para a Comissão Executiva da CEE que, decidiu atribuir uma ajuda de emergência no valor de meio milhão de escudos portugueses (NOTÍCIAS, 11/02/1984).

As ONG's também participaram da resposta, canalizando, direta e indiretamente, subvenções de emergência para as vítimas das cheias, naquele ano. A Cruz Vermelha da URSS enviou tendas, cobertores e mais de uma tonelada de medicamentos (NOTÍCIAS, 10/02/1984). A Liga das Cooperativas da Itália, fez uma oferta em dinheiro superior a 20 mil dólares, a FAO disponibilizou sementes no valor de 10 mil dólares, a Fundação Gulbenkian mandou comida e agasalhos e a Associação Italiana de solidariedade e Amizade com Moçambique lançou apelo aos seus simpatizantes no sentido de mais contribuição para as vítimas da depressão, no sul do país (NOTÍCIAS, 9/02/1984). Igualmente, organizações italianas, mormente COSV, MOLISO, Movimento África 70, MANI, TESE, CIC, CUAMM e Caritas, em resposta as cheias também fizeram chegar ao DPCCN, trinta toneladas de produtos não especificados (NOTÍCIAS, 21/02/1984). O governo da Holanda, através do grupo de Cooperantes já em serviço em Moçambique, sob a responsabilidade da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, ofereceu, pontualmente, às vítimas das cheias, medicamentos, roupa e sementes no valor de 500 mil florins (NOTÍCIAS, 22/02/1984).

Entretanto, apesar preocupação pontual com as cheias na região sul do país, a seca constituía o principal problema do país e, portanto, requerendo intervenções mais complexas. Em fevereiro de 1984, a CARE, uma ONG americana, manifestou intenção de trabalhar na reabilitação nutricional e no desenvolvimento de centros de apoio à maternidade e infância nas zonas afetadas pela seca no país. Segundo o diretor, Philip Johnston, na primeira fase de apoio, a CARE projetava aplicar três milhões e meio de dólares, durante um ano de intervenção de ajuda em Moçambique (NOTÍCIAS, 11/02/1984). Mas, a vinda da CARE é, apenas, um indicativo do que viria a acontecer com diferentes ONGI's e agências de desenvolvimento internacional em Moçambique. Em 1984, a UNICEF, em parceria com ONGI's, trabalhava na assistência sanitária às vítimas das calamidades

naturais, em Gaza e Inhambane. O programa da UNICEF, naqueles pontos do país, também visava o treinamento de pessoal e serviços de apoio as vítimas da seca (NOTÍCIAS, 27/03/1984). Em Gaza, o PMA, em parceria com a CVM, também distribuiu milho e peixe no distrito de Manjacaze (NOTÍCIAS, 12/04/1984). Os produtos distribuídos pela CVM, de janeiro a maio de 1984, nos centros de reabilitação em Vilanculos, Govuro e Mabote foram doações das congêneres da RDA, RFA, Dinamarca, Noruega, União Soviética (NOTÍCIAS, 20/07/1984), mas, também Jugoslávia, o que sugere diversidade dos doadores da organização.

No ano de 1984, a OXFAM, também se juntou ao conjunto de parceiros, concedendo apoio para aquisição de sementes. Simultaneamente, o governo britânico ofereceu quatro camiões e peças sobressalentes para o transporte de gêneros alimentícios aos centros de reabilitação, nas províncias de Gaza e Inhambane (NOTÍCIAS, 16/02/1984), entregues a Amós Mahanjane, diretor da DPCCN (NOTÍCIAS, 24/02/1984). Já em 1984, as atividades da ONGI's começavam a ganhar a configuração da política externa de seus países de origem. A título de exemplo, em dezembro de 1983, a CEE aprovou mil e seiscentos milhões de dólares para engajar a CV da RFA, MSF (França), CRIAA, Caritas da Holanda e a congêneres de Moçambique. Este apoio veio a ser avaliado pela delegação da CEE, em finais de fevereiro de 1984 (NOTÍCIAS, 28/02/1984). Porque a capacidade de transporte de produtos instalada no DPCCN não correspondia à demanda, na época, a Holanda também ofereceu dezasseis camiões para transporte e distribuição de donativos disponibilizados. Entretanto, a falta de combustíveis e a burocracia dos órgãos oficiais do Estado na distribuição de alimentos em distritos mais afetados, não raras vezes, obrigavam a intervenção de ONGI's. Com financiamentos dos seus governos de origem, agências de desenvolvimento internacionais e de instituições multilaterais, a sua capacidade financeira, muitas vezes, superava orçamentos dos órgãos oficiais.

Em 1984, a CEE decidiu financiar a reabilitação agropecuária na Moamba (Projeto Moamba I). Em Maio, a CEE iniciou estudos de viabilidade do Projeto Moamba II, integrado em outro projeto

financiado pela organização, na Moamba. Estes projetos envolviam as ONGI's já referidas acima. Aliás, simultaneamente, a CEE e a CV da RFA, também enviaram para Pambara, distrito de Vilanculos, produtos destinados às vítimas da seca (NOTÍCIAS, 7/05/1984). Em finais de maio, a AFRICARE, também assinou acordo para cooperação bilateral com o governo de Moçambique. A organização, sustentada por fundações e corporações privadas, igrejas, mas, sobretudo pela USAID, passou a apoiar assistência de emergência, reabilitação e reconstrução e outras atividades de maior prioridade para Moçambique (NOTÍCIAS, 31/05/1984).

A restauração dos sistemas agrícola destruídas pela guerra e o incremento na produção, quase paralisada, constituíam principais desafios do país. A comunidade internacional, também apoiou as iniciativas do governo nesta área. Em meados de maio de 1984, a Caritas da RFA apoiou os trabalhos de reabilitação de cooperativas das zonas verdes de Maputo, com 568 mil marcos. No mês de Junho, a Caritas Moçambique apoiou as Zonas Verdes com moto bombas, motorizadas (Suzuki), carinhas (Mazda), sementes e mangueiras (NOTÍCIAS, 12/06/1984). O objetivo era a reposição da capacidade produtiva em potenciais áreas. No mesmo período, a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, SIDA, também ofereceu um montante de 272 milhões de coroas para financiamento de projetos no sector agroindustrial, importação de material, compra de sementes e meios de produção para o desenvolvimento rural (NOTÍCIAS, 15/05/1984; NOTÍCIAS, 12/05/1984). Em agosto, o SIDA voltou a colocar à disposição do AGRICON um financiamento de 50 mil contos para a compra de fatores de produção, em benefício do setor familiar (NOTÍCIAS, 27/08/1984).

Em 1984, a seca continuou grassando as populações em diferentes partes do país. Na província central de Tete, para mitigar a situação, a partir do mês de abril, a Holanda ofereceu 11 mil toneladas de milho e quantidades razoáveis de feijão, para distribuição. Igualmente, uma delegação da *Norsk Folkehjelp*, organização humanitária norueguesa, colocou, em Maputo, à disposição do governo, 250 mil coroas para as vítimas da seca em Tete (NOTÍCIAS, 3/04/1984). Ainda com

destino aquela província, produtos oferecidos pela organização italiana, MANI TESE, foram distribuídos através da Caritas Moçambique, em coordenação com as autoridades da província (NOTÍCIAS, 8/05/1984). Mas, a gravidade da situação, mobilizou não só estas ONGI's mas, também o PMA que, em coordenação com a CONCERN, VISÃO MUNDIAL e a UNICEF, também ofereceu ajuda alimentar e nutricional, em 11 distritos da região sul de Tete. A sustentabilidade do apoio dependia, também da disponibilização de sementes e meios de produção (NOTÍCIAS, 25/05/1984). Em novembro, porque a província vinha se debatendo com dificuldades de transporte, a CARE ofereceu 23 camiões para levar a diferentes regiões da província, ajuda para vítimas da seca. Os meios foram recebidos pelo então governador de Tete, Eduardo Arão (NOTÍCIAS, 24/11/1984). A fome, também constituía o maior dilema das populações de Sofala e Manica. Em Sofala, para mitigar a situação, a Comunidade de Santo Egídio, representada por Mateus Zuppi, disponibilizou através da Caritas diocesana da Beira, 12 toneladas de produtos diversos. O donativo foi entregue ao bispo da diocese, D. Jaime Pedro Gonçalves, no início do mês de abril de 1984 (NOTÍCIAS, 2/04/1984). Ainda em junho de 1984, a FAO se comprometeu a assistir o distrito de Mossurize, em Manica, com cerca de 40 a 65 toneladas de milho, por mês, até o mês de outubro (NOTÍCIAS, 1/06/1984). O objetivo era minorar o sofrimento de milhares de pessoas afetadas pela seca e guerra e isoladas naquele ponto do país.

Entretanto, à medida que as doações e investimentos dos países ocidentais (mas não só) chegavam, havia uma necessidade de adequação do quadro jurídico e institucional em Moçambique. Em abril de 1984, o governo trabalhava no anteprojeto da Lei dos Investimentos estrangeiros. O Governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal e o Ministro das Finanças, Rui Baltazar trabalhavam na linha da frente. Do Conselho de Ministros tinham como mandato, também, a condução das negociações para adesão de Moçambique ao FMI e Banco Mundial (NOTÍCIAS, 19/04/1984). As movimentações políticas já eram indicativas. Em Maio, o subsecretário-geral do ONU visitou Moçambique e os representantes do clube de Paris foram recebidos pelo presidente Samora Machel,

no âmbito das discussões para o reescalonamento da dívida externa (NOTÍCIAS, 14/05/1984). A ONU, em agosto de 1984, também alertou sobre a situação de Moçambique. Em todo país, mais de três milhões de vítimas da seca precisavam de ajuda alimentar de emergência. Um apelo vigoroso à comunidade internacional para o fornecimento de sementes e meios de transportes, principalmente camiões e tratores, também foi feito, a favor de Moçambique, pela ONU (NOTÍCIAS, 28/08/1984).

O ambiente político internacional e as circunstâncias socioeconômicas internas favoreceram o país. Em setembro, Moçambique foi aceite como membro do Banco Mundial e do FMI. A partir daí, se dispunha a fazer reformas econômicas necessárias com ajuda destas instituições. A determinação de Moçambique na criação de condições para o investimento estrangeiro privado ocidental, em parte, deixou ainda mais “animados” os credores. Mas, sobretudo, serviu para o estabelecimento da confiança com o ocidente, galvanizando os esforços dos países e organizações que, a título solidário e humanitário, vinham atuando em prol das vítimas da seca e da guerra no país. A Inglaterra, na sequência disso, através da *Overseas Development Administration*, disponibilizou para Moçambique, 100 mil libras para aquisição de medicamentos, que viriam a ser canalizados a através da CV-GB para assistência das vítimas da seca, em Inhambane (NOTÍCIAS, 19/09/1984). A RDA também ofereceu dois barcos à EMOPESCA para serem usados no banco de Sofala (NOTÍCIAS, 19/09/1984). O CCM, também, finalmente pôs à disposição do DPCCN, as cinco mil toneladas de milho oferecidas pela Igreja Menonita dos EUA, em finais de 1983 (NOTÍCIAS, 19/09/1984).

No ano de 1984, as condições socioeconômicas do país estavam deterioradas. Mas, em finais de setembro, a situação de Machaze, em Manica, exigia mais atenção ainda, devido ao impacto da seca e dificuldades de acesso, com o avanço da guerra. As atividades da CVM, organização que já atuava na região, estavam aquém das necessidades. Mais auxílio de emergência se mostrava necessário. Assim, a VISÃO MUNDIAL ajudou com 4 mil toneladas de milho e o CICV disponibilizou diversos produtos (15 toneladas de açúcar, 25 de óleo, e 5 mil utensílios e outros gêneros alimentícios), um camião e dois veículos *Jeeps* e motorizadas para facilitar operações de

distribuição de produtos pelos necessitados. A embaixada americana em Maputo, também ofereceu 130 mil dólares para despesas com aviões de transporte de mercadorias, para aquele distrito (NOTÍCIAS, 3/10/1984).

No mês de outubro, uma delegação da HOPE FOR AFRICA, chefiada por James A. Borchert (Director Executivo Internacional), visitou Moçambique onde manifestou também o desejo de cooperar com o país. No fim da visita, a delegação assegurou, ao governo, ajudar na angariação de financiamentos no Estado norte-americano do Texas e confirmou um carregamento de leite para vítimas da seca, com a chegada prevista para dezembro (NOTÍCIAS, 11/10/1984). Uma semana depois, a UNICEF, também anunciou um projeto de cooperação de Cinco anos (1985 até 1990), nos domínios da saúde, educação, água, agricultura e outros. A delegação, chefiada por Richard Jolly, diretor executivo adjunto, esteve em Maputo, para discutir com as autoridades o projeto de 10 milhões de dólares para realização de Programas Suplementares Integrados. A situação da criança estava cada vez mais preocupante (NOTÍCIAS, 24/10/1984). No mês de Dezembro, a UNICEF, além de oferecer ambulâncias para o setor de saúde, preparava um programa de reabilitação nutricional no distrito de Changara, província de Tete (NOTÍCIAS, 14/12/1984). Nessa altura, a FAO estava já desenvolvendo um projeto de fornecimento de sementes de cereais e hortícolas, para apoio aos sectores cooperativo e familiar de produção naquela província. Em dezembro, também a organização aguardava a chegada de quantidades não especificadas de adubos para o setor estatal (NOTÍCIAS, 13/11/1984). Em meados de dezembro, igualmente, a LWF apoiou o setor das pescas, oferecendo à EQUIPESCA, meios de trabalho e material de comercialização do pescado (NOTÍCIAS, 12/12/1984).

Em finais de dezembro de 1984, a CEE tinha como projetos, também a construção da Barragem dos Pequenos Libombos e de Corumana, ajuda alimentar e programas agrícolas nos rios Incomáti e Save. Portanto, a prevalência da situação da seca, guerra e da fome não somente foi prolongando os programas de emergência, como também exigiu do governo, doadores e investidores mais tempo

para conseguir os resultados desejados, o que abriu espaço para novas abordagens e dinâmicas de ajuda de emergência e de cooperação internacional, entre os intervenientes.

A dinâmica dos programas de emergência

Em 1985, a situação da seca no país prevalecia. Todavia, a falta de planificação e organização dos programas de emergência e, portanto, a necessidade de mais coordenação entre os intervenientes na ajuda de emergência se mostravam urgentes, à medida que as doações chegavam. A não duplicação de esforços de ajuda e a racionalização se mostravam necessárias. Apesar da solidariedade internacional demonstrada nos últimos dois anos, a prevalência da situação seca e da guerra; a imprevisibilidade do fim da fome, naturalmente, inquietavam o governo que ansiava melhor coordenação entre os doadores e órgãos oficiais do Estado na gestão da ajuda de emergência. Em Janeiro de 1985, a DPCCN, Ministério de Comércio Interno, quadros do MISAU, Organização Nacional dos Professores, representantes do sistema das Nações Unidas, nomeadamente UNICEF, PNUD, PMA e FAO e das ONGI's, se reuniram para encontrar soluções para o problema. Na ocasião, foi recomendado uma melhor organização entre o Ministério da Agricultura e o DPCCN para planificação e execução de programas de ajuda e partilha de informações sobre a evolução da situação (NOTÍCIAS, 23/01/1985).

Em 1985, a situação de segurança alimentar, nas províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Tete, continuava crítica e, portanto, necessitando de uma assistência urgente. Assim, das remessas mobilizadas pela FAO, ainda em Janeiro, nove mil toneladas de milho foram direcionadas para aliviar as cerca de meio milhão de pessoas afetadas nestas províncias (NOTÍCIAS, 26/01/1985). Entretanto, no mesmo ano, a situação de emergência alimentar foi evoluindo para outras províncias. À medida que a seca se prolongava e com o recrudescimento da guerra, a situação de segurança do

país progressivamente se deteriorava. Todas as províncias entraram em emergência alimentar, não obstante as variações anuais nos efetivos e áreas afetadas.

Emergência alimentar em Moçambique

Em 1985, a situação alimentar tinha se agravado em decorrência da seca, da guerra e a conseqüente instabilidade. A guerra paralisou a produção e provocou milhares de deslocados internos e refugiados. Estes fatores conjugados às baixas precipitações que afetaram, grosso modo, a região austral de África, também contribuíram para a insegurança alimentar no país. A fome se transformou, também em problema de saúde pública e, portanto, fator de mobilização de mais apoio de países, organizações e entidades estrangeiras. No mês de janeiro, em face da crise alimentar, a França, os EUA, Cuba, Brasil, RDA e RFA, Bulgária prestaram ajuda a Moçambique. Em fevereiro, também se juntaram a Noruega e a Holanda. Em abril, o MISAU recebeu através do PMA uma ajuda alimentar de emergência no valor de 235 mil dólares para auxiliar as vítimas da seca na província de Tete. O referido donativo fazia parte de uma ajuda global de emergência, no valor de 753 mil dólares, realizada em colaboração com a UNICEF para aquela província. A Liga Islâmica Mundial, uma organização representando 44 países islâmicos com sede na Arábia Saudita, também ofereceu ao Ministério do Comércio Interno, duzentas toneladas de arroz. O Secretário de Estado do Abastecimento, Francisco Masquil, recebeu a doação através do coordenador do Congresso Islâmico de Moçambique, Hassan Ismael Makdá (NOTÍCIAS, 20/04/1985).

Ainda em meados de abril esteve de visita em Maputo, Melvin Laird, Chefe da Missão Económica dos EUA e membro do Conselho de Administração de várias empresas norte-americanas (NOTÍCIAS, 18/04/1985). A identificação das necessidades de apoio e cooperação e a busca de oportunidades para investimentos norteou a visita. No final mereceu um encontro de cortesia com o

presidente Samora. Em Maio, os representantes da CICV e CVM, Jean-Marc Bonet e Isaiás Funzamo foram recebidos pelo presidente Samora Machel. Na ocasião foram abordadas questões de cooperação e os programas de apoio humanitário realizados pela CVM, no país. No mesmo dia, o vice-presidente do Banco Mundial para África Austral e Oriental, Edward Joycoux, também esteve em audiência na Presidência da República, sobre questões de promoção de investimento estrangeiro e respeito dos parâmetros e planos de desenvolvimento definidos pelo país (NOTÍCIAS, 16/05/1985). Na verdade, estavam em causa os detalhes do primeiro empréstimo do Banco Mundial ao país, no valor de 45 milhões de dólares para reabilitação do parque industrial e da agricultura nacional, mas, sobretudo para a produção de bens de consumo, no setor público e privado e no programa do abastecimento (NOTÍCIAS, 18/05/1985). O empréstimo, foi tornado público a 17 de maio, por Edward Joycoux. Tinha um período de graça de 10 anos e reembolsável em 50 anos. Apesar da promessa de desembolso no mês de junho, os fundos só foram efetivamente disponibilizados ao país, em Agosto de 1985.

Apesar disso, o anúncio deixou mais animados e confiantes os doadores e investidores estrangeiros. Ainda em Maio de 1985, Moçambique recebeu da Itália, garantias de substituição definitiva da ponte metálica sobre o rio Incomáti, destruída pelo ciclone demoína, em 1984. O financiamento chegou por via da UNDRO (NOTÍCIAS, 13/05/1985). A Espanha, também deu garantias sobre o apoio na reabilitação de infraestruturas destruídas pela guerra e calamidades naturais (NOTÍCIAS, 17/05/1985). Do governo norte-americano, também chegaram equipamentos para programas de reabilitação dos setores privado e cooperativo, nas zonas verdes de Maputo e Chókwè e Xai-xai, em Gaza. O destaque vai para 57 tratores entregues em maio, pelo embaixador norte-americano, Peter John de Vos, ao Ministro da Agricultura, João Ferreira (NOTÍCIAS, 19/05/1985). A CICV, em coordenação com a CVM, concedeu ajuda complementar para fornecimento de leite, sabão, óleo, açúcar e medicamentos nas escolas, hospitais e orfanatos de todo o país (NOTÍCIAS, 18/05/1985). Mas, o centro do país estava numa situação crítica de escassez de alimentos. Em Manica, na

Espungabera, no quadro de um programa de ajuda da UNICEF, o PNUD acordou a concessão de 250 milhões de dólares para o fornecimento de alimentos (NOTÍCIAS, 13/07/1985). A UNICEF, além de Changara e Espungabera, também estava preocupada com a situação de Nhamatanda, em Sofala. Aqui, a agência trabalhou num projeto experimental de estudo de meios viáveis para a prevenção contra a fome e na criação de um sistema de informação sobre alimentação e nutrição, com duração de dois anos (NOTÍCIAS, 16/07/1985). Em setembro, o Japão, também ofereceu 260 toneladas de atum, para vítimas de calamidades, canalizadas através da UNICEF, na época representada por Marta Maura (NOTÍCIAS, 17/09/1985).

Em meio à crise alimentar, Moçambique foi buscando inserção e apoio, através de meios diplomáticos. Em setembro de 1985, Samora Machel encontrou-se com o presidente norte-americano, Ronald Reagan. O encontro de Washington abriu novas perspectivas de cooperação com os EUA e outros países do ocidente. Não obstante a tentativa do Congresso norte-americano de condicionar ajuda à redução de tropas estrangeiras no país, em termos práticos, a partir de 1985, as agências da ONU e de países ocidentais incrementaram o financiamento para os projetos de desenvolvimento e programas de ajuda, no país (NOTÍCIAS, 16/07/1985). Em novembro, a Comunidade Internacional, (através de agências e ONGI's), a pedido do governo de Moçambique, estudavam formas para apoiar as vítimas da guerra em Gorongosa. A região acabava de ser recuperada pelas Forças Armadas de Moçambique e do Zimbábue, a 28 de agosto, do controlo das forças RENAMO (NOTÍCIAS, 7/11/1985). Uma delegação composta pela Fundação Friedrich Ebert (RFA), PNUD, UNICEF, MOLISV, Centro Internacional Crocevia (Itália), CARE, USAID, CUSO-SUCO (Canadá) MSF (França) e da OXFAM (UK), Caritas e CCM visitam a região da Gorongosa (CARDOSO, 1985).

A CARE, antes da visita à Gorongosa, tinha oferecido roupas e calçado, no valor de três milhões de dólares, às vítimas das calamidades e da guerra nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala e Tete (NOTÍCIAS, 20/11/1985). Nos meses seguintes, a Agencia Norueguesa de

Desenvolvimento e Cooperação (NORAD) anunciou o alargamento do financiamento para a área das pescas e naval. A UNICEF, também alargou sua cooperação nos domínios da educação, saúde, mulher e abastecimento de água. Em dezembro, uma delegação da NORAD visitou o país para discutir os termos do alargamento da cooperação no sector das pescas (NOTÍCIAS, 4/12/1985). Contudo, não obstante a solidariedade demonstrada e o cometimento dos doadores, o ano de 1985 terminou com um défice de ajuda alimentar. Em dezembro de 1985, dados do UNDRO indicavam que, nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala e Tete, mais de 2.146.300 pessoas continuavam sob o flagelo da seca e da guerra e, portanto, necessitando de mais ajuda alimentar de emergência (NOTÍCIAS, 2/12/1985). A explicação tinha que ver com os atrasos nas remessas dos produtos doados.

Em janeiro de 1986, a DPCCN se mostrou preocupada com o atraso da ajuda de emergência e a quebra nos fornecimento de milho (NOTÍCIAS, 9/01/1986). Em curso, estavam várias démarches. À medida que o país se organizava para relançar a economia nacional, o PMA discutia com as autoridades, o Programa de Reservas Alimentares e o Programa de Alimentação nas escolas do país e, também garantiu prosseguir com ajuda de emergência (NOTÍCIAS, 28/01/1986). A situação das calamidades naturais continuava na agenda das autoridades. Em finais de fevereiro, a DPCCN levantava a necessidade de centralização de informação no *Seminário Sobre Desenvolvimento de Sistema de Informação para Prevenção das Calamidades Naturais em Moçambique*. As ONGI's, ministérios e delegações provinciais (7) da DPCCN participaram deste encontro (NOTÍCIAS, 27/02/1986).

Enquanto isso, a situação de fome e miséria em Cabo Delgado fez “soar o alarme” do governo e das organizações humanitárias. Em março de 1986, a OXFAM definiu o distrito de Palma como prioridade, e, portanto, consumindo um terço do que o país recebia da organização em projetos de apoio social e programas de emergência para diversas partes do país (NOTÍCIAS, 13/03/1986). No mês de junho, a DPCCN estimava em 1 milhão e meio, o número de pessoas ameaçadas pela fome,

em Moçambique. A província de Sofala liderava com 403 mil afetados (NOTÍCIAS, 17/06/1986). O PNUD, em resposta a situação, planeava aplicar no quinquênio 1987/91, 46 milhões de dólares, contra os 45 milhões do anterior período 82/86 (NOTÍCIAS, 22/04/1986).

Os anúncios de solidariedade e de concessão de ajuda continuavam. Uma remessa de milho e trigo dos EUA, para vendas concessionárias e distribuição para as vítimas das calamidades naturais chegariam a Maputo, em Outubro. Todavia, a distribuição seria através da VISÃO MUNDIAL, em colaboração com o DPCCN, nos termos do acordo assinado, em Julho, pelo Vice-ministro da Indústria e Comércio, Prakash Ratilal e Peter Jon de Vos, embaixador dos EUA, em Moçambique (NOTÍCIAS, 10/07/1986). No mesmo contexto, a Ordem Militar Soberana de Malta, com sede nos EUA, também ofereceu roupa e medicamentos para serem distribuídos na província do Niassa. Parte destes medicamentos tinha sido financiada pela Associação Luso-americana em Lisboa (NOTÍCIAS, 20/09/1986). No Niassa, a situação da seca e combate à fome, pela sua gravidade, já exigia operações de socorro de emergência. Em outubro, representantes do PMA, da UNICEF e outras organizações internacionais visitaram as zonas afetadas. Já no mês de novembro, em Inhambane, a USAID financiou através da UNICEF programa de apoio logístico, de abertura de poços e furos e reabilitação de sistemas de abastecimento de água no valor de três milhões de dólares. O montante serviu para financiar as ONGI's acompanhadas pela UNICEF, em 150 mil dólares (NOTÍCIAS, 8/11/1986).

Em 1987, a situação da seca e de insegurança militar continuou privando milhares de pessoas em todo o país. No mês de janeiro, a província de Manica necessitava de 5 mil toneladas para atender, com urgência, 94 mil pessoas afetadas pela seca e ataques da RENAMO. Internamente, a capacidade de resposta do executivo prevalecia impossível, sem ajuda da cooperação. A GTZ da Alemanha e a CVM faziam parte das ONGI's humanitárias que realizavam trabalhos em vários domínios na região, entretanto, insuficiente para fazer face as necessidades das populações carenciadas (NOTÍCIAS, 1/01/1987). Igualmente, no Niassa, a fome começava a ceifar vidas. Os

camponeses, no lugar de produzir, foram forçados a se deslocar e, dezenas de pessoas abraçando o nomadismo, para escapar da guerra e, portanto, consumindo raízes, tubérculos, frutos silvestres e folhas de plantas herbáceas (NOTÍCIAS, 3/01/1987). Em Sofala, de acordo com a DPCCN, meio milhão de deslocados de guerra, também necessitava de auxílio urgente, em 85 mil toneladas de alimentos (NOTÍCIAS, 24/02/1987).

Diante deste cenário de miséria e de incertezas prevaletentes devido a guerra, implementar o pacote de reformas econômicas das IFIS's, se mostrava a saída mais realística, para corrigir as distorções. Em outubro de 1986, morre Samora Machel e substituído por Joaquim Chissano, Primeiro-Ministro. Isto permitir a flexibilização do processo de transformação econômica do país, timidamente iniciado em 1984. Afinal, Joaquim Chissano gozava de simpatias e uma melhor articulação diplomática no ocidente. Na 1ª Sessão da Assembleia Popular, o presidente Chissano reafirmou que a reabilitação econômica não devia esperar pela paz (NOTÍCIAS, 14/01/1987). O PRE e o Plano Estatal Central (PEC) exigiam uma nova mentalidade. Na Assembleia Popular, também estavam em estudo, a nova Política Fiscal, o Reajustamento da Taxa de Câmbios e uma nova legislação sobre preços e salários. Afinal, o Orçamento Geral do Estado tinha um déficit de trinta milhões de meticais (NOTÍCIAS, 15/01/1987). Portanto, se a nível político e econômico havia necessidade de corrigir as distorções nos principais indicadores macroeconômicos, a seca e a guerra, também dilaceravam o tecido socioeconômico, dificultando a implementação de qualquer iniciativa pelo executivo nacional. Com cada vez mais vítimas, a ONU estava preocupada com os fluxos de deslocados e refugiados de guerra. Uma Missão chefiada por Javier Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, em janeiro de 1987, esteve em Maputo para estudar junto das autoridades como assistir os refugiados, nos países vizinhos (NOTÍCIAS, 16/01/1987). As escolas estavam fechadas e as aulas interrompidas nos distritos de Mutarara, Chiúta e Angónia, em Tete, desde 1986. Em Nampula, com os raptos da RENAMO e a destruição de infraestruturas no distrito de

Monapo, em janeiro de 1987, a ajuda internacional se tornava indispensável para apoiar, continuamente, os milhares de camponeses desesperados.

Em Cabo Delgado, por exemplo, a Fundação Friedrich Ebert trabalhava no apoio de vários projetos, nomeadamente fabricação de sabão, óleo alimentar e peças sobressalentes para maquinas (NOTÍCIAS, 31/01/1987). Igualmente, em fevereiro de 1987, fruto de um acordo com o governo britânico, 6.5 milhões de libras seriam concedidos ao país, para assistência de longo prazo aos projetos de reabilitação nas pescas, estradas e pontes e agricultura. Ao setor de educação seriam alocadas novecentas mil libras para aliviar os efeitos das calamidades naturais e dispendidos em veículos para transportar provisões e vestuário nas áreas afetadas pela fome. Porém, estes fundos seriam canalizados através da OXFAM, da SCF e do Fundo Católico para o Desenvolvimento (CAFOD), segundo esclareceu Christopher Patten, ministro britânico de cooperação (NOTÍCIAS, 12/02/1987).

Nas províncias de Inhambane, Tete e Zambézia, igualmente, para assistência das vítimas da seca e ataques da RENAMO, no ano de 1987, a CEE concedeu, através das autoridades centrais, 2,5 milhões de ECU (hoje euros). Este valor seria canalizado através de diversas ONGI's que seriam encarregues de executar os programas de fornecimento de produtos alimentares, medicamentos e bens de primeira necessidade e envio de pessoal médico (NOTÍCIAS, 14/02/1987). Ainda para assistir as vítimas da fome e da guerra, em fevereiro, Marta Mauras, representante da UNICEF, entregou ao DPCCN, 269 toneladas de arroz doado pela *Sport Aid* (do cantor Irlandês Bob Geldof), para vítimas das calamidades, em Gaza (NOTÍCIAS, 24/02/1987). A FAO, no mês de fevereiro, também disponibilizou cerca de 4,7 milhões de dólares para as vítimas, através do PMA para as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala (NOTÍCIAS, 25/02/1987).

Entretanto, no ano de 1987, a situação de segurança alimentar e militar, também não registou melhorias significativas. A fome continuou grassando o país, tanto que o secretário-geral da ONU,

Javier de Cuellar, a 27 de fevereiro de 1987, lançou um apelo à Comunidade Internacional para que fosse prestada mais ajuda de emergência para Moçambique. Em Março, Arturo Hein, coordenador do sistema das Nações Unidas em Moçambique, também anunciou a criação do Gabinete Coordenador, em Maputo, para otimizar os esforços de ajuda internacional (NOTÍCIAS, 2/03/1987). Em todo o país, cerca de 4.5 milhões de pessoas precisavam assistência de emergência por conta dos ataques armados e da seca (NOTÍCIAS, 28/03/1987). Ainda em março, o diretor da OXFAM-(US), John Hamnock, visitou a província de Tete para aferir a situação dos quinze mil deslocados e regressados do Malawi e Zâmbia, na época classificada de “alarmante”. A OXFAM, que desenvolvia trabalhos de fornecimento de água e de material agrícola, construção e ampliação de escolas e maternidades nos distritos de Mágoe, em Moatize, mais do que identificar as necessidades, estudava as possibilidades de abastecer água para o centro de regressados de Moatize (NOTÍCIAS, 17/03/1987).

A Noruega foi dos primeiros países a responder o apelo da ONU, com 200 milhões de dólares. Entretanto, parte das doações foi através da UNICEF na execução de projetos em prol da situação da criança, em Maputo (NOTÍCIAS, 7/03/1987). Em Sofala, segundo Manuel Nogueira, diretor da DPCCN-Sofala, a ADRA, OXFAM e AFRICARE se comprometeram a financiar pequenos projetos (produtos alimentares, vestuário, artigos de higiene, sementes e instrumentos de produção, combustíveis e óleos lubrificantes) para as vítimas da guerra e das calamidades naturais (NOTÍCIAS, 27/03/1987). Na Conferência de doadores de Genebra, promovida pela ONU, em finais de março, a Dinamarca, Nova Zelândia, Portugal, Áustria, Inglaterra, EUA e Botswana, também aderiram ao apelo internacional. Em Genebra, foram angariados 207 milhões de dólares, fruto da contribuição de 20 países e organizações. O destaque vai para os EUA que prometeram uma doação de 195 mil toneladas de cereais, porém, na condição de ser distribuída através de ONGI's. A LWF, na ocasião, ofereceu uma ajuda avaliada em 2 milhões de dólares (NOTÍCIAS, 1/04/1987). O CICV, anunciou através do delegado para África, François Musy, que a sua sede, em

Genebra, disponibilizou 2.5 milhões de francos para assistência e proteção aos deslocados de guerra e vítimas da seca, em diversas províncias (NOTÍCIAS, 1/04/1987). As ONGI's em coordenação com as agências da ONU, também estavam disponíveis para realizar trabalhos de apoio aos regressados, cujos os fluxos cresciam, diariamente nos distritos transfronteiriços (NOTÍCIAS, 3/04/1987). Contudo, também constituía preocupação das autoridades, a estabilização das emergências que, segundo enfatizou Jacinto Veloso, Ministro da Cooperação, se dirigindo ao corpo diplomático, resultariam da combinação da execução do programa de emergência com o PRE (NOTÍCIAS, 28/04/1987).

Em princípios de maio de 1987, o presidente Chissano visitou Londres. Na ocasião, o governo britânico anunciou mais ajuda de emergência para Moçambique (30 toneladas de alimentos e 11,5 milhões de libras), cuja canalização seria feita através de ONGI's e organizações especializadas da ONU (NOTÍCIAS, 29/09/1987). A situação de emergência era complexa, naquele ano. Em Tete, por exemplo, as populações recebiam alimentos liofilizados, da Itália. A RDA, também respondeu o apelo de Genebra com uma doação para o MINED, através da UNICEF, de trezentos mil marcos, para o apoio de emergência à educação primária, em Moçambique. O donativo visava fornecer, a cerca de 500 mil crianças, de 1900 escolas, material escolar e apetrechamento de centros internatos (NOTÍCIAS, 29/05/1987). Mas, como se pode imaginar, isto não cobria as necessidades do país. Havia um défice no rastreio das necessidades e muitas intervenções humanitárias escapavam do escrutínio das autoridades. Nos finais do mês de maio, foi criado o Comitê Operativo de Emergência (CENE), presidido por Jacinto Veloso e Prakash Ratilal, na qualidade de membros permanentes. A necessidade de maior coordenação entre o governo e doadores; assegurar maior eficácia na execução do programa de emergência em curso, estiveram na razão da criação deste órgão, integrando membros do governo, representantes do sistema da ONU, países doadores e ONGI's (NOTÍCIAS, 7/05/1987). Se mostrava necessário imprimir nova dinâmica para que o programa de emergência permitisse harmonização com ações de desenvolvimento integrado. Assim,

em Cabo Delegado, a ARO e OXFAM ampliaram apoio com ajuda multiforme ao programa de emergência para beneficiar populações deslocadas, com incidência na saúde (NOTÍCIAS, 11/07/1987). Em agosto, a VISÃO MUNDIAL - Austrália ofereceu mais de 300 toneladas de milho para vítimas dos ataques e da fome no distrito de Gorongosa, em Sofala. A operação envolveu, também o PMA que custeou, em 200 mil dólares, o transporte da ajuda concedida. Em setembro de 1987, a ARO, HIVOS e OXFAM, no âmbito dos trabalhos de levantamento e sistematização das necessidades das populações afetadas pelos ataques armados, manifestaram vontade de apoiar as pessoas em situações difíceis, fornecendo vestuário, alimentação e cuidados de saúde (NOTÍCIAS, 11/09/1987).

Já, no ano fiscal de 1988, as necessidades com refugiados e deslocados eram cada vez mais crescentes. Em janeiro, o governo britânico através do ACNUR disponibilizou 50 mil libras que financiaram o fabrico de 20 mil mantas para apoiar os refugiados moçambicanos, no Malawi (NOTÍCIAS, 8/01/1988). No mesmo mês, para verificar o curso dos projetos desenvolvidos em Maputo, Sofala e Zambézia, o diretor da CARE, Edwin Weslei visitou Moçambique. Em finais de fevereiro, igualmente, a presidente da SCF, princesa Anne, voltou a visitar Moçambique. A porta de entrada foi Quelimane, onde manteve contatos com instituições ligadas ao apoio e analisou projetos que decorrem sob o financiamento da SCF, na Zambézia (NOTÍCIAS, 26/02/1988). Em Maputo, também visitou o depósito de vacinas do HCM, um empreendimento na época financiado pela SCF (NOTÍCIAS, 27/02/1988). Mas, as doações anunciadas no âmbito da Conferência de doadores em Genebra, não cobriram as necessidades cada vez mais crescentes, devido a contínuos ataques contra centros populacionais e infraestruturas socioeconômicas, no ano de 1988. A ONU, por conseguinte, voltou a apelar à Comunidade Internacional para conceder apoio adicional de mais 300 milhões de dólares, para Moçambique. Para tal, uma conferência de doadores foi organizada para o mês de abril, em Maputo (NOTÍCIAS, 4/04/1988). Enquanto isso, a VISÃO MUNDIAL, entre outubro de 1987 e março de 1988, canalizou cerca de 20 mil toneladas de produtos alimentares para assistir as

províncias de Tete, Manica e Zambézia, no quadro do programa de emergência. Os doadores foram o Canada, EUA, Austrália e a CEE (NOTÍCIAS, 22/04/1988).

No mês de abril, visando atender as necessidades crescentes no programa de emergência, também, o PMA incrementou a assistência alimentar, para Moçambique. Para o ano fiscal de 1988, o PMA se dispunha a disponibilizar mais de 14 milhões de dólares para execução de programas de emergência. Segundo D. Hunnsch, representante daquela agência no país, o montante seria distribuído em parcelas, para financiar projetos de desenvolvimento, de emergência e de natureza social. A Itália e o Japão, também se comprometeram a reforçar esta verba (NOTÍCIAS, 13/04/1988). Entretanto, a rápida disponibilização dos produtos adquiridos à população carenciada, a partir das verbas anunciadas, dependia da acessibilidade das vias, muitas delas degradadas e/ou bloqueadas pelos ataques. Em abril de 1988, para contornar o bloqueio dos acessos e a degradação das vias, um acordo de concessão de 20 milhões de coroas foi assinado, entre a Suécia e a recém criada CENE, para a distribuição via aérea dos donativos, no âmbito do programa de emergência (NOTÍCIAS, 13/04/1988).

No dia 26 de abril de 1988, se realizou a Conferência Internacional sobre assistência de emergência em Moçambique, no período 1987/1988. Mais de 200 personalidades e delegados, representando 22 países, 8 agências da ONU e 40 ONGI's discutiram o apelo lançado à Comunidade Internacional e avaliaram as possibilidades de ajuda de emergência adicional (NOTÍCIAS, 26/04/1988). Os embaixadores da Suécia, Itália, RDA, Grã-Bretanha, França, entre outros, anunciaram as suas contribuições, enquanto condenaram o que, na época, se considerou "agressão" à Moçambique. As agências da ONU, mormente ACNUR, PMA, PNUD e UNICEF, as ONGI's RED BARNNA, AMASP, CUAMM, CONCERN e a Comunidade de Santo Egídio, também se juntaram à Comunidade Internacional, na resposta ao apelo da ONU para a mobilização de mais apoio para Moçambique. No final da conferência, a Comunidade Internacional garantiu ajuda no valor de 270 milhões de dólares, para 1988/1989 (NOTÍCIAS, 28/04/1988). Entretanto, porque as doações

registavam atrasos, em agosto, o coordenador do sistema da ONU, em Moçambique, Arturo Hein, convocou uma conferência de imprensa para sensibilizar os doadores a entregar a ajuda nos prazos definidos; assegurar o mínimo necessário em mantimentos e fatores de produção, aos cerca de 6 milhões de pessoas afetadas pela seca e pela guerra (NOTÍCIAS, 17/08/1988).

As organizações também trabalhavam em coordenação com os doadores nos programas de emergência. Através da CARE, por exemplo, o governo da Canada apoiou vários projetos no âmbito do programa de emergência, em Moçambique. Com cerca de 15 milhões de dólares disponibilizados, a ONGI desenvolveu projetos em Nampula e Niassa. Mas, o Canada através da COCAMO, estava na coordenação de ações de apoio, em Nampula. Constituída por 19 ONGI's daquele país, a COCAMO realizou trabalhos em cooperativas agrícolas, associações camponesas, gabinetes das zonas verdes e programa de emergência. Segundo Judith Marshal, citada pelo *Notícias*, até 1988, a organização dispendeu 7 milhões em projetos de melhoramento da situação de deslocados, reabilitando os centros de saúde de Marere e Rapale, fornecendo medicamento a todos os distritos e na reabilitação de poços nos arredores da cidade de Nampula e centros de deslocados (NOTÍCIAS, 12/09/1988). Em setembro de 1988, a Comunidade Santo Egídio, em Pemba, também ofereceu 500 toneladas de produtos alimentares, vestuário e material escolar para os deslocados (NOTÍCIAS, 16/09/1988).

Em outubro de 1988, a necessidade de fortalecer a capacidade do CENE, nas áreas de recolha e processamento de dados, coordenação logística e apoio administrativo, um projeto de financiamento do PNUD, em quase 400 milhões de dólares foi rubricado por Arturo Hein e Jacinto Veloso, na presença do coordenador, Prakash Ratilal e Salomão Mambo, diretor do DPCCN. Com a duração de 18 meses, a formação dos técnicos do órgão contou com o apoio financeiro do governo da Holanda (NOTÍCIAS, 1/10/1988). Mas, no terreno a situação continuou ainda complexa. Em finais de 1988, o aumento de deslocados e refugiados agravou substancialmente as necessidades de assistência de emergência. Eis por essa razão que na *IV Reunião Nacional de Emergência*, realizada em

Quelimane, Prakash Ratilal, coordenador do CENE, renovou o pedido de ajuda à Comunidade Internacional (NOTÍCIAS, 14/10/1988). Até o mês de outubro, decorria o transporte de 3 mil toneladas de produtos diversos, inciados, em Maio, pela LAM, com apoio da Suécia que disponibilizou cerca de 20 milhões de dólares. Segundo Jorgen Christensen, coordenador de programas de emergência na embaixada, a Suécia estava envolvida em outros projetos de desenvolvimento socioeconômico, em Moçambique, através da ASDI, RED BARNNA e UNICEF que, recebiam fundos suecos para projetos de apoio nas áreas de saúde e educação, em Manica (NOTÍCIAS, 15/10/1988). Na cidade da Beira, em Sofala, a ASDI, também financiou a construção de 12 casas para professores do Centro de Educadores Profissionais 1º Maio, no bairro da Manga (NOTÍCIAS, 22/11/1988). Em Manica, ainda no ano de 1988, o Fundo de Apoio à Infância da Noruega, RED BARNNA, VISÃO MUNDIAL, UNICEF, CICV e SCF, Comité dos Estados Unidos para Saúde e a Associação Belga, também financiaram projetos no âmbito do programa de emergência e na área de apoio à criança traumatizada (NOTÍCIAS, 26/11/1988).

Na província de Tete, a organização italiana, ISCOS, no mês de outubro, financiou um projeto integrado nas áreas de saúde e agricultura e projetos de emergência, em benefício dos deslocados e “libertados do cativeiro” da RENAMO nas regiões de Mufa, Mpandua e Boroma. Os 140 mil dólares disponibilizados pela organização, foram aplicados na reabilitação e (re) construção de postos de saúde, no fornecimento de equipamento agrícola e para abertura de furos de água (NOTÍCIAS, 18/10/1988). Segundo Enzo Tromboni, coordenador de projetos, citado pelo *Notícias*, em novembro de 1988, o ISCOS, também desenvolvia projetos de recuperação de imóveis do Estado na cintura verde do Xai-xai, em Gaza, para a criação de casas agrárias visando a dinamização do setor familiar, no quadro do projeto agrícola de três mil hectares, abrangendo as localidades de Sotoene, Inhamissa e Chimangue (NOTÍCIAS, 7/11/1988).

Portanto, a resposta da comunidade internacional continuava ganhando “corpo” em Moçambique. Em Janeiro de 1989, o diretor nacional da DPCCN, Salomão Mambo, assumiu publicamente que,

na globalidade, o apelo de assistência humanitária efetuado pelo país, em 1988, foi satisfatoriamente cumprido (NOTÍCIAS, 27/01/1989). Mas, os atrasos continuavam. A Itália, por exemplo, apenas concluiu a entrega dos donativos previstos para o ano 1988, em finais de janeiro de 1989 (NOTÍCIAS, 31/01/1989). Mas, a gestão do programa de emergência não foi, de todo, satisfatória. Apesar do auxílio canalizado, a situação na Zambézia continuava alarmante. De acordo com Luís Francisco, coordenador do programa de emergência, aquela província, em fevereiro, albergava mais de meio milhão de deslocados de guerra (acomodados em 197 centros) e pouco mais de 321 mil de pessoas afetadas, um aumento substancial, quando comparado com o registado, em princípios de 1988 (NOTÍCIAS, 13/02/1989). Os apoios para Moçambique, continuavam a chegar de vários cantos. O governo do Canadá, através da ACDI, em fevereiro de 1989, ofereceu para o programa de emergência, 13 mil toneladas de trigo para Beira e Maputo (NOTÍCIAS, 14/02/1989). Em finais de fevereiro, o Japão, também anunciou disponibilizar 20 milhões de dólares para emergências e apoio ao PRE (NOTÍCIAS, 28/02/1989). Este anúncio, seguiu-se à aprovação de um montante de mais de 49 milhões meticais, na primeira quinzena, pela CONCERN, para compra de tecido para a produção de 150 mil peças de vestuário, visando o apoio de deslocados, em diferentes pontos da província de Nampula (NOTÍCIAS, 14/02/1989).

Entretanto, a generalização da corrupção e do desvio de bens de emergência nos armazéns do DPCCN se tinha tornado um problema para autoridades, mas, sobretudo para os doadores. Informações de desvios e de má gestão dos bens, se tornaram frequentes. Em Março de 1989, a garantia de uma correta utilização dos bens de emergência, levou à criação de duas Comissões de Investigação, anunciadas numa reunião pelo Vice-ministro da Agricultura e coordenador substituto da CENE, Alfredo Gamito. Na reunião do subcomitê que analisava os programas de ajuda alimentar para as províncias e todos os problemas de distribuição, realizada em finais de março, também estavam presentes os representantes dos EUA, da CEE, Itália, Canada, PMA e SCF, principais

doadores de cereais, em Moçambique. Nessa altura, a CARE já se tinha tornado assistente logístico de bens distribuídos no DPCCN (NOTÍCIAS, 25/03/1989).

O anúncio da investigação para os desvios de bens de emergência, também tinha em vista dar credibilidade ao governo que se preparava para o terceiro apelo, lançado em Abril, pelo Primeiro-ministro, Mário Machungo, em Nova Iorque. Em resposta ao apelo, a Comunidade Internacional assegurou o apoio para o programa de emergência de 1989, com cerca de 352 milhões de dólares (NOTÍCIAS, 18/04/1989). Infelizmente, a situação de segurança continuava degradada. Por exemplo, a 16 de março, os ataques armados interromperam a ligação entre a cidade de Nampula e o distrito de Memba. Em consequência, não havia como assistir os deslocados e a população carenciada daquele ponto do país. Com a reabertura, na primeira quinzena de abril, ONGI's dos EUA e Canada, (OXFAM, SCF), a Itália, PMA, UNDRO e CEE, imediatamente, disponibilizaram fundos para o transporte de 4 toneladas de comida para o distrito de Memba (NOTÍCIAS, 15/04/1989). Igual à situação de Memba, também estavam várias localidades e vilas da região centro e sul do país e cujas soluções para a normalização da vida requeriam a conjugação de esforços, entre as autoridades locais e a comunidade de doadores.

Todavia, o descaminho de produtos continuava a agitar as partes. Em maio de 1989, Jacinto Veloso, Ministro da Cooperação, na abertura da VII Reunião Nacional de Emergências, voltou a apelar à necessidade de garantir que todos os bens de emergência fossem corretamente encaminhados e chegassem a tempo, às populações necessitadas (NOTÍCIAS, 30/05/1989). Afinal, de acordo com Veloso, o programa de emergência tinha salvo, entre 1988 e 1989, cerca de 5 milhões de vidas (NOTÍCIAS, 3/06/1989). Em junho de 1989, a Comissão Provincial de Emergência, em Gaza, contabilizava em meio milhão, o número de pessoas ameaçadas pela fome e, portanto, ainda dependentes das emergências, naquele ponto (NOTÍCIAS, 7/06/1989). Em conexão com os desvios de bens de emergência e na sequência dos inquéritos instaurados em março, acabaram detidos, em Maputo, seis funcionários do DPCCN, com funções de chefia, suspeitos de envolvimento no caso e

graves irregularidades na gestão dos fundos provenientes da venda destes, quando devidamente autorizada (NOTÍCIAS, 23/06/1989).

Na Zambézia, o governador Carlos Agostinho do Rosário, visando disciplinar a emergência, também prometeu responsabilizar os autores de roubos e desvios de bens de emergência. O DPCCN, durante visita efetuada por Carlos Agostinho do Rosário, além de roubos e desvios constatados, indicou que enfrentava dificuldades de distribuição, com bloqueio dos acessos, devido à guerra e, as pontes aéreas, eram incapazes de dar vazão à grandes quantidades de produtos armazenados, por causa da ínfima capacidade de carga das aeronaves utilizadas, desorganização e falta de pessoal capacitado (NOTÍCIAS, 12/07/1989). Portanto, não obstante a canalização dos bens pelos doadores, a cadeia de armazenamento e distribuição não conseguia garantir que os bens chegassem a tempo aos necessitados. Nas DPCCN, havia sérios problemas logísticos, nomeadamente, poucos meios de transporte disponíveis (por vezes obsoletos), falta de combustível e vias de acesso degradadas e/ou inacessíveis.

As dificuldades do DPCCN, se tornaram cada vez mais sérias com os primeiros resultados da implementação do PRE. A fome e as desigualdades “invadiram” as zonas urbanas. Em julho, de 1989, visando a redução do déficit alimentar, facilitar a aplicação do PRE e a criação de incentivos para o aumento da produção, o governo americano, através do USAID, assinou com o executivo de Maputo, representado por Daniel Gabriel, Ministério do Comércio, a concessão de 8 milhões de dólares para aquisição de produtos alimentares. Em apoio do programa alimentar, no mês de maio, tinham sido concedidas 100 mil toneladas de milho para comercialização, através da rede nacional. Também, através da DPCCN, o governo americano concedeu 65 mil toneladas de milho, mais de 12 de feijão e lentilha e 450 de óleo alimentar para o país. Adicionalmente, cerca de 100 milhões de dólares, dos quais 62 para PMA e os restantes por via das ONGI’s seriam distribuídos pelos diversos projetos e outras atividades complementares do governo americano (NOTÍCIAS, 6/07/1989).

Não obstante estes apoios, a situação alimentar, infelizmente continuava crítica no país. Em Gaza, 600 mil pessoas, entre vítimas da guerra, deslocados (meio milhão) e repatriados, foram contabilizadas como necessitadas, em Agosto de 1989. Jacinto Veloso, numa conferência de imprensa sobre a situação do Programa de Emergência, voltou a “lamentar” o baixo nível de concretização das promessas dos doadores aquando do último apelo de emergência, na Conferência de Nova Iorque (NOTÍCIAS, 24/08/1989). Entretanto, nem tudo corria mal. Em outubro de 1989, a Suécia concedeu uma ajuda de emergência de 100 milhões de coroas, para assistência aos deslocados e diversas áreas de desenvolvimento socioeconómico, sendo um exemplo, a instalação da ponte provisória sobre o rio Limpopo, no Xai-xai (NOTÍCIAS, 5/10/1989). A Austrália, também prometeu conceder pouco mais de 7 toneladas de arroz, bolsas de estudo *commonwealth* e assistência técnica ao país (NOTÍCIAS, 5/10/1989).

A situação de emergência aumentava de proporção com o aumento dos ataques, aumento de deslocados, início de repatriamento e regresso voluntário massivo de refugiados, verificados com o início das negociações para paz entre o governo e a RENAMO. Para mitigar situações similares, por exemplo, em Pebane, na Zambézia, a ACTION AID, uma ONGI britânica, chegou a solicitar aos doadores internacionais uma ajuda alimentar de emergência, estimada em 6 mil toneladas de milho, para socorrer os deslocados, regressados, em novembro de 1989 (NOTÍCIAS, 14/11/1989). É verdade que, em janeiro de 1990, visando dar mais apoio aos deslocados, a MSF, através do seu administrador, Jean-Louis Gallo, também anunciou o aumento das horas de voos, reabilitar mais hospitais e o reforço do pessoal para garantir a assistência médica às populações afetadas pela guerra e calamidades naturais (NOTÍCIAS, 10/01/1990).

Apesar das melhorias na coordenação, a situação alimentar continuava deveras preocupante, em 1990. Em abril, no distrito da Machanga, em Sofala, milhares de pessoas, entre deslocados e recuperados dos “cativeiros” da RENAMO, enfrentavam problemas de vestuário, cobertores, alimentos e cuidados sanitários (NOTÍCIAS, 11/04/1990). Em M’pádué, em Tete, perto de 5 mil

deslocados sofriam, também de problemas alimentares (NOTÍCIAS, 11/04/1990). Entretanto, em finais de janeiro e, a contragosto dos doadores, as autoridades da DPCCN haviam admitido que 5 mil toneladas de milho destinadas às populações afetadas, foram desviadas e 22 toneladas de peixe deterioradas, no distrito de Vilanculos (NOTÍCIAS, 29/01/1990). O escândalo foi precedido de investigações e de reorganização da DPCCN, em vários distritos daquele ponto do país, segundo afirmou José Armando Silvestre ao *Notícias*, em Abril de 1990 (NOTÍCIAS, 3/03/1990). Na Zambézia, igualmente, três funcionários da DPCCN foram condenados a 12 anos, por roubo de chapas de zinco, doadas no âmbito do programa de emergência e avaliadas, em 7 milhões de meticais (NOTÍCIAS, 1/03/1990). À medida que se implementava o PRE, a gestão dos apoios da Comunidade Internacional se tornava um desafio para as autoridades nacionais. Os efeitos do PRE, também já se sentiam e, com cada vez maior peso, sobre as camadas mais pobres e vulneráveis das zonas urbanas. A indignação e a miséria se tinham generalizado nas principais cidades do país, se questionando não apenas a relevância, mas, também a necessidade da continuidade das reformas em curso. Mas, para o Ministro das Finanças, Abdul Magid Osman, falando na abertura do seminário sobre a *Execução da Política Fiscal*, “abandonar o PRE naquele momento, mais do que beneficiar camadas desfavorecidas, poderia conduzir o país ao caos e, portanto, exigia consenso nacional sobre a matéria”(NOTÍCIAS, 27/02/1990). Afinal, o 4º Apelo de Emergência para o biênio 90/91, já estava em preparação, visando aliviar milhares de pessoas que continuavam a viver sob o espectro da guerra e dos efeitos das calamidades naturais. Em finais de março, não obstante o aumento de roubos e desvios de bens de emergência e o alarme dos doadores, Jacinto Veloso, Ministro da Cooperação e presidente da CENE apresentou formalmente, em Maputo, o documento que seria lançado, em Nova Iorque, em abril, para a Comunidade Internacional (NOTÍCIAS, 28/03/1990).

A 4ª Conferência de doadores, realizada a 26 de abril de 1990, em Nova Iorque, identificou como necessidades globais cerca de 135 milhões de dólares para atender os cerca de 1.4 milhão de deslocados internos e 154 mil regressados dos países vizinhos (NOTÍCIAS, 26/04/1990). Em todo o

país, cerca de 200 mil deslocados dependiam de pontes aéreas e a falta de cobertura financeira para as despesas preocupava a CENE. Porém, a Comunidade Internacional não deu resposta positiva para o abastecimento de distritos inacessíveis (NOTÍCIAS, 26/04/1990). Ademais, com as negociações para o fim da guerra em curso, os passos para a pacificação do país estavam cada vez mais consistentes e, de acordo com o Primeiro-ministro, Mário Machungo, o cenário podia aumentar, substancialmente as necessidades de assistência de emergência para Moçambique (NOTÍCIAS, 27/04/1990). A questão dos desvios e da corrupção na gestão do programa de emergência, não obstante a declarada confiança da Comunidade Internacional, colocou à prova a seriedade do Governo de Moçambique, na 4ª Conferência de doadores. A não divulgação dos resultados das duas Comissões de Inquérito de 1989, semanas antes da Conferência de Nova Iorque, colocou em “efervescência” a comunidade de doadores, em Maputo. O governo, consciente das circunstâncias e cedendo à avidez dos doadores, nas vésperas da Conferência, decidiu libertar, apenas o sumário executivo dos relatórios das Comissões de Inquérito. Nos documentos, a contragosto dos doadores, apenas constavam detalhes de envolvimento de indivíduos com cargos governamentais de nível provincial e distrital no desvio de bens de emergência.

A partir daí, o tema da corrupção se tornou preferido na 4ª Conferência de doadores. A delegação americana, não só considerou incompletas as investigações da Comissão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, como também sugeriu a criação de um comitê com autoridade suficiente para garantir a continuidade das investigações e processamento judicial dos implicados que deviam ser revelados publicamente. A expectativa dos EUA era ver membros superiores do governo na lista. Afinal, além dos casos já referidos, nas vésperas da conferência, três contentores de óleo alimentar, pertencentes ao PMA, desapareceram no porto da Beira. Estes episódios levaram com que os EUA, reexaminassem seus programas de ajuda, para assegurar um controlo em cada estágio da cadeia de fornecimento. Já a Suécia, apesar de um mais “tom conciliatório” na conferência, também sugeriu controlo rígido e supervisionado dos bens, a partir dos pontos de entrada de Moçambique. A CEE,

Canadá e outros membros da Comunidade de doadores, na base de uma maior coordenação e, através de maior envolvimento de ONGI's, estavam apostados em assegurar maior rigidez no controlo dos bens de emergência (NOTÍCIAS, 5/05/1990). Mais uma vez, as ONGI's aparecem como alternativa á letargia do canais oficiais do Estado, na prestação de melhores serviços para garantir ajuda de emergência.

Em 1990, não obstante estes problemas, a assistência global americana, concedida para Moçambique, aumentou. No mês de julho, com um aumento em 12.5 milhões, o valor ascendeu a 100 milhões de dólares, se tornando no maior programa de assistência na África subsaariana. Os EUA apoiavam os setores familiar, cooperativo e privado, na importação de tratores, camiões e outro equipamento agrícola, sementes e fertilizantes para aumento rápido da produção. A reabilitação de infraestruturas, o reforço da rede comercial agrícola, assistência técnica e de saúde e o envolvimento de ONGI's também foram financiados em Moçambique, para permitir autossuficiência alimentar em curto espaço de tempo (NOTÍCIAS, 5/07/1990). O governo de Moçambique, no contexto da 4ª Conferência, deu garantias de maior participação dos doadores nas Unidades de Apoio Logístico. A CARE, uma organização americana assistente da Unidade de Apoio Logístico do DPCCN, trabalhava na planificação e posterior distribuição de bens oferecidos para os deslocados e vítimas da fome. A título de exemplo, em julho de 1990, esta organização ofereceu ao Gabinete da Primeira-dama, Marcelina Chissano, 100 mil pares de calçado para crianças. A sua distribuição envolveu, rigorosamente, não apenas o DPCCN, mas a CARE e o Gabinete da primeira-dama (NOTÍCIAS, 11/07/1990).

Mas, no ano de 1990, as necessidades em bens de emergências aumentaram consideravelmente, em Moçambique. Em Niassa, distrito de Nipepe, à semelhança de Memba, 12 mil pessoas se alimentavam de raízes de plantas silvestres, pois a assistência somente era possível via aérea. Segundo Cristiano Taímo da DPCCN-Niassa, o bloqueio de vias e a baixa produção havia agravado a situação. A OXFAM era a única organização fazendo deslocações para o reconhecimento de

zonas de concentração da população e levando algum abastecimento ao distrito de Nipepe (NOTÍCIAS, 24/07/1990). Mas, fruto de um acordo assinado entre o DPCCN e a OXFAM-UK, em Agosto, metade das necessidades com pontes aéreas para os distritos de Nipepe e Maúa, durante três meses, passaram a ser suportadas por aquela ONGI britânica, que se encarregou do pagamento de guias dos bens entregues (NOTÍCIAS, 17/08/1990). Mas, a DPCCN e outras organizações, mormente PMA, CCM e a Comunidade Islâmica, também continuaram atuando no quadro do programa de emergência na província do Niassa, para atender as cerca de 130 mil pessoas deslocadas e regressadas dos países vizinhos (NOTÍCIAS, 25/07/1990).

Em Cabo Delgado, entre julho e outubro de 1990, o projeto CRIAA, da França, apoiou com milho aos deslocados de guerra, vindos do Posto Administrativo de Mazaze, distrito de Chiúre e outros de Quissanga, de Ancuabe e de Pemba-Metuge (NOTÍCIAS, 30/07/1990). Esta organização, também apoiou deslocados do distrito de Mecúfi, distribuindo milho, feijão e óleo alimentar para os cerca de 2 mil deslocados e as quase 14 mil pessoas, necessitando ajuda alimentar naquele ponto do país (NOTÍCIAS, 27/10/1990). No distrito Lalaua, em Nampula, o futuro dos deslocados, também era sombrio em Methi, com as quantidades alimentares exíguas, não obstante a CONCERN ter colocado à disposição, entre abril e setembro, mais de 90 mil toneladas de milho (NOTÍCIAS, 11/11/1990). Em finais de novembro, para fazer a avaliação dos resultados do apelo de 1990 e a remissão do respetivo relatório no Grupo Consultivo de Paris, em dezembro, foram nomeados oficiais da CENE/UNSCERO para se deslocarem às províncias de Tete, Zambézia e Nampula. Quadros da DPCCN, funcionários da UNICEF, do PMA, da CARITAS, da ASDI, da NORAD, da embaixada de Itália e NARMIL, membros do governo e quadros de instituições centrais, também integraram estas comissões de avaliação (NOTÍCIAS, 21/11/1990). Portanto, os doadores tinham, desta vez, a oportunidade de participar da avaliação sobre aplicação dos bens por si doados. Mas, segundo se avançou acima, os desvios e a má gestão já “assombravam” o programa de emergência.

A CONCERN, uma organização que atuava, sobretudo em Nampula, apesar de considerar de positivo o trabalho com os serviços de educação, saúde e agricultura, em janeiro de 1991, decidiu retirar o apoio e donativos ao DPCCN, por verificar, ao longo dos quatro anos de atuação, incapacidade do setor e inflexibilidade no envio de mercadorias aos destinatários, maioritariamente população em situação de emergência. Para o coordenador, Peter O'Mahony, a situação se agravou com os desvios verificados. Os artigos disponibilizados, ou não chegavam, ou eram enviados em poucas quantidades para os destinatários (NOTÍCIAS, 11/01/1991). Na província de Gaza, a situação de roubos de bens de emergência tinha outra faceta. As autoridades provinciais se queixavam de assaltos ao longo do corredor do Limpopo. Alberto Mujovo, coordenador provincial da DPCCN, indicou a ocorrência de persistentes assaltos nos vagões de comboio, contendo produtos doados pela Comunidade Internacional, ao programa de emergência, com proporções alarmantes, desde meados de 1990 (NOTÍCIAS, 14/01/1991). Em julho de 1991, situações similares, perpetradas por militares e populares, em Mutucuti e Nacuco, levaram à suspensão de todos os trabalhos de distribuição de donativos da GAA nos distritos de Angoche e Mogovolas (NOTÍCIAS, 27/07/1991).

Portanto, a fome e a insegurança militar estavam a perturbar a normal circulação de pessoas e bens, nos principais corredores do país. Entretanto, em 1991, foram registadas melhorias. Os consensos alcançados, em dezembro de 1990, em Roma, sobre os corredores humanitários permitiram, por exemplo, à CICV, assistências diretas às populações do Posto Administrativo de Canxixe, no distrito de Maríngue, norte de Sofala (NOTÍCIAS, 25/01/1991). Em abril de 1991, segundo Marco Well, mais de 35 mil civis eram assistidos pela CICV nas zonas da RENAMO, em Sofala e na Zambézia (NOTÍCIAS, 24/04/1991). Mas, em julho, o CICV foi acusado de fornecimento de equipamento militar à RENAMO. A descoberta de enormes quantidades (5 toneladas) de fardamento militar na carga da CICV, não precipitou apenas a detenção, mas a expulsão, dias seguintes, do delegado da ONGI, na cidade da Beira (NOTÍCIAS, 23/07/1991). Igualmente, graças

às melhorias na segurança, a partir de fevereiro 1991, a MSF, também se dedicava aos deslocados e malnutridos de alguns distritos da Zambézia (NOTÍCIAS, 2/02/1991).

Na região norte do país, várias organizações atuavam em apoio aos deslocados e regressados no âmbito do programa de emergência. A brigada do Ministério da Cooperação que visitou as províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado, para observar *in loco* o trabalho das ONGI's, fez mapeamento da atuação de diversas organizações. Em Cabo Delgado, por exemplo, a COSV trabalhava na construção de Centros de Saúde e Centros de Formação de Enfermeiros Básicos, com financiamento do governo italiano, em 800 milhões de dólares. A GAA estava envolvida na emergência, aquisição de sementes e instrumentos de produção em Namuno, Mecúfi, Ancuabe, Chiúre e Moeda e Ibo, com apoio da CEE e do governo alemão. A HELVETAS tinha projetos de provisão de água potável, em todos os distritos de Cabo Delgado e a CICV, no socorro das populações. A COCAMO, um consórcio de 20 organizações canadianas, baseada em Nampula, realizava trabalhos em Malema, Mussoril, Ribáue e Ilha de Moçambique, também com fundos da CEE, do governo alemão e de outras entidades privadas, na Alemanha. Em Nampula, também atuavam a CARITAS, CONCERN. A OIKOS, CCM, CVM, OXFAM-UK atuavam na província do Niassa (NOTÍCIAS, 13/02/1991).

Em abril de 1991, segundo António Munguambe, Vice-ministro do Comércio, o défice alimentar, no país, ultrapassava 1 milhão de toneladas (NOTÍCIAS, 2/04/1991). No mesmo período, a CEE já tinha disponibilizado 10 mil toneladas de milho, ao DPCCN (NOTÍCIAS, 5/04/1991). O PMA, também concedeu mais de 75 mil toneladas de alimentos a serem distribuídas, gratuitamente para as populações deslocadas e afetadas pela guerra, em todo o país (NOTÍCIAS, 28/05/1991). Mas, neste ano, a seca agravou as necessidades de emergência, sobretudo no centro do país. Segundo Salomão Mambo, dos 139 milhões de dólares solicitados, em abril de 1990, apenas 116.9 foi recebido, para fazer face ao programa de emergência, no país (NOTÍCIAS, 11/07/1991). Em Manica, por exemplo, nos meados de novembro, o combate ao espectro da fome que afetou mais de 340 mil pessoas, juntou

intervenções de organizações como CVM, ACNUR, RED BARNA, GTZ, GAA, PMA, UNICEF, em coordenação com a DPCCN na distribuição de alimentos, sementes e instrumentos agrícolas e no transporte (NOTÍCIAS, 6/11/1991). Portanto, a implementação do programa de emergência a partir dos meados dos anos de 1980, não apenas aproximou Moçambique dos países do ocidente, como também trouxe para teatro de desenvolvimento do país novos atores, entre os quais, ONGI's de países doadores, atuando em diferentes setores, segundo se descreveu acima. Mas, o programa de emergência, apenas foi a porta de entrada. AS ONGI's atuaram em diferentes sectores, como a seguir se procura elucidar.

ONGI's atuando na emergência de saúde

A seca prolongada e o recrudescimento dos ataques da RENAMO desafiavam, também o setor da saúde que se ressentia de investimentos públicos. Na década 1980, parte do que devia ser garantido, através do setor público, gradualmente passou para a cooperação e doadores, em coordenação com várias organizações internacionais, especificamente, ONGI's. No setor de saúde, o cenário não foi diferente. Havia défice de material e/ou no apetrechamento de unidades sanitárias que, precisaram intervenção da cooperação no geral e, particularmente, de ONGI's. Em fevereiro de 1985, os luteranos (LWF) ofereceram, através do MISAU, equipamento hospitalar que se destinava às províncias de Tete, Zambézia e Nampula (NOTÍCIAS, 5/02/1985). Na época, a OMS tinha um projeto mais ambicioso, para Moçambique. Um programa de desenvolvimento de infraestruturas sanitárias, que incluía a organização de sistemas baseados nos cuidados de saúde primários, estava em curso no país (NOTÍCIAS, 20/02/1985). Em 1985, a OMS já desenvolvia trabalhos, no apoio às atividades de formação de pessoal, no combate á tuberculose, lepra e doenças diarreicas. Mas, desta vez, o objetivo era um desenvolvimento sanitário que garantisse saúde para todos, até ao ano 2000.

O alcance do desiderato, também dependia do envolvimento de diferentes intervenientes/parcerias. Assim, um acordo de cooperação assinado, em março, com a Noruega, permitiu o financiamento, através da NORAD, de programas de combate à tuberculose, fornecimento de equipamentos sanitários e técnicos, medicamentos e bolsas de estudo (NOTÍCIAS, 11/03/1985). Em Maio, o apoio concedido pela agência norueguesa, em vários setores de atividades, triplicou no país. A NORAD se tornou cada vez mais relevante (NOTÍCIAS, 17/05/1985).¹²²

Ainda no mês de maio, a RFA ofereceu, ao governo de Moçambique, uma ajuda financeira, avaliada em 38 milhões de francos, a serem aplicados no ano fiscal de 1985. Do montante, 7.5 milhões foram destinados ajuda alimentar e 1 milhão para aquisição de medicamentos. Um detalhe ainda mais importante é que, vinte toneladas de medicamentos, foram canalizadas por via da CICV (NOTÍCIAS, 17/05/1985). De fato, em 1985, os parceiros internacionais intensificavam a cooperação na expansão de cuidados primários de saúde. No mês de outubro, um acordo de cinco anos, assinado entre a UNICEF e o governo, representados por Marta Mauras e o secretário de Estado para Cooperação, António Sumbana, respetivamente, permitia a redução da mortalidade infantil e o melhoramento da situação da mulher, a reabilitação de Centros de Saúde, formação de trabalhadores e campanhas de vacinação (NOTÍCIAS, 5/10/1985). Entretanto, em Inhambane, porque a situação da criança esta precária, já estava em curso o Programa Alargado da Vacinação (PAV), financiado pela UNICEF. Ademais, estava em discussão um programa de apoio à crianças órfãs e de aprovisionamento de medicamentos essenciais para Centros de Saúde, naquela província (NOTÍCIAS, 29/10/1985).

Em Novembro de 1985, a princesa Anne da Inglaterra, presidente da SCF, visitou Moçambique para discussão dos projetos da organização. De facto, durante a sua estadia, a presidente da SCF visitou, no Maputo, a pediatria, ortopedia, maternidade, fisioterapia e central de medicamentos do HCM. Mas, também a filha da Rainha Elisabeth II visitou as instalações da *British Petroleum* (BP)

¹²² De cerca 50 passou para 170 milhões de coroas concedidos a diversos setores.

na Matola e oficinas dos então Transportes Públicos Urbanos (TPU), o que denuncia uma agenda mais do Estado que, propriamente da SCF. Na sua deslocação á Zambézia, principal beneficiária dos projetos da organização, a princesa Anne visitou os projetos da SCF no Hospital Rural do Gurue e de Mocuba, de reabilitação de sistemas de abastecimento de água, construção e de apetrechamento do Centro de Formação Nutricional, em Quelimane. Como promessa, no quadro de apoio e capacitação institucional, uma assistente social, com ajuda da SCF, seria contratada na Direção Nacional da Ação Social (NOTÍCIAS, 26/11/1985; NOTÍCIAS, 27/11/1985).

Em janeiro de 1987, visando a melhoria dos serviços de saúde, no Hospital Central da Beira, a CICV apoiou o fabrico de próteses para os amputados de guerra, numa das enfermarias, com a capacidade de 30 unidades por mês, se tornando no segundo centro do país, depois de HCM (NOTÍCIAS, 06/01/1987). Igualmente, em finais de janeiro, uma ambulância foi oferecida pela UNICEF, na província de Tete. Já, em março, a MEDIMOC, também recebeu da Agência de Desenvolvimento Internacional Adventista (ADRA), uma doação de medicamentos, avaliados em cerca de 20 mil dólares (NOTÍCIAS, 2/03/1987). No contexto da recuperação da rede sanitária, em Inhambane, os hospitais rurais de Vilanculos, Mambone e Inhassoro foram reabilitados pela BIOFORCE e OHI, por via do financiamento da CEE, na ordem de 1 milhão de dólares (NOTÍCIAS, 26/03/1987). A MFS-Bélgica, depois de concluído o projeto de formação de pessoal médico, de assistência técnica, de reabilitação do Hospital Rural de Vilanculos, do Centro de Saúde de Inhassoro e da Nova Mambone e de fornecimento de medicamentos, em abril de 1987, trabalhava para a ampliação de suas atividades, no país, junto do MISAU (NOTÍCIAS, 4/04/1987). Assim, no mês de maio, o apoio aos deslocados, foi alargado a Tete, nos centros de deslocados de Moatize e de Benga. Igualmente, em junho, uma frente foi aberta em Niassa, no distrito de Cuamba, pela MSF-Holanda, para prestar assistência médica e reabilitação de algumas unidades sanitárias. No mês de setembro, a cidade de Cuamba, também recebeu da MFS-Holanda, viaturas e material de construção, no âmbito da reabilitação da rede sanitária local (NOTÍCIAS, 15/09/1987).

No quadro do programa de emergência, não obstante outros compromissos, a OMS, também continuou na assistência em medicamentos para os deslocados, em Tete. Mas, a demanda pelos serviços de saúde, sobretudo de cuidados primários, era generalizada que, não raras vezes, a resposta vinha dos parceiros de cooperação, particularmente ONGI's, em parceria com agências da ONU. Em Nhamatanda, província de Sofala, três ONGI's francesas, nomeadamente *Hôpital Sans Frontier*, *Medicins du Monde* e *Architectes Sans Frontier*, se fazendo à vez do provedor público, apoiavam a rede sanitária, para combater a má nutrição, anemia, diarreias e a tuberculose, no âmbito da Estratégia de Luta Contra a Tuberculose (ELAT), Serviços Materno-infantil e a formação de Parteiras Tradicionais (NOTÍCIAS, 5/09/1987).

No mesmo contexto, em Gaza, a CUAMO, uma organização Italiana, na sequência de um acordo de cooperação com a Itália, executou obras de melhoramento do Hospital Rural de Chókwè (HRC). No âmbito do projeto, em novembro de 1987, o HRC, também beneficiou de Programa de Medicina Preventiva, apoiado por médicos italianos, da recuperação de unidades sanitárias periféricas e do melhoramento de Informação Estatística da Saúde (NOTÍCIAS, 06/11/1987). Em setembro de 1988, graças às intervenções citadas, as condições de acolhimento do HRC tinham melhorado com a construção do muro de vedação, fornecimento de camas, roupa hospitalar, congeladores e medicamentos (NOTÍCIAS, 22/09/1988).

Os dilemas com os cuidados de saúde eram, progressivamente, complexos. Além das doenças já conhecidas, outras surgiam, como o HIV/SIDA. Mais parceiros de cooperação, na área de saúde, tinham que ser mobilizados. Em janeiro de 1988, a Suécia, através da ARO, disponibilizou cerca de 1.7 milhões de coroas, em apoio ao programa de combate à SIDA, no país, sobretudo na especialização em análises laboratoriais (NOTÍCIAS, 30/01/1988). Além dos desafios com a seca e ataques da RENAMO, em Abril, a Conferência de Doadores buscou financiamento para programas de prevenção contra SIDA. Em Paris, os doadores asseguraram a disponibilização de quase 4.3 milhões de dólares, para o primeiro programa trienal (NOTÍCIAS, 21/04/1988). A MSF, em Paris,

também disponibilizou para 1988, 750 mil dólares, para programas de saúde, em Manica e Zambézia (NOTÍCIAS, 14/05/1988). Em Julho, a organização não governamental suíça, ARO forneceu material cirúrgico, de limpeza, redes mosquiteiras, lençóis e colchões e fechaduras, para as unidades sanitárias da província de Cabo Delgado (NOTÍCIAS, 6/07/1988).

A reabilitação de infraestruturas sanitárias constituía prioridade. Em abril de 1988, a UNICEF garantiu financiar a reabilitação da rede sanitária das províncias de Tete e Manica, destruída pela RENAMO. O acordo no valor de 1 milhão de dólares, foi assinado por Fernando Vaz, Ministro da Saúde e a representante da agência, em Moçambique, Marta Mauras, que recebeu da RFA, garantias de metade do valor necessário, para execução do projeto (NOTÍCIAS, 16/04/1988). Na Zambézia, em 1989, uma organização de cooperação do sindicato dos trabalhadores italianos - CGL, através do projeto SVULLUPO, iniciou a reabilitação da rede sanitária, recuperando dois Centros de Saúde (NOTÍCIAS, 31/01/1989). Em maio de 1989, a *Bernard Von Leer Foudation*, ONG holandesa que, no âmbito do programa de emergência, atuava na área de apoio à criança desamparada, vítima da fome e traumatizada pela guerra, nas províncias de Maputo e Sofala (Muanza), assinou com o MISAU, o acordo de permanência, no país (NOTÍCIAS, 1/05/1989). Em finais de maio, o CCM fez a entrega do Hospital de Homoíne, reabilitado na sequência da destruição pela RENAMO, em Julho de 1987 (NOTÍCIAS, 1/06/1989). Ainda em prol das crianças desamparadas, os EUA, através da USAID, apoiaram a reabilitação dos sistemas de saúde nos distritos de Mocuba, Ile, Gurue e Alto Molócue, na Zambézia, visando combater as diarreias, o controlo de crescimento e da alimentação suplementar, campanhas intensivas de vacinação e terapia suplementar de Vitamina A. O acordo nesse sentido, de 400 mil dólares (podendo ascender a 800 mil), assinado por Jacinto Veloso, pela embaixadora Melissa Wells e Julius Schlotthauer, representante da USAID, em julho, tinha em vista, também o reforço da capacidade do MISAU, para redução da mortalidade infantil, em Moçambique. Assim, a execução do projeto contou com

apoio da MSF-França e da John Hopkins que, colaboravam com o MISAU, no controlo e pesquisa epidemiológica (NOTÍCIAS, 1/07/1989).

Em Mocímboa da Praia, a OXFAM, em colaboração com o MISAU, em setembro de 1989, formou vários agentes polivalentes de saúde (NOTÍCIAS, 20/09/1989). Segundo Josita Profeta, representante da MOLISV na África Austral, para potenciar a área de controlo ambiental, através do Departamento de Higiene Ambiental, da Direção Nacional de Saúde do MISAU, o governo da Itália, num projeto trienal, prometeu disponibilizar 2.5 milhões de dólares para o financiamento do projeto (NOTÍCIAS, 6/10/1989). Enquanto isso, a TRIESTE, uma ONGI italiana trabalhava na reabilitação e ampliação do Hospital Geral de Mavalane e do Posto de Saúde no Albasine, arredores da cidade Maputo, para melhor atendimento aos doentes, sobretudo na realização de cesarianas marcadas e de urgência (NOTÍCIAS, 14/11/1989). Em Gaza, desde agosto de 1988, em coordenação com o Hospital Rural de Chicumbane, a SCF efetuou vacinações contra sarampo, pólio, tuberculose, difteria e tosse convulsa para crianças na Aldeia Comunal Julius Nyerere, no distrito de Xai-xai (NOTÍCIAS, 8/01/1990).

As agências da ONU tiveram uma participação robusta nos projetos de saúde, em Moçambique. Em maio de 1990, a UNICEF para financiar o arranque do projeto-piloto de saneamento rural, com duração de dois anos, disponibilizou 350 mil dólares para as províncias de Cabo Delgado, Sofala, Tete e Inhambane (NOTÍCIAS, 8/05/1990). No mesmo ano, estavam em curso atividades de reabilitação do hospital rural de Búzi, pela LWF, envolvendo, inicialmente, uma verba de 20 mil dólares, mais tarde, reforçada para a conclusão das obras (NOTÍCIAS, 21/05/1990). A SCF, também trabalhava em projetos de reintegração de crianças traumatizadas, em várias províncias do país, e, igualmente, estudando possibilidades de operações, a partir dos países vizinhos, albergando milhares de refugiados (NOTÍCIAS, 25/05/1990). Em julho, o aumento de refugiados e, conseqüentemente de crianças desamparadas no distrito de Manica, levou à coordenação de forças da OXFAM, RED BARNA e TERRE DES HOMMES para trabalhos de socorro, recuperação física

e reintegração de crianças desamparadas, incluindo a reabilitação de infraestruturas de saúde (NOTÍCIAS, 18/07/1990). Mas, as atividades da RED BARNA se estendiam ao distrito de Guro, onde assistia 22 mil pessoas, com recurso ao Fundo Norueguês de Apoio à Infância, em Moçambique. Nas palavras do representante do fundo, Ernest Schade, em coordenação com a DPCCN, a organização também “distribuía alimentos, vestuário e instrumentos agrícolas”, naquele ponto do país (NOTÍCIAS, 20/07/1990). Em agosto de 1990, o projeto “Criança de Guerra”, envolvendo a SCF britânica e norte-americana e a REB BARNA, conseguiu documentar cerca de 6 mil crianças separadas dos familiares, em nove províncias, das quais, metade reencontraram seus lares (NOTÍCIAS, 1/08/1990). Em 1991, a SCF-US conseguiu abrir uma frente regional, para localização de crianças, a partir da cidade de Nampula, no âmbito do mesmo programa “Criança de Guerra” (NOTÍCIAS, 20/07/1990). Igualmente, num acordo estabelecido em dezembro de 1990, entre o governo e a GAA, vítimas da guerra na Casa Banana, em Sofala e 85 mil deslocados, em Nampula, Cabo Delgado e Niassa, receberiam assistência humanitária desta organização alemã, no ano de 1991 (NOTÍCIAS, 15/12/1990).

Em agosto de 1990, a organização sueca, ARO, ofereceu para os hospitais da cidade da Beira e da província de Manica, dois contentores de diverso material e equipamento dentário, avaliado em cerca de 48 milhões de meticais e, uma capacitação de agentes de estomatologia (NOTÍCIAS, 14/08/1990). De igual modo, em Nampula, a MSF alargou suas atividades para Moma, Mongicual e Mogovolas, distritos onde as condições de saúde eram precárias, em virtude dos ataques e destruição da rede sanitária (NOTÍCIAS, 5/09/1990). Na Zambézia, para combater a cólera e evitar que se propague para províncias vizinhas, a CEE disponibilizou 270 mil dólares, em resposta à solicitação da MSF, em dezembro de 1990 (NOTÍCIAS, 13/12/1990).

Em abril de 1991, a VISÃO MUNDIAL aumentou o apoio aos deslocados para Changara (Tete) e Nicoadala, na Zambézia. Um acordo de três anos, para cobertura das necessidades básicas de saúde e nutrição da população vítima da guerra, em apoio ao programa de cuidados primários de saúde, do

MISAU, foi assinado, por Abdul Noormahomed, Diretor Nacional de Planificação e Cooperação do MISAU e John Yale da VISÃO MUNDIAL (NOTÍCIAS, 20/04/1991). Em maio, a CEE e Espanha, através do Gabinete da primeira Dama financiaram a reabilitação do Banco de socorros, Centro de Saúde e Laboratório de Análises do Hospital Geral José Macamo (HGJM), em Maputo (NOTÍCIAS, 4/05/1991). Portanto, as fontes disponíveis indicam que, o Sistema de Nacional de Saúde, durante o período em análise, ficou dependente de doações e apoios da Comunidade Internacional, sobretudo de ONGI's que, lado a lado com diferentes Agências de Desenvolvimento Internacional e instituições multilaterais, não somente apoiaram o estabelecimento mas, também na provisão de serviços básicos de saúde para milhares de moçambicanos que, em face das carências e da incapacidade do Estado, não conseguiam aceder. Entretanto, este não foi o único setor com necessidades, a produção agrícola, também precisou de assistência ocidental.

Assistência emergencial no setor agrícola

O setor agrícola tinha vários parceiros de cooperação apoiando os setores familiar e cooperativo de produção. Os EUA, á semelhança de outros países, também apoiava este setor de atividades. Em fevereiro de 1985, por exemplo, 6 mil toneladas de adubos químicos foram descarregados, em Maputo, como parte do acordo, entre os dois países, para a importação de bens para o setor agrícola nacional (NOTÍCIAS, 20/02/1985). Em junho, os EUA voltaram a oferecer equipamento agrícola como parte do Programa de Reabilitação do Setor Privado e Cooperativo, sobretudo nas zonas verdes de Maputo, Chókwè e Xai-xai. Peter Jon de Vos, então embaixador norte-americano, em Maputo, entregou ao Ministro da Agricultura, João Ferreira, os 57 tratores (NOTÍCIAS, 19/06/1985). Entretanto, à semelhança dos demais setores de produção, o setor cooperativo enfrentava várias carências, incluindo de transporte para escoamento de produtos agrícolas. Em

fevereiro, igualmente, um camião Mercedes-Benz para as Zonas Verdes da cidade de Maputo, oferecido pela Caritas, foi entregue pelo Arcebispo Alexandre dos Santos, à vice-presidente da UGC, Albertina Damião (NOTÍCIAS, 23/02/1985). Ainda para impulsionar a produção nas Zonas Verdes, em julho de 1985, a Agência Italiana de Assistência Técnica e de Cooperação Internacional da Liga Internacional de Cooperativas (COOPTECNITAL), concedeu dois milhões de dólares para aquisição de meios de trabalho (moto cultivadoras e tratores) e meios de transporte para comercialização de produtos agrícolas (NOTÍCIAS, 9/07/1985).

Mais estruturante, ainda, para o setor produtivo, estava o Projeto de Reabilitação da Infraestrutura Agroindustrial, discutido entre o Governo de Moçambique e o PNUD, em março de 1985. Afinal, em 1986, os programas desta agência, iniciados em 1982, chegavam ao fim. O programa para 1987 e 1992 precisaria de ajustamento à realidade do país. Novas diretrizes tinham sido definidas no IV Congresso da FRELIMO (NOTÍCIAS, 11/03/1985). A partir de 1987, o país, também se preparava para iniciar o PRE. Adicionalmente, na base de dois acordos de concessão de seis milhões de dólares, rubricados em Maputo, por Rui Baltazar, Ministro das Finanças e António Marongiu, Delegado da CEE em Moçambique, aquela instituição europeia, se organizava para o relançamento da atividade agrícola, no distrito da Moamba e, no combate à mosca tsé-tsé ao nível da então da SADCC (NOTÍCIAS, 22/03/1984). Mas, estas não eram as únicas iniciativas de cooperação internacional. No Niassa, em julho de 1985, por exemplo, para apoiar os esforços de reabilitação da produção, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), também ofereceu sementes de hortícolas para os sectores cooperativo, privado e familiar. Equipamentos veterinários e medicamentos também faziam parte da oferta do FIDA (NOTÍCIAS, 9/07/1985). Em agosto, a FAO e o Ministério da Agricultura assinaram acordos para o desenvolvimento de projetos de reabilitação de Centros de Formação Agrária, em Moçambique (NOTÍCIAS, 26/08/1985). No mês de setembro, a DANIDA, também concedeu 21.5 milhões de coroas, para o fornecimento de bens e instrumentos

de produção, em Tete (NOTÍCIAS, 5/09/1985). Sublinhe-se que, parte deste donativo do governo dinamarquês, foi canalizado através de projetos da OXFAM-US.

Em termos de necessidades, Moçambique precisava de 500 mil toneladas de cereais para o biênio 85/86 e fazer face à fome provocada pela seca e guerra. Assim, havia necessidade de buscar mais parceiros no setor familiar, cooperativo para apoiar a produção interna. Na Zambézia, em fevereiro de 1987, a SCF disponibilizou cerca de 1.5 milhão para aquisição de sementes, no âmbito do programa de emergência (NOTÍCIAS, 17/02/1987). Em Gaza nos Postos Administrativos de Alto Changane e Chicumbane, o governo da Holanda apoiou o Projeto de Desenvolvimento Integrado da Margem Esquerda do Rio Limpopo (DIMERL), investindo através da NOVIB, um montante de 4.800 mil florins para a drenagem de zonas pantanosas, aquisição de máquinas escavadoras, peças sobressalentes e no acompanhamento de camponeses (NOTÍCIAS, 27/04/1987). Segundo o Diretor de Departamento de Projetos do Terceiro Mundo, Hams Pelgron, citado pelo *Notícias*, até março de 1988, cerca de 2.500 hectares tinham sido drenados na margem esquerda do projeto DIMERL, 1.300 ha, em Poiombo e 1.200 ha, em Chicumbane, no distrito de Xai-xai (NOTÍCIAS, 27/04/1987). A CEE, também financiou, através da organização AFVP e, mais tarde, da BIOFORCE, a reabilitação do regadio de Chimunda, para o aproveitamento de 400 hectares, no distrito de Govuro, em Inhambane (NOTÍCIAS, 24/08/1987). Em janeiro de 1988, inclusive, a BIOFORCE distribuiu sementes e cobertores para os deslocados da guerra e vítimas da seca, nos distritos de Vilanculos, Funhaloro e Mabote, doadas pela UNICEF e CEE (NOTÍCIAS, 1/01/1988).

Em novembro de 1987, os EUA, um dos maiores doadores de cereais e dinamizadores do setor produtivo privado, através da sua embaixada em Maputo, entregou 100 tratores de marca *Valmet*, com as respetivas peças sobressalentes e alfaias, para apoiar o setor privado nas províncias de Maputo e Gaza. O financiamento foi através da USAID, no valor de 900 mil dólares (NOTÍCIAS, 11/11/1987). Também, o governo canadiano financiou, em 51 milhões de dólares, disponibilizados através do CIDA e da CUSO-SUCO (em 31 milhões de dólares), para Cooperativa Agrícola do

distrito de Marracuene e para camponeses do vale de Chissui, em Manica, na compra de equipamentos, instrumentos de trabalho, agroquímicos e sementes (NOTÍCIAS, 11/11/1987). De igual modo, os distritos de Alto Molócue, Ile, Namarroi e Mocuba, na Zambézia, também beneficiariam de apoios, segundo a promessa de Rosemary Fieth, representante da OXFAM, em Moçambique. O apoio consistiria em instrumentos agrícolas, roupa, sabão e sal. As ações seriam desenvolvidas com a REDD BARNA, uma organização Norueguesa, com sede em Harare (Zimbabué), atuando no apoio a crianças em situação difícil (NOTÍCIAS, 20/01/1988). Em Nampula, a CIDA decidiu apoiar, também camponeses dos arredores da cidade de Nampula e Nacala, no quadro da reabilitação e desenvolvimento econômico de zonas verdes, equipamento e formação, no valor de aproximado de 76 milhões de dólares canadinos. As atividades da Agência Canadina de Desenvolvimento Internacional, também visavam assistência de emergência, nomeadamente no apoio logístico, construção de furos, reabilitação dos serviços de saúde, pessoal médico e transporte (NOTÍCIAS, 2/02/1988).

As agências da ONU e dos países doadores ocidentais, persistentemente ajudaram na reabilitação do sistema produtivo, em Moçambique. Em 1989, nas províncias de Gaza, Inhambane e Cabo Delgado, com a disponibilização de mais de 2 bilhões de meticais, o PNUD financiou os projetos agrícolas, com a duração de três anos, isto é, até 1991 (NOTÍCIAS, 21/04/1989). Em Chókwè, em setembro de 1989, a ASDI ajudou na recuperação de duzentos hectares de terras salgadas, dos 1400 pertencentes à SEMOC e, se destinavam á produção de sementes (NOTÍCIAS, 8/09/1989). Em Janeiro de 1990, o PMA também anunciou a concessão de um financiamento de mais de 5 milhões de dólares para apoiar projetos no setor florestal e de desenvolvimento rural, durante o triênio 90/93. O montante, segundo indicaram as fontes, também serviria para a construção de casas melhoradas para trabalhadores do setor agrícola, escolas e postos de abastecimento de água potável e postos sanitários (NOTÍCIAS, 8/01/1990).

As ONGI's participaram do processo de reabilitação do sistema produtivo como parte das intervenções humanitárias e emergenciais. Em abril de 1989, enquanto o CCM atuou na distribuição de produtos alimentares, em Memba, para apoiar os camponeses, a CONCERN, também se desdobrava na canalização de 26 mil enxadas e 170 toneladas de sementes de milho, 85 de feijão para deslocados de guerra e vítimas da fome, naquele ponto (NOTÍCIAS, 19/04/1990). Em 1990, igualmente, a AFRICARE, para apoiar programas agrícolas dos deslocados de guerra, repatriados e camponeses do setor familiar e cooperativo e algumas associações agrícolas, disponibilizou 23.6 milhões de meticais para compra de juntas de bois para tração animal (NOTÍCIAS, 19/04/1990). No distrito de Chókwè, em Gaza, em maio de 1990, a CARITAS, em apoio aos deslocados nos centros de acomodação, avançou na distribuição de 300 hectares de terra, concessionados para produção agrícola (NOTÍCIAS, 19/05/1990). Nas províncias de Manica e Sofala, em maio de 1990, a OXFAM, com 600 mil dólares canadianos, estava apoiando diversos projetos multissetoriais de desenvolvimento rural e na área de emergência (NOTÍCIAS, 23/05/1990). Nos distritos de Gorongosa e Dondo, em Sofala, a REDD BARNA estava a financiar, no contexto de emergência, três projetos integrados na área agricultura, educação e saúde (NOTÍCIAS, 5/05/1990). Em Morrumbene e nas Zonas Verdes da cidade de Inhambane, a COMMUNITY AID ABROAD (CAA), também desenvolvia projetos integrados nas áreas de agricultura, saúde e águas, sobretudo na distribuição de enxadas, catanas, moto bombas, tratores, sementes e pás para os produtores (NOTÍCIAS, 18/06/1990). Em outubro, a DANIDA, mais uma vez, concedeu 2.4 milhões de dólares para o desenvolvimento rural nas cinturas verdes da cidade de Quelimane, distritos de Nicoadala, Namacurra e Inhassunge, na Zambézia e de Angónia, Changara, Tsangano e Moatize, em Tete. O projeto contemplava o setor familiar e a formação de agentes de extensão rural, de administradores distritais e de professores de casas agrárias, bem como a distribuição de sementes e instrumentos de produção aos camponeses e construção de infraestrutura para extensão rural (NOTÍCIAS, 1/10/1990). Em julho de 1991, a HIVOS, Cabo Delgado, trabalhou no setor produtivo,

oferecendo materiais e formação a dezenas de cooperativas, na cidade de Pemba e nos distritos de Metuge e Mecúfi (NOTÍCIAS, 8/06/1991). Isto mostra que, no setor produtivo nacional, as ONGI's, com diversificados financiamentos de governos e instituições ocidentais, também participaram da reabilitação do sistema produtivo, mormente a provisão de insumos, recuperação de áreas salgadas e regadios danificados, reposição de zonas verdes e alocação de meios de trabalho.

ONGI's no apoio logístico e transporte de víveres

Um dos setores em que a Comunidade Internacional teve que intervir para viabilizar a entrega de doações é de transporte e logística de bens de emergência. As difíceis condições de acesso, a insuficiência de meios financeiros e de transporte no DPCCN, concorreram para o mau desempenho do setor, muitas vezes, em prejuízo das vítimas das calamidades naturais e dos afetados pelas incursões militares da RENAMO. A onda de roubos, os desvios e a má gestão logística em toda cadeia do DPCCN, se acresciam aos problemas atrás indicados. Diante disto, no período em análise, a participação de doadores, em especial das ONGI's, em toda cadeia do abastecimento e distribuição de bens de emergência, se tornou inevitável. Em fevereiro de 1985, para mitigar o problema de transporte de bens doados, o governo britânico ofereceu 15 caminhões de marca *Lay Land*, a serem enviados para a província de Gaza (NOTÍCIAS, 17/02/1985). Estes meios, que deviam minimizar o fraco abastecimento de víveres no extremo norte da província, chegaram ao país, em Abril. A entrega foi efetuada no distrito de Chicualacuala, por Alan Featherstone, Encarregado de Negócios da Embaixada da Grã-Bretanha, em Maputo, ao Diretor Substituto da DPCCN, Salomão Mambo, para apoiar o processo de distribuição de alimentos, medicamentos e outros gêneros nos distritos de Chicualacuala, Massingir, Manjacaze e Guijá (NOTÍCIAS, 18/04/1984). Mas, a situação provocada pelas calamidades naturais e pelo recrudescimento dos ataques da RENAMO, no terreno, exigia

mais meios e flexibilidade das autoridades, no socorro das vítimas. Em julho de 1985, o PNUD concedeu ao DPCCN, 450 milhões de dólares, para o fretamento de aviões destinados a operações de distribuição de alimentos, no interior das províncias de Gaza e Inhambane. Mas, dada a complexidade da situação, o montante, também incluía a aquisição de quatro carinhas de marca *Land Rover* para as operações de distribuição de víveres no terreno (NOTÍCIAS, 13/07/1985). Entretanto, a falta de combustíveis, também grassava o setor de transporte. Na província de Tete, em setembro do ano de 1985, os programas de ajuda aos afetados pela fome da UNICEF, também se ressentiam da falta de combustível. A delegação provincial do DPCCN não podia continuar com os abastecimentos. Para a continuidade dos programas de assistência aos afetados, a UNICEF aprovou a concessão de significativas quantidades de combustível, no valor de 130 milhões de dólares para auxiliar os programas de combate à fome (NOTÍCIAS, 5/09/1985). No mês de outubro, uma doação de um milhão e trezentos dólares da USAID, para a UNICEF, foi aprovada para o apoio logístico, nomeadamente o transporte de carga e de produtos essenciais para áreas de difícil acesso, na província (NOTÍCIAS, 10/10/1985).

Em fevereiro de 1986, a UNICEF, para reforçar a capacidade do DPCCN, também ofereceu cinco (5) camiões doados pelo governo francês, com a capacidade de 8 toneladas, cada, para o transporte de mercadoria, mas, desta vez, para servir a região sul do país (NOTÍCIAS, 1/02/1986). Igualmente, para o transporte de carga e passageiros, em Palma, a OXFAM ofereceu, em março do mesmo ano, uma embarcação com uma capacidade de 50 toneladas (NOTÍCIAS, 13/03/1986). Mas, a solidariedade americana parecia estar demasiadamente mobilizada. Para a província de Gaza, ainda em março, uma frota de 21 camiões da *USA for África* voltou a ser oferecida no distrito de Chicualacuala, mas, desta vez, pelo Diretor da CARE, Thierry Jeggler, para apoiar programas de emergência nas zonas rurais, severamente afetadas pelas calamidades (NOTÍCIAS, 21/03/1986). Em julho de 1986, mais 32 camiões de marca *Volvo*, conseguidos a partir do PMA, aumentam a capacidade de transporte de mercadorias, sobretudo para o interior do país (NOTÍCIAS,

31/07/1986). A CVM, através da sua congênere italiana, recebeu 21 camiões de transporte de mercadorias, em setembro, para o reforço da capacidade existente, um dos quais, uma oficina móvel, para alocar as suas delegações (NOTÍCIAS, 20/09/1986). Afinal, com as oficinas móveis, as avarias dos meios de transporte, a meio do percurso, que “assombravam” o setor e, podiam ser resolvidas. Ainda no quadro do reforço da capacidade logística e transporte, em outubro de 1986, a FAO anunciou através do Diretor-geral, Edouard Saouma, a atribuição de 103.500 dólares, em ajuda de emergência, para as vítimas da seca e incursões da RENAMO. Todavia, parte destes fundos se destinava a cobrir as despesas com o armazenamento, transporte e distribuição de alimentos, fornecidos pela organização (NOTÍCIAS, 3/10/1986).

Na Zambézia, em julho de 1987, para mitigar os recorrentes problemas de transporte e atrasos na distribuição de bens de emergência, o governo britânico, através da SCF-UK, disponibilizou uma avioneta e 25 camiões, para apoiar os deslocados (NOTÍCIAS, 25/07/1987). Mas, a situação dos deslocados, na província da Zambézia, era complexa. Em agosto, James Allen, embaixador Britânico, voltou a anunciar outra ajuda, mas, desta vez, a ser canalizada pela MSF e pela OXFAM, ONGI's do seu país, para os setores agrário e de saúde (NOTÍCIAS, 4/08/1987). Mas, em outubro de 1987, a intransitabilidade das principais vias de acesso, para o interior das províncias de Sofala e da Zambézia, devido ao recrudescimento dos ataques da RENAMO, obrigou ao transporte dos suplementos alimentares e outros materiais de ajuda aos deslocados, por ligações aéreas, as chamadas pontes aéreas. Vários parceiros de cooperação e/ou doadores tiveram que apostar nesta modalidade de transporte para fazer chegar os suplementos. A modalidade, pesar de dispendiosa, se mostrava a mais flexível para o socorro das vítimas. O governo italiano chegou a patrocinar, através do PMA, várias pontes aéreas, para escoamento de produtos alimentares de primeira necessidade destinadas ao abastecimento das populações, a partir do aeroportos da Beira e Quelimane, solicitadas pelo DPCCN. Um acordo nesse sentido, também foi assinado, em Maputo, em outubro

de 1987, entre Carlos Morgado e Giorgio Testori, na época, representantes da Linhas Aéreas de Moçambique e da Embaixada da Itália, respetivamente (NOTÍCIAS, 1/10/1987).

Em 1988, dada a deterioração acentuada das condições de segurança e de sobrevivência, a OXFAM teve que redirecionar seu apoio de emergência para atender os deslocados de guerra, no Niassa. Só no mês de janeiro, a organização anunciou a assistência de vinte mil famílias, acomodadas nos Centros de deslocados. Neste processo, a OXFAM teve que financiar pontes aéreas que ligavam a cidade de Lichinga e os distritos de Cuamba, Maúá, Metarica, Nipepe e Mecanhelas, por conta das sistemáticas ações de sabotagem da RENAMO, dos meios de transporte terrestre (NOTÍCIAS, 20/01/1988). Entretanto, a situação do Niassa não era a única. Na província da Zambézia, as condições de segurança e dos deslocados, também se agravaram, em 1988. Em fevereiro, para mitigar a situação, a SCF, no âmbito do programa de emergência, ofereceu, ao DPCCN, 16 camiões, 22 tratores e oficinas contentorizadas. Os tratores se destinavam ao distrito de Chinde e arredores da cidade de Quelimane, onde atuavam na distribuição de milho, na época, adquirido no Zimbabué e dos donativos da CEE que, também deviam abastecer o distrito de Pebane (NOTÍCIAS, 9/02/1988). Ainda nesta província, com apoio do PMA e da ACTION AID, no mês de março, também foram alocadas para facilitar o transporte de bens alimentares e material à população de Chinde e Pebane, duas barcaças de 80 toneladas, cada. Na mesma ocasião, cerca de 800 toneladas de sementes diversas, também foram oferecidas para apoiar a época agrícola, no âmbito do programa de emergência (NOTÍCIAS, 23/03/1988). Já, em finais de 1988, a NORAD e o PNUD, financiaram o governo de Moçambique, com 2 milhões de dólares, na compra de combustível para o transporte de bens de emergência para as populações afetadas e deslocadas pela guerra, em nove distritos das províncias da zona centro e norte do país. É preciso não perder de vista que, no anos fiscal de 1987, o financiamento da NORAD atingiu a cifra de 1 milhão de dólares, valor este que permitiu ao DPCCN, a compra de combustível para transportar as 42 mil

toneladas de cereais e o pagamento de pontes aéreas para as províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado (NOTÍCIAS, 22/12/1988).

Mas, com a generalização das incursões da RENAMO, as necessidades com transporte, nos últimos anos da guerra, aumentaram. O fluxo de deslocados e de regressados/repatriados sobrecarregavam as despesas públicas. Em fevereiro de 1989, um acordo para transporte de 28 mil toneladas de produtos diversos para auxílio a milhares de vítimas dos ataques e da fome, foi assinado, em Maputo, entre Jacinto Veloso e Lena Hjelm Wallen, Ministros da Cooperação de Moçambique e da Suécia, respetivamente. O acordo, também inserido no Programa de Emergência, basicamente visou o escoamento marítimo de víveres, uma alternativa ao transporte terrestre, muitas vezes, inviabilizado pela guerra (NOTÍCIAS, 11/02/1989). Os ataques, não só dificultavam o acesso em certas áreas, como também tornavam mais dispendiosas as operações de transporte. Em Cabo Delgado, por exemplo, o abastecimento da cidade de Pemba, em 1989, somente se realizava em colunas especiais, protegidas. Para tal, a CEE teve que aprovar um financiamento específico. De acordo com o assessor da CEE, no Departamento de Segurança Alimentar do Ministério do Comércio, Herman Gebauer, a medida visava evitar ruptura de *stoks* alimentares, em Cabo Delgado. Como parte da estratégia, paralelamente, se tornava necessária a mobilização de meios para a reativação do transporte marítimo, paralisado ao longo do litoral e subsidiar o transporte na distribuição de alimentos, em regiões mais isoladas, sobretudo os distritos de Mueda, Mocímboa da Praia e Ancuabe (NOTÍCIAS, 24/04/1989).

Contudo, o transporte de bens de emergência no norte do país, veio a melhorar, apenas com o aumento da frota aérea, em seis helicópteros e aviões do tipo *Antonov*, da transportadora soviética, AEROFLOT. Nos distritos de difícil acesso das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Tete e Sofala, pontes aéreas abasteciam a partir da cidade da Beira. Em seis meses, mais de mil toneladas de produtos diversos foram transportadas, fazendo face ao aumento de deslocados no país (NOTÍCIAS, 19/12/1989; NOTÍCIAS, 20/12/1989). Em maio de 1990, Zambézia recebeu, para o

programa de emergência, uma embarcação com a capacidade de 100 toneladas. Roland Hudson, Diretor Executivo da ACTION AID, fez a entrega ao governador da província, Carlos Agostinho do Rosário (NOTÍCIAS, 1/05/1990). Ainda na Zambézia, Sam Barnes, o Chefe da Missão das Nações Unidas (ONUMOZ), alertou que na sequência da recuperação da localidade de Nabúri, pelas FAM, cerca de 30 mil deslocados precisariam de ajuda de emergência, pois há mais de dois meses que a ponte aérea, única via de acesso para o abastecimento à localidade, estava suspensa, devido aos custos elevados de combustível para os aviões (NOTÍCIAS, 22/10/1990). Todavia, as necessidades de transporte eram multissetoriais. Para apoiar o setor de educação na distribuição de material escolar, alimentos nos Centros internatos e apoiar projetos de formação de professores e trabalhos de ligação “escola-comunidade”, a UNICEF, também entregou ao ministro do pelouro, professor Aniceto dos Muchangos, doze viaturas (NOTÍCIAS, 5/10/1989).

Em 1990, porque a frota da DPCCN, em Sofala, estava obsoleta e, os produtos permaneciam muito tempo armazenados, um acordo com a TRANSCARGA foi assinado, visando o escoamento de produtos para o norte de Inhambane, Niassa e Tete, no valor de 200 mil dólares (NOTÍCIAS, 17/07/1990). Na Zambézia, também muitas áreas continuavam isoladas da capital, Quelimane. Uma delas é a localidade de Morrua. A VISÃO MUNDIAL teve que financiar pontes aéreas, após oito meses de isolamento da região. Em Morrua, a fome ceifava 40 vidas, diariamente (NOTÍCIAS, 24/10/1990). Em outubro de 1990, os distritos de Ile, Namacurra, Lugela, Mocuba e Pebane, também na província da Zambézia, estavam isolados e, milhares de deslocados não recebiam apoios, devido à destruição das vias e dificuldades de acesso (NOTÍCIAS, 27/10/1990). Em dezembro, a reabilitação de pontes rodoviárias permitiu a retoma da assistência de emergência, a Morrua, por via terrestre (NOTÍCIAS, 5/12/1990).

As dificuldades no transporte de bens doados se tinha generalizado no país. Em Inhambane, em finais de 1990, a Austrália, através da CAA, garantiu o reforço da capacidade de transporte de bens de emergência doados pela Comunidade Internacional (NOTÍCIAS, 26/11/1990). Na época,

também o setor de transportes do DPCCN, já beneficiava da cooperação técnica e assistência da CARE. Em janeiro de 1991, com apoio desta organização, um projeto de reabilitação e construção de estradas e pontes inacessíveis nos distritos onde a situação se mostrava crítica, foi desenvolvido, em coordenação com as Direções Provinciais de Construção e Águas e da Agricultura, em Nampula (NOTÍCIAS, 21/01/1991). Na província de Sofala, em abril de 1991, igualmente, uma ponte aérea financiada pelo PNUD permitiu a distribuição de sementes, em vários distritos. No quadro dos esforços empreendidos pelas ONGI's atuando na província de Sofala, o PNUD realizou o escoamento de 72 toneladas de sementes de milho e 15 de feijão nhemba para os distritos de Caia e Chibabava. A LWF, em abril de 1991, disponibilizou 60 toneladas de sementes para os camponeses do distrito de Búzi e a Fundação Contra a Fome ofereceu 52 toneladas de mapira e mais de 800 kg de hortícolas para a população do distrito de Gorongosa e Machanga (NOTÍCIAS, 24/04/1991). Na província de Gaza, em junho de 1991, o governador Eugênio Nhumaio recebeu do representante da ASDI em Moçambique, Erik Aberg, equipamentos para reabilitação de estradas e pontes, entre os quais, tratores, atrelados, camiões, carrinhas, avaliados em 12 milhões de coroas (NOTÍCIAS, 5/06/1991). Em Tete, no distrito de Mutarara, a VISÃO MUNDIAL através de uma ponte aérea transportou 60 toneladas de milho para deslocados e regressados de países vizinhos. No mês de julho, 5.500 pessoas atravessavam graves problemas de fome, no distrito (NOTÍCIAS, 6/07/1991). Em agosto de 1991, a VISÃO MUNDIAL voltou a manifestar disponibilidade em financiar ações no quadro do apoio logístico e de transporte de bens para as populações afetadas pela guerra e calamidades naturais, nas províncias de Tete e Zambézia. Em seguida, o acordo de atualização de mecanismos de trabalho, foi assinado por Salomão Mambo e John Yale, da VISÃO MUNDIAL, por dois anos (NOTÍCIAS, 2/08/1991).

Portanto, durante a vigência do programa de emergências é inquestionável o papel das ONGI's e outras organizações internacionais no setor de transportes de bens para o alívio de milhares de pessoas afetadas pelos efeitos das calamidades naturais e da guerra. Com o objetivo de socorrer as

vítimas das calamidades e das incursões da RENAMO, várias ONGI's financiaram, pontes aéreas, compra de combustíveis, reabilitação de vias de acesso e pontes rodoviárias degradadas. No âmbito, do programa de emergência, as ONGI's, também participaram da organização e gestão do transporte de bens doados, seja alocando meios necessários, peças sobressalentes e respetiva assistência técnica.

Abastecimento de água

A provisão água potável, durante o período em descrição, também foi transferida para a cooperação. AS ONGI's foram chamadas a apoiar com diferentes projetos de construção e reabilitação de sistemas de abastecimento de água. Afinal, se tornava necessário assegurar a disponibilidade de água, para cada vez mais pessoas, em tempos de seca, de fome e da guerra. No âmbito do programa de emergência, as organizações se engajaram na construção de poços e fontanários e na reconstrução e/ou reabilitação dos sistemas existentes, em todo país. Em Gaza, para fazer face aos problemas de falta de água, em setembro de 1985, a UNICEF financiou um projeto de emergência para fornecimento de água, em doze Aldeias Comuns do distrito de Chibuto. O projeto previa a abertura de 30 poços, entre 1985 e 1986 (NOTÍCIAS, 3/09/1985). Em Inhambane, igualmente, uma verba correspondente a 1.8 milhão de dólares, doada pela USAID, através da UNICEF, foi direcionada para a construção de poços de superfície e na reabilitação de sistemas de água existentes, em outubro de 1985. No distrito de Vilanculos, Pambara foi uma das beneficiárias, recebendo os primeiros poços financiados pela UNICEF, em Março de 1986 (NOTÍCIAS, 20/03/1986). Mas, também parte da verba da UNICEF, conseguida a partir da USAID, serviu para apoiar atividades de ONGI's que atuavam na província (NOTÍCIAS, 29/10/1986). Além do abastecimento de água, a UNICEF atuava em outros cinco projetos rurais com a CEE. A CUSO-

SUCO, UNICEF, CEE, CAA-Austrália, na época financiaram projetos de abastecimento de água, nas zonas rurais da província de Inhambane (NOTÍCIAS, 22/04/1986). Em agosto, a BIOFORCE, também projetou a abertura de 100 furos de água, nos distritos de Vilanculos, Inhassoro, Mabote, Funhaloro e Nova Mambone, até fevereiro de 1988. Aquela organização francesa que, contava com apoios do CEE, também dinamizou o desenvolvimento agrícola, apoiando os ramos da hidráulica e da pesca, no norte da província de Inhambane (NOTÍCIAS, 24/08/1987).

Na província de Gaza, o maior um projeto de água rural, em 1987, foi patrocinado pela MOLISV. O projeto, também concebido para apoiar vítimas de calamidades naturais e dos ataques armados da RENAMO, contribuiria para a construção de 100 poços e 140 furos, nos distritos de Bilene - em Mazivila, Chibuto e Manjacaze (NOTÍCIAS, 22/07/1987). Em março de 1988, a MOLISV voltou a investir, na província, mais de um milhão de dólares, para alargar o fornecimento de água potável, nos distritos de Bilene, Xai-xai e Manjacaze (NOTÍCIAS, 8/03/1987). Até agosto de 1990, a MOSLIV tinha financiado a abertura de 400 poços de água nos distritos de Chibuto, Xai-xai e Chókwè, beneficiando perto de 200 mil pessoas (NOTÍCIAS, 11/08/1990). Em agosto de 1987, no distrito de Marracuene, província de Maputo, os técnicos da CUSO-SUCO, em coordenação com UDAAS e a Fundação Eduardo Mondlane, recuperaram sistemas de bombeamento de água e seis fontanários (NOTÍCIAS, 24/08/1987). Em novembro, a HELVETAS, uma ONGI's Suíça, através da Direção Provincial de Construção e Águas, esteve envolvida na formação de Educadores Comunitários, visando o melhoramento de abastecimento de água, nas aldeias de Campoane, Mahubo, Eduardo Mondlane, 25 de Setembro e *Marien Mguabi*, no distrito de Boane (NOTÍCIAS, 19/11/1987). Entretanto, o acesso a água constituía um desafio nacional. Em julho de 1988, na província de Nampula, a CONCERN, também financiou a abertura de poços de água, através da GEOMOC, para o abastecimento de deslocados nos centros de acomodação (NOTÍCIAS, 14/07/1988). Em agosto, por exemplo, a CONCERN financiou o projeto de construção de 3 furos de captação de água, nos bairros de Murrapaniua e Napipine, na cidade de Nampula (NOTÍCIAS,

20/08/1988). Em 1989, o abastecimento de água, em Tete, foi reforçado pela DANIDA que, a partir do mês de fevereiro, iniciou a reabilitação da rede de abastecimento da cidade com mesmo nome (NOTÍCIAS, 12/01/1988). O governo do Canadá, igualmente, através da CIDA colocou à disposição do governo, cerca de 9 milhões de dólares para o reforço dos programas de água potável.

Em 1989, nas províncias de Tete, Sofala e Inhambane, o Programa Nacional de Água Rural (PRONAR), trabalhando na reparação e recuperação de poços e furos de água, em comunidades rurais, era o principal beneficiário da ajuda financeira da UNICEF. O financiamento incluía a educação comunitária para o correto uso e manutenção dos furos de água (NOTÍCIAS, 4/04/1989). Mas, fevereiro de 1989, a CICV, também abriu seis furos de água na Casa Banana (Gorongosa) e outros não contabilizados, na sede do distrito da Machanga, em Sofala, beneficiando cerca de 21 mil pessoas. Segundo coordenador operacional, Laurent Corbaz, ainda mais importante, foi a abertura de corredores para abastecimento das populações das zonas ocupadas pela RENAMO (NOTÍCIAS, 22/02/1990). Na província de Cabo Delgado, distrito de Mueda, a UNICEF, em maio de 1990, disponibilizou mais de 97 mil dólares, destinados a compra de material e peças sobressalentes, para a recuperação e manutenção de 5 sistemas de abastecimento de água inoperacionais (NOTÍCIAS, 19/05/1990). Em janeiro de 1991, a GEOMOC, alargou os trabalhos programados para as cidades de Pemba e Nampula, projetando a abertura de mais de 250 furos de água, em todo o país, segundo a diretora substituta, Mariamo Ali (NOTÍCIAS, 4/01/1991). A empresa estatal, para estes reajustamentos contaria com auxílio financeiro da Cooperação Suíça e da OXFAM. Afinal, este é o modelo que as Empresas Estatais, regra geral, foram adotando para sobreviver ao contexto de crise e prolongar o momento da falência.

Considerações finais

Várias são as conclusões que se podem extrair do contexto de crise do país. A primeira, tem que ver com as opções econômicas e de desenvolvimento de Moçambique. O modelo socialista de gestão, que vigorou a partir de 1975, tinha se mostrado menos eficiente para colocar o país em crescimento e desenvolvimento econômico satisfatório. Assim, 10 anos depois da experiência socialista, a transição para uma economia de mercado se mostrava quase uma certeza, não obstante a relutância do presidente Samora. Afinal, em 1984, o IV Congresso da FRELIMO tinha apontado para a necessidade de maior abertura econômica do país, de modo a combater a fome e o subdesenvolvimento. A estratégia era “fazer mais amigos”. Ainda assim, Machel, nas suas viagens diplomáticas, reafirmava o socialismo como estratégia de desenvolvimento do país. Fê-lo, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, neste último, com o presidente Wilson Reagan. Mas, também fê-lo, em abril de 1985, ao receber, Melvin Laird, Chefe da missão empresarial dos EUA, em Maputo. Talvez, isto justifique, em parte, a letargia nas reformas, apesar de uma resposta já robusta aos apelos de emergência, contra as calamidades naturais e, particularmente contra a fome, nudez e miséria, agudizadas pelo recrudescimento das incursões da RENAMO (NOTÍCIAS, 23/03/1985). Após a sua morte, em outubro de 1986, o presidente Chissano conseguiu acelerar “o passo” das reformas econômicas para se conformar, não somente, com os princípios do FMI e do Banco Mundial mas, com as necessidades do país.

A segunda é que, as reformas econômicas iniciadas em 1987, apenas vieram dar “corpo” a um processo de intervenção da Comunidade Internacional iniciado no princípio da década de 1980, com o aprofundamento da crise econômica e política e a necessidade de solução. Quer dizer, as dificuldades econômicas e financeiras, combinadas a ocorrência cíclica de calamidades naturais e o recrudescimento da guerra, não tiveram outros efeitos socioeconômicos, que não a miséria e a fome

e, portanto, um sofrimento generalizado da população. Os doadores, sejam eles países, agências bilaterais e multilaterais e ONGI's ocidentais, já se tinham mobilizado e estavam em atuação, em Moçambique. Em 1987, as IFI's apenas formalizaram o processo de transformação econômica do país, decidido no IV Congresso da FRELIMO que, por várias razões, incluindo as de natureza ideológica, não foi possível colocá-las em prática. As mudanças políticas dos finais de 1986, segundo se fez referência acima, permitiram rapidez na implementação das reformas.

A terceira, olhando para a documentação, também fica evidente que, a atuação das ONGI's, no programa de emergência e outros projetos de desenvolvimento integrados, a que se faz menção no texto, não esteve isolada do realinhamento estratégico do ocidente, nos anos 1980. Que parte das ONGI's que atuaram nos programas de emergência, em Moçambique, muitas vezes o fizeram no interesse da política dos países de origem ou dos doadores, sejam eles bilaterais ou multilaterais. As fontes não deixam margens para muitas dúvidas. E há vários exemplos. A CARE, SCF, OXFAM, COCAMO e a CONCERN fazem parte destas organizações. As duas viagens realizadas pela Princesa Ana, então presidente da SCF, para Moçambique, deixaram clarividente a ligação da organização com os interesses britânicos, no país. Mas, também a atuação da CARE, junto da Unidade de Apoio Logístico da DPCCN, acomodava as demandas por garantias de transparência na gestão dos bens doados, colocadas pelos norte-americanos. Igualmente, boa parte da ajuda do Canada para os programas de emergência foi canalizada pela COCAMO, uma organização agregando várias ONG's financiadas, maioritariamente, pelo governo daquele país. A Itália e o reino da Espanha, numa estratégia similar, também financiavam e/ou mobilizavam financiamento para as suas ONGI's, em Moçambique. Sublinha-se que, mesmo em situações em que as doações vinham de outras organizações da sociedade civil, os governos dos países de origem mas, não só, participavam do processo de mobilização de apoios para Moçambique. Em 1983, na França, a esposa do presidente François Mitterrand, Danielle Mitterrand, trabalhou intensamente na

mobilização de apoios para o país, através do movimento “urgência Moçambique. Em 1984, a iniciativa se estendeu para a Suíça, através da FRÈRES DES HOMMES INTERNACIONALES.

E, finalmente, na atuação das ONG’s, durante o período em análise, também estavam os financiamentos de um conjunto de Fundos e Agências das Nações Unidas. Muitos programas de emergência e/ou projetos da UNICEF, PNUD, FAO e do PMA, nos termos definidos pelo ECOSOC, de fato, foram executados com recurso às estruturas criadas pelas ONGI’s, no país. Algumas ONGI’s, como o CICV, LWF, SCF, MSF, entre outras, fazendo parte daquele órgão da ONU, também realizavam trabalhos, em Moçambique. Por essa via, beneficiavam de contratos de financiamento das agências da ONU. A abertura de poços e furos de água, por exemplo, em Gaza e Inhambane, mas, também os programas de emergência ligados a situação da criança, no país, contaram com financiamento dessas agências, mas, também da CEE. Isto permitiu que as ONGI’s, neste período, se tornassem hegemônicas e, portanto, com mais capacidade de intervenção na resolução de situações de fome, nudez e miséria, provendo serviços básicos nas áreas de educação, saúde, abastecimento de água e reabilitação estradas e pontes destruídas pelas calamidades e pelos ataques da RENAMO, bem como a reposição de regadios, infraestruturas agrícolas e fornecimento de fatores de produção e insumos. No próximo capítulo, far-se-á a descrição deste processo, no distrito de Chókwè.

CAPÍTULO V

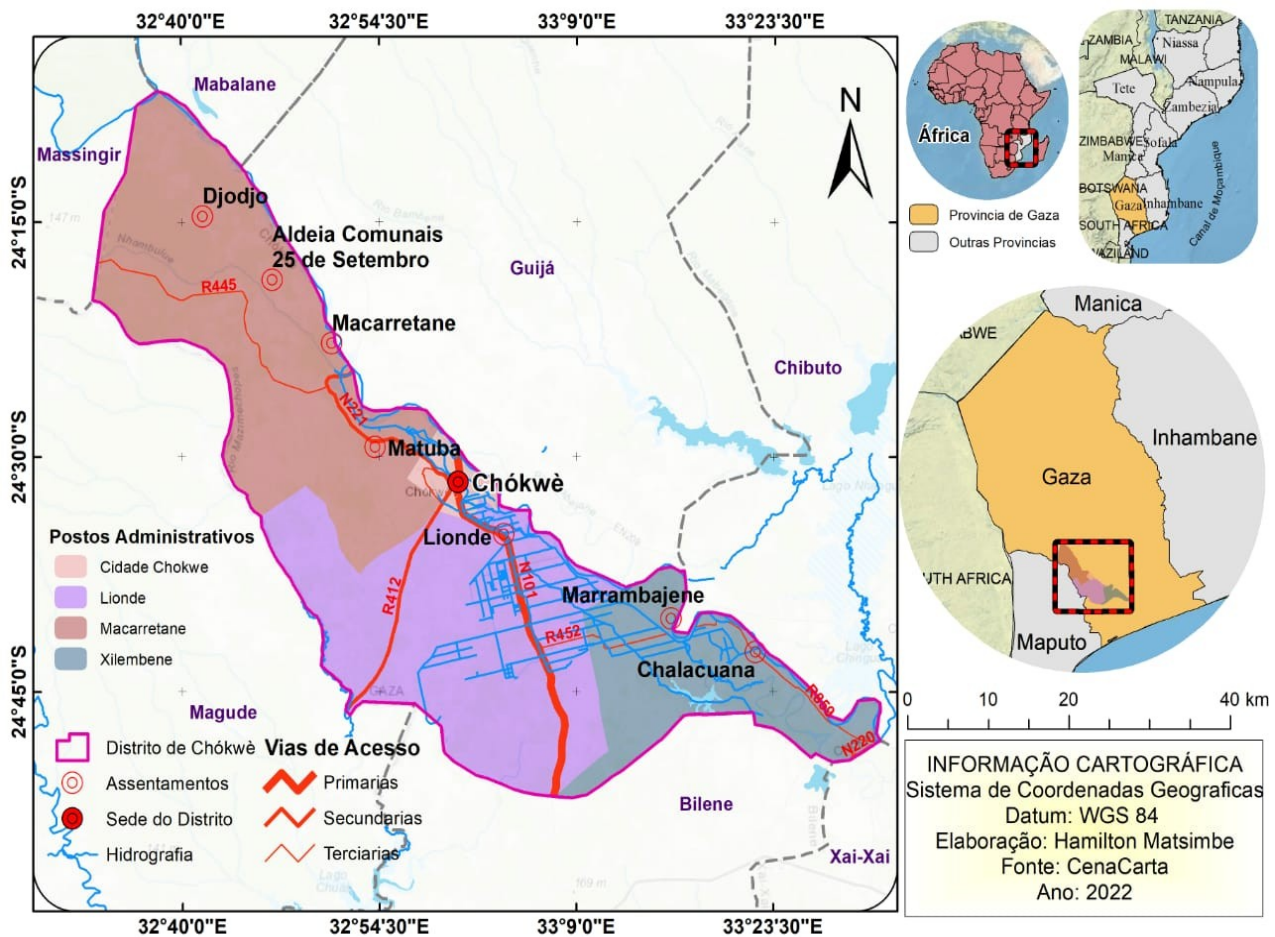
ONGI'S NA RECONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO EM CHÓKWE, 1992-2010

Em Moçambique, por conta dos efeitos destruidores da guerra e da persistente ocorrência de calamidades naturais, sobretudo a seca, entre os anos de 1980 e princípios dos anos 1990, as intervenções das ONGI's estiveram mais viradas para os programas de emergência, segundo o evidenciado no capítulo anterior. Todavia, com o fim da guerra, em outubro de 1992, não obstante prevalência da seca e das ações de emergência, as ações de ONGI's foram sendo reorientadas, também para uma abordagem de desenvolvimento integrado. Desde então, muitas ONG's se juntaram ao processo de reconstrução e reabilitação nacional, seja a convite de doadores ou do próprio governo de Moçambique. Assim, a ação das ONGI's, no país, esteve virada para três principais objetivos: (i) pacificação e reconciliação, (ii), reconstrução e reabilitação (ii) democratização e implementação de planos de desenvolvimento.

Este capítulo analisa as actividades realizadas pelas ONGI's, sobretudo nos setores de educação, saúde e agricultura, no contexto dos programas de emergência, da reconstrução e reabilitação no distrito de Chókwe, entre 1992 e 2010. Como argumento principal, defende que num contexto em que, apenas um terço do Orçamento Geral do Estado (OGE) é que provinha de fontes locais, as ações de emergência conduzidas por ONGI's, no distrito de Chókwe (mas não só), foram cruciais para o repatriamento de refugiados, regresso e estabelecimento de deslocados pela guerra e seca. Contudo, a transição das intervenções de emergências (mitigação imediata e reposição de danos físicos), para o programas de reabilitação sócioeconomica visando um desenvolvimento integrado, se revelou o principal “nó de estrangulamento”. As ONGI's que realizaram intervenções no Chókwe não conseguiram fazer essa transição nos seus programas, o que é, não obstante relativos ganhos, também demonstrado pela insustentabilidade de vários projetos implemetados no distrito.

Em Chókwe, os projectos implementados, durante o período do estudo, visando a “indução” do desenvolvimento, nem sempre produziram os resultados esperados, seja pelos doadores e/ou pelo governo. Apesar do otimismo nos relatórios das ONGI’s, alguns projetos resultaram em contrariedades; não permitiram um crescimento equilibrado e/ou integrado, favorável à melhoria das condições de vida das comunidades do distrito. E, tal sucedeu numa época em que o nível de vulnerabilidade no distrito aumentava com a queda do Complexo Agro-industrial de Limpopo (CAIL), principal dinamizador da cadeia produtiva e fonte de emprego para centenas de trabalhadores, mas também pelas dificuldades criadas pela seca e falta de água no principal regadio do país. A Orizícola do Limpopo (ORLI), a Sementes de Moçambique (SEMOC), LOMACO e as fábricas de Conhane e Chilembene, também fecharam as portas neste período, o que, em parte, minou a proteção social naquela parcela do país (ver: O’LAUGHLIN, 2010). É diante destas contrariedades que as ONGI’s vão se desdobrar em complexas atividades de reconstrução e reabilitação sócioeconómica do distrito e do qual resultam várias questões apresentadas ao longo do capítulo. É de salientar, também que o contexto socioeconómico da época, as necessidades da população (deslocados, refugiados e afetados pela seca) e a capacidade técnica e financeira para planificar, monitorar e avaliar os projetos conduzidos pelas ONGI’s, também dificultaram a separação necessária entre intervenções de emergência visando a reconstrução de infraestruturas destruídas e as actividades de reabilitação com vista assegurar um crescimento e sustentabilidade, a médio e longo prazos.

Figura 3: Mapa do distrito de Chókwe



Caraterização da área de estudo

Caraterização da área de estudo O distrito de Chókwe, historicamente, é um espaço sócio-cultural que integra vastos territórios tsonga que, antes de 1820, eram dominados por chefaturas e reinos independentes. As unidades familiares patrilineares – *munti*, dirigidas por um *munumuzane*, eram a base de organização política e econômica. Entre 1820 e 1895, a região fazia parte do Império de Gaza, fundado por Sochangane ou Manicusse na sequência do Mfecani. O império foi governado, sucessivamente, por Mawewe, entre 1958 e 1961, Muzila, entre 1961 e 1884 e Mudungazi ou Ngungunhane, entre 1884 e 1895 (COVANE, 2020, p.43). Isto significou, também que os Nguni

passaram a coabitar com as antigas chefaturas, normalmente nomeadas para posições intermediárias da administração do império. A população se ocupava da agricultura, mas também da pesca, caça, comércio de peles e marfim com mercadores asiáticos e europeus, significando que, a região, também estava integrada na economia global. Entretanto, por volta de 1850, a migração para o Natal e colônias do Cabo passou a fazer parte do subjugados de Sochangane – os *Shangane*. Segundo o historiador Luís Covane “a seca e fome, de 1860-61, contribuíram para rápida generalização da emigração”. Nas décadas 1870 e 1880, a par do declínio do comércio do marfim, novas vagas migratórias se registaram para as minas de diamantes de Kimberley e de ouro de Witwatersrand, o que contribuiu para a monetarização da economia, práticas sociais, políticas e jurídicas (COVANE, 2020, p.44). Na década de 1890, o Império de Gaza, não conseguiu sobreviver às querelas e avanços do imperialismo. Em 1895, após fracassos de tentativas portuguesas de persuadir Ngungunhane a se submeter a Lisboa, respeitando os acordos de vassalagem e comerciais, os portugueses optaram pela ação militar que culminou com a captura do rei. Em 1897, a derrota de Maguigane Khosa, chefe supremo do exército, consumava a captura de Gaza. O distrito Militar de Gaza, criado em 23 de dezembro de 1895, após a “pacificação”, em 1907, foi transformado em distrito civil, com cinco circunscrições, nomeadamente Bilene, Xai-xai, Chibuto, Guijá e *M’chopis*. Abaixo das circunscrições, estavam os postos e regulados (COVANE, 2020, p.45). O atual distrito de Chókwe fazia parte da circunscrição do Guijá, de onde resulta a designação *Muguidjani* para os habitantes.

Até cerca de 1930, os projetos de fixação sistemática nas áreas sob controlo do Estado Português tinham fracassado, não obstante estudos confirmando a riqueza agrária do Vale do Limpopo. Entre 1930 e 1950, foram introduzidas as culturas comerciais obrigatórias do Arroz e algodão. Mas, porque o recurso ao *xibalo* traria implicações políticas e sociais sérias para administração colonial, só em 1951, os projetos agrícolas e de fixação colona foram iniciados na Vale do Limpopo. Os colonos pobres vindos diretamente de Portugal, os portugueses já residentes em Moçambique e com

alguma condição econômica, deviam receber terras no curso médio do Vale do Limpopo, hoje distritos de Chokwe, Guijá e Chibuto. Mas, também seriam concedidos para alguns africanos porções de terras (COVANE, 2020, p.47). Estes projetos foram tremidos e descontinuados com a luta de libertação nacional, entre 1964 e 1974. Em 1975, a proclamação da independência de Moçambique deu lugar à socialização da agricultura pelo governo da FRELIMO, segundo o referido no segundo de capítulo. No caso do médio Limpopo, a estratégia rural do governo da FRELIMO foi a criação de *machambas* estatais e a rápida mecanização e expansão das áreas de cultivo. A partir de 1977, enormes investimentos foram realizados no médio Limpopo. Luis Covane fala de aquisição de 1200 tratores e maiks de 500 auto-combinadas para o setor estatal (COVANE, 2020, p.48). Contudo, a guerra, calamidades naturais, combinadas a inexperiência administrativa e falta de técnicos qualificados não permitiram o alcance dos objetivos. O fim da guerra, em 1992, vai dar espaço para a reconstrução e de desenvolvimento de infraestruturas econômicas e sociais, que mais adiante destacaremos.

População e perfil sócio econômico

Segundo projeções de 2005, o distrito tinha uma população de 214,183 e uma densidade de 88 habitantes/Km² (MAE, 2005, p.2). Entretanto, em 2007, o III Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) confirmou a existência de 183,531 habitantes, distribuídos em 36.774 agregados familiares, representando 14.9% da população da província de Gaza. Em 2010, este número ascendeu para 191.408 habitantes (INE, 2012, p.12). A densidade populacional situou-se nos 75.14 hab./km². As mulheres representavam 56,1% e as habitações, regra geral, eram de material precário, nomeadamente de madeira e zinco, bloco de adobe, caniço, paus, bambus maticados e palmeiras e cobertas, maioritariamente por chapas de zinco, capim, colmo e palmeiras. As famílias

são alargadas e 78% dos agregados vivem em casas precárias e sem acesso a electricidade e água potável. Mais de 60% da população recorria ao petróleo, parafina, lenha, velas para iluminação, bem como a fontanários, poços ou furos a céu aberto, água dos rios, dos lagos e mesmo da chuva para o consumo (INE, 2010). A maior parte destes agregados familiares, segundo indicadores demográficos referentes à religião são, maioritariamente cristãos com forte influência zionista, uma igreja com fortes elementos de matriz tradicional. Os católicos representavam 16.9%, os evangélicos 18.9%, os anglicanos 1.1% e 37.9% de praticantes de sião/zionista. Mais de 16.1% da população do distrito não frequenta e 7.4% não se identificou com nenhuma igreja e 0.7% frequentava igrejas desconhecidas. Em 2010, o Islão era frequentado por 1% da população do distrito(INE, 2012, p. 18).

Esta população, a luz do número 1, do artigo 4 da Constituição da República de Moçambique (CRM) encontra-se distribuída em quatro Postos Administrativos (PA), nomeadamente, a cidade de Chókwe, Macarretane, Lionde e Chilembene. Os PA's comportam oito (8) localidades e a Vila de Chilembene e 25 aldeias (CRM, 1990, p.370 ; VALÁ, 1995, p.26). O presente estudo foi realizado, basicamente, no PA de Lionde e Chilembene, localidade de Conhane, nas aldeias de Massavasse, Mapapa, Nwachicoloane, Chiaquelane e Hókwe, segundo ilustra o mapa. Em 2007, a população do distrito, de acordo com os dados da Instituto Nacional de Estatística (INE) era assistida por um (1) Hospital Rural que funciona na cidade de Chókwe e (14) quatorze unidades sanitárias (centros e postos de saúde), algumas com as respetivas maternidades, das quais, apenas duas são de iniciativa privada e (6) seis destas unidades estão distribuídas em cada uma das aldeias objeto deste estudo (MAE, 2005; INE, 2010). Em 2010, o distrito passou a contar com 13 centros e 4 postos de saúde e um total de 440 camas, sendo que 76 estavam para as maternidades (INE, 2012, p.24). A taxa de incidência do HIV era das mais elevadas da província de Gaza, com 22% da população adulta, segundo dados de 2002 (WATERHOUSE et al, 2004, p.12). Com uma taxa de cobertura dos serviços de saúde de 50%, as causas de óbito frequentemente registadas são a malária e a

tuberculose, sendo a última, também uma doença clássica das minas e da emigração (MAE, 2005, p.28).

Em 2003, o distrito tinha cerca de 97 escolas das quais apenas 2 eram do nível secundário. A taxa de analfabetismo, em 2005, era de 58,2%, sendo que o índice para as mulheres era de 64%, não obstante o índice de masculinidade situar-se em 43%. Em 2008, a taxa de analfabetismo na população maior de 15 anos era de 83%. O distrito tinha 120 unidades escolares das quais, apenas (5) cinco eram secundárias e (1) uma do tipo técnico-profissional. No mesmo ano, frequentavam as escolas primárias, pouco mais de 40 mil crianças e mais de 6500 alunos no ensino secundário. Em 2010, o distrito passou a contar com 15 escolas secundárias e destas, 4 lecionavam o II ciclo do nível secundário, o que fez ascender a taxa de frequência do ensino secundário para mais de 9 mil alunos (INE, 2012, p.19-21). Estes dados mostram que a taxa de cobertura dos serviços de educação permanecia incipiente e longe de resolver os problemas de analfabetismo que afetavam a província e o país (MAE, 2005, p.11; INE, 2010). Não obstante avanços, este é o quadro socioeconómico de baixa oferta de serviços públicos à população em que actuaram as ONGI's que trabalharam na área da saúde e de educação, mas também no setor de águas e saneamento do meio no distrito de Chókwe.

A par destas dificuldades, o distrito de Chókwe possui excelentes condições para a prática da agricultura. Concentra cerca de 40% dos regadios de Moçambique e 90 % da área operacional de Gaza. Isto permite que os agregados familiares produzam muitos dos produtos que fazem parte da sua dieta, nomeadamente milho, arroz, batata-doce e diferentes vegetais/verduras e legumes. As condições de vida integram a agricultura, criação de gado, trabalho assalariado migrante ou local, produção de carvão, corte de lenha, pesca, venda de produtos, construção e fabrico de bebidas (MAE, 2005, p.11; O'LAUGHLIN, 2004, p.118). Não obstante este potencial, calcula-se que cerca de 60% dos agregados familiares no Chókwe estejam abaixo da linha da pobreza e, portanto,

vulneráveis. Esta realidade desafia, desde 1992, as ONGI's que trabalham em prol da segurança alimentar.

Apesar da redistribuição das parcelas do Complexo Agro-industrial do Limpopo (CAIL) ao sector familiar, desde os finais dos anos 1980 e princípios de 1990, os desequilíbrios em relação à posse de terra prevalecem. Até 2002, cerca de 20% dos agregados familiares controlavam 50% da terra disponível para agricultura no distrito e um terço dos terras pertenciam ou às autoridades tradicionais ou aos funcionários do topo e elites distritais (ver: O'LAUGHLIN, 2004, p.99-138). A realidade acima se torna preocupante porque impacta diretamente na segurança alimentar da população com a redução da produção e da produtividade na mesma proporção com os níveis pluviométricos no distrito. Com uma média anual de 600 milímetros (mm), durante as estações chuvosas atinge os 500 mm. Na estação seca a precipitação varia, entre 145 a 1000 mm e entre 179 a 986 mm, durante todo o ano (MAE, 2005, p.2). Os dados apontam para uma pluviosidade irregular no Chókwe que, se manifesta pelos ciclos repetidos de seca, pontuados por cheias dramáticas e destrutivas. Na sequência da guerra, das cheias devastadoras e dos ciclos de seca, o efectivo de cabeças de gado possuído pelos agregados familiares reduziu drasticamente (O'LAUGHLIN, 2004, p.121). Contudo, fruto de investimentos privados e programas de fomento, a tradição de criação e a melhoria do contexto sóciopolítico do país, como a seguir se apresenta, o efectivo de gado aumentou, de 26 mil cabeças contabilizadas no ano 2000, para mais de 45 mil cabeças bovinas, em 2004 (MAE, 2005, p.6).

Contexto de reconstrução e reabilitação do país

O contexto de reconstrução e reabilitação no distrito de Chókwe acontece sob um novo cenário político doméstico. Em 1990, a Assembleia Popular aprovou uma nova constituição que, de entre

outras questões, desanuviou o clima de guerra e de desconfiança, então prevalecente, entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. Em Dezembro de 1990, foi assinado o cessar-fogo parcial e, igualmente abertos os chamados “corredores de paz, por via das quais, as ONGI’s operavam para aliviar a população carenciada. Com o acordo, os corredores da Beira e do Limpopo, no centro e sul do país, paralisados com as ações militares da RENAMO se tornou possível que, a CICV e outras organizações com interesse humanitário, garantisse, assistência para as populações do interior (DELLA ROCCA, 1998. P.127).

A luz da constituição de 1990, novos actores políticos foram, também legitimados a partir de 1992, numa clara demonstração de abertura multipartidária. Além de garantir um estado democrático e de justiça social, no Artigo 1, a nova constituição reconhecia o pluralismo político, no artigo 31 e, ao fazê-lo reconhecia o direito à associação e “acolhia parte das reivindicações da RENAMO (CRM, 1992, p.370 e 376; DE ARMIÑO, 1997, p.27). A constituição, também criou condições para a emergência de ONG’s locais/ e para o reconhecimento das ONGI’s como actores e interlocutores socioeconómicos válidos para o processo de pacificação e reabilitação do país, ao reconhecer, no Artigo 34, que “as organizações sociais, como formas de associação de cidadãos com afinidades desempenham papel importante na promoção da democracia e na participação dos cidadãos na vida política” (CRM, 1992, p.377).

Estes aspectos permitiram que, em 4 de Outubro de 1992, o governo da FRELIMO e a RENAMO, duas forças beligerantes, assinassem o Acordo Geral de Paz (AGP) que definia os novos princípios de convivência política dos moçambicanos, além dos já prescritos na constituição de 1990. Assim, à luz do AGP, as duas partes se comprometeram a iniciar um processo de reconciliação nacional e de reconstrução do país, para o qual foi imprescindível a supervisão da Missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ). A ONUMOZ, se por um lado, contribuiu para a pacificação, reintegração e preparação das primeiras eleições, também permitiu o reforço do papel das ONGI’s, já em operações em Moçambique, ao integrá-las, como seus braços operativos em todo o processo

de supervisão e monitoria do AGP (AJELLO, 1995, p.). Afinal, a ONUMOZ recebera quatro mandatos para materialização da sua missão no país, nomeadamente político, militar, humanitário e eleitoral para vigiar o cessar-fogo, o desarmamento e a desmobilização de ambos exércitos, garantir a segurança nos principais corredores de comunicação, monitorar a realizações de eleições e coordenar os programas de auxílio e reabilitação do país.¹²³

Em 1993, com o país sob assistência humanitária, militar e política das ONUMOZ, o clima de guerra, gradualmente, foi sendo desanuviado, com as partes contendoras a colaborarem para a implementação dos princípios do acordo, recentemente alcançado. Isto possibilitou que o governo de Moçambique aprovasse o Plano de Reconstrução Nacional (PRN), documento que orientou as linhas estratégicas do Programa Quinquenal do Governo (PQG), saído das primeiras eleições multipartidárias, em 1994. O PRN, aprovado e posto em prática, logo após a assinatura do AGP, em finais 1992, na essência, foi um programa multissectorial, com vista a reposição do tecido socioeconómico devastado, pela guerra civil. Entretanto, num contexto de dificuldades económicas. Na época, a ajuda internacional ainda cobria 50% do OGE e 75% das importações do país. Em 1993, a dívida externa de Moçambique estava situada em 5.300 milhões de dólares americanos, o que equivale afirmar que cada cidadão devia cerca de 300 dólares (Ver: PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL, 1993).

Na verdade, o PRN surge como corolário de vários instrumentos de governação anteriores, nomeadamente, Plano Trienal de Investimento Público (1991-1993), Programa de Desenvolvimento Integrado - PROAREA, Estratégia para Redução da Pobreza em Moçambique, Plano de Acção sobre o Desenvolvimento Social, Estratégia para o Desenvolvimento Humano Sustentável (DHS) e Plano Nacional de Acção sobre a Criança (PNAC). O PROAREA é um plano concebido pelo governo para dinamizar o processo de desenvolvimento socioeconómico nas áreas onde o

¹²³ Para uma discussão sobre os mandatos da ONUMOZ ver: AJELLO, A. «o papel da ONUmoz no processo de pacificação». In: MAZULA, B. *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Imprensa universitária, 1995.

reassentamento das populações deslocadas e refugiadas estava concluído, entre a primeira fase do PRN e as iniciativas de desenvolvimento rural. Estes planos, mais do que instrumentos de intervenção ou de política pública visando contingência da situação de emergência, traduziam a complexidade da situação socioeconômica do país, em todos os domínios. O impacto socioeconômico do PRES, das calamidades naturais cíclicas (sobretudo a seca) e as restrições impostas durante a economia de guerra, haviam causado profundas sequelas para milhares de moçambicanos. Por esta razão, a reabilitação do país ultrapassava o simples desejo de pacificação e de reconciliação do governo da FRELIMO e da RENAMO, manifestada nas eleições de 1994.

A população, mais do que democracia, também votou pela estabilidade social e pelo fim do conflito. A guerra, em pouco mais de década e meia, tinha causado danos de difícil reparação, a curto e médio prazos, no tecido social e económico do país. A título de exemplo, com a assinatura do AGP, em 1992, milhares de deslocados e refugiados se mobilizaram para o regresso às zonas de origem. Assim, era necessária, também a criação e organização de uma logística própria para incentivar o regresso deste grupo de refugiados e deslocados no seu desejo recomeçar a vida no solo pátrio. Entretanto, já desde os finais dos anos 1980, o ritmo das negociações com a RENAMO, tinha já criado fluxos de regressados que o governo de Moçambique, em coordenação com a ACNUR e ONGI's especializadas, à semelhança de MSF-frança, IRC dos EUA, Conselho Noruegues para os Refugiados e a CICV que vinham trabalhando no seu reassentamento, em diferentes partes do território nacional, sobretudo a partir do Malawi (NOTÍCIAS, 3/02/1992). Na província de Gaza, estavam em atividade já a CICV e Caritas. Assim, uma das primeiras medidas consistia na reorganização do projeto de emergências. A emergência devia atender melhor o restabelecimento de milhares de pessoas internamente deslocadas e refugiadas nos países vizinhos.

Mas, o processo de reconstrução e reabilitação, desde cedo, esteve dependente de doadores e/ou parceiros internacionais e, sobretudo de ONGI's que nem sempre realizaram intervenções consentâneas e coerentes com os programas e projetos do governo. No contexto pós 1992, em que o

Estado estava deficitário e com problemas financeiros, a intervenção humanitária e programas de emergência, teve que ser assumida pela cooperação. Em 1991/92, por exemplo, o Projeto Setorial de Educação, visando a construção de 24 estabelecimentos de ensino, tinha o financiamento do BIRD e BAD, na ordem de 15.9 milhões de dólares. Aqui, o Governo de Moçambique participou com, apenas, 2 milhões de dólares e, segundo as regras do BIRD, as escolas foram construídas por uma empresa do Paraguai (NOTÍCIAS, 7/02/1992). Igualmente, em 1991, no setor de educação, o PMA era a principal fonte de abastecimento de alimentos nos lares e centros de internato da província de Inhambane com quase 600 toneladas (NOTÍCIAS, 24/02/1992).

As ONGI's que, desde 1983 vinham granjeando a simpatia e confiança de doadores e instituições internacionais, em operações no país, também assumiram papel hegemônico durante (mas também depois) a vigência da ONUMOZ (ver: COSTY, 1997; ADAM, 1997). Entretanto, os desafios para estas organizações incidiam, não só, na distribuição de víveres mas, também na criação de uma série de condições para facilitar o almejado regresso, fixação e integração destes pouco mais de 3 milhões e setecentos mil (3.700.000) deslocados e 1 milhão e trezentos e noventa mil (1.390.000) refugiados, apenas no Malawi, Zâmbia e Zimbábwe. Aliás, em 1992, no Malawi 17% da população eram refugiados de Moçambique. No mesmo ano, 1.7 milhões de exilados foram registados como retornados ao país (RAIMUNDO, 2020, p.9).

A reabertura de vias de acesso, de fontes de abastecimento de água, a reposição das ligações entre vários distritos e a distribuição de insumos agrícolas eram necessárias, para a normalização da actividade agrícola, destruída durante a vigência da guerra. Em, fevereiro de 1992, a 6ª Sessão da Comissão Tripartida entre Moçambique e Malawi, com intermediação do ACNUR, debateu os mecanismos a implementar para apoiar o regresso voluntário dos refugiados moçambicanos, no Malawi. O encontro que, em principio era entre os dois estados, contou com a participação de ONGI's, que prestavam apoio aos moçambicanos no Malawi, nomeadamente, a MSF-França, International Rescue Committee (IRC) dos EUA, Conselho Norueguês para os Refugiados e o

CICV. Entretanto, o repatriamento voluntário implicava, também a criação de condições e a reabilitação de infraestruturas sociais, facilidades médicas e de captação de águas entre outras medidas, ações que precisavam da participação da Comunidade Internacional. Afinal, em 1991, a contribuição fora de 2.9 milhões de dólares (NOTÍCIAS, 3/02/1992).

Portanto, para o governo de Moçambique, a revitalização da rede sanitária, também constituía, à semelhança do sector educativo, uma das prioridades de reabilitação. A malária se tinha tornado na principal causa de mortalidade, seguida de diarreias, tuberculose (adultos), pneumonia, sarampo, malnutrição, anemia, etc (COMISSÃO NACIONAL DO PLANO, 1994. p. 52). Como resultado, no período pós guerra, as políticas da saúde foram articuladas em torno de três estratégias: (i) a reabilitação de infra-estruturas da rede sanitária, (ii) desenvolvimento institucional e (iii) desenvolvimento de recursos humanos (DE ARMIÑO, 1997, p.101). É por isso que, em 1994, o Plano Económico e Social (PES) do governo destacava, entre vários aspectos, o aumento da eficácia e da qualidade dos serviços de saúde prestados, através da redução da incidência e da prevalência de doenças evitáveis (COMISSÃO NACIONAL DO PLANO, 1994. p. 97-102).

Contudo, o financiamento de projectos nestas áreas, como se vem sublinhando, permaneceu dependente da cooperação internacional, sobretudo, da UNICEF, PNUD, UNDRO e das ONGI's com programas mais especializados que, já desenvolviam outras actividades de ajuda e alívio e na reabilitação socioeconômicas, segundo o descrito no capítulo anterior. Em dezembro de 1992, tivera lugar a Conferência de Doadores de Roma, sob coordenação da Itália e da ONU. No evento, 559 milhões foram anunciados pelos doadores, para o Programa Consolidado de Assistência Humanitária para atender o repatriamento de refugiados, assistência humanitária para os demobilizados, ajuda de emergência, recuperação de serviços básicos (agricultura, saúde, abastecimento de água, estradas e pontes e educação), programas multisetoriais, desminagem e apoio institucional. Em junho de 1993, na Conferência de Maputo, um evento realizado para reorientar os recursos solicitados em Roma, foram garantidos 403 milhões de dólares por

organismos das Nações Unidas, doadores e ONGI's (NOTÍCIAS, 8/06/1993).¹²⁴ A Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOHAC), parte integrante da ONUMOZ e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália, representados por Jan Aliasson e Carmelo Azzara, presidiram este encontro decisivo para análise da situação humanitária do país e sua relevância para o processo de paz.

Afinal, em maio de 1993, para os doze meses seguintes, as Nações Unidas previam o regresso de 735 mil refugiados, a partir dos seis países vizinhos (NOTÍCIAS, 21/05/1993).¹²⁵ No final da Conferência de Doadores de Maputo, 520 milhões de dólares foram concedidos para apoiar a assistência humanitária (NOTÍCIAS 10/06/1993).¹²⁶ Na ocasião, o Coordenador de Operações da OIM, R.K Jenny, também disponibilizou 16 milhões de dólares para o transporte dos desmobilizados do exército governamental e seus familiares, enquanto UNOHAC deveria dispende 50 milhões de dólares para a reintegração econômica e social dos ex-militares (NOTÍCIAS 10/06/1993).¹²⁷ A CVM, na mesma semana, também anunciou, num encontro nacional, a preparação da “Operação Regresso a Casa”, para o qual já havia sido lançado já um apelo a partir de Genebra para a disponibilização de aproximadamente 19 milhões de franços suíços. O montante devia cobrir o programa de assistência da CVM, nas ações de repatriamento de refugiados a partir dos países vizinhos, através da combinação das emergência e desenvolvimento de programas de reabilitação social (NOTÍCIAS, 12/06/1993).¹²⁸

Em finais do mês de junho de 1993, a ajuda não-alimentar tinha atingido 30 distritos, em diversas províncias do país. Entranto, as minas dificultavam as operações de assistência da UNOHAC, em algumas zonas sob controlo da RENAMO. Nas províncias de Sofala e Zambézia, áreas de

124 Na conferência de Maputo: doadores vão reorientar recursos solicitados em Roma. *Notícias* [Maputo] 8 de junho de 1993.

125 Nos próximos 12 meses, setecentas mil pessoas voltarão a moçambique. *Notícias* [Maputo], 21 de maio de 1993.

126 DONALDO, N.; BILA, C. Para assistência humanitária: doadores concedem 520 milhões de dólares. *Notícias* [Maputo], 10 de junho de 1993.

127 Disponibilizados fundos para o transporte de ex-soldados. *Notícias* [Maputo], 10 de junho de 1993.

128 CVM lança apelo para apoio ao repatriamento. *Notícias* [Maputo], 12 de junho de 1993.

concentração do conflito, este organismo das Nações Unidas, nas suas operações, também contava com CICV, DAH/UNDRO, OXFAM, Missionários da Ordem dos Capuchinhos e o CCM (NOTÍCIAS, 30/06/1993).¹²⁹ E julho de 1993, o ACNUR manifestou a intenção, de através de ONGI's, apoiar o país na desminagem, implementando um programa limitado de demarcação de áreas minadas ao longo das vias de regresso e destinos finais dos refugiados. Entretanto, no quadro de Projeto de Impacto Rápido (PIR), programas de reabilitação e restauração de serviços básicos do ACNUR, já decorriam nos distritos prioritários de regresso, em coordenação com outras agências da ONU e ONGI's, para incrementar a capacidade de absorção das zonas recentemente abertas para acolher os refugiados (NOTÍCIAS, 2/07/1993).¹³⁰

Ainda no contexto de ações de reconstrução, em julho de 1993, o PNUD aprovou o Plano de Assistência a Moçambique para o período 1993/1997, atribuindo um total de 95 milhões de dólares para diversos áreas socioeconômicas. Entretanto, o setor da saúde foi o maior beneficiário. Neste setor o programa realizou financiamento em ações de fortalecimento da gestão e da capacidade técnica para aumentar a qualidade do atendimento médico, em áreas especializadas, nos hospitais de referência e melhorar a capacidade do controlo de epidemias e de lidar com assistência de emergências. O plano de assistência do PNUD, incluía o apoio ao programa de Governo de descentralização do sistema de planeamento provincial, promoção de iniciativas de base, reforço da ligação emergência/ajuda humanitária; reconstrução, realibitação e desenvolvimento mas, também assistência na formulação do Programa de Desenvolvimento Integrado – PROAREA e o apoio às mulheres empresárias no âmbito de atividades remunerativas de pequena escala em áreas urbanas (NOTÍCIAS, 19/07/1993).¹³¹

Em novembro de 1993, o PMA aprovou um Plano Regional de Assistência Humanitária aos refugiados moçambicanos que estão a retornar mas, também para os que ainda se encontravam nos

129 Ajuda não-alimentar já atingiu 30 distritos do país. *Notícias* [Maputo], 30 de junho de 1993.

130 Para garantir o regresso de refugiados: ACNUR vai apoiar operação de desminagem. *Notícias* [Maputo], 2 de julho de 1993.

131 PNUD aprova plano de auxílio ao nosso país. *Notícias* [Maputo], 19 de julho de 1993.

países vizinhos, avaliado em 80 milhões de dólares, cobrindo o período de janeiro de 1994 a junho de 1995 (NOTÍCIAS 9/11/1993).¹³² Afinal, de acordo com o ACNUR, o processo de repatriamento deveria estar concluído até outubro de 1994. A OIM trabalhava afincadamente no transporte de deslocados que, desde o mês de agosto não paravam de aumentar, às zonas de origem, em todo país (NOTÍCIAS, 12/11/1993).¹³³ Em alguns casos, ONG's nacionais recém-criadas também participaram do processo. A Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados (CEMIRDE), realizou operações de transporte com ajuda da OIM. Igualmente, na capital do país a iniciativa Ação Conjunta de Emergência, juntando a Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG), Associação Moçambicana da Mulher Rural (AMMERU), Associação dos Ex-Emigrantes Moçambicanos (AEXEMO), promoveram o regresso de pouco mais de 200 mil deslocados para os distritos de Magude, Manhiça e postos administrativos de Salamanga e Changalane, na província de Maputo (NOTÍCIAS, 16/12/1993; NOTÍCIAS, 22/01/1994).¹³⁴

Em 1994, a realização de eleições teve total contribuição dos organismos das Nações Unidas, doadores e ONGI's. Os EUA, enquanto o PNUD se desdobrava em colher a posição da RENAMO, sobre o Anteprojeto da Lei Eleitoral, a partir de Washington, em abril de 1993, confirmavam a disponibilidade de um montante entre cinco a sete milhões de dólares para apoiar o pleito (NOTÍCIAS, 26/04/1993).¹³⁵ Em fevereiro de 1994, a CNE, através do seu presidente Brazão Mazula, também confirmou estar assegurado o *trust fund* para o processo eleitoral a ser desembolsado pelo PNUD (NOTÍCIAS, 23/02/1994).¹³⁶ A ONU, em abril de 1994, aprovou um

132 PMA aprova plano regional de assistência humanitária. *Notícias* [Maputo], 9 de novembro de 1993.

133 Repatriamento deverá estar concluído até outubro de 94. *Notícias* [Maputo], 12 de novembro de 1993.

134 Partindo da capital: cerca de 700 pessoas regressaram às zonas de origem no país. *Notícias* [Maputo], 16 de dezembro de 1993.; Três ONG's nacionais na capital promovem regresso aos distritos. *Notícias* [Maputo], 22 de janeiro de 1994.

135 EUA concedem fundo para apoio as eleições. *Notícias* [Maputo] 26 de abril de 1993.

136 Assegurado "trust fund" para o processo eleitoral. *Notícias* [Maputo] 23 de fevereiro de 1994.

fundo de 17 milhões de dólares para os partidos políticos que, no entanto, continuavam se registrando no Ministério da Justiça (NOTÍCIAS, 15/04/1994).¹³⁷

Afinal, da Reunião de Paris, em dezembro de 1993, o governo de Moçambique, recebeu de doadores internacionais, garantias de apoio para a reabilitação econômica e implementação do AGP. De uma quantia de 1.5 milhões dólares, necessária, os doadores asseguraram, no encontro, 1.450 mil milhões de dólares (MIGUEL, 1993).¹³⁸ Em finais do mês de janeiro de 1994, os doadores, através dos representantes de países e ONGI's, voltaram a se reunir em Maputo para estudar a criação de um fundo especial para, num prazo de dezoito e vinte e quatro meses, apoiar os militares a desmobilizar nos meses subsequentes, no âmbito da implementação do AGP. No encontro, onde esteve presente o representante especial do Secretário-geral da ONU, Aldo Ajello, os doadores aprovaram a disponibilização de 20 milhões de dólares (NOTÍCIAS, 27/01/1994; NOTÍCIAS, 1/02/1994).¹³⁹

Assim, em 1995, para reduzir as taxas de mortalidade infantil, aumentar as taxas frequência pré-escolar e materna foi, também lançado o já referido Plano Nacional de Ação sobre a Criança (PNAC). Até finais de 1993, a CEE tinha investido, só no programa de Lanches Escolares, 33 bilhões de dólares (5.5 milhões de ECUs).¹⁴⁰ Entretanto, o endividamento crónico e a excessiva dependência financeira externa do país condicionaram uma intervenção plena do Estado, o que abriu portas para a ação hegemônica das ONGI's no processo de reconstrução e reabilitação (COSTY, 1997). O país foi vivendo de apelo, em apelo na comunidade internacional. Aliás, após o ciclone Nádia que, em finais de março de 1994, afetou a província de Nampula, no norte do país, o governo socorreu-se do apelo à comunidade internacional para que esta prestasse auxílio às vítimas

com apoios multiformes. Os EUA, por exemplo, em resposta, além do envio de duas aerovanes para

137 ONU aprova "trust fund" para partidos políticos. Notícias [Maputo], 15 de abril de 1994.

138 MIGUEL, R. Moçambique recebe promessas de apoio na reunião de Paris. *Notícias* [Maputo], 6 de dezembro de 1993.

139 Militares desmobilizados: doadores vão estudar criação de fundo especial. *Notícias* [Maputo], 27 de janeiro de 1994.

140 Programa de lanches escolares: doadores procuram melhorar qualidades de gestão do projeto. *Notícias* [Maputo], 19 de fevereiro de 1994.

operações de assistência, concederam 25 mil dólares de apoio (NOTÍCIAS, 7/04/1994; NOTÍCIAS, 8/04/1994).¹⁴¹

Nos princípios de 1990, a dívida externa de Moçambique situava-se, nos 308 dólares *per capita*. Em janeiro de 1994, Banco Mundial assinou o acordo de financiamento da segunda fase do projeto de Estradas e Navegação Costeira (ROCS-2), no valor de 825 milhões de dólares. Igualmente, para reconstrução da ponte “Dona Ana” destruída, em 1985, pela RENAMO, o financiamento das obras veio da USAID (NOTÍCIAS, 31/01/1994).¹⁴² Portanto, o endividamento continuou crescente nos anos seguintes. Entretanto, as intervenções de emergência e de ajuda humanitária prevaleciam como prioridade, nos programas de cooperação internacional (ADAM, 1997, p.179). Havia que reconstruir salas de aula, hospitais, estradas e pontes, infraestruturas de água e saneamento, bem como outras bem-feitorias de que dependia a estabilização da vida em diferentes comunidades. Em termos conceptuais, depois de uma catástrofe ou desastre natural, a reabilitação centra-se, prioritariamente, na reconstrução/reposição de sistemas de subsistência das vítimas e, talvez, de empregos temporários e na reconstrução de infra-estruturas e habitações danificadas (DE ARMIÑO, 1997, p.24).

O caso de Moçambique parece ter sido de maior complexidade, na medida em que, combinava os efeitos da ocorrência cíclica de calamidades naturais e uma guerra destruidora. Obviamente que, uma rápida reposição de sistemas de subsistência e de infra-estruturas danificadas dependia de vários factores. O país estava dependente de ajuda externa para a implementação de suas políticas de desenvolvimento e, apenas um terço do Orçamento Geral do Estado, era financiado por fontes locais (ADAM, 1997, p.179). Isto não só enfraquecia a capacidade de articulação mas, também de negociação do Estado com os doadores e instituições internacionais. Não havia, portanto, nos

141 Ciclone Nádia: governo lança apelo apelo de auxílio as vítimas. *Notícias* [Maputo], 7 de abril de 1994; Ciclone Nádia: Estados Unidos concedem 25 mil dólares de apoio. *Notícias* [Maputo], 8 de abril de 1994.

142 Estradas e navegação costeira: concluídas em Washington negociações com o Banco Mundial. *Notícias* [Maputo], 31 de janeiro de 1994.

primeiros anos da vigência do AGP, condições para um possível desenvolvimento de programas de reconstrução e de reabilitação, genuinamente nacionais, sem depender do financiamento estrangeiro. Em 1994, as agências da ONU e dos países doadores, findo o mandato da ONUMOZ, se reafirmaram, em Moçambique, financiando, por via de ONGI's e outras OSC's nacionais, diferentes projectos multisetoriais. Em junho de 1994, Oldemiro Baloi, Vice-Ministro da Cooperação, num seminário que visava debater a existência “demasiada” e questionar a coordenação do trabalho realizado por elas realizado, reconheceu que a proliferação de ONG's resultava das limitações do governo na direção e gestão dos esforços de desenvolvimento em Moçambique (NOTÍCIAS, 30/06/1995).¹⁴³

As agências de desenvolvimento internacional (ONU e países ocidentais) canalizavam consideráveis verbas, destinadas ao financiamento de iniciativas locais de desenvolvimento, por via de ONG's que, normalmente, eram dos seus próprios países. Em abril de 1994, a UNICEF assinou um acordo de financiamento de 425 mil dólares, com dezoito ONG's nacionais e estrangeiras destinados a projetos de atendimento de criança em situação difícil, em Maputo, Manica, Sofala e Zambézia (NOTÍCIAS, 19/04/1994).¹⁴⁴ Em Moçambique, as ONGI's, durante a vigência da ONUMOZ, chegaram a canalizar 64% dos fundos para a saúde, 67% para o sector da educação e 79% dos fundos para projectos multissetoriais, o que demonstra preponderância em projectos sociais (BARNES, 1998, p.312). De facto, a parceria com ONG's e agências de desenvolvimento internacional, naturalmente, foi a solução encontrada para a implementação de programas de reconstrução, reabilitação, desde os anos 90. Em 1994, de acordo com o relatório de desenvolvimento do PNUD, as ONGI's canalizaram 80.7 % da ajuda humanitária para Moçambique (UNDP, 1996, p.30). Entretanto, os países doadores, também canalizavam os fundos, diretamente para as agências da ONU, sobretudo aquelas em atividades, em Moçambique. A Itália, em agosto de

143 Na gestão de desenvolvimento: proliferação de ONG's resulta das limitações do governo. *Notícias* [Maputo], 30 de junho de 1994.

144 UNICEF e ONG's coordenam ações de atendimento á criança. *Notícias* [Maputo], 19 de abril de 1994.

1994, concedeu a Moçambique, através da UNOHAC, um fundo de 10 milhões de dólares para apoiar os trabalhos de assistência humanitária (NOTÍCIAS, 11/08/1994).¹⁴⁵

É com esta realidade que, as ONGI's foram legitimando a sua integração, em diferentes programas e projetos intersetoriais, do governo de Moçambique. Como resultado, as principais estratégias e planos de ação para a reconstrução e reabilitação nacional depois de 1994, tinham forte influência das ONGI's e parceiros de cooperação. Todavia, vezes sem conta, também o governo conferiu legitimidade às ONG's para a própria sobrevivência. Em Manica, no mês de agosto de 1994, por causa da fome que assolava o norte da província e, sem soluções a vista por parte do DPCCN, o governo não teve outra solução, senão solicitar ajuda de emergência às ONG's. Aliás, no caso o pedido foi recusado pelas ONG's, sob o argumento de incentivar a produção local, o que desapontou os administradores dos distritos afetados (NOTÍCIAS, 17/08/1994; NOTÍCIAS, 18/08/1994).¹⁴⁶ Contudo, para Roger Carlisson Diretor da Missão da USAID em Moçambique, o país continuaria precisando de ajuda humanitária, mesmo após as eleições de outubro. Segundo o relatório do PMA/FAO, as necessidades alimentares de emergência ascenderiam para 200 mil toneladas, no período 1994/1995 (NOTÍCIAS, 18/10/1994; NOTÍCIAS, 19/10/1994).¹⁴⁷

Afinal, em pouco mais de uma década de atividades, estas agências e organizações-não governamentais conseguiram, também recolher e organizar dados que as autoridades nacionais, não tinham. As ONGI's, por esta via, também conseguiram “ocupar espaços” nas instituições do estado; financiando programas e planos de gestão pedagógica, capacitação técnica e institucional, abastecimento de água e saneamento do meio, nas comunidades, e através de convênios de intervenção multisetorial de nível provincial e distrital. Ou seja, as organizações não-

145 No âmbito da ajuda humanitária: Itália concede a Moçambique um fundo de 10 milhões de dólares. *Notícias* [Maputo], 1 de agosto de 1994.

146 Fome no norte de Manica: governo vai solicitar ajuda de emergência às ONG's. *Notícias* [Maputo], 17 de agosto de 1994; Ainda a fome no norte de Manica: administradores desapontados com redução de ajuda alimentar. *Notícias* [Maputo], 18 de agosto de 1994.

147 Depois das eleições: assistência humanitária deverá ter continuidade. *Notícias* [Maputo], 18 de outubro de 1994; Emergência: necessidades alimentares ascendem a 200 milhões de dólares. *Notícias* [Maputo], 19 de outubro de 1994.

governamentais, na década de 1990, se tornam autênticas “oficinas de reparação locais” dos problemas do país ou mesmo “consultorias” de desenvolvimento nacional, como diria o professor Valdemir Zamparoni.¹⁴⁸ Este papel, também foi reforçado pelo governo, após ao surfrágio de outubro de 1994, com o lançamento de mais um apelo à comunidade internacional para o apoio aos programas de reconstrução (NOTÍCIAS, 2/12/1994).¹⁴⁹

A extinção da CENE, em princípios da década de 1990, trouxe a coordenação e racionalização da ajuda externa para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), passando este a lidar com os crescentes volumes de ajuda estrangeira mas, sobretudo promovendo uma melhor coordenação dos esforços de desenvolvimento em vários sectores (ADAM, 1996, pp.189; 210). As ONGI's e a intervenção de emergência que realizavam passaram, também para este pelouro do governo. Os programas de cooperação precisaram ser ajustados à nova realidade nacional, solicitando o governo, a concentração sectorial dos projetos bilaterais. Eis, a razão do seminário nacional e do pronunciamento do Vice-Ministro da Cooperação, Oldemiro Baloi, questionando a coordenação das ONGI's, em finais de junho, de 1994 (ver: NOTÍCIAS, 30/06/1994). Segundo o historiador Yussuf Adam, este ajustamento de programas de cooperação resulta do facto de ONGI's controlarem recursos e dinheiro que usavam em assuntos que julgavam importantes, se transformando numa espécie de “oficinas de reparações locais”, neutralizando as instituições do Estado e se apropriando de algumas das suas funções, mormente a formulação de políticas (ADAM, 1996, pp. 209-210).

A ajuda externa, também criou efeitos politicamente contraditórios, em Moçambique. Se é verdade que, por um lado, ajudou na estabilização do regime, contribuindo para a sobrevivência de milhares de vítimas da fome, principalmente camponeses de zonas rurais, principal base de apoio do governo

148 Conversa informal á margem da XXIII Escola Doutoral de Estudos Étnicos e Africanos “Fábrica De Ideias” (2022) realizada no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, entre os dias 4 e 12 de novembro de 2022.

149 Aos programas de reconstrução: Moçambique lança apelo para mais auxilio internacional. Notícias [Maputo], 2 de dezembro de 1994.

da FRELIMO, por outro, é inegável que fortaleceu os sectores privados, aumentando a capacidade de empreendedores locais, um claro apoio aos sectores que lutavam por mudanças políticas (ADAM, 1996, pp.189; 210). Ainda assim, o estado não cruzou os braços. Através do MINEC, o governo continuou na coordenação dos esforços de ajuda. É verdade que, a Lei 8/91, de 18 de julho, constituía o instrumento legal principal de regulação da livre associação na país, entretanto, com limitações, porquanto não se aplicava para as ONGI's, mas, organizações e associações nacionais cujo o registo sempre cabia ao Ministério da Justiça. Ademais, este instrumento não fazia distinção entre organizações não lucrativas e as que desenvolvem projetos de carácter econômico. A atribuição das licenças de cooperação pelo MINEC só veio a se efetivar com aprovação do Decreto 55/98, de 13 de outubro que cria o quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da actuação das ONG's estrangeiras – ONGI's. Antes de 1998, a atuação destas organizações não tinha regulação específica, o que tornava difícil a coordenação e integração de suas atividades no programa do governo, sufragado em outubro de 1994. Este “vazio legal”, vai ter implicações no mapeamento das necessidades e ações de resposta para a emergência humanitária, esforços de reconstrução e reabilitação programas de desenvolvimento. É neste contexto que, a seguir, procuramos descrever a atuação de ONGI's no distrito de Chókwè. Entretanto, a explicação dos acontecimentos do distrito passam pela compreensão da realidade e das necessidades da província.

Emergência humanitária em Gaza

Em 1992, a província de Gaza iniciou enfrentando uma seca prolongada que, sem precedentes, desde 1932, de acordo com os camponeses entrevistados. Nos meses seguintes, a seca se traduziu numa grave crise alimentar para as comunidades que, não obstante a assistência em sementes e

fatores de produção, a época agrícola 1991/1992, foi dada como perdida, em toda província. Isto obrigou que o governador Eugénio Nhumaio declarasse situação de emergência. Em março, Inácio Novela, secretário provincial da CVM, calculava em 700 mil, o número de pessoas que precisariam de assistência alimentar de emergência, com maior incidência para os distritos de Manjacaze, Mabalane, Massangena, Chigubo, Chicualacuala (TEMBE; BILA, 1992; NOTÍCIAS, 15/03/1992).¹⁵⁰ Entretanto, porque o fenômeno afetou toda região a sul do Zambeze, o país lançou novo apelo para ajuda de emergência (CARIMO, 1992).¹⁵¹ Em maio de 1992, no apelo de apoio adicional urgente, 1.14 milhões de toneladas, eram necessárias para o biênio 1992/1993.¹⁵²

Nos primeiros dois meses, o distrito de Chókwe, a par da seca, também enfrentava a eclosão da cólera, com mais de 120 casos diagnosticados, nas aldeias de Hókwe e Chilembene (NOTÍCIAS, 5/03/1992).¹⁵³ Mas, também a situação militar, com a infiltração de batahões especiais da RENAMO, estava em recrudescimento, em Gaza, principalmente nas periferias de cidades e vilas. As pessoas, diariamente, eram obrigadas a buscar refúgio nas sedes distritais e vilas, com o mínimo de segurança militar. A cidade de Chókwe, além dos seus habitantes, também acolhia residentes do Guijá (TEMBE; BILA, 1992).¹⁵⁴ Em agosto de 1992, os distritos de Chibuto, Mabalane e Chókwe, o flagelo da seca se agravou, com as baixas e lugares de concentração de águas, a exemplo de Bambene e Combomune, totalmente secas (NOTÍCIAS, 1/08/1992).¹⁵⁵ Milhares de pessoas nestes pontos ficaram privadas de água e alimentos. No mesmo mês, 450 pessoas foram dadas como mortas, em Manjacaze e Chibuto, sendo que a situação se agravaria, se socorro imediato não fosse providenciado (NOTÍCIAS, 14/08/1992).¹⁵⁶ A CVM, que já estava em atividades humanitárias na

150 TEMBE, A.; BILA, C. Devido à seca prolongada: Gaza poderá enfrentar grave crise alimentar. *Notícias* [Maputo] 4 de março de 1992.

151 CARIMO, A. Em consequência da seca, Moçambique lança novo apelo para ajuda de emergência. *Notícias* [Maputo] 12 de março de 1992.

152 Governo lança apelo de apoio adicional urgente. *Notícias* [Maputo], 14 de maio de 1992.

153 Entrevista de concedida ao *Notícias*, por Ângelo Artur, Diretor Distrital de Saúde. Epidemia de cólera causa três vítimas em Chókwe. *Notícias* [Maputo] 5 de março de 1992.

154 TEMBE, A.; BILA, C. Situação militar recrudescer em Gaza. *Notícias* [Maputo] 5 de março de 1992.

155 Flagelo da seca agrava-se em três distritos de gaza. *Notícias* [Maputo] 1 de agosto de 1992.

156 Fome matou este ano 450 pessoas em Gaza. *Notícias* [Maputo], 14 de agosto de 1992

província de Gaza, conseguiu da UNICEF, financiamento para operações de socorro em sete províncias do país, incluindo Gaza. Em setembro, operações de grande envergadura da CVM, foram realizadas para reabilitação nutricional e distribuição de suplementos (NOTÍCIAS, 14/08/1992, NOTÍCIAS, 9/09/1992).¹⁵⁷ Ainda no mês de setembro, o apoio humanitário do PMA e da CARE Internacional reduziu o drama dos necessitados, naquela província (NOTÍCIAS, 10/09/1992).¹⁵⁸ Em outubro, a CICV, também iniciou o envio de ajuda humanitária para o distrito de Massangena, mas, também Dindiza e Maqueze (NOTÍCIAS, 1/10/1992).¹⁵⁹ Ainda assim, entre maio e outubro, no posto administrativo de Macuácu, em Manjacaze, o flagelo da seca matou 154 pessoas, muitas delas com marasmo e kuashiorkor (JUNIOR, 1992).¹⁶⁰ Em Maqueze, no norte de Gaza, quatro pessoas perdiam a vida, diariamente (NOTÍCIAS, 3/11/1992).¹⁶¹

O flagelo da seca, também implicou a abertura de fontes de captação de água. Nos últimos quatro anos, a UNICEF trabalhou no apoio à Água Rural de Gaza para a construção de 500 fontanários. Em finais de outubro de 1992, a organização ofereceu, no estaleiro da empresa, meios circulantes (viatura e motorizadas) para os animadores do Projeto de Educação Comunitária (PEC), nos distritos de Manjacaze, Chibuto, Xai-xai e Chókwe (NOTÍCIAS, 27/10/1992).¹⁶² No primeiro trimestre de 1993, com a melhoria da situação militar, a ajuda humanitária chegou a mais gente. O CICV distribuiu 530 toneladas de comida, aos necessitados das zonas do Alto Changane e Maqueze, controladas pelo governo e Nalazi, Nhanala, Changanini, Dindiza, áreas sob controlo da RENAMO (NOTÍCIAS, 22/04/1993).¹⁶³ Em julho, a ajuda alimentar distribuída pela Comissão

157 Emergência no país: Cruz Vermelha de Moçambique assistirá 133 mil pessoas. *Notícias* [Maputo], 14 de agosto de 1992; Emergência: ajuda humanitária vai beneficiar 156 mil pessoas. *Notícias* [Maputo], 9 de setembro de 1992.

158 Gaza: apoio humanitário reduz drama dos necessitados. *Notícias* [Maputo] 10 de setembro de 1992.

159 Teve início no país envio de ajuda humanitária. *Notícias* [Maputo] 1 de outubro de 1992.

160 JÚNIOR, F. Nos últimos cinco meses: flagelo da seca mata 154 pessoas em Macuácu. *Notícias* [Maputo], 6 de outubro de 1992.

161 Gaza: organizações humanitárias debelam causas da fome. *Notícias* [Maputo], 3 de novembro de 1992.

162 Gaza: UNICEF oferece meios de transporte a Água Rural. *Notícias* [Maputo] 27 de outubro de 1992.

163 Durante o primeiro trimestre: assistência humanitária chegou a mais gente. *Notícias* [Maputo], 22 de abril de 1993.

Provincial de Emergência, beneficiava a 15 mil pessoas, entre repatriados e regressados, em Massangena (FILIPE, 1993).¹⁶⁴ Segundo as autoridades, de outubro a maio de 1993, a província de Gaza recebeu cerca de 10 mil repatriados da RSA, Zimbábwe e do atual Eswathini, nos distritos de Chicualacuala, Massingir e Massagena (NOTÍCIAS, 19/07/1993).¹⁶⁵ A OIM, com apoio da caritas organizou parte da logística necessária para o transporte, que contou com o apoio da Caritas que, matinha centros de trânsito no Chókwe e Chicumbane (NGOCA, 1993).¹⁶⁶ Para assegurar o abastecimento de água, a WORLD RELIEF (Auxílio Mundial), desde junho de 1993, esteve a executar, no Corredor do Limpopo, distrito de Chicualacuala, mas, também em Chigubo e Massangena, a abertura de 150 fontes, no quadro do programa de água rural, em parceria com a GEOMOC, em benefício de mais de 16 mil pessoas.¹⁶⁷ Em 1995, o repatriamento devia chegar ao fim.

Em Janeiro de 1995, o ACNUR anunciou o repatriamento dos últimos 100 mil refugiados, até meados do ano. Igualmente, a CICV estava encerrando suas atividades em Moçambique e, doravante se fazendo representar apenas a partir do delegado residente em Harare, no Zimbábwe (NOTÍCIAS, 6/01/1995).¹⁶⁸ Com fim da guerra, também estavam reduzindo os apoios da comunidade de doadores ao programa de emergência e não poderia ser diferente com as ONGI's. O coordenador da LINK, Fórum das ONG's em Moçambique, Guy Mullin, confirmou a tendência, entretanto, estava optimista que muitas, das cercas de 130 organizações estrangeiras atuando no apoio humanitário, continuariam em Moçambique. Aliás, muitas ONG's nacionais, apesar de excessiva burocracia para legalização, também estavam em surgimento, garantido, além do governo, a continuidade dos trabalhos. Entretanto, os cerca de 200 milhões de dólares que as

164 FILIPE, T. Gaza: ajuda alimentar beneficia 15 mil pessoas em Massangena. *Notícias* [Maputo], 2 de julho de 1993.

165 Mais de 10 mil repatriados regressam à província de Gaza. *Notícias* [Maputo] 19 de julho de 1993.

166 NGOCA, S. OIM transporta deslocados em Gaza. *Notícias* [Maputo] 9 de dezembro de 1993.

167 Programa de água rural chega ao norte de Gaza. *Notícias* [Maputo] 19 de março de 1994.

168 ACNUR repatria últimos 100 mil refugiados; encerradas atividades do CICV em Moçambique. *Notícias* [Maputo], 6 de janeiro de 1995.

ONG's estrangeiras, deixariam de existir (NOTÍCIAS, 8/04/1993; GEMO, 1993; NOTÍCIAS; 9/01/1995).¹⁶⁹

Em janeiro de 1995, a redução do financiamento estrangeiros se fazia sentir com força. O CCM se ressentiu da falta de financiamento para o seu programa de recolha de armas no país. A AMODEG, igualmente reclamou da falta de apoio do governo e da sociedade para os projetos de reinserção dos desmobilizados (NOTÍCIAS, 25/01/1995; NOTÍCIAS, 28/01/1995).¹⁷⁰ O Ministro da Cooperação, Leonardo Simão, na viagem que realizou para Nova Iorque e Washington, nos EUA, no discurso que fez na Sessão do Conselho de Segurança da ONU, deixou o apelo para a continuidade do apoio a Moçambique, sobretudo na reconstrução de infraestruturas destruídas pela guerra, reintegração social dos desmobilizados de guerra, consolidação dos processos de democratização e de reconciliação nacional (NOTÍCIAS, 30/01/1995).¹⁷¹ Mas, segundo deixou claro a ministra britânica de cooperação, Lynda Chalker, na audiência com o chefe de Estado, Joaquim Chissano, em fevereiro de 1995, os doadores, condicionaram a ajuda a planos concretos. Afinal, a Inglaterra era a responsável pelo Programa de ajuda a Moçambique e articulador principal dos doadores, porém o OGE só seria aprovado pelo parlamento, em Março (NOTÍCIAS, 10/02/1995).¹⁷²

Em resposta á redução de financiamento e de ajuda humanitária, o governador de Gaza, Eugénio Nhumaio, para sustentar a seca, definiu como estratégia a produção de emergência nas margens dos rios (NOTÍCIAS, 25/02/1995).¹⁷³ A CVM, com financiamentos da sua congênere da Gra-bretanha, através do Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

169 O primeiro-ministro Mário Machungo já tinha deixado isso claro em abril de 1993. Ver: Programa de emergência: Machungo prevê redução de apoio da comunidade doadora. *Notícias* [Maputo], 8 de abril de 1993; GEMO, O. ONG's nacionais lamentam excesso de burocracia. *Notícias* [Maputo], 1 de julho de 1993; A maioria das ONG's vai continuar em Moçambique. *Notícias* [Maputo], 9 de janeiro de 1995.

170 CCM apela ao financiamento da recolha de armas no país. *Notícias* [Maputo] 25 de janeiro de 1995; AMODEG reclama apoio do governo e da sociedade. *Notícias* [Maputo], 28 de janeiro de 1995.

171 Em Washington e Nova Iorque: Simão apela a continuidade de apoio a Moçambique. *Notícias*, [Maputo] 30 de janeiro de 1995.

172 Doadores podem ajudar mas querem planos concretos. *Notícias* [Maputo], 10 de fevereiro de 1995.

173 Produção de emergência nas margens dos rios. *Notícias* [Maputo], 25 de fevereiro de 1995.

(FICR), continuou realizando assistência nos distritos de Chicualacuala, Massangena, Manjacaze e Chibuto, nas áreas de saúde comunitária e serviços sociais, sobretudo a prevenção de doenças com programas de educação: saúde materno infantil, nutrição e saneamento do meio. Estas atividades foram acompanhadas pela construção de postos de saúde, a exemplo de Chicualacuala, onde cinco unidades foram disponibilizados para a população (NOTÍCIAS, 9/09/1995).¹⁷⁴ A seca continuou grassando a região a sul do rio zambeze. Em outubro, a província de Gaza foi contemplada para a distribuição de 1300 toneladas de sementes de mapira e mexoira, disponibilizadas pelo PMA, através dos Países Baixos, em 750 milhões de dólares para aquelas regiões onde se podia substituir a cultura do milho, com o objetivo de atenuar os seus efeitos (NOTÍCIAS, 9/10/1995).¹⁷⁵ Apesar do registo de chuvas, alguns distritos continuavam se recentindo da seca. Em dezembro de 1995, de cerca de um milhão de pessoas necessitando de assistência no país, no biênio 1995/1996, em razão da fracos resultados na campanha agrícola 1994/95, uma parte estava em Chibuto, Chiculalacuala, Massangena e Guijá, em Gaza. Os dados foram avançados pelo Diretor Nacional Adjunto do DPCCN, Gumercindo Langa, nas vésperas do encontro de análise da situação de emergência no país que, decorreu de 16 a 17 de dezembro, em Maputo (NOTÍCIAS, 12/12/1995; NOTÍCIAS, 16/12/1995).¹⁷⁶

O ano de 1996, iniciou com chuvas na província de Gaza. Em janeiro, o distrito de Chókwe em consequência da queda de chuvas registou inundações, afetando cerca de 70 mil pessoas em Macarretane, Lionde e Chilembene e bairros da sede do distrito e, obviamente necessitando de ajuda. O PMA e a Caritas Diocesanas realizaram intervenções necessárias. Entretanto, a revogação do decreto 7/92, de 19 de maio que cria os modelos do Acordo de Ajuda de Emergência e do Documento de Emergência, em dezembro de 1995, as organizações humanitárias passaram a ser

174 CVM em Gaza assiste mais de 50 mil pessoas. *Notícias* [Maputo], 9 de setembro de 1995.

175 Para atenuar efeitos da seca: PMA distribui sementes a sul do rio Zambeze. *Notícias* [Maputo], 9 de outubro de 1995.

176 DPCCN analisa situação de emergência no país. *Notícias* [Maputo], 12 de dezembro de 1995; DPCCN e doadores vão-se reunir para ver plano de necessidades. *Noticias* [Maputo], 16 de dezembro de 1995.

alvos de obrigações fiscais, afetando a capacidade de atuação. Em decorrência da retenção do milho (e outros bens) já importado pelas alfândegas, Philip Clarke, director do PMA em Moçambique, anunciou que, a partir de 1 de fevereiro, parava de distribuir alimentos. Mas, no dia 3 de fevereiro, o diferendo foi desbloqueado e o milho seria entregue aos necessitados, em uma semana (GEMO, 1996; NOTÍCIAS, 1/02/1996, NOTÍCIAS, 3/02/1996).¹⁷⁷ No mês de junho, as populações afetadas pelas cheias e inundações beneficiaram da ajuda em roupas do ADPP. No Chókwe foram contempladas, as aldeias de Macarretane e Barragem, no Bilene, Incoluane e Nhocane, no Chibuto, o bairro 25 de junho e 1º e 2º bairros da cidade e no Xai-xai, Chicumbane e Nhancutse, segundo as necessidades facultadas pelo DPCCN, Caritas e CCM, ONG's em atividades nas áreas afetadas. A organização tinha planos de estender o programa de distribuição para a populações dos distritos de Chicualacuala, Mabalane, Guijá, entretanto, as vias de acesso continuavam obstruídas (NOTÍCIAS, 12/07/1996).¹⁷⁸ A revogação das injeções fiscais para ajuda de emergência, em 1996, afetou a capacidade de resposta das ONGI's aos desastres. Ademais, em agosto de 1995, a deputada Judite Macôa alertou o governo sobre a necessidade de revisão dos critérios de implantação das ONG's (NOTÍCIAS, 10/08/1995).¹⁷⁹ Em setembro de 1996, o governo estava a trabalhar no instrumento de regulamentação da atuação de ONG's estrangeiras que, de entre outros aspetos, se ressaltava a necessidade de as atividades das organizações complementarem o programa do governo (NOTÍCIAS, 19/09/1995; CUAMBE, 1996).¹⁸⁰

Em 1997, a redução do financiamento estrangeiro e a falta de fundos já se fazia sentir com força. As organizações de assistência humanitária estrangeiras e nacionais se desafiavam a realizar reformas de adequação ao contexto. Em abril de 1997, através do secretário-geral, Celestino Dingongo, a

177 GEMO, O. Inundações em Chókwe: mais de 70 mil pessoas necessitam apoio. *Notícias* [Maputo], 1 de fevereiro de 1996; A partir de hoje o sul do país: PMA para de distribuir alimentos. *Notícias* [Maputo], 1 de fevereiro de 1996; ultrapassada a crise processual: Milho do PMA vai ser entregue aos necessitados. *Notícias* [Maputo], 3 de fevereiro de 1996.

178 Gaza: vítimas das cheias recebem roupa do ADPP. *Notícias* [Maputo], 12 de julho de 1996.

179 Necessário rever critérios de implantação das ONG's: defende deputada Judite Macôa. *Notícias* [Maputo] 10 de agosto de 1995.

180 Governo quer regulamentar atuação de ONG's estrangeiras. *Notícias* [Maputo], 19 de setembro de 1996; CUAMBE, D. Relativo a regulamentação da sua atuação no país. *Notícias* [Maputo], 21 de setembro de 1996.

CVM se ressentiu da resposta não satisfatória do apelo para a disponibilização de financiamentos que lhe permitiriam realizar ações programadas para assistência humanitária. Em 1996, a CICV, Federação Internacional da Cruz Vermelha, Crescente Vermelho e as congêneres de países doadores não canalizaram os fundos necessários para as ações programadas, resultando daí que apenas metade do programado fora executado (ÂNGELO, 1997).¹⁸¹ Em maio de 1997, por exemplo, ONGI's desenvolvendo atividades na província do Niassa, com financiamento da União Europeia, se queixavam da excessiva burocracia para o desembolso dos 600 mil milhões de dólares destinados à concretização de vários projetos concebidos. O fato poderia ditar a paralisação de oito projetos de dezenove ONGI's que operavam na região, já que até à data nenhuma verba tinha sido disponibilizada a partir de Bruxelas (NOTÍCIAS, 3/05/1997).¹⁸²

Ainda assim, a província de Gaza, apesar do fim programa de emergência, não deixou de receber assistência humanitária e ajuda para os programas de reabilitação. A dinamarquesa IBIS, desde os finais de 1993, trabalhava na assistência de pessoas com várias deficiências, através do fornecimento de meios auxiliares para a compensação, no âmbito de projeto "ABC". Estas atividades, também foram desenvolvidas com a UNICEF, Help Age, CVM, Profamília, Igrejas Católica e União Baptista, MICAS/ACNUR, organizações que trabalhavam com a Direção Provincial de Ação Social. A UNICEF, inclusive financiou as atividades da IBIS para a recuperação de 117 crianças utilizadas como instrumento de guerra. Através do Programa de Apoio à Mulher e à Família, mais de 80 mulheres foram treinadas em corte e costura nos distritos de Manjacaze, Bilene-Macia, Chókwe e Massingir. Em Chicualacuala e Guijá as mulheres preferiam o fabrico e venda de tijolo. Na Macia, através do Profamília, coordenado pelas Freiras da Igreja Católica, 150 crianças orfãs e abandonadas durante a guerra, receberam reabilitação psicológica e formação vocacional. Em Xai-

181 ÂNGELO, T. Falta de fundos inviabiliza projetos da CVM. *Notícias* [Maputo], 19 de abril de 1997.

182 Trata-se da IRSI da Suécia, OIKOS e Progresso, de Portugal, MCDI da França, CONCERN e IBIS da Dinamarca, KUCHINCHINJI da Inglaterra e PROAGRI de Moçambique. Burocracia pode paralisar trabalho de ONG's no Niassa. *Notícias* [Maputo], 3 de maio de 1997.

xai e Manjacaze, 120 crianças, também beneficiaram de material escolar disponibilizado pela IBIS naquele ano (NOTÍCIAS, 7/06/1997; NOTÍCIAS, 2/07/1997).¹⁸³

Portanto, na província de Gaza, não obstante as oscilações no financiamento estrangeiro, o ano de 1997, à semelhança do que acontecia noutras partes do país, terminou com uma considerável presença e apoio de ONGI's ao Programa de Reconstrução Nacional. Entretanto, apesar de as atividades destas organizações complementarem os planos do governo a vários níveis, em termos metodológicos, a sua atuação sempre foi independente do governo. Em outubro de 1997, para reduzir as mortes maternas no país, através do Projeto da Saúde e Educação, o PMA se propôs a construir 12 casas de espera da mulher grávida, no país. Um estudo que viabilizava o projeto tinha sido realizado pela organização, entretanto, sem a conhecimento do setor de saúde. Mas Romão Mondlane, Chefe do Departamento de Saúde da Comunidade no MISAU, apesar de considerar interessante a iniciativa, manifestou total desconhecimento. Segundo Alison O'Grady, oficial de projetos do PMA, a iniciativa trazia uma abordagem metodológica de “comida pelo trabalho”, que incentivaria os trabalhadores envolvidos na construção das casas. Apesar de estar à margem do MISAU, o projeto, naquela época, aguardava pela aprovação na sede da organização, na Itália e, também haviam iniciado os contatos com a comunidade doadora. Em Moçambique, o conceito não era novo. O MISAU vinha implementando casa de espera para mulheres de alto risco obstétrico e membros da família para prestar a devida assistência às parturientes. Mas, o projeto do PMA poderia precisar de uma gestão específica, pois se fossem no formato de enfermarias, haveria necessidades de meios financeiros para as despesas com o pessoal e manutenção das infraestruturas que no fim do projeto passaria para a responsabilidade do Estado, já comprometido com as medidas de contenção do FMI (NOTÍCIAS, 4/10/1997).¹⁸⁴ Assim, esta e outras abordagens de ONGI's

183 Em Gaza: ONG assiste 854 deficientes. *Notícias* [Maputo], 7 de junho de 1997. Atendimento baseado na comunidade: ONG's fortalecem apoio a deficientes e pobres. *Notícias* [Maputo], 2 de julho de 1997.

184 Para reduzir mortes maternas: PMA vai construir casa de espera para mulheres grávidas no país. *Notícias* [Maputo], 4 de outubro de 1997.

acabaram “vincando” como modelos e os setores estatais, também foram se adaptando, em função da realidade objetiva do local.

A reconstrução e reabilitação de Chókwe, 1992-2010.

Em 1992, o país alcançou a paz e, em outubro de 1994, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, permitindo a definição do PRN em Moçambique. Afinal, com as calamidades naturais e a guerra, muitas infraestruturas sociais e empreendimentos econômicos foram inviabilizados e/ou completamente destruídos. O distrito de Chókwe, no curso médio do vale do rio Limpopo, não resistiu à combinação dos efeitos destes fenômenos. Não obstante as potencialidades agrícolas e pecuárias, a guerra, cheias e seca (mas, também a redução das áreas de cultivo e pastagens devido ao avanço da salinização), não viabilizaram a efetiva realização de programas de desenvolvimento, como também destruíram infraestruturas sociais e econômicas. A herança colonial de distribuição desigual e as lutas pelo acesso da terra para cultivo, entre camponeses, cooperativas e elites emergentes, também não permitiram o desenvolvimento de atividades socioeconômicas com poder de transformação para a realidade, do sonho do presidente Samora, de torná-lo celeiro do país (ver: HERMELE, 1988; O’LAUGHLIN, 2004). A longa tradição de imigração da força de trabalho, sobretudo masculina, para a economia de plantações e de mineração sul-africana, também durante a guerra que se exarcebou com os refugiados e deslocados pode ser apontada como outro fator negativo. Em 1992, estes factores tornaram complexo o processo de reconstrução e de reabilitação no distrito, com reflexo direto na forma de atuação das ONGI’s que, dificilmente, conseguiram realizar a transição efetiva da emergência humanitária para programas de desenvolvimento. As emergências, à semelhança doutos lugares do país, “coabitaram” com os esforços de reabilitação no Chókwe.

Hoje, o estudo sobre a atuação das ONGI's, nos anos 1980 e 1990, se torna difícil, primeiro, por questões ligadas ao funcionalismo público e às hierarquias administrativas que tem reflexo na organização institucional e, segundo, por razões de natureza metodológica, associadas à natureza das ONGI's, enquanto agentes que “vendem” para instituições e/ou agências doadoras e/ou financiadoras, soluções para os problemas que afligem as comunidades. Em relação à primeira, não obstante a Lei 34/2014, de 31 de dezembro, que regula o direito à informação, o acesso está condicionado à aprovação das hierarquias políticas. Os dados referentes às ONGI's que, efectivamente, deram contribuição nos programas de emergência, reconstrução e reabilitação, por várias razões, também são de difícil localização e consulta. O distrito não tem arquivos ou uma base de dados disponíveis para a consulta pública. A documentação existente nas secretarias dos serviços distritais, além de não estar classificada, o acesso está dependente das relações pessoais e a capacidade de artirculação político-partidária. As cheias de 2000 e 2013, também destruíram os acervos existentes. Ainda assim, é possível encontrar algumas cópias de relatórios anuais sobre as atividades das ONGI's, todavia, porque o depósito é facultativo, muitas vezes, são protocoladas para MINEC, nos termos do Artigo 8 da Lei 55/98 de 13 de outubro. Segundo, informações recolhidas, a LWF, MSF, Handicap, Cáritas, CIVC, VISÃO MUNDIAL, AUXILIO MUNDIAL, CEAR, SCF, OXFAM, AMDA, APOPO, ADPP, MADAIR, VETAID, DSF, JAM LIFE, HOPE, Hunger Project, figuram na lista de organizações que apoiaram programas de emergencia humanitária, reabilitação ou desenvolvimento na província de Gaza e, especificamente no distrito de Chókwe (LWF, 1991; ACNUR/PNUD, 1997; MAE, 2005; MUCAVELE, 2015).¹⁸⁵

185 Atuação da LWF remonta a 1986, ajudando deslocados e refugiados. Mas, após 1992 trabalhou na promoção do regresso e reassentamento de deslocados e refugiados em zonas de origem. Em 1997, fez a transição para os IRDP's. A Handicap fazia assistência aos feridos de guerra, desde 1986. Depois do AGP, fazia provisão de serviços ortopédicos e de fisioterapia às vítimas de minas e outros explosivos, no Hospital Rural de Chókwe. A partir de 1998, inicia a desminagem e trabalhos inserção socioeconómica de mutilados de guerra. O CICV e Caritas são melhor conhecidas, por actividades de emergência humanitária desenvolvidas, a partir da década de 1980. Nos anos 1990, a Caritas, fez a assistência aos refugiados e assistência às COV's, no contexto do HIV, no Hospital Rural Chókwe. A APOPO, também realizou a desminagem.

Na década de 1990, as avaliações realizadas aos diferentes projetos de ONGI's concluíram que as comunidades continuavam meros recipientes da ajuda. Medidas deviam ser tomadas para reverter o cenário. Em 1994, o governo declarou o fim das emergências, para permitir a eficácia da ajuda internacional e reajustamento das actividades da cooperação, particularmente, das ONGI's. Entretanto, a prevalência de altos índices de pobreza, de calamidades naturais e as restrições do FMI nas despesas públicas não permitiu avanços. As ONGI's, à semelhança de outros pontos do país, também continuaram realizando trabalhos de alívio à pobreza, no Chókwe. Estes aspetos tornaram, o processo de reconstrução e reabilitação, no distrito, bastante complexo e ao longo da década de 1990, as ONGI's não conseguiram efectuar transição para programas desenvolvimento efectivos. A complexidade da realidade não permitiu, também uma clara distinção entre ações de emergência e de reabilitação. Entre 1992 e 2010, por conta destas particularidades, muitos programas realizados tinham tendência para curta duração. A situação socioeconômica de Chókwe, exigiu esforços conjugados de parceiros. Mais do que guerra e seca, as cheias de 2000, também anularam os esforços de reabilitação e ações de desenvolvimento iniciados. Neste contexto, a realidade do distrito transcendeu simples reparações de danos causados pela guerra e abrangeram, também os provocados pelas calamidades naturais, sobretudo pelas cheias de 2000 (ver: COSTY, 1997 p.28).¹⁸⁶

É verdade que, em 1994, o governo declarou o fim das emergências. Mas, a prevalência cíclica de calamidades naturais, sempre criou situações de carência alimentares nas zonas rurais, de doenças crônicas e degenerativas que necessitaram intervenção de emergência (MOZAMBIQUE, 1996, p.21). A queda irregular de chuvas (e por vezes excessiva), a falta de insumos agrícolas, também dificultava o processo de reconstrução e reintegração de refugiados e deslocados, naquele ponto da província de Gaza. A transição para ações visando desenvolvimento sustentável, promovidas pelo

186 A reconstrução e reabilitação parecem-nos sinónimas. Embora se complementem traduzem práticas e processos diferentes. A reconstrução num contexto pós calamidades ou catástrofes implica reparações e reposições de infra-estruturas destruídas ou danificadas (COSTY, 1997 p.28).

estado, foram implementadas simultaneamente com o decurso das emergências, o que em certa medida, afetou a capacidade de adaptação e resposta de ONGI's. A prevalência de ações de emergência humanitária durante o período de reconstrução, também torna difícil o estabelecimento de fronteiras, entre os dois momentos. A experiência de Chókwe mostra que, por conta de sucessivos desastres, também as comunidades tiveram dificuldades de adaptação. A província da Gaza, por exemplo, sofreu com a seca de 1992, 1993, 1995 e cheias de 2000. Neste período, o governo do distrito lutava para o reforço e expansão de serviços sociais e garantir serviços de extensão rural, envolvendo ONGI's. A reabilitação serviu de ponte entre as ações de emergência e as estratégias de desenvolvimento (DE ARMIÑO, 1997, p.27). Portanto, as actividades que a seguir são documentadas, englobam intervenções de ONGI's, a partir das emergências e transição para ações de desenvolvimento que, entretanto, pela praxis e contexto não obedeceram fronteiras nítidas.

O papel das ONGI's

O processo de reconstrução e reabilitação em Chókwe, dadas as condições e contexto contou com a participação de diversas ONGI's como se procurou demonstrar acima. Os problemas do défice financeiro e a dependência externa, também tiveram repercussão neste ponto do país. A guerra e as calamidades naturais cíclicas tinham afectado a capacidade financeira, técnica e administrativa dos órgãos locais. A década de 1990, o país estava entre os mais pobres e endividados do planeta e, portanto, em setembro de 1997, elegível à iniciativa para o alívio da dívida – HIPC (CUAMBE, 1997).¹⁸⁷ Em 1992, cerca de 1.7 milhões de pessoas eram dadas como refugiadas em países vizinhos e mais de 5 milhões deslocadas internamente. No distrito Chókwe, a população internamente deslocada foi estimada em 108 mil habitantes, o correspondente a 46% da população total do

187 CUAMBE, D. Por consenso do FMI e do Banco Mundial, Moçambique é elegível a iniciativa do alívio da dívida. *Notícia* [Maputo], 12 de setembro de 1997.

distrito. Entretanto, Chókwe albergava cerca de 80 mil deslocados provenientes dos distritos vizinhos de Mabalane, Chigubo, Massangena, Chicualacuala, Guijá e Chibuto mas, também de Magude na província de Maputo (NOTÍCIAS, 17/06/1992).¹⁸⁸ Entretanto, de acordo com Maximiano Matimbe, as localidades de Massavasse, Conhane, Mapapa e Lionde, ao longo da estrada nacional (Estrada Nacional - EN 206), principal via de acesso, durante a guerra tinham acolhido deslocados de Chibuto, Guijá e Manjacaze que tinham atravessado o rio Limpopo em busca de zonas relativamente seguras (MATIMBE, 2015).¹⁸⁹ Em 1994, o ACNUR ainda tinha por repatriar e reassentar cerca de 33 mil refugiados e deslocados do distrito. Em 1995, o número de regressados de países vizinhos ficou estimado em 2.210 pessoas (ACNUR/PNUD, 1997, p.3; BARNES, 1998). Estes dados tornavam o programa de emergência e de reabilitação distrital, ainda mais complexo.

As ONGI's sempre acompanharam o evoluir da situação do país. Na década 1980, a incidência dos programas foi na assistência aos afetados pela fome, deslocados internos mas, também refugiados. Após o AGP, o desafio das ONGI's estava não apenas na assistência humanitária mas, no repatriamento, desmobilização, desminagem e reassentamento nos locais de origem. Isto implicava, conforme o pontuado acima, criação de condições, mormente a provisão de serviços sociais básicos. Entretanto, o governo não tinha capacidade de resposta aos problemas locais. O governo da província de Gaza, para pôr em prática as ações de reabilitação necessárias, à semelhança de outros distritos, envolveu no distrito de Chókwe, também as ONGI's. Estas organizações beneficiárias de diferentes financiamentos da comunidade doadora e parceiros de cooperação, executaram vários projectos de provisão de serviços básicos, degradadas com a guerra e calamidades naturais e na reabilitação de infraestruturas.

188 Chókwe alberga oitenta mil deslocados. *Notícias* [Maputo], 17 de junho de 1992.

189 As zonas de Chilembene, Muianga, Mapapa eram uma espécie de "zonas libertadas". A ideia ou sentimento que se tinha é que a Renamo não podia se fixar nestas zonas, recrutar ou saquear ao contrário do outro lado do rio que os guerrilheiros da Renamo faziam incursões regulares, não obstante o despovoamento. Entrevista com Maximiano Matimbe, antigo agente de desenvolvimento desde 1989 e reformado da LWF. Conhane, 05 de fevereiro de 2015.

A UNICEF, PMA, FAO e a UE forneceram bens e serviços que as ONGI's eram contratadas a distribuir para as populações carenciadas e desfavorecidas. Em 1993, a UNICEF disponibilizou para onze ONG's nacionais e estrangeiras, 729 mil dólares para programas de atendimento à criança. No ano seguinte, 427 mil dólares foram colocadas a disposição de dezoito organizações, também para a mesma finalidade (NOTÍCIAS, 24/03/1993; NOTÍCIAS, 19/04/1994).¹⁹⁰ A LWF foi uma das organizações que continuaram na ajuda de emergência humanitária. Em janeiro de 1993, citando o coordenador geral, Pascoal Remado, a LWF distribuiu em Lionde, aldeias de Massavasse, Conhane, Nwachicoloane, Muianga, Mapapa e Chilembene 1720 toneladas de milho 182 de feijão e 114.400 litros de óleo alimentar (NOTÍCIAS, 1/01/1993).¹⁹¹ Segundo Isaiás Mapulasse, antigo funcionário da organização no distrito, as atividades consistiam no fornecimento de insumos agrícolas, introdução de técnicas melhoradas de transplante de arroz, principal cereal cultivado no regadio de Chókwe. A distribuição de utensílios domésticos, materiais de construção foi também parte deste processo (MAPULASSE, 2015).¹⁹² Em abril de 1993, o PNUD tinha se comprometido, através da Estação Agrária do Chókwe, a reabilitação do regadio e apoiar a investigação (NOTÍCIAS, 1/04/1993).¹⁹³ Em março de 1995, o regadio de Chókwe conseguiu um financiamento de 100 milhões de francos para o aproveitamento de 11 mil hectares, dos 25 mil existentes, num período de quatro anos (NOTÍCIAS, 31/03/1995).¹⁹⁴

Em 1995, a prevalência da fome e da desnutrição crônica, também fizeram com que vários programas de nutrição, de distribuição de alimentos, mas também de disponibilização de material escolar para crianças em idade escolar, fossem conduzidos com apoio de ONGI's. No Chókwe, a DANIDA e a UE financiaram os projectos da ADPP, MSF-Suíça, Handicap e do CICV, nas áreas

190 Atendimento à criança: UNICEF disponibiliza 729 mil dólares às ONG's. *Notícias* [Maputo], 24 de março de 1993; UNICEF e ONG's coordenam ações de atendimento à criança. *Notícias* [Maputo], 19 de abril de 1994.

191 Federação Mundial Luterana distribui alimentos a cinco aldeias do Chókwe. *Notícias* [Maputo], 1 de janeiro de 1993.

192 Entrevista com Anselmo Isaiás Mapulasse, antigo responsável das casas agrárias de Mapapa e Nwachicoloane, Nwachicoloane, 08 de fevereiro de 2015

193 PNUD apoia investigação em Gaza. *Notícias* [Maputo], 7 de abril de 1993.

194 Regadio de Chókwe: onze mil hectares serão aproveitados dentro de quatro anos. *Notícias* [Maputo], 31 de março de 1995.

de formação e educação sanitária, sobretudo na saúde materno infantil, nutrição e saneamento do meio, construção e apetrechamento de postos de saúde. A CICV manteve, no distrito, atividades de reabilitação nutricional e distribuição de alimentos e roupas para as famílias carenciadas. A Handicap atuou na desminagem e na assistência aos deficientes. Em 1993, os Países Baixos, a Noruega e Suécia, financiaram em sete milhões de dólares, através do mecanismo da ONUMOZ, a primeira fase do plano de desminagem do país (NOTÍCIAS, 20/02/1993).¹⁹⁵ Entretanto, em conjunto com a MSF-Suíça, OXFAM e Médicos do Mundo, entre outras organizações nacionais e estrangeiras, também se mobilizou para o banimento das minas (NOTÍCIAS, 9/09/1995).¹⁹⁶ Com os campos minados, na cintura do regadio do Limpopo, a APOPO, organização belga vocacionada para desminagem, também apoiou o processo de regresso seguro de famílias deslocadas e refugiadas, até por volta de 1997. Mas, somente com a conclusão de trabalhos de desminagem, nos anos 2000, a área foi declarada livre dos engenhos explosivos.

Mas, em fevereiro de 1996, o distrito de Chókwe sofreu o efeito das inundações, desta vez, afetando cerca de 70 mil pessoas, que ainda estavam se estabelecendo e se reerguendo dos traumas da guerra. As aldeias de barragem e Macarretane, bairros da cidade de Chókwe, mais uma vez, precisaram de assistência emergencial. A CVM, Caritas, CCM e ADPP responderam a situação oferecendo abrigos temporários e assistência alimentar de emergência. Em julho, a ADPP distribuiu roupas aos afetados de barragem e Macarretane (NOTÍCIAS, 12/07/1996). Mas, Associação de Médicos para Ásia (AMDA), Comissão Espanhola de Ajuda aos Refugiados (CEAR), Visão Mundial, SCF e OXFAM, também conduziram projectos de curta duração na assistência médica, abastecimento de água e saneamento. Em abril de 1997, no quadro do Projeto de Repovoamento Agro-pecuário, a CEAR disponibilizou 200 caprinos para distribuir às famílias do distrito, num sistema rotativo. No âmbito do mesmo projeto, 150 mil árvores, também seriam plantadas para diminuir o impacto do

195 Nórdicos financiam plano de desminagem: concedidos sete milhões de dólares. Notícias [Maputo], 20 de fevereiro de 1993.

196 Contra minas: ONG's promoveram manifestação. Notícias [Maputo], 7 de setembro de 1995.

gado sobre a vegetação. De acordo com o coordenador do programa, Luís Padalini, os caprinos seriam adquiridos a partir do vizinho Zimbábwe e estavam orçados em 180 mil ECUS, o equivalente a 216 mil dólares, câmbio da época (NOTÍCIAS, 23/04/1997).¹⁹⁷

Não existem dados precisos sobre as organizações, tão pouco das verbas canalizadas no distrito. As ONGI's dificilmente se abriam em relação aos investimentos que realizavam. A respeito disto, em março de 1998, no 3º Encontro Regional das ONG's Nacionais e Estrangeiras, o governador de Nampula, Rosário Mualeia, insurgiu se contra esta atitude de relutância em facultar informações sobre os investimentos das ONGI's, o que dificultava a programação local de atividades (NOTÍCIAS, 20/03/1998).¹⁹⁸ Entretanto, dados globais do país indicam que dos 663 biliões de dólares disponibilizados pela comunidade internacional, entre 1992 e 1994, cerca de 1,800 milhões, foi por via das ONGI's (BARNES, 1998, p.310). As verbas foram aplicados para apoiar o regresso e restabelecimento das populações, na abertura de fontes de abastecimento de água, reabertura de estradas, reabilitação de escolas e de postos de saúde e a distribuição de sementes para assegurar o reassentamento e a reactivação da cadeia produtiva, entre 1994 e 1995, severamente afetada e/ou destruída pela seca e guerra (ver: ACUNUR/PNUD, 1997).¹⁹⁹

Nas aldeias que concentravam deslocados de distritos acima referidos, durante as seca e estiagens de 1991, 1993 e 1995 e a conseqüente falta de água, os efeitos foram adversos na saúde das pessoas, saneamento do meio e sobre os recursos e infra-estruturas de *per si* em pressão. As necessidades de lenha nas zonas de Lionde, Massavasse e Conhane permitiram a redução do efectivo de fruteiras existentes na região. Em Mapapa e Chiaquelane uma quantidade de cajueiros e mangueiras foram, indiscriminadamente, derrubadas para a produção de carvão e aquisição de lenha. Igualmente, o consumo de água imprópria e as doenças diarreicas e cólera já tinham começado a preocupar as

197 Para povoamento: várias famílias recebem gado caprino no Chókwe. *Notícias* [Maputo], 23 de abril de 1997.

198 Nampula: Mualeia agastado com ONG's que ocultam volume de negócios. *Notícias* [Maputo], 20 de março de 1998.

199 Ver: ACNUR/PNUD. *Perfis de desenvolvimento distrital. Distrito de Chókwe*. Maputo, Dezembro de 1997.

autoridades sanitárias, sobretudo no contexto da falta de água, no canal principal de irrigação, durante a seca. Assim, paralelamente, ao processo de reconstrução e reabilitação, a ação das ONGI's privilegiou a provisão de água potável nas zonas rurais, através da reparação de sistemas de abastecimento já existentes, abertura de poços e cisternas e/ou montagem de bombas AFRIDEV. A CEAR, LWF, Auxilio Mundial, AMDA e Caritas, também se engajaram em pequenos projectos na área de abastecimento de água no distrito de Chókwe (ACNUR/PNUD, 1997, pp.10-13). Em coordenação com a Empresa Água Rural de Chókwe, a CEAR, LWF e Auxilio Mundial reabilitaram pequenos sistemas de abastecimento de água e construíram poços nas zonas de Chiaquelane, Mapapa, Conhane, Nwachicoloane, Muianga e Hókwe, áreas de relativa concentração de deslocados, sobretudo durante as severas secas de 1991/1992. Nessas áreas, na época agrícola 1992/1993, a principal questão levantada pelos camponeses era a falta de factores de produção. A estiagem e a seca tinham permitido o consumo até de sementes. No contexto da fome decorrente de maus resultados na época agrícola 1994/1995, a Cáritas, em coordenação com o PMA, conduziu projetos de distribuição gratuita de alimentação aos refugiados nas localidades de Conhane, Massavasse, Muianga, Nwachicoloane, Mapapa e Chiaquelane. Em 1997, em face da tentativa de mudança de abordagem e paradigma, a comida passou a ser distribuída no sistema “comida pelo trabalho” (MATIMBE, 2015).²⁰⁰ Na verdade, esta abordagem de assistência alimentar foi introduzida pelo PMA, para estimular os trabalhadores de baixa renda envolvidos em vários projetos de reconstrução e desenvolvimento. Em abril de 1997, o PMA disponibilizou a cerca de 400, dos mais de 600 trabalhadores da ECMEP envolvidos na reabilitação de estradas terciárias a província de Gaza, 500 toneladas (NOTÍCIAS, 10/04/1997).²⁰¹ Em outubro, a mesma organização tecionava aplicá-la na construção de casas de espera para mulheres grávidas, em todo o país (NOTÍCIAS, 4/10/1997).

200 Entrevista com Maximiano Matimbe, antigo Agente de desenvolvimento desde 1989 e reformado da LWF, Conhane, 05 de fevereiro de 2015.

201 Gaza: PMA disponibiliza comida para a reparação de estradas. *Notícias* [Maputo], 10 de abril de 1997.

As ONGI's, à semelhança do que já acontecia em outras partes do país, em Chókwe, de 1994 a 1999, também foram orientadas a reconfigurar suas estratégias de emergências e integração de refugiados e deslocados para a reabilitação e desenvolvimento, como forma de buscar harmonia e se ajustar aos programas do governo, mormente o PRN. Com o processo de reassentamento das vítimas do conflito terminando, estas organizações deviam promover programas que pudessem melhorar a vida das comunidades, nas respectivas zonas. Mas, esta reorientação do governo não veio por acaso. Ao longo dos anos 1990, uma série de avaliações foram sendo realizadas aos projectos de diferentes ONGI's em diversas áreas no país. As conclusões apontavam que os grupos alvos continuavam como meros recipientes da ajuda humanitária e não tanto como parceiros (MATIMBE, 2015, MAPULASSE, 2015). O que significa que ajuda canalizada pelas organizações, não se traduzia na melhoria das condições de vida das populações, tão pouco se mostrava sustentável. Isto, muitas vezes conduziu ao encerramento ou descontinuação do financiamento dos projetos, pelos doadores, não podendo estes alcançar os objetivos, estimular o desenvolvimento sustentável.²⁰² Em setembro de 1998, por exemplo, por conta destes aspetos, o então governador de Manica, Felício Zacarias instou ao GTZ e MARRP a reduzir o número de estrangeiros no seu quadro do pessoal para permitir que nacionais, também acedam ao emprego (NOTÍCIAS, --/09/1998).²⁰³ Ainda em setembro, com base num estudo da Médicos do Mundo, uma organização que trabalhava na defesa dos direitos humanos da criança em situação difícil, que apontava para o crescimento da mendicidade infantil, em Maputo, permitiu à Direção da Ação Social, a concluir que “há muitas ONG's e pouco trabalho” (NOTÍCIAS, 5/09/1998).²⁰⁴

A reconfiguração e reajustamento de projetos das ONGI's no país têm um contexto. Se recuarmos para os princípios de 1990, a primeira iniciativa do governo para reduzir a incidência da pobreza no

202 Ver por exemplo ADAM, Y. “Ajudar a quem se ajuda si próprio”. Iniciativas locais de desenvolvimento em Moçambique. Avaliação de projectos financiados pela Helvetas em Boane e Tete. Maputo, 1989.

203 Governador de Manica quer menos estrangeiros nas ONG's. *Notícias* [Maputo], setembro de 1998.

204 Há muitas ONG's e pouco trabalho. *Notícias* [Maputo], 5 de setembro de 1998.

país, não foi acolhida pelos parceiros, encabeçados pelo FMI. No contexto do PRES, o FMI continuava, não só a limitar os gastos do governo mas, também solicitando que ajuda a Moçambique, fosse reduzida em mais de 100 milhões por ano, como forma de controlar a inflação do período de reconstrução nacional (DE RENZIO; HANLON, 2007, p.7). O Grupo Moçambicano da Dívida (GMD), ONG's de monitoria ao orçamento, tinha criticado o FMI, não somente pelas medidas macro-econômicas mas, porque o efeito delas para o alcance dos objetivos de tornar as comunidade auto sustentáveis, eram nefastas, tendo em conta o modelo de liberalização vigente. As fronteiras deixavam entrar tudo e as ONG's tinham suas prerrogativas de importações reduzidas com a revogação do decreto 7/92 de 19 de maio através do decreto 53/95 de 5 de dezembro inviabilizando a realização de projetos sociais. O novo decreto atribuiu competências ao Ministro do Plano e Finanças, no artigo 2, para decidir sobre os regimes aduaneiros a conceder aos bens e mercadorias a importar para os Programas de Emergência, de acordo com as circunstâncias da sua ocorrência. Assim, por conta destes e outros aspetos, o GMD alertou ao FMI sobre os perigos das medidas macro económicas vigentes e a necessidade de transparência na relação FMI-Moçambique (NOTÍCIAS, 8/07/1998).²⁰⁵ A abordagem prática sobre a pobreza, enquanto prevaleciam estes impasses do governo, FMI e outros parceiros de cooperação, foi gerida de maneira pouco sistemática e descoordenada pelas ONGI's. A situação se arrastou até 1997, ano em que os indicadores de pobreza, evidenciados pelo Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF), indicavam que, 70% da população do país, vivia abaixo da linha de pobreza, não obstante o bom desempenho macroeconómico registado, desde 1995.²⁰⁶

A dívida externa de Moçambique se situava, na época, em pouco mais de 5,5 bilhões de dólares e, segundo o referido acima, os doadores decidiram, por consenso do FMI e do BIRD, a inclusão do país na iniciativa HIPC e, portanto, com possibilidades de ver sua dívida aliviada (CUAMBE,

205 ONGI's pela transparência na reação FMI - Moçambique. *Notícias* [Maputo], 8 de julho de 1998.

206 PARPA I 2001-2005. Versão final aprovada pelo Conselho de Ministros em Abril de 2001.

1997c).²⁰⁷ Após a reunião do Grupo Consultivo de Paris (GCP), em Maio de 1997, se antecipando, a Suécia formalizou o perdão de 4,1 milhões de dólares (CUAMBE, 1997a).²⁰⁸ Em setembro, as ONG's nacionais e estrangeiras, para quem as recomendações do FMI e BIRD eram fracas e inadequadas, defendiam que o alívio da dívida devia contemplar a redução da pobreza (CUAMBE, 1997b).²⁰⁹ A dívida de Moçambique, segundo o FMI e BIRD, devia ser reduzida em cerca de 1,1 bilhão de dólares até meados dos anos 1999 e 2000. Em fevereiro de 1998, a Rússia concedeu perdão de 80% dos 2,5 bilhões de dólares (NOTÍCIAS, 6/02/1998).²¹⁰ No mês de março, para suprir o déficit e celerar o processo, também o GMD lançou junto às embaixadas dos principais credores, campanha para redução da dívida externa (NOTÍCIAS, 25/03/1998).²¹¹ Em novembro, mais uma vez, a Suécia respondeu positivamente á solicitação de 10 milhões de dólares, do GMD para o fundo da dívida externa (MANHIÇA, 1998).²¹² Em julho de 1999, o governo de Moçambique viu a dívida perdoada em 3,7 bilhões de dólares pelo FMI, BIRD e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), ao abrigo da iniciativa dos HIPC. Os doadores reconheceram o esforço do país na implementação das reformas necessárias. Talvés, por isso, também aceitaram partilhar as responsabilidades sobre o fracasso das medidas na redução da pobreza, aumentando a assistência ao país, para além dos 2,9 milhões de dólares, inicialmente acordados, em abril de 1998 (CUAMBE, 1999).²¹³ Estes desdobramentos permitiram que, a partir de 1999, os programas de desenvolvimento das ONGI's, em Chókwe (e outros distritos da província), fossem reorientados e integrados no plano estratégico provincial e distrital de reabilitação. Mas, também o decreto 55/98 de 13 de

207 Por consenso do FMI e Banco Mundial: Moçambique é elegível á iniciativa de alívio da dívida. *Notícias* [Maputo], 12 de setembro de 1997.

208 CUAMBE, D. Tanto no Clube de país como noutras iniciativas: Suécia apoia Moçambique na alívio da dívida. *Notícias* [Maputo], 24 de junho de 1997.

209 CUAMBE, D. No relatório do FMI e do Banco Mundial: recomendações sobre Moçambique são fracas e inadequadas. *Notícias* [Maputo], 3 de setembro de 1997.

210 Calculada em 2,5 bilhões de dólares: Rússia perdoa 80 por cento da dívida moçambicana. *Notícias* [Maputo], 8 de fevereiro de 1998.

211 Junto às embaixadas dos principais credores: GMD lança campanha para a redução da dívida externa. *Notícias* [Maputo], 25 de março de 1998.

212 MANHIÇA, L. Suécia apoia alívio a dívida moçambicana. *Notícias* [Maputo], 4 de novembro de 1998.

213 CUAMBE, D. Perdoada dívida do país em 3,7 bilhões de dólares. *Notícias* [Maputo], 1 de julho de 1999.

outubro que cria quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da atuação das Organizações Não-Governamentais Estrangeiras, tinha entrado em vigor e, à luz do Artigo 10, as organizações estavam em processo de reajustamento necessários, nos termos do disposto no diploma. Isto implicava que os projetos das ONGI's deviam estar alinhados com os esforços locais de reabilitação e desenvolvimento, abandonando as “eternas” emergências. Assim, já cabia ao governo indicar as necessidades e definir as prioridades e áreas de intervenção das organizações.

Não obstante este esforço do governo de Moçambique, ao nível do distrito de Chókwe foi difícil que as ONGI's se desligassem das atividades de emergência. A razão é simples. Durante a década 1990 não foi possível erradicar situações de emergências, porquanto a seca e inundações se intercalavam no distrito e, regra geral, resultante em bolsas de fome e doenças associadas. Em fevereiro de 1999, as regiões centro e sul do país enfrentaram cheias e inundações afetando 400 mil pessoas, necessitando de ajuda imediata em bens alimentares e cuidados sanitários. Assim, um apelo especial de emergência de 12,4 milhões de dólares para se refazer dos efeitos cumulativos das calamidades naturais, fora lançado pelo governo representado pelo então Ministro de Agricultura e Pescas, Carlos Agostinho do Rosário (GEMO, 1999).²¹⁴

O doadores apoiaram o governo na assistência aos afetados e reconstrução dos danos. Todavia, no ano 2000, as cheias trágicas paralisaram e/ou destruíram as iniciativas de reabilitação e de desenvolvimento, em curso. As ONGI's que, já operavam em projetos de desenvolvimento, foram solicitadas, primeiro, a recuar para as emergências e assistir as vítimas do desastre em meios básicos de sobrevivência e, depois a apoiar o governo na reconstrução e reabilitação de infraestruturas socioeconômicas danificadas. A razão deste recuo é simples. Em consequência das cheias, os projetos das ONGI's foram paralisados ou descontinuados. Os grupos alvo, em face disso não somente perderam tudo, como estavam em centros de acomodação criados, no Hókwe, Mapapa,

²¹⁴ GEMO, O. Face as cheias e inundações: necessários para reconstrução doze milhões de dólares. *Notícias* [Maputo], 4 de março de 1999.

Chiaquelane e na vila da Macia, sede do distrito do Bilene, regiões situadas em terras altas e arrenosas. Em finais de março de 2000, o relatório preliminar do Banco Mundial apontava para danos significativos. Nas infraestruturas de saúde, o Hospital Rural de Chókwe e 8 centros de saúde haviam sido afetados, sendo necessários quase 3 milhões de dólares para a reposição. As 448 salas destruídas, na províncias de Gaza, boa parte delas estava em Macarretane, Lionde, Chilembene e Conhane. Na cidade de Chókwe, os edifícios do governo foram e casas de funcionários completamente inundados. A AFRICON, uma consultora sul-africana, contratada pela USAID, entre os dias 12 e 16 de março, constatou que a OXFAM e a MSF estavam no Chókwe, em trabalhos de reposição do sistema de abastecimento de água e saneamento para os níveis próximos do pré-cheias. Todavia, a completa restauração dos serviços, precisaria de cerca de 50 mil dólares. As perdas diretas no sistema de abastecimento de água e saneamento, estavam calculadas em 185 mil; 3.2 milhões para a reconstrução de estradas destruídas e 35.5 milhões de dólares para fazer face às despesas de assistência alimentar. As culturas de arroz, milho e tomate foram dadas como perdidas, canais de irrigação e equipamentos destruídos (ver: WORLD BANK, 2000). A situação era de total emergência, necessitando de assistência humanitária imediata e do governo de Moçambique estava ainda em preparação o respetivo apelo internacional de ajuda humanitária.

A LWF, CVM, Caritas e a FDC, MSF, OXFAM, em coordenação com as agências das Nações Unidas, UE e outras organizações humanitárias, trabalharam nas ações de socorro, promoção e mobilização internacional de financiamentos para a assistência emergencial e reassentamento de população retirada de zonas críticas da cidade de Chókwe, Macarretane, Barragem, Lionde, Conhane, Nwachicoloane, Massavasse e reassentadas em Mapapa, Chiaquelane e Mazivila e vilda da Macia. Durante este período, a MSF, SCF, LWF, Médicos do Mundo, OXFAM e Handicap, entre outras organizações, desdobraram-se na disponibilização de serviços de saúde para a população, nos centros de reassentamento. As ONGI's, gradualmente, também ajudaram no regresso das famílias, distribuindo sementes, utensílios domésticos, roupas e cobertores (ACT

INTERNATIONAL, 2000).²¹⁵ Mais uma vez, o distrito teve que reiniciar o processo de reconstrução e reabilitação.

Em 2001, após a fase crítica e assegurado o regresso das populações às suas zonas de habitação, parte destas organizações financiaram a construção de casas melhoradas na zona do Dique 9, no Lionde, nas aldeias de Chiaquelane, Hókwe e Matuba, para os que tinham perdido suas casas, nas zonas baixas. Nas localidades, visando retomar as ações de reabilitação e desenvolvimento do tecido socioeconômico, algumas benfeitorias, também foram erguidas com o financiamento de ONGI's. Ainda no mesmo contexto, a OXFAM para garantir o regresso seguro das populações construiu sistemas de abastecimento de água. Só na aldeia de Conhane foram contruídos 7 fontanários em diferentes bairros residenciais. Hoje, apenas 3 deles se encontram operacionais, curiosamente, em dois bairros da aldeia, sem acesso à água do FIPAG (CHILOPO; NHANCALE, 2022).²¹⁶ Entre 2002 e 2004, programas de ONGI's trabalharam na reabilitação dos serviços sociais e criação de condições para a retomada das atividades das comunidades. O PMA e a CVM continuaram distribuindo alimentos até a estabilização da produção, entretanto, na abordagem metodológica de comida pelo trabalho, uma prática dos finais da década de 1990. As populações eram incentivadas a realizar trabalhos comunitários de limpeza de espaços públicos (praças, ruas) e manutenção das principais vias de acesso para as aldeias, em troca de bens alimentares. Campanhas de distribuição de redes mosquiteiras e eliminação de águas estagnadas, financiadas pela UNICEF e UE, também foram realizadas, nas comunidades, para reduzir os índices de contaminação do mosquito causador da malária, pelo CCM, MSF, SCF (MATIQUITE; MANHIQUE, 2022). A FDC fez intervenções nas áreas de nutrição com base no aproveitamento de produtos locais (CHAMBAL, 2022).²¹⁷

215 ACT INTERNATIONAL. *Mozambique flood relief and rehabilitation AFMZ-01 Revision 3*. Geneva, Julho de 2000.

216 Entrevista com Romualdo Chilopo residente e treinador da equipe local de futebol e Lourino Nhancale, professor da Escola Primária de Cotsuane e residente, Conhane, 13 de setembro de 2022.

217 Entrevista com Celina Chambal, professora e ativista comunitária do FDC, Nwachicoloane, 15 de setembro de 2002.

A vida, paulatinamente, se normalizava nas comunidades. Em 2007, a *Douleurs Sans Frontier* (DSF) construiu, nas aldeias de Conhane, Cotsuane, Nwachicoloane, Lionde e Massavasse, os Centros Comunitários de Desenvolvimento da Juventude (CCDJ) de infraestruturas desportivas e de recreação para jovens e crianças. Nestas aldeias, igual número de campos de futebol e jardins infantís foram instalados nas proximidades das escolas primárias. As crianças orfas e vulneráveis, também recebiam, à luz do projeto da DSF, kits escolares. Igualmente, visando promover o empreendedorismo e ocupação de jovens, centros de treino e formação foram criados, não apenas nas duas aldeias mas, em Nwachicoloane e Lionde. Os centros treinavam os jovens em corte e costura e carpentaria e formavam ativistas para advogar sobre comportamentos e práticas de saúde sexual e reprodutiva, naquelas comunidades. Contudo, o fim do projeto da DSF, também foi seguido do encerramento dos centros, atualmente votados ao abandono e a conseqüente depredação do patrimônio e degradação das infra-estruturas e das unidades comunitárias de gestão na época criados. Os trabalhadores ficaram sem salários e os parques infantís, igualmente estão completamente destruídos (COSSA, 2022).²¹⁸

É interessante que Moisés Mabunda, presidente da localidade de Conhane na altura da implantação dos empreendimentos, não os tenha arrolado, durante a entrevista (MABUNDA, 2015). Há duas razões hipotéticas para a indiferença demonstrada. A primeira, pode ser decorrente de falhas na memória do entrevistado.²¹⁹ A segunda, talvez a mais importante, pode estar relacionada com a desarticulação entre os programas das ONGI's e do governo do distrito e/ou das autoridades locais. Não existem dados conclusivos sobre os mecanismos de consulta e integração da comunidade nos projetos executados na área de estudo mas, também esta atitude denuncia possível falta de ligação entre as ONGI's e os beneficiários. No Lionde, Angelina Mahumane, ativista e membro da associação Kutizama, criada e patrocinada pela DSF, deixou transparecer isto quando admitiu que,

218 Entrevista com Sousa José Cossa, costureiro e antigo formador de corte e costura da DSF no centro juvenil de Massavasse, 15 de setembro de 2002.

219 Em fevereiro de 2015, altura da entrevista, Moisés Mabunda estava com sérios problemas de saúde. Veio a falecer três meses depois.

após a retirada da organização as atividades do grupo, também foram paralisadas por falta de fundos (MAHUMANE, 2022).²²⁰ Entretanto, o mais interessante é que, segundo se explicou acima, os Centros Comunitários de Desenvolvimento Juvenil (CCDJ's), também foram abandonados e as infraestruturas, apesar de convencionais, nunca foram reaproveitadas e, hoje, também estão a ruir (figura 4). A administração local pouco sabe sobre os empreendimentos que ficaram na responsabilidade das associações ou antigos colaboradores. Vejamos, a seguir, a actuação de ONGI's, em três setores aleatoriamente escolhidos, nomeadamente educação, saúde e agro-pecuária.

Figura 4: CCDJ's de Massavasse e Lionde



Foto do autor

220 Entrevista com Angelina Mahumane, ativista e membro da Associação Kutizama. Lionde, 16 de setembro de 2022.

A reabilitação de escolas, serviços de saúde e agropecuária.

Em Chókwe, as ONGI's concentraram esforços para a reconstrução e reabilitação de serviços sociais e econômicos. Este processo, tem lugar num contexto em que a estratégia do governo central privilegiava a concentração geográfica dos projectos de ONGI's, primeiro, com a criação do Ministério da Cooperação, em 1990 e, segundo com a aprovação de Decreto 55/98. Na década de 1990, a atuação das ONGI's precisou uma redefinição para adequá-la à realidades do país, sobretudo complementar atividades do governo no âmbito do PRN. Assim, o distrito de Chókwe recebeu no âmbito desta reconfiguração, projetos de várias organizações que manifestaram vontade de apoiar os programas de reconstrução e reabilitação e desenvolvimento. A LWF, Auxílio Mundial, Handicap Internacional, Cáritas, MSF-Suíça, AMDA, CEAR, Ação Cristã Internacional, VETAID, ADPP, JAM LIFE, como parceiras do governo, montaram seus estaleiros e escritórios na cidade de Chókwe. Estas organizações conduziram projetos nas áreas de educação, saúde, agricultura e obras públicas, conforme as necessidades locais. Nas obras públicas as actividades consistiram na abertura de fontes de abastecimento de água, reabilitação de estradas terciárias e pontes. Hoje, as que continuam, expandiram suas atividades para os direitos humanos, meio ambiente, serviços financeiros e associativismo.

Na área da educação

Em Chókwe, o sector de educação foi um dos âmbitos em que as ONGI's atuaram com muita força. Os desafios do governo distrital na área da educação, com o fim da guerra, se mostraram complexos. A pacificação, iniciada em 1992, criou condições para o regresso às zonas de origem de quase metade da população deslocada internamente e refugiada, nos países vizinhos. Em 1994,

Chókwe contava com uma população estimada de 130.960 habitantes. Em 1995, número aumentou com o regresso de 2.210 refugiados. Em 1997, Chókwe contava com 173 mil habitantes, número que subiu para 234 mil, em 2004 (ACNUR/PNUD, 1997, p.3).²²¹ Havia, pois, uma crescente procura pelos serviços de educação, num contexto em que, parte dos estabelecimentos escolares estavam destruídos ou paralisados e outros necessitando de reabilitação, sobretudo nas aldeias mais afastadas da sede do distrito. A escassez de recursos humanos, sobretudo de professores e o processo de repatriamento, não permitiam uma melhor capacidade de resposta do sistema de educação, em face da demanda, no nível primário de ensino. O recrudescimento da guerra, desde 1983, não só obrigou a fuga das populações, como, também tinha retraído novos investimentos em infraestruturas escolares, no distrito. Nos anos de 1990, a rede escolar já não respondia à demanda. Em consideração a esta realidade, em 1993, no PRN, o governo tinha como desafio para o sector de educação, a ampliação da rede do ensino primário, planificando a escolarização de 45% das crianças em idade escolar (MOÇAMBIQUE, 1993, pp.5-6).²²² Havia necessidade urgente de elevação da taxa de admissão de crianças com sete anos de idade, em todo o país. Porém, a questão de infraestruturas escolares para acomodar milhares de crianças que estudavam debaixo das árvores, constituía um enorme desafio do sector da educação. O Plano Económico e Social (PES) de 1994 privilegiava, não somente a expansão do Sistema Nacional de Educação mas, também a introdução de reformas para melhoria da qualidade de ensino no país (MOÇAMBIQUE, 1994, pp.103-107). Em suma, a partir de 1994, os desafios do Ministério da Educação estavam na construção de escolas e a reabilitação de infraestruturas danificadas, priorizando as do ensino primário para promover o reassentamento das populações refugiadas e internamente deslocadas, assim como reforçar a capacidade administrativa do setor. Não podendo o Ministério de Educação contar com próprias forças, à semelhança de outros pontos do país, em Chókwe, as ONGI's, para além de programas de

221 ACNUR/PNUD. Perfis do desenvolvimento distrital. Distrito de Chókwe. Maputo, Dezembro de 1997, p.3

222 Moçambique. *Programa de Reconstrução Nacional*. Maputo, 1993, pp.5-6

assistência de emergência, priorizaram a construção, reabilitação e equipamento de salas de aula, como forma de complementar os esforços do governo provincial (MATIMBE, 2015).

Com o apoio da LWF, CEAR e Caritas foram ampliadas e equipadas diferentes escolas primárias na Cidade de Chókwe e arredores, nas aldeias de Macarretane, Barragem, Matuba, Conhane, Nwachicoloane, Lionde, Muianga e Mapapa. Contudo, na década de 1990, as ONGI's não tiveram impacto significativo na expansão da rede escolar no distrito, porquanto suas actividades, pela natureza do momento, incidiram muito pouco na construção de novas escolas, mas na melhoria das condições e da qualidade de educação, através da construção de mais salas de aula e apetrechamento das escolas já existentes e na provisão de serviços de manutenção de infraestruturas e aperfeiçoamento pedagógico.

Até o ano de 2000 a expansão da rede escolar, no distrito de Chókwe, foi a ritmos lentos. Em 2001, a Escola Secundária de Chókwe e a Escola Agrária de Chókwe (atual Instituto Agrário de Chókwe), continuavam as únicas instituições de ensino que recebiam os efectivos graduados nas Escolas Primárias do 2º Grau (EP2) das nove localidades do distrito. Só para se ter uma ideia, Lionde, Conhane e Hókwe e a vila de Chilebene eram as únicas localidades com as EP2, no extremo sul do distrito de Chókwe. As ONGI's, durante uma década, contribuíram muito pouco para a expansão da rede escolar, no distrito. As distâncias para os graduados do EP1 e EP2 continuavam relativamente longas. Na década de 1990, este cenário representava mais custos para as famílias, já vulneráveis com a crise e conseqüente encerramento da SEMOC, SIREMO, Fábrica de Descasque de Arroz de Conhane, durante as transformações económicas resultantes do ajustamento estrutural, vigente, deste 1987 (MOÇAMBIQUE, 1994, pp.103-107).

A rede escolar nunca foi suficientemente estabilizada, em Chókwe, mesmo com o apoio das ONGI's. Mas o ano 2000, representou um marco importante. Em 2001, inúmeras infraestruturas escolares foram erguidas, com apoio da cooperação internacional. No Hókwe, além da requalificação da EP1

que passou a funcionar como Escola Primária Completa (EPC), também foi reestruturada a EP2 que, beneficiando de obras de ampliação e adequação passou para uma Escola Secundária, com um lar para estudantes provenientes de comuniades distantes. A ECOP, no âmbito de um projeto de expansão do ensino construiu vários blocos de salas de aula com gabinetes e secretarias, latrinas melhoradas e casas para professores, não apenas no Hókwe mas, também em Cotsuane, Massavasse e Lionde (NHANCALE, 2022; CHAVO, 2022, UBISSE, 2022).²²³ Em Cotsuane, as salas de aula de material precário da EP1, foram substituídas de outras melhoradas. A aldeia de Massavasse viu, em 2003, a EPI requalificada em EPC, com a construção de 2 blocos de salas de aula, aliviando, igualmente as crianças das distâncias para Conhane ou Lionde. Ainda em 2003, a HUNGER PROJECT financiou a construção e equipamento de salas; ampliação da Escola Secundária 12 de outubro, em Conhane, uma EP2 construída com apoio da Caritas, entre 1996 e 1997 (MUIANGA, 2015; MANHIQUE, 2022).²²⁴

Em 28 de abril de 2003, o governador da província, Rosário Mualeia, inaugurou, em Conhane, um edifício vertical com salas melhoradas e gabinetes da EPI do 8º Bairro, doadas pela *Potters Bar Methodist Church* da Inglaterra, na época, representada pelo Reverendo Henrique D. Mahlalela. Edifícios semelhantes, também foram erguidos em Lionde e Mahlazine, em Chilembene. Entretanto, hoje, parte, senão todos os edifícios, está interditado devido à acentuada degradação, ameaçando a integridade dos alunos e professores. Os edifícios, além de estar com o teto desabando, os degraus de acesso á parte superior estão caindo aos pedaços, condicionando o uso da infraestrutura (Figura 4). A degradação das infraestruturas, levanta questões sobre a eficácia e eficiência da ajuda e, no caso, da qualidade das obras doadas pelas ONGI's.

223 Entrevista com Amílcar Chavo, professor e diretor da EPC do 7 Bairro e da ZIP local. Hókwe, 14 de setembro de 2022.

224 Entrevista com Samuel Muianga, professor e então Diretor Adjunto Pedagógico da Escola secundária 12 de outubro. Conhane, 06 de fevereiro de 2015; Entrevista com Vidal Manhique, Chefe da secretaria da Escola Secundária 12 de outubro e residente, Conhane, 15 de setembro de 2022.

Figura 5: Edifício da EP1 e EP2 de Lionde D

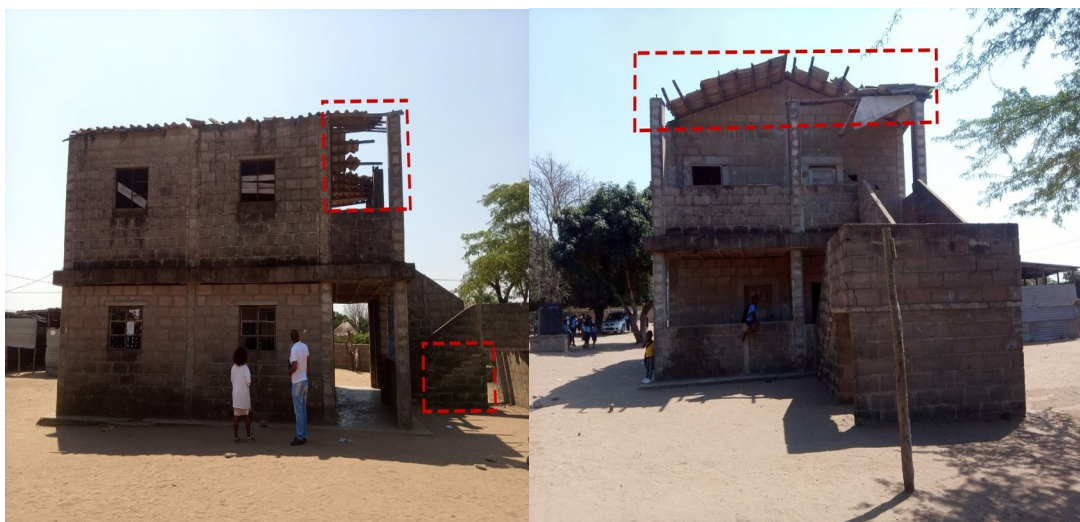


Foto do autor

O paternalismo das ONGI's, muitas vezes, conduziu a iguais resultados, pois dispensa o debate e a consertação local. As soluções são importadas e, acriticamente implementadas (ver: ADALIMA, 2020). Nas salas construídas pela ECOP, por exemplo, todas as janelas estão sendo substituídas por grelhas de cimento, porque o pinho, importado e aplicado, não resistiu à formiga da madeira, abundante em regiões de clima quente (Figura 6). Entretanto, se a opção fosse produzir as janelas com base na madeira local e integrar arquitetos/ engenheiros da DPE, em todas as fases das obras, talvez o resultado fosse diferente. Em Conhane, Nwachicolane e Lionde, por exemplo, as salas construídas e equipadas com recurso a material de madeira local, não apresentam este problema. Os edifícios e o mobiliário, indicam alguma adaptação local. O bloco construído pela iniciativa da “comida pelo trabalho” da Caritas, na Escola Secundária 12 de outubro, em Conhane, está também em ruínas. A areia aplicada, recolhida a partir da aldeia, com ajuda da comunidade, pelo teor de salinidade, não era recomendável. Isto revela, não apenas, falta de estudos de viabilidade mas, também uma abordagem reiteradamente emergêncial.

Figura 6: salas da EPC de Massavasse



Foto do autor

O sistema, também se ressentia da falta de equipamentos escolares. Em 2006, a ADPP reabilitou e equipou, a primeira e a mais antiga Escola Secundária da província de Gaza, na aldeia de Nwachicoloane. Destruída durante a guerra, nos finais da década 1980, hoje funciona como um Centro de Formação de Professores Primários (CFPP), “alimentando” toda a rede da província de Gaza. Igualmente, a ADPP ajudou na requalificação e ampliação da EP1 para EPC de Nwachicoloane, construindo e equipando 5 salas de aula e latrinas melhoradas para os alunos e professores, o que permitiu que as crianças concluíssem o ensino primário na aldeia (MALATE, 2022; CHAMBAL, 2022).²²⁵

Portanto, não se pode ignorar o papel das ONGI’s. Os projetos contribuíram para que números consideráveis de crianças, em situação de deslocadas, fossem integrados na rede escolar. As bolsas atribuídas pelas Cáritas e a distribuição de materiais escolares para crianças e jovens órfãos e vulneráveis permitiu elevar os níveis de frequência no distrito para 58% até 2004 (MAE, 2005,

²²⁵ Entrevista com Celina Malate professora da EPC de Nwachicoloane e ativista da FDC e Arlindo Malate, professor e Diretor Adjunto Pedagógico da EPC de Nwachicoloane, 15 de setembro de 2022.

pp.10-11). Entre 2002 e 2005, o projecto de “lanche escolar” da JAM LIFE, também pode ser apontado como importante contributo para estes resultados (MABUNDA, 2015). Nas aldeias de Nwachicolane, Massavasse, Lionde e o bairro de Cotsuane, em Conhane, também está o contributo do RIGHT TO PLAY, uma organização que promove, nas escolas primárias, jogos como ferramentas de aprendizagem, a partir do projeto “aprender jogando”. O FDC também promove a retenção de crianças orfãs e vulneráveis, auxiliando com material e uniformes escolares, uma abordagem, também da EGPAF, uma organização americana que, além de projetos no setor de saúde, procura eliminar os fatores de vulnerabilidade e reduzir os índices de evasão escolar da rapariga (NHANCALE, 2022; UBISSE, 2022)²²⁶. Em Nwachicoloane, o FDC também tem projetos na área de educação nutricional. Entretanto, a curta duração e a consequente instabilidade dos projetos nunca permitiram intervenções prolongadas de ONGI’s, no sector da educação. Afinal, os projetos estão dependentes da renovação do contrato com o financiador interessado. As ONGI’s são consultoras, um braço operacional de doadores que, muitas vezes, as contratam no lugar do Estado rotulado de ineficiente. As suas actividades, dificilmente, se ajustam à dinâmica do Estados e dos planos de governação local, seja a nível distrital e/ou provincial, como explicava o chefe da planificação a nível do governo:

É difícil saber o que as ONGI’s envolvidas no sector de educação tem estado a fazer porque não submetem os seus relatórios de actividades. As poucas que submetem sempre o fazem tarde o que não permite uma boa colaboração e planificação conjunta...são organizações autónomas (MUCAVELE, 2015).²²⁷

A atuação não coordenada das ONGI’s e as estruturas administrativas locais, denuncia fragilidades, permitindo intervenções sem garantias de sustentabilidade, a médio e longo prazos. As autoridades

226 Entrevista com Domingos Ubisse, professor e Diretor da Escola Secundária Anexa. Massavasse, 15 de setembro de 2022.

227 Entrevista com Pedro Luciano Mucavele, Chefe da Repartição de Planificação no governo do distrito, Chókwe, 10 de fevereiro de 2015.

locais, muitas vezes, sem meios materiais e financeiros para seguir o quotidiano das ONGI's, se deixam cooptar com empregos temporários para lideranças comunitárias e pessoas influentes ao nível das comunidades e do partido no poder, o que facilita a inquestionabilidade da sua atuação. Mas, também as próprias ONGI's são escrutinadas, não apenas pelo governo central mas, pelo doadores. Os doadores tem um poder inquestionável sobre as ONGI's que, vezes sem conta, conduzem a práticas pouco éticas na busca de resultados. Isto envolve a falsificação da missão, forjar resultados e relatórios. Assim, sob a *umbrella* de organizações autónomas, as ONGI's, não raras vezes, se declinam a reportar sobre as atividades que realizam, às estruturas administrativas locais. Os relatórios depositados na secretaria do distrito podem, também diferir daqueles deixados no MINEC, serviço de tutela, doador e sede das organizações. Afinal, as ONGI's produzem dados que muitos governos não conseguem e, portanto, prestigiados centros de pesquisa.

Assim, apesar da inexistência, na administração do distrito, de um órgão específico e especializado para lidar com os fluxos de ajuda e cooperação, segundo indicou Pedro Mucavele, então Chefe da Repartição de Planificação na secretaria distrital, este comportamento pode reflectir e configurar, não apenas uma incapacidade de adaptação das ONG's, em relação às novas dinâmicas e abordagens de desenvolvimento, para além das emergências, (MUCAVELE, 2015; MATIMBE, 2015), mas, também uma declarada falta de compromisso com os objetivos humanitários e de caridade que, muitas organizações, se dizem perseguir.²²⁸ Entretanto, o sector de educação por causa da centralização, parece o menos atingido. Mas, também quando a incidência das atividades é na reabilitação, construção e no apetrechamento de infraestruturas, parte dos perigos acima referidos, são acautelados, porém, a qualidade dos materiais aplicados nas obras permanece um desafio do setor. Contudo, na educação, a colaboração com as escolas depende do despacho dos serviços distritais. Mas, são as direções de escola, que acompanham o progresso das atividades realizadas.

228 Entrevista com Maximiano Matimbe, Conhane, 05 de fevereiro de 2015.

ONGI's no setor de saúde

Os serviços de saúde constituem outro dos âmbitos de atuação das ONGI's, em Chókwe. O contexto de guerra e os fluxos populacionais, resultantes do AGP, tinham criado enormes desafios para o sector de saúde no distrito. Em 1993, a principal causa de mortalidade e morbidade estava associada à malária. Entretanto, a tuberculose era a principal causa de morte, entre os adultos, nos hospitais do país e as diarreias com cerca de 289,7 mil casos, em 1993, constituíam a segunda causa de morte, nas crianças. A malnutrição que temos vindo a fazer referência, afectava o grupo de deslocados internos mas, também populações recentemente urbanizadas, na maioria, crianças (PES, 1994, p.52).²²⁹ O distrito de Chókwe não podia ser excepção. Este concentrava números consideráveis de deslocados internos, não só dos distritos de Chibuto, Guijá e Manjacaze, mas, também os provenientes da zona norte da província de Gaza, nomeadamente Massingir, Mabalane, Chicualacuala, Chigubo e Massangena. Os dados do ACNUR indicam que, entre 1993 e 1998, a localidade de Lionde, Massavasse, Conhane, Mapapa, Nwachicoloane e Muianga continuavam concentrando muita população deslocada (CNUR/PNUD, 1997, MATIMBE, 2015). As condições agro-ecológicas constituíam um atrativo para a manutenção de deslocados, naquelas regiões. Em anos de seca, as zonas baixas do rio Limpopo e do regadio de Chókwe, ofereciam melhores condições para a prática da agricultura que, as zonas de origem não podiam.

A localização destas aldeias no perímetro dos principais canais de irrigação, regra geral, pantanosos, as tornavam áreas propensas à malária e doenças diarreicas e/ou hídricas. É verdade que, desde 1992, regularmente as autoridades sanitárias do distrito implementam o Programa Alargado de Vacinação (PAV) contra várias doenças, a exemplo do sarampo, tétano e pólio e na promoção da Saúde Materno Infantil (SMI), no quadro dos programas da UNICEF. Mas, a malária e/ou paludismo sempre constituíram os desafios do sector, neste ponto do país. Entretanto, a incidência

229 Plano Económico e Social

do HIV/SIDA, nos finais da década de 1990 e a prevalência de doenças “evitáveis” e a alta taxa de mortalidade e morbidade infantil, também constituíam os desafios das autoridades de saúde, no distrito (ANE, 2004, p.28)²³⁰ mas, a tuberculose também. Apartir de 1994, alcançar estas metas implicava o aumento da eficácia e eficiência do sistema e da melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados. Isto, passaria pela integração de programas de assistência internacional no Sistema Nacional de Saúde (SNS) e, conseqüentemente a eliminação de projetos concorrentes ao setor. Contudo, apesar de avanços com a transformação do Covento das irmãs camelitas em Hospital, (Hospital Carmelo), para tratamento da tuberculose e mais tarde HIV/SIDA, até 1995, a “projetização²³¹” dos serviços de saúde prevaleceu a abordagem dominante. Os doadores, ainda continuavam canalizando os financiamentos para o sector de saúde, por via de ONGI’s, que acreditavam ser menos burocráticas e eficientes, que um fragilizado serviço público de saúde Estatal. Na verdade, o SNS devia se organizar para reduzir o tempo de resposta às necessidades dos distritos.

Em Chókwe, os dados do ACNUR indicam que, em 1996, se encontravam a apoiar a Direcção Distrital de Saúde (DDS) a LWF, AMDA, Handicap e MSF (ACNUR/PNUD, 1997).²³² Entretanto, de acordo com o MAE, em 2003, a FDC, CVM, Ação Cristã Internacional e Auxilio Mundial, também figuram da lista de organizações que apoiaram a Direcção Distrital de Saúde (MAE, 2005, pp.20-21).²³³ O Hospital Carmelo, além de rastrear e tratar a tuberculose, em 2002, com apoio da comunidade Sto Egídio, a partir do centro DREAM, começou o tratamento do HIV/SIDA. Em 2009, uma fonte do Governo do Distrito de Chókwe acrescentou a DSF, prestando serviços de assistência e cuidados domiciliários em Lionde, HUNGER PROJECT (aldeia de Jojo) e a JAM

230 ANE. *A Componente Socioeconómica do Estudo de Viabilidade da Ponte sobre o Rio Limpopo entre Guijá e Chókwe* Província de Gaza, Moçambique. Relatório final. Maputo, Janeiro de 2004. p.28

231 Expressão usada pelo autor para referir-se a generalização de projectos nas diversas
232 ACNUR/PNUD. *Perfis do desenvolvimento distrital: distrito de Chókwe*. Maputo, Dezembro de 1997.

233 MAE. *Perfil do distrito de Chókwe, província de gaza*. Maputo, 2005.

LIFE (GOVERNO DO DISTRITO DE CHÓKWÈ, 2009)²³⁴. Em levantamentos de campo, mesmo não constando do directório distrital, pela relevância do trabalho realizado, durante as cheias de 2000, foram identificadas a Visão Mundial, OXFAM, MedAir, SCF, Samaritan Purse, CRIC, Help Age, PSI, Pathfinder (MUCHANGA, 2015, NORTE, 2022).²³⁵

Na década de 1990, a parceria com a LWF, resultou na reabilitação e apetrechamento, por exemplo, de unidades sanitárias nas aldeias de Mapapa, Nwachicoloane e Muianga o que, indubitavelmente, teve impacto na melhoria dos serviços sanitário oferecidos aos residentes (LWF, 1991; 1999).²³⁶ A AMDA fez a reabilitação, ampliação e equipamento do Posto de Saúde e Maternidade de Conhane, entre 1995 a 1998.²³⁷ A reabilitação da infraestrutura teve impactos para a população. Os cuidados básicos de saúde antes oferecidos foram expandidos passando a abranger, também as comunidades de Tihukwine e Cotsuane que, viram a frequência das distâncias percorridas para o HRC, ser reduzida. Com a reabilitação e requalificação da maternidade, também se expandiu o serviço de Saúde Materno Infantil (SMI), o que contribuiu na redução de partos domiciliários e, conseqüentemente a diminuição das mortes de mulheres e crianças, durante o trabalho de parto, na região. Em 1999, o Pathfinder, em parceria com o FUNUAP, direções provincial e distrital de saúde, promoveu campanhas de testagem de adolescentes e jovens para o HIV/SIDA. Segundo revelou Geraldo Norte, então consultor da organização, à chegada do projeto, no distrito, não havia uma ideia clara. Mas, havia necessidade de criação de mecanismos para a entrada deste projeto juvenil no Chókwe, Chibuto e Manjacaze. Com a duração de 1 ano de 2 meses, o o “estudo de

234 GOVERNO DO DISTRITO DE CHÓKWÈ. *Lista nominal das organizações que operam no distrito*. Chókwe: Repartição de Planificação, 2009.

235 Entrevista com Vitorino Muchanga, Representante da Africa Works e Antigo colaborador da Auxilio Mundial e MADAIR. Chókwe, 07 de fevereiro de 2015; Entrevista com Geraldo Norte ativista e antigo colaborador da Geração BIZ, Pathfinder, Unicef, Medicus Mundi, OXFAM, Visão Mundial. Chokwe, 19 de setembro de 2022.

236 Estas actividades eram acompanhadas de campanhas para a mitigação da malnutrição e cólera ministradas pela organização, além da construção de latrinas melhoradas em áreas de concentração de deslocados e refugiados. LWF, *Mozambique Annual Report*. 1991;1998.

237 Este processo contou com a participação comunitária. A mão-de-obra foi recrutada entre a população da aldeia na base do sistema “comida pelo trabalho”, experiência que também se aplicou para a construção da escola do EP2 e nas jornadas de limpeza e saneamento após as cheias de 2000.

viabilidade” consistiu no mapeamento das condições para a adaptação cultural do projeto. Mais tarde, os resultados permitiram a criação da Geração BIZ, um projeto de educação e saúde para adolescentes e jovens que, durante muito tempo, trabalhou na disseminação de informações sobre o HIV/SIDA, com recurso ao teatro e dramaturgia nas escolas do distrito (NORTE, 2022).

A OXFAM, como parceiro importante, no âmbito das cheias de 2000, enfrentou os problemas da saúde no Chókwe, com pragmatismo ao adoptar a abordagem comunitária. Em parceria com o PMA, além de mobilizar fundos de emergência e distribuição de suplementos, para o distrito, a organização atacou questões de saúde comunitária, a partir dos centros de acomodação. A OXFAM, abastecia as vítimas da cheias com água potável e promovendo boas práticas de saneamento do meio, no âmbito do projeto WASH. Com as condições já criadas para o regresso das comunidades, a organização se envolveu na requalificação da cidade de Chókwe mas, também na mobilização e educação comunitária, criando pacotes de intervenção e treinamento. A organização, através de oficiais de saúde comunitária, realizava formações para mentores sobre a prevenção e tratamento da malária e uso de redes mosquiteiras, nos bairros das cidade. Em 2004, a UNICEF, em parceria com o Ministério da Justiça, também esteve envolvida em campanhas de registo de crianças no interior de 10 distritos da província de Gaza, incluindo Chókwe, com duração de 12 meses (MAHANJANE, 2022; NORTE, 2022). Em 2005, a Medicus Mundi - Catalunha, em parceria com os serviços distritais de saúde desenvolveu projetos de pesquisa e tratamento da malária, de maternidade segura e PTV, no distrito, entretanto, Guijá, Massingir e Mabalane, também foram abrangidos pelo projeto. Com parceria do Instituto de Comunicação Social (ICS), o projeto consistia na pesquisa antropológica e intervenção comunitária para acesso aos serviços de saúde. Chókwe funcionava como sede das instalações da organização na província. A Médicos do Mundo - Portugal, também esteve no distrito, primeiro, com um projeto sobre a malária, cujo objetivo era testar a eficácia do mosquito que alimentava de larvas do anófilis mas, não sem resultados esperados. Em seguida, a ONGI trabalhou com projetos de prevenção e tratamento da malária, na distribuição de redes

mosquiteiras e de contraceptivos e, finalmente no projeto de água e saneamento. Este pacote tinha como objetivo a eliminação de charcos nas comunidades, diarreias e doenças de origem hídrica no distrito (NORTE, 2022). As ONGI's estiveram muito ativas no setor de saúde no combate à malária, doenças diarreicas, malnutrição e SMI. Hoje, ainda conduzem programas de distribuição de consideráveis quantidades de redes mosquiteiras, educação sanitária e cuidados domiciliários para as comunidades mais vulneráveis. A Visão Mundial, em Chilembene e Chiduachine, atuou na capacitação de professores, em matéria de prevenção à malária. O FDC, além de projetos na área de boa governação, é uma organização que, ao nível do distrito, vem atuando no rastreio de raparigas e mulheres jovens para os serviços do SAAJ's e outros serviços de saúde. Todavia, em matéria do HIV/SIDA o distrito de Chókwe, desde os meados da década de 2000 trabalha em parceria com a EGPAF, uma ONGI norte americana que intervém na prevenção e acompanhamento de doentes em tratamento anti retroviral (TARV) e promove cuidados domiciliários em Manjangue, Chilembene, Chiduachine, Barragem (GOVERNO DO DISTRITO DE CHÓKWE, 2022). Entretanto, a exclusão das autoridades locais sempre comprometeu os resultados que, não raras vezes, beneficiam um grupo reduzido de residentes e seus colaboradores. A situação é mais gritante para as organizações que trabalham na área do HIV/SIDA, porque a reversão da falta de adesão e as desistências relatadas de doentes no seguimento do TARV, exige, necessariamente o engajamento comunitário para melhor compreender e abordar as causas do fenómeno (ver: MATIMBE, 2015; MAPULASSE, 2015; MUCHANGA, 2015).²³⁸ Moisés Mabunda, chefe da localidade de Conhane, até meados de 2005, confirmou este facto ao afirmar que:

A nós somente nos contatavam para elaborar as listas e mobilizar a população para o processo de distribuição. Nos fazíamos o levantamento nos bairros e produzíamos as listas. No dia da

238 Este aspecto foi evidenciado nas entrevistas com Anselmo Mapulasse, Maximiano Matimbe e Victorino Muchanga, colaboradores de ONGI's ao serem unânimes em afirmar que o trabalho exigia esforço mais era compensatório. Os salários e condições de trabalho eram estimulantes que foi possível adquirir viaturas e vários bens.

distribuição a comida não era suficiente pra todos e a população se revoltava contra nós os responsáveis. Éramos acusados de desviar a comida e de beneficiar os nossos familiares e amigos. Não aproximavam à população para explicar... esta confusão era criada pelas organizações (MABUNDA, 2015).²³⁹

O facto é que por conta desta desarticulação e envolvimento das autoridades locais, algumas vezes, a intervenção de ONGI's, resultou em suspeitas, clivagens e mau relacionamento, entre a população e suas lideranças. Inúmeras vezes, os líderes comunitários foram acusados de nepotismo, corrupção e desvio dos bens de assistência emergencial, sobretudo quando as quantidades não chegavam para todos. Afinal, os líderes eram portadores de informações privilegiadas sobre determinados programas a serem implementados pelas ONGI's. Em caso de necessidade de mão de obra temporária, por exemplo, apenas pessoas mais próximas da liderança tinham acesso. O recrutamento local para as ONGI's, também obedecia a lógica de nepotismo e/ou clientelismo político, no caso de Chókwe. Este aspecto é essencial em toda análise que se fizer sobre a atuação das ONGI's, em Chókwe, porque traduz, também o “campo de manobras” com que se debatem ou não, para penetrar as comunidades, incluindo no sector agro-pecuário que a seguir se apresenta.

Agro-pecuária

Os desafios do governo distrital na área da agricultura se centraram em três pilares: (i) a distribuição de sementes melhoradas, (ii) assistência técnica aos camponeses e a introdução de novas tecnologias de produção, (iii) reabilitação, limpeza e reorganização o regadio de Chókwe. A distribuição de insumos agrícolas teve lugar no contexto das emergências decorrentes de calamidades naturais e da guerra. Essencialmente, visavam garantir a segurança alimentar das

239 Entrevista com Moisés Mabunda, Antigo Presidente da Localidade de Conhane. Conhane, 03 de fevereiro de 2015

populações afectadas até que a primeira colheita aconteça. Os serviços agrários de Chókwe, em parceria com as ONGI's, entre 1993-1995, a incidência do trabalho foi na distribuição de diversos *kits* de sementes de cereais e vegetais, para assegurar melhores épocas agrícolas para os camponeses. A LWF participou destas atividades, ajudando os camponeses Mapapa, Lionde, Massavasse, Muianga, Chilembene e Conhane, através das Casas Agrárias (LWF, 1992; LWF, 1994).²⁴⁰

A distribuição de insumos, durante a década de 1990, também devia ser acompanhada da respetiva assistência técnica para os camponeses. A assistência consistia no treinamento de camponeses sobre novas práticas de cultivo, realizada por extensionistas ou técnicos da Direção Distrital da Agricultura, alguns dos quais, contratados e alocados pelas ONGI's. O treinamento era sobre as formas de cultivo: preparação dos solos, viveiros e a técnica transplante do arroz. Para uma melhor assistência os técnicos organizavam os camponeses em zonas de produção e mais tarde em associações (MAPULASSE, 2015; MUCHANGA, 2015).²⁴¹

A LWF partir das Casas Agrárias instaladas em Mapapa, Nwachicoloane e Bossa de Chilembene, treinou os camponeses em novas técnicas de produção de arroz. A técnica enraizada de lançamento directo do arroz no campo foi substituída pelo transplante. O objectivo da nova abordagem era a redução das quantidade de sementes necessárias, por cada hectare, minimizando as perdas dos camponeses e aumentar a produção e a produtividade (MAPULASSE, 2015).²⁴² Neste processo, foram introduzidas novas variedades de sementes de arroz em colaboração com o então Instituto Nacional de Investigação Agrária. Nesta colaboração entre as duas instituições, as variedades de sementes de arroz ITA 212, ITA 312 e IR52, potencialmente produtivas e de curto ciclo vegetativo, depois de testadas e comprovada sua eficácia, foram introduzidas e disseminadas entre os

240 LWF, *Mozambique Anual report*, 1992; LWF, *Mozambique Anual report*, 1994.

241 Entrevista com Vitorino Muchanga, Representante da Africa Works e Antigo colaborador da Auxilio Mundial e MADAIR. Chokwe, 07 de fevereiro de 2015.

242 Entrevista com Anselmo Isaías Mapulasse, Antigo chefe das casas agrárias de Nwachicoloane e Mapapa e colaborador da LWF. 08 de fevereiro de 2015

camponeses, a partir desta época, no regadio de Chókwe. Em abril de 1993, o PNUD financiou a investigação agrária no Chókwe. A SEMOC recebeu financiamento para a produção de sementes melhoradas, à semelhança de outras organizações que, com fundos da UE, apoiaram a Direcção Distrital de Agricultura na introdução de novas técnicas para culturas resistentes ou tolerantes a seca, a exemplo da mandioca e da batata doce. A União Europeia, em 1995, garantiu fundos para o reaproveitamento de cerca de quatro mil hectares no regadio de Chókwe. Mais camponeses passariam a ter áreas de cultivo no regadio (NOTÍCIAS, 4/04/1993; NOTÍCIAS, 31/03/1995).

O combate à pestes e doenças infecto-contagiosas nos animais, também constituía um desafio dos serviços de pecuária, ao nível distrital. Mas, a guerra prolongada e as calamidades naturais (cheias e seca), até por volta de 2000, tinham contribuído para a redução de pastagens e dos efetivos de gado, no distrito. As ONGI's conduziram alguns programas de repovoamento e fomento de espécies potencialmente reprodutivas e leiteiras. Assim, três organizações se destacam no processo, nomeadamente a CEAR, AMRU e VETAID. Após as cheias de 2000, contribuíram para o fomento de gado bovino e caprino nas aldeias de Conhane e povoados de Cotsuane e Tihukwine e Lionde. As comunidades destas zonas receberam, a partir de 2003, um casal de bovinos e caprinos para a criação e reprodução, num sistema rotativo (NOTÍCIAS, 23/04/1997; MABUNDA, 2015). A VETAID, durante a década de 2000, além de apoiar os serviços pecuários do governo local, também conduziu um programa ambicioso de treinamento de agentes veterinários e agricultores e assistência e tratamento de doenças infecto-contagiosas no gado bovino e caprino, em 13 aldeias do distrito (GOVERNO DO DISTRITO DE CHÓKWE, 2009).

A FDC no processo de capacitação e empoderamento das comunidades, também desenvolveu projetos de fomento bovino e multiplicação de fruteiras, nos bairros da cidade de Chókwe e no posto administrativo de Chilembene. Igualmente, a Caritas, também vem desenvolvendo projetos de assistência social e capacitação de famílias em matéria de desenvolvimento comunitário, alicerçados na promoção da produção agrícola, através de diferentes iniciativas de assistência aos

camponeses dos povoados de Duvane, Punguine, Candiza, Djodjo, Chate e Machinho, localidades de Chilembene, Lionde e Manjangue. Com o objetivo de ajudar as populações a enfrentar as atuais mudanças climáticas, o PMA tem vindo a atuar nos povoados de Machinho, Machua, Chate, 25 de Setembro, Maloluané, Punguine, Cumba, Candiza, Tingonhamene, Duvane e Zuza, os mais afetadas pela seca, no distrito (GOVERNO DO DISTRITO DE CHÓKWE, 2021).

Entretanto, organizações como Auxílio Mundial, Visão Mundial, FDC, Africa Works, Organização Internacional da Migração (OIM), também se engajaram na promoção do associativismo no setor de produção e comercialização agrícola. Em diferentes comunidades do norte do distrito de Chókwe (mas, também em Mabalane, Guijá e Massingir), a Auxílio Mundial, durante a década de 2000, apoiou o desenvolvimento de comunidades e igrejas através da criação de associações para produção agrícola e promoção de finanças rurais. Entretanto, muitas das associações não alcançaram a sustentabilidade e independência e deixaram de funcionar logo que cessou o apoio e acompanhamento da organização (MUCHANGA, 2015; MAHANJANE, 2022).²⁴³ A alocação de empréstimos para agronegócios exigia alguma organização e plano de trabalho, entretanto, dos poucos elegíveis e beneficiários, os resultados não foram animadores. No fim do projeto, muitos foram á falência e, gorados os objetivos de aumento de produção e produtividades, entre os camponeses. Ademais, mesmo o projeto de repovoamento de gado, por falta de coordenação e envolvimento das estruturas administrativas locais, teve efeitos pouco satisfatórios e contraditórios e as ONGI's não reaveram os animais. As famílias que primeiro receberam as cabeças de gado, foram sempre relutantes em devolvê-las para permitir a rotatividade, como se lê no excerto.

Algumas famílias que receberam o gado depois da reprodução não aceitaram devolver (...), alegaram que lhes tinha sido oferecido pelos americanos e não governo. Outros venderam outros transferiram os

243 Entrevista com Bonifácio Manhanjane, teólogo e oficial comunitário da EGPAF no Chókwe: antigo colaborador da OXFAM e da Word Relief, residente de Lionde. Lionde, 19 de setembro de 2022.

bois e cabritos para Tihukwine, Cotsuane e mesmo para Mananga. Nós como autoridades não podíamos fazer nada porque a responsabilidade era da AMRU. Nós só organizamos a população para receber o gado e mais nada (MABUNDA, 2015).

As ONGI's financiadoras destes projetos não acompanharam a sua implementação, regra geral, de médio e logo prazos. Isto, não somente comprometeu a sustentabilidade do projecto, como também reflecte uma prática de emergências, enraizada em várias partes do país, incluindo o distrito de Chókwe. Em outras palavras, as ONGI's, mais do que projetos consistentes, apareceram com disponibilidade financeira que, em coordenação com as autoridades locais, devia ser aplicada dentro das matrizes do financiador, sem muitas contrapartidas. Geraldo Norte, deixou isto transparecer, ao falar da Geração Biz. Em 1999, a Pathfinder não tinha um projeto claro para Chókwe, quando ganhou o financiamento da FUNUAP, além da matriz global para o apoio aos adolescentes e jovens, em face da pandemia do HIV/SIDA. A Direção Provincial de Saúde foi fundamental na alocação dos fundos para os programas da Geração Biz (NORTE, 2022). Não podia ser diferente nos projetos de repovoamento e fomento pecuário. A CEAR, como consultora internacional, ao importar o gado do vizinho Zimbábwe não esperava contrapartidas das famílias beneficiárias mas, alcançar os objetivos que permitiram o financiamento. A contrapartida do retorno ou rotação do gado pode ter sido uma adaptação local porque o projeto era de curta duração. Isto reforça a preocupação emergencial das ONGI's, baseada no alívio do sofrimento e a sua estrutura interna reproduz este modelo, daí o fracasso em atender a transição para investimentos e/ou programas que visem o desenvolvimento. As ONGI's, não obstante seguirem diretrizes nacionais de atuação, com as reformas de 1998, na prática continuaram sem acompanhamento eficaz das autoridades administrativas locais. A nível local, porque ainda persistem dificuldades com cabimento orçamental para as atividades dos órgãos do Estado, a capacidade de fiscalizar e controlar as operações das ONGI's é quase inexistente. A robusta capacidade financeira e administrativa das ONGI's, coloca a reboque toda a máquina local do estado e neutraliza as autoridades do distrito. Em

povoados e aldeias mais recônditas, os oficiais das ONGI's, representam as verdadeiras autoridades para as comunidades. Esta é mais uma evidência de concorrência entre estas organizações e os órgãos locais do estado; de dificuldades de alinhamento estratégico com os programas do governo do distrito.

Considerações finais

As ONGI's no distrito de Chókwe participaram do processo de reconstrução e reabilitação apoiando as populações a regressarem e se reerguerem das destruições da guerra e do impato das cheias e secas ciclicamente registadas na província de Gaza, no geral e especificamente no Chókwe. As ONGI's, ainda que por vezes descoordenadas com as estruturas administrativas locais e linhas estratégicas dos programas do governo, tiveram um papel relevante no reassentamento e estabilização das populações deslocadas, primeiro pela guerra e, depois pela seca cíclica e cheias. No contexto da guerra ajudaram na integração e regresso de deslocados internos e refugiados, através de ações concretas e impresindíveis, mormente a criação de condições de serviços sociais básicos que atraíssem e motivassem a população, desta maneira, também acelerando o processo. A complexidade e delicadeza dos processos de repatriamento e reassentamento das populações nas zonas de origem, sem a participação das ONGI's, talvez não fosse possível concluí-lo nos dois anos da vigência da ONUMOZ. Em 1992, a decisão da incorporação das ONGI's na UNILOG/PMA, também ajudou a flexibilizar o processo que aliviou, não apenas o governo mas, as estruturas da ONU, na mobilização e alocação de recursos e bens não alimentares.

As ONGI's promoveram ações de assistência humanitária nas zonas de acomodação e trânsito de refugiados e deslocados mas, também de desmobilizados de guerra e ajudaram na construção de acampamentos, desminagem e abertura de estradas e, mais tarde, de casas para o reassentamento

das famílias afectadas. A estratégia do governo através do PRN foi amplamente apoiada pelas ONGI's. No setor de educação e saúde e, conforme os casos, participaram na (re) construção de salas de aula, reabilitação, ampliação e apetrechamento de escolas, unidades sanitárias e reativação dos serviços de maternidade segura, destruídas durante a guerra, assegurando o retorno da população. Na agricultura, novas técnicas de produção e variedades de sementes melhoradas foram introduzidas e disseminadas, entre os camponeses, com patrocínio de ONGI's que apoiaram os serviços agrários do distrito. Os sistemas de abastecimento de água, a abertura de furos e poços de captação de água para as comunidades rurais, também foi largamente apoiada pelas ONGI's, no distrito de Chókwe. Nas áreas de educação e saúde o papel de relevância foi nos serviços prestados para a estabilização e, não necessariamente na expansão das redes, no distrito. Na área em estudo não há referência de escolas e unidades sanitárias construídas de raiz, por ONGI's, pelos menos até 2000. As ONGI's, muitas vezes, até por volta de 2000, se ativeram na reabilitação, ampliação e apetrechamento destes estabelecimentos, criando condições para o retorno dos serviços nas localidades. Entretanto, não se pode ignorar a educação sanitária e cuidados domiciliários que prestaram nas comunidades, ainda que, muitas vezes, à revelia das autoridades distritais. Na área de saúde até havia situação de duplicação de esforços em muitas atividades mas, o período era de emergência e as ONGI's estavam preocupadas com a assistência humanitária das populações que após a guerra, se debatiam com o drama da seca, intercaladas com períodos de cheias e inundandações.

Após a ocorrência das cheias de 2000, as atividades de reabilitação reiniciaram no distrito e, mais uma vez, as ONGI's foram chamadas pelas autoridades a dar sua contribuição. As infraestrutura e serviços reabilitados nas comunidades localizadas no perímetro do regadio e das margens do rio limpopo, até 1999, tinham sido destruídos e/ou profundamente afetados, abrindo outro ciclo de intervenções. Estabelecimentos escolares, unidades sanitárias, infraestruturas do governo e a rede de abastecimento de água e o sistema de regadio, foram afetados e destruídos. As ONGI's

desempenharam papel decisivo, desta vez, participando de programas mais ambiciosos, não apenas no restabelecimento dos serviços interrompidos pelas cheias mas, na ampliação das redes escolar e sanitária; restauração e modernização dos serviços prestados nas comunidades. Entretanto, apesar desta entrega, as ONGI's nem sempre conseguiram alcançar os resultados desejados. As associações comunitárias e grupos de ajuda mútua criados, por exemplo, não subsistiram e a retirada da ONGI, muitas vezes significou, também o fim das suas atividades. Igualmente, o projeto de fomento de gado bovino e caprino não teve os resultados prescritos mas, enraizaram a cultura da dependência e de rejeição ao trabalho. Os agentes beneficiários de programas de auxílio, em caso de incumprimento, não eram devidamente responsabilizados. Nas áreas urbanas e urbanizadas há evidências de as práticas das ONGI's estimularem a mendicidade nas crianças, muitas vezes acolhidas por estas ONGI's, como se descreveu acima, nos anos 1990. Isto, teve implicações nas comunidades. Só para constar, no distrito, dos beneficiários de fundos da iniciativa governamental dos sete milhões, poucos conseguiram honrar com o compromisso e devolver o empréstimo. O mesmo, também sucede com as microfinanças ao nível de Chókwe, entretanto, em caso de incumprimento, estas têm usados métodos mais coercitivos para reaver o financiamento dos mutuários. Em contrapartida nos programas de transferência de tecnologias, onde as ONGI's envolveram as instituições públicas e autoridades locais, os resultados foram diferentes e mais animadores. Portanto, a planificação, a coordenação e monitoria conjunta de atividades são elementos a considerar, num Estado paternalista em que as iniciativas de desenvolvimento tem forte controlo político e de suas instituições.

CONCLUSÃO

As ONG's como organizações humanitárias ou associações filantrópicas trabalhando em prol dos desfavorecidos remontam há séculos. Contudo, os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, decisivamente influenciaram e contribuíram para a participação ativa destas organizações na política internacional resultante da implementação da nova ordem global inaugurada, a partir de 1945, com a fundação da ONU. A partir desta época, as ONG's foram chamadas a participar de processos complexos da assistência humanitária, como estratégia para a manutenção de paz mundial. Afinal, o Conselho Econômico e Social da ONU, legitimando as ONGI's, como órgão de consulta da organização, as convocava para reuniões que antecederiam suas decisões.

O estatuto de conselheiras permitiu que as ONGI's participassem em várias conferências e reuniões globais. A participação na Conferência de Teerã, em 1968, sobre os direitos humanos, conferência sobre Meio Ambiente e Direitos Humanos de 1972, ECO-92 e a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga, em 1995, são apenas exemplos do ativismo global das ONGI's. Nestes encontros vários instrumentos e com sobre a política global foram produzidos e, progressivamente adotados pelos signatários. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração sobre Meio Ambiente, as convenções sobre a biodiversidade e mudanças climáticas e a declaração de Viena são instrumentos importantes na atual ordem global e constituem um legado da participação de ONGI's nos esforços das Nações Unidas para pacificação e busca do equilíbrio no mundo.

Hoje, as ONGI's são inquestionáveis quanto ao potencial na identificação e resolução de problemas que criam desfavorecimento global. Não obstante estes avanços e importância no conserto das nações, as ONG's estão longe de constituir um corpus homogêneo. No seio das ONG's prevalecem as confusões conceptuais. Não basta que seja “não-governamental” e sem fins lucrativos porque

muitas associações/organizações religiosas, por exemplo, também sê-lo-iam. A natureza humanitária e os seus objetivos assistencialistas em favor dos mais pobres são determinantes na aplicabilidade ou não do conceito. Mas, também o âmbito de atuação no processo de assistência e ajuda é importante, resultando daí as organizações de base comunitária (OBC), governamentais (ONGGO), organizações de movimentos sociais, organizações da sociedade civil (OSC), organizações nacionais e internacionais ou estrangeiras, etc. Contudo, são princípios fundamentais, o alívio de problemas que causam desfavorecimento em grupos sociais, voluntaria e independentemente.

Em Africa o “não-Governamental” não veio por acaso mas, decorre de múltiplos fatores, nomeadamente dos conturbados processos de independências de alguns países, deflagrando em conflitos e guerras; as dificuldades político económicas verificadas durante os primeiros anos de independência motivadas, em certa medida, ao desinvestimento, desastres naturais e/ou choques climáticos que, ininterruptamente assolam o continente; a crise do petróleo e o exacerbar das desigualdades socioeconómicas.

A transição política nos países de África nem sempre foram pacíficos e estáveis. Os conflitos étnicos, políticos e militares, também marcaram e caracterizaram o processo. Estes fatores, associados aos acima mencionados, conduziram a superexploração de recursos de que resultaram, a degradação do meio ambiental e a violação dos direitos humanos, estimulando o crescimento e a intervenção de ONGI's, como parte da sociedade civil global. As consequências imediatas da “hegemonização” das ONGI's na resolução de problemas sociais, incluindo serviços sociais básicos, foram a crise de legitimidade dos governos já mergulhados nos efeitos críticos da recessão, dos finais da década de 1970.

As oscilações provocadas pela recessão económica e a ineficácia das políticas públicas adotadas pelos estados, nos princípios da década de 1980, conduziram á neoliberalização, através de

programas de reabilitação econômica – ajustamento estrutural, financiados pelo BIRD e FMI, criando condições favoráveis para a intervenção dos países ocidentais e, com estes, a legitimação crescente de ONGI's, na esfera socioeconômica dos países. A queda da URSS, obviamente tornou mais acelerado e facilitado o processo da neoliberalização.

Entretanto, na África Subsaariana a proliferação das ONG's obedece trajetórias histórico políticas e socioculturais de cada país. Em Moçambique, as calamidades naturais, a guerra movida pela RENAMO ao governo da FRELIMO e o Programa de Reabilitação Econômica foram fatores determinantes para a proliferação de ONGI's. Ou seja, a fome e a desnutrição, as doenças crônicas, a deslocação e ou fuga das populações provocadas pela guerra e calamidades naturais e o impacto socioeconômico do PRE, a partir de 1987, permitiram que no contexto das emergências, entre 1983 e 1992, centenas de ONGI's conduzissem uma série de programas de alívio, em diferentes áreas sociais.

As ONGI's se beneficiando do contexto do avanço global do capitalismo e dos privilégios na relação com os doadores internacionais, gradualmente ocuparam o “vazio” criado entre o mercado e o estado, abrindo, com os fluxos financeiros recebidos, um período de reconstrução e reabilitação hegemônica em Moçambique. Não obstante os fluxos financeiros canalizados pelas ONGI's em vários programas, por causa da guerra e recorrentes calamidades naturais, os impactos na estrutura socioeconômica do país, foram contraditórios. As ONGI's, por causa da capacidade de provisão de serviços sociais e de assistência humanitária, gradualmente enfraqueceram e substituíram as instituições do Estado na concepção e acompanhamento de programas de emergência e planos de nacionais de reconstrução e desenvolvimento. A intensidade e âmbito de atuação, também permitiram a fuga de quadros da administração pública para os projetos de agências internacionais, ONGI's e empresas do sector privado. Afinal, os doadores, além da abordagem social do ajustamento estrutural, como parte das reformas, apoiaram a emergência de um setor privado no país.

No contexto do final da guerra em 1992, as ações de ONGI's foram sendo reorientadas das emergências para a reconstrução para o desenvolvimento. A partir de 1993, muitas ONGI's se juntaram á reconstrução nacional. A ação das ONGI's, à semelhança das demais agências em atividades no país que se juntaram a ONUMOZ, primeiro esteve focada para o apoio às ações de pacificação e reconciliação, de reconstrução, reabilitação e de democratização das instituições. Estas ações, além dos serviços de assistência humanitária, incluíram o apoio ao repatriamento e regresso seguro das populações para zonas de origem. No processo as ONGI's ofereciam apoios aos serviços básicos de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento mas, também a abertura de estradas terciárias e desminagem. Em 1995, o fim do programa de emergência, determinou que as atividades incidissem na reabilitação e desenvolvimento nacional. Ou seja, os projetos das ONGI's deviam complementar as ações de desenvolvimento do país.

No caso do distrito de Chókwe, a HANDICAP, MSF, OXFAM, CICV, AMDA, CEAR, Visão Mundial, SCF, Caritas, APOPO, ADPP, LWF, WORLD RELIEF, VETAID, FDC, MedAir, Help Age, Pathfinder, PSI, JAM LIFE, HUNGER PROJECT, RIGHT TO PLAY, EGPAF, DSF, Medicus Mundi, UNICEF, PMA, Hospital do Camelo, etc., são algumas das organizações mapeadas e que participaram do processo, com programas de reconstrução e reabilitação. Estas, primeiro, apoiaram o regresso das populações internamente deslocadas e refugiadas, durante a guerra. Segundo, as ONGI's ajudaram as populações a mitigar os efeitos da seca e se reerguerem das destruições das inundações, sobretudo das cheias de 2000. Após o processo de reconstrução e reabilitação pós cheias, as ONGI's continuaram na requalificação e ampliação dos serviços sociais, entre os quais a educação, saúde, abastecimento de água e agrários, como forma de melhorar o acesso e assistência da população.

Os projetos implementados, em Chókwè, nos setores de saúde e educação e abastecimento de água, apesar de importantes para a melhoria de acesso aos serviços sociais básicos pela população do distrito, a curto prazo, a sustentabilidade de certos projetos, a médio e longo prazos, levantaram

dúvidas. Algumas das infraestruturas construídas pelas ONGI's, além da qualidade duvidosa, depois que organização se retira, as comunidades também as abandonam, se voltando as atividades tradicionais. Ou seja, as ONGI's, não só atuam à margem do plano distrital, como também suas atividades caem fora da rotina laboral ou produtiva das comunidades. Isto, não permite um equilibrados que favoreçam a melhoria das condições de vida das comunidades, numa altura em que os níveis de vulnerabilidade aumentavam com a queda da produção e do CAIL e as respectivas empresas. Entretanto, no geral não se pode ignorar que as ONGI's contribuíram para o reforço das capacidades locais, em diferentes áreas.

Nos setores de educação e saúde, os desafios do país e, obviamente dos governos locais, primeiro consistiam na reposição e expansão da rede e, posteriormente na melhoria da qualidade, através do treinamento e especialização dos recursos humanos e modernização dos serviços prestados. Contudo, o grande desafio foi sempre no aumento dos estabelecimentos escolares e unidades sanitárias e, respetivas serviços de maternidade, para alargar a oferta dos serviços, no distrito. Nestes setores, não obstante intervenções de algumas ONGI's, a abordagem metodológica foi sempre de complementar as atividades do governo e da administração local. Entretanto, localmente porque as dificuldades financeiras persistiram, as já administrações inertes, foram cooptadas pelas organizações que passaram a doar, sem contrapartidas e escrutínio do distrito.

A instabilidade dos contratos com os doadores dos programas das ONGI's, muitas vezes, também não permitiram um acompanhamento efetivo dos projetos implementados. Os projetos de fomento pecuário da CEAR e AMRU, nas aldeias de Conhane, Massavasse e Tihukwine, disso, são exemplos. A descoordenação com os órgãos locais do estado, também dificultaram a efetividade dos projetos. Todavia, a permanência em intervenções de carácter emergencial não permitiu rápida transição para a reabilitação visando o desenvolvimento das comunidades. O sector da agricultura, devido ao potencial existente nos povoados de Macarretane, Matuba, cidade de Chókwe, Lionde, Conhane, Massavasse, Nwachicoloane e Mapapa, Hókwe, Muianga e Chilebene, teve

relativamente bons resultados. A reabilitação dos canais de irrigação; introdução de novas variedades de sementes, incluindo as mais tolerantes a seca; treinamento dos profissionais de extensão e, sobretudo dos agricultores e camponeses nas técnicas de transplante, por exemplo de arroz, ajudou os camponeses a aumentar a produção e produtividade desta cultura por cada hectare.

Estes dados, se por um lado, confirmam as ONGI's como um "braço operativo" do ocidente e do capitalismo, por outro, ainda não permitem tirar conclusões sólidas sobre o papel delas, em Chókwè. A intervenção das ONG's, em Chókwè, deve ser estudada não apenas integrada aos outros setores mas, na sua relação com os órgãos locais do Estado e das comunidades beneficiárias dos serviços prestados. Ademais, as ONG's não são corpus homogêneo. As organizações são diferenciadas quanto ao âmbito de atuação, objetivos que perseguem. Isso tem implicações, por exemplo, para o modelo de autofinanciamento e no perfil de doadores. Mas, também as ONG's humanitárias são diferentes daquelas que buscam promover o desenvolvimento, mesmo na duração dos projetos. Existem ONGI's contratadas por grandes agências, sejam da ONU ou de países desenvolvidos, para a realização de determinadas intervenções humanitárias em comunidades em situação de desastre. Mas, também aquelas que se mobilizam por acreditar nos objetivos puramente filantrópicos e humanitários. A compreensão destas e outras questões pode ajudar uma melhor leitura dos resultados e aprimorar vários aspetos inerentes a eficácia e eficiência na atuação das ONGI's e buscar as conexões necessárias com os Estados de origem e doadores. As conexões, também são necessárias com as ONG's nacionais que, vezes sem, atuam como subcontratadas das estrangeiras ou internacionais – as ONGI's.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

14 MIL TONELADAS DE MILHO PARA VÍTIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 22 de março de 1983.

1ª SESSÃO DA AR; REABILITAÇÃO EXIGE MUDANÇA DE MENTALIDADE. *Notícias* [Maputo] 15 de janeiro de 1987.

1ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA POPULAR, REABILITAÇÃO ECONÔMICA SEM ESPERAR A PAZ: presidente Chissano que falava de medidas para corrigir distorções. *Notícias* [Maputo] 14 de janeiro de 1987.

A APELO DA RPM, COMUNIDADE INTERNACIONAL RESPONDE POSITIVAMENTE. *Notícias* [Maputo] 18 de abril de 1989.

A MOÇAMBIQUE, UNICEF CONCEDE 10 MILHÕES DE DÓLARES. *Notícias* [Maputo], 24 de outubro de 1984.

A NÍVEL DA EDUCAÇÃO, RDA RESPONDE APELO DE ASSISTÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 29 de maio de 1987.

A NÍVEL DO PAÍS, PROJETO DE SANEAMENTO RURAL COM FINANCIAMENTO DA UNICEF. *Notícias* [Maputo] 8 de maio de 1990.

A PARTIR DE HOJE, PRINCESA ANNE DE NOVO NA RPM. *Notícias* [Maputo] 26 de fevereiro de 1988.

A PARTIR DESTE MÊS, MARRACUENE TEM MAIS ÁGUA: recuperados sistemas de bombagem e seis fontanários. *Notícias* [Maputo] 24 de Agosto de 1987.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM GAZA, ALARGA-SE PROGRAMA NAS ZONAS RURAIS, *Notícias* [Maputo] 3 de setembro de 1985.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA VAI MELHORAR EM TETE. *Notícias* [Maputo], 12 de janeiro de 1988.

ACNUR/PNUD. *Perfis de desenvolvimento distrital. Distrito de Chókwe*. Maputo, Dezembro de 1997.

ACORDO entre o Governo Português e a Frente de Libertação de Moçambique, Lusaka, 7 de setembro de 1974.

AGÊNCIA DOS EUA APOIARÁ MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo], 11 de fevereiro de 1984.

AGRESSÃO externa agrava flagelo da fome. *Notícias* [Maputo], 20 Julho de 1988.

AID considera Moçambique o país mais faminto do planeta. *Diário de Notícias* [Lisboa] 10 de Novembro de 1991.

AJUDA A MOÇAMBIQUE: Noruega é o primeiro a responder ao apelo da ONU. *Notícias* [Maputo] 7 de março de 1987.

AJUDA ALIMENTAR DA FAO AO NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 3 de outubro de 1986.

AJUDA ALIMENTAR DOS EUA PARA VITIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 6 de abril de 1983.

AJUDA ALIMENTAR DOS EUA, TRIGO E MILHO CHEGAM EM OUTUBRO. *Notícias* [Maputo] 10 de julho de 1986.

AJUDA ALIMENTAR: mais duas mil toneladas de cereais da CEE oferecidos a Moçambique. *Notícias* [Maputo] de 29 de julho de 1983.

AJUDA AS VITIMAS DE CALAMIDADES, ORGANIZAÇÃO NORTE AMERICANA OFERECE 23 CAMIÕES A TETE. *Notícias* [Maputo], 24 de novembro de 1984.

AJUDA FINANCEIRA DA RFA PARA O NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 17 de maio de 1985.

ALIMENTAÇÃO E MEDICAMENTOS PARA VÍTIMAS DA SECA: Oferta da CEE chegou ontem a Moçambique. *Notícias*, Maputo 21 de dezembro de 1983.

ANE. *A Componente Socioeconómica do Estudo de Viabilidade da Ponte sobre o Rio Limpopo entre Guijá e Chókwè Província de Gaza, Moçambique*. Relatório final. Maputo, Janeiro de 2004.

ANO PASSADO, CICV ASSISTIU 21 MIL PESSOAS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SOFALA. *Notícias* [Maputo] 22 de fevereiro de 1990.

AO NIASSA, FIDA OFERECE SEMENTES DE HORTÍCOLAS. *Notícias* [Maputo] 9 de julho de 1985.

APESAR DO AUXÍLIO, SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA É ALARMANTE NA ZAMBÉZIA. *Notícias* [Maputo] 13 de fevereiro de 1989.

APOIO A AGRICULTURA, MOÇAMBIQUE E FAO ASSINAM ACORDOS. *Notícias* [Maputo] 26 de agosto de 1985.

APOIO AS VÍTIMAS DA SECA, COMUNIDADE INTERNACIONAL DA RESPOSTA EFETIVA. *Notícias*, [Maputo], 21 de janeiro de 1984.

APOIO ÀS VÍTIMAS DA SECA, ORGANIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DISCUTIDA EM MAPUTO. *Notícias* [Maputo], 23 de janeiro de 1985.

APOIO AS VÍTIMAS DA SECA, PRIMEIROS RESULTADOS DO ‘URGÊNCIA MOÇAMBIQUE’: mais ofertas da RFA, Holanda, CV portuguesa e Suécia. *Notícias* [Maputo], 18 de janeiro de 1984.

APOIO AS VÍTIMAS DA SECA: 14 mil famílias recebem milho e feijão na Manhica. *Notícias*, n.19374 [Maputo], 26 de julho de 1983.

APOIO ÀS VITIMAS DA SECA: milho e feijão para 27 mil famílias. *Noticias* [Maputo], 2 de agosto de 1983.

APOIO AS VÍTIMAS DAS CHEIAS, COMUNIDADE INTERNACIONAL RESPONDE AO APELO DA RPM. *Notícias* [Maputo], 9 de fevereiro de 1984.

APOIO DE EMERGÊNCIA, TRIGO CANADIANO PARA MAPUTO E BEIRA. *Notícias* [Maputo] 14 de fevereiro de 1989.

APOIO DO PNUD EM CONSTANTE AUMENTO. *Notícias* [Maputo] 22 de abril de 1986.

APÓS SUA DESTRUIÇÃO, CCM REABILITA HOSPITAL DE HOMOÍNE. *Notícias* [Maputo] 1 de junho de 1989.

APRENDER do povo a trabalhar para o povo. *Tempo* [Maputo], 363, 18 de setembro de 1977, pp. 34-39.

ARO (AFRICA GROUPS OF SWEDEN) APOIA HOSPITAIS DA BEIRA E MANICA. *Notícias* [Maputo] 14 de agosto de 1990.

ARROZ SOVIÉTICO OFERECIDO A MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo], 26 de dezembro de 1983.

AS ALDEIAS comunais: presente e o futuro. *Tempo* [Maputo], 359, agosto de 1977, pp. 42-47.

AS ZONAS RURAIS DE INHAMBANE, AVANÇA PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. *Notícias* [Maputo] 22 de abril de 1986.

ASDI AJUDA A RECUPERAR ÁREAS SALGADAS EM CHÓKWE. *Notícias* [Maputo] 8 de setembro de 1989.

ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DA SECA: Magude e Moamba iniciam distribuição de milho. *Notícias* [Maputo], 7 de abril de 1983.

ASSISTÊNCIA MEDICAMENTOSA AO NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo], 19 de setembro de 1984.

ASSISTÊNCIA MULTISSETORIAL, ONG APOIA DESENVOLVIMENTO RURAL. *Notícias* [Maputo] 23 de maio de 1990.

ATÉ FEVEREIRO DE 1988, PROJETADA ABERTURA DE 100 FUROS EM INHAMBANE. *Notícias* [Maputo] 24 de Agosto de 1987.

ATRAVÉS DA CRUZ VERMELHA, CANADA FINANCIA PROJETOS SANITÁRIOS. *Notícias*, 19419 [Maputo], 16 de setembro de 1983.

ATRAVÉS DE PONTE AÉREA, ONG CANALIZA APOIO ALIMENTAR A MUTARARA. *Notícias* [Maputo] 6 de julho de 1991.

AUSTRÁLIA VAI DAR APOIO A MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo] 5 de outubro de 1989.

AUXÍLIO DA CARITAS AS VÍTIMAS DA SECA. *Notícias*, [Maputo], 3 de agosto de 1983.

AUXÍLIO DA FAO AS VÍTIMAS DA FOME. *Notícias* [Maputo], 26 de janeiro de 1985.

AUXÍLIO NORUEGUÊS PARA MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo], 3 de abril de 1984.

BANDIDOS ARMADOS AGRAVAM PROBLEMAS, FOME COMEÇA A CEIFAR VIDAS NO NIASSA: camponeses obrigados a deslocarem-se e impedidos de produzir. *Notícias* [Maputo] 3 de janeiro de 1987.

BANDIDOS ARMADOS cometem massacre em Homoíne... *Diário de Moçambique* [Beira], 22 Julho de 1987.

BENEFICIANDO CAMPONESES, AFRICARE APOIA PROGRAMA AGRÍCOLA. *Notícias* [Maputo] 8 de maio de 1990.

BOERS não têm coração: Primeiro-Ministro Machungo ao falar do massacre de Homoíne. *Diário de Moçambique* [Beira], 25 July 1987.

CABO DELGADO, ORGANIZA-SE APOIO AS VITIMAS DA GUERRA. *Notícias* [Maputo] 11 de setembro de 1987.

CABO DELGADO, ORGANIZAÇÃO HOLANDESA APOIA SETOR COOPERATIVO. *Notícias* [Maputo] 8 de junho de 1991.

CALAMIDADES NATURAIS TEMA DE DEBATE: centralização de informação é o principal ponto de agenda. *Notícias* [Maputo] 27 de fevereiro de 1986.

CALOROSA RECEPÇÃO A CHISSANO EM LONDRES. *Notícias* [Maputo] 29 de maio de 1987.

CANADA APOIA COOPERATIVAS AGRÍCOLAS. *Notícias* [Maputo] 24 de outubro de 1987.

CANADÁ CANALIZA APOIOS A NAMPULA. *Notícias* [Maputo] 2 de fevereiro de 1988.

CANADA FINANCIA PROGRAMAS DE ÁGUA POTÁVEL: postos a disposição mais de 9 milhões de dólares. *Notícias* [Maputo] 4 de abril de 1989.

CAPTURADOS reacionários evadidos. *Tempo* [Maputo] n.238, de 20 de abril de 1975.

CARDOSO, C. Operação Gorongosa: dar raízes a uma vitória. *Notícias* [Maputo] 22 de novembro de 1985.

CARITAS MOÇAMBIQUE APOIA VITIMAS DA SECA. *Noticias*, [Maputo], 4 de julho de 1983.

CARITAS OFERECE LEITE EM PÓ. *Notícias*, [Maputo], 16 de junho de 1983.

CEE CONCEDE-NOS 2,5 MILHÕES DE ECU. *Notícias* [Maputo], 14 de fevereiro de 1987.

CEE DISPONIBILIZA DEZ MIL TONELADAS DE MILHO AO DPCCN. *Notícias* [Maputo] 5 de abril de 1991.

CEE FINANCIA PROJETOS DA RPM E SADCC. *Notícias* [Maputo] 22 de março de 1984.

CENE DOTADO DE NOVA CAPACIDADE. *Notícias* [Maputo], 1 de outubro de 1988.

CHEGOU A MAPUTO APOIO SOVIÉTICO. *Notícias* [Maputo], 10 de fevereiro de 1984.

CICV NEGA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO MILITAR A RENAMO. *Notícias* [Maputo] 23 de julho de 1991.

CINCO MIL TONELADAS DE MILHO PARA VITIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 19 de setembro de 1984.

CLASH with reactionary elements in Mozambique. *Summary Of World Broadcasts* (London), 18 September 1975.

COM 608 MIL CONTOS, PMA ALARGA APOIO AOS CENTROS PRIMÁRIOS. *Notícias* [Maputo], 13 de abril de 1983.

COM APOIO DA CARE, ESTRADAS E PONTES VÃO SER REABILITADAS. *Notícias* [Maputo] 21 de janeiro de 1991.

COM APOIO DA CEE E ESPANHA, HOSPITAL GERAL JOSÉ MACAMO EM OBRAS DE REABILITAÇÃO. *Notícias* [Maputo] 4 de maio de 1991.

COM APOIO DA UNICEF, COMBATE A FOME PROJETA-SE EM NHAMATANDA. *Notícias* [Maputo] 16 de julho de 1985.

COM DESTINO A TETE, APOIO ITALIANO PARA AS VITIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 8 de maio de 1984.

COM FINANCIAMENTO DA CEE, REDE SANITÁRIA RECUPERADA EM VILANCULOS: programa abrangerá três centros hospitalares. *Notícias* [Maputo] 26 de março de 1987.

COM FINANCIAMENTO DA MOLISV, ABERTOS EM GAZA 400 POÇOS DE ÁGUA. *Notícias* [Maputo] 11 de agosto de 1990.

COMUNIDADE INTERNACIONAL AVALIA APOIO A MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo] 26 de abril de 1988.

COMUNIDADE INTERNACIONAL DISPONIBILIZA FUNDOS PARA TRANSPORTE DE COMIDA. *Notícias* [Maputo] 15 de abril de 1989.

COMUNIDADE INTERNACIONAL QUER APOIAR VITIMAS DE BANDIDOS ARMADOS. *Notícias* [Maputo] 7 de novembro de 1985.

COMUNIDADE INTERNACIONAL RESPONDE AO APELO DAS VÍTIMAS DA SECA: primeiras ofertas de milho começam a ser distribuídas. *Notícias* [Maputo], de 12 de abril de 1983.

CONCERN APOIA DESLOCADOS. *Notícias* [Maputo] 14 de fevereiro de 1989.

CONDICIONAR AJUDA É INTERFERIR NOS ASSUNTOS INTERNOS DA RPM: Joaquim Chissano sobre a decisão de da câmara dos representantes dos EUA. *Notícias* [Maputo] 16 de julho de 1985.

CONDIÇÕES DE ACOLHIMENTO MELHORAM NO HOSPITAL DE CHÓKWÈ. *Notícias* [Maputo], 22 de setembro de 1988.

CONSELHO DE MINISTROS ESTEVE REUNIDO, NEGOCIAÇÕES PARA EVENTUAL ADESÃO AO FMI E BANCO MUNDIAL: foram mandatados o ministro das finanças, Rui

Baltazar e o governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal. *Notícias* [Maputo], 19 de abril de 1984.

COOPERAÇÃO EM GAZA PRODUZ RESULTADOS PALPÁVEIS: disponibilizados mais de 4 milhões de florins para projetos agrícolas. *Notícias* [Maputo] 27 de abril de 1987.

COOPERANTES CANADIANOS APOIAM AS VÍTIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo] 10 de outubro de 1983.

CRIADO COMITÊ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA: anuncia ministro Veloso. *Notícias* [Maputo] 7 de maio de 1987.

CRM. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, a. 29, n.116. out./dez., 1992. pp.369-412.

CRUZ VERMELHA CANALIZA APOIO ÀS VÍTIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 20 de julho de 1984.

CRUZ VERMELHA DISPONIBILIZA VERBA, ASSISTÊNCIA AOS DESLOCADOS DA GUERRA E VÍTIMAS DA FOME. *Notícias* [Maputo] 1 de abril de 1987.

CRUZ VERMELHA EM TODOS OS DISTRITOS DE GAZA. *Notícias*, [Maputo], 15 de abril de 1983.

CUAMBA BENEFICIA DE APOIO SANITÁRIO. *Notícias* [Maputo] 15 de setembro de 1987.

CVM CONCEDE MAIS AJUDA COMPLEMENTAR. *Notícias* [Maputo] 18 de maio de 1985.

DA CEE E CV DA RFA, MAIS PRODUTOS PARA VÍTIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 7 de maio de 1984.

DA GRÃ-BRETANHA E DOS EUA: milho e arroz para vítimas da seca. *Notícias* [Maputo], 26 de setembro de 1983.

DA ITÁLIA PARA SOFALA, COMITÊ DE AMIGOS DA RPM APOIA VITIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 2 de abril de 1984.

DE CINCO PAÍSES DA CEE, DIPLOMATAS VISITAM ZONAS DA SECA EM INHAMBANE. *Notícias*, [Maputo], 30 de novembro de 1983.

DÉFICE ALIMENTAR NO PAÍS ULTRAPASSA 1 MILHÃO DE TONELADAS. *Notícias* [Maputo] 2 de abril de 1991.

DELEGAÇÃO DA CEE CHEGA A MAPUTO. *Notícias* [Maputo], de 28 de fevereiro de 1984.

DEPOIS DO ACORDO DE ROMA, CICV INICIA ASSISTÊNCIA AOS AFETADOS PELA GUERRA. *Notícias* [Maputo] 25 de janeiro de 1991.

DESLOCADOS DA CASA BANANA VÃO BENEFICIAR DE ASSISTÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 15 de dezembro de 1990.

DESLOCADOS DE GUERRA EM SOFALA, MEIO MILHÃO DE PESSOAS NECESSITA DE AUXÍLIO DE EMERGÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 24 de fevereiro de 1987.

DESLOCADOS DO NIASSA, ANUNCIADO APOIO PARA 20 MIL FAMÍLIAS. *Notícias* [Maputo] 20 de Janeiro de 1988.

DESLOCADOS DO NIASSA, ANUNCIADO APOIO PARA 20 MIL FAMÍLIAS. *Notícias* [Maputo] 20 de Janeiro de 1988.

DESLOCADOS EM NAMPULA BENEFICIAM DE AUXILIO. *Notícias* [Maputo] 13 de fevereiro de 1991.

DESLOCADOS RECEBEM MAIS PRODUTOS ALIMENTARES. *Notícias* [Maputo] 12 de abril de 1988.

DESTINADOS AO PROGRAMA DE EMERGÊNCIA, detectados desvios de produtos em Inhambane. *Notícias* [Maputo] 3 de abril de 1990.

DESVIO DE BENS DE EMERGÊNCIA: detidos em Maputo responsáveis do DPCCN. *Notícias* [Maputo] 23 de junho de 1989.

DEVIDO À DESESTABILIZAÇÃO E À SECA, SÉRIA FALTA DE ALIMENTOS EM 4.5 MILHÕES DE PESSOAS. *Notícias* [Maputo] 28 de março de 1987.

DIA MUNDIAL DA CRUZ VERMELHA ASSINALADO EM MOÇAMBIQUE. *Noticias* [Maputo] 9 de maio de 1983.

DIRETOR DA OXFAM- AMÉRICA ESTEVE EM TETE. *Notícias* [Maputo] 17 de março de 1987.

DIRETOR DO PMA DESDE ONTEM EM MAPUTO. *Notícias* [Maputo] 28 de janeiro de 1986.

DIRIGIDO A COMUNIDADE INTERNACIONAL, ONU LANÇA NOVO APELO PARA APOIO AO NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 4 de abril de 1988.

DISCURSANDO ONTEM EM GENEBRA: Machungo convicto da adesão internacional ao apelo da ONU. *Notícias* [Maputo] 1 de abril de 1987.

DISPONIBILIZADOS FUNDOS PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS PARA DESLOCADOS. *Notícias* [Maputo] 13 de abril de 1988.

DO GOVERNO BRITÂNICO, 600 MIL CONTOS PARA VÍTIMAS DA SECA: montante será aplicado na compra de gêneros alimentícios. *Notícias*, [Maputo] 24 de setembro de 1983.

DO SPORT AID, VALIOSO DONATIVO PARA GAZA. *Notícias* [Maputo] 24 de fevereiro de 1987.

DONATIVO DA HOLANDA A CAMINHO DE MAPUTO. *Notícias* [Maputo], 22 de fevereiro de 1984.

DONATIVOS DO PMA PARA VÍTIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo], 17 de outubro de 1983.

DOS EUA, ADUBOS QUÍMICOS PARA O SETOR AGRÍCOLA. *Notícias* [Maputo], 20 de fevereiro de 1985.

DRENADOS 2500 HECTARES, ORGANIZAÇÃO INSPECIONA SEUS PROJETOS EM GAZA. *Notícias* [Maputo] 27 de abril de 1987.

DURANTE O ANO PASSADO, CCM DISTRIBUI PERTO DE 1500 TONELADAS: a Concern entrou com meios de produção”. *Notícias* [Maputo] 19 de abril 1990.

EM CABO DELGADO, FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT VAI APOIAR PROJETOS. *Notícias* [Maputo], 31 de janeiro de 1987.

EM COORDENAÇÃO COM A ONU E ONGI's, TRABALHO CONJUNTO NO APOIO A REGRESSADOS. *Notícias* [Maputo] 3 de abril de 1987.

EM DUAS PROVÍNCIAS, MAIS ÁGUA PARA ALDEÕES E DESLOCADOS. *Notícias* [Maputo] 20 de agosto de 1988.

EM FORMAÇÃO, EDUCADORES COMUNITÁRIOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA. *Notícias* [Maputo] 19 de novembro de 1987.

EM INHAMBANE, DESLOCADOS RECEBEM SEMENTES. *Notícias* [Maputo] 1 de janeiro de 1988.

EM MOÇAMBIQUE, SUÉCIA APOIA PROGRAMAS ANTI-SIDA. *Notícias* [Maputo] 30 de Janeiro de 1988.

EM NABÚRI, NA ZAMBÉZIA, TRINTA MIL DESLOCADOS PRECISAM DE RÁPIDA AJUDA. *Notícias* [Maputo] 22 de outubro de 1990.

EM NIPEPE E MAÚA, PONTE AÉREA VAI ABASTECER DESLOCADOS. *Notícias* [Maputo] 17 de agosto de 1990.

EM PREPARAÇÃO DO 4º APELO DE EMERGÊNCIA, governo reitera apelo à comunidade de doadores. *Notícias* [Maputo] 28 de março de 1990.

EM PROJETOS DE IRRIGAÇÃO: Holanda apoia agricultura na RPM. *Notícias* [Maputo], 24 de novembro de 1983.

EM RELAÇÃO AO QUE JÁ FOI FEITO, COOPERAÇÃO RPM - NORAD É MAIS PROMETEDORA. *Notícias* [Maputo] 17 de maio de 1985.

EM TODO O PAÍS, 200 MIL DESLOCADOS DEPENDEM DE PONTE AÉREA. *Notícias* [Maputo] 26 de abril de 1990.

EM TODO O PAÍS, MAIS DE 250 FUIROS SERÃO ABERTOS ESTE ANO. *Notícias* [Maputo] 4 de janeiro de 1991.

EM TODO O PAÍS, MILHÃO E MEIO AMEAÇADOS PELA FOME: revela documento das calamidades naturais. *Notícias* [Maputo] 17 de junho de 1986.

EM TRÊS DISTRITOS DE GAZA, MAIS DE 21 MIL PESSOAS BENEFICIAM DE ÁGUA POTÁVEL. *Notícias* [Maputo] 8 de Março de 1988.

EM TRÊS PROVÍNCIAS, PNUD APOIA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS AGRÍCOLAS. *Notícias* [Maputo] 21 de abril de 1989.

EM VÁRIAS PROVÍNCIAS DO PAÍS, DECORRE REINTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS TRAUMATIZADAS. *Notícias* [Maputo] 25 de maio de 1990.

EM VÁRIAS ZONAS DO PAÍS CVM ESTUDA MEIOS PARA APOIAR AS POPULAÇÕES. *Notícias*, 19309 [Maputo], 12 de maio de 1983.

EM VÁRIAS ZONAS DO PAÍS, PONTES AÉREAS ABASTECEM AFETADOS PELA GUERRA. *Notícias* [Maputo] 19 de dezembro de 1989.

EM VÁRIOS DOMÍNIOS, RPM E UNICEF INTENSIFICAM COOPERAÇÃO. *Notícias* [Maputo], 5 de outubro de 1985.

EMBAIXADOR ESPANHOL VISITA ZONAS AFETADAS. *Notícias* [Maputo], 14 de abril de 1983.

EMERGÊNCIA AGRAVA-SE NA PROVÍNCIA DO NIASSA. *Notícias* [Maputo] 25 de julho de 1990.

EMERGÊNCIA EM MOÇAMBIQUE, SITUAÇÃO DE PAZ PODE AUMENTAR NECESSIDADES. *Notícias* [Maputo] 27 de abril de 1990.

EMERGÊNCIA EM SOFALA, 200 MIL DÓLARES UTILIZADOS PARA ESCOAMENTO DE PRODUTOS. *Notícias* [Maputo] 17 de agosto de 1990.

EMERGÊNCIA NA ZAMBÉZIA, CINCO DISTRITOS TOTALMENTE ISOLADOS. *Notícias* [Maputo] 27 de outubro de 1990.

EMERGÊNCIA NO NIASSA, NIPEPE PODE VIR A SER OUTRO MEMBA. *Notícias* [Maputo] 24 de julho de 1990. “Emergência no Niassa, Nipepe pode vir a ser outro Memba”. *Notícias* [Maputo] 24 de julho de 1990.

EMERGÊNCIA SALVA NO PAÍS CINCO MILHÕES DE VIDAS. *Notícias* [Maputo] 3 de junho de 1989.

EMERGÊNCIA, ORGANIZAÇÃO FINANCIA EXECUÇÃO DE TRÊS PROJETOS. *Notícias* [Maputo] 5 de junho de 1990.

EMERGÊNCIA/REABILITAÇÃO, MOÇAMBIQUE PREPARA-SE PARA REUNIÃO DE PARIS. *Notícias* [Maputo] 21 de novembro de 1990.

ENTRE EUA E PMA, ACORDADA AJUDA ALIMENTAR PARA INHAMBANE. *Notícias*, [Maputo], 6 de dezembro de 1983.

ENTREGUES TRATORES PARA SETOR PRIVADO: 100 unidades para Maputo e Gaza. *Notícias* [Maputo] 11 de novembro de 1987.

ENTREVISTA A OLDEMIRO BALOI. *Tempo* [Maputo], Abril de 1992.

EQUIPAMENTO AGRÍCOLA DOS EUA PARA O NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 19 de maio de 1985.

EQUIPAMENTO AGRÍCOLA DOS PARA O NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 19 de junho de 1985.

ESPAÑA APOIA REABILITAÇÃO DE PROJETOS. *Notícias* [Maputo] 17 de maio de 1985.

ESTADOS UNIDOS APOIAM CRIANÇAS DESAMPARADAS: assinado acordo no valor de 400 mil dólares. *Notícias* [Maputo] 1 de julho de 1989. OXFAM

EUA VÃO DAR AJUDA DE EMERGÊNCIA. *Notícias*, [Maputo], 7 de outubro de 1983.

FACE À SITUAÇÃO NO NOSSO PAÍS, CUELLAR LANÇA APELO Á COMUNIDADE INTERNACIONAL. *Notícias* [Maputo] 2 de março de 1987.

FAO DISPONIBILIZA AJUDA AO NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 25 de fevereiro de 1987.

FAO PROMETE AJUDA ALIMENTAR A MOSSURIZE. *Notícias* [Maputo], 1 de junho de 1984.

FAUVET, P. Mozambique: the RNM's lingering war. *Africa Now* [London], October 1981.

FEDERAÇÃO MUNDIAL LUTERANA OFERECE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA. *Notícias*, n.19452, [Maputo], 25 de outubro de 1983.

FINANCIAMENTO DA SIDA, 50 MIL CONTOS PARA COMPRA DE FATORES DE PRODUÇÃO: artigos serão distribuídos pelo setor familiar. *Notícias* [Maputo], 27 de agosto de 1984.

FORMA AGENTES POLIVALENTES DE SAÚDE. *Notícias* [Maputo] 20 de setembro de 1989.

FRELIMO, Comité Político Permanente. Punir o inimigo: declaração do Comité Político Permanente. *Tempo* [Maputo] 432, 14 de Janeiro de 1979, pp.32-33.

FRELIMO, MRM in heavy fighting. *Star* [Johannesburg], 20 May 1980.

FRELIMO. "Preparemos coletivamente o III congresso da Frelimo: a Frelimo e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular". *Palavras de ordem*, 4. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda de Frelimo, 1976.

FRELIMO. *Defender a pátria, eliminar a fome tarefa de todos os moçambicanos*. Maputo: Tipografia Notícias, 1983.

FRELIMO. *Tarefas concretas e imediatas a realizar: ofensiva em várias frentes*. Circular da sede nacional da Frelimo para todos os grupos dinamizadores do país. Maputo, julho de 1976.

FRELIMO. Third Congress of Frelimo. 3-7 February 1977. *Central Committee Report*. [Maputo]: Cedimo, Doc. Info. Série E (7) 1978.

GARANTINDO A UTILIZAÇÃO CORRETA DOS BENS DE EMERGÊNCIA: duas comissões vão investigar desvios. *Notícias* [Maputo] 25 de março de 1989.

GAZA E INHAMBANE, MEDICAMENTOS DA UNICEF PARA VITIMAS DAS CALAMIDADES. *Notícias* [Maputo], 27 de março de 1984.

GAZA: Aldeia comunal Heróis de Moçambique - desalojados das baixas atingidas pelas cheias do Limpopo e Incomáti. *Tempo* [Maputo], 283, 7 de março de 1976, pp.16-23.

GAZA: imagens de uma vida que nasce. *Tempo* [Maputo], 346, 25 de maio de 1977, pp. 22-27.

GOVERNO AMERICANO APOIA PROGRAMA ALIMENTAR. *Notícias* [Maputo] 6 de julho de 1989.

GOVERNO AMERICANO AUMENTA APOIO A MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo] 5 de julho de 1990.

GOVERNO BRITÂNICO OFERECE 15 CAMIÕES. *Notícias* [Maputo] 18 de abril de 1984.

GOVERNO DISCIPLINA EMERGÊNCIA NA ZAMBÉZIA. *Notícias* [Maputo] 12 de julho de 1989.

GOVERNO ESTÁ PREOCUPADO COM ENCAMINHAMENTO DE PRODUTOS: ministro Jacinto Veloso na abertura da sétima reunião nacional de emergência. *Notícias* [Maputo] 30 de maio de 1989.

HOPE FOR ÁFRICA QUER COOPERAR. *Notícias* [Maputo], 11 de outubro de 1984.

HOSPITAL DA BEIRA JÁ FABRICA PRÓTESES. *Notícias* [Maputo] 6 de janeiro de 1987.

HOSPITAL RURAL DE BUZI EM PLENA REABILITAÇÃO. *Notícias* [Maputo] 21 de maio de 1990.

INE. Dados de recenseamento da população de 1997. Maputo: INE, 1997.

INE. *Estatísticas do Distrito de Chókwe*. Maputo: INE, 2010.

INE. Estatísticas do distrito de Chókwe. Maputo: INE, novembro de 2012

INGC. Synthesis Report. *INGC Climate Change Report: Study on the Impact of Climate Change And Disaster Risk in Mozambique*. [van LOGCHEN, B.; BRITO, R. (ed)]. INGC, Mozambique, 2009.

INHAMBANE, ‘MÉDICOS SEM FRONTEIRA’ AUMENTA ATIVIDADES. *Notícias* [Maputo] 4 de abril de 1987.

INHAMBANE, AUSTRALIANOS VÃO REFORÇAR CAPACIDADE DE TRANSPORTE. *Notícias* [Maputo] 26 de Novembro de 1990.

INICIADA ASSISTÊNCIA DE EMERGÊNCIA A MORRUA. *Notícias* [Maputo] 5 de dezembro de 1990.

ITÁLIA VAI ASSISTIR PROGRAMA DE CONTROLO DO AMBIENTE. *Notícias* [Maputo] 6 de outubro de 1989.

LALAU, FUTURO DOS DESLOCADOS É SOMBRIO EM METHI. *Notícias* [Maputo] 11 de novembro de 1990.

LIMA, F. “Crônica: o MNR ou mais uma face da agressão”. *Notícias* [Maputo], 2 Outubro de 1981.

LUTERANOS OFERECEM 330 FARDOS DE ROUPA. *Notícias*, n.19457 [Maputo], 31 de outubro de 1983.

LUTERANOS OFERECEM EQUIPAMENTO HOSPITALAR. *Notícias* [Maputo], 5 de fevereiro de 1985.

LUTERANOS OFERECEM VIATURA A MEC. *Notícias* [Maputo], 19 de novembro de 1983.

LWF, *Mozambique Annual Report*. 1991.

MACHANGA, MILHARES DE PESSOAS EM ESTADO DE EMERGÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 11 de abril de 1990.

MACHEL, S. Mensagem lida na cerimônia de posse do governo de transição de Moçambique, efetuada em 20 de setembro de 1974. *Datas e documentos da História da Frelimo* [João Reis e Armando Pedro Muinane] 2. Ed., Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1975, pp.200-228.

MACHEL, S. O presidente da Frelimo Samora Machel proferiu após a assinatura do acordo de Lusaka o seguinte discurso. *Tempo* [Maputo], 208, 22 de setembro de 1974, pp.14-16.

MAE. *Perfil do distrito de Chókwe, província de Gaza*. Maputo, 2005.

MAGAIA, A. Aldeia comunal 10 de maio: uma experiência. *Tempo* [Maputo], 372, 20 de novembro de 1977, pp. 29-32.

MAIS AJUDA A TETE PARA SUPERAR A FOME. *Notícias* [Maputo] 5 de setembro de 1985.

MAIS AJUDA A TETE PARA SUPERAR A FOME: continua grave a situação alimentar no país. *Notícias* [Maputo] 5 de setembro de 1985.

MAIS APOIO AOS DESLOCADOS DO CENTRO E NORTE DO PAÍS. *Notícias* [Maputo], 22 de dezembro de 1988.

MAIS APOIO BRITÂNICO A RPM. *Notícias* [Maputo] de 7 de janeiro de 1984.

MAIS CAMIÕES PARA CVM. *Notícias* [Maputo] 20 de setembro de 1986.

MAIS DE MEIO MILHÃO AMEAÇADO PELA FOME EM GAZA. *Notícias* [Maputo] 7 de junho de 1989.

MAIS GOVERNOS DECIDEM APOIAR VITIMAS DA CHEIAS. *Notícias*, [Maputo], 11 de fevereiro de 1984.

MAIS MEDICAMENTOS OFERECIDOS AO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 2 de Março de 1987.

MANICA, ORGANIZAÇÕES APOIAM CRIANÇA TRAUMATIZADA. *Notícias* [Maputo], 26 de novembro de 1988.

MANTAS PARA DESLOCADOS MOÇAMBICANOS: ajuda vem do governo britânico. *Notícias* [Maputo] 8 de janeiro de 1988.

MARCELINA CHISSANO RECEBE REPRESENTANTE DA CARE. *Notícias* [Maputo] 11 de julho de 1990.

MBANGA, W. Mozambique insurgent commander killed. *Star* [Johannesburg], 22 May 1980.

MECÚFI, DESLOCADOS DE GUERRA RECEBEM PRODUTOS. *Notícias* [Maputo] 27 de outubro de 1990.

MÉDICOS SEM FRONTEIRA VAI AUMENTAR APOIO AOS DESLOCADOS NO A PAÍS. *Notícias* [Maputo] 10 de janeiro de 1990.

MICOA. *Programa de Ação Nacional para Adaptação a Mudanças Climáticas (NAPA)*, MICOA: Direção Nacional de Gestão Ambiental, Maputo, Dezembro de 2007.

MILHO E PEIXE PARA 80 MIL FAMÍLIAS. *Notícias* [Maputo], 12 de abril de 1984.

MINISTRY of Information. *Communiqué*, 17 December 1976.

MINORANDO EFEITOS DAS CALAMIDADES NATURAIS, CRESCE APOIO INTERNACIONAL A RPM. *Notícias* [Maputo] 13 de julho de 1985.

MINORANDO EFEITOS DAS CALAMIDADES NATURAIS, CRESCE APOIO INTERNACIONAL A RPM. *Notícias* [Maputo] 13 de julho de 1985.

MOÇAMBIQUE - GRÃ-BRETANHA, LAÇOS DE COOPERAÇÃO MAIS FORTALECIDOS. *Notícias* [Maputo], 12 de fevereiro de 1987.

MOÇAMBIQUE LANÇA APELO DE EMERGÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 26 de abril de 1990.

MOÇAMBIQUE NECESSITA DE AJUDA DE EMERGÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 2 de dezembro de 1985.

MOÇAMBIQUE NORUEGA, COOPERAÇÃO NAS PESCAS EM ALARGAMENTO. *Notícias* [Maputo] 4 de dezembro de 1985.

MOÇAMBIQUE. *Decreto 6/84 de 19 de setembro*. Maputo: Imprensa Nacional, 1984, I série, n.38.

MOÇAMBIQUE. *Plano Económico e Social*. Maputo, 1994.

MORRUMBENE, ONG AUSTRALIANA APOIOU CERCA DE 30 MIL PESSOAS. *Notícias* [Maputo] 18 de junho de 1990.

MOZAMBIQUE Agricultural Communes. GRB. E 13 (2) 31 March 1976.

MOZAMBIQUE International Appeal, 1990/1991.

MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER. *Mozambican Notes* [New York] 2, january 1984, 12p.

MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER. *Mozambican Notes* [New York] 3, april-june 1984, 20p.

MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER. *Mozambican Notes* [New York] 4, november 1984, 13p.

MOZAMBIQUE RESOURCE CENTER. *Mozambican Notes* [New York] 5, september 1985, 20p.

MOZAMBIQUE. *Profile of donors to Unicef in Mozambique, 1987-1995*. Maputo, UNICEF, 1996.

MUTAUANHA, ORGANIZAÇÃO FINANCIA ABERTURA DE POÇOS PARA DESLOCADOS. *Notícias* [Maputo] 14 de julho de 1988.

NA INGLATERRA, FILME SOBRE A SECA PROVOCA SOLIDARIEDADE PARA COM MOÇAMBIQUE: mil duzentos britânicos já se ofereceram para ajudar as vítimas desta calamidade. *Notícias*, [Maputo], 30 de novembro de 1983.

NA LUTA CONTRA A FOME, JAPÃO SOLIDÁRIO COM MOÇAMBIQUE. *Notícias*, [Maputo], 21 de outubro de 1983.

NA PROVÍNCIA DE MANICA, ESPETRO DA FOME AFETA MAIS DE 346 MIL PESSOAS. *Notícias* [Maputo] 6 de novembro de 1991.

NA PROVÍNCIA DE SOFALA, PONTE AÉREA DISTRIBUI SEMENTES A VÁRIOS DISTRITOS. *Notícias* [Maputo] 24 de abril de 1991.

NA REGIÃO NORTE MELHORA ABASTECIMENTO ALIMENTAR AS VÍTIMAS DAS CALAMIDADES. *Notícias* [Maputo] 20 de dezembro de 1989.

NA SAÚDE ASSINADO ACORDO DE COOPERAÇÃO RPM/NORUEGA. *Notícias* [Maputo], 11 de Março de 1985.

NAS ZONAS ONDE A RENAMO ESTÁ PRESENTE, trinta e cinco mil civis são assistidos pelo CICV. *Notícias* [Maputo] 24 de abril de 1991.

NHAMATANDA, ORGANIZAÇÕES APOIAM REDE SANITÁRIA. *Notícias* [Maputo], 5 de setembro de 1987.

NO ÂMBITO DA EMERGÊNCIA, ZAMBÉZIA VAI BENEFICIAR DE AJUDA BRITÂNICA: anuncia embaixador James Allen. *Notícias* [Maputo] 4 de Agosto de 1987.

NO ÂMBITO SOCIAL E ECONÔMICO, UNICEF FINANCIA CINCO PROJETOS EM INHAMBANE. *Notícias* [Maputo], 29 de outubro de 1985.

NO ÂMBITO SOCIAL E ECONÔMICO, UNICEF FINANCIA CINCO PROJETOS EM INHAMBANE. *Notícias* [Maputo], 29 de outubro de 1985.

NO COMBATE À SECA: apoio internacional bastante positivo; anuncia Aranda da Silva aos membros do CEE. *Notícias* [Maputo], 1 de julho de 1983.

NO DISTRITO DE MANICA, AUMENTA NÚMERO DE DESLOCADOS DE GUERRA. *Notícias* [Maputo] 18 de julho de 1990.

NO GOVURO, CEE PODERÁ FINANCIAR O REGADIO DE CHIMUNDA. *Notícias* [Maputo] 24 de Agosto de 1987.

NO HOSPITAL CENTRAL DE MAPUTO, PRINCESA ANA VISITA DEPÓSITO DE VACINAS. *Notícias* [Maputo] 27 de fevereiro de 1988.

NO MOMENTO ATUAL, ABANDONAR O PRE PODE LEVAR O PAÍS AO CAOS. *Notícias* [Maputo] 27 de fevereiro de 1990.

NO PLANALTO DE MUEDA, FALTA DE ÁGUA AFLIGE MILHARES DE PESSOAS. *Notícias* [Maputo] 19 de maio de 1990.

NO PRÓXIMO MÊS, GAZA VAI TER PROJETO DE ÁGUA; empreendimento conta com financiamento italiano. *Notícias* [Maputo] 22 de julho de 1987.

NO SETOR DE SAÚDE EM NAMPULA, ORGANIZAÇÃO ALARGA SUA ÁREA DE ATIVIDADE. *Notícias* [Maputo] 5 de setembro de 1990.

NO SEU PRIMEIRO ANO, DOADORES ASSEGURAM PROGRAMAS ANTI-SIDA. *Notícias* [Maputo] 21 de abril de 1988.

NOS ARREDORES DA CIDADE DE MATOLA: duas escolas primárias para 1º de Maio e Congolote, *Notícias* [Maputo], 7 de fevereiro de 1992.

NOS LARES E CENTROS DE INTERNATOS DE INHAMBANE: PMA é a principal fonte de abastecimento de alimentos. *Notícias* [Maputo], 24 de fevereiro de 1992.

NOSSO PAÍS, CRESCE INTERVENÇÃO DO PMA NA ASSISTÊNCIA ALIMENTAR. *Notícias* [Maputo] 13 de abril de 1988.

NUM PERÍODO DE 60 DIAS, PMA FORNECERÁ MAIS DE 15 MIL TONELADAS DE PRODUTOS. *Notícias* [Maputo] 31 de julho de 1986.

NUMA ÁREA DE 3 MIL HECTARES, PROJETO EM XAI-XAI DINAMIZA SETOR FAMILIAR. *Notícias* [Maputo], 7 de novembro de 1988.

OBRAS DE MELHORAMENTO DO HOSPITAL DO CHÓKWÊ: chegou material médico-cirúrgico. *Notícias* [Maputo] 6 de novembro de 1987.

OFERTA BRITÂNICA PARA VÍTIMAS DA SECA. *Noticias*, [Maputo], 6 de janeiro de 1984.

ONG ALEMÃ SUSPENDE DISTRIBUIÇÃO DE DONATIVOS. *Notícias* [Maputo] 27 de julho de 1991.

ONG SUÍÇA APOIA SAÚDE EM CABO DELGADO. *Notícias* [Maputo] 6 de julho de 1988.

ONU DECRETA EMERGÊNCIA ALIMENTAR PARA TERCEIRO MUNDO. *Noticias* [Maputo], 12 de março de 1983.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS APOIAM CONGRESSO. *Notícias* [Maputo], 9 de fevereiro de 1983.

OXFAM EM CABO DELGADO, PRIORIDADE A PALMA: Cem mil libras para apoiar projetos. *Notícias* [Maputo] 13 de Março de 1986.

OXFAM EM CABO DELGADO, PRIORIDADE A PALMA: cem mil libras para apoiar projetos. *Notícias* [Maputo] 13 de março de 1986.

PAGÁVEL EM 50 ANOS DEPOIS DE 10 ANOS DE GRAÇA, EMPRÉSTIMO DE 45 MILHÕES DE DÓLARES DO BANCO MUNDIAL AO NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 18 de maio de 1985.

PAMBARA JÁ TEM POÇO DE ÁGUA. *Notícias* [Maputo] 20 de Março de 1986.

PARA 1987-1992, NOVOS PROJETOS EM DISCUSSÃO COM O PNUD. *Notícias* [Maputo] 11 de março de 1985.

PARA APOIAR DESLOCADOS DE GUERRA, ZAMBÉZIA VAI RECEBER MEIOS DE TRANSPORTES. *Notícias* [Maputo] 25 de julho de 1987.

PARA APOIAR PROGRAMA DE EMERGÊNCIA, UNICEF OFERECE 12 VIATURAS A EDUCAÇÃO. *Notícias* [Maputo] 5 de outubro de 1989.

PARA APOIO AOS DESLOCADOS EM VILANCULOS, DPCCN ADMITE DESVIOS DE PRODUTOS. *Notícias* [Maputo] 29 de janeiro de 1990.

PARA AUXILIO AS VÍTIMAS DA GUERRA, SUÉCIA FINANCIA TRANSPORTE DE VÍVERES. *Notícias* [Maputo] 11 de fevereiro de 1989.

PARA CABO DELGADO, CEE FINANCIA TRANSPORTE DE ALIMENTOS. *Notícias* [Maputo] 24 de abril de 1989.

PARA CHANGARA E NICOADALA, VISÃO MUNDIAL AUMENTA APOIO AOS DESLOCADOS. *Notícias* [Maputo] 20 de abril de 1991.

PARA COMBATER A CÓLERA, ZAMBÉZIA RECEBE 270 MIL DÓLARES. *Notícias* [Maputo] 13 de dezembro de 1990.

PARA DESENVOLVIMENTO DE CAMPO, SIDA FINANCIA REABILITAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL AGRÍCOLA. *Notícias* [Maputo], 12 de junho de 1984.

PARA DESENVOLVIMENTO RURAL, DANIDA CONCEDEU 2,4 MILHÕES DE DÓLARES. *Notícias* [Maputo] 1 de outubro de 1990.

PARA DESLOCADOS DE PEBANE, ACTION AID PEDE APOIO EM MILHO. *Notícias* [Maputo] 14 de novembro de 1989.

PARA ESTABILIZAR EMERGÊNCIA, AUXÍLIO DEVE COMBINAR COM A REABILITAÇÃO: ministro Jacinto Veloso ao corpo diplomático. *Notícias* [Maputo] 28 de abril de 1987.

PARA LOCALIZAÇÃO DE CRIANÇAS, SAVE THE CHILDREN ABRE FRENTE REGIONAL. *Notícias* [Maputo] 24 de janeiro de 1991.

PARA MELHOR ATENDIMENTO DOS DOENTES, HOSPITAL DE MAVALANE EM OBRAS DE REABILITAÇÃO. *Notícias* [Maputo] 14 de novembro de 1989.

PARA MOÇAMBIQUE, OXFAM OFERECE 50 MIL LIBRAS PARA SEMENTES. *Notícias* [Maputo], 16 de fevereiro de 1984.

PARA NOSSO PAÍS, AJUDA DE EMERGÊNCIA CHEGA COM ATRASO: segundo o relatório mensal da DPCCN. *Notícias* [Maputo] 9 de janeiro de 1986.

PARA PRE E EMERGÊNCIAS, JAPÃO DISPONIBILIZA 20 MILHÕES DE DÓLARES. *Notícias* [Maputo] 28 de fevereiro de 1989.

PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, DESLOCADOS EM CHÓKWÈ VÃO DISPOR DE TERRAS. *Notícias* [Maputo] 19 de maio de 1990.

PARA PROFESSORES, AGENCIA SUECA FINANCIA CONSTRUÇÃO DE CASAS. *Notícias* [Maputo], 22 de novembro de 1988.

PARA PROGRAMA DE EMERGÊNCIA, USA FOR ÁFRICA OFERECE 21 CAMIÕES E COMBUSTÍVEL. *Notícias* [Maputo] 21 de março de 1986.

PARA PROJETOS NA RPM, UNICEF DISPONIBILIZA 3.250 MILHÕES DE DÓLARES. *Notícias* [Maputo] 10 de outubro de 1985.

PARA REABILITAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES, ASDI DOA EQUIPAMENTO A PROVÍNCIA DE GAZA. *Notícias* [Maputo] 5 de junho de 1991.

PARA SALVAR MILHARES DE VIDAS EM RISCO: promessas de auxílio cumpridas substancialmente. *Notícias* [Maputo] 27 Janeiro de 1989.

PARA SECTOR COOPERATIVO E FAMILIAR, SEMENTES DA FAO FORNECIDAS AO PAÍS. *Notícias* [Maputo], 13 de novembro de 1984.

PARA TRIÊNIO 90/93, PMA FINANCIA PROJETOS DE AGRICULTURA. *Notícias* [Maputo] 8 de janeiro de 1990.

PARA UNIÃO GERAL DAS COOPERATIVAS, CARITAS OFERECE CAMIÃO. *Notícias* [Maputo], 23 de fevereiro de 1985. “Apoio da Itália as zonas verdes. *Notícias* [Maputo] 9 de julho de 1985.

PARA VÍTIMAS DA SECA E DO BANDITISMO: Manica necessita com urgência 5000 toneladas de cereais. *Notícias* [Maputo] 1 de janeiro de 1987.

PARA VÍTIMAS DA SECA NO SUL: Luteranos oferecem leite para crianças. *Notícias*, [Maputo], 22 de outubro de 1983.

PARA VÍTIMAS DA SECA, BOTSWANA E GRÃ-BRETANHA OFERECEM TRIGO E CAMIÕES. *Notícias* [Maputo], 17 de fevereiro de 1985.

PARA VITIMAS DA SECA, CEE CONCEDE A RPM AJUDA DE EMERGÊNCIA: mais de 272 mil contos para operações de socorro em Gaza e Inhambane. *Notícias*, [Maputo], 17 de maio de 1984.

PARA VÍTIMAS DA SECA, GOVERNO BRITÂNICO OFERECE 4 CAMIÕES. *Notícias* [Maputo], 24 de fevereiro de 1984.

PARA VÍTIMAS DA SECA, ITÁLIA OFERECE 10 MIL TONELADAS DE ARROZ. *Noticias* [Maputo], 14 de dezembro de 1983.

PARA VÍTIMAS DA SECA, UNICEF OFERECE 20 TONELADAS DE MEDICAMENTO. *Notícias*, [Maputo], 7 de dezembro de 1983.

PARA VÍTIMAS DAS CALAMIDADES, JAPÃO OFERECE 260 TONELADAS DE ATUM. *Notícias* [Maputo] 17 de setembro de 1985.

PARA VÍTIMAS DAS CHEIAS, ITÁLIA OFERECE 30 TONELADAS DE PRODUTOS. *Noticias* [Maputo], 21 de fevereiro de 1984.

PARA VÍTIMAS DAS CHEIAS, SOLIDARIEDADE MUNDIAL CONTINUA A CHEGAR; RFA anunciou um carregamento de sementes esta semana. *Notícias* [Maputo], 15 de fevereiro de 1984.

PARA VÍTIMAS DAS SECAS: igreja americana oferece 8 mil e quinhentas toneladas de trigo. *Noticias*, [Maputo], 2 de julho de 1983.

PARA VITIMAS DE CALAMIDADES, EUA OFERECEM CERCA DE 130 MIL DÓLARES. *Notícias* [Maputo], 3 de outubro de 1984.

PARA VITIMAS DOS BA E CALAMIDADES, ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS ESTUDAM FINANCIAMENTOS. *Notícias* [Maputo] 27 de março de 1987.

PEEL, Q. “Mozambique closes border with Rhodesia”. *Financial Times* [London] 4 March 1976.

PEEL, Q.; SMITH, D. Sabotage cuts power to lines in S[outh] Africa. *Financial Times* [London], 9 January 1981.

PEMBA-METUGE DESLOCADOS RECEBEM APOIO ALIMENTAR. *Notícias* [Maputo] 30 de julho de 1990.

PENCIL bombs in Lourenço Marques. *Summary Of World Broadcasts* [London] 15 September 1975.

PMA CONCEDE AJUDA ALIMENTAR A MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo] 28 de maio de 1991.

PONTE ÁREA SOBRE SOFALA E ZAMBÉZIA: em vista escoamento de 3900 toneladas de produtos. *Notícias* [Maputo] 1 de outubro de 1987.

PONTE DEFINITIVA SOBRE O INCOMÁTI: governo italiano concede donativos. *Noticias* [Maputo] 13 de maio de 1985.

POPULAÇÃO DESLOCADA RECEBE APOIO EM GURO. *Notícias* [Maputo] 20 de julho de 1990.

POR ALEGADOS DESVIOS E MÁ GESTÃO, Concern retira apoio ao setor de emergência. *Notícias* [Maputo] 11 de janeiro de 1991.

POR ROUBO DE CHAPAS DE ZINCO, FUNCIONÁRIOS DA DPCCN CONDENADOS NA ZAMBÉZIA. *Notícias* [Maputo] 1 de março de 1990.

PRESIDENTE DA RPM RECEBE PRINCESA ANNE: Samora Machel oferece jantar à visitante”.

Notícias [Maputo] 26 de novembro de 1985;

PREVISTOS PARA ANO TRANSATO, ITÁLIA CONCLUI ENTREGA DE DONATIVOS.

Notícias [Maputo] 31 de janeiro de 1989.

PRINCESA ANNE TERMINOU A VISITA. *Notícias* [Maputo] 27 novembro de 1985.

PRODUTOS DE EMERGÊNCIA, AUTORIDADES DE GAZA PREOCUPADAS COM ASSALTOS. *Notícias* [Maputo] 14 de janeiro de 1991.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA, ARO E OXFAM AMPLIAM APOIO. *Notícias* [Maputo] 11 de Agosto de 1987.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA: três mil toneladas de produtos a transportar por ponte aérea.

Notícias [Maputo], 15 de outubro de 1988.

PROGRAMAS DE EMERGÊNCIA, FROTA MARÍTIMA ABASTECE PEBANE E CHINDE.

Notícias [Maputo] 23 de Março de 1988.

PROJETOS DE AJUDA ALIMENTAR DOS EUA À RPM EM ESTUDO. *Notícias* [Maputo], 2 de fevereiro de 1983, p.10.

PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA FOME AGUDA CEIFA 40 VIDAS POR DIA EM MORRUA.

Notícias [Maputo] 24 de outubro de 1990.

PROVÍNCIA DO MAPUTO: redobrar esforços para vencer a fome, recomenda Departamento de Economia do Partido. *Notícias* [Maputo], 22 Fevereiro 1986.

QUATRO MIL TONELADAS DE ARROZ CHEGAM A MAPUTO. *Noticias* [Maputo], 2 de julho de 1983.

QUEREMOS COOPERAÇÃO SÓLIDA COM A SUÉCIA: Samora Machel ao receber diretor-geral da SIDA. *Notícias* [Maputo] 23 de março de 1985.

RAMALHO, J. “Mozambique: anti-Machel movement has some success”. *To The Point* [Johannesburg] vol.7, no. 43, 27 October 1978.

RAMALHO, J. “Mozambique: anti-Machel resistance movement is far from dead”. *To the Point* [Johannesburg], vol.9 no. 18, 2 May 1980.

RAMALHO, J. “Mozambique: resistance fights for freedom from Frelimo”. *To The Point* [Johannesburg] 19 August 1977.

RAMALHO, J. “Rebel plan to march on Maputo”. *Star* [Johannesburg], 17 January 1981.

RDA OFERECE BARCOS DE PESCA AO NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo], 19 de setembro de 1984.

REDE SANITÁRIA REABILITA-SE NA ZAMBÉZIA. *Notícias* [Maputo] 31 de janeiro de 1989.

RENOVADA COOPERAÇÃO ENTRE A DPCCN E VISÃO MUNDIAL. *Notícias* [Maputo] 2 de agosto de 1991.

REPATRIAMENTO DE REFUGIADOS: Moçambique e Malawi programam atividades. *Notícias* [Maputo], 3 de fevereiro de 1992.

REPRESENTANTES DO CLUBE DE PARIS RECEBIDOS POR SAMORA MACHEL. *Notícias* [Maputo], 14 de maio de 1984.

RESOLUÇÃO sobre as aldeias comuniais. *Tempo* [Maputo], 363, 18 de setembro de 1977.

RFA APOIA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. *Notícias* [Maputo], 15 de maio de 1984.

ROUPA E CALÇADO PARA VITIMAS DE CALAMIDADES; oferta é da CARE-Moçambique. *Notícias* [Maputo] 20 de novembro de 1985.

ROUPA E MEDICAMENTOS PARA VITIMAS DA SECA. *Notícias* [Maputo] 20 de setembro de 1986.

RPM DEVE SER APOIADA CONTRA A SECA E BANDITISMO. *Notícias*, [Maputo], 18 de novembro de 1983.

SAMORA MACHEL RECEBE EM AUDIÊNCIA OS ENVIADOS DOS PRESIDENTES DA CRUZ VERMELHA E VICE-PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL PARA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL. *Notícias* [Maputo] 16 de maio de 1985.

SANTOS, C. P. “Homoíne: o maior massacre da Renamo”. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, 101, Setembro 1987.

SAÚDE E VAN LER RENOVAM CONTRATO. *Notícias* [Maputo] 1 de maio de 1989.

SAÚDE PARA TODOS NO ANO 2000: OMS auxilia Moçambique no desenvolvimento sanitário. *Notícias* [Maputo], 20 de fevereiro de 1985.

SAVE THE CHILDREN EM VACINAÇÕES NA NYERERE. *Notícias* [Maputo] 8 de janeiro de 1990.

SECA AGRAVOU AS NECESSIDADES DE EMERGÊNCIA NO CENTRO DO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 11 de julho de 1991.

SECA EM INHAMBANE E GAZA: camiões da Suécia para escoamento de produtos; Sida financia compra. *Notícias*, [Maputo], 29 de novembro de 1983.

SECA EM TETE, MAIOR AJUDA DE EMERGÊNCIA SENÃO A FOME PERMANECERÁ: necessário o envio de sementes e meios de produção. *Notícias* [Maputo], 25 de maio de 1984.

SEMENTES DE EMERGÊNCIA ESPERADAS NA ZAMBÉZIA: o donativo é da *Save The Children*. *Notícias* [Maputo] 17 de fevereiro de 1987.

SITUAÇÃO ALIMENTAR É CRÍTICA NO PAÍS. *Notícias* [Maputo] 24 de agosto de 1989.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AGRAVA-SE: renovado pedido de ajuda à comunidade internacional. *Notícias* [Maputo], 14 de outubro de 1988.

SOBRE A GESTÃO DE PE, DOADORES MANIFESTAM CONFIANÇA AO NOSSO GOVERNO. *Notícias* [Maputo] 5 de maio de 1990.

SOMOS NÃO ALINHADOS E QUEREMOS SOCIALISMO: reitera presidente Samora Machel ao receber chefe da missão econômica dos EUA. *Noticias* [Maputo] 18 de abril de 1985.

SUÉCIA CONCEDE AJUDA DE EMERGÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 5 de outubro de 1989.

SUNDAY Times [Johannesburg], 20 September 1992.

TEMBE, A. Devido à seca prolongada, Gaza poderá enfrentar grave crise alimentar: governo local declara situação de emergência. *Notícias* [Maputo], 4 de Março 1992.

TETE, M'PÁDUÉ ENFRENTA PROBLEMAS ALIMENTARES. *Notícias* [Maputo] 11 de abril de 1990.

TETE, PROJETO INTEGRADO RECEBE FINANCIAMENTO. *Notícias* [Maputo], 18 de outubro de 1988.

TIMANE, R. Cheias atingem sul de Moçambique: governo reúne com corpo diplomático. *Noticias* [Maputo], 11 de fevereiro de 1984.

TONELADAS DE ARROZ PARA VÍTIMAS DA SECA: oferta é do Congresso Islâmico de Moçambique. *Notícias* [Maputo] 20 de abril de 1985.

TRANSPORTE PARA EMERGÊNCIA, AUMENTA FROTA DE CAMIÕES NA ZAMBÉZIA. *Notícias* [Maputo] 9 de fevereiro de 1988.

TRAUMATIZADAS PELA GUERRA, CERCA DE 3000 CRIANÇAS REENCONTRAM SEUS LARES. *Notícias* [Maputo] 1 agosto de 1990.

ULTRAPASSANDO DOIS MILHÕES DE METICAIS, DONATIVO DA CARITA PARA ZONAS VERDES. *Notícias* [Maputo], 12 de junho de 1984.

UNDP. *Development Cooperation Report, 1994-1995*. Maputo, Junho de 1996.

UNICEF FINANCIA REABILITAÇÃO DE HOSPITAIS: projeto é de 1 milhão de dólares. *Notícias* [Maputo] 16 de abril de 1988.

UNICEF OFERECE AMBULÂNCIAS AO NOSSO PAÍS. *Notícias* [Maputo], 14 de dezembro de 1984.

UNICEF OFERECE VIATURAS. *Notícias* [Maputo] 1 de fevereiro de 1986.

URGÊNCIA MOÇAMBIQUE' ESTENDE-SE A BÉLGICA. *Notícias*, [Maputo], 7 de fevereiro de 1984.

USAID FINANCIA PROJETOS ATRAVÉS DA UNICEF. *Notícias* [Maputo] 8 de novembro de 1986.

USAID. *Moçambique, cheias de 1999-2000*. Avaliação de impacto: atividades de doação para reassentamento da população. Projeto de Desenvolvimento da Política Agrícola, Julho, 2002.

VITIMAS DA GUERRA E CALAMIDADES: nações Unidas estudam apoio aos deslocados. *Notícias* [Maputo] 16 de janeiro de 1987.

VITIMAS DA SECA, ONU PEDE APOIO PARA MOÇAMBIQUE. *Notícias* [Maputo], 28 de agosto de 1984.

VÍTIMAS DA SECA: DISTRIBUÍDAS 11 MIL TONELADAS DE MILHO EM NAMPULA. *Notícias* [Maputo], 18 de fevereiro de 1983.

VÍTIMAS DE SECA: FAO AUMENTA AJUDA ALIMENTAR. *Notícias* [Maputo], 8 de julho de 1983.

ZAMBÉZIA E MANICA, PROGRAMA DE SAÚDE RECEBE MAIS APOIO. *Notícias* [Maputo] 14 de maio de 1988.

ZAMBÉZIA RECEBE EMBARCAÇÃO PARA PROGRAMA DE EMERGÊNCIA. *Notícias* [Maputo] 1 de maio de 1990.

ZAMBÉZIA, DESLOCADOS MALNUTRIDOS RECEBEM APOIO ALIMENTAR. *Notícias* [Maputo] 2 de fevereiro de 1991.

ENTREVISTAS

Entrevista com Moisés Mabunda, Antigo Presidente da Localidade de Conhane. Conhane, 03 de fevereiro de 2015.

Entrevista com Pedro Luciano Mucavele, Chefe da Repartição de Planificação, Governo do Distrito, Chókwe 10 de fevereiro de 2015.

Entrevista com Vitorino Muchanga, Representante da Africa Works e Antigo colaborador da Auxilio Mundial e MADAIR. Chókwe, 07 de fevereiro de 2015.

Entrevista com Anselmo Isaías Mapulasse, Antigo chefe das casas agrárias de Nwachicoloane e Mapapa e colaborador da LWF. 08 de fevereiro de 2015.

Entrevista com Romualdo Chilopo residente e treinador da equipe local futebol, Conhane, 13 de setembro de 2022.

Lourino Nhancale, professor da Escola Primária de Cotsuane e residente, Conhane, 13 de setembro de 2022.

Entrevista com Sousa José Cossa, costureiro e antigo formador de corte e costura da DSF no centro juvenil de Massavasse, 15 de setembro de 2002.

Entrevista com Angelina Mahumane, ativista e membro da Associação Kutizama. Lionde, 16 de setembro de 2022.

Entrevista com Amílcar Chavo, professor e diretor da EPC do 7 Bairro e da ZIP local. Hókwe, 14 de setembro de 2022.

Entrevista com Samuel Muianga, professor e então Diretor Adjunto Pedagógico da Escola secundária 12 de outubro. Conhane, 06 de fevereiro de 2015;

Entrevista com Vidal Manhique, Chefe da secretaria da Escola Secundária 12 de outubro e residente, Conhane, 15 de setembro de 2022.

Entrevista com Domingos Ubisse, professor e Diretor da Escola Secundária Anexa. Massavasse, 15 de setembro de 2022.

Entrevista com Celina Malate professora da EPC de Nwachicoloane e ativista da FDC 15 de setembro de 2022.

Arlindo Malate, professor e Diretor Adjunto Pedagógico da EPC de Nwachicoloane, 15 de setembro de 2022.

Entrevista com Maximiano Matimbe, antigo Agente de desenvolvimento e reformado da LWF, Conhane, 05 de fevereiro de 2015.

Entrevista com Bonifácio Manhanjane, teólogo e oficial comunitário da EGPAF no Chókwe; antigo colaborador da OXFAM e da Word Relief, residente de Lionde. Lionde, 19 de setembro de 2022.

OBRAS DE APOIO

ADALIMA, J. Connecting livelihood discourses to land conflicts in central Mozambique, *Journal of Contemporary African Studies*, <https://doi.org/10.1080/02589001.2020.1774521>

ADALIMA, J. *The Politics of Private Aid for Democratization in Mozambique*. Netherlands, Institute of Social Studies, 2006.

ADAM, Y. “Mueda, 1917-1990: resistência, colonialismo e desenvolvimento”. *Arquivo*, nº 14, Maputo, 1993, pp. 3-101.

ALEXANDRE, A. *Processos e problemas de reconstrução social pós-guerra: o caso do distrito do Lago-Niassa*. Maputo: UEM, 1999.

ALVES, M. AS ONG's na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento. Lisboa: CIDAC, 1996.

ARENDT, A. *Origens do totalitarismo*. Harcourt Brace Jovanovich, Inc, 1979.

ARNALL, A. et al. NGO's, elite capture and comunitu-driven development: perspectives in rural Mozambique. *Journal of Modern African Studies*, 51, 2 (2013) 305-330.

ARRIGHI, G. “The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects”, *New Left Review*, 15 may /june 2002, p.5-36.

BALL; DUNN. *Organizações não-governamentais: directrizes para uma boa política e prática*. Londres: The Commonwealth Federation, 1995.

BARBOSA, M.S. Tortura e configuração colonialista: uma leitura “fanoniana” do livro tortura na colônia de Moçambique (1963-1074), em mais além, *Sankofa Revista de História de Africa e Estudos de Diápora*, 20 (2017) 74-89.

BOAHEN, A. A. “A África diante do desafio colonial”. In: BOAHEN, A. A. (ed.). *África sob a dominação colonial, 1880-1935*, V.II, 3 ed. Brasília, UNESCO, 2010.

BOND, P. “The dispossession of African wealth at the cost of Africa’s health”. In: NAVARRO, Vicente. *Neoliberalism, globalization, and inequalities: Consequences for health and quality of life*. Routledge, 2020, p.

BOND, P. & DOR, G. “Neoliberalism and poverty reduction strategies in Africa”. Discussion Paper for the Regional Network for Equity in Health in Southern Africa (EQUINET), 2003.

BOND, P. *Looting Africa: The Economics of Exploitation*. London, Zed Books, 2006.

BOND, P. Neoliberalism, State Repression and the Rise of Social Protest in Africa. In: BERBEROGLU B. (eds) *The Palgrave Handbook of Social Movements: Revolution and Social Transformation*. Palgrave: Macmillan, 2019. pp.213-231.

BOUTROS-GHALI, B. Introduction. In: ONU. *The United Nations and the Advancement of Women – 1945-1996*. The United Nations Blue Book Series, Volume VI, New York: United Nations Department of Public Information, 1996.

BRAGANÇA, A. Independência sem descolonização: a transferência de poder em Moçambique, 1974-1975 - notas sobre os seus antecedentes. *Estudos Moçambicanos*, 5/6, 1986, pp.7-28.

BRETT, R. The Role and Limits of Human Rights NGOs at the United Nations. *Political Studies*. Vol.43,1, 1995,96p.

CAFFENTZIS, G. Neoliberalism in Africa, apocalyptic failures and business as usual practices. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, 2002, 1.3.

ÇAKMAK, C. Civil Society Actors in International Law and World Politics: Definition, Conceptual Framework, Problems. *International Journal of Civil Society Law*. Washington, v.6, n.1, janeiro, 2008.

CAREZIA, G. “ONGs internacionais, personalidade jurídica autorização para funcionamento no Brasil e atuação no sistema das Nações Unidas”. *XVI Encontro Preparatório para a COMPEDI*. Rio de Janeiro: Goitacases, 2007, p.1092-1111.

CARNEIRO, H. “Guerra dos Trinta Anos”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 184-187.

CAROTHERS, T. Think again: civil society. *Foreign Policy*, Winter, 1999.19p.

CASSESE, A. *A human rights in changing world*. Philadelphia, Temple University Press, 1990.

CHANAIWA, D. “A África Austral” In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.295-334.

CHANDLER, D. The Road to Military Humanitarianism: How the Human Rights NGOs shaped the new humanitarian agenda. *Human Rights Quarterly*. New York, v.23, n.3, 2001. 678p.

CHRISTIE, I. *Machel of Mozambique*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988.

CHRISTIE, I. *Samora, uma biografia*. Maputo: Ndjira,1996.

COQUERY-VIDROVITCH, C. “As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980)”. In: BOAHEN, A. A. (ed.). *África sob a dominação colonial, 1880-1935*, V.II, 3 ed. Brasília, UNESCO, 2010.

COQUERY-VIDROVITCH, C. “As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980)”. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.337-376.

COUTINHO, J. As ONG’s: origens e (des) caminhos. *Recherches internationales*. N.44, v.3 p.57-63, 2004.

COVANE, L. A. *O trabalho migratório e agricultura no sul de Moçambique, 1920-1992*. Maputo, Promédia, 2001.

COVANE, L. A. *O impacto do trabalho migratório em Gaza: vozes de mineiros, suas esposas e autoridades locais*, Maputo: Universidade Nachingwea, Ciedima, 2020.

CRUZ e SILVA, T. *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930-1974)*, Maputo: Promédia, 2001.

CRUZ E SILVA, T. *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930-1974)*. Maputo, Promédia, 2001.

DE BRITO, L. “O sistema Eleitoral, uma dimensão crítica da representação política em Moçambique”. In: DE BRITO, L, CASTEL-BRANCO, C. N., CHICHAVA, S. (eds). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2011, pp.17-30.

DELLA ROCCA, R. M. *Moçambique da guerra à paz: história de uma mediação insólita*. Maputo: Livraria Universitária, 1998.

DUARTE, R.T. “Northern Mozambique in the swahili world: an archaeological approach”. *Studies in African Archaeology*. Uppsala, Central Board of National Antiquities, Eduardo Mondlane University, Department of Archaeology and Anthropology, 1993.

ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. *Resolution 1296 (XLIV)*. New York, Department of Public Information, 1968.

EDWARDS, M. & HULME, D. *Making a difference: NGO and development in changing World*. London Earthscan Publications, 1992.

FERGUSON, J. 2006. *Global Shadows: Africa In The Neoliberal World Order*. London, Duke University Press.

FIELDEN, A. “Local integration: the under-reported solution to protracted refugee situations”. *New issues in Refugee Research, Research paper n° 158*, 2008.

FOWLER, A. “Building Partnerships between Northern and Southern Development NGOs: Issues for 1990s”. *Development in Practice*. n.1, v.1, 1991, p.5-18.

GEBAUER, H. *The Subsidized Food Distribution System in Mozambique and its Social Economic Impact*. Technical Assistance, CEE, Food Security Department, Maputo, 1991.

GEFFRAY, C. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1991.

GIDRON, B. et al. *Government and the third sector in a comparative perspective: allies or adversaries?* San Francisco, CA, 1992.

GINJA, V. Sustentabilidade das ONG's moçambicanas: aspectos para reflexão. In: Monteiro, A. *ONG's: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: CEA, 1995, p. 67-71.

GORDENKER, L.; WEISS, T. NGO Participation in the International Policy Process. *Third World Quarterly*. New York, v.16, n.3, september, 1995.

GROSSI, F. *Primero la gente: ONG, estado y cooperacion internacional en el tercer mundo*. Santiago, CEAAL, 1989.

GUARNIERI, T. H. Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945) à Conferencia de Beijing (1995). *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*, 2010, 8.

HANLON, J. *Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique* Maputo: Imprensa Universitária, 1997.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEAD, J; MANGHEZI, A. O trabalho forçado por quem o viveu: entrevistas. *Estudos Moçambicanos*, n.2, 1981, pp. 23-32.

HEARN, J. The Uses and Abuses of Civil Society in Africa. *Review of African Political Economy*, n.87, 2001, p.43-53.

HEDGES, D. (coord.). *História de Moçambique*, volume 3: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, 1999.

HEDGES, D. Educação, Missões e a ideologia política de assimilação, 1930-60. *Cadernos de História*, 1. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1985, pp.7-18.

HERMELE, K. *Land Struggles and Social Differentiation in Southern Mozambique: a case study of Chokwe, Limpopo, 1950–1987*. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988.

HRBEK, I. “A África setentrional e o chifre da África”. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.151-190.

HUDSON, M. *Administrando Organizações do Terceiro Setor: o desafio de Administrar Sem Receita*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP, Congo: une stratégie globale pour désarmer les FDLR, 9 July 2009, Rapport Afrique N°151. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4a56ea5d2.html> [accessed 31 July 2020]

INTERNATIONAL PEACE INFORMATION SERVICE. MONUC/MONUSCO and Civilian Protection in the Kivus.[S.l.]: 2010.

ISAACMAN, A; ISAACMAN, B. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Colorado: Westview Press, 1983.

ISAACMAN, A; Isaacman, B. *Mozambique: from colonialismo to revolution, 1900-1982*. Hampshire, Westview Press, 1983.

KAMAT, S. “The privatization of public interest: theorizing NGO discourse in neoliberal era”. *Review of International Political Economy*. 11, 1 (2004) 155-176.

KAMAT, S. The Privatization of Public Interest: Theorizing NGO Discourse in Neoliberal Era. *Review of International Political Economy*. n.11, v.1, 2004, p.155-176.

KI-ZERBO, J. *História da África negra*, vol.2. Men Martins: Europa-América, 1972.

KI-ZERBO, J. *História da Africa Negra*. V.II Lisboa: Europa-América, 1991.

KI-ZERBO, J. *Para quando a África?* Entrevista com René Holestein. Tradução de Carlos Aboin de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KISSINGER, H. *Diplomacia*. Tradução de Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira São Paulo: Saraiva, 2012.

KYRILLOS, G. M. Os direitos das mulheres no sistema internacional de direitos humanos/Women's rights in the international human rights system. *Captura Críptica*, v.5, n.1, 2016, pp.57-79.

LANDIM, L. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 1993.

LANGA, V.; MONTEIRO, A. *ONGs: faces e contra faces na identidade civil em Moçambique*. Maputo: CEA, 1995.

LUTAMBINGWA, et all. NGOs in sub-Saharan Africa: developing critical capacity for policy advocacy. *International Journal on World Peace*, n.14, v.3, 1997, p.35-70.

M'BOKOLO, E. "A África Equatorial do oeste". In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.229-260.

MANDAMULA, U. "Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone idai no distrito de Nhamatanda". *Observatório do Meio Rural*, n. 87, fevereiro de 2020, 34p. www.omrmz.org.

MANJI, F. "The missionary position: NGOs and development in Africa". *International Affairs*, n.78, v.3, 2002, p.567-83.

MARTENS, K. Examining the (non) Status of NGO International Law. *Indiana Journal of Global Studies*, Vol. 10: Iss. 2 , Article 1, 2003.

MATSIMBE, H. "Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGI's na Africa Subsahariana, 1960-1990". *Dimensões*, v. 43, jul.-dez., 2019, p.11-27.

MAURI, G. *Organizações Não-governamentais e desenvolvimento: Análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique*. Dissertação, mestrado. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2013.

MAZRUI, A. A. “Procurai primeiramente o reino político...” In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.125-149.

MEDEIROS, E. *História de Cabo Delgado e do Niassa (1836-1929)*. Maputo, Central Imprensa, 1997.

MERCER, C. Reconceptualizing state-society relations in Tanzania: are NGOs making Difference? *Area*. Vol.31, n.3, 1997, p.247-258.

MILLENIUM DEVELOPMENT GOALS REPORT. United Nations, New York, 2015.

MILLENIUM DEVELOPMENT GOALS, 8. *Taking Stock of the Global Partnership for Development: MDG Gap Task Force Report*. United Nations, New York, 2015.

MINTER, W. *Os contras do apartheid: as raízes da Guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

MONDLANE, E. *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centros de Estudos Africanos, 1995. Coleção Nosso Chão.

NELSON, P. At the Nexus of Human Rights and Development. New Methods and Strategies of Global NGOs. *World Development*, v.31, n.12, 2003.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

Nova Iorque: 1999.

O'LAUGHLIN, B. "segurança social rural e limites do associativismo na zona sul de Moçambique". In Brito, L; Castel-Branco et all (orgs). *Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique*. Maputo: IESE, 2009, pp.99-136.

OAU, *The Lagos Plan of Action for the Economic Development of Africa 1980-2000*, Geneva, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de Estocolmo Sobre Meio Ambiente Humano*. In: Anais da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução do Conselho de Segurança 1279.

_____. Resolução do Conselho de Segurança 1856. Nova Iorque: 2008.

_____. Resolução do Conselho de Segurança 1906. Nova Iorque: 2009.

_____. Resolução do Conselho de Segurança 1925. Nova Iorque: 2010.

PAVIA, J. "A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead". S/l. s/d.

PEIXOTO, C.B.; MENSES, M.P. "Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique". TOPOI, 14, 26 (2013) 86-104/ www.revistatopoi.org

PELISSIER, R. *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa, 1987.

PELISSIÉR, R. *História de Moçambique: formação e oposição, 1854-1918*. Lisboa: Estampa, 1987.

PENVENNE, J. Chibalo e classe operária: Lourenço Marques, 1870-1962. *Estudos Moçambicanos*, n.2, 1981, pp. 9-22

- PEREIRA, S. *Cooperação UE-ACP: a dimensão política dos acordos*. Dissertação de Mestrado, Economia e Estudos Europeus, Universidade Técnica de Lisboa: ISEG, 2005.
- PITROSSE, F. VIANNA, G. As estratégias portuguesas de guerra colonial: africanização das Forças Armadas Portuguesas (FAP) em Moçambique (1964-1974). *Revista da Escola Superior de Guerra*. 35, 75 (2020) 181-199.
- PLANK, D. N. Aid, debt and the end of sovereignty: Mozambique and its donors. *The Journal of Modern African Studies*, 31, 3 (1993) 407-430.
- RAFTOPOULOS, B. “The labour Movement and the emergence of opposition politics in Zimbabwe”. In: RAFTOPOULOS, B. & SACHIKONYE, L. (eds). *Striking bode: The labour Movement and the post-colonial state in Zimbabwe, 1980-2000*. Harare: Weaver Press, 2001.
- RAIMUNDO, I. “O ciclo vicioso de deslocamentos forçados e a formação de espaços incompletos em Moçambique”. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 37, e53912, 2020 | DOI: 10.12957/geouerj.2020.53912.
- RAIMUNDO, I. M. “O ciclo vicioso de deslocamentos forçados e a formação de espaços incompletos em Moçambique”. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 37, e53912, 2020. DOI: 10.12957/geouerj.2020.53912.
- RIBEIRO, C. Efeitos urbanos das ONGs. As experiências da gestão urbana e do microcrédito em Maputo. *Cadernos de Estudos Africanos*. n.1, p.85-97, 2001.
- ROESCH, O. A reforma econômica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a reforma de classes. *Arquivo Histórico de Moçambique*, 11, Maputo, 1992.
- SAFFIOTI, H. I. B. Enfim, sós: Brasil Rumo a Pequim. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, v. 3, n. 1, p. 198-202, 1995.

- SAMA, T. B. *Conceptualizing Non-Governmental Organizations: Still Searching For a Theory*. Department of Social Sciences and Philosophy, University of Jyväskylä, 2013.
- SANTOS, B. «os processos de globalização» In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.
- SERRA, C. *Para a história da arte militar moçambicana, 1505-1920*. Maputo, Cadernos Tempo, 1983.
- SHIVJI, I. G. *Silences in NGO discourse: The role and future of NGOs in Africa*. Nairobi & Oxford: Fahamu, 2007.
- SILVA, C. N. “Viver a fé em Moçambique”: *as relações entre a Frelimo e as confissões religiosas (1962-1982)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História. Niterói, 2017.
- SIMON, S. A. S. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). *Relações Internacionais no Mundo Atual*, vol.2, n.14, 2011, pp.24-47.
- SOUSA, F.R. *O impacto do petróleo na política energética mundial*. Dissertação, Mestrado em Engenharia. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2006.
- STEINER, J.; ALSTON, P. *International human rights in context: Law, Politics, Morals*. Oxford Clarendon, 1996.
- SURET-CANALE, J.; BOAHEN, A. A. “A África ocidental”. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.191-228.
- SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS REPORT. United Nations, New York, 2015.

TAJU, G. 'Renamo: os factos que conhecemos', *Cadernos de História*, 7 (November, 1988), pp.5-44.

TOMAZONI, L. GOMES, E. B. Afirmação histórica dos direitos humanos das mulheres no âmbito das Nações Unidas. *Cadernos da Escola de Direito UNIBRASIL*, vol. 2, nº 23, jul/dez, 2015, pp. 44-59.

TORTURA NA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE: 1963-1974, Depoimentos de presos políticos. Lisboa: Afrontamento, 1977.

TUIJL, P. NGOs and Human Rights: Sources of Justices and Democracy. *Journal of International Affairs*. New York, Columbia School of International and Public Affairs, v.52, n.2, 1999. 494p.

TWADDLE, M.; RABEARIMANANA, L.; KIMAMBO, I. N. "A África Oriental". In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.261-294.

UNDP. Development Cooperation Report, 1994-1995. Maputo, Junho de 1996.

UNITED NATIONS. *Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace*. Copenhagen, 14 to 30 July, New York, 1980.

VALÁ, S. *A história da posse da terra na região agrária de Chókwe, 1975-1995*. Trabalho de licenciatura, História, Maputo: UEM, Faculdade de Letras, 1995.

VALENZOLA, R.H. "O conflito na República Democrática de Congo e ausência do estado na regulação das relações sociais", *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP*. Vol.12, 2013, p.59-86.

VASCONCELLOS, C-M. E.; DE SOUZA MANSANI, R. As conferências internacionais de Yalta e Potsdam e sua contribuição à construção da hegemonia econômica internacional norte americana

no capitalismo do pós 2ª Guerra Mundial. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, vol.2, n.18, 2013, pp.41-55.

VIZENTINI, P. G. F. O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 40, n.1, 1997, pp.5-17.

WATERHOUSE, R. et all. “The Impact of HIV/AIDS on Farmers’ Knowledge of Seeds: Case Study of Chókwè District, Gaza Province, Mozambique”, Links Project Case Study No. 4, Maputo: FAO and International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics, 2004.

WELKER, E; AHMED, F. “What do Non-government Organization Do?” *Journal of Economic Perspective*, vol. 22, n.2 (2008) 73-92.

WERNER, A. H.; COMBAT, F. A. (1). História “viva” e história “objetivada”: George F. Kennan e o Plano Marshall. *Social, História* (13), 173-191. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/216>.

WILLETTS, P. *Consultive status for NGO at the UM: The Conscience of the World, the Influence of the Non Governmental Organization in the UN System*. Washington: Brookings Institution Press, 1996.

WORLD BANK. *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action*. Washington, D.C.: World Bank, 1981.

WORLD BANK. *Working with NGOs: A Practical Guide to Operational Collaboration between the World Bank and Non-governmental. Organizations Operations Policy Department*, WORLD BANK, MARCH, 1995.

WOUTERS, J.; ROSSI, I. Human rights NGOs: Role Structure and Legal Studies. *Working Paper* n.14, Institute for international Law, K.U Louven, 2001.

WUYTS, M. “Economia política do colonialismo português em Moçambique”. *Estudos Moçambicanos*, 1. Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1980, pp.9-22.

XABA, T. From public–private partnerships to private–public stick’em ups! NGOism, neoliberalism, and social development in post-apartheid South Africa. *International Social Work*, vol. 58, n.2, 2015, pp.309-319.

YOUNG, T. The MNR/RENAMO: External and Internal Dynamics, *African Affairs*, Vol. 89, No. 357 (Oct., 1990), pp. 491-509.